

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO**

REGIS CLEMENTE DA COSTA

**JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO: INTELLECTUAL ORGÂNICO, PROFESSOR
BRILHANTE, ADVOGADO PERSEGUIDO, CIDADÃO SEM DIREITOS (1945-1973)**

**PONTA GROSSA
2018**

REGIS CLEMENTE DA COSTA

**JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO: INTELECTUAL ORGÂNICO, PROFESSOR
BRILHANTE, ADVOGADO PERSEGUIDO, CIDADÃO SEM DIREITOS (1945-1973)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.
Linha de pesquisa: História e Política Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Névio de Campos.

**PONTA GROSSA
2018**

C837 Costa, Regis Clemente da
José Rodrigues Vieira Netto: intelectual orgânico,
professor brilhante, advogado perseguido, cidadão sem direitos
(1945-1973)/ Regis Clemente da Costa. Ponta Grossa, 2018.
375 f., il.

Tese (Doutorado em Educação – Área de concentração –
Educação), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Névio de Campos

1. José Rodrigues Vieira Netto. 2. Intelectual orgânico. 3.
Organizador da cultura. 4. Formação humana. 5. História da
Educação. 6. História Intelectual. I. Campos, Névio de. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa – Doutorado em
Educação. III. T.

CDD : 370.981

Ficha catalográfica elaborada por Angela Maria de Oliveira– CRB9/1111

TERMO DE APROVAÇÃO

REGIS CLEMENTE DA COSTA

**JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO: INTELECTUAL ORGÂNICO, PROFESSOR
BRILHANTE, ADVOGADO PERSEGUIDO, CIDADÃO SEM DIREITOS (1945-
1973)**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:


Orientador (a) Prof. Dr. Névio de Campos - UEPG


Prof. Dr. Per Mesquita - PUC-PR


Prof. Dr. Renato Lopes Leite - UFPR


Profª Dra. Gisele Masson - UEPG


Profª Dra. Simone de Fátima Flach - UEPG

Ponta Grossa, 17 de dezembro de 2018.

À Nice, Sofia e Olga
A Joaquim e Maria
Aos professores/as que tive na vida
A todos/as que acreditam
na transformação desse país!

AGRADECIMENTOS

A conclusão dessa tese só foi possível graças ao apoio, incentivo e à colaboração de muitas pessoas. Aqui, destaco algumas delas e agradeço imensamente.

Aos meus pais, Joaquim e Maria que, ao longo de suas vidas, priorizaram a formação escolar dos filhos, trabalhando duro na roça; aos meus irmãos Rosemeire, José Amauri, Rosinéia e Paulo Henrique pela convivência, pelo incentivo e apoio nessa caminhada de estudos.

À Nice, companheira, com quem partilho sonhos, esperanças, luta e convivência. Agradeço pelo apoio, pela compreensão, pelo incentivo e pela força nessa caminhada. À Sofia e Olga, nossas duas lindas meninas, esperando que elas consigam compreender minha ausência, em alguns momentos, ao longo desses anos de estudos.

Aos professores/as do Programa de Pós-Graduação em Educação, em especial aos meus orientadores: Prof.^a Dr.^a Maria José Subtil no mestrado e Prof. Dr. Névio de Campos no doutorado. A ambos, serei sempre muito grato pelas contribuições em minhas pesquisas e trajetória acadêmica, mas, principalmente, por acreditarem em mim nesse processo formativo e de pesquisa.

Agradeço de maneira especial a secretária Adriana Telles, em nome de todos os trabalhadores da UEPG, os que cortam a grama, os que zelam dos banheiros, os que cuidam da segurança, os que atuam nas funções burocráticas e administrativas, sem os quais não seria possível o funcionamento da Universidade, trabalhadores que, nem sempre, são lembrados no ambiente acadêmico, muitas vezes dominado pelo estrelismo dos doutos.

A todos os funcionários e professores que lutam em defesa da Universidade pública, gratuita, estatal, democrática e de qualidade socialmente referenciada.

Aos colegas de estudos do doutorado, ingressantes no ano de 2015.

Ao Grupo de Pesquisa História, Intelectuais e Educação (GEPHIED)

Aos estudantes do Ensino Médio das escolas públicas com os quais convivo e trabalho nas aulas de filosofia, pela partilha e construção do conhecimento.

À Andréa Gabrielle de Ridder e sua filha Andréa de Ridder Vieira pelo apoio, pela disponibilização de arquivos sobre Vieira Netto. À Andréa Gabrielle, o agradecimento especial pela entrevista concedida, assim como à Iracema Elis de Faria, Prof. René Ariel Dotti e Wilson Previde que, gentilmente, concederam entrevista sobre Vieira Netto o que muito contribuiu para essa pesquisa.

Aos servidores do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná e do Ministério Público Federal, Procuradoria Regional da República, 3^a Região, ao Diretório Estadual Partido Comunista Brasileiro no Paraná, à Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná (Biblioteca), ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (Museu Histórico da OAB, Centro de Memória) por todas as informações prestadas e a disponibilização dos vários documentos históricos utilizados durante a pesquisa.

Aos professores Niltonci Chaves, Gisele Masson, Peri Mesquida, Renato Lopes Leite e Simone de Fátima Flach pelas valiosas contribuições.

À Capes pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsa, o que possibilitou as condições materiais para a realização da pesquisa.

Todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo” um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2001, p. 53).

[...] o verdadeiro filósofo é - e não pode deixar de ser - nada mais do que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que todo indivíduo faz parte (GRAMSCI, 1999, p 413).

Nada havia a temer dos meus feitos. Os meus pecados não contavam. Os grandes crimes de minha vida eram o Trabalho e o Pensamento. Assim voltei. Para ser preso, processado, interrogado sobre os Livros que havia lido, as opiniões que formara sobre a História Política, a Sociologia do meu país, sobre as ideias que pensava e o trabalho que fazia, o ensino que eu transmitia. (DOPS-PR, PI 2194-400, p. 140)

Chegara-se à conclusão um tanto exagerada, de que eu era “um professor brilhante, querido dos alunos e que, assim, poderia ser nefasto à mocidade”. (DOPS-PR, PI 2194-400, p. 140)

COSTA, Regis Clemente da. José Rodrigues Vieira Netto: intelectual orgânico, professor brilhante, advogado perseguido, cidadão sem direitos (1945-1973). 375f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo analisar a trajetória de José Rodrigues Vieira Netto, privilegiando explicar sua atuação na organização do projeto societário e educativo de caráter comunista e suas ações para mobilizar a sociedade a lutar em defesa desta proposta ético-política. O percurso analítico prevê compreender a formação de Vieira Netto a partir de suas heranças familiares, enfatizando o olhar sobre a formação escolar e a formação universitária; discutir a sua projeção e o contexto de sua atuação profissional como professor, advogado e promotor público; caracterizar seus principais campos de militância, com destaque à Aliança Liberal, ao Partido Comunista Brasileiro, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, bem como as consequências dessa militância com a sua cassação e perseguição e, por fim, discutir o projeto societário e formativo de Vieira Netto relacionado ao projeto formativo do Partido Comunista Brasileiro, privilegiando uma análise da visão societária e educativa presente em suas ações e suas produções. As análises estão circunscritas ao período de 1945 a 1973, expressando o momento de filiação desta personalidade ao Partido Comunista do Brasil (1945) e o ano de seu falecimento (1973). Esta tese insere-se na História Intelectual, num movimento para compreender os sujeitos denominados intelectuais, por sua postura e atuação perante as causas da sociedade, em especial, ao assumirem posições de defesa dos chamados valores universais, como justiça, verdade e democracia. Diante das possibilidades de análise, optamos pela proposição teórica de Antônio Gramsci, particularmente o conceito de intelectual orgânico - organizador da cultura – que se trata de um agente político determinante, pois seu trabalho não se esgota na produção do conhecimento científico, artístico, filosófico, mas estende-se, principalmente, ao exercício da função organizativa, própria das lutas sociais e políticas. Esta tese apoia-se, também, nas fontes, oriundas das atas da Universidade Federal do Paraná, dos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social, Paraná, dos arquivos da Plataforma 'Brasil: Nunca Mais' Digital, das entrevistas, dos livros memorialistas para explicar como Vieira Netto atuou para sistematizar um projeto societário e de formação humana, assim como para mobilizar a classe trabalhadora a engajar-se e a lutar por esse projeto. Sustenta-se que Vieira Netto atuou como intelectual orgânico na construção do projeto societário e formativo comunista no Paraná, pois exerceu a função de professor, de advogado, de promotor público, integrou a Aliança Liberal, militou junto ao PCB elegeu-se deputado estadual e atuou junto a movimentos sociais. Essa militância implicou em um conjunto de consequências, uma vez que, de 1945 a 1973, ele foi fichado e constantemente vigiado, embora tenha sido absolvido nos processos que sofreu na ditadura militar. Foi, também, cassado em 1948, mas teve seu mandato de deputado estadual restaurado, simbolicamente, em 2013. Porém, mesmo tendo sido vítima do controle ideológico, de perseguições, de prisões e processos, manteve-se convicto de suas posições teórico-práticas, atuando na organização da cultura e na luta em defesa do projeto societário e de formação humana.

Palavras-chave: José Rodrigues Vieira Netto. Intelectual orgânico. Organizador da cultura. Formação humana. História da Educação. História Intelectual.

COSTA, Regis Clemente da. José Rodrigues Vieira Netto: an organic intellectual, a bright professor, a persecuted lawyer and a citizen without rights (1945-1973). 375p. Thesis (Doctoral Program in Education) – State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018

ABSTRACT

This thesis aimed at analyzing the trajectory of José Rodrigues Vieira Netto, privileging the explanation of his action in the organization of the social and educational project of communist character as well as his work mobilizing the society for the fight defending this ethical-political proposal. The analytical process aims at understanding Vieira Netto's qualification from his family inheritance, emphasizing a view on his school education and his university graduation; discussing his projection and the context of his professional activity as a professor, lawyer and public prosecutor; characterizing his main activism fields, highlighting the Liberal Alliance, the Brazilian Communist Party and the Legislative Assembly of the State of Parana, as well as the consequences of this activism with the restriction of his rights and persecution; and, finally, discussing Vieira Netto's social and educational project in close relation to the Brazilian Communist Party's educational project, privileging an analysis of the social and educational view present in his actions and productions. The analyses comprise the period from 1945 and 1973, including the moment Vieira Netto's joined the Brazilian Communist Party (1945) and the year he died (1973). This thesis integrates the Intellectual History, in a movement to understand the subjects called intellectuals due to their posture and action when facing social issues, mainly, when they adopted positions of defence of the so-called universal rights such as justice, truth and democracy. Regarding our analysis, we chose Antonio Gramsci's theory, mainly the concept of organic intellectual – culture organizer – who is a determining political agent, since his work is not exhausted in the production of scientific, artistic or philosophical knowledge, but is extended, mainly to the duty of the organizing function, which is characteristic of the social and political fights. This thesis is also supported by sources found in the minutes of the Federal University of Parana, the archives of the Political and Social Order Agency in Parana, the archives of the digital platform 'Brasil: Nunca Mais' (Brazil: Never More), interviews, and memoir books to explain how Vieira Netto worked to systematize a social project of human education, as well as to mobilize the working class to engage the fight for this project. Our view defends that Vieira Netto acted as an organic intellectual in the construction of the communist social and educational program in Parana, since he was a professor, lawyer and public prosecutor, member of the Liberal Alliance, an activist in PCB (Brazilian Communist Party) becoming a State deputy and acting in social movements. This activism had consequences, since from 1945 to 1973 he was booked and constantly monitored, despite having been acquitted in the processes that he had faced during the military dictatorship. His rights as a politician were also restricted in 1948, but his mandate as a State deputy was symbolically restored in 2013. However, even having been a victim of the ideological control, persecutions, imprisonment and law suits, he kept his theoretical approach and his praxis, acting as a culture organizer and in the fight defending the social and human educational project.

Keywords: José Rodrigues Vieira Netto. Organic Intellectual. Culture Organizer. Human Education. History of Education. Intellectual History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	- Produções de Vieira Netto.....	78
Quadro 2	- Os deputados Constituintes do estado do Paraná e o número de discursos na Assembleia Constituinte, conforme Anais da Assembleia Constituinte, entre março e abril de 1947.....	176
Quadro 3	- Conteúdo dos discursos de Vieira Netto na Assembleia Constituinte, entre março e abril de 1947.....	177
Quadro 4	- Pedidos de palavra e intervenções de Vieira Netto nas sessões de março a abril de 1947.....	178
Quadro 5	- Principais assuntos abordados por Vieira Netto no uso da palavra nas sessões entre março e abril de 1947.....	178
Quadro 6	- Pastas dos arquivos do Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM Digital) que contêm arquivos referentes a Vieira Netto no contexto da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).....	250
Quadro 7	- Habeas Corpus impetrados em favor de José Rodrigues Vieira Netto.....	252
Organograma 1	- Genealogia de Vieira Netto (1ª à 4ª Geração).....	54
Organograma 2	- Genealogia de Irmina Miró Guimarães, esposa de Vieira Netto.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS

AI 1	Ato Institucional nº 1
AI 2	Ato Institucional nº 2
AI 5	Ato Institucional nº 5
ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
APUFPR	Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNM	Brasil: Nunca Mais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPC	Centro Popular de Cultura
COUN	Conselho Universitário
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
ESG	Escola Superior de Guerra
IAP	Instituto dos Advogados do Paraná
IPM	Inquérito Policial Militar
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LEC	Liga Eleitoral Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro (Partido Comunista do Brasil de 1922-1961. A partir de 1961, Partido Comunista Brasileiro)
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PRP	Partido de Representação Popular
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SciELO	Scientific Electronic Library Online (SciELO).
SOPS	Serviço de Ordem Política e Social
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional (UDN)
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO E PROJEÇÃO PROFISSIONAL DE VIEIRA NETTO	48
1.1 - Heranças familiares, formação inicial e ingresso na escola.....	51
1.2 - Entrada no curso de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito do Paraná: manutenção de herança paterna.....	66
1.3 - Da formação jurídica à atuação profissional: professor, promotor, advogado, presidente do IAP e da OAB-PR.....	72
CAPÍTULO 2 - VIEIRA NETTO: FILIAÇÃO E MILITÂNCIA NO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO	114
2.1 - Da aliança liberal à militância no PCB.....	116
2.2 - As candidaturas em tempo de legalidade e a eleição a deputado pelo PCB.....	157
2.3 - Atuação parlamentar de Vieira Netto e os comunistas candidatos no período da ilegalidade do PCB.....	169
CAPÍTULO 3 - VIEIRA NETTO: MILITANTE PERSEGUIDO E PRESO	195
3.1 - Cassação do seu mandato parlamentar.....	198
3.2 - Perseguição e prisão no caso Congresso Pró-Paz e agressão policial no caso Lazier.....	207
3.3 - Aposentadoria compulsória, perseguição e prisão no período da ditadura militar.....	224
CAPÍTULO 4 - VIEIRA NETTO: PROJETO SOCIETÁRIO E FORMATIVO A PARTIR DA PRÁXIS MARXISTA	265
4.1 - A crítica social de Vieira Netto às contradições na política e ao sistema capitalista.....	267
4.2 - A crítica social no contexto da censura e da criminalização do pensamento.....	295
4.3 - Horizonte de expectativa: as proposições de Vieira Netto na perspectiva transformadora	302
CONSIDERAÇÕES FINAIS	325
FONTES E ARQUIVOS PESQUISADOS	337
REFERÊNCIAS	347
TESES E DISSERTAÇÕES	355
ANEXOS	361

INTRODUÇÃO

A compreensão em relação à educação e à formação humana tem diferentes abordagens e referenciais teóricos na sociedade. Nesta tese, trabalhamos com o referencial teórico construído por Gramsci, particularmente com os conceitos de intelectual orgânico e de cultura. Nesse sentido, as questões que se referem à educação e à formação humana são compreendidas na perspectiva de que o intelectual acredita e age no contexto de um projeto societário, insere-se na sociedade e busca a formação dos sujeitos a ela ligados, por meio de práticas culturais, visão de mundo e ações políticas, a fim de transformar a ordem dessa mesma sociedade.

O objeto desta pesquisa é a vida do advogado, professor, militante comunista e deputado pelo PCB José Rodrigues Vieira Netto¹ (ANEXO F) e tem como objetivo geral analisar a sua trajetória, privilegiando compreender sua atuação na organização de um projeto societário e educativo de caráter comunista e suas ações para mobilizar a sociedade a lutar em defesa desta proposta ético-política. Esta análise está circunscrita entre 1945 e 1973, recorte que expressa o momento de filiação desta personalidade ao Partido Comunista do Brasil² - PCB³ (1945) e ano de seu falecimento (1973).

A narrativa desta tese estabelece como objetivos específicos: compreender a formação de Vieira Netto a partir de suas heranças familiares, enfatizando o olhar sobre a formação escolar e a formação universitária; discutir a projeção de Vieira Netto e o contexto de sua atuação profissional como professor, advogado e promotor público; debater os principais campos de militância de Vieira Netto, com destaque à Aliança Liberal, ao PCB, à ALEP, e as consequências dessa militância com a sua cassação e perseguição e, por fim, articular o projeto societário e formativo de Vieira Netto ao projeto formativo do PCB, privilegiando uma análise da visão societária e educativa presente em suas ações e suas produções.

Vieira Netto tem origem familiar histórica na política paranaense. Seu pai foi deputado estadual no Paraná em duas legislaturas (1914-1917; 1935-1936) e, ainda, foi professor da Universidade do Paraná, esteve envolvido em mobilizações no

¹ Doravante Vieira Netto.

² A discussão sobre o PCB e a entrada de Vieira Netto no Partido será feita no segundo capítulo da tese.

³ A partir de então usaremos apenas PCB.

contexto da Era Vargas e foi o fundador da Academia Paranaense de Letras. Observa-se que Vieira Netto encerrava-se nas fileiras de famílias que herdavam capital político e capital cultural. Ele materializa essa tendência à medida que frequentou o curso de Ciência Jurídica da Faculdade de Direito do Paraná, passando a exercer atividades no Instituto dos Advogados do Paraná (IAP) e chegando ao mandato de presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional Paraná.

Na década de 1940, ele se filiou ao PCB. Nesse partido, militou até a década de 1970, quando faleceu. Após o fim do Estado Novo, com a legalização do PCB, Vieira Netto foi candidato a deputado federal por este partido, em 1945, não sendo eleito. Em 1946, candidatou-se a deputado estadual pelo mesmo partido e, nas eleições realizadas em janeiro de 1947, elegeu-se. Seu mandato, no entanto, foi curto devido, novamente o PCB ter sido colocado na ilegalidade em 1948, pelo Presidente Dutra. Sua militância nesta agremiação partidária, no entanto, continuou após a sigla ter sido colocada na ilegalidade. As candidaturas dos comunistas, no contexto da ilegalidade, aconteciam por meio de outras legendas e, por vezes, identificavam os candidatos comunistas às suas lideranças de maior expressão, como o caso de Vieira Netto, no Paraná e Prestes a nível Nacional. Essa identificação se dava, por exemplo, nas propagandas destacando os “[...] candidatos de Vieira Netto” (DOPS – PR, FI 45.992) e os “[...] candidatos de Prestes” em referência a Luiz Carlos Prestes (DOPS - BR PRAPPR.PB004.PT780a.89; BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174).

No ano de 1957, Vieira Netto foi aprovado em concurso para a Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, como Docente Livre e, posteriormente, como professor Catedrático de Direito Civil. Sua atuação de professor ganhou reverberação por ocasião do processo que desencadeou sua aposentadoria compulsória, no ano de 1964. No período em que esteve à frente da Cátedra de Direito Civil, foi paraninfo de duas turmas de formandos. Na primeira ocasião, participou da formatura dos estudantes que lhe renderam homenagem, porém, na segunda vez, por já estar processado e aposentado de maneira forçada pelo golpe que sofrera, tanto dos militares, quanto daqueles que conduziram seu processo interno na Universidade do Paraná, foi proibido de fazer seu discurso, no entanto, redigiu o texto e o distribuiu aos formandos. Esse discurso é intitulado “*Sobre as quatro liberdades*”⁴ (DOPS-PR, PI 2194-400).

⁴ O texto “Sobre as quatro liberdades” encontra-se na íntegra nos arquivos da DOPS-PR, na pasta sobre José Rodrigues Vieira Netto (PI 2194-400, p. 137-161). Foi composto e impresso pela Editora

Este objeto de investigação tem relação com minhas incursões nos movimentos sociais, e nas indagações que suscitavam nesses meios sobre a relação dos intelectuais dos meios universitários e aqueles ligados à realidade concreta dos trabalhadores. Em alguns espaços de estudo e reflexão junto a tais movimentos, faltavam elementos de análise e entendimento histórico do termo intelectual. No entanto, mesmo diante dos limites da análise e do significado da função e da atuação dos intelectuais, intensificavam-se questionamentos importantes.

Dentre estes questionamentos, a questão central era em torno da produção do conhecimento e a serviço 'de quem' está essa produção, se é da manutenção das relações de exploração na sociedade ou da sua transformação. A perspectiva da produção do conhecimento entre os movimentos sociais era de que o conhecimento produzido em nível acadêmico deveria estar a serviço da sociedade e da transformação da realidade política, social, econômica e cultural.

Início com essa história, pois, para mim, o conceito de intelectual surgiu primeiro da vivência prática nos meios populares, junto aos movimentos sociais e comunidades eclesiais da Igreja Católica, que atuavam nas periferias das cidades, junto aos trabalhadores dessas regiões. Nesse contexto, esse era o referencial de intelectual; posso dizer que era o único, até porque não conhecia outra forma de atuação dos estudiosos, dos ditos doutores, que não fosse - estar junto ao povo na realidade concreta em que viviam, contribuindo para a busca de justiça e na luta por transformação.

Como já dito, nas reflexões que tive oportunidade de presenciar junto aos movimentos sociais, faltavam-me elementos mais sólidos e conhecimentos teórico e histórico para compreensão mais aprofundada do que se relacionava aos intelectuais, aos meios acadêmicos, ao espaço de construção do conhecimento e entre a ação junto àqueles que não têm acesso a esses espaços, por vezes elitistas, burgueses, seletivos, segregadores e voltados à manutenção do status quo e de manutenção da lógica academicista, fechados em si mesmos.

Além deste aspecto de natureza subjetiva, é importante assinalar que o estudo da trajetória de Vieira Netto se justifica pela contribuição acadêmica, ética e política, em particular para a história da educação, no que se refere ao estudo dos intelectuais e, mais especificamente, de um intelectual que atuou na perspectiva da

Lítero Técnica. Na tese, utilizamos esse documento como fonte para as discussões sobre o referido discurso.

formação humana, tendo como base a teoria e a práxis marxista. A justificativa para esta tese também está relacionada à ausência de estudos acadêmicos, em nível de mestrado e doutorado, de artigos científicos envolvendo a trajetória dessa personagem, tendo em vista a relevância de sua atuação de professor, advogado, militante comunista e deputado estadual pelo PCB.

A ausência de trabalhos acadêmicos específicos sobre Vieira Netto pode ser constatada quando realizamos a pesquisa por teses, dissertações e artigos científicos. Os trabalhos encontrados trazem referências a Vieira Netto, porém, como parte de outras pesquisas, sendo a maioria delas ligadas ao estudo de contextos envolvendo o comunismo e os comunistas, no Estado do Paraná. Vale destacar, no entanto, que a pesquisa por temas relacionados ao comunismo no Brasil e aos intelectuais comunistas no Brasil, indicou número significativo de produções.

Como parte da justificativa da construção desta tese, apresentamos os dados da revisão de literatura, que compõem o arcabouço das produções acadêmicas sobre a temática investigada. A revisão de literatura tem como objetivo verificar como está a produção acadêmica sobre temas como comunismo no Brasil, comunismo no Paraná, intelectuais comunistas e sobre a própria personagem. Nesse sentido, temos nessa revisão de literatura: teses, dissertações e artigos científicos que foram encontrados no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico e na Scientific Electronic Library Online (SciELO).

A pesquisa realizada contemplou os termos comunismo no Brasil, comunismo no Paraná, intelectuais comunistas e José Rodrigues Vieira Netto. Os trabalhos encontrados, relacionados às produções sobre o comunismo no Brasil, abordam várias temáticas, dentre elas, a trajetória e atuação do Partido Comunista Brasileiro, com as teses de Cabrera (2008), Schlesener (2001) e Mattos (2010) e as dissertações de Peixoto (2006), Alves (2011), Aguenta (2004), Lima (1995), Taffarello (2009), Peixoto (2010), Goulart (2013), Ruckert (2007), Souza (2008); o anticomunismo com as teses de Cavalcante Neto (2013), Motta (2000), Samwais (2014) e as dissertações de Silva (2000), Marques (2011), Franquetti (2008), Bett (2010), Reis (2011), Silva (2008); os escritores comunistas com a tese de Martins (2012) e Palamartchuk (2003); o comunismo na imprensa, tese de Mariani (1996); a imprensa comunista, com as dissertações de Lima Neto (2006) e Silva (2014); a revolução, com as teses de

Fernandes (2012), Sales (2005), Gomes (2015) e a dissertação de Ferreira (2004); a Guerra Fria, com as dissertações de Arbex (2012) e Dias (2002); a educação no partido, com a tese de Conceição (1999) e as dissertações de Ruckert (1987) e Rodrigues (2011).

Na pesquisa por intelectuais comunistas, os trabalhos encontrados se referem à trajetória de intelectuais, militantes e lideranças comunistas, com destaque para as teses de Czajka (2009), Rodrigues (2010), Falcón (2007), Leão (1994), Silveira (2013) e Silva (2015) e as dissertações de Soares (2012), Amaral (2003), Silveira (2012), Lena Júnior (1999), Oliveira (2013), Palamartchuk (1997), Neves (2006), Conte (2010), Aquino (2007), Oliveira (1998).

No que tange aos estudos sobre o comunismo no Paraná, encontramos poucos trabalhos produzidos por meio de teses e dissertações, concentrando maior número nos artigos científicos. Em ambos os trabalhos encontrados, destaca-se a produção ligada à atuação dos comunistas nos movimentos operários do campo e da cidade. Em relação às teses, encontramos os trabalhos de Nascimento (2014), Ipólito (2016) e Monteiro (2013). As dissertações encontradas foram produzidas por Silva (2014), Castanho (2006), Brito (2015), Souza (2008), Franchetti (2008), Brunelo (2006), Tolentino (2015), Ipólito (2009), Reggiani (2015), Alves (2012), Monteiro (2007), Gonçalves (2004), Gimenez (2003), Abreu (2015) e Matos (2014).

Dentre os trabalhos encontrados na revisão de literatura, nenhum deles trata especificamente de Vieira Netto. A partir dessa constatação, realizamos uma busca refinada, a fim de localizar nos trabalhos encontrados alguma menção a Vieira Netto. Nessa nova busca nos trabalhos encontrados, a partir da pesquisa com a palavra-chave comunismo no Paraná, foi possível localizar duas teses, quatro dissertações e quatro artigos que citam Vieira Netto. No entanto, nos trabalhos sobre o comunismo no Brasil e sobre os intelectuais comunistas, não encontramos nenhuma tese, dissertação ou artigo que citam Vieira Netto.

As teses encontradas que trazem referência a Vieira Netto são de Ipólito (2016) e Monteiro (2013). Ipólito discute a vigilância da DOPS sobre as atividades desenvolvidas pelo PCB nos anos de 1945 a 1953. A autora cita Vieira Netto por várias vezes ao longo do texto, discutindo questões ligadas à eleição dele, as intimações para depor na DOPS, controle e interceptação de cartas e materiais enviados, via correio, aos militantes em outras cidades paranaenses, a vigilância e, em alguns

casos, até mesmo a proibição de atividades, reuniões e eventos organizados pelo PCB e por Vieira Netto.

A tese de Monteiro (2013) discute a relação entre a militância do PCB, no período da legalidade do partido, de 1945 a 1947, citando Vieira Netto com relativo destaque à sua liderança no PCB no Paraná, sua eleição para deputado estadual, a qualidade dos debates travados como deputado, sua luta contra o fascismo, seus discursos em comícios e junto aos trabalhadores. A autora discute, ainda, as questões ligadas ao curto período da legalidade do PCB e, novamente, a ilegalidade, que fez com que os candidatos comunistas fossem apresentados como candidatos de Vieira Netto, porém, em outras legendas (DOPS – PR, FI 45.992).

As dissertações que citam Vieira Netto são de Monteiro (2007), Gonçalves (2004), Gimenez (2003) e Abreu (2015). Monteiro (2007) aborda o contexto da militância dos comunistas junto aos trabalhadores das ferrovias paranaenses e, ao citá-lo, traz algumas ações de arrecadação de recursos para a eleição para deputado estadual, em 1947. Tal fato, segundo a autora, foi descoberto, pois um dos doadores foi preso e interrogado pela DOPS. Gonçalves (2004) discute o perfil socioeconômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro, de 1945 a 1964, citando Vieira Netto como integrante da classe dominante curitibana que militava no PCB.

A dissertação de Gimenez (2003) discute o anticomunismo na sociedade curitibana, nos anos de 1947 a 1964, relacionando esse contexto ao medo da revolução social. Nesse sentido, cita Vieira Netto, quando de sua manifestação sobre uma encíclica da igreja Católica sobre os trabalhadores. Abreu (2015) discute em sua dissertação a Operação Pequeno Príncipe, que foi uma ação repressiva ocorrida em 1978, em Curitiba, envolvendo duas pré-escolas, denominadas Oficina e Oca, que foram acusadas de doutrinar crianças dentro de princípios marxistas e que ainda serviriam de fachada para atividades contra o governo. Essa dissertação cita Vieira Netto em relação aos inquéritos a que foi submetido e à perseguição da polícia, até mesmo após sua morte.

Em relação aos quatro artigos que citam Vieira Netto, três são de Ipólito. O primeiro (IPÓLITO, 2014) discute a construção do mito da conspiração comunista pela DOPS no Paraná; o segundo (IPÓLITO, 2015) aborda o perigo vermelho no Paraná, remetendo à luta do Partido Comunista Brasileiro e o terceiro artigo em que Ipólito (2016) cita Vieira Netto, discute a DOPS, o PCB e o mito da conspiração comunista

no Paraná (1945-1953). O quarto artigo é de Dutra (2004) e debate o movimento militar no Paraná no contexto da chamada revolução/golpe militar de 1964.

Há, ainda, a referência de outras obras sobre Vieira Netto. Algumas dessas são de cunho acadêmico e outras são escritos memorialistas ou de biografia pessoal. Dentre as obras de cunho acadêmico, encontramos o livro de Heller (1988), sobre a resistência democrática e a repressão no Paraná, que faz menção a Vieira Netto e ao contexto de sua atuação como advogado, professor do curso de Direito da UFPR, militante comunista e deputado estadual, eleito pelo PCB em 1947 e cassado em 1948⁵.

Outro livro de referência no estudo do comunismo e dos comunistas no Paraná, que traz referências sobre Vieira Netto e sua militância no Partido Comunista, foi organizado por Codato e Kieller (2008). Essa obra engloba resultados de pesquisas acadêmicas sobre a temática, com entrevistas feitas com lideranças comunistas no Paraná. As menções a Vieira Netto, nessa obra, reforçam sua atuação em movimentos sociais, atuação como advogado, orador, militante comunista e deputado estadual. Ainda sobre o comunismo no Paraná e a atuação do Partido Comunista Brasileiro e dos comunistas vinculados a esse partido, o livro de Codato e Santos (2006) aborda a questão eleitoral e o desempenho de candidatos ligados ao PCB e o envolvimento dos comunistas nas lutas sociais no Paraná. Outras obras encontradas e incluídas como fruto de produção acadêmica são de Priori (2003, 2009, 2011) e Silva (1996), abordando o contexto sobre o PCB e a luta pela terra no Norte do Paraná, nas décadas de 1940, 1950 e 1960.

Dentre as obras memorialistas e biográficas, encontramos o livro de Cecília Maria Vieira Helm (2012) que apresenta a biografia de José Rodrigues Vieira Netto e reconstitui a memória do advogado, professor, deputado e militante, apresentando-o como um grande mestre. Oikawa (2011) descreve o contexto do sindicalismo rural, da luta pela terra e a relação dos comunistas e católicos. Essa obra traz várias referências à atuação de Vieira Netto como presidente do PCB Paraná, no apoio à luta pela posse da terra em Porecatu, no Norte do Paraná. Dentre outras memórias, a obra faz

⁵ A cassação do mandato de Vieira Netto está associada à cassação do Registro do Partido Comunista do Brasil pelo Decreto nº 1.841, pelo Superior Tribunal Eleitoral, na seção de 07 de maio de 1947, Processo nº 411/412. (BRASIL, 1947). A discussão e análise sobre a cassação do registro PCB em nível nacional e a cassação do mandato de deputado estadual de Vieira Netto em 1948, por consequência desse decreto, serão aprofundados no segundo capítulo da tese.

menção ao discurso de Vieira Netto na Assembleia Legislativa do Paraná, quando de sua atuação parlamentar, nos anos 1947 e 1948.

Os trabalhos acadêmicos encontrados na revisão de literatura, assim como os livros de memória sobre o PCB e a suas ações, evidenciam o engajamento de Vieira Netto no projeto societário e formativo do PCB no Paraná, organicamente ligado ao projeto de uma classe social específica, portanto um intelectual orgânico, organizador da cultura, na perspectiva gramsciana, e reforça a justificativa de estudar Vieira Netto e sua trajetória, tendo em vista a relevância de sua atuação no meio jurídico como advogado, atuação de professor, na militância política, de deputado estadual pelo PCB e pela sua intervenção nos movimentos sociais.

Assim sendo, esta análise insere Vieira Netto na discussão sobre o papel dos intelectuais na organização da cultura. O recorte em Vieira Netto está circunscrito ao debate a respeito do papel do intelectual na sociedade. Há intenso debate sobre o papel social do intelectual. Em se tratando dos intelectuais e sua inserção na sociedade, faz-se necessária a compreensão do nascimento deste personagem e em que contexto ele passa a ser reconhecido como alguém que, a partir de suas ideias e suas ações, pode atuar no próprio mundo social.

Vieira Netto está inserido no que Gramsci denominou de intelectual orgânico e intelectual como organizador da cultura, pois este seria um agente político determinante, uma vez que seu trabalho não se esgota na produção do conhecimento científico, artístico, filosófico. O saber e a sua disseminação envolvem também os processos de organização e de direção das instituições e dos movimentos sociais, no contexto da organização da cultura (GRAMSCI, 2001; VIEIRA, 2008).

Desse modo, busca-se explicar como Vieira Netto atuou para sistematizar e mobilizar a sociedade para defender o projeto societário e formativo comunista no Paraná. A tese a ser evidenciada é que Vieira Netto atuou como intelectual orgânico na construção do projeto societário e formativo comunista no Paraná. Essa condição está diretamente ligada ao campo da intelectualidade e à inserção na sociedade, pois ele exerceu a função de professor, de advogado, de promotor público, integrou a Aliança Liberal, militou junto ao PCB e em movimentos sociais.

No entanto, antes de aprofundar a discussão sobre a trajetória de Vieira Netto e sua inserção como intelectual orgânico na sociedade paranaense e propriamente o conceito de intelectual orgânico em Gramsci, faz-se importante contextualizar o

nascimento do intelectual e as transformações por que passou, tanto o conceito de intelectual como a própria atuação do intelectual na sociedade.

O surgimento do intelectual como figura social, com relativa autonomia e razão crítica, data do século XVIII, pouco antes do termo ser oficialmente cunhado perante a sociedade francesa, a partir do Caso Dreyfus, no final do século XIX. Nesse contexto, a Igreja, o clero, a nobreza, os estados absolutistas, segundo Bastos e Rêgo (1999), representavam os poderes constituídos, dos quais os intelectuais buscavam se desvencilhar, em face à busca da autonomia e da crítica social. Essa afirmação é corroborada por vários pesquisadores e estudiosos da área, dentre eles, Losurdo (1997) ao apontar que a formação de uma classe de intelectuais, não subordinados no plano hierárquico e doutrinário a uma igreja e não ligados de modo orgânico a uma classe social é um fenômeno que se torna plenamente perceptível no período setecentista francês.

Para Bobbio (1997), o nome é relativamente recente, mas o tema é antigo e esses sujeitos são chamados “intelectuais” há cerca de um século, o que não obscurece o fato de que os temas que são postos em discussão, sempre existiram quando se discute o problema dos intelectuais, por mais que o nome pelo qual foram chamados sejam *sábios, sapientes, doutos, philosophes, clerics, hommes de lettres, literatos*, entre outros.

Nessa mesma linha, ao afirmar que a gênese do nascimento do intelectual na língua francesa se relaciona ao contexto religioso, sinônimo da palavra *clerc* que conota a ideia de sagrado, Rodrigues (2005) assevera que os ancestrais desses “clérigos”, desde os tempos antigos, encarnam uma função dos sacerdotes-mágicos, enunciadores da verdade sagrada, produtores/guardiões dos mitos.

Esse conceito, no entanto, no final da Idade Média passou por transformação devido à laicidade da vida cultural; nesse sentido, os clérigos leigos eruditos, substituem os clérigos da igreja. Desde então, o clérigo passa a designar homem de cultura, portanto, a função intelectual é imediatamente política, a função política imediatamente clerical (RODRIGUES, 2005).

Lopes (2003) reforça a discussão de que, no século XVIII, existiam elementos em relação à intervenção dos intelectuais na sociedade e que a existência da palavra intelectual, em sentido recente, certamente não existia no século XVIII, nem sequer um número significativo de eruditos organizados de maneira engajada. Nesse sentido, aponta que os filósofos da Ilustração se moviam da esfera da razão prática e,

ênfatizando Voltaire, questiona o fato do batismo do intelectual ter ocorrido somente no final do século XIX, bem como se Voltaire não seria digno desse nome.

A atuação de Voltaire e de outros literatos ou pensadores está inserida no século das luzes que, segundo Rodrigues (2005), forja outro modelo de intelectual moderno, consagrado ao culto da razão, que tem na crítica racional moderna a condição suprema da possibilidade do pensamento do intelectual. “Voltaire, Diderot e os Enciclopedistas constituem a gênese dos denominados ‘literatos’ e /ou ‘pensadores’ que, posteriormente, defendendo os valores universais se organizam como grupo social, no final do século XIX” (RODRIGUES, 2005, p. 398).

A discussão em torno à figura do intelectual no século XVIII e a oficialização do conceito na sociedade europeia no século XIX são antecedidas pela atuação dos intelectuais de longa data. Isso pode ser constatado nas experiências políticas de Cícero no Império Romano, Maquiavel na República de Florença que prenunciavam esse encontro entre os sábios e a esfera pública (VIEIRA, 2008), ou na perspectiva da tradição do intelectual como sujeito moral, que seria inaugurada em Sócrates e que se reproduz ao longo da história dos intelectuais, segundo Bastos e Rêgo (1999).

Porém, é no século XIX, compreendido como o “século da história”, que se cunhou o personagem que iria marcar a sociedade moderna. Trata-se do nascimento do intelectual como sujeito engajado nas causas sociais e da justiça, como destacam Bastos e Rêgo (1999, p. 5): “[...] é intrínseco à condição intelectual o vínculo entre a atividade de pensar e o empenho moral do analista da condição humana”.

Destarte, vale ressaltar que o conceito de intelectual, na perspectiva do engajamento e compromisso social, é fruto de um processo histórico de mudanças no conceito. Esse fundamento se baseia na convicção de que os intelectuais podem contribuir no processo de transformação do mundo, na direção emancipatória da humanidade, de forma a permitir que os cidadãos participem das decisões referentes aos seus destinos (BASTOS; RÊGO, 1999).

Ainda no contexto do surgimento do intelectual, Vieira (2008) aponta que o termo circulava amplamente no ambiente cultural francês da segunda metade do século XIX. Os franceses se apropriaram dos sentidos referentes aos intelectuais, oriundos da Rússia, no entanto, preferiram a palavra *intelligentsia*, usada pelos russos, em favor do termo intelectual, mais precisamente, intelectuais.

Como já apontado, antes do século XIX, é possível encontrar registros de personagens com atuação semelhante que foram denominados intelectuais, no

entanto, é com a publicação do manifesto *J'acuse: lettre au président de la république*, de Émile Zola, no Jornal L'Aurore, em 1898, que o termo intelectual ficou publicamente conhecido, pois demarcou a ação pública de artistas, cientistas e escritores contra o Estado pela quebra de normas jurídicas no processo que movia contra o capitão Alfred Dreyfus (VIEIRA, 2008).

Há, nesse sentido, consenso de que intelectual como substantivo, surge a partir do caso Dreyfus, na França, como podemos observar em Bastos e Rêgo (1999):

O elemento detonador da questão foi, sem dúvida, o caso Dreyfus. Nesse contexto, os escritores e artistas que assinam o protesto contra a violação de direitos se denominam "intelectuais". Com o título "Manifesto dos Intelectuais", o jornal L'Aurore, publicou em 14 de janeiro de 1898: "Os abaixo assinados, em protesto contra a violação das formas jurídicas no processo de 1894, e contra os mistérios que rodeavam o caso Esterhazy, insistem no pedido de revisão". (BASTOS; RÊGO, 1999, p. 24).

Em Silva (2003), também encontramos o apontamento do caso Dreyfus e do texto *J'Acuse*, de Émile Zola, publicado em 1898, como sendo o momento do surgimento do intelectual como categoria social, o que o torna indissociável da luta contra o poder e configura a ideia de ação como condição da existência dos intelectuais.

Debray (1983), ao discutir como se constituiu o conceito de intelectual, aponta que há uma sociologia dos intelectuais e que os alemães foram pioneiros, que há a história dos intelectuais, na qual os italianos se destacam e, ainda, que há uma ontologia dos intelectuais, que é especialidade dos franceses. Essa ontologia, frequentemente, converte-se na negação das concepções alemã e italiana. Nesse contexto, ele destaca que "talvez sobrasse um pequeno lugar para uma *genealogia* da personagem, que não se ligaria à essência, às virtudes, às desgraças, mas às condições e ao princípio de sua criação". (DEBRAY, 1983, p. 11)

Não obstante, Debray (1983, p. 12) assevera que "a função política do intelectual transcende o surgimento sociológico dos intelectuais, tanto quanto a função clerical transcende a instituição divina do clero (ou o religioso, a religião)". Dentre outros apontamentos, ele corrobora com as discussões sobre o surgimento do conceito de intelectual no contexto do caso Dreyfus e destaca que a sociedade francesa, num contexto de tradição e revolução, produziu a palavra intelectual e que,

meio século mais tarde, no contexto de outra guerra, criou a expressão intelectual engajado, segundo ele, uma expressão redundante.

Ainda, nesse sentido, Debray⁶ (1983, p. 250) afirma que

na realidade, o intelectual não designa o homem-que-pensa-o-mundo, mas o homem que *transmite* aos outros homens o que pensa do mundo. O ser mítico se define idealmente, mas o ser real se distingue dos outros por sua função material de agente de transmissão. O intelectual não é homem das ideias, dos números ou das leis, mas o homem da comunicação. Relaciona-se, portanto, com os homens antes de relacionar-se com as coisas ou com as noções: a segunda relação se envolve na e se eleva sobre a primeira; sua função é essencialmente política, como querer a relação de homem para homem.

A partir do caso Dreyfus, o termo intelectual passa de adjetivo para substantivo e, desde então, essa palavra está associada a compromisso civil. Os assinantes dessa petição em defesa de Dreyfus ficaram conhecidos como Dreyfusards. Desde então, a perspectiva de atuação do intelectual é no sentido da defesa de valores universais como a verdade e a justiça. No entanto, essa denominação não é estanque e, assim, como em tempos idos, o termo passou por mudanças na concepção e na ação dos sujeitos envolvidos. Devido às alterações no sentido da história, no contexto das transformações socioeconômicas, crises e ruptura da ordem política, possibilitam novos debates sobre a missão dos intelectuais na nova ordem social e política. (ZUIN, 2003)

No século XX, o intelectual acompanha a curso da história em ocasiões traumáticas como as grandes guerras, Guerra Fria, Guerra na Argélia, dentre outras (RODRIGUES, 2005). As discussões sobre esse contexto são amplas, envolvendo problematizações e análises sobre os intelectuais, desde o início do século, passando pelo pós-Segunda Guerra, pelas questões relacionadas ao engajamento dos intelectuais e chegando até as décadas de 1980 e 1990, quando ela identifica uma mudança na posição dos intelectuais, como sendo o fim da ideia sartreana sobre o tema. Em todos esses momentos, os intelectuais ou estão inseridos nas realidades concretas da sociedade, atuando nas causas sociais, políticas e de justiça ou são criticados ou questionados por sua omissão diante desses acontecimentos.

⁶ Na obra '*O escriba: gênese do político*' Debray (1983) traz também vários apontamentos sobre a discussão a respeito dos intelectuais na perspectiva de Marx e de outros pensadores marxistas como Lenin e Gramsci, abordando temáticas como "o idealismo marxista ou Marx contra os intelectuais"; "o idealismo burguês ou os intelectuais contra Marx". Uma obra que, certamente, traz contribuições para outros estudos que se possam empreender sobre como se construiu, na França, o conceito de intelectual.

Em meio aos vários acontecimentos envolvendo os intelectuais no século XX, vale ressaltar o que caracteriza o intelectual é o fato de ter adquirido notoriedade, colocando seus dotes de retórica e seu prestígio pessoal a serviço do bem-estar de seus compatriotas e, além disso, o fato de atuar na defesa de valores universais como a verdade e a justiça (LOPES, 2003).

No contexto da inserção do intelectual nas questões políticas, em favor de causas morais, Vittorini (1945), ao apontar questões relacionadas às consequências da Segunda Guerra Mundial e do fascismo, dirige-se aos intelectuais italianos afirmando que todos eles conheceram o fascismo e que os crimes cometidos por esse regime eram do conhecimento desses intelectuais, no entanto, repetiram-se na Itália. Desse modo, o intelectual deveria atuar no sentido de fazer surgir uma cultura que estivesse voltada à defesa do homem e não ao seu mero consolo.

As discussões de Vittorini se relacionam ao engajamento dos intelectuais, semelhante ao que apresenta Jean Paul Sartre com seu manifesto dos intelectuais. Segundo Bastos e Rêgo (1999), pode-se dizer que se trata de um programa dos intelectuais europeus do pós-guerra e, também, que a configuração do texto de Sartre, o define como uma declaração de intenções sobre as responsabilidades dos intelectuais diante de uma situação de crise histórica, em que é possível encontrar um duplo aspecto, pois “[...] propõe-se a realizar um diagnóstico sobre os erros cometidos no passado e lança um apelo a que os intelectuais assumam suas responsabilidades na reordenação da sociedade no presente, com vistas ao futuro”. (BASTOS; RÊGO, 1999, p. 30)

A crítica de Sartre aos intelectuais da burguesia fica explícita, uma vez que se vendem na produção de suas obras, trocando a escrita, o canto, por dinheiro. Sartre chama esses intelectuais de estudantes bolsistas (SARTRE, 1945). Nesse sentido, se dirige aos escritores à tomada de posição, pois “[...] o escritor está em situação em sua época: cada palavra tem repercussão. Cada silêncio também” (SARTRE, 1945, p. 131). Fazendo menção a acontecimentos como o processo de Calas e Voltaire, Dreyfus e Zola, a administração do Congo e Gide, assevera Sartre, que cada um desses autores, em circunstância particular da vida, avaliou sua responsabilidade de escritor, já que agimos sobre nosso tempo.

Sartre aprofunda a discussão sobre o sentido do engajamento não só dos escritores, como já apontado, mas também dos operários. Esse contexto é abordado de forma a problematizar algumas correntes filosóficas e sociológicas, como o

marxismo e o liberalismo e a relação do operário com a liberdade, apontando que a escolha do operário em ser resignado ou revolucionário determinará um futuro de humilhação sem trégua ou de conquista e de vitória, e ele é responsável por essa escolha. “[...] Não é livre para não escolher: ele é engajado, é preciso apostar – abstenção é uma escolha” (SARTRE, 1945, p. 143).

A relação feita por Sartre entre o operário e o sentido do intelectual, vai em direção do engajamento e do compromisso não somente com a causa individual, mas coletiva, uma vez que sua ação interfere no destino de todos. Para Sartre, a concepção de homem está relacionada ao homem total. “[...] Totalmente engajado, totalmente livre” (SARTRE, 1945, p. 143). A liberdade do homem, nesse contexto, está ligada ao seu engajamento. É nesse sentido que Sartre justifica a literatura engajada, de modo a infundir-lhe sangue novo a serviço da coletividade.

Lopes (2002) assevera que Sartre foi quem melhor representou a nova imagem do intelectual *engagé*. O engajamento dos intelectuais marca o período após a Segunda Guerra Mundial, em que as tiranias não cessaram e essa atuação ganhou maior relevância perante a sociedade no enfrentamento dos poderes e das ações bárbaras presentes no meio social.

O horizonte da atuação dos intelectuais engajados contra a barbárie parece nortear o posicionamento, no período após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, segundo Rodrigues (2005), agora, não mais imbuído do moralismo, mas de uma práxis coletiva, de forma a eliminar a distância entre o pensamento e a ação. Essa práxis levou os intelectuais engajados a se definirem pelo comunismo, como intelectuais orgânicos ou companheiros de trajeto.

Convém lembrar que, a vitória da URSS frente ao nazismo e o trunfo inelutável do Partido Comunista Francês no pós-guerra reforçam a ideia da missão histórica do proletariado, como classe universal e motor da história. Assim, o filósofo e/ou o intelectual engajado atribuem aos sujeitos oprimidos (proletariado, colonizado, minorias étnicas e culturais) a tarefa de restituírem um sentido à História. (RODRIGUES, 2005, p. 405).

A compreensão do intelectual engajado, atuante na defesa das causas humanitárias, com posicionamento crítico diante do mundo, principalmente naquilo que fere os princípios determinados por convenções internacionais, como o caso da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ou ainda ligado às concepções progressistas na sociedade, fundamentam os significados históricos que o termo

intelectual concebeu ao longo dos séculos, desde antes de ter cunhado o significado como substantivo, até os tempos atuais.

Nesse sentido, evidencia-se a figura do intelectual como sujeito necessário para a continuidade de um processo civilizacional básico, em que a barbárie está sempre rondando e que, como já apontado, não foi suficiente para que a humanidade aprendesse com seus próprios erros e atenuasse as tragédias por ela produzidas e reproduzidas, com a participação dos intelectuais, com a omissão ou com o posicionamento contrário, em busca da lucidez que falta aos bárbaros e aos déspotas.

A partir dessa contextualização sobre o nascimento do intelectual, espera-se que as razões tenham sido apresentadas para alçar Vieira Netto à condição de intelectual. Não obstante, é preciso dizer como se pretende estudar este personagem da história paranaense. Esta tese insere-se no âmbito da História Intelectual, campo de estudos ainda novo e que, nas últimas décadas, transformou-se em estimulante objeto de investigação. Por se tratar de uma área nova de estudo, como aponta Silva (2003), a história intelectual é confundida com a história das ideias, história cultural e com a história dos intelectuais, portanto, hesita em ser, de um lado, procedimento de análise e de outro, disciplina em formação.

É importante salientar a existência do debate sobre a história intelectual. Esse debate é oriundo dos estudos sobre a história das ideias ou história da filosofia e há várias vertentes e linhas de estudo. Lopes (2003) corrobora com essa discussão, apontando que o campo de estudos da História Intelectual é vasto, conheceu diversas tendências e trilhou caminhos diferenciados ao longo do século XX, possui interesses diversificados e não há uma forma ou fórmula para defini-la.

Não obstante, o autor afirma que

Diante de diferentes (e de divergentes) maneiras de conceber um objeto comum, esta rica coletânea permite-nos perceber a complexidade conceitual deste campo, além de demonstrar-nos a sua exuberância temática, expressa pela abordagem de um sem-número de autores e assuntos. (LOPES, 2003, p. 9).

Nesse mesmo sentido, Lacerda e Kirschner (2003) indicam que diante desse vasto campo que comporta inúmeras correntes, alguns esquemas foram propostos e, no Brasil, o mais conhecido é o de Robert Darnton, que apresenta as principais categorias da História Intelectual: a história das ideias; a História Intelectual

propriamente dita; a história social das ideias e a história cultural. No entanto, as autoras questionam essa classificação, por estarem repletas de ambiguidades.

A História Intelectual está inserida em um movimento de compreender os sujeitos denominados 'intelectuais', por sua postura e atuação perante as causas da sociedade, no que diz respeito aos chamados valores universais, às causas da justiça e da verdade, que perpassam as questões políticas. Para isso, busca-se reconstituir a experiência dos intelectuais, narrando a sua história. Silva (2003, p. 16), assevera que “[...] a História Intelectual oscila, por um lado, entre uma Sociologia, uma História e, até mesmo, uma biografia dos intelectuais, e por outro, entre uma análise das obras e das ideias como, por exemplo, uma possível versão da história da filosofia”.

Ao apresentar o contexto francês como referência, Silva (2003) aponta as diferentes formas de elucidação, sendo uma sociológica, que enfatiza as redes de sociabilidade, modos de filiação, gerações de intelectuais e campo intelectual, lógica dos lugares, dos interesses e das situações e outra histórica, que aborda a história política dos intelectuais que enfatiza as petições, manifestações e manifestos.

Desta feita, concordamos com Silva (2003, p. 16) ao afirmar que:

a História Intelectual, domínio pluridisciplinar por excelência, possibilita diferentes enfoques, como o dos contextos de produção das ideias, o dos agentes socioprofissionais e o das correntes de pensamento. [...] A História intelectual, tal qual a percebemos, teria por principal pressuposto, restituir, do ponto de vista sociológico, filosófico e histórico, o contexto de produção de uma obra.

E ainda, que, “[...] a história intelectual parece ter por função a restituição das ideias. Elucidando os contextos de produção e de recepção de uma obra, ela possibilita uma melhor apreensão dos universos intelectuais” (SILVA, 2002, p. 13). Campos (2015, p. 106) indica a pluralidade de possibilidades de escrita da História Intelectual.

A caracterização da história intelectual como abordagem implica na existência de variadas formas de escrita sobre os intelectuais. Existem várias, como por exemplo, as decorrentes das discussões estabelecidas pelo contextualismo inglês, pela história conceitual alemã, pela tradição norte-americana (história dos discursos) e história francesa.

Dadas às múltiplas possibilidades de análise, optamos pela experiência produzida por Antônio Gramsci, pois ele se mostra fecundo para problematizar o

objeto desta tese à medida que faz intensa discussão a respeito do intelectual orgânico e do intelectual como organizador da cultura. O intelectual, na perspectiva de Gramsci, segundo Vieira (2008), atua como mediador e a definição de intelectual está relacionada aos dirigentes e organizadores da cultura. Os intelectuais são, também, analisados na obra de Gramsci “[...] como agentes políticos determinantes, isto é, como estrategistas responsáveis pelas funções de domínio e direção cultural” (VIEIRA, 2008, p. 76). O engajamento, como já apontado, é abordado por outros autores em outras épocas e contextos, não sendo uma posição nova, porém, segundo Vieira (2008), o enfoque gramsciano sobre as diferentes dimensões do trabalho intelectual representa uma posição original.

É importante ressaltar que

O trabalho intelectual em Gramsci não se esgota na produção do conhecimento científico, artístico ou filosófico, de maneira que a disseminação do saber, os processos de organização e de direção das instituições e dos movimentos sociais são considerados, também, facetas desse processo de organização da cultura. (VIEIRA, 2008, p. 76).

É nessa perspectiva que se dá, segundo Gramsci (2001), a relação do intelectual com a organicidade da sociedade, ou seja, sua inserção é parte do todo dessa sociedade, com o diferencial de que esse sujeito tem em suas ações o empenho na elaboração e efetivação de um projeto de sociedade voltado à classe à qual pertence, de maneira que as concepções teóricas e o conhecimento acadêmico e científico estejam diretamente ligados à atuação na sociedade, por meio de um projeto político, como partícipe das ações culturais.

O projeto da classe a que se refere Gramsci se contrapõe ao projeto da classe burguesa e sua hegemonia perante a sociedade. Nesse sentido, a classe subalterna cria seus próprios intelectuais e seus grupos de intelectuais, a fim de constituir um projeto político que se efetiva pela luta política e uma nova forma de domínio e de direção política. O intelectual orgânico à classe subalterna, chamado de moderno príncipe por Gramsci, representava o projeto político do dirigente comunista (VIEIRA, 2008).

Ao afirmar que todo grupo social cria para si intelectuais para dar homogeneidade e consciência da própria função, Gramsci (2001) denota que cada

classe tem os seus intelectuais, inclusive intelectuais orgânicos, por estarem inseridos no conjunto da sua classe e na elaboração do referido projeto dessa mesma classe.

Ainda, nessa perspectiva, Gramsci (2001, p. 18) sustenta que “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”, ou seja, para Gramsci, o intelectual só se configura como tal, quando está em relação direta com a organização da classe em que está inserido, de modo a intervir nesses espaços de atuação, criando um sistema de ideias em vista da adesão da classe, embasado numa visão de mundo calcada na transformação. A tarefa de elaborar o projeto e de organizar a classe é atribuída ao intelectual orgânico.

A abordagem em relação aos intelectuais orgânicos, apresentada por Gramsci (2001), traz uma vasta fundamentação no que diz respeito à produção de intelectuais pelas classes dominantes, inclusive com a criação de escolas especializadas na função de preparar o intelectual em instituições de alta cultura. Nesse contexto, o pensador italiano discute as relações que envolvem a escola nesse processo que, tradicionalmente, produz intelectuais, frutos de processos históricos tradicionais concretos.

Vale ressaltar a questão de que o intelectual não se restringe a uma determinada classe, porém o resultado de sua atuação é sim, produto da classe à qual pertence e está inserido organicamente. Para Gramsci (2001, p. 53), “[...] não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*”.

O pensador italiano, ao discutir a questão da terrenalidade do pensamento, relaciona a filosofia da práxis⁷ – termo utilizado por ele para se referir ao materialismo histórico – com a concepção do mundo, reforçando a afirmação de que o *homo faber* não se separa do *homo sapiens*, bem como fundamentando suas afirmações no que tange à atuação do intelectual orgânico, ligado à uma classe e à uma realidade concreta, em vista de sua transformação. Esses intelectuais, por sua vez, estão ligados à uma série de intelectuais dessa mesma classe, que apoia os interesses inerentes à ela.

⁷ O termo filosofia da práxis foi criado por Gramsci no cárcere imposto a ele pelo regime fascista. Para alguns, esse termo foi criado por Gramsci para romper a barreira da censura dos seus escritos, porém, há também, o fato de que a substituição do termo marxismo por filosofia da práxis deve-se ao melhor modo com que Gramsci concebia o marxismo. (VÁZQUEZ, 2011). Para evitar a censura carcerária, que se acentua a partir de 1931, Gramsci usa quase sempre “fundador da filosofia da práxis” para se referir a Marx. Em outras notas, usa também “principal fundador” ou “corifeu da filosofia da práxis”. No plural, a expressão se refere a Marx e Engels. (GRAMSCI, 1999).

Gramsci (1999, p. 154), afirma que,

No plano teórico, a filosofia da práxis não se confunde e não se reduz a nenhuma outra filosofia: ela não é original apenas enquanto supera as filosofias precedentes, mas, sobretudo, enquanto abre um caminho inteiramente novo, isto é, renova de cima a baixo o modo de conceber a própria filosofia.

Nesse sentido, ele ressalta a diferença existente entre a filosofia da práxis e as demais filosofias,

Existe, porém, uma diferença fundamental entre a filosofia da práxis e as outras filosofias: as outras ideologias são criações inorgânicas porque contraditórias, porque voltadas para a conciliação de interesses opostos e contraditórios; a sua “historicidade” será breve, já que a contradição aflora após cada evento do qual foram instrumento. A filosofia da práxis, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas. A crítica das ideologias, na filosofia da práxis, engloba o conjunto das superestruturas e afirma a sua rápida caducidade na medida em que tendem a esconder a realidade, isto é, a luta e a contradição, mesmo quando são “formalmente” dialéticas (como o crocianismo), ou seja, quando desenvolvem uma dialética especulativa e conceitual e não vêem a dialética no próprio devir histórico. (GRAMSCI, 1999, p. 388)

Barros (2004) assevera que Gramsci retoma o conceito marxiano de práxis numa nova direção, compreendida como o fazer-se da própria História, que se dá a partir da interferência do gênero humano no ambiente natural e no ambiente social.

A filosofia da práxis, segundo Gramsci, nasce da crítica ao hegelianismo, assim como nasce o idealismo moderno, no entanto, ele confronta o imanentismo hegeliano, dizendo que “imanentismo hegeliano torna-se historicismo; mas só é historicismo absoluto com a filosofia da práxis, historicismo absoluto ou humanismo absoluto”. (GRAMSCI, 1999, p. 265). Nesse contexto, aponta também, que “a filosofia da práxis é o historicismo absoluto, a mundanização e terrenalidade absoluta do pensamento, um humanismo absoluto da história”. (GRAMSCI, 1999, p. 155).

Vázquez (2011, p. 61) corrobora com essa discussão e destaca que “[...] a práxis é, para Gramsci, a categoria central porque para ele o que existe, como resultado da ação transformadora dos homens, é práxis”. E, ainda, segundo Vázquez (2011), ela é a única realidade e, por isso, seu imanentismo absoluto, e que essa

realidade também se encontra sujeita a um constante devir. Por essa razão ela se identifica com a história o que deriva o seu historicismo absoluto. Por fim, Gramsci qualifica sua filosofia de humanismo, pois essa história é a história da autoprodução do homem.

A filosofia da práxis, na definição de Antônio Gramsci, inclui a compreensão de que todos os homens/mulheres são filósofos/as. Esse destaque é relevante, pois daí deriva a afirmação de que quando as classes subalternas se apropriarem da visão de mundo, da concepção filosófica da classe a qual pertencem, também terão se apropriado da transformação da realidade, a partir da elevação do senso comum, ao bom senso (GRAMSCI, 2001).

Essa compreensão também está relacionada a não aceitação por parte da classe subalterna, de maneira passiva, à imposição de uma concepção do mundo, mas elaborar a sua própria “de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo”. (GRAMSCI, 1999, p. 94).

Ao nos propormos a defesa da tese de que José Rodrigues Vieira Netto atuou na construção do projeto societário e formativo comunista no Paraná, como intelectual orgânico, as discussões de Gramsci se mostram fecundas ao estudo desse personagem. Em sua militância junto ao PCB, extrapolou os limites da sua atuação meramente profissional de advogado e professor o que, mais uma vez encontra guarida nas ideias gramscianas, pois

Todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo” um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2001, p. 53).

Além disso, destaca-se que o intelectual não pode se restringir à eloquência, aos afetos e paixões, mas estar ativo na sociedade, como seu organizador, como agente político, como agente social, como organizador da cultura, a fim de superar a função de especialista, tornando-se dirigente político,

[...] mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanentemente’, já que não apenas orador puro — mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece

“especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político). (GRAMSCI, 2001, p. 53).

Para o intelectual sardenho, há outra relação inerente ao intelectual orgânico, que é seu vínculo com o partido e do partido com o intelectual, asseverando que, para alguns grupos sociais, o partido político elabora sua própria categoria de intelectuais orgânicos, formados no processo do grupo social, envolvendo o campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva, ou seja, o processo de formação do intelectual no partido se dá numa organicidade entre a ação do partido e a ação do intelectual no partido e na sociedade (GRAMSCI, 2001).

Ainda sobre o partido, dentre as várias menções a esse tema, Gramsci aponta que ele desempenha, na sociedade civil, a mesma função do Estado, porém,

[...] de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. (GRAMSCI, 2001, p. 24)

Nesse contexto, Debray (1983, p. 273) aponta que “Gramsci não teria levado tão a sério os intelectuais se não houvesse levado a sério a questão *prática* do Estado e do poder do Estado, tanto quanto a da organização do partido e do poder no partido”. O intelectual, no entanto, não é um tema decorativo, diversionista, divertido. Ele está posto no coração do problema, a partir de sua atividade própria, substancial e indispensável. O intelectual não pode constituir uma classe autônoma, pois ele só existe ligado a uma “classe-sujeito” que se encontra inserida no sistema produtivo (DEBRAY, 1983). Destarte, segundo Debray (1983, p. 274), “O Estado passa por ele, mas não *pode* passar sem ele. Melhor, não o *deve*, para o futuro (porque uma classe operária que fosse puramente dominante e não dirigente, ou mais coercitiva que hegemônica, não seria mais uma classe progressista)”.

O intelectual orgânico, atuante no partido e responsável pela elaboração e execução de um projeto societário, no entanto, precisa estar vinculado também a uma concepção do mundo, ou seja, à construção de uma mudança que é cultural. A concepção do mundo, para Gramsci, está vinculada à filosofia, não obstante, o

intelectual orgânico e o filósofo são os sujeitos do processo político e cultural, pois não se separam “[...] o filósofo e pensador não podia ser destacado do homem político e de partido” (GRAMSCI, 1999, p. 397). Ainda, neste sentido, “[...] o verdadeiro filósofo é - e não pode deixar de ser - nada mais do que o político, isto é, o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto das relações de que todo indivíduo faz parte”. (GRAMSCI, 1999, p. 413)

A atuação política do homem ativo, do filósofo, para Gramsci, está relacionada à modificação do ambiente e da vida societária, e quando se refere ao ambiente, como o conjunto das relações, destaca as práticas culturais que são produzidas e se voltam à compreensão da realidade. Vieira (1999, p. 133) assevera que “[...] a efetividade de uma filosofia está no fato de ela se tornar concepção da realidade de um grupamento social, de promover práticas, ações políticas que modificam o ambiente cultural”.

Novamente, a filosofia da práxis toma a centralidade, pois ela não busca manter o senso comum dentre os “simples”, ao contrário, busca conduzi-los a uma concepção de vida superior. Para a filosofia da práxis, o contato dos intelectuais com os “simples”, não deve limitar a atividade científica, mantendo o nível inferior das massas, mas, visar o progresso intelectual das massas, forjando um bloco intelectual-moral, que torne esse projeto politicamente possível às massas e não apenas a pequenos grupos de intelectuais. (GRAMSCI, 1999)

Nesse contexto, Gramsci fundamenta que a construção de um projeto societário se dará a partir da cultura, entendida como uma função prática e como concepção do mundo, pois “[...] a tarefa dos intelectuais é determinar e organizar a reforma moral e intelectual, isto é, adequar a cultura à função prática” (GRAMSCI, 1999, p. 126). A adequação da tarefa dos intelectuais em determinar e organizar a reforma moral e intelectual, adequando a cultura à função prática, é analisado por Liguori e Voza (2017) como uma revolução cultural.

Para Gramsci, faz-se necessário, a partir da filosofia da práxis, que se construa uma nova cultura, de maneira a dar outro significado à verdade, uma vez que ela é revolucionária. Essa nova cultura, ligada à realidade, às necessidades e aos interesses dos trabalhadores, só será possível por meio da ação dos intelectuais orgânicos que as classes subalternas tenham criado.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto,

transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1999, p. 95-96).

Dessa forma, considera-se a necessidade de os intelectuais orgânicos, ligados à classe proletária, elaborarem e organizarem as experiências junto à classe trabalhadora, unindo teoria e prática, ação revolucionária e ação intelectual, que se traduz na filosofia da práxis.

Nesse sentido, Vieira (1999, p. 145) destaca que

As práticas sociais e as estruturas culturais são resultantes de projetos que – confrontados com os projetos antagonistas que disputam a direção da cultura e com as estruturas culturais historicamente produzidas pelas práticas sociais precedentes – realizam-se na história, [...].

A afirmação de Vieira Netto relaciona-se à fundamentação explicitada por Gramsci em relação à atuação do intelectual no projeto societário, como organizador da cultura e na reforma cultural que está relacionada à sua própria atuação na sociedade italiana, como filósofo, jornalista, como editor de jornal, dentre eles o *L'Ordine Nuovo*, deputado e militante comunista na Itália e com intervenções na luta comunista em outros países, numa concepção de luta internacional.

Dadas as definições sobre o sentido de cultura cunhado por Gramsci, voltado à construção de um projeto societário da classe operária, cabe ressaltar que Gramsci atuava na elaboração e na efetivação de um projeto de sociedade comunista. Há que se destacar que todo o processo relacionado à organização da cultura, produção intelectual e intervenção política, está ligado à difusão da cultura junto à classe operária, respaldado pela autonomia intelectual.

Pensar a concepção de uma nova cultura, entendida e praticada como propulsora de uma nova forma de sociabilidade, tendo os operários como dirigentes, demanda um projeto formativo. É nesse sentido, segundo Vieira (1999), que Gramsci também aponta que essa formação deveria chegar às massas e ser realizada pelo partido. Esse processo de formação deveria compor o estudo sobre os problemas locais da classe trabalhadora italiana, a fim de formar dirigentes e operários capazes de dirigir não só a produção, mas também a sociedade, no entanto, a nova associação

de cultura estaria ligada ao partido e não mais ao jornal ou ao sindicato que assume as tarefas de sua organização e difusão.

A ação formativa em Gramsci, no que tange ao projeto societário, é parte da implementação do projeto de uma classe se fazer hegemônica, rompendo com a influência da classe dominante. Suas abordagens em relação ao partido estão relacionadas à obra 'O Príncipe', do pensador Maquiavel.

Nesse sentido, Gramsci salienta que,

O *Príncipe* de Maquiavel poderia ser estudado como uma exemplificação histórica do "mito" soreliano, isto é, de uma ideologia política que se apresenta não como fria utopia nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva. O caráter utópico do *Príncipe* consiste no fato de que o "príncipe" não existia na realidade histórica, não se apresentava ao povo italiano com características de imediaticidade objetiva, mas era uma pura abstração doutrinária, o símbolo do líder, do *condottiero* ideal, mas os elementos passionais, míticos, contidos em todo o pequeno livro, com movimento dramático de grande efeito, sintetizam-se e tornam-se vivos na conclusão, na invocação de um príncipe "realmente existente". (GRAMSCI, 2007, p. 13-14).

Para Gramsci, Maquiavel daria início a um tipo novo de Estado e de sociedade. Nessa concepção, o partido é entendido como o impulsionador de uma nova cultura. Destarte, Gramsci, denomina esse partido como moderno Príncipe. O partido, a que ele se refere, é o Partido Comunista⁸, que, por sua vez, é encarado como agente da vontade coletiva transformadora, que milita em favor da reforma intelectual e moral, como expressão da organização de uma vontade coletiva das massas.

Portanto, segundo ele, o moderno Príncipe,

não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo, um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2007, p. 16).

⁸ O uso da expressão moderno Príncipe para referir-se ao Partido Comunista está relacionada também com as condições carcerárias a que Gramsci esteve submetido, na Itália, e ao fato de que seus escritos eram lidos por aqueles que o mantinham na prisão. As reflexões sobre o Partido Comunista estão presentes em diversas partes da obra gramsciana e não somente naquelas dedicadas ao moderno Príncipe, pois se compõem de reflexões sobre a ação política desenvolvida e a se desenvolver. (LIGUORI; VOZA, 2017).

Não obstante, o intelectual sardenho, assevera também que

O moderno príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. (GRAMSCI, 2007, p. 18).

Schlesener (1992, p. 29) corrobora com essa discussão sobre o partido em Gramsci, ao salientar que o partido é o “[...] organismo criado pelas próprias massas como instrumento de luta e de autoeducação, de elaboração e difusão de uma nova concepção do mundo”.

O partido é também o articulador de alianças entre as classes operárias, pois sua função está em atuar na construção e na defesa do projeto hegemônico da classe trabalhadora. No seio da classe operária, terá sido forjada a classe dirigente, o intelectual orgânico dessa classe, como fruto dos processos formativos e educativos. Os intelectuais orgânicos dessa classe, por sua vez, atuarão na organização da cultura e na formação das gerações, numa luta cultural para transformar a mentalidade popular, nessa mesma perspectiva.

A partir dos elementos sobre a cultura apresentados, destacamos a afirmação de Vieira (1999) de que a discussão sobre o conceito de cultura em Gramsci é apontada nos Cadernos do Cárcere, em duas direções: a primeira se relaciona ao modo de viver, de pensar, de sentir a realidade de uma civilização; e a segunda, como projeto de formação do indivíduo, como ideal educativo a ser transmitido para as novas gerações. Porém, Carlos Eduardo Vieira assevera que não se tratam de conceitos inovadores do ponto de vista semiológico, uma vez que entre os gregos, a palavra *paidéia* e entre os latinos, a palavra *humanitas*, já possuíam significados semelhantes ao dado por Gramsci, no entanto, o destaque ao conceito gramsciano “[...] está na compreensão unitária dos dois significados, ou seja, cultura significa um modo de viver que produz e se reproduz através de um projeto de formação” (VIEIRA, 1999, p. 194).

Destarte, a definição fundamenta nessa construção teórica, embasando a tese de que José Rodrigues Vieira Netto atuou na elaboração e na luta pela efetivação de um projeto societário e educativo do Partido Comunista Brasileiro, no Paraná. O partido, para Gramsci, como já apontado, é um dos espaços de formação do indivíduo, conseqüentemente, de educação, e tem no político e no filósofo, a referência do homem ativo na modificação do ambiente.

As observações em relação à concepção de Gramsci sobre os intelectuais, os intelectuais orgânicos, a cultura, a concepção do mundo, a atuação do partido na formação humana, o projeto educativo e a elaboração do projeto societário comunista levado a cabo pelos intelectuais, possibilitam a análise da trajetória de Vieira Netto. Essa análise se volta, principalmente, à sua inserção no projeto político do PCB, no Paraná, à atuação como deputado estadual, eleito no ano de 1946, à militância nos movimentos sociais e sindicais, junto aos trabalhadores e à repercussão dessa inserção na organização e sistematização do projeto comunista. Foi esse projeto que lhe rendeu a perda do mandato no legislativo estadual, a prisão no contexto da ditadura militar depois em 1964, a demissão da Universidade Federal do Paraná, no mesmo ano, e a perseguição sistemática da polícia política⁹ nos anos posteriores, estendendo-se até após o seu falecimento.

A construção analítica desta tese está inserida nos estudos que tratam dos intelectuais na sociedade brasileira. Nesse sentido, dialogamos com produções que debatem a atuação dos intelectuais no Brasil, com recortes sobre o período em que se insere este objeto de pesquisa, principalmente a relação dos intelectuais na República Velha, como forma de discutir as heranças familiares de Vieira Netto, devido à atuação do pai como advogado, deputado estadual e professor da recém-criada Universidade do Paraná e, em seguida, a discussão dos intelectuais no contexto da atuação do próprio Vieira Netto, como professor, promotor público, advogado e militante no PCB, na década 1940 até 1970. Há que se ressaltar, no entanto, que Vieira Netto iniciou sua atuação na década de 1930, como professor, promotor público e advogado.

Há muitas pesquisas que recortam suas análises em intelectuais e Brasil. Entre elas, estão as obras de Miceli (2001), Pécaut (1990), Ortiz (1985) e Mota (1998). Na obra de Miceli (2001), encontramos a discussão em relação aos intelectuais vinculados à elite oligárquica, à classe dominante que recrutava os intelectuais para atuarem em prol dos seus interesses. Dentro da classe dominante, os intelectuais se subdividiam entre os intelectuais pertencentes às camadas ricas, (geralmente ligados

⁹ Segundo Monteiro e Gandra (2007, p. 60), “o termo polícia política tem sido utilizado para denominar a especialização da polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva, visando, principalmente, coibir atividades políticas contrárias à ordem e segurança pública: Apesar da imprecisão da fronteira entre o crime político e outros tipos de crime, a polícia política organizava fichários/arquivos dos criminosos tentando distinguir os malandros e vadios comuns dos subversivos que pretendiam subverter a ordem política e desestabilizar o regime vigente”.

à área jurídica ou à política) e entre aqueles que, por motivos diversos, pertenciam às famílias decadentes na sociedade, denominados 'parentes pobres', geralmente ligados à área da literatura. A atuação desse grupo de intelectuais acabava sendo a forma de manter o *status* e os privilégios advindos da classe dominante. Miceli (2001) assevera que a atuação dos intelectuais passou por mudanças nas décadas de 1920, 1930 e 1940, com destaque para as mudanças na política e na cultura, que influíram na classe dirigente. Essas mudanças levaram os intelectuais a atuar nos jornais, nos partidos, em espaços culturais e no serviço público.

As discussões sobre os intelectuais no Brasil, na obra de Ortiz (1985), enfatizam aspectos mais ligados às questões sociológicas, numa abordagem voltada à compreensão da cultura, da identidade nacional e do papel dos intelectuais em todo esse processo. Nesse sentido, Ortiz (1985) aponta as influências presentes no pensamento intelectual brasileiro, desde o início do século XX, analisando as obras de intelectuais que discutiram as questões brasileiras nesse período, como: Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Caio Prado Júnior, assim como, a atuação de instituições como o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), CPC (Centro de Cultura Popular) e o papel dos intelectuais na elaboração e no estudo dos problemas brasileiros e dos possíveis rumos para a nação.

O autor apresenta, ainda, o contexto da atuação dos intelectuais após o golpe militar e a formação de pensadores no seio da Escola Superior de Guerra (ESG), como forma de forjar uma nova perspectiva cultural, com a participação direta dos meios de comunicação, por meio da oferta de bens culturais para consumo, num regime autoritário. A identidade nacional, assevera Ortiz, tem no intelectual o seu mediador, que também cumpre a tarefa de artífice do jogo de construção simbólica junto aos grupos sociais.

Na obra de Pécaut (1990), a discussão se relaciona à atuação dos intelectuais na política, incluindo o engajamento na discussão a respeito da politização da produção intelectual, a organização da nação, a atuação no campo da sociologia, da economia e da política. A obra está organizada de maneira periodizada, de acordo com as principais mudanças por que passou tanto o país, como a atuação dos intelectuais, com ênfase em quatro grandes períodos.

O primeiro período, de 1920 a 1940, contexto do Estado Novo quando os intelectuais se ocupavam da questão da identidade nacional, adesão dos intelectuais

ao Estado novo, a vinculação dos intelectuais à classe dominante, reivindicando para si a autoridade perante o Estado, a fim de atender à tarefa de forjar a consciência nacional e de promover a organização social, como pensadores do social. O segundo período, de 1954 a 1964, insere-se na produção intelectual voltada à questão do povo, nação e da defesa do país contra a ameaça imperialista, contribuindo para a tomada de consciência do povo, no sentido da construção do processo revolucionário. Nesse contexto, há uma forte ligação dos intelectuais ao campo da esquerda, como ideólogos do desenvolvimento, fundamentados, principalmente, na teoria marxista, por meio da atuação em instituições como o ISEB, o CPC e o Movimento de Educação de Base (MEB), em que os intelectuais assumem o papel de consciência do povo e da nação, no despertar das massas para a revolução.

O terceiro e o quarto períodos compõem a segunda parte da obra de Pécaut (1990). No terceiro período (1964-1968), o autor aponta as consequências do golpe militar de 1964 para a intelectualidade de esquerda, como também a produção intelectual e os debates entre os intelectuais nacionalistas terceiro-mundistas e os nacionalistas críticos e os debates envolvendo temas como a burguesia nacional, a classe operária e as massas, a atuação do movimento estudantil e a classe artística. No quarto período (1978-1982), destacado por Pécaut (1990), a redefinição do campo intelectual se dá na passagem do intelectual para o espaço acadêmico no contexto das universidades, que, em sua maioria, mantidas pelo Estado, se tornam foco de resistência e crítica à ditadura militar e dos intelectuais, como sujeitos políticos, inseridos na luta pela redemocratização, pela via da participação, na política partidária.

É importante assinalar que as obras em questão tratam da relação dos intelectuais e sua atuação no circuito Rio-São Paulo, por se tratar das duas grandes metrópoles, centro financeiro e político, e principal espaço de produção cultural, educacional e intelectual. Esse fato, também, tem a ver com a própria realidade apontada em relação aos intelectuais e à classe dominante que, mesmo sofrendo mudanças na concepção e na atuação do intelectual, acaba por surgir do núcleo dessa classe um número majoritário de intelectuais.

A discussão sobre os intelectuais no Brasil corrobora com a análise sobre a atuação dos intelectuais na cultura brasileira, na perspectiva gramsciana de organização da cultura, trazendo as conexões com a construção desta tese, a fim de possibilitar a contextualização da atuação de Vieira Netto, tanto na elaboração do

projeto societário comunista, como na luta por sua efetivação. Essa discussão pode ser aproximada da obra de Mota (1998) que, a partir de Gramsci, faz uma discussão sobre o papel do intelectual na organização da cultura brasileira.

Mota (1998) afirma que sua obra se debruça sobre os pressupostos ideológicos que estão na base da formulação sobre o que seja a cultura brasileira, a cultura nacional, a cultura popular, a cultura de massa. Para tanto, o autor discute o conteúdo ideológico das principais produções sobre o conhecimento histórico no Brasil, a relação dos intelectuais com essas produções, bem como a relação dessas produções com as Instituições como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o Centro Popular de Cultura (CPC), A Escola Superior de Guerra, dentre outros.

Para sua análise, Mota (1998) define a periodização de acordo com algumas das principais mudanças ocorridas no plano político, ideológico e cultural brasileiro, sendo a primeira, no ano de 1933 a 1937, marcada pelas obras de Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo, a qual o autor denomina *Redescobrimto do Brasil*; a segunda, de 1948 a 1951, no contexto do Estado Novo, apresentada em duas frentes: uma voltada para o passado, para o ideal aristocrático de cultura e, outra, para o futuro, marcada pelo pensamento radical da classe média; a terceira, de 1957 a 1964 se volta à institucionalização dos quadros intelectuais que provoca engajamento nas linhas do nacional-desenvolvimentismo; a quarta, de 1964 a 1969, direciona-se às revisões radicais que rompem com os quadros de diagnósticos da era desenvolvimentista; e, a quinta, de 1969 a 1974, relacionada ao período de fechamento em resposta à radicalização, já no contexto da ditadura militar.

É importante destacar que essas obras que tratam dos intelectuais no Brasil evidenciam que a história brasileira foi objeto de discussão e ação dos intelectuais. É nesse ambiente cultural que deve ser compreendida a trajetória de Vieira Netto. Isto é, a atuação deste personagem paranaense está inserida no movimento internacional e brasileiro de envolvimento dos intelectuais com os problemas da cultura e da política.

Além da contextualização desta tese à produção acadêmica existente sobre os intelectuais e a sociedade brasileira, a definição do aparato conceitual, requer-se a indicação das fontes, isto é, dos documentos que constituem as evidências da pesquisa histórica. Em relação a esse aspecto foram utilizados os seguintes documentos: 1 – Documentos disponibilizados pelo Departamento Estadual de

Arquivo Público do Paraná, Fundo DOPS-PR¹⁰ (Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná) sobre o PCB, sobre militantes comunistas e sobre Vieira Netto, referente às décadas de 1930 até a década de 1970; 2 – Inquéritos policiais, depoimento à polícia, e outros registros sobre Vieira Netto no acervo ‘Brasil: Nunca Mais’ disponíveis em BNM Digital¹¹; 3 – Discursos, intervenções, pedido de palavras nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná quando de seu mandato como Deputado Estadual pelo PCB (1947-1948), disponibilizados pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP); 4 – Atas da Universidade Federal do Paraná, referentes ao período de sua atuação como professor; Atas da Faculdade de Direito sobre os concursos de Vieira Netto como Docente Livre e como professor Catedrático de Direito Civil; Anais da UFPR sobre o mesmo período; 5 – Livros, artigos, discursos, conferências de autoria de Vieira Netto, com destaque para o discurso na aula inaugural de 1960; o discurso de formatura em 1960, como paraninfo; discurso de formatura, proibido pela reitoria em 1964 quando foi escolhido como paraninfo; o “Julgamento de Otelo”, a Conferência na OAB intitulada “Ordem dos Advogados do Brasil: suas origens, estrutura e funcionamento”; Posse e domínio da herança; O risco e a imprevisão; 6 – Livro José Rodrigues Vieira Netto: a vida e o trabalho de um grande mestre, sobre sua biografia, organizada por Cecília Maria Vieira Helm (2012); 7 – Documentos, Atas, e obras memorialistas da OAB Paraná e OAB Nacional; 8 – Arquivos de jornais e revistas sobre Vieira Netto ou artigos escritos por ele, referentes ao período de 1945

¹⁰ A Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) “no Paraná foi criada em 1937, mas entre os documentos de seu acervo encontram-se alguns datados da década de 1920. Apesar de, naquele momento, não existir ainda a DOPS, as atividades de investigação e controle social no Estado eram feitas pelo comissariado de investigação e segurança pública”. (BRAGGIO; FIUZA, 2013, p. 436). Em nível nacional, as DOPS “foram órgãos do aparato repressivo brasileiro, criados com a função de controlar a ordem política e social, respondendo às concepções de segurança de cada época. Elas surgiram, principalmente, na segunda metade da década de 1930, após sugestão dada no ano de 1936, pelo congresso dos secretários de segurança e chefes de polícia, que ocorreu no distrito da Guanabara, convocado pelos chefes de polícia do Distrito Federal e pelo Ministério da Justiça. O intuito era estreitar laços entre as polícias estaduais, uniformizar e racionalizar no país, meios para defender o regime instituído na época pelo presidente Getúlio Vargas, e inibir a expansão de extremistas comunistas”. (BRAGGIO; FIUZA, 2013, p. 435).

¹¹ “O BNM Digital traz para a era virtual o acervo do ‘Brasil: Nunca Mais’, antes recluso aos arquivos em papel e em microfilme, disponíveis apenas para os pesquisadores com possibilidade de ir à Universidade de Campinas, Brasília ou ao exterior. E melhor, pode ser pesquisado com uso de programa de busca indexada. O BNM Digit@l é fruto de uma iniciativa conjunta de instituições públicas e organizações não governamentais comprometidas com a promoção dos direitos humanos. Sua manutenção e atualização são garantidas pelo Ministério Público”. Importante ressaltar que ao acessar o site BNM Digital com os arquivos do Projeto ‘Brasil: Nunca Mais’ e iniciar a pesquisa pelos termos desejados, um recado automático traz a seguinte mensagem: “Atenção: Parcela expressiva dos depoimentos de presos políticos e das demais informações inseridas nos processos judiciais foi obtida com uso de tortura e outros meios ilícitos e não pode ser considerada como absoluta expressão da verdade. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

a 1973; 9 – Arquivos da família; 10 – Entrevista com membros da família, amigos e militantes do Partido Comunista Brasileiro, no Paraná.

Sobre o percurso realizado em busca das fontes, podemos salientar que foi uma tarefa árdua, um verdadeiro garimpo. Inicialmente, tínhamos acesso apenas ao livro de Helm (2012). Desde então, iniciamos a busca pelos arquivos na DOPS-PR (Arquivo Público do Estado do Paraná). Na busca inicial das fontes, procuramos os arquivos referentes à Vieira Netto, ao PCB Paraná. Após analisar as várias pastas obtidas, nova busca fez-se necessária, dessa vez, por nome de militantes comunistas que lutaram junto com Vieira Netto e que, a partir dos registros da DOPS-PR, poderiam trazer novos elementos que contribuíssem com a pesquisa.

Concomitante à pesquisa no Arquivo Público, foram realizadas buscas junto à Biblioteca Pública do Paraná, Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, Escritório Modelo¹² José Rodrigues Vieira Netto (hoje chamado Núcleo de Práticas Jurídicas), Biblioteca da Faculdade de Direito da UFPR e junto ao Círculo de Estudos Bandeirantes.

Importante ressaltar que, no decorrer da pesquisa, tentamos contato com familiares de Vieira Netto. Utilizamos para isso, pesquisas em sites de busca on line, em redes sociais e por meio de pessoas que conheceram ou estudaram na Universidade Federal do Paraná. Conseguimos contato com alguns familiares. Nesse cenário, quem se dispôs a colaborar com a pesquisa e deu considerável impulso ao nosso trabalho foi Andrée Gabrielle de Ridder, esposa do segundo casamento, juntamente com sua filha Andrée de Ridder Vieira. Andrée concedeu entrevista, disponibilizou arquivos da família, textos de Vieira Netto, dentre outros documentos.

Ao longo da pesquisa, a busca por fontes continuava se fazendo necessária, uma vez que a cada documento analisado, novas indagações surgiam. Nesse sentido, partimos para buscas em arquivos fora do Estado do Paraná, como o Sistema Integrado de Acervo do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Biblioteca Nacional Digital Brasil e, principalmente, os arquivos do Projeto 'Brasil: Nunca Mais', em que encontramos farta documentação sobre a Ditadura Militar no Brasil, sobre os

¹² O Escritório Modelo de Assistência Judiciária José Rodrigues Vieira Netto foi inaugurado em 03 de outubro de 1995, pelo Reitor Professor José Henrique de Faria (HELM, 2012). Atualmente, o antigo Escritório Modelo é denominado Núcleo de Práticas Jurídicas da UFPR. Após consulta aos arquivos disponibilizados pelo Núcleo, não encontramos nenhum documento referente a Vieira Netto.

processos envolvendo o Partido Comunista Brasileiro e os processos em que Vieira Netto é citado. Vários desses processos não foram localizados no Arquivo Público do Paraná, fundo DOPS-PR.

Realizado o levantamento dessas fontes, tal como descrito, tomamos a decisão de utilizar os arquivos do Projeto 'Brasil: Nunca Mais' e DOPS-PR (principalmente), não apenas como fonte para as questões concernentes à repressão, perseguição, cassação e análise dos processos contra Vieira Netto, mas também como acervo referente ao PCB, aos escritos de Vieira Netto, aos panfletos impressos e distribuídos pelo Partido. Essa decisão se justifica, pois os arquivos também guardam um vasto acervo da imprensa comunista e da imprensa em geral. Os agentes da polícia eram criteriosos em reunir os materiais referentes àqueles que se enquadravam no rol dos perseguidos políticos, assim como as instituições às quais estavam ligados, sendo possível encontrar recortes de jornais, panfletos, correspondências, documentos de Congressos do PCB, atas de reuniões do Partido, cartazes, escritos pessoais, cópias de livros, textos, dentre outros.

Nesse sentido, muitos registros que constam desses arquivos são, talvez, os únicos que se possa ter acesso, pois os materiais ficavam sempre escondidos na tentativa de não serem descobertos e apreendidos pelas forças policiais e, com o tempo, muitos se perderam. Como exemplo, podemos citar a busca por fontes que realizamos na sede do PCB Paraná, na cidade de Curitiba. Lá, não encontramos nenhum arquivo sobre o período anterior a 1985, como já nos alertara o Secretário Político na ocasião, afirmando que dificilmente encontraríamos algum arquivo, pois devido à constante repressão ao Partido e aos militantes, os documentos e outros materiais não ficavam na sede do Partido.

A respeito das fontes é necessário afirmar que, para Grespan (2005), a história só ganhou autonomia em relação à filosofia e às ciências humanas a partir do estabelecimento de critérios e procedimentos de crítica e análise das fontes, no fim do século XVIII e início do século XIX, reivindicando estatuto de cientificidade. Para ele, “[...] foi o método, portanto, que permitiu, a princípio, fixar e resguardar os limites do território do historiador’, ao mesmo tempo, em que o promovia à condição de cientista” (GRESPLAN, 2005, p. 291).

Nesse aspecto, as posições teóricas a respeito da pesquisa pressupunham, em algumas correntes, uma neutralidade do historiador. Porém, essa visão de neutralidade passou a ser reconhecida pelos historiadores como impossível, uma vez

que, segundo Grespan (2005), as expectativas em relação aos documentos e o conteúdo neles encontrado são inevitáveis e desejáveis, uma vez que “[...] são conjecturas que orientam a própria pesquisa, permitindo a seleção do acervo e onde buscar as informações necessárias, constituindo os critérios da coleta, reunião e análise do material”.

Para Edward Hallet Carr (1982), a forma de se conceber os fatos está relacionada à posição teórica que embasa a visão do historiador e, citando como exemplo os positivistas, afirma que estes contribuiram para o culto dos fatos, pois “[...] primeiro verifique os fatos, diziam os positivistas, depois tire suas conclusões” (CARR, 1982, p. 13). Em contraposição aos positivistas, que separavam o sujeito do objeto, o mesmo autor assevera que nem todos os fatos do passado são fatos históricos, ou tratados como tal, pelo historiador.

Desse modo, o fato histórico, segundo Carr (1982), constitui-se no e pelo trabalho do historiador, quando este sujeito faz a abordagem e toma decisões de quais fatos serão abordados e quais não serão, por suas próprias razões, ou seja, o historiador é um selecionador, pois os fatos não falam por si, “[...] os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto. [...] um fato é como um saco – não ficará em pé até que se ponha algo dentro” (CARR, 1982, p. 14).

O fato histórico, no entanto, além da abordagem do historiador passa por um processo de contínuas interpretações que os tornarão válidos ou relegados. Como aponta Carr (1982), na sequência de abordagens, um determinado fato ao passar pelas várias etapas, aparece em palestras, notas de rodapé, textos, artigos e livros, numa crescente. No entanto, isso dependerá da tese, ou interpretação desse fato, ser aceita por outros historiadores como válida ou significativa. “Seu *status* como um fato histórico dependerá de um problema de interpretação. Esse elemento de interpretação entra em todo fato de histórias”. (CARR, 1982, p. 15)

A perspectiva indicada por Carr, no sentido do processo envolvendo a constituição do fato histórico pelos historiadores, assemelha-se ao objeto desta pesquisa evidenciado na revisão de literatura, em que constatamos uma quantidade pequena de trabalhos produzidos que citam Vieira Netto e a inexistência, até o momento, de trabalhos acadêmicos específicos sobre sua trajetória. As características do fato histórico estão presentes nos artigos, dissertações e teses em que

encontramos a menção ao personagem e à sua trajetória, no entanto, apresentado de maneira resumida e secundária.

Como parte da constituição de um fato histórico e o entendimento do princípio de que o historiador é um selecionador na abordagem a ser feita e que os fatos só falam quando o historiador os aborda, Carr (1982) aponta a questão dos documentos como sendo parte do trabalho do historiador decifrá-los. Até o século XIX, no entanto, havia um fetichismo em relação aos fatos, aliado a um fetichismo de documentos. Segundo ele (1982, p. 18), “[...] os documentos eram o sacrário do templo dos fatos. O historiador respeitoso aproximava-se deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Se está nos documentos é porque é verdade”.

Os documentos, no entanto, assevera este historiador (1982), não podem dizer mais do que o autor pensava e, ainda, que nada do que o autor desses documentos pensava, do que havia acontecido ou devia acontecer, faz sentido ou significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe para decifrar esse material. Para Carr (1982, p. 18), “[...] os fatos, mesmo se encontrados em documentos, ou não, ainda têm de ser processados pelo historiador antes que possa fazer qualquer uso deles: o uso que se faz deles é [...] processo do processamento”.

Esta tese toma os documentos sobre a trajetória de Vieira Netto com essa interpretação, pois está atenta para compreender como foram produzidos os documentos envolvendo esta personagem, quem os produziu, o contexto dessa produção e o autor da preservação. Feito isso, esperamos trabalhar essas fontes de maneira a reconstituir a trajetória de Vieira Netto para explicar como ele atuou na construção do projeto societário e formativo comunista no Paraná. Esse processo de reconstituição e explicação está organizado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo é feita a reconstituição de alguns elementos sobre sua formação e projeção profissional. Para tanto, daremos enfoque às suas heranças familiares, contextualizando sua trajetória aos vínculos familiares, especialmente pela relação com os avós que cuidaram de sua educação inicial e de seu pai, advogado, promotor, deputado estadual e professor da Universidade do Paraná, no início do século XX. A reconstituição passará também por sua formação escolar, pela entrada no curso de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito do Paraná, até o início de sua vida profissional como professor, advogado e promotor público na cidade de São José dos Pinhais. Por fim, no primeiro capítulo, será discutida sua alçada à presidência do

Instituto dos Advogados do Paraná, IAP e da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, OAB-PR.

No segundo capítulo, a abordagem está voltada ao início da atuação política de Vieira Netto, como herança paterna, enfocando seu vínculo com a Aliança Liberal e, posteriormente, o contexto de sua filiação aos quadros da militância do PCB, no Estado do Paraná, em 1945, quando o Partido conquistou o direito à legalidade. Fato que merece atenção, pois o contexto familiar de Vieira Netto era de vínculo à classe dominante, seja pela relação paterna ou materna. É relevante fazer essa articulação, uma vez que pouco tempo depois da sua filiação ao PCB, ele foi eleito deputado estadual, no Paraná.

Em tempos da legalidade partidária, o PCB lançou diversos nomes aos pleitos nacionais e estaduais conseguindo eleger vários candidatos. No Paraná, Vieira Netto se destaca na atuação parlamentar, com expressiva participação na Assembleia Legislativa, na elaboração da Constituinte Estadual, e em questões ligadas à defesa de pautas populares. Porém, ao longo do primeiro ano do mandato, o PCB é novamente colocado na ilegalidade. Esse fato impediu que o partido lançasse candidatos próprios nas eleições para vereador no ano de 1947. Mesmo na ilegalidade, os comunistas permaneceram nas disputas eleitorais lançando candidatos por outras legendas e, para identificá-los como comunistas, relacionavam seus nomes às principais lideranças comunistas no estado e no país. A estratégia funcionou e os comunistas elegeram vereadores no Paraná.

No terceiro capítulo, discutimos a militância de Vieira Netto, como deputado estadual, junto aos movimentos sociais, na defesa dos trabalhadores, na defesa da luta pela terra e em outras pautas sociais, políticas, econômicas e culturais. Nesse capítulo, a discussão também se relaciona às consequências de sua militância, como a cassação de seu mandato parlamentar, que durou em torno de um ano, devido à cassação do registro partidário do PCB e, conseqüentemente, sua cassação na Assembleia Legislativa do Paraná.

Vieira Netto teve o mandato cassado, entretanto, não cessou a militância política no PCB e na sociedade paranaense, junto aos movimentos sociais, como advogado. As consequências da militância também continuaram. Por ocasião da realização do Congresso Pró-Paz, em Londrina, é perseguido e preso. Em outro caso, em Curitiba, é agredido pela polícia e entra em luta corporal, o que quase lhe rendeu

nova prisão. Sua atuação e militância, no entanto, lhe renderam a perseguição, a prisão e a aposentadoria compulsória na UFPR, após o Golpe Militar.

A perseguição à Vieira Netto se intensifica após o Golpe Militar de 1964 e a implantação da Ditadura Militar (1964-1985). Nesse contexto, ele precisa fugir, por estar ameaçado de morte, é aposentado compulsoriamente da Universidade Federal do Paraná e teve seus direitos políticos cassados por 10 anos. Foragido durante meses, ao se entregar, ficou preso, respondeu a Inquérito Policial Militar. Ainda em 1964, foi homenageado pelos formandos da Faculdade de Direito da UFPR como paraninfo, mas seu discurso foi proibido pela reitoria. Ao longo dos anos da Ditadura, sofreu outras prisões, sendo que em uma delas ficou incomunicável (1967). Teve sua residência invadida pelos militares, com requintes de violência contra sua família, em 1970. Meses após seu falecimento, teve novamente ordem de prisão e o desfecho se deu no cemitério. Vieira Netto foi absolvido nos processos que pesavam contra ele.

No quarto capítulo, a discussão está recortada na atuação de Vieira Netto na organização e defesa do projeto societário e formativo do PCB. Aqui, também, é analisada a visão societária e educativa de Vieira Netto, a partir da investigação das fontes encontradas nas atas da UFPR, nos documentos da DOPS, Projeto 'Brasil: Nunca Mais', em fontes sobre sua atuação de advogado e professor, nos discursos parlamentares, na atuação militante junto ao PCB e, por fim, discutem-se as produções desta personagem e sua relação com a formação humana em relação à concepção gramsciana de intelectual orgânico.

Nesse momento da tese, as discussões se voltam também para a práxis marxista de Vieira Netto, e para a práxis nas definições do teórico marxista Antonio Gramsci, uma vez que, nesse método, teoria e prática se inter-relacionam e uma não pode existir sem a outra. Não obstante, para empreendermos essa tarefa, o caminho desenvolvido inclui a análise das produções teóricas de Vieira Netto e a discussão sobre sua crítica social às contradições na política no contexto do sistema capitalista. Vieira Netto, na abordagem de sua crítica social, defende a revolução brasileira e o desenvolvimento do capitalismo nacional como forma de, no futuro, lançar-se as bases para o socialismo. Essa defesa acontece em suas ações, seus discursos, mas também em seu depoimento aos militares quando foi preso, em 1964.

Outra análise empreendida, diz respeito à criminalização de seu pensamento. Em várias ocasiões em que foi perseguido, preso ou respondeu aos Inquéritos Policiais, o que se nota é que não constam acusações de crimes contra Vieira Netto,

mas somente questões de cunho ideológico e político. Nesse sentido, pensar e agir contra o poder estabelecido, constituía crime, previsto em lei na Ditadura Militar. Ao expressar seus pensamentos, Vieira Netto rompia com o plano meramente teórico-positivista. Como marxista, discutia, junto à sua crítica social, as perspectivas transformadoras, e agia para concretizá-las, o que, como já elencado, constitui a práxis.

É nesse contexto que encerramos o quarto capítulo da tese, discutindo o horizonte de expectativa, as proposições e a perspectiva transformadora. Importante ressaltar que, na tese, essa análise se deu de maneira separada, no entanto, para o método marxista, teoria e prática são partes de um todo. No entanto, tivemos o cuidado para que, ao desenvolver as análises, não fragmentássemos em seções teóricas e práticas, aquilo que acontecia conjuntamente nas ações e produções de Vieira Netto. As produções teóricas de Vieira Netto, sua crítica social e seu horizonte de expectativa, aliado às suas ações, permite-nos inferir que ele mantinha uma práxis, na concepção marxista e, atuava na construção do projeto comunista no Paraná, como intelectual orgânico, na concepção gramsciana.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO E PROJEÇÃO PROFISSIONAL DE VIEIRA NETTO

“Um grande professor da Universidade de Roma disse, certa feita, que a história que se devia escrever não é dos homens representativos de uma época, mas das verdadeiras razões efetivas e dos interesses realmente predominantes que ditaram o seu teor”.

(VIEIRA NETTO, 1960a, p. 198)

- 1.017 - (1)

M-94-H
45992

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOC

FICHARIO PROVISORIO INDIVIDUAL

JOSE RODRIGUES VIEIRA NETTO

Nome **JOSE R. VIEIRA NETTO** Vulgo

Data **29-9-44** Prontuario na Delegacia N. **0**

Pai **Ulisses Falcão Vieira** Mãe **Carmen Alvarez Vieira**

Idade **1968:54 anos** Data do Nascimento **15-12-1912** Sexo

Nacionalidade **brasileira** Natural de **Rio Negro-Pr**

Estado Civil **Casado** Profissão **ADVOGADO - Professor**

Local do trabalho Ordenado

Residencia atual **Curitiba. Rua Dezembargador Motta nº 1299.**

Residencias anteriores **1968:Rua Brigadeiro Franco,1475**

É sindicalizado sindicatos e locais que costuma

frequentar

Nome e residencia dos conhecidos parentes:

Notas Cromaticas:

FI 45.992

4/2

Fonte: DOPS (FI 45.992, p. 1).

O intelectual orgânico, segundo Gramsci, é aquele que atua organicamente, pensando o projeto da classe a que pertence e inserindo-se em sua execução. Vieira Netto, em sua trajetória formativa e profissional, apresenta ambos os critérios asseverados por Gramsci. É possível constatar a atuação de Vieira Netto como intelectual orgânico no contexto em que atuava junto à classe dominante, como fruto da herança familiar paterna, assim como, posteriormente ao seu rompimento com a classe de origem e atuação em ações como a luta pela terra, a luta contra a ditadura militar, como parlamentar e militante comunista pelo PCB, como professor da Universidade do Paraná, como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná¹³ (OAB-PR).

¹³ A Ordem dos Advogados do Brasil seção Paraná (OAB-PR) foi fundada em 15 de fevereiro de 1932, tendo sido uma das primeiras seccionais a serem fundadas. Em nível nacional, a OAB foi fundada em

A herança familiar de Vieira Netto está ligada à classe dominante paranaense. O pai, Ulysses Falcão Vieira, já no início do século XX, formou-se em Ciências Jurídicas, na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Depois de formado, foi promotor público, delegado de polícia, deputado estadual, professor da Universidade do Paraná (integrante da primeira geração de professores), fundador da Academia Paranaense de Letras, vice-presidente do Instituto dos Advogados do Paraná¹⁴.

Com a avó paterna, Vieira Netto teve boa parte de sua formação, além do ambiente escolar. Mas, a partir de sua formação acadêmica, é possível constatar sua vinculação com a classe dominante, pois desde os tempos de estudante na Faculdade de Direito, há registros de sua atuação política na Faculdade e na sociedade, junto à Aliança Liberal. Os momentos posteriores à sua formação, no que se refere à atuação profissional, também indicam a organicidade classista.

Profissionalmente, iniciou a carreira aos 18 anos, como promotor público, na cidade São José dos Pinhais, quando estava no segundo ano da faculdade. Nas Revoluções de 1930, envolveu-se nas ações contra a oligarquia, atuando na Aliança Liberal e, em 1932, alguns de seus colegas participaram ativamente em São Paulo. Ainda na década de 30, integrou a diretoria do Instituto dos Advogados do Paraná, vindo a ocupar a presidência, no ano de 1941¹⁵. Nesse mesmo período, iniciou sua atuação docente na Faculdade de Direito do Paraná. Como professor de filosofia, Vieira Netto atuou no Colégio Rio Branco e há menções às suas relações com o Colégio Novo Ateneu em registros feitos pela DOPS-PR e em “Posse e domínio da Herança”, (VIEIRA NETTO, 1957). Como advogado, presidiu a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, nos anos de 1957 a 1961.

Segundo Miceli (2001), a carreira jurídica no contexto das primeiras décadas do século XX era sinônimo de intelectualidade. Ao intelectual, nesse contexto, bastava a formação jurídica ou em engenharia (em décadas posteriores) ou o pertencimento à classe dominante, aos proprietários de terra. Vieira Netto, no entanto, vai além.

18 de novembro de 1930, por decreto do Governo Provisório de Getúlio Vargas. (OAB-PR, 2017, p. 13-14).

¹⁴ O Instituto dos Advogados do Paraná foi fundado em Curitiba, no ano de 1917. Dentre seus fundadores constam Marcellino José Nogueira Júnior, Vieira de Alencar, Benjamim Lins, Joaquim Miró, Alencar Piedade, José Maria Pinheiro Lima, Alberto de Abreu Filho, Generoso Marques dos Santos, João Antônio Xavier Filho, João Carlos Hartley Gutierrez, Hugo Simas, Manoel de Oliveira Franco, Paulo Costard, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, José Pinto Rebello Júnior e Franklin de Araújo. (ALMEIDA; BITTENCOURT; COSTA, 2009).

¹⁵ Conforme ofício enviado pelo Instituto dos Advogados do Paraná ao Capitão Chefe de Política de Curitiba, em 15 de fevereiro de 1941, informando a eleição de Vieira Netto à presidência no biênio 1941-1942. (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1147.137, p. 4)

Rompe com a classe dominante e vincula-se ao comunismo na década de 1940. Filiando-se ao PCB, participa ativamente como militante das ações do partido e da construção de seu projeto societário e formativo.

As carreiras de professor e advogado foram desempenhadas conjuntamente. Na Universidade do Paraná, após ser aprovado para a cátedra de Direito Civil, no ano de 1957, proferiu aula inaugural na Faculdade de Direito em 1960, e foi escolhido paraninfo da turma de formandos no mesmo ano. Igualmente, foi paraninfo dos formandos de 1964 e, no mesmo ano, foi aposentado compulsoriamente por ato do governo ditatorial de Castelo Branco, referendado pelo Conselho Universitário da Universidade do Paraná.

Na perspectiva gramsciana, Vieira Netto, por meio da práxis, leva a cabo o projeto comunista, como intelectual orgânico, organizador da cultura nos diversos espaços em que atuou efetivamente, como no IAP, na OAB-PR, na ALEP (como deputado), na Universidade do Paraná (como professor) e como advogado. A teoria marxista embasou sua atuação profissional e de militância, ao longo de décadas. Declarando-se marxista, em testamento escrito às vésperas de morte, confirma a firme decisão e convicção pelo projeto que lhe rendeu o reconhecimento e admiração, em vida. O mesmo projeto teve como consequência as condenações, perseguições, prisões e a aposentadoria forçada. Vieira Netto figurou na lista dos primeiros presos políticos do Brasil, após o golpe militar de 1964.

Esse acontecimento tem conexão direta com o patrulhamento, a vigilância e o monitoramento que lhes acompanharam desde o primeiro fichamento na Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR), datada de 23 de agosto de 1944, segundo a Ficha Individual nº 45.992 (DOPS-PR) aberta em 29 de setembro de 1944, e Pasta Individual nº 2194-400 (DOPS-PR), até o último, datado de julho de 1973, quando a polícia foi à sua casa para prendê-lo pela terceira vez. A busca da polícia foi frustrada. Não conseguiram prendê-lo, pois Vieira Netto entrara para a história, dois meses antes. Ainda assustada com o fantasma comunista, em 1982, a polícia novamente manda prender Vieira Netto.

As heranças familiares de Vieira Netto, sua formação, atuação e projeção profissional apontam para um intelectual inserido nas mudanças da sociedade brasileira à luz das mudanças internacionais do contexto do pós-guerra e do engajamento dos intelectuais, na perspectiva de Sartre (1945). Vieira Netto assumiu o projeto societário e formativo do Partido Comunista Brasileiro e a teoria marxista.

Para justificar suas prisões, perseguições e condenações, pesaram contra ele alguns crimes: o pensamento, o trabalho e o fato de ser um professor brilhante que representava “perigo à mocidade”, fato que, segundo o próprio Vieira Netto, o condenou a ser um professor sem discípulos, um advogado perseguido e um cidadão sem direitos. Nesses termos, nos itens seguintes, busca-se evidenciar os aspectos destacados nos parágrafos introdutórios deste capítulo.

1.1 HERANÇAS FAMILIARES, FORMAÇÃO INICIAL E INGRESSO NA ESCOLA

A construção desta tese busca discutir a trajetória de José Rodrigues Vieira Netto, inserida no conjunto da atuação dos intelectuais na sociedade brasileira. Nesse sentido, a reconstituição de parte da trajetória de seu pai, Ulysses Falcão Vieira, possibilita a análise sobre a inserção de José Rodrigues Vieira Netto no campo acadêmico, (formação em ciências jurídicas, presidente da OAB-PR, presidente do Instituto dos Advogados do Paraná) e no campo político (integrante da Aliança Liberal, militante e deputado comunista pelo PCB-PR), e sua atuação profissional como promotor público, professor e advogado nas décadas de 1920, 1930 e 1940, compreendendo o início de sua atuação profissional e sua militância.

Trazer alguns elementos referentes à biografia de seu pai tem como objetivo debater, brevemente, as heranças familiares de Vieira Netto, devido à atuação de seu genitor como militar, advogado, deputado estadual no Paraná e como professor da Universidade do Paraná, vice-presidente do Instituto dos Advogados do Paraná. Além disso, traz-se informação do avô de Vieira Netto, comerciante bem sucedido na cidade de Curitiba, que acumulara pequena fortuna.

Ulysses Falcão Vieira traz em sua trajetória formativa, profissional e de atuação política, as características apontadas por Miceli (2001) em relação aos intelectuais e às classes dominantes do final do século XIX e início do século XX no Brasil, no contexto da República Velha. Os intelectuais, em sua maioria, eram ligados às camadas decadentes da sociedade oligárquica, que encontrava nessa atuação, a solução para não se desprenderem do convívio e dos privilégios da classe oligárquica e, em outros casos, era a forma encontrada por essas famílias como estratégia de reconversão à classe dominante.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos pelos intelectuais nesse período, para Miceli (2001), como já apontado, aqueles ligados ao grupo dos chamados

parentes pobres, eram mais propensos a investir nas áreas da literatura, enquanto os herdeiros da fração intelectual da classe dominante atuavam em áreas mais rentáveis e gratificantes no campo do poder como a política e o campo jurídico. Estes, por sua vez, buscavam reproduzir as posições de suas famílias no interior da fração intelectual.

O autor aponta que, nesse período, ser intelectual era sinônimo de literato, jornalista, militar e eclesiástico. Os militares, segundo Miceli (2001), figuravam entre as carreiras dos chamados parentes pobres, no entanto, aproximavam-se das carreiras masculinas, como o proprietário de terras e o homem político.

Em um contexto histórico em que a oligarquia ditava as regras na sociedade brasileira, a atuação dos intelectuais, segundo Miceli (2001), estava atrelada aos interesses da classe dirigente que recrutava os intelectuais de acordo com a rede de relações sociais da classe dominante. Essa relação, no entanto, alterava-se à medida que as mudanças no cenário político, social e cultural brasileiro também se modificavam. A expansão do mercado editorial e a ampliação do ingresso no serviço público condicionaram as condições de trabalho do intelectual na República Velha, porém, o acesso às profissões intelectuais permaneceu dependente da reconversão das famílias que tinham condições de transmitir aos filhos o capital social¹⁶ e cultural¹⁷, conforme o grau de proximidade entre essas famílias e a parte culta da classe dominante.

Vieira Netto, na perspectiva asseverada por Miceli (2001), descende de família da classe dominante. Essa afirmação é possível ao analisarmos os vínculos de seu pai, Ulysses Falcão Vieira, nascido em 1885, era filho de imigrantes portugueses que se estabeleceram como comerciantes em Curitiba, acumulando

¹⁶ Capital social é definido por Pierre Bourdieu como “um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados a um grupo, por sua vez constituído por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por relações permanentes e úteis”. BOURDIEU, P. O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998a. p. 67.

¹⁷ Segundo Bourdieu, “A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar”, ou seja, os benefícios que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. Esse ponto de partida implica em uma ruptura com os pressupostos inerentes, tanto à visão comum que considera o sucesso ou o fracasso escolar como efeito das “aptidões” naturais, quanto às teorias do “capital humano”. O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado; no estado objetivado; no estado institucionalizado”. BOURDIEU, P. O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998b. p. 73-74.

pequena fortuna na cidade, no final do século XIX. (HELM, 2012). Ulysses, destinado por seu pai, inicia a carreira profissional como militar, no ano de 1900. Permaneceu no exército até 1906, vindo a ser desligado, “deixando atrás de si história digna de figurar nos anais como a do militar que engajou por engano”. (VARGAS, HOERNER JR; BÓIA, 1995, p. 44).

Nesse contexto, a carreira militar pode também ser inserida dentre as profissões da classe dominante, sendo incluídos no rol dos intelectuais da época. Ulysses Falcão, no entanto, não seguiu a carreira. Segundo Helm (2012, p. 26), “ingressou, em 1907, no Curso de Direito na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro.” Ao longo do curso de Direito, casou-se com Carmen Alvarez, uma jovem espanhola. Formou-se no ano de 1911 (HELM, 2012) e, no ano seguinte à sua formatura, passou a atuar como promotor público na cidade de Rio Negro, PR, e, em seguida, como delegado de Polícia na cidade de Curitiba, ainda no ano de 1912. (VARGAS, HOERNER JR; BÓIA, 1995).

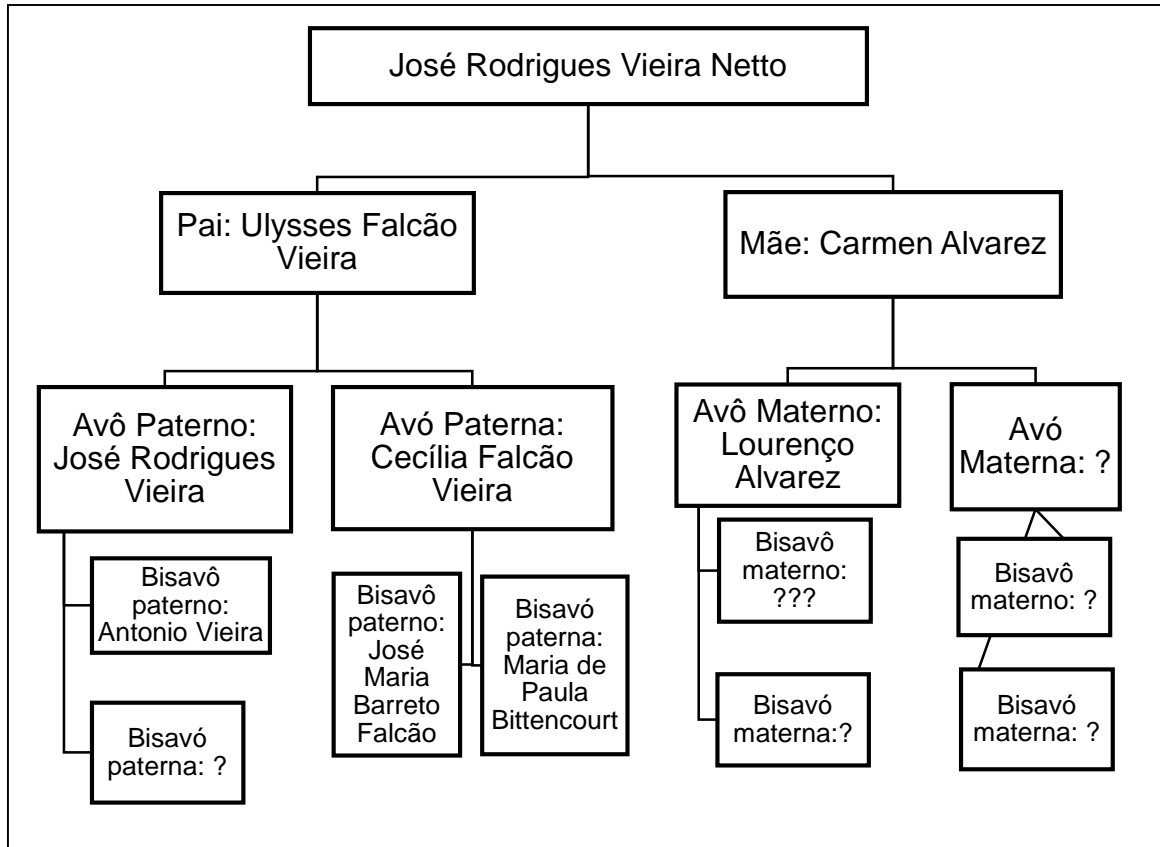
O avô materno de Ulysses era o Capitão José Maria Barreto Falcão, natural do Rio de Janeiro e sua avó, era Maria de Paula Bittencourt, natural de Curitiba. (NEGRÃO, 1946). Capitão Falcão atuou como militar na região sul do Brasil, nas chamadas Campanhas Platinas¹⁸. Na obra de Cecília Maria Vieira Helm, a bisavó paterna de Vieira Netto é identificada como Francisca de Paula Bittencourt. Ainda, segundo a autora, o capitão Falcão conheceu Francisca em Curitiba e casaram-se em 1864 (HELM, 2012).

¹⁸ Em Helm (2012), há pouca informação sobre o Capitão Falcão e sobre sua atuação nas Campanhas Platinas. Há, apenas, a menção ao seu casamento, em Curitiba, no ano de 1864. Esse destaque é importante, pois no que tange às Campanhas Platinas existiram mais de uma incursão militar a essa região localizada nas proximidades do Rio da Prata. Sobre os conflitos nessa região, Fausto (1995, p. 125) afirma que “com o objetivo de anexar a Banda Oriental ao Brasil, Dom João VI realizou duas intervenções militares, em 1811 e a partir de 1816. A derrota de Artigas - principal figura na luta pela independência uruguaia - garantiu aos portugueses a posse da região e a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, em 1821, com o nome de Província Cisplatina. Entretanto, os conflitos no Rio da Prata estavam longe de terminar”. O recém-criado Império brasileiro herdou os problemas gerados com a ocupação da Banda Oriental, sob a forma artificial de Província Cisplatina. Em 1825, uma rebelião regional proclamou a separação do Brasil e a incorporação às Províncias Unidas do Rio da Prata, futura Argentina. Os conflitos nessa região se deram, principalmente, com a Guerra entre o Brasil e a Argentina pela posse da Província Cisplatina (1825-1828); a Guerra do Brasil e do Paraguai contra Rosas (ditador Argentino) e Oribe, seu aliado e ex-presidente do Uruguai (1851-1852); o Brasil entra em luta com o governo uruguaio de Aguirre no ano de 1864; a Guerra do Paraguai, travada por mais de cinco anos, entre 11 de novembro de 1864, quando ocorreu o primeiro ato das hostilidades, e 01 de março de 1870. Ela é conhecida, na América espanhola, como Guerra da Tríplice Aliança. Um acontecimento internacional que marcou profundamente a história do Segundo Império. (FAUSTO, 1995).

Em relação à genealogia de Vieira Netto, apresentamos, abaixo, um organograma que possibilita visualizar, de maneira mais direta, suas relações familiares.

Devido aos dados encontrados, o organograma contém até a 4ª geração de Vieira Netto.

Organograma 1: Genealogia de Vieira Netto (1ª à 4ª Geração)



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Negrão (1946) e Helm (2012).

O organograma 1 apresenta os nomes dos pais, avós, alguns bisavôs e bisavó de Vieira Netto. Importante destacar que, na genealogia do lado paterno, encontramos o nome de um bisavô, o pai de José Rodrigues Vieira, Antônio Vieira, português e os dois bisavôs, pai e mãe de Cecília Falcão Vieira, sendo o bisavô, capitão do exército, conhecido como Capitão Falcão e a bisavó, Maria Paula Bittencourt.

Na genealogia do lado materno de Vieira Netto, os nomes encontrados se limitaram à 3ª geração, ainda assim, incompleta. Sua mãe, Carmen Alvarez, era espanhola, da região da Galícia, assim como seu avô Lourenço Alvarez. Carmen

Alvarez e Ulysses Falcão se conheceram e se casaram, no período em que Ulysses cursava o curso de Direito na cidade do Rio de Janeiro¹⁹.

Nota-se, no entanto, que a genealogia de Vieira Netto, tanto pela linhagem materna, como pela linhagem paterna, não descende de famílias da aristocracia paranaense, ligada aos proprietários de terra, escravistas ou das famílias ervateiras. Pertencem à classe dominante, porém oriundos das relações comerciais que lhes proporcionara ascensão social e, conseqüentemente, a aquisição de capital social.

Sobre capital social, Pierre Bourdieu afirma que é:

O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Destarte, dentre os nomes encontrados na linhagem de Vieira Netto, a personagem que mais se destaca, do ponto de vista da intelectualidade é seu pai, Ulysses Falcão Vieira. Esse pertencimento familiar na sociedade paranaense proporcionou a ele, como integrante da classe dominante, a ascensão na carreira. Esse fato nos remete à compreensão sobre as relações de poder e de carreira na República Velha, em que, segundo Miceli (2001, p. 118), “[...] os estudantes dos cursos jurídicos tinham não apenas a pretensão, mas também a possibilidade objetiva de ingressar nas carreiras ligadas ao trabalho político e intelectual”.

Ulysses Falcão Vieira, não fica fora desse apontamento asseverado por Miceli (2001), quando constatamos sua atuação, segundo Nicolas (1984, p. 326), “dentre as várias incumbências desempenhadas pelo Dr. Ulysses Vieira, destacamos as de delegado de Polícia, promotor público em Rio Negro, deputado ao Congresso

¹⁹ A Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, onde Ulysses Falcão Vieira cursou Direito, foi fundada em 18 de abril de 1882, mas só foi autorizada a funcionar em 1891, no contexto posterior à Proclamação da República em que o governo passou a incentivar a abertura de cursos livres. Essa faculdade existiu de maneira independente até o ano de 1920, vindo a se fundir com a Faculdade Livre de Direito da cidade do Rio de Janeiro, originando a Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, que, em 1937, foi transformada em Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Já em 1967, na Ditadura Militar, aconteceu nova alteração e sua denominação passou a ser Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (ASSOAD, 2017). O contexto envolvendo a criação de Faculdades e cursos de Direito no Brasil, dentre outros temas, é abordado por Oliveira e Toffoli (s.d) em *O ensino jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas conseqüências na contemporaneidade*. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c14da109e294d1e>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Legislativo em duas legislaturas, tendo sempre exercido a advocacia”. Por ocasião dos mandatos parlamentares, Ulysses Falcão Vieira ocupou a Comissão Permanente de Constituição e Justiça de 1914 a 1915, a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Redação de 1916 a 1917, a Comissão de Instrução Pública, a Comissão de Inquérito e as Comissões Especiais em 1935 e, por fim, nos anos de 1936 e 1937, ocupou novamente a Comissão de Constituição e Justiça (NICOLAS, 1984).

A atuação de Falcão Vieira se deu também em entidade de classe. Sua presença está registrada na reunião de fundação do Instituto dos Advogados do Paraná, em 1917. No ano de 1935, ele foi eleito vice-presidente da entidade, juntamente com Laertes de Macedo Munhoz (presidente) (ALMEIDA; BITTENCOURT; COSTA, 2009).

Ao ocupar a posição de destaque junto à classe dominante curitibana, no ano de 1918, Ulysses passa atuar como professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. No site da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, consta seu nome como professor de Processo Penal, militante de Curitiba, formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

O responsável pelas primeiras aulas, tanto da primeira quanto da segunda parte da cadeira de Direito Penal, bem como pela elaboração dos respectivos primeiros programas de ensino, foi o então professor substituto Antônio Martins Franco, que da primeira parte da disciplina se encarregará até o ingresso no corpo docente de Ulisses Falcão Vieira, advogado militante em Curitiba, formado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1911. (DRUMOND; CROCETTI, 2017).

Na obra de Negrão (1946), há menção a Ulysses Falcão como advogado da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, como presidente do Clube Curitibano e como colaborador em jornais e revistas paranaenses. Ele também “publicou muitos trabalhos de interesse profissional, discursos e a biografia do grande paranaense Dr. Ernesto Oliveira” (NICOLAS, 1984, p. 326). Em 1936, participou da fundação da Academia Paranaense de Letras.

Prosseguindo com as diligências no sentido da criação, ou recriação, da instituição acadêmica, estimulado agora pela existência de uma federação e pelo aguilhão vindo da Academia Carioca, Ulysses, com o apoio de diversos companheiros, convocou pela imprensa a intelectualidade em geral. Assumindo a direção dos trabalhos, após minuciosa exposição dos fatos e obtendo unanimidade, ficara decidido: - *que uma nova academia, com quadro de quarenta membros vitalícios, tomaria a denominação de “Academia Paranaense de Letras”*. (VARGAS, HOERNER JR; BÓIA, 1995, p. 11).

Nesse sentido, fundou-se, em Curitiba, no dia 26 de setembro de 1936, a Academia Paranaense de Letras. Ulysses Vieira, além de fundador, foi eleito o presidente da primeira diretoria para o biênio de 1936/1937. (VARGAS, HOERNER JR; BÓIA, 1995).

Dentre as atuações de Ulysses Vieira, Drumond (2011) aponta como recorrente, a atuação jornalística na imprensa durante o Curso de Direito e depois de colado grau. Vargas, Hoerner Jr. e Bóia (1995) destacam sua atuação nos jornais e no cargo de Diretor e proprietário do Diário da Tarde²⁰.

O seu vínculo com esse jornal é mencionado por Osvaldo Pilotto (1976) na obra *Cem anos de Imprensa no Paraná: 1854-1954*, (PILOTTO, 1976) e por Karina Janz Woitowicz (2015), na obra *Imagem Contestada: A Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916)*. Dentre outras questões, a autora destaca que, a partir de 16 de agosto de 1915, a propriedade do jornal passa a ser de Ulysses Vieira, que apresentou significativas mudanças na linha editorial. Em 06 de outubro de 1916, ele deixou a direção, mas continuou colaborando no Jornal.

No bojo das modificações, envolvendo a atuação dos intelectuais na sociedade brasileira nas décadas de 1920, 1930 e 1940, destacam-se as mudanças na política e na cultura, influenciando no acesso à classe dirigente. Nesse sentido, os intelectuais passam a atuar nos jornais, nos partidos e em espaços culturais. Até as décadas anteriores dos anos 1920, em alguns segmentos da elite, o fato de ter o diploma já era um caminho aberto para os cargos políticos, por exemplo. (MICELI, 2001)

Nesse contexto, Ulysses Falcão Vieira, a partir de sua formação acadêmica e sua atuação profissional e política, vinculou-se às classes dirigentes e classe dominante desse período. Atuou de maneira orgânica na sociedade paranaense, o que nos remete também às análises de Gramsci em relação aos intelectuais orgânicos

²⁰ O Jornal Diário da Tarde foi fundado no ano de 1899, por Estácio Correia. Seu primeiro número é do dia 18 de março de 1899. O Diário da Tarde era, em 1975, o periódico de mais prolongada circulação no Paraná. No entanto, ressalta Pilotto (1976) que, no ano de 1975, circulava sob o patrocínio da “Gazeta do Povo”. Estácio Correia, “obedecendo à tendência de surgir “em virtude da necessidade que sente o nosso Estado de uma folha que seja, entre as lutas partidárias, um elemento ponderativo”. Mas, com a sua ponderação, esbarrou muitas vezes no desagrado de muitos que foram alvos de seus ataques, em circunstâncias várias”. (PILOTTO, 1976, p. 31). Woitowicz (2015, p. 60) afirma que “entre os proprietários do Diário da Tarde tem-se registro de Estácio Correia, Euclides Bandeira, Raul Rodrigues Gomes, Generoso Borges, Jayme Ballão, Ulysses Vieira e Plácido e Silva – embora outros diretores, grupos e associações também tenham percorrido a história do jornal –, até que, na década 50, assume a direção Francisco Cunha Pereira Filho, do grupo Gazeta do Povo”.

das várias classes sociais e sua inserção na cultura. No caso do pai de Vieira Netto, a atuação se dava junto às classes dominantes, por meio dos jornais, da fundação da Academia Paranaense de Letras, a presidência do Clube Curitibano, atuação como advogado, intervenção no campo político, como parlamentar e como professor universitário.

É nesse ambiente familiar que nasceu, no dia 15 de dezembro de 1912, José Rodrigues Vieira Netto, na cidade de Rio Negro, PR. Seu nascimento se deu no período em que o pai trabalhava como promotor público nessa cidade. O nome de José Rodrigues Vieira Netto é uma homenagem ao seu avô paterno, José Rodrigues Vieira. O nascimento de Vieira Netto foi na cidade de Rio Negro, PR, no entanto, “foi educado em Curitiba, por seus avós paternos [...]” (HELM, 2012, p. 27). Com os avós, Vieira Netto residiu até por volta dos 17 anos. Quando do falecimento destes, foi morar com os pais (HELM, 2012).

O início da formação escolar de Vieira Netto se deu no Grupo Anexo à Escola Normal de Curitiba; o curso secundário foi realizado no Ginásio Paranaense, em Curitiba (NICOLAS, 1984). Porém, segundo Helm (2012, p. 26), “[...] sua excelente formação se deve, em parte, ao ambiente familiar em que foi educado em Curitiba”.

A formação escolar e a formação que teve no ambiente familiar, juntamente com a leitura de autores clássicos, portugueses e brasileiros, proporcionaram à Vieira Netto o domínio da língua, como pode ser observado em seus trabalhos e conferências. A partir das observações de Maria Cecília Vieira Helm (2012), é possível dizer que Vieira Netto nutria gosto especial pela literatura clássica inglesa, especialmente a obra de William Shakespeare, comumente citada em seus trabalhos. Empregava expressões do pensamento de grandes nomes da literatura, como Luís de Camões e Pablo Neruda. Dominava o idioma francês e o inglês, aos quais traduzia com facilidade. Na música brasileira, “seus cantores prediletos eram Amália Rodrigues, Inezita Barroso, Maysa, Dorival Caymmi, Noel Rosa, Elizeth Cardoso.” (HELM, 2012, p. 38)

Ainda, segundo Helm (2012), o repertório musical de Vieira Netto era amplo. Além dos artistas brasileiros, escutava Edith Piaf, Beethoven, Chopin, Tchaikovsky, Vivaldi e Mozart.

Os concertos da SCABI eram frequentados por nossos pais. As peças de teatro encenadas em Curitiba por atores famosos eram assistidas por Vieira

Netto, sua esposa e filhas, no Cine Marabá e, mais tarde, no Pequeno Auditório do Teatro Guaíra. (HELM, 2012, p. 38).

Vieira Netto também tinha uma formação filosófica de destaque. Entre as obras que conhecia e dominava, encontram-se os Sermões do Padre Antônio Vieira, as obras de Hegel, de Marx, de Engels, de Darwin e reconhecida cultura jurídica, além de apreciar o pensamento e o desempenho artístico de Chaplin (HELM, 2012).

Culturalmente, Vieira Netto tinha uma vida ativa. Frequentava ambientes de produção cultural como teatros, concertos e cinemas. Mantinha amizade com artistas, com destaque para Paulo Autran, frequentador de sua casa. Vieira Netto, chegou a atuar em uma das peças com a presença de Paulo Autran, da qual resultou a obra intitulada “O Julgamento de Otelo²¹” (NETO; LIMA, 1962). Na peça, Vieira Netto atuou no papel de Promotor Público por ocasião do julgamento a que Otelo foi submetido.

Na juventude, Vieira Netto escolheu o curso de Direito. A influência na escolha veio de seu pai. Esse fato pode ser observado na ocasião em que Vieira Netto, como professor catedrático da UFPR, profere seu discurso como paraninfo da turma de formandos Bacharéis em Direito, da Faculdade de Direito, em 1960. Reportando-se ao pai, falecido em 1942, Vieira Netto destaca:

Hoje venho cumprir a promessa que te fiz, no silêncio de meu íntimo e constrangido pela tua saudade – de que retomaria os livros que deixaste e a energia que me deste e trabalharia pela noite adentro, e quando sentisse forte e suficiente, eu viria a render o teu posto. Que não se turbe a alegria destes jovens com a honra que faço, mas é como se, hoje, eu concluísse a tua última tarefa. (VIEIRA NETTO, 1960, p. 230-231).

Em se tratando da escolha pela carreira jurídica, no entanto, Miceli (2001) afirma que, nesse contexto da história do Brasil, essa opção era parte de um projeto da classe dominante, que passava por mudanças nas décadas de 1920, 1930 e 1940, porém, as relações de poder e de dominação ainda estavam ligadas à formação em algumas áreas importantes, como o Direito e a Engenharia²². Esse projeto de classe,

²¹ Uma das obras-primas mais encenadas do dramaturgo Inglês, Willian Shakespeare. Foi escrita por volta do ano 1603.

²² Na obra *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*, Edmundo Santos Coelho aborda a relação entre as profissões e o Estado, mais especificamente a medicina, a engenharia e a advocacia. Nessa abordagem, discute como essas profissões se desenvolveram no Brasil e como elas se interligaram ao poder com o apoio do Estado. Coelho (1999) aponta, dentre outras questões, que além do reconhecimento profissional, os detentores do diploma dessas profissões, regulamentadas pelo Estado, os credenciava, perante a sociedade, ao exercício do poder, conferindo-lhes status. A abordagem feita por Edmundo Santos Coelho contribui para a compreensão das relações familiares de Vieira Netto e as questões profissionais, desde a decisão de

bem como a opção de Vieira Netto, é outra forma de compreensão de sua escolha, para além da influência paterna.

A formação de Vieira Netto em nível escolar e a educação no contexto familiar apontam para a cultura da classe social a que estava vinculado, com acesso aos bens culturais da classe dominante. Nessa perspectiva, Vieira Netto era portador de capital cultural. Segundo Bourdieu, capital cultural é “[...] um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da ‘pessoa’, um *habitus*. [...] pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo, que deve ser investido pessoalmente pelo investidor [...]” (BOURDIEU, 1998, p. 74).

A herança familiar de Vieira Netto possibilita afirmar que ele estava vinculado à classe dominante. As evidências envolvendo a família, desde seus bisavôs, avós, até seus pais, indicam a ligação ao comércio, à carreira militar, ao campo jurídico, à política e à docência no ensino superior. No contexto do início do século XX, no Brasil, ter acesso à educação familiar e escolar, era privilégio de uma camada restrita da população brasileira detentora de bens e recursos financeiros, pois o país possuía altos índices de analfabetismo. O acesso ao ensino superior era ainda mais restrito, sendo privilégio de pequena parte dos jovens. (CUNHA, 1980, p. 45)

Além das informações apresentadas, a afirmação de que Vieira Netto era vinculado à classe dominante paranaense, é confirmada no livro de memórias de Cecília Maria Vieira Helm (2012), no qual aponta que José Rodrigues Vieira Netto frequentava os locais em Curitiba, como o Clube Paranaense de Tiro e fazendas dos amigos na região dos Campos Gerais e Palmas, com a finalidade de participar de caçadas. Há, ainda, menção de que, após o casamento com Vieira Netto, Irmina Miró Carneiro deixou o cargo de professora, por entender ser dever de esposa cuidar do marido e administrar a casa, segundo o relato de Helm (2012).

As evidências do pertencimento de Vieira Netto à classe dominante, além dos acontecimentos relacionados às suas práticas nos meios sociais, seu gosto musical e literário, manifestam-se também na formação direcionada às filhas, a posse de uma biblioteca particular com inúmeras obras, dentre elas, a Enciclopédia Britânica, Larousse, a coleção da Revista Civilização Brasileira²³, coleção de livros sobre arte e

seu pai em cursar Direito no Rio de Janeiro, no início do século XX, como a decisão dele próprio de seguir a mesma profissão. (COELHO, 1999).

²³ A Revista Civilização Brasileira foi um importante veículo de resistência das esquerdas na vigência dos primeiros anos da ditadura militar no Brasil. Era uma publicação periódica de importância política e cultural, pois se constituiu num espaço de reorganização das esquerdas desagregadas pelo golpe de

música, e obras de Monteiro Lobato, Machado de Assis, José de Alencar, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, J.J. de Araújo Jorge, Eça de Queiroz, Euclides da Cunha, Jorge Amado, Pablo Neruda, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes. Costumava recomendar às filhas obras de filosofia, história e literatura, auxiliando-as (HELM, 2012).

A posição de Vieira Netto, além de reforçar a ligação à classe dominante, corrobora para a compreensão de sua formação cultural e a repetição da estratégia utilizada por seus avós na formação oferecida no seio da família, que, na perspectiva de Bourdieu, insere-se na reprodução cultural e na formação do capital cultural, em vista do capital social e das relações sociais. Milton Ivan Heller (1988, p. 368) corrobora com esse argumento em relação a Vieira Netto e seus vínculos, asseverando que, “[...] para muitos, ele era o protótipo do burguês, satisfeito, bem sucedido, frequentador de reuniões sociais em clubes de elite”.

Essa afirmação em relação aos vínculos de Vieira Netto à classe dominante, no entanto, é contextualizada por suas filhas ao reiterarem as raízes sociais do pai, porém, destacam a sua posição política. “Os amigos diziam que meu pai era um comunista romântico, [...]. Mas não é todo burguês que dedica a sua vida às causas sociais. E muitos chamados progressistas não foram presos porque se conciliaram com os donos do poder” (MARIA LÚCIA²⁴, *apud* HELLER, 1988, p. 368).

A observação das filhas Maria Cecília Vieira Helm, Lígia Vieira Cesar e Maria Lúcia Vieira, em Heller (1988), com relação às ações de Vieira Netto, apontam para o seu rompimento com as posições políticas da classe à qual estava vinculado pelos laços familiares e matrimoniais. Entretanto, esse rompimento não acontece com as relações sociais adquiridas por Vieira Netto ou herdadas da família paterna e materna.

Para Miceli (2001), o fator que indica a ligação dos intelectuais à classe dominante, relaciona-se à orientação dos herdeiros para as modalidades de trabalho intelectual mais rentáveis e gratificantes no campo do poder, como o pensamento político, arrazoados e pareceres jurídicos. A distribuição dos futuros intelectuais, no

1964, ao mesmo tempo em que seu projeto editorial contemplava um amplo debate sobre a cultura como um novo campo de articulação das resistências. Em virtude destes, entre outros fatores, um número significativo de pesquisas debruçou-se sobre a documentação produzida por seus editores e colaboradores. Documentos que não somente confirmam sua importância como objeto de pesquisa e do interesse de pesquisadores, bem como revelam a complexidade de uma conjuntura específica de produção cultural impressa no projeto editorial da revista. (CZAJKA, 2010).

²⁴ Maria Lúcia é filha de Vieira Netto. A citação encontra-se na obra de Milton Ivan Heller (1988), em que o autor cita depoimentos das filhas de Vieira Netto.

entanto, na orientação para a carreira intelectual dependeria da posição em que a família se encontrava em relação ao polo dominante da classe dirigente e do montante de capital escolar e cultural disponível, conforme o setor da classe dirigente a que pertencem.

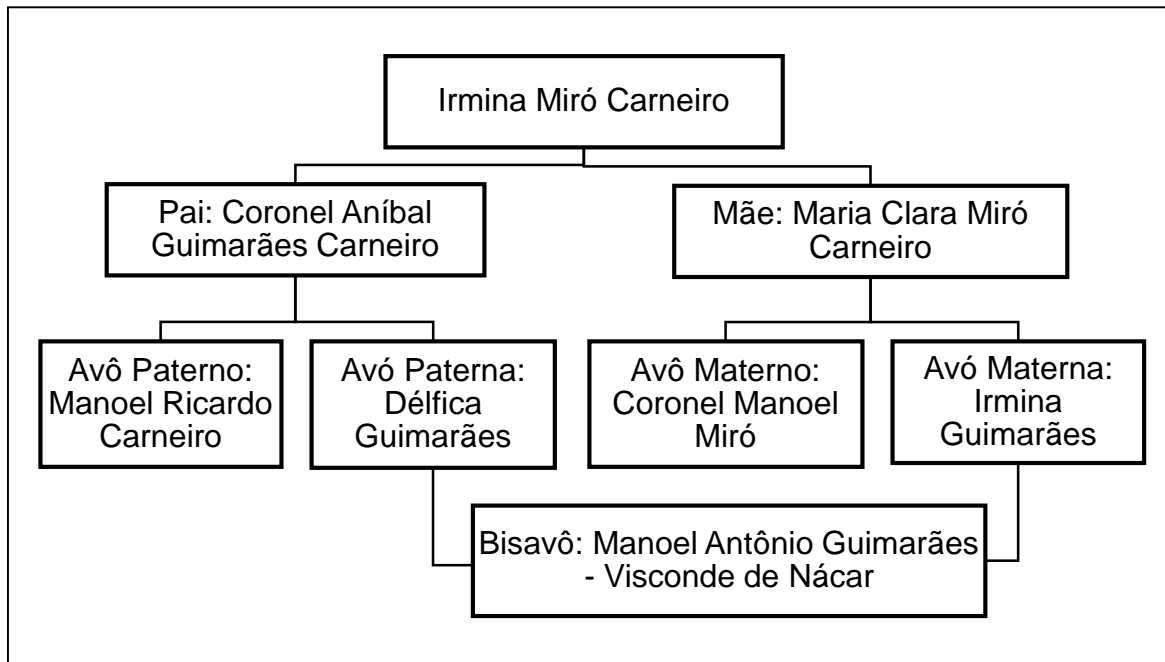
Ainda no bojo da análise dos vínculos de Vieira Netto com a classe dominante, merece destaque suas relações familiares, no que tange ao seu casamento com Irmina Miró Carneiro, no ano de 1937, com quem teve quatro filhas. A esposa Irmina, segundo Helm (2012, p. 147), “[...] fora educada de acordo com os princípios de uma família cristã, fazia caridade, participava de um grupo de senhoras lideradas por dona Eunice Pizzato que trabalhavam para arrecadar fundos para o Hospital Ernesto Gaertner, em Curitiba”.

Entre os familiares de Irmina, figuram pessoas de renome social, político e econômico no estado do Paraná. Era filha do Coronel Aníbal Guimarães Carneiro e Maria Clara Miró Carneiro, neta do Comendador Manoel Miró e de Irmina Guimarães do lado materno e de Manoel Ricardo Carneiro e de Dêlfica Guimarães do lado paterno. Ambos os avós de Irmina²⁵ eram proprietários de terras, exploravam o plantio, beneficiamento e comércio de erva mate e proprietário escravista. Seu bisavô, Manoel Antônio Guimarães, ostentava o título de Visconde de Nácar²⁶, concedido pela Princesa Isabel, por ocasião de recepção em sua residência, na cidade de Paranaguá, no ano de 1894. Anteriormente, havia recebido o título de Barão de Nácar, ao recepcionar Dom Pedro II. (NEGRÃO, 1946)

²⁵ A genealogia da família de Irmina, esposa de Vieira Netto, assim como várias outras famílias da classe dominante paranaense, são analisadas nas obras de Ricardo Costa de Oliveira, “*O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná.*” e “*Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007*”, dentre outras, em que discute os laços familiares e as relações de poder, bem como a inserção dessas famílias no campo econômico, político, cultural e social paranaense.

²⁶ Comendador Manoel Antônio Guimarães, Barão e depois Visconde de Nácar, começou a sua vida acompanhando o pai na indústria, revelando grande vocação para o comércio, e por sua rara atividade e labor, ampliou os negócios, mantendo relações comerciais com as principais regiões do país e das repúblicas do Rio da Prata e do Chile, com as quais negociava, fazendo largamente a exportação de erva-mate e importação de sal. Adquiriu grande fortuna e perdeu parte dela. Atuou na política, sendo chefe de maior prestígio do Partido Conservador. Foi, por vezes, nomeado Vice-Presidente da Província; comandante superior da Guarda Nacional, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, Juiz de Paz. Em 1942, foi nomeado Chefe de Legião de Paranaguá e seu distrito, tendo prestado serviços, de ordem limitar, ao General Labatut, por ocasião da Guerra dos Farrapos. (NEGRÃO, 1946).

Organograma 2: Genealogia de Irmina Miró Guimarães, esposa de Vieira Netto.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir da obra de Negrão (1946).

O organograma 2 permite a visualização dos vínculos familiares da esposa de Vieira Netto e aponta para a relação entre parentes próximos, sendo a avó materna, irmã da avó paterna, e, os pais de Irmina, primos. O bisavô de Irmina, Visconde de Nácar, era uma das pessoas mais poderosas e influentes do estado. Segundo Oliveira (2007, p. 161), “[...] desde o século XVIII a parentela de Manuel Antônio Guimarães, o Visconde de Nácar, importante ervateiro e proprietário escravista, sempre reproduzem as relações entre grandes empreendimentos econômicos e posições no aparelho de Estado e na magistratura”.

A organização do organograma permite observar que “[...] as estratégias matrimoniais em geral são a resultante de relações de força no interior do grupo doméstico, e essas relações só podem ser entendidas recorrendo-se à história desse grupo e, em particular, à história dos casamentos anteriores” (BOURDIEU, 2004, p. 88). A compreensão do casamento, na forma apresentada por Pierre Bourdieu, contribui para a interpretação dos vínculos matrimoniais entre as famílias Vieira e a família Miró Carneiro, bem como o matrimônio de seus ascendentes, pois

[...] o casamento não é essa operação pontual e abstrata, baseada unicamente na aplicação de regras de filiação e de aliança, que a tradição estruturalista descreve, mas um ato que integra o conjunto de necessidades inerentes a uma posição na estrutura social, isto é, num estado do jogo dos

“negociadores”. As relações que se estabelecem entre as famílias por ocasião dos casamentos são tão difíceis e tão importantes quanto as negociações de nossos diplomatas mais refinados [...]. (BOURDIEU, 2004, p. 88).

O enlace matrimonial de Vieira Netto e Irmina Miró Carneiro se localiza no bojo das discussões sobre as relações de poder, da cultura, das relações sociais. Não obstante, há que se compreender as relações familiares, no conjunto dessas relações. Bourdieu, em algumas de suas análises, assevera que a família como “[...] categoria mental [...] é a base de milhares de representações e de ações (casamentos, por exemplo) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva”. (BOURDIEU, 2008, p. 128)

Nesse contexto, o casamento, segundo o mesmo autor, deve ser compreendido como estratégia social para conservação de posição social, conseqüentemente, de poder e dominação.

[...] não se pode dissociar as estratégias matrimoniais do conjunto das estratégias – penso, por exemplo, nas estratégias de fecundidade, nas estratégias educativas como estratégias de investimento cultural ou nas estratégias econômicas, investimento, poupança, etc. -, através das quais a família visa se reproduzir biologicamente e, sobretudo, socialmente, isto é, reproduzir as propriedades que lhe permitem conservar sua posição, sua situação no universo social considerado. (BOURDIEU, 2004, p. 87).

Partindo da análise em relação à posição dos intelectuais como integrantes da classe dominante, e que, no contexto do final do século XIX e início do século XX, o recrutamento dos intelectuais se realizava em função de sua rede de relações sociais, o casamento, na perspectiva apontada por Bourdieu, possibilitava o elo entre as famílias com vistas à conservação de suas posições sociais, assim como a reprodução de suas propriedades, que passava pela educação, pela cultura e também pela reprodução biológica e social. No que tange aos intelectuais, com o fim da Primeira República, Miceli (2001) sustenta que a cooptação das novas categorias de intelectuais continua dependendo das relações sociais, porém, somente isso não bastava, passando a requerer a formação escolar e cultural.

O casamento de Vieira Netto com Irmina Miró Guimarães revela o elo entre a linhagem da família de Vieira Netto - em ascensão na sociedade paranaense, visto que o avô era comerciante afortunado, o bisavô havia sido militar e o pai que ocupara cargos relevantes como deputado estadual, advogado, professor universitário e se fazia presente nos espaços culturais e recreativos da classe dominante paranaense

de maneira expressiva - e a família de Irmina, descendente de famílias portadoras de títulos de nobreza, pois seu bisavô ostentava o título de Visconde.

No entanto, o primeiro casamento de Vieira Netto é interrompido na década de 1960, quando se separou de Irmina e passou a viver com Andrée Gabrielle de Ridder (HELM, 2012). Andrée Gabrielle de Ridder²⁷ foi a companheira de Vieira Netto em segunda união, permanecendo juntos até o falecimento de Vieira Netto no ano de 1973. Com Andrée, Vieira Netto teve três filhos. Andrée, além de companheira de Vieira Netto, trabalhou no seu escritório nas décadas de 1960 e 1970.

A discussão sobre a atuação e as posições políticas de Vieira Netto será feita nos tópicos posteriores. Destarte, podemos indicar, segundo documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Paraná (DOPS-PR), que os primeiros registros efetuados por essa delegacia que apontam a ligação de Vieira Netto com os comunistas, datam de 23 de agosto de 1944. Nesse registro, consta a sua participação em um comício e passeata realizados no dia 22 de agosto de 1944, organizados pelos Ginásios 'Liceu Rio Branco' e 'Novo Ateneu'

²⁷ Andrée Gabrielle de Ridder, formada em Direito e Línguas neolatinas, exerceu a advocacia até 1980, no Escritório de Advocacia fundado por Vieira Netto. A partir de 1980, foi convidada por João Saad, presidente do Grupo, para montar a Televisão Bandeirantes do Paraná. Iniciou, assim, sua segunda função profissional como assessora da presidência do Grupo, na sede principal, em São Paulo, permanecendo até 2012. Andrée é francesa de nascimento, filha de Georges Leslie de Ridder e de Marie Louise de Ridder. Na entrevista, afirmou que não quis se naturalizar brasileira, "pelo meu histórico familiar, optei por permanecer francesa, foi uma forma de me proteger, talvez tenha sido cômodo de minha parte, mas, sempre achei que poderia ser eu mesma, agindo dessa forma. Explico, sou filha de um homem que fez legião estrangeira. Depois, na 2ª Guerra Mundial, foi "partisant", eu mesma nasci no subterrâneo, face os bombardeios noturnos na Cidade de Libourne, Departamento da Gironde". Andrée destaca ainda, que conheceu Vieira Netto em 1960, prestando o vestibular de Direito: "ele era um dos examinadores de exame oral, quando mais tarde, foi meu professor de Direito Civil a partir do 2º ano da faculdade. Assim, em 1960, iniciou-se nossa vida em comum, cheia de altos e baixos, pois ele ainda vivia na casa dele com a ex-mulher e filhas. Em 1964, ano da revolução, fui com ele para São Paulo, pois foi considerado um dos dez mais procurados no País pelos militares. Ele participou com outras pessoas de várias reuniões para se exilar no Chile, mas, eu falei que não queria ir e ele resolveu se apresentar na Secretaria de Segurança Pública em Curitiba, onde foi detido no quartel da Polícia Militar. Em 1967, nasceu minha primeira filha, Andrée Marie Louise. Vieira, foi preso, depois em 1970, nasceu minha segunda filha, Jacqueline. Vieira também foi preso em minha casa, para em seguida ser solto e, em 1971, nasceu o único filho homem, José Ulysses". "Hoje, tenho 76 anos, meus filhos estão todos formados, cada um com suas vidas feitas, tenho orgulho deles por serem pessoas honestas, íntegras e sempre se interessarem pela trajetória da vida do pai deles, guardando na memória as histórias e feitos dele que relatei durante anos e sabendo que carregam um nome muito importante e digno de ser homenageado e honrado, como pessoa e como pai que tenho absoluta certeza que seria para eles. Quanto a mim, fui aluna do professor Vieira Netto, tanto na vida pessoal, acadêmica e profissional, fui ótima aluna, pois seus ensinamentos ditaram o futuro da minha vida e da qual me orgulho muito". Andrée Gabrielle de Ridder, viveu com José Rodrigues Vieira Netto até o seu falecimento, em 1973. (Informação verbal). RIDDER, A. G. DE. Re: Informações [mensagem pessoal para fins de pesquisa acadêmica]. Mensagem recebida por <rclementecosta@yahoo.com.br> em 12 dez. 2017.

Por ocasião do comício do dia 22, bem como da passeata organizada pelos Ginásios “Liceu Rio Branco” e “Novo Ateneu”, no palanque armado a Avenida João Pessoa, usando a palavra, discursou com violência, atacando os homens do governo brasileiro, criticando o tabelamento e o racionamento de alimentos, bem como sobre a falta de liberdade. Dizendo [sic] textualmente que o único regime de liberdade é o regime da Rússia, que o povo brasileiro está sujeito a restrições absurdas e que nas filas de açúcar só se vê o pobre, pois os abastados têm tudo o que precisam, sem se incomodar. (DOPS – PR, FI 45.992, p. 2).

Esse foi o primeiro fichamento de Vieira Netto na DOPS. Nos anos que se seguiram muitos outros foram realizados mencionando suas atividades políticas e profissionais.

Nesse tópico, analisamos as heranças familiares, os vínculos matrimoniais e a formação inicial de Vieira Netto e sua inserção no rol das relações sociais e culturais, produzidas e reproduzidas junto à classe social a que pertencia. A análise sobre as heranças familiares de Vieira Netto, sua formação inicial e o ingresso na escola situam essa personagem diretamente na classe social a que esteve vinculado e nas relações sociais que estabeleceu no início de sua formação, situação que o caracteriza como herdeiro de capital econômico, social e cultural.

A partir da herança paterna no que tange às relações sociais, econômicas, culturais e políticas, herda também a inserção na sociedade curitibana, como intelectual orgânico à classe dominante, como fora seu pai. No entanto, para aprofundarmos essa relação, consideramos importante a análise sobre sua formação acadêmica. Nesse sentido, na sequência da construção desta tese, vamos discutir a entrada de Vieira Netto no curso de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito do Paraná e, posteriormente, o início de sua atuação profissional como promotor público, advogado e professor.

1.2 ENTRADA NO CURSO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DA FACULDADE DE DIREITO DO PARANÁ: MANUTENÇÃO DE HERANÇA PATERNA

A criação dos primeiros cursos jurídicos no Brasil deu-se nas primeiras décadas do século XIX, a partir da Lei de 11 de agosto de 1827, que autorizou dois cursos jurídicos nacionais: um na cidade de Olinda e outro na cidade de São Paulo. Ao longo de praticamente todo o século XIX esses foram os dois principais locais de

estudos jurídicos no Brasil²⁸. Esse cenário só se altera no final do século XIX, com a fundação de novos cursos de Direito, no contexto da Proclamação da República.

Os cursos criados em Olinda e São Paulo estão relacionados ao contexto da Independência do Brasil, em 1822, sendo parte do processo de consolidação da independência brasileira. Nessa lei, Dom Pedro estabeleceu que os estudantes, depois de formados no curso de Ciências Jurídicas e Sociais, fossem tratados com o título de Doutor, outorga que perdura até hoje (BRASIL, 1827).

Já no início do século XX, com a fundação da Universidade do Paraná é criada também a Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, ambas no ano de 1912. Além do curso de Direito, são criados outros cinco cursos. A fundação da Universidade do Paraná e, concomitantemente, a Faculdade de Direito, é fruto da Reforma Rivadavia Correa (Decreto nº 8659-1911) e da iniciativa dos membros fundadores, apoiados pela sociedade e governo local.

Campos (2006), ao discutir os intelectuais paranaenses e as concepções de universidade, assevera que a iniciativa de Rocha Pombo, em 1892, é considerada a primeira experiência paranaense que objetivava estabelecer uma universidade, mesmo seu projeto não tendo sido implementado, pois antes desse período não foram localizados debates em relação ao ensino superior no estado.

Destarte, no ano de 1912, foi criada a Universidade do Paraná²⁹, “constituída pelos cursos de Engenharia Civil, Direito, Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Comércio, organizada por diferentes personalidades paranaenses, entre os quais destacamos Victor Ferreira do Amaral e Nilo Cairo” (CAMPOS, 2006, p. 3). A recém-fundada Universidade do Paraná, já no ano de 1915, foi transformada em Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito e Faculdade de Engenharia, a partir da Reforma Maximiliano. Esse modelo durou até 1946, quando as faculdades foram unificadas, voltando a existir a Universidade do Paraná, composta pelas faculdades de Engenharia Civil, Direito, Medicina e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1938 (CAMPOS, 2006).

²⁸ Segundo Oliveira e Toffoli ([s.d], [nºp.]) em 09 de janeiro de 1825, o imperador decretou a criação provisória de um curso jurídico na Corte, na cidade do Rio de Janeiro, regulamentado em 02 de março de 1825, com a publicação do Estatuto de Visconde da Cachoeira – importante documento que, posteriormente, veio a embasar, sobretudo os aspectos metodológicos e científicos do ensino do direito no Brasil, porém jamais fora implantado. Esse decreto ocorreu antes da Lei que instalou os cursos em São Paulo e Olinda, em 1827.

²⁹ A fundação da Universidade do Paraná é discutida nas obras de Wachowicz (2006), Oliveira e Leite (2012) e na tese de Campos (2006).

Para Oliveira (2012), a criação da Universidade do Paraná foi orientada pela ideologia do projeto de modernização conservadora, marcada por uma rede social e política de parentesco. Na sua visão,

O projeto de modernização conservadora orientou a ideologia de criação da Universidade do Paraná como uma forma de atualização e modernização das forças produtivas, da ciência, da tecnologia e das práticas profissionais na região. Boa parte dos fundadores da Universidade compartilhava parentescos dentro da Genealogia Paranaense e formavam, também, parte da grande rede social e política de parentesco pertencente à mesma ordem étnica, social, cultural, moral e política em comum. (OLIVEIRA, 2012, p. 67).

O pai de Vieira Netto ingressou na Universidade do Paraná, em 1918, já nos primeiros anos após sua fundação, e pertencia à primeira geração³⁰ de professores ingressantes, a partir de 1913 até a década de 1920. Não obstante, seu pai está incluído dentre o que Oliveira (2012) denomina ordem étnica, social, cultural, moral e política em comum, como parte da grande rede social e política que atuou na criação da Universidade. Vale lembrar que em 1918, Ulysses Falcão Vieira já havia exercido o mandato de deputado estadual por duas vezes.

Ao nos propormos à análise da entrada de Vieira Netto na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, a contextualização sobre as origens dos primeiros cursos de Direito, bem como da Faculdade de Direito, são importantes para embasarmos a discussão sobre sua trajetória nesse curso, assim como apontar alguns dos possíveis fatores que interferem em sua decisão por esse campo formativo.

A trajetória de Vieira Netto, nas primeiras décadas de sua vida, está ligada à classe dominante, como analisado anteriormente. Dentre os fatores que denotam essa ligação, está a formação no curso de Direito que, ainda naquele contexto, era privilégio de uma pequena parcela da população que detinha capital econômico, capital social e capital cultural. Sua escolha pelo curso de Direito teve a influência de seu pai, Ulysses Falcão Vieira, que, além de advogado e deputado estadual, foi

³⁰ A primeira geração de professores da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná inclui o quadro de professores que ingressaram no ano de 1913 e, também, os que ingressaram durante a década de 1920, isso porque, assim como os integrantes do primeiro grupo, esses novos professores também se formaram, via de regra, nas Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife (exceção feita a Hugo Simas e Ulysses Falcão Vieira, que se formaram na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro). A primeira geração é composta, assim, pelos professores fundadores do curso, mas também por aqueles que ingressam na década de 1920, nomeadamente Lindolfo Pessoa da Cruz Marques, Antônio Victor de Sá Barreto, Manoel de Oliveira Franco, João Ribeiro de Macedo Filho, Clotário de Macedo Portugal, Enéas Marques dos Santos, Joaquim Miró, José Augusto Ribeiro e Ulysses Falcão Vieira. (DRUMOND, 2011).

também professor do curso de Direito na Universidade do Paraná, que no futuro, após o processo de federalização³¹, passaria a ser denominada Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Sobre a influência do pai em sua escolha pelo curso de Direito, Vieira Netto assinala que Ulysses Falcão “[...] aventara, com franqueza, que eu tentasse Rio ou São Paulo, saísse da mesmice provinciana, sem perspectivas e na minha recusa – que no fundo era mais de falta de meios – deu-me o melhor conselho que jamais recebi” (VIEIRA NETTO, *apud* ANDRADA³², 1974, p. 40).

Alegando a falta de meios para fazer sua formação nos grandes centros da época, Vieira Netto permanece em Curitiba e entra para a Faculdade de Direito do Paraná, com a finalidade de cursar Direito, por volta do ano de 1928. Sua formatura aconteceu no ano de 1932, ocasião em que ele tinha 20 anos. Nesse período da história brasileira, o curso de Direito ainda era tido como um curso elitista, ao qual a classe dominante priorizava, com a finalidade de manutenção de posições na sociedade ou à ascensão em posições de privilégio dentre a classe dominante e o acesso aos cargos públicos, a ascensão a cargos políticos, a inserção junto à intelectualidade e a reconversão social (MICELI, 2001).

Contudo, a escolha de Vieira Netto pelo curso de Direito, para além da influência paterna, está relacionada ao contexto do fim da República Velha e por mudanças no campo da intelectualidade, na conjuntura política, cultural e econômicas. Em relação à intelectualidade, Mota (1998, p. 31) assevera que “[...] a crise oligárquica, com a Revolução de 1930, provocou a elaboração do conjunto de reflexões que atingiria seus pontos mais altos nas obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda. Novas formas de percepção e ajustamento à ordem vigente foram elaboradas – [...]”.

³¹ A Universidade do Paraná foi federalizada no dia 19 de dezembro de 1950, após intensa campanha liderada pelo Reitor Flávio Suplicy Lacerda, que envolveu a sociedade paranaense, em torno dessa causa. O contexto da federalização da Universidade do Paraná é discutido e analisado na tese de doutoramento de Eliezer Felix de Souza (2016) intitulada “Flávio Suplicy Lacerda: relações de poder no campo acadêmico-político paranaense e o processo de federalização e modernização da Universidade do Paraná (1930-1971)”.

³² Alguns depoimentos de Vieira Netto são apresentados por Fernandino Caldeira de Andrada (1974) na obra *O advogado José Rodrigues Vieira Netto*, publicada pela Ordem dos Advogados do Brasil seção Paraná em 1974, como registro da homenagem póstuma, realizada no dia 29 de maio de 1973. Nessa obra, há o texto, na íntegra, da última conferência proferida por Vieira Netto intitulada *Ordem dos Advogados do Brasil: suas origens, estrutura e funcionamento*, além de pronunciamentos e discursos de advogados que trabalharam e/ou conviveram com José Rodrigues Vieira Netto. (OAB, 1974).

Como estudante de Direito na Faculdade de Direito do Paraná, Vieira Netto afirmava que:

[...] naquele tempo, a Faculdade era habitada por uma grande maioria de alunos de meia idade, sérios, compenetrados, que faziam dela *servidão de trânsito* para os cargos públicos. A mocidade ainda estava ausente. Ali havia poetas que perpetravam na Gazeta do Povo aos domingos, e às vezes, por exagero, em dias de semana. Outros, também escrevinhavam, procurando aparecer. O ambiente curitibano de quarenta anos atrás era estreito e medíocre, perverso. Lembrava-nos, sem Rei nem Parlamento, a Lisboa do tempo de Eça. Sem oportunidade para ninguém, a Província deformava, envelhecia antes do tempo. (VIEIRA NETTO, *apud* ANDRADA, 1974, p. 39).

Nesse relato, fica explícito o foco da formação de uma maioria dos estudantes de Direito, que objetivava ascensão social, reconhecimento e ocupação dos cargos públicos, discutido anteriormente, assim como a atuação dos bacharéis em Direito e/ou estudantes como escritores nos jornais.

Em outra descrição sobre a Faculdade, nos tempos de estudante, Vieira Netto aponta as questões sociais da vida curitibana, tecendo críticas ao *modus vivendi* da vila de que a instituição fazia parte e, referindo-se aos moços, afirma que queriam integrar-se na pasmaceira geral, antes do tempo. Porém, no meio de toda esta seriedade, alguns destoavam. “Haveria bons exemplos de moços esportivos, alegres, com mentalidade quase universitária que não sabiam o que fazer do seu excesso de energia” (VIEIRA NETTO, *apud* ANDRADA, 1974, p. 40).

O contexto político, social, econômico do fim da Primeira República e a Revolução de 1930 e de 1932 são partes das menções de Vieira Netto ao tempo em que cursava a Faculdade de Direito. Referindo-se às turmas que então surgiram, afirma que foram as primeiras a trazer à Faculdade um calor de juventude e reboição. Nesse contexto, surgiram as primeiras discussões políticas acaloradas com seu pai.

Éramos quase meninos, inquietos, irreverentes. [...] No meu quarto de rapaz, meu pai, sempre jovem, comparecia e alimentava as discussões intermináveis. Embora não fossemos eleitores, que então só eram os maiores de 21 anos, nós participávamos de tudo quanto acontecia no País, desde a jornada da Aliança³³ que desaguaria na Revolução de 30, até a campanha constitucionalista liderada pelo Centro XI de Agosto que iria ser o germe da revolta de 32. (VIEIRA NETTO, *apud* ANDRADA, 1974, p. 39).

³³ Refere-se à Aliança Liberal. Seu vínculo e sua atuação nesse movimento serão abordados em tópico específico no segundo capítulo da tese.

A atuação de Vieira Netto em se referindo às questões políticas e sociais apontam para sua inserção junto à sociedade, desde muito jovem. Em termos da perspectiva Gramsciana, esse fato é de fundamental importância, pois a partir dessas e de outras ações de Vieira Netto que se constitui o intelectual orgânico. Em específico, ligado organicamente à classe dominante, porém orgânico em suas mobilizações nas Revoluções de 1930, por meio da Aliança Liberal e 1932, de maneira indireta.

Esses elementos da memória como estudante e a relação ao conceito de intelectual orgânico e intelectual como organizador da cultura, segundo Gramsci, é corroborado pela afirmação de Vieira Netto quando do envolvimento em instituições representativas dos estudantes, como o Centro Acadêmico XI de Agosto³⁴ e a Aliança, uma referência à Aliança Liberal, entidade a qual Vieira Netto fez parte.

Merece destaque, também, o fato de que seu pai está presente nas discussões políticas. Como já apontado, ele fora deputado estadual nas primeiras décadas dos anos de 1900, professor catedrático de Direito Civil da Universidade do Paraná, o que também reforça a atuação do pai como intelectual orgânico de sua classe.

Em Andrada (1974), encontramos ainda a fala de Vieira Netto que remete à sua militância junto aos movimentos na Revolução de 1930 e 1932, onde afirma que a faculdade contribuiria com seus heróis, sendo que em 1930 todos estiveram envolvidos a ponto de fecharem a Faculdade. Já em 1932, “Osny Duarte Pereira, Ney Leprevost, Elias Karam representariam o Paraná nas trincheiras de São Paulo” (VIEIRA NETTO, *apud* ANDRADA, 1974, p. 39).

O que chama a atenção na trajetória de Vieira Netto enquanto estudante de Direito, é que, a partir do segundo ano do curso, já foi nomeado promotor para o Ministério Público, na Comarca de São José dos Pinhais. A partir de cálculos aproximados referentes à sua idade, quando de sua formatura, e o fato de ter

³⁴ O Centro Acadêmico XI de Agosto é a entidade estudantil mais antiga e tradicional do País. Fundado em 1903, o XI, como é carinhosamente chamado, tem superado os limites de ser apenas um órgão representativo dos alunos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco: sempre foi, e ainda é, um agente ativo nas transformações político-sociais do Brasil, agindo em prol dos interesses democráticos e dos direitos humanos. Em 106 anos de existência, o XI de Agosto foi palco de conquistas que só seriam vistas muitos anos depois no plano nacional, como a adoção do voto secreto e do sufrágio feminino. Envolvendo-se em campanhas cruciais, tais como "Diretas Já!", "Fora Collor!", "O petróleo é nosso!" e "Sou da Paz". Não só na história recente do Brasil, mas desde o começo do século 20, quando foi criado, o XI de Agosto mostra-se um centro propagador de ideais republicanos e de igualdade, concretizados, por exemplo, nas Escolas Proletárias do XI de Agosto e na resistência incansável à ditadura de Vargas. (FACULDADE, 2017).

assumido o trabalho no Ministério Público nos dois últimos anos da faculdade, podemos sinalizar que sua idade, como promotor recém-nomeado, se aproximava dos 18 anos, pois aos 20 anos já estava formado.

A partir da reconstituição da formação inicial de Vieira Netto, bem como de sua entrada para o curso de ciências jurídicas na Faculdade de Direito do Paraná, do contexto de sua atuação como estudante, de suas análises sobre a advocacia, das críticas à sociedade curitibana e sua precoce atuação como promotor público, é possível inferir que a herança paterna o acompanhava. Para além da análise dos acontecimentos, essa inferência pode ser destacada nas palavras do próprio Vieira Netto em relação ao pai, seja em termos da influência na decisão pelo curso, seja na participação do pai nas atividades políticas, em conversas no quarto, com intermináveis discussões políticas. A formação acadêmica de Vieira Netto se funde e se confunde ao início de sua atuação profissional, uma vez que como jovem estudante já acumulava a função de Promotor Público.

A seguir, analisamos o contexto, envolvendo a sua atuação profissional que, além de promotor, incluiu a advocacia e a docência, que lhe renderam reconhecimento público e homenagens em vida e póstumas, lembrado com relativo destaque por aqueles que conviveram, trabalharam ou foram seus alunos. Há que se destacar, que ambas as funções profissionais não se desvencilharam da inserção social, organicamente à classe a qual pertence. Houve, no entanto, nas décadas posteriores a 1940, um fator novo e determinante em sua trajetória: o rompimento com a classe dominante, mas a continuidade à atuação como intelectual orgânico, porém, não mais na classe de sua origem. Isso não mais lhe rendeu homenagens, mas censura e perseguição. Dentre elas, o fichamento, a perda de mandato parlamentar, as prisões, a aposentadoria compulsória, a perda dos direitos políticos e duas tentativas de prisão póstuma.

1.3 DA FORMAÇÃO JURÍDICA À ATUAÇÃO PROFISSIONAL: PROFESSOR, PROMOTOR, ADVOGADO, PRESIDENTE DO IAP E DA OAB-PR

Vieira Netto concluiu seus estudos na Faculdade de Direito do Paraná no ano de 1932, no entanto, como já apontado, iniciou sua atuação profissional antes mesmo de estar formado. O trabalho como promotor, segundo relato de Helm (2012), dá-se na cidade de São José dos Pinhais, porém, na obra de Nicolas (1984), há referência

da atuação de Vieira Netto na comarca de Mallet. Na Ata da reunião do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, no dia 06 de outubro de 1964, encontramos a menção à sua atuação como Promotor Público na cidade de São José dos Pinhais (UFPR, Ata do dia 06 de outubro de 1964). Nesse sentido, a informação sobre a atuação na comarca de Mallet, carece de maior investigação, pois não foram encontrados outros registros sobre a atuação nessa comarca.

O trabalho como promotor, no entanto, durou poucos anos, pois Vieira Netto decide abandonar a carreira no Ministério Público e dedicar-se à advocacia, e foi orientado por seu pai, que já tinha uma trajetória consolidada no campo do Direito e na política paranaense para fundar seu próprio escritório, pois dizia: “[...] eu e meu pai fomos os melhores amigos, mas eu queria ser alguém, à revelia de sua fama profissional” (VIEIRA NETTO, *apud* ANDRADA, 1974, p. 40).

A análise das ideias de Vieira Netto, expressos nos relatos da obra de Andrada (1974), atesta uma posição crítica em relação à atuação dos advogados na cidade de Curitiba, nos anos 1930. Afirmava que existiam em torno de 20 ou 30 advogados na cidade e estes exerciam um monopólio impenetrável, de forma que os novos advogados não tinham vez, porém, não culpava esses advogados. Para Vieira Netto, a advocacia em Curitiba era apenas uma temeridade, uma aventura sem sentido para os jovens. Mesmo assim, abriu seu escritório próprio.

A decisão de Vieira Netto, tomando por base suas próprias afirmações em relação aos advogados ilustres da cidade, aponta mais uma vez, que o agora Dr. José Rodrigues Vieira Netto, por mais que manifestasse a leitura do cenário da atuação dos advogados na cidade de Curitiba como desafiadora, aventura sem sentido, uma temeridade aos jovens e, impenetrável aos novos doutores formados em Direito, possuía o capital social, herdado do pai. Esse fator lhe oferecia segurança para advogar em escritório próprio, mesmo consciente das dificuldades aos recém-formados.

O capital social do advogado Vieira Netto é perceptível ao se referir a alguns advogados que estavam no auge do exercício da advocacia, em Curitiba, nos anos de 1930. Dentre eles, seu pai Ulysses Falcão Vieira, junto a outros, como Benjamim Lins, Vieira de Alencar, Leôncio Faraco, os Quadros, Saturnino Luz, Artur Santos, Enéias Marques, Samuel Cesar. (VIEIRA NETTO, *apud* ANDRADA, 1974, p. 40).

A ligação com o pai, no que se refere ao capital social, pode também ser observada no processo que antecede a abertura de seu escritório, pois no período

que compreende sua saída do Ministério público, em 1932, e a abertura do seu escritório de advocacia, Vieira Netto atuou no escritório do pai. Segundo Helm (2012, p. 51), “[...] a partir de 1932, já formado em Direito, Vieira Netto trabalhou no escritório de seu pai. Mais tarde, decidiu que era importante ter o seu próprio escritório³⁵. Junto com seu colega de turma, Dr. Carlos Filizola, constituiu o seu escritório”. Helm (2012) destaca, ainda, que o escritório de Vieira Netto era frequentado por pessoas de todas as classes sociais e que a cobrança dos honorários dos clientes ricos, pagava ao atendimento dispensado aos clientes pobres, possibilitando que os processos fossem tratados com a mesma seriedade dada aos mais favorecidos.

Como advogado formado, já no ano de 1933, inscreve-se na Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná. Desde os primeiros anos, ele atuou como advogado e esteve inserido nas instâncias representativas de classe, como foi o caso do Instituto dos Advogados do Paraná e a Ordem dos Advogados seção Paraná. Nessas entidades de classe, chegou ao posto de presidente. No IAP, seu mandato de presidente foi de 1941 a 1942, tendo ainda ocupado outros cargos no Instituto, em outros mandatos.

A relação de Vieira Netto com o Instituto dos Advogados do Paraná vem da herança paterna. Como já mencionado, seu pai acompanhou a fundação do IAP, no ano de 1917, tendo sido vice-presidente em 1935. A partir de 1936, segundo Almeida, Bittencourt e Costa (2009), Vieira Netto passa a integrar a diretoria do IAP, ocupando o cargo de segundo secretário. Já em 1941, Vieira Netto foi eleito presidente do Instituto, exercendo o mandato até 1942. Ainda segundo os autores, Ulysses Vieira e Vieira Netto atuaram juntos em atividades do IAP, o que, mais uma vez, corrobora para a análise das heranças paternas de Vieira Netto no campo do direito.

Na OAB-PR, seus mandatos como presidente constam dos anos de 1957 a 1961, sendo composto de dois mandatos, de dois anos cada. Nessa entidade, também ocupou outros cargos em outros períodos e foi onde se destacou em vida e onde lhe foram rendidas uma série de homenagens.

³⁵ “Nas décadas de cinquenta e sessenta, o Escritório Vieira Netto era integrado pelos advogados Isaurino Gomes Patriota, Eduardo Rocha Virmond, Luís Gastão Lopes Bório, George Bueno Gomm, Denise Martins Arruda e Antônio Alves do Prado. Na década de 1960 e início de 1970, alguns membros deixaram o escritório, sendo formada nova equipe, também dirigida por Vieira Netto, até a sua morte, em 1973. A nova equipe foi integrada por Andrée de Ridder, Lair Ferreira, Edgard Katzwinkel, Ronaldo A. Drummond de Carvalho e Antônio Alves do Prado Filho que permaneceu no escritório até a sua nomeação como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná” (HELM, 2012, p. 51).

Por ocasião de sua morte, no ano de 1973, inúmeras homenagens lhe foram prestadas por amigos, colegas de profissão e entidades às quais Vieira Netto esteve vinculado. Várias dessas homenagens estão citadas no livro biográfico de Helm (2012). Dentre essas homenagens, destacam-se os depoimentos daqueles que o conheceram e com ele conviveram, ressaltando suas qualidades ao exercer a profissão de advogado, presidente da OAB-PR, Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, professor da Universidade Federal do Paraná e militante do Partido Comunista.

A análise dos depoimentos, expostos na obra de Helm (2012), apontam para alguns fatores importantes em relação à trajetória de Vieira Netto, dentre eles, o destaque dado à atuação como advogado e tendo sido personalidade de destaque na sociedade paranaense. Há, também, dentre os 17 depoimentos, a menção à militância comunista ou marxista de Vieira Netto em 11 depoimentos. Em outros quatro depoimentos, são constatados os valores humanos do ativista, do humanista, do homem de caráter, no entanto, não menciona sua militância no Partido Comunista ou a difusão da teoria e da práxis marxista. Por fim, dois depoimentos abordam questões outras em relação à Vieira Netto, não mencionando nenhum aspecto relativo à militância comunista, marxista ou às ações políticas, culturais e sociais.

As demais homenagens às quais conseguimos acesso destacam o advogado, com relativa ênfase, citam o professor injustiçado e, de maneira prudente, abordam a atuação social e política do militante comunista, eleito deputado pelo PCB e membro ativo e efetivo dessa sigla partidária que extrapola os fins eleitoreiros.

Dentre essas homenagens, destacamos as realizadas pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná. Nessa entidade, desde o ano de 1933, conseguiu seu registro e, anos depois, tornou-se Conselheiro do órgão, desempenhando essa função por vários anos, até ser eleito presidente. Manteve seus vínculos com a OAB-PR até sua morte (HELM, 2012). No ano de 1972, a convite do presidente da OAB-PR, Élio Narezi, Vieira Netto proferiu sua última conferência na entidade. Essa conferência foi registrada em livro, editado pela OAB-PR, no ano de 1974, como já mencionado.

As homenagens da OAB-PR incluem também a Medalha³⁶ José Rodrigues Vieira Netto, instituída pela Ordem, no ano de 2000, sendo concedida ao advogado

³⁶ A medalha José Rodrigues Vieira Netto é concedida pela Ordem dos Advogados do Brasil seção Paraná, a cada três anos. Desde a sua criação no ano 2000, seis advogados foram homenageados,

que tenha prestado serviços relevantes à justiça, ao Direito e à classe dos advogados. (OAB-PR, 2017). No ano de 2006, o advogado homenageado com a Medalha José Rodrigues Vieira Netto foi René Dotti, advogado que defendeu Vieira Netto nos processos a que foi submetido no período da Ditadura Militar. Em discurso realizado na ocasião da homenagem, destacou que foi testemunha de suas intervenções contra a ilegalidade e o abuso de autoridade.

Dele recebi o honroso mandato para, juntamente com Élio Narézi, defendê-lo em processo político que tramitou na Auditoria Militar e chegou ao Supremo Tribunal Federal, através de habeas corpus. O seu crime? Pensar diferente e acreditar no socialismo que defendia como membro atuante do Partido Comunista. (DOTTI, 2006).

Por razões do vínculo institucional e pela atuação como profissional do Direito e, por sua cassação como deputado, sua perseguição, prisão e aposentadoria compulsória, a OAB-PR o tem como referência na defesa da democracia, como se constata no editorial do Jornal da Ordem, por ocasião do centenário do nascimento de Vieira Netto.

O Jornal da Ordem também não deixa de registrar o centenário do nascimento de um dos mais respeitados juristas paranaenses, o advogado José Rodrigues Vieira Netto, delineando um perfil da sua personalidade e inteligência com depoimentos de amigos e companheiros de escritório. (EDITORIAL, 2013, p. 5).

Na mesma edição, o Jornal da Ordem menciona a fala do Presidente da OAB, Juliano Breda, por ocasião de sua posse, que mencionou os 100 anos do nascimento de Vieira Netto, destacando-o como “[...] Ex-presidente da Seccional, advogado comunista, perseguido e preso pela ditadura militar, Vieira Netto é um ícone da advocacia paranaense. Segundo Breda, a lembrança do seu legado serviria para engrandecer a cerimônia”. (OS RUMOS, 2013, p. 12). E ainda, no mesmo jornal, em matéria intitulada *Vieira Netto, o defensor das liberdades*, enfatiza as contribuições dele para o campo do Direito, sua atuação como professor e político paranaense, assim como alguns de seus feitos e um breve resumo das consequências da ditadura militar para sua vida profissional e militância.

sendo eles: Alir Ratacheski (2000), Egas Dirceu Moniz de Aragão (2003), René Ariel Dotti (2006), Eduardo Rocha Virmond (2009), Newton José de Sisti (2012), Alfredo de Assis Gonçalves Netto (2015). (OAB-PR, 2017, p. 28-29).

O capital social e capital cultural de Vieira Netto ficam evidentes nas ações empreendidas pela OAB-PR, pois ele foi uma personagem importante para a entidade. Por ocasião das homenagens ao centenário do seu nascimento, ocorridas em 2013, o presidente da entidade era o advogado Juliano Breda, filho de Antônio Acir Breda, ex-aluno de Vieira Netto, pertencente à turma de formandos de 1964 que o havia escolhido como paraninfo, mas foi proibido de fazer seu discurso. O presidente da entidade no mandato anterior foi Lúcio Glomb.

Como parte das homenagens, a OAB-PR apoiou e editou a obra de Cecília Maria Helm (2012) '*José Rodrigues Vieira Netto: a vida e o trabalho de um grande mestre*'. Nesta obra, Helm (2012) retrata a vida de seu pai, mesclando relato biográfico e memórias, com documentos do acervo familiar, recortes de reportagens de jornais, revistas e documentos da Delegacia da Ordem Política e Social do Paraná.

Ainda em vida, Vieira Netto foi homenageado pelo Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado da Gama³⁷, do Governo de Juscelino Kubitschek, no ano de 1959, por ocasião do Congresso Nacional de Direito, realizado em Fortaleza-CE. Nessa ocasião, foi-lhe outorgada a Medalha Clóvis Beviláqua, instituída pelas comemorações do centenário de nascimento do jurista Clóvis Beviláqua, destinada a advogados que se destacavam nos serviços prestados e pela experiência na área jurídica. (ANDRADA, 1974)

É possível observar que o Congresso Nacional de Direito, realizado em Fortaleza, repercutiu no meio político, pois nos registros da Biblioteca da Presidência consta mensagem do presidente Juscelino Kubitschek aos congressistas.

Ao ensejo da inauguração do Congresso Nacional de Direito, que reúne o mundo representativo do pensamento e das letras jurídicas do Brasil, nesta bela cidade, para celebrar o centenário do nascimento de Clóvis Beviláqua, dirijo minha saudação [...]. (BRASIL, 1959).

Em relação à Medalha Clóvis Beviláqua, recebida por Vieira Netto, encontramos o registro de que ela foi oferecida pela OAB-PR por ocasião de sua última conferência, proferida no ano de 1972. (VIEIRA, 2013, p. 20). Diante das

³⁷ Clóvis Salgado da Gama foi Ministro da Educação do Governo de Juscelino Kubitschek, tendo assumido no ano de 1956 e se afastado em 1960. Segundo a cientista política Maria Vitória Benevides, sua permanência na pasta da Educação durante todo o governo de Juscelino Kubitschek deveu-se ao fato de ter sido ele o único político capaz de compor com as facções partidárias por representar o PR que, embora pequeno, servia de mediador entre o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), favorecendo a estabilidade política do período. (FGV, 2017)

referências, a partir das fontes a que tivemos acesso, pode tratar-se de condecorações distintas, no entanto, até o momento, em relação às medalhas não temos elementos suficientes para essa afirmação. O que fica evidente é que a Medalha Ihe foi outorgada, evidenciando reconhecimento e prestígio social na sua rede de relações.

A referência de Vieira Netto no meio jurídico rendeu-lhe o convite à participação na peça teatral *O Julgamento de Otelo*, realizada pelo Centro Acadêmico Hugo Simas, no Teatro Guaíra, atuando como promotor público, juntamente com o ator Paulo Autran e outros nomes do campo jurídico curitibano. O presidente do Centro Acadêmico destaca a atuação de Vieira Netto na peça, como sendo “[...] uma autêntica lição de cultura jurídica e literária, tirando do libelo o caráter finalístico de condenar o réu para fazer um comentário inteligente da obra shakespeariana”. (KARAN, 1962, p. 10)

Dentre as obras produzidas no campo acadêmico, além dos discursos de formatura em 1960 e em 1964 e da aula inaugural proferida em 1960, as demais se dão no campo do Direito. Devido ao objetivo desta tese em investigar a atuação de Vieira Netto como intelectual orgânico e organizador da cultura e sua inserção no projeto formativo do Partido Comunista, ressaltamos que não faremos a análise das obras em si, porém, as apresentaremos em quadro que se segue, como registro de sua produção no campo acadêmico. Essa decisão se dá pelo fato de que uma análise no campo do Direito requer conhecimento dessa especificidade, o que não é o objetivo proposto por essa produção que ora empreendemos.

Quadro 1: Produções de Vieira Netto apresentadas por ele em suas obras *Posse e domínio da Herança* (1957) e em *O Risco e a Imprevisão* (1989).

Tradução		
		Ano
Demóstenes	Georges Clemenceau	1938
Doutrina		
Poder da iniciativa e poder da emenda	A convite da Faculdade de Direito da Universidade de Recife, no livro “Homenagens ao Professor José Soriano de Souza Neto”	1956
Conferências		
1 – Eça de Queiroz e a Inglaterra	Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa	
2 – Euclides da Cunha	Por iniciativa dos Srs. W.L.W.G e W.V	

3 – No centenário de Gonzaga	Liceu Rio Branco	
4 – O sentido da Solidariedade Americana	Patrocínio do Centro Cultural de Estudos Americanos; Faculdade de Direito do Paraná	
5 – No 25º aniversário da República da Tchecoslováquia	Sociedade Brasileira da Cultura Inglesa	
6 – Palestra	Na Solenidade anual promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Paraná; Faculdade de Direito do Paraná	
7 – Rui	Na inauguração de seu retrato na sede do Conselho da Ordem dos Advogados, secção do Paraná	
8 -	No 10º aniversário de colação de grau dos Bacharéis de 1932 – Homenagem ao Venerando Professor Enéias Marques dos Santos	1942

Trabalhos profissionais (Impressos)

1 – Pesquisa e lavra de minérios	Revista Tribunais – SP	1937
2 – Mandado de Segurança contra Ato Judicial	Com honrosa colaboração do Dr. J. A. de Faria Mota. J. Haput & Cia.	1938
3 – Da prevalência do Direito Expresso sobre o Jus Singulare	Lítero-técnica	Sem data
4 – Criação de Ofícios de Justiça por emenda legislativa	Lítero-técnica	Sem data
5 – Juízes anteriores à Lei de Entrâncias. Direito Adquirido	Lítero-técnica	1953
6 – Responsabilidade Profissional do Médico	Lítero-técnica	1955
7 – Em defesa do Coletor A. C. P.	Responsabilidade funcional por “culpa” in vigilando. J. Haput & Cia.	1945
8 – Da garantia de vitaliciedade conferida por lei ordinária	Lítero-técnica	1951
9 – Cassação de Mandato de Prefeito pela Câmara Municipal	Com a colaboração do Dr. Guido Arzua – Lítero-técnica	1955

Seleção de trabalhos esparsos

1 – Honorários Médicos	26 – Ausência de justa causa para processo criminal
2 – Quebra de contrato de empreitada. Culpa e força maior	27 – Intervenção em Mandado de Segurança. Retificação compulsória
3 – Renúncia pura e simples de herança	28 – Eleição da mesa, em Câmara Municipal
4 – Abuso de Direito na demanda	29 – Aborto praticado por médico – Justa causa
5 – Lide temerária	30 – Índícios veementes – exame de prova em Habeas Corpus
6 – Recursos extraordinários	31 – Uso abusivo de contrato
7 – Embargos de Terceiros de quem é parte no feito	32 – Alienação de bens gravados
8 – Ação anulatória e reivindicatória. Alienação em fraude. Conceito de simulação.	33 – Importância de improcedência da ação renovatória
9 – Desapropriação para revenda	34 – Artigos de atentado – Possessória e Direitos dos Mineradores
10 – Saneador e Inicial evidentemente Inepta	35 – Artigos de atentado – Nunciação de obra nova
11 – Direito de concubina à indenização dos serviços prestados para formação de um patrimônio comum	36 – Prorrogação de contrato por efeito de Geadas

12 – Abuso de Direito – Cláusula Enunciativa e Cláusula Dispositiva	37 – Legítima defesa putativa
13 – Competência da Justiça Comum para a execução de sentença proferida na extinta Justiça Federal	38 – Procuração em causa própria como condição de realização e contrato
14 – Ação Rescisória – Posse e domínio evidentes discutidos na ação principal	39 – Concessão de serviços públicos
15 – Prescrição de ação. Indenização de Serviços Prestados pela Companheira	40 – Alienação de Pinheiros, inalienabilidade em virtude de testamento
16 – Seguro do Juízo	41 – Invasão de domicílio
17 – Ação Reivindicatória. Graciosidade dos títulos do autor	42 – Execução de sentença em ação demarcatória
18 – Venda de ascendente e descendente	43 – Dissolução de sociedade
19 – Liquidação de sentença	44 – Artigos de atentado na execução de sentença
20 – Interdito contra decisão judicial	45 – Reintegração do funcionário estável
21 – Nulidade de testamento	46 – Ação de emissão de posse
22 – Mandado de Segurança Ato Judicial. Conselho Superior de Magistratura	47 – Ação demarcatória e divisória
23 – Direito de Oficial Preterido na Promoção	48 – Ilegitimidade Ad Causam
24 – Competência da Justiça Comum – Crime contra sentinela policial em repartição civil	49 – Contagem de tempo de serviço público
25 – Direito do Presidiário à Integridade Física	50 – Alienação por mandado extinto – reivindicatória e anulatória

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Vieira Netto (1957; 1989).

A atuação de Vieira Netto como advogado perpassa toda sua trajetória profissional. Até próximo à data de sua morte é possível encontrar registros que apontam essa afirmação, como o caso da última Conferência na Ordem dos Advogados do Brasil, na cidade de Curitiba, em agosto de 1972³⁸. No livro que registra essa Conferência, Élio Narézi, presidente da seção OAB Paraná, refere-se à Vieira Netto como aquele que preencheu as condições do advogado ideal, de vida exemplar e modelar.

Na referida Conferência, o próprio Vieira Netto se apresenta como advogado e professor, aposentado compulsoriamente, afirmando, ainda, ser atarefado com o trabalho advocatício. “Não se espera com certeza, do conferencista desta noite, atarefado permanentemente com a complexidade dos deveres de sua banca profissional, uma exposição sistemática do assunto de impossível extensão, [...]”. (VIEIRA NETTO, 1974, p. 10).

³⁸ O texto pronunciado por Vieira Netto nesta Conferência foi publicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, com o título: *O Advogado José Rodrigues Vieira Netto*, no ano de 1974. Nesta obra, há também o pronunciamento do Presidente da OAB - Paraná, por ocasião do sepultamento de Vieira Netto e discursos proferidos por advogados, familiares e amigos, por ocasião da seção solene em memória de Vieira Netto, promovida pela seção OAB Paraná, no dia 29 de maio de 1973. (OAB, 1974).

Concomitante à atuação de Vieira Netto como advogado, deu-se também a de professor, função que desempenhou em vários anos de sua vida. Os primeiros registros que conseguimos acesso em relação à sua atuação como professor, datam do ano de 1934, quando ocupou a cadeira da disciplina de Literatura do Curso Pré-Jurídico em 1934, na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. (VIEIRA NETTO, 1957).

Vieira Netto (1957) aponta que atuou como professor de Direito Constitucional e Civil e professor de Economia Política na Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná (Curso de Administração e Finanças), no ano de 1939. Menciona, ainda, sua atuação como professor de filosofia, no curso científico do Liceu Rio Branco, no entanto, não especifica o ano. Há, também, o registro de que Vieira Netto foi Professor de Direito Civil (docência livre) e Constitucional durante o ano de 1956, também na Universidade do Paraná. (MEMÓRIA, 2017)

Nos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR), nas fichas sobre Vieira Netto, é possível encontrar o registro de que, no ano de 1944, ele tinha envolvimento com os estudantes do Colégio Liceu Rio Branco e Ginásio Novo Ateneu. No Colégio Liceu Rio Branco, na referida ficha, há menção ao seu vínculo com o Diretor do Colégio, Professor Aníbal Carneiro. O registro em que aparecem essas escolas relata uma manifestação estudantil, no dia em 22 de agosto de 1944, contra o governo brasileiro, naquela ocasião Getúlio Vargas, ao qual teceu duras críticas ao fazer uso da palavra no palanque armado na Avenida João Pessoa. (Fl. 45994; Fl. 45992). No que diz respeito ao envolvimento de Vieira Netto com o Colégio Liceu Rio Branco³⁹, é possível observar, ainda, que “tomou parte, na Conferência realizada pelo Colégio Liceu Rio Branco a respeito de Wendel Wilkie⁴⁰”, conforme registro da DOPS-PR, de 16 de outubro de 1944. (Fl. 45.992, p. 2).

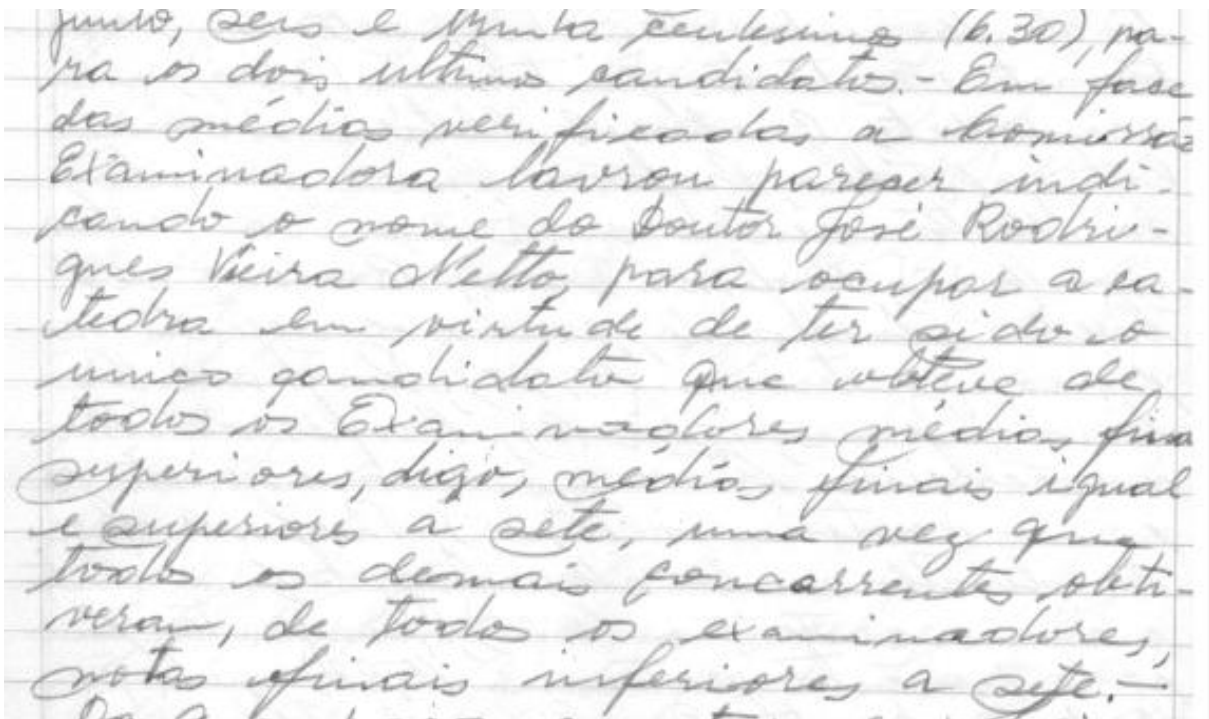
É possível observar que Vieira Netto, desde o início de sua atuação profissional tem envolvimento com a docência. Parte dela, inclusive, ligada ao ensino

³⁹ Em Vieira Netto (1957), encontramos o registro de sua atuação como professor de filosofia no Curso Científico do Liceu Rio Branco, porém, não especifica o ano. Por aproximação, a partir das datas da atuação profissional de Vieira Netto, descritas por ele em ordem cronológica, podemos sugerir que, sua atuação como professor no Liceu Rio Branco, aconteceu entre os anos de 1939 e 1947, período que coincide com os registros feitos pela DOPS/PR.

⁴⁰ Wendell Willkie, político estadunidense, também chamado Wendell L. Willkie (nascido em 18 de fevereiro, 1892, Elwood, Indiana, EUA. Morreu no dia 08 outubro de 1944, em New York (New York). Republicano, candidato presidencial em 1940, tentou sem êxito destituir o Presidente Franklin Delano Roosevelt. Posteriormente, ele se identificou com seu famoso conceito de cooperação internacional "Um Mundo". (WENDELL, 2017).

no Curso Científico. Entretanto, a relação de Vieira Netto com a docência tem maior destaque quando de sua aprovação no concurso para professor na Universidade do Paraná em dois concursos. O primeiro, como Docente Livre da Faculdade de Direito. Na ocasião do concurso e habilitação ao título de Docente Livre, realizado em 12 de junho de 1957, conforme ata de 12 de junho de 1957, da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, Vieira Netto foi o único aprovado, tendo alcançado média superior a 7,0 dentre todos os examinadores. (JULGAMENTO, 1957).

O segundo concurso na Universidade Federal do Paraná foi para professor Catedrático da mesma faculdade, conforme ata de Instalação da Comissão Examinadora do Concurso para professor Catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 22 de outubro de 1957. (INSTALAÇÃO, 1957).



junho, às 14 horas, às 16.30, para os dois últimos candidatos. - Em fase das médias verificadas a Comissão Examinadora lavrou parecer indicando o nome do Doutor José Rodrigues Vieira Netto para ocupar a cadeira em virtude de ter sido o único candidato que obteve de todos os Examinadores médias finais superiores, digo, médias finais igual e superiores a sete, uma vez que todos os demais concorrentes obtiveram, de todos os examinadores, notas finais inferiores a sete. -

Fonte: INSTALAÇÃO, Ata do julgamento final do concurso para professor Catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, 22 de outubro de 1957.

No concurso para professor Catedrático na Faculdade de Direito, podemos observar repercussão significativa na sociedade paranaense. Segundo a ata da instalação da Comissão Examinadora do Concurso para professor Catedrático de Direito Civil, em 22 de outubro de 1957, as provas se estenderam até o dia 28 de outubro, ocasião em que se divulgou o nome do aprovado, no caso, o Dr. José Rodrigues Vieira Netto. (INSTALAÇÃO, 1957)

A aprovação de Vieira Netto repercutiu na sociedade curitibana. Dentre as repercussões, encontramos o registro do Jornal *Gazeta do Povo* e do Jornal *O Estado do Paraná*, apontando a aprovação apenas de Vieira Netto, dentre quatro candidatos às três vagas abertas no concurso. Segundo Helm (2012), a aprovação repercutiu também nos meios eclesiais, pois a Cúria Metropolitana de Curitiba, pertencente à Igreja Católica, por meio de elementos do clero, havia solicitado a um dos integrantes da banca do concurso, o Professor Laertes Munhoz, que não aprovassem Vieira Netto. Dr. Laertes Munhoz, como consta na obra de Helm (2012), aponta que atendeu ao pedido da Cúria e baixou as notas de Vieira Netto, atitude que foi reprovada pelos demais integrantes da banca do concurso.

Ao verificarmos as notas que constam na Ata de julgamento final do Concurso, datada do dia 28 de outubro de 1957, obtidas por Vieira Netto, nas quatro etapas do concurso, podemos observar que as notas atribuídas na avaliação das provas feitas pelo integrante Dr. Laertes de Macedo Munhoz foram as menores dentre os outros quatro componentes, sendo eles: Dr. Orlando Gomes, Dr. Alvino Ferreira Lima, Dr. Darcy Bessone de Oliveria Andrade e Omar Gonçalves Motta. Vale destacar que Laertes de Macedo Munhoz e Omar Gonçalves da Motta eram professores catedráticos da Universidade do Paraná e os demais integrantes eram membros externos, vindos de Universidades nos estados de São Paulo, Bahia e Minas Gerais. (INSTALAÇÃO, 1957).

A questão envolvendo a Cúria Metropolitana e sua tentativa de interferir no resultado do concurso⁴¹ ao qual Vieira Netto participou e foi aprovado, pode ser analisada no contexto do anticomunismo disseminado pela Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil. Como militante comunista desde 1944, Vieira Netto atuava

⁴¹ Caso semelhante aconteceu na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, em que Bruno Enei, questionou a banca examinadora do concurso para livre docência da cadeira de Língua e Literatura Italiana. O acontecimento foi amplamente divulgado pela Revista *Anhemi*, como discutido na tese de Valéria Floriano Machado (2009). Segundo a autora “em manifesto em apoio a Bruno Enei, no qual se afirmava que o *faccionismo religioso* do Diretor da Faculdade de Filosofia, Homero Batista de Barros, impedia a inscrição e a aprovação de candidatos que não fizessem parte do seu grupo religioso”. (MACHADO, 2009, p. 15). A Revista *Anhemi* delatava o “favorecimento, por parte da Congregação da Universidade, à aprovação do padre Luiz Castagnola, que disputava a Cátedra de Língua e Literatura Italiana com Bruno Enei. A principal denúncia se referia ao reconhecimento do título de “Notório Saber” do religioso – conferido pela própria Universidade do Paraná e que, segundo *Anhemi*, o favorecia, uma vez que não possuía titulação adequada para concorrer à Cátedra e nem publicações ou especializações em Literatura Italiana”. (MACHADO, 2009, p. 15). Além de desqualificar o padre, a Revista enaltece “a qualificação de Bruno Enei, doutor em Literatura Italiana pela Universidade de Florença, discípulo de Attilio Momigliano e professor da disciplina em várias universidades europeias”. (MACHADO, 2009, p. 16).

organicamente na sociedade paranaense, ao longo desse tempo e, inclusive tendo sido eleito deputado estadual pelo PCB, no ano de 1947, e cassado no ano seguinte, juntamente com o registro do Partido Comunista. Esse acontecimento lhe deu ainda mais projeção, numa sociedade que já difundia o anticomunismo e combatia seus militantes.

Ao discutir as matizes do anticomunismo, Motta (2000) afirma que o mais adequado seria a utilização da expressão anticomunismos⁴². O anticomunismo

[...] é antes que um corpo homogêneo, uma frente reunindo grupos políticos e projetos diversos. O único ponto de união é a recusa ao comunismo, em tudo o mais impera a heterogeneidade. Se esta diversidade muitas vezes passa despercebida, isto se deve ao fato de que nos momentos de conflito agudo os diversos tipos de anticomunismo se uniram contra o inimigo comum. A cooperação resultou no esforço de afinar discurso e ação, o que contribuiu para nuançar as divergências existentes no interior das frentes anticomunistas. Mas a observação atenta é capaz de revelar as diferenças, mesmo durante os períodos de “união sagrada” contra o comunismo. (MOTTA, 2000, p. 32).

Para Gimenez (2003, p. 6),

O anticomunismo deve ser analisado como um conjunto de idéias, representações e práticas, constituindo-se num fenômeno complexo,

⁴² Dentre outros trabalhos que analisam o anticomunismo no Paraná e em Curitiba, destacamos Ipólito (2016), que discute a vigilância da DOPS sobre as atividades desenvolvidas pelo PCB nos anos de 1945 a 1953. Dentre outros assuntos, aponta a relação da Igreja Católica e o anticomunismo, no sentido de combater o PCB na organização dos trabalhadores, constituindo-se como uma das frentes anticomunistas mais fortes. Sobre o anticomunismo no Paraná, destacamos ainda o trabalho de BRITO, Angélica de. “A cruz vencerá o comunismo”: o discurso anticomunista do Jornal Folha do Norte do Paraná (1962-1965). 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2015. Sobre o anticomunismo no Brasil, os trabalhos de SILVA, Vicente Gil da. A aliança para o progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). 2008. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. SAMWAYS, Daniel Trevisan^o Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973). 2014. 253 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. BETT, Ianko. A (re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. 2010. 262 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

Em relação à igreja católica e ao anticomunismo, podemos citar a Encíclica *Quanta Cura* do Papa Pio IX, de 08 de dezembro de 1864. A encíclica fazia menção ao comunismo e ao socialismo, destacando-os como sendo um dos grandes erros, dentre outros, abordados na Encíclica, pois pretendia remover a religião da sociedade e das famílias, às questões referentes ao direito civil, às relações familiares e à educação dos filhos. A mesma encíclica trazia, em seu apêndice, o *Sílabo*, uma lista contendo 80 pontos considerados erros pela Igreja, tais como Panteísmo, Naturalismo e Racionalismo Absoluto, moral natural e moral cristã, casamento, principado civil do Papa, o liberalismo, dentre outros. Sobre o comunismo, o *Sílabo* destaca: “IV - Socialismo, comunismo, società segrete, società bibliche, società clerico-liberali: Tali pestilenze, spesso, e con gravissime espressioni, sono riprovate nella Epist. Encicl. Qui pluribus, 9 novembre 1846; nella Alloc. Quibus quantisque, 20 aprile 1849; nella Epist. Encicl. Nostis et Nobiscum, 8 dicembre 1849; nella Alloc. Singolari quadam, 9 dicembre 1854; nell’Epist. Quanto conficiamur, 10 agosto 1863.” (ENCICLICA, 2018).

ideológico e político de variações singulares, dependente do contexto histórico e social de cada sociedade. Pode-se dizer que o anticomunismo, colocando-se como um fenômeno de âmbito mundial, desenvolveu diversas trajetórias que devem ser analisadas à luz de suas especificidades sócio-históricas, pois delas dependem suas motivações, intensidades e práticas. Enquanto fenômeno político-cultural, o anticomunismo vem recebendo destaque entre as análises que enfocam o campo das representações, mitos e imaginários políticos e sociais contemporâneos.

Em relação ao anticomunismo no Brasil, Motta (2000) assevera que ele surgiu após a Revolução de 1917, devido à dimensão internacional de reação mundial ao bolchevismo e às crises revolucionárias que emergiram após a Primeira Grande Guerra. Devido ao temor do poder da influência dos russos sobre os proletários, num contexto de instabilidade pelas questões do pós-guerra, os governantes de países capitalistas empenharam-se em reprimir os comunistas, assim como, investiram na propaganda anticomunista.

Ainda sobre o anticomunismo no Brasil, Gimenez (2003) destaca que ele se intensificou às vésperas do Estado Novo e do Golpe Militar de 1964, como justificativa para sua implantação, assim como motivaram análises sobre as relações entre o anticomunismo e os aparelhos e dispositivos autoritários implantados no Brasil durante os períodos de quebra institucional. A propaganda e as ações anticomunistas envolveram vários setores e instituições da sociedade, dentre eles, a Igreja Católica.

Nesse sentido, Motta (2000, p. 35-36) assevera que

A Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o Vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas, ao longo do século XX. Para as lideranças católicas, o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta. Tratar-se-ia de mais uma provação para os seguidores da palavra de Cristo, que desde a Antigüidade vinham se defrontando com uma série de adversários terríveis [...].

Analisando a relação da Igreja Católica com o comunismo no Paraná e, mais especificamente, em Curitiba, Gimenez (2003) destaca que o catolicismo assumia o papel de religião oficial. Portanto, como o discurso anticomunista católico vinha sendo construído desde o século XIX e, no Brasil, a partir do início do século XX, o comunismo foi considerado a antítese de todos os preceitos cristãos e “[...] envolto numa forte linguagem imagética e imerso em representações anticomunistas que mobilizavam no destinatário os sentimentos de desaprovação e repulsa, reforçando a identidade cristã” (GIMENEZ, 2003, p. 125). Nesse período, o comunismo foi

considerado o principal inimigo da Igreja Católica e, mesmo com a adesão de grupos católicos ligados às causas sociais, a posição conservadora prevalecia dentro da instituição nas décadas de 1940, 1950 e 1960 do século XX, essa posição se manteve.

Referindo-se à sociedade curitibana, Gimenez (2003) assinala que as principais lideranças da Igreja Católica local estavam entre as referências do poder na política, economia e intelectualidade e que a Arquidiocese de Curitiba refletia a posição oficial da Igreja, priorizando o combate ao comunismo ao levar a cabo o decreto papal vetando o apoio e a inscrição de católicos em qualquer Partido Comunista, proibindo a edição, propagação, colaboração ou a leitura de livros, revistas, jornais e folhetos que divulgassem a doutrina ou a ação de comunistas. No bojo das ações anticomunistas, previa ainda a excomunhão daqueles que desobedecessem aos ditames eclesiásticos e insistissem em professar a doutrina materialista e anticristã do comunismo.

Nas décadas posteriores, a difusão do combate ao comunismo permaneceu e a Igreja Católica passou a se envolver em questões eleitorais, tendo por base a *Doutrina Social Católica* que se destinava a buscar soluções para os problemas sociais brasileiros e modernizar a sociedade a partir de princípios cristãos. No ano de 1954, reorganizou a Liga Eleitoral Católica no Paraná⁴³ (LEC), passando a defender candidatos que se posicionassem de acordo com os princípios cristãos, excluindo grupos ligados à esquerda, denominadas de materialistas, comunistas e socialistas (GIMENEZ, 2003).

Destarte,

Como se pode perceber, o catolicismo assumia um papel de destaque na sociedade curitibana, influenciando a prática social e as concepções de sociedade de grande parte da coletividade. Desta forma, o imaginário anticomunista católico colocou-se entre os principais mobilizadores do medo do comunismo entre as elites e as classes médias curitibanas, mobilizando as energias e orientando as práticas sociais em função do combate ao comunismo. Ao mobilizar o medo da desintegração dos padrões cristãos, uma das principais motivações anticomunistas na sociedade curitibana do

⁴³ A Liga Eleitoral Católica (LEC), associação civil de âmbito nacional, criada em 1932, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, por Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, auxiliado por Alceu Amoroso Lima. Seu objetivo era mobilizar o eleitorado católico para que este apoiasse os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933, para a Assembleia Nacional Constituinte e, de 1934, para a Câmara Federal e as assembleias constituintes estaduais. A LEC atuou, ainda, nas eleições presidenciais de 1945, nas eleições para a Assembleia Constituinte de 1946 e nas eleições presidenciais de 1950. Em 1962, passou a denominar-se Aliança Eleitoral pela Família (Alef). (FGV, 2017).

período, o imaginário reforçava o consenso negativo sobre o comunismo, incentivando sua repulsa. (GIMENEZ, 2003, p. 127).

Esse é o ambiente ao qual Vieira Netto está inserido na sociedade curitibana, paranaense e brasileira, que se posicionava hostil aos comunistas, às suas ideias e suas ações. Nesse contexto, é importante frisar que, segundo registro encontrado na Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, no ano de 1955, na ficha de Vieira Netto, além de mencionar o fichado como comunista, é destacado com grifo de líder. Há de se ressaltar que, o grifo em seu nome e o destaque como líder, não aparece em nenhum outro, dentre centenas que constam na referida ficha.

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

293

RELAÇÃO DOS COMUNISTAS FICHADOS NESTA SECÇÃO ATÉ O ANO DE 1.955.

LETRA "V" - SOBRENOME

Fonte: DOPS-PR (PASTA: BR PRAPPR.PB004.PT313.35, p. 294)

- 83 - VIEIRA GUSTODIO JOSÉ.....Comunista em Obs: sem residência.
 84 - VIEIRA RODRIGUES JOSÉ NETO.,Comunista res. em Curitiba. (Lider)
 85 - VIEIRA JORGE.....Comunista res. em Ponta Grossa.

Fonte: DOPS-PR (PASTA: BR PRAPPR.PB004.PT313.35, p. 296)

Para Helm (2012), o fato de Vieira Netto ser marxista, tornava-se mais difícil de transpor os muros do que ela chamou de “Casa”, uma vez que havia na Universidade do Paraná, parte que se submetia às determinações da Cúria Metropolitana e dos políticos locais, receando que o intelectual e jurista pudesse influenciar os estudantes.

As funções de professor e advogado, desempenhadas por Vieira Netto, aconteceram de forma conjunta. Esse destaque se faz importante, pois ele sempre atuou como advogado, porém, como professor, os registros de sua atuação datam de 1934, como início de sua carreira profissional. Em seguida, 1939, 1956, 1957, e por fim, como professor Catedrático de Direito Civil, aprovado em 1957, e o encerramento da carreira, em 1964. O encerramento de sua carreira como professor não se deu de maneira espontânea, mas forçada, no ano de 1964, após o Golpe Militar, que desencadeou a perseguição, sua prisão pelos militares, a perda dos seus direitos

políticos por 10 anos e um processo na Universidade Federal do Paraná, desencadeando sua aposentadoria compulsória.

M.J.N.I.-Decreto de 8 de junho de 1964

Suspende pelo prazo de ~~doze~~(10) anos os direitos políticos dos seguintes cidadãos:

- 31)-Almir Moreira PASSO (Deputado Estadual PR)
- 32)-Leor Neves BARCELLOS (Deputado Estadual PR)
- 33)-Luiz Alberto DALCANALLE (Deputado Estadual PR)
- 34)-Jairo de Araújo Régis (Funcionário público estadual PR)
- 35)-Aldo FERNANDES (Juiz de Direito PR)
- 36)-Athos de Santa Thereza ABILÓA (Promotor Público PR)
- 37)-Agliberto Vieira de Azevedo (ex-Oficial do Exército)
- 38)-José Rodrigues Vieira NETTO (Professor da Universidade do PR)
- 39)-Flávio Ribeiro (Bacharel em Direito-PR)

Fonte: DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT1722.206, p. 77)

A esse respeito, em Helm (2012), encontra-se o relato de que poucos dias após o Golpe Militar, Vieira Netto recebeu a informação de que um pistoleiro havia sido contratado para matá-lo e que a DOPS-PR tinha determinação para prendê-lo. Diante da informação e da insegurança que se instaurava aos comunistas, após 31 de março de 1964, Vieira Netto, aconselhado por amigos e colegas advogados, escondeu-se. Em sua rota de fuga, primeiramente escondeu-se em Curitiba, mas diante do receio em ser localizado, conseguiu se deslocar até São Paulo. A seguir, mudou-se para a cidade de Caraguatatuba e, novamente, São Paulo, enquanto aguardava a negociação de sua apresentação perante a DOPS-PR, em Curitiba, conforme relato de André, em entrevista. A necessidade da fuga de Vieira Netto pode ser compreendida no contexto da perseguição aos comunistas e às prisões de vários militantes, como relata Aristides Vinholes (*apud* HELLER, 1988) que foi preso já no dia 31 de março de 1964⁴⁴.

O relato biográfico sobre o período em que ele se escondia da perseguição coincide com o Decreto do Ato Institucional nº 1. Consumado o Golpe, no dia 09 de abril de 1964, o Comando Supremo do golpe militar, representado pelos Comandantes Chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, decreta o Ato Institucional nº 1⁴⁵.

⁴⁴ No Capítulo 3, essas questões serão aprofundadas.

⁴⁵ Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte, originário da revolução Vitoriosa. À NAÇÃO: É indispensável fixar o conceito do

Segundo o documento *Atos da Revolução de 1964*⁴⁶, o golpe militar foi denominado pelos militares de *Revolução Democrática*, executado em 31 de março de 1964,

as Forças Armadas depararam-se com outra luta quiçá maior, o aproveitamento do êxito. O campo de ação era árduo e apresentava, sob todos os aspectos, problemas para aqueles que de corpo e alma se dedicaram à recuperação da Pátria, combatida por crises sucessivas ensejadas pelo clima de subversão e de corrupção malévola e intencionalmente criadas pelos que se interessavam em solapar os alicerces das nossas instituições democráticas. A fim de possibilitar o andamento dos trabalhos relacionados com os Atos Institucionais, foram criadas Comissões de Investigação e foram instaurados 1PM em todos os Estados; e tornou-se mister a coordenação entre os Ministérios Cíveis e Militares, para o conhecimento dos elementos punidos e afastados de funções nos vários setores da Administração Pública. (BRASIL, 1967)

O artigo 7º, a que se refere o Ato Institucional nº 1, decretava “[...] Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade”. (BRASIL, 1964)

E o parágrafo 1º determinava que,

Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. (BRASIL, 1964)

No período em que ficou foragido, aproximadamente dois meses, preocupava-se com o cargo de Professor na Universidade e receava ser exonerado devido às faltas. Nesse período, ficou sem receber salário. Esses fatos são constatados nas Atas do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, da reunião ocorrida no dia 31 de julho de 1964, na qual foi apresentado o parecer do Processo

movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução. A revolução se distingue de outros movimentos armados, pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. (BRASIL, 1964)

⁴⁶ O Referido Documento é uma coletânea preparada pelo Ministério da Aeronáutica e reúne O Ato Institucional nº 1, Ato Institucional nº 2, Ato Institucional nº 3, além de diversos Atos complementares decretados pela Ditadura Militar. O Documento está organizado em três capítulos, sendo Capítulo 1, os Atos Normativos, Capítulo 2, os Atos Punitivos e Capítulo 3, a Relação dos Atingidos, subdivididos por relação onomástica, procedência e cronológica. O período dos documentos que compõem a coletânea é de 09 de abril de 1964 a 15 de março de 1967. (BRASIL, 1967).

da Reitoria, sob nº 26.921, quando o professor José Rodrigues Vieira Netto solicitou cancelamento da licença para tratamento de interesses particulares e o restabelecimento do pagamento de seu salário a partir da data que teve seus direitos políticos suspensos. Segundo a referida Ata, o conselho, por unanimidade, votou favorável a autorizar o pagamento de seus proventos de professor, independente do afastamento de suas funções, até ser decidido sua situação funcional.

Para Helm (2012), no entanto, a família passou por momentos difíceis enquanto Vieira Netto estava foragido e, até mesmo, após se apresentar à DOPS-PR e ser preso. Dentre as dificuldades narradas, está uma carta enviada no dia 05 de junho de 1964 à sua esposa Irmina, período em que ele estava foragido. Na carta, Vieira Netto destacava: “Você pode ir falar com o Nicolau sem se humilhar, para perguntar se também quer tirar o pão das crianças e de sua mulher” (HELM, 2012, p. 146).

A esposa de Vieira Netto e sua filha Maria Cecília foram falar com o Reitor. Ele

recebeu com indiferença a esposa do advogado competente e professor admirado e querido por seus alunos e por colegas de profissão. Demonstrava medo dos militares, percebia-se que estava subserviente ao regime militar imposto no país. Rapidamente encerrou a reunião, deixando perplexas a esposa e a filha do Professor Vieira Netto. (HELM, 2012, p. 147).

As tentativas de mediação junto à reitoria foram feitas também por amigos de Vieira Netto, como Eduardo Rocha Virmond, porém, sem obter êxito,

O miserável Reitor da Universidade, que substituiu o Flávio que foi para o Ministério da Educação, havia dito que aproveitaria a oportunidade para demitir o Vieira por abandono do cargo de professor catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito. Pedi audiência e ele me recebeu dizendo que todos estávamos sub judice. Eu disse que eu não estava sub judice, talvez ele. Sai do Gabinete, por acaso estava lá fora o Bento Munhoz da Rocha Netto, que me perguntou o que eu estava fazendo ali. Em seguida ele, sem ser anunciado, abriu a porta e esculachou o Reitor, acabando com essa canalhice. Pelo que me lembro, o Egas Dirceu Moniz de Aragão, que é meu colega de turma e meu amigo desde 1948, estava presente. (EDUARDO, 2010).

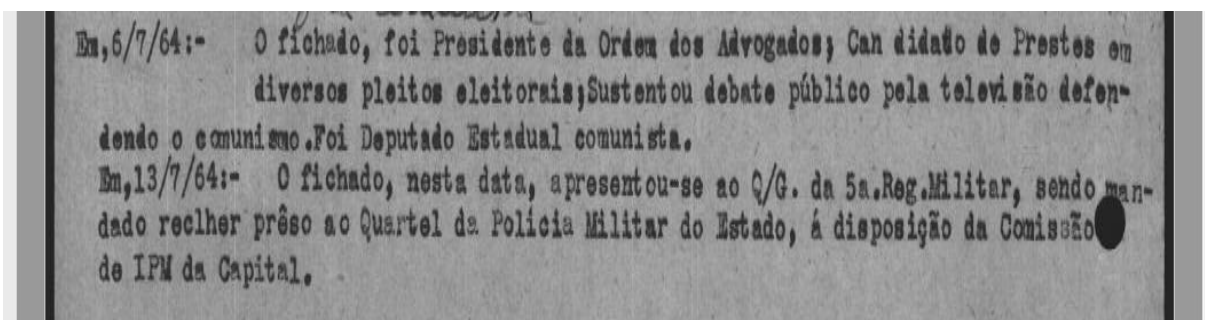
A família de Vieira Netto utilizou-se de vários recursos, junto às redes de relações sociais, para intervir junto à Reitoria em prol do professor catedrático e advogado. Dentre os recursos, estão as ações da esposa Irmina junto ao Reitor, da filha Cecília Maria e de amigos. As intervenções se davam junto às autoridades da

Universidade e também do Ministério da Educação, ocupado, naquela ocasião, por Flávio Suplicy Lacerda, ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná, que assumiu o Ministério da Educação⁴⁷, após o Golpe Militar.

Dentre as tentativas de pedido de intervenção em defesa de Vieira Netto, devido ao temor de que pudesse perder seu cargo de professor por estar foragido e, conseqüentemente, sem poder realizar seu trabalho docente, sua filha, Cecília Maria, dirige-se à Brasília a fim de contatar o então Ministro da Educação Flávio Suplicy. Sua viagem se deu a pedido do próprio pai e de Eduardo Virmond. No entanto, a intenção de pedido de ajuda a Flávio Suplicy não surtiu efeito.

O Dr. Flávio Lacerda se mostrou surpreso com a minha presença no Hotel Nacional. Falou: O que você faz aqui, menina? Explicou que Brasília estava ocupada e dirigida por militares, havia tanques de guerra em todas as avenidas, disse que corria risco de ser presa, determinou que embarcasse imediatamente para Curitiba. Nada prometeu sobre meu pedido, para que intercedesse, junto às autoridades militares, para que Vieira Netto não perdesse o cargo na Universidade. (HELM, 2012, p. 146).

As redes de relações de Vieira Netto, por mais que fossem utilizadas, não surtiram efeito desejado com as ações empreendidas pelos familiares e amigos. No dia 13 de julho de 1964, ele se apresentou perante o Major Waldemar Bianco, presidente do Inquérito Policial Militar. Sua apresentação foi negociada pelos bacharéis Élio Narézi e Rene Dotti que também o acompanharam perante a DOPS-PR. No momento de sua apresentação, imediatamente foi detido, segundo Helm (2012).



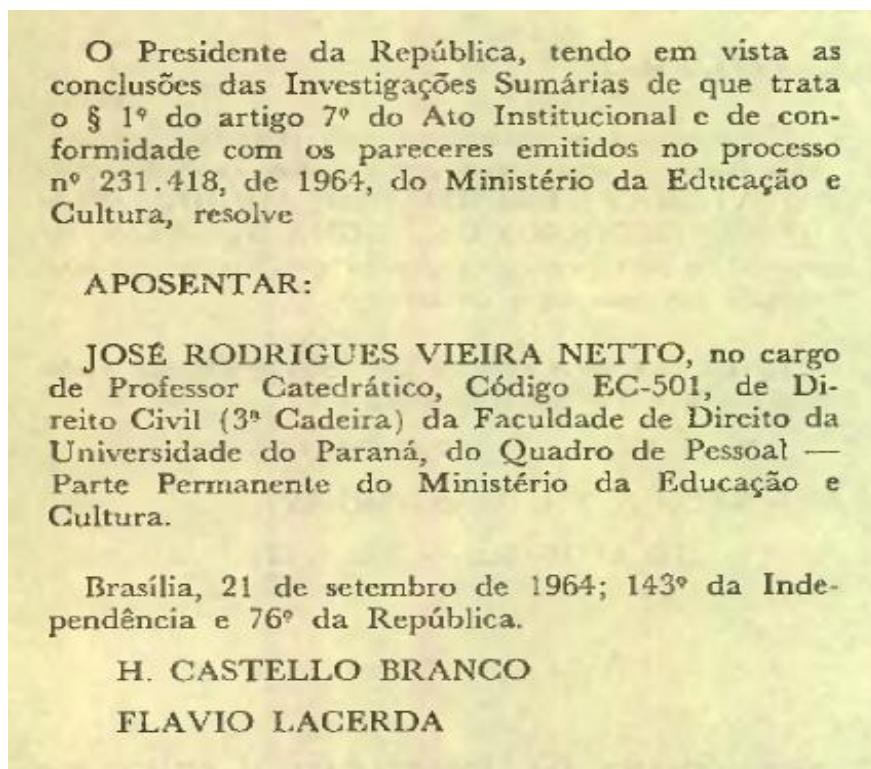
Fonte: DOPS-PR (FI 45.992, p. 10).

⁴⁷ Após o Golpe Militar ocorrido no dia 31 de março de 1964, Flávio Suplicy Lacerda assume o Ministério da Educação e Cultura do General Castello Branco, a partir do dia 15 de abril de 1964 até o dia 10 de janeiro de 1966. O contexto envolvendo a atuação de Flávio Suplicy Lacerda no Ministério da Educação é discutido na tese de doutoramento de Eliezer Felix de Souza (2016).

Os pedidos de intercessão por Vieira Netto não lograram êxito dentro da UFPR e o desfecho foi desfavorável, desencadeando sua aposentadoria compulsória, como consta na Ata do dia 06 de outubro de 1964. Há que se destacar, no entanto, que, segundo a referida ata, a aposentadoria foi solicitada pelo mesmo, como consta no parecer do Conselheiro Brasil Pinheiro Machado.

Apresentou ainda, o Senhor Conselheiro, o processo nº 26.920, no qual o professor José Rodrigues Vieira Netto, solicitou contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria e disponibilidade. Resolveu o Conselho, por unanimidade de votos de acordo com parecer do conselheiro relator, mandar contar o tempo de 521 dias de serviço público prestados ao Estado do Paraná como Promotor Público da Comarca de São José dos Pinhais. (UFPR, Ata do dia 06 de outubro de 1964).

Destarte, o documento oficial do Conselho Universitário da UFPR que menciona a decisão final sobre sua aposentadoria, contrasta com o decreto assinado pelo Marechal Castello Branco e pelo Ministro da Educação da Ditadura naquele período, Flávio Suplicy, datado de 21 de setembro de 1964, ao afirmar que após investigações sumárias, referendadas pelo Ato Institucional nº 1, em conformidade com o processo nº 231.418, do Ministério da Educação, resolve aposentar José Rodrigues Vieira Netto.



Fonte: BRASIL, Ministério da Aeronáutica (1967, p. 78).

Ao analisar os dois documentos, uma sequência é notada nos atos. O ato federal, datado de 21 de setembro de 1964 e, posteriormente, a decisão do Conselho Universitário a UFPR, datado de 06 de outubro de 1964. Esse fato aponta para atuação do Conselho da UFPR em consonância com as decisões da ditadura. Fato esse constatado em decisão do Conselho Universitário quando da solicitação de Vieira Netto pelo restabelecimento do pagamento de seus proventos, conforme ata do dia 31 de julho de 1964, onde se discutiu o Processo da Reitoria, sob nº 26.921.

Eduardo Rocha Virmond, ao se referir às investigações que foram instauradas dentro da Universidade do Paraná, entre abril e maio de 1964, destaca que eram formadas por “[...] um Major do Exército e mais os professores Laertes Munhoz e Nelson Luz. Sabia-se que eles estavam se reunindo e não havia processo” (EDUARDO, 2010). Afirma também, que elaborou uma longa defesa sobre Vieira Netto, porém, ao apresentá-la ao professor Laertes Munhoz, na faculdade,

[...] ele se recusou a receber a defesa. Quem assistiu essa cena da recusa foi o René Dotti, que ficou indignado. Na Reitoria, o professor Nelson Luz disse que já tinha opinião formada e que não leria defesa nenhuma. Como ele era um radical da extrema direita, não havia entendimento possível. (EDUARDO, 2010).

A aposentadoria compulsória de Vieira Netto, inserida no contexto do período em que esteve foragido, de sua prisão na DOPS-PR e do inquérito policial militar a que foi submetido, estão relacionados ao processo interno movido pela reitoria da UFPR. Segundo Helm (2012), não houve iniciativa de ser revisto o processo. Sua aposentadoria é abordada também pela Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, e definida como perseguição: “[...] os professores José Rodrigues Vieira Netto, Amílcar Gigante e Reginis Prochmann são aposentados compulsoriamente pelo regime militar”. (APUFPR, 2010, [s.p])

O âmbito de sua posição político-ideológica e de sua militância no Partido Comunista, de viés marxista, em que se manteve vinculado desde o ano de 1945, contribuiu para a análise sobre sua aposentadoria. Vieira Netto foi marxista convicto, mantendo-se até à morte, como consta em seu testamento, datado de 20 de novembro de 1972, sob o nº 9, do registro em cartório⁴⁸, em que afirma “[...] declaro-me ateu,

⁴⁸ Edison Loyola Antunes. Escrivão do Segundo Ofício do Cível da Comarca de Curitiba. Testamento registrado no livro de Registro de Testamento, número 1, às folhas 12 verso (12v), registrado sob o número 9 “Registro de testamento deixado por José Rodrigues Vieira Netto”. Documento cedido por Andréa Gabrielly de Ridder, conforme autorização para uso exclusivamente para fins da pesquisa acadêmica, suprimidas as partes de foro íntimo familiar.

como bom marxista, sem nunca haver renegado a minha filosofia pessoal”. (VIEIRA NETTO, 1972).

Sua atuação como professor é de relevante destaque, tanto que, por ocasião do processo que desencadeou sua aposentadoria compulsória, há referência a essa preocupação por parte dos responsáveis pelo relatório da comissão incumbida de realizar a sindicância sobre a atuação de Vieira Netto e as acusações que pesavam sobre ele. No entanto, a preocupação com Vieira Netto está no nível da intelectualidade e de seu prestígio dentre os estudantes “por se tratar de um professor brilhante com imenso prestígio nos meios estudantis e, por isso, capaz de tornar-se nocivo à mocidade universitária”. (PROCESSO nº 26.920)

A afirmação do brilhantismo de Vieira Netto que consta em seu processo pode estar fundamentada nos acontecimentos oriundos de sua prática na Faculdade de Direito e da maneira como expressava o entendimento do Direito. Esse fato pode ser observado no texto de sua aula magna no início do ano letivo de 1960, na faculdade de Direito. Em sua abordagem, contextualiza filosoficamente as relações sociais e historiciza o direito, passando pela Grécia, Roma, sociedade escravista, sociedade feudal e sociedade capitalista. (VIEIRA NETTO, 1960a).

Nos seus apontamentos, são utilizados termos próprios do marxismo, como a relação às causas da desigualdade social, as contradições de classe, o Estado, a análise sobre a origem do trabalho e a relação humana, venda da força de trabalho, *plus valia* (em referência a mais valia), relações trabalhistas, as causas da opressão no sistema capitalista.

Ao se referir à justiça, aponta as contradições das leis sob o controle da classe dominante, a luta para se construir a verdadeira justiça e as condições para essa construção. Essa perspectiva, apresentada por Vieira Netto, aproxima-se das teorias marxistas em relação à lei no Estado Burguês.

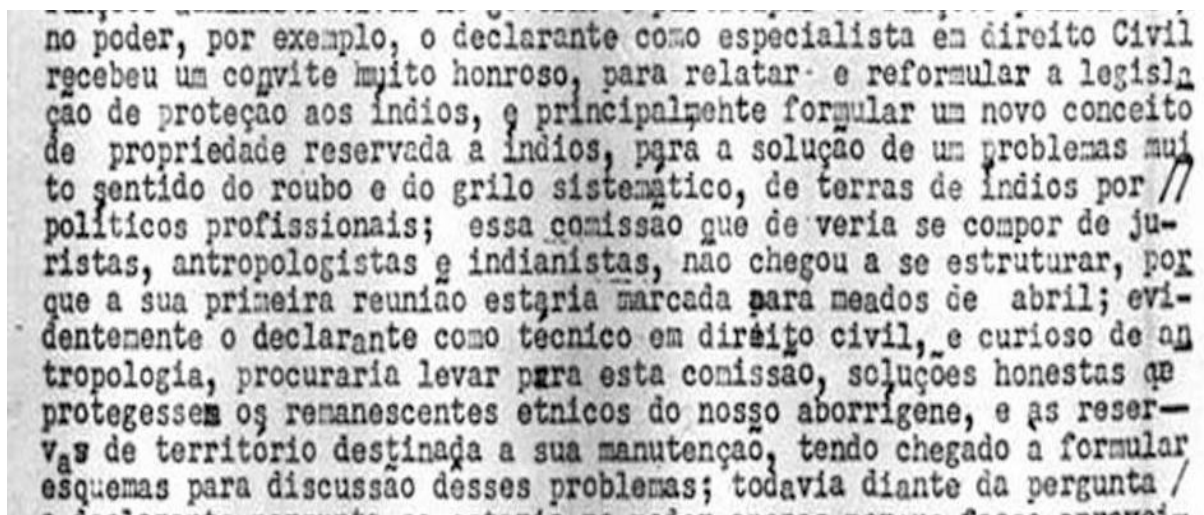
[...] mas a verdadeira Justiça é a luta pelas suas vias reais de aplicação, inatingível senão quando se muda por outra a lei superada, e essa superação há de se fazer, primeiro, na transformação das condições sociais que ditam e comandam a razão política da lei. (VIEIRA NETTO, 1960, p. 198).

Ainda, no seu discurso da aula inaugural, se dirige aos filósofos e à filosofia, quando trata da questão do fenômeno social: “[...] cada filosofia pretende que seja duradouro - eterno - o seu ideal de convivência, como convivência dos interesses de

classe que politicamente representa, e em cuja economia assenta as suas bases e até a subsistência material de seus filósofos”. (VIEIRA NETTO, 1960, p. 197). Em Marx e Engels (2001), nas Teses sobre Feurbach, é possível encontrar a menção aos filósofos e à filosofia, numa aproximação à citação de Vieira Netto, de que os filósofos interpretaram o mundo de diferentes maneiras, porém, o que importa é transformá-lo.

A rede de relações de Vieira Netto extrapolava o espaço universitário e as esferas de Curitiba e Paraná. Como afirmado por ele, em depoimento prestado nos dias 23 e 24 de julho de 1964, ao Major Waldemar Oswaldo Bianco, responsável pelo Inquérito Policial Militar, mantinha ligações em nível nacional com o Ministro da Casa Civil do Governo João Goulart, professor e antropólogo Darcy Ribeiro.

Vieira Netto, ao ser questionado no depoimento sobre a participação dos comunistas no Governo de João Goulart, afirma que pode ter havido participação de alguns por questões técnicas, como profissionais em determinadas funções, distinguindo entre as funções administrativas e políticas. Nesse ínterim, cita o convite recebido para relatar e reformular a legislação de proteção aos índios e a reformulação da legislação de propriedade reservada aos povos indígenas. Tal convite, segundo Vieira Netto, deu-se por ele ser especialista em Direito Civil e por já ter formulado alguns esquemas para a discussão desses problemas, só não o fez, pois a reunião da comissão estava marcada para o mês de abril, e com o Golpe Militar deflagrado em 31 de março (1º de abril), João Goulart foi deposto e o projeto foi abortado.



no poder, por exemplo, o declarante como especialista em direito Civil recebeu um convite muito honroso, para relatar e reformular a legislação de proteção aos índios, e principalmente formular um novo conceito de propriedade reservada a índios, para a solução de um problemas muito sentido do roubo e do grilo sistemático, de terras de índios por políticos profissionais; essa comissão que de veria se compor de juristas, antropologistas e indianistas, não chegou a se estruturar, por que a sua primeira reunião estaria marcada para meados de abril; evidentemente o declarante como técnico em direito civil, e curioso de antropologia, procuraria levar para esta comissão, soluções honestas que protegessem os remanescentes étnicos do nosso aborrígene, e as reservas de território destinada a sua manutenção, tendo chegado a formular esquemas para discussão desses problemas; todavia diante da pergunta /

Fonte: BNM Digital (391-948)

A referência aos vínculos de Vieira Netto com Darcy Ribeiro são também mencionados por Helm (2012), quando ela viajou à Brasília a fim de pedir ao Ministro

da Educação Flávio Suplicy de Lacerda que intercedesse em favor de Vieira Netto. Nesse relato, a autora cita o contato de Flávio Suplicy com Darcy Ribeiro, por ocasião de uma palestra em que Darcy Ribeiro esteve em Curitiba para ministrar aula inaugural do Curso de Direito, a convite do Centro Acadêmico Hugo Simas.

Destarte, evidencia-se o fato de que Vieira Netto, por mais que não abordasse diretamente a teoria marxista em alguns dos seus escritos, utilizava conceitos dessa teoria, no embasamento de suas análises da sociedade, do direito e da estrutura social. No entanto, em suas inferências é possível identificar uma abordagem intensa com a teoria social marxista para pensar o direito.

Um relato que atesta sua posição marxista dentro da Universidade pode ser observado quando, em 1958, Vieira Netto participou de uma conferência sobre marxismo, organizada pelos estudantes da Faculdade de Direito, em que abordou as contribuições de Marx e de Engels para a compreensão da história das sociedades, sobre o método dialético e o materialismo histórico. Essa conferência foi publicada na Revista Themis⁴⁹, do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito, em 1958. (VIEIRA NETTO, 1958)

No que tange ao processo a que foi submetido na UFPR e à sindicância que desencadeou a aposentadoria compulsória de Vieira Netto, em nenhum momento ele foi chamado para apresentar sua defesa ou ser ouvido pelos responsáveis pelo processo ou, até mesmo, o Conselho Universitário, o que, mais uma vez, reforça o caráter conivente da administração central da UFPR com os ditames ditatoriais, tendo sido submetido à investigação sumária que, uma vez concluída, decidiu por sua aposentadoria, no âmbito Federal, endossada em nível local, pelo Conselho Universitário da UFPR.

Outro fato que merece destaque e requer um estudo mais detalhado, refere-se à omissão dos nomes dos professores afastados da Faculdade de Direito no período da Ditadura Militar, na obra *Faculdade de Direito, 1912-2000*, como assinala Cecília Maria Vieira Helm (2012). Ela considera lamentável que isso tenha ocorrido, pois esse é um acontecimento – o afastamento de professores da Faculdade de

⁴⁹ No artigo publicado na Revista Themis, intitulado “O Marxismo”, Vieira Netto discute idealismo e materialismo; Desenvolvimento do idealismo: tomismo-racionalismo; Os caminhos do Socialismo: o proletariado, a dialética, materialismo; O Materialismo Dialético; O Materialismo Histórico; O Imperialismo. A abordagem desse artigo será realizada no capítulo 4 da tese, quando discutirmos as produções teóricas de Vieira Netto. (VIEIRA NETTO, 1958)

Direito na Ditadura Militar – que faz parte da memória da Faculdade de Direito e deveria ser lembrado, registrado, para não se repetir.

Se o fato de ser marxista dificultou a entrada de Vieira Netto na UFPR, como apontado na biografia escrita por Helm (2012), o exercício da docência não foi diferente, pois mantinha suas convicções, que não eram somente teóricas, mas também práticas, como prevê o próprio método de Marx, de que a teoria esteja relacionada à prática e, a prática, iluminando a teoria, numa relação de práxis.

Essa relação nos remete, também, a Gramsci (2001), o qual afirma que toda a atividade humana está vinculada à intervenção intelectual, não sendo possível separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Tal perspectiva relaciona-se à filosofia da práxis, e se fundamenta na atuação do intelectual orgânico, à sua classe, como resultado da ação transformadora, como já apontado. E ainda, cabe ressaltar, como asseverado por Rodrigues (2005), após a Segunda Guerra Mundial, há um posicionamento dos intelectuais pelo engajamento imbuído da práxis coletiva, que os levou a definirem-se pelo comunismo, como intelectuais orgânicos, buscando eliminar a distância entre o pensamento e a ação.

Como parte da documentação utilizada para incriminar Vieira Netto no processo de aposentadoria compulsória, a polícia juntou à sua ficha na DOPS-PR a delação de Ubiratan Borges de Macedo. O registro aponta a práxis de Vieira Netto, através da qual é possível observar sua atuação como professor na UFPR e participação da Assembleia dos Estudantes⁵⁰, citado como líder dos esquerdistas da Faculdade.

⁵⁰ A greve do 1/3, citada por Noel Sanwais, ocorreu na Universidade Federal do Paraná. Nos documentos pesquisados não foi possível verificar a data em que essa greve ocorreu na universidade. No entanto, ela está inserida no contexto da mobilização da UNE em torno da reforma Universitária no ano de 1962. No que se refere ao movimento em torno da participação de 1/3 dos estudantes nos Conselhos Universitários, Sanfelice (2015) afirma que a UNE, “para mobilizar os estudantes pelo Brasil, a tática foi eleger a bandeira do 1/3, pois com ela, exigia-se a participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades. O método de ação foi o que se chamou de UNE–Volante, uma caravana que percorreu o país composta por dirigentes da entidade e de membros do Centro Popular de Cultura (CPC). Com a resistência das administrações universitárias aos propósitos estudantis, veio a ocorrer a greve do 1/3 de grandes proporções à época. Os estudantes foram acusados de desejarem a comunização da universidade brasileira”. (SANFELICE, 2015, p. 133).

Em 23/6/65- Dados conseguidos na Promotoria da 5ª RM:- Testemunha: UBIRATAN BORGES DE MACEDO - Dados: Professor de Direito na Faculdade Federal. Aliciador do Partido Comunista.- Incentivou os estudantes a lançarem manifesto contra o governo revolucionário.-

8ª Testemunha- NOEL SANWAIS -
 Dados: Compareceu à Assembléia extraordinária dos estudantes realizada no Teatro Guaira, na qual foi suspensa a greve de 1/3. Lamentou, na ocasião, o insucesso da Greve e elogiou o PADRE GUSTAVO que também se achava presente à reunião. Liderava, até certo ponto, o grupo esquerdista da Faculdade. Facilitava, nos vestibulares, o ingresso de estudantes esquerdistas.-

Fonte: DOPS-PR (Fl. 45.992, p. 14).

Sobre a delação de Ubiratan Borges de Macedo, Helm (2012) afirma que, como estudante, ele frequentava a casa de Vieira Netto, emprestava livros durante o curso de Direito e, em 1964, revelou-se um delator, acusando seu professor. Essa delação serviu como elemento acusatório para a punição a Vieira Netto.

As ações em que Vieira Netto esteve envolvido, fora dos muros da Universidade, davam-se, principalmente, no Partido Comunista Brasileiro, porém se desdobravam nas instituições às quais ele presidiu, como o caso da OAB PR, nos anos de 1957 a 1961, e ainda, em ações organizadas pelo PCB, como as campanhas pela paz, no denominado Congresso Pró-Paz, na década de 1940/1950, entre outros. Esses pontos serão aprofundados, na sequência da tese, quando discutirmos a militância de Vieira Netto.

Cabe destacar que a organização do Movimento Pela Paz, no Brasil, foi assumida pelo PCB que realizou mobilizações em todo o país. No Paraná, os fundadores do Movimento o denominaram Conselho Pró-Paz e Cultura e teve como dirigentes no estado, Otávio de Oliveira como presidente, Felipe Chede como vice, Jorge Karan como secretário geral, Vieira Netto como 1º orador, dentre outros. Em Londrina, o Movimento organizou o 1º Congresso Estadual em Defesa da Paz. (DOPS. Pasta: 0326.38. Congresso Estadual Pró-Paz).

Nesse evento, Vieira Netto foi preso.

Em 7-8-49 - Foi preso pela Del.Reg. de Policia de Londrina, quando realizava o Congresso Pró-Paz, naquele Municipio, cujo congresso, havia sido proibido pelo Exmº Snr. Ministro da Justiça. Na mesma data e a pedido do

Fonte: (DOPS, FI 45.992, p. 8).

Sua soltura foi condicionada à saída da cidade, tendo que regressar urgente para Curitiba a mando do Juiz de Direito da comarca.

Exmº Snr. DR, Juiz de Direito da Comarca, foi posto em liberdade. Tendo o Juiz nessa ocasião, avisado o Exmº Snr. Juiz de Direito da Comarca, para que deixasse aquele Municipio, neste mesmo dia, sem o que ordenaria o sua prisão. Na mesma data, tomou o avião da Real S/A e regressou a Curitiba. Em- 9-8-49:-prestou declarações nesta Delegacia, em torno do Congresso Pro-Paz e Cultura, por ter pretendido a realização do mesmo com insistencia, na Cidade de Londrina, no dia 7 do mesmês.

Fonte: (DOPS, FI 45.992, p. 10).

Esses acontecimentos, aos quais Vieira Netto esteve envolvido anteriormente à entrada na UFPR, fruto de sua militância comunista, contribuíram, numa somatória de elementos, para que fosse aposentado compulsoriamente, perdesse os direitos políticos por 10 anos e ainda fosse preso. No que tange à Universidade Federal do Paraná, há que se ponderar que, no contexto do processo a que Vieira Netto foi submetido, José Nicolau dos Santos ocupava o cargo de Reitor e Flávio Suplicy de Lacerda ocupava o Ministério da Educação, tendo assumido o cargo poucos dias após o Golpe Militar de 1964. Conseqüentemente, as relações sociais, políticas e ideológicas a que Flávio Suplicy e José Nicolau dos Santos estavam vinculados, também entravam em choque com Vieira Netto.

Ao assumir o Ministério da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda se afastou do cargo de Reitor. Em seu lugar foi eleito o então Vice-Reitor José Nicolau dos Santos, segundo Ata da sessão do Conselho Universitário da Universidade do Paraná, do dia 28 de abril de 1964. Na sessão que elegeu José Nicolau dos Santos a reitor, constam inúmeras homenagens a Suplicy de Lacerda, evidenciando seu capital político, perante os conselhos, assim como sua rede de relações. Dentre as homenagens, uma das mais emblemáticas foi concedida pelo conselheiro Laertes Munhoz, fazendo constar em Ata que Flávio Suplicy de Lacerda era o candidato de

honra do Conselho Universitário, porém, estava impossibilitado de continuar como Magnífico Reitor.

O ambiente da Universidade Federal do Paraná, anteriormente ao Golpe Militar de 1964, já não era favorável às ideias e ações de cunho marxista/comunista, como se pode constatar em Gaspari (2002). Ainda, segundo o mesmo autor, Suplicy mantinha vínculos com Ernesto Geisel, desde os tempos em que servia em Curitiba, o que contribuiu para a nomeação de Suplicy a Ministro da Educação e Cultura.

Sobre a nomeação de Suplicy de Lacerda como Ministro, Souza (2016, p. 265) afirma que:

As articulações políticas em torno da federalização projetaram seu nome no campo político que consubstanciaram sua nomeação a Ministro da Educação e Cultura do Governo militar do Presidente Castello Branco. Flávio Suplicy, ao longo de sua gestão, demonstrou-se conservador, posicionando-se irrestritamente em apoio ao regime militar e à elite política do Paraná, particularmente, Ney Braga.

As relações de poder de Flávio Suplicy de Lacerda eram tão estruturadas dentro da Universidade Federal do Paraná, que após sua saída do Ministério da Educação, em 1966, voltou a ocupar o cargo de conselheiro da Universidade, mesmo sem ter condições legais que assim o permitissem. Seu retorno, no entanto, gerou polêmica dentre os conselheiros contrários ao seu retorno nessas condições. Essas polêmicas e debates se alongaram por algumas sessões do Conselho Universitário, porém, ao final, o retorno de Suplicy de Lacerda foi aprovado.

Nesse sentido, assevera Souza⁵¹ (2016, p. 181-182),

No final, observa-se um consenso, oriundo de um forte trabalho de bastidor e da força moral e política de Flávio Suplicy no espaço acadêmico da Universidade do Paraná. No entanto, a justificativa pública para tal decisão foi associada aos méritos e ao reconhecimento que os conselheiros viam no ex-reitor e ex-Ministro da Educação.

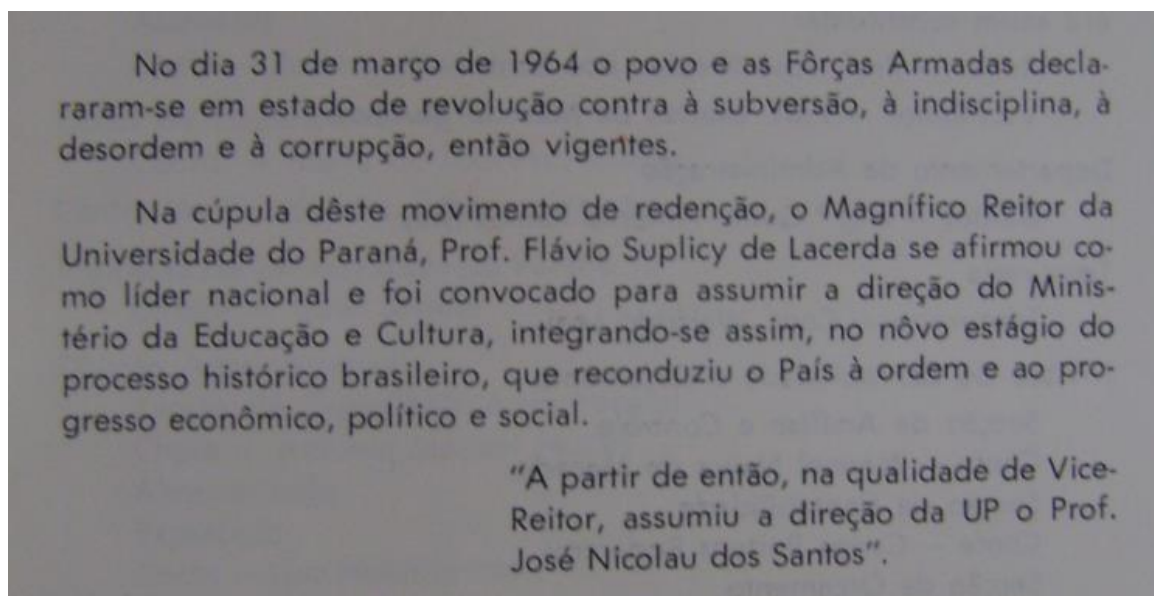
Já em 1967, Flávio Suplicy assumiu novamente a reitoria da UFPR, eleito conforme Ata no dia 28 de abril de 1967, da Sessão do Conselho Universtário, para o triênio de 1967 a 1970. Esse foi o último mandato de Flávio Suplicy Lacerda como reitor da Universidade do Paraná. Em sua posse, no dia 31 de maio de 1967, enfatizou

⁵¹ Esse contexto é aprofundado na tese de Souza (2016): “Flávio Suplicy de Lacerda: relações de poder no campo acadêmico/político paranaense e no processo de federalização e modernização da Universidade do Paraná. (1930-1971).

apoio aos militares no poder, mencionando a defesa da honra do povo, referindo-se à Ditadura Militar que se instaurou após 1964, como revolução brasileira (LACERDA, 1967).

No período em que ocupou o Ministério da Educação (1964-1966), o reitor José Nicolau dos Santos compactuava das mesmas ações que o ex-Reitor e Ministro da Educação, tanto no que se refere ao apoio à Ditadura Militar, como no combate aos comunistas e à difusão de suas ideias.

O apoio à Ditadura era uma posição oficial na UFPR. O clima de euforia perante o golpe militar é constatado também no Anuário 1963/1964 da Universidade do Paraná, que enaltece os militares e coloca Suplicy Lacerda na cúpula do movimento nacional, ao qual o Anuário registra como “movimento de redenção”.



Fonte: UFPR, Anuário da Universidade do Paraná (1963/1964, p. 11)

Outro fator que corrobora com essa afirmação refere-se à concessão do Título de Dr. Honoris Causa ao Marechal Humberto Alencar Castelo Branco, aprovado por unanimidade na reunião do Conselho Universitário, a partir da proposta do Reitor José Nicolau dos Santos. A entrega do título foi feita em Sessão Solene da Assembleia Universitária. Na ocasião, Castelo Branco veio ao Paraná para receber homenagem da Assembleia Legislativa do Estado. (UFPR, Ata do dia 31 de julho de 1964). Mais uma vez, confirma-se a subserviência entre a Reitoria, o Conselho Universitário e o Supremo Comando da Ditadura Militar.

Tomando por base as ações pós-Golpe Militar e seus objetivos em relação aos comunistas, como destacado no Ato Institucional nº 1 e nos documentos da Universidade Federal do Paraná, fica evidente o ambiente anticomunista que se instaurou no Brasil, conseqüentemente, no estado e na Universidade do Paraná. Em relação ao anticomunismo na Universidade do Paraná, há também o destaque para a influência católica, como aponta Szwako (2005, p. 33): “[...] essa influência católica aparece como sinônimo de uma ideologia anticomunista difundida por praticamente todas as obras de celebração produzidas em torno da esfera universitária”. O autor assevera, ainda, que se destacam figuras da política paranaense, como Bento Munhoz da Rocha Neto, catedrático de Sociologia e Flávio Suplicy de Lacerda, reitor da UFPR de 1949 a 1964 e de 1967 a 1971.

A afirmação de Szwako (2005) se refere ao contexto envolvendo a Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, no entanto, os professores destacados por ele compunham as instâncias de poder decisório dentro da Universidade, mais especificamente, o Conselho Universitário e a Reitoria. Conseqüentemente, suas posições refletiam as decisões tomadas nessas instâncias, o que reforça a existência do anticomunismo, influenciado e difundido pela igreja católica no meio universitário por meio de seus seguidores ilustres da classe dominante. Nesse contexto, Westphalen (1987, p.112) afirma que “[...] Flávio Suplicy pregava a vigilância da Universidade, sobretudo constatando que, no Brasil, os esquerdistas tinham trânsito livre, para ideias e ações, e que a agitação marxista invadira a sociedade nacional”.

Para Souza (2016), Flávio Suplicy, apoiado por políticos locais e pelos gerais que tomaram o poder, empreendeu o contínuo combate às subversões estudantis e ao perigo comunista, estabelecendo a Lei Suplicy 4.464/1964⁵². Na visão de Suplicy, o combate ao marxismo e ao comunismo, justificava-se, pois influenciava os estudantes, considerados por ele, a parte ingênua da sociedade.

O anticomunismo, que no ano de 1957 já estava presente no contexto da aprovação de Vieira Netto no concurso para professor da Faculdade de Direito, após o golpe militar, fortaleceu-se e se ampliou, pois a partir de 31 de março de 1964, os anticomunistas tomaram o poder, efetivamente. Vieira Netto, que não negava sua convicção e ação como militante comunista, encontrava-se diante de um ambiente

⁵² Lei Suplicy. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências. (BRASIL, 1964)

hostil na Universidade, em que a perseguição e a censura imperavam contra os indivíduos que se contrapunham aos militares.

Esse fato se evidencia em Baranow e Siqueira (2007, p. 119-120), a partir de relato de Egas Dirceu Aragão, apontando que não teve problema com os estudantes e professores comunistas ou de esquerda na universidade. Em seu relato, enfatiza a figura de Vieira Netto como professor comunista, filho de Ulysses Falcão (um dos fundadores da Universidade do Paraná), além de ressaltar o processo de perseguição policial e o processo interno na Universidade do Paraná, desferido contra ele.

Um deles era o professor José Rodrigues Vieira Netto, catedrático de Direito Civil, um comunista conhecido aqui, filho de um fundador da Universidade, que foi o professor Ulysses Vieira. Em um dia, no gabinete do reitor, que naquele tempo tinha as portas abertas – pois quem quisesse falar com o reitor entrava e ia diretamente ao gabinete, salvo se ele estivesse ocupado -, eu estava conversando com o reitor e lá no gabinete o Bento Munhoz da Rocha Neto e o Alcidez Munhoz Neto, e o reitor disse que ia abrir um processo contra Vieira Netto porque, como os militares queriam prendê-lo, ele estava foragido em algum lugar. Ele então queria abrir um processo por abandono de cargo.

Em se tratando das fontes encontradas que tratam das homenagens e menções a Vieira Netto, no período em que atuou como professor na Universidade do Paraná, bem como o conteúdo do processo a que foi submetido na UFPR, há o destaque para um professor brilhante, com formação qualificada, além de benquisto pelos estudantes da Faculdade de Direito. Nos registros encontrados, consta a homenagem da turma de bacharéis de 1960 e de 1964, que escolheu Vieira Netto como paraninfo. A primeira homenagem foi concretizada, a segunda, foi proibida, devido às consequências do Golpe Militar de 1964.

Na solenidade de formatura, em seu discurso, citou autores da filosofia, da literatura, poetas, como Jean-Paul Sartre, Dante, Padre Vieira, Garcia Lorca e, ao final, homenageou seu pai, como ex-professor da Faculdade de Direito, falecido em 1942, a quem Vieira Netto se refere como “um grande democrata”. Na ocasião, afirmou ter uma dívida filial, pois, no ano de 1942, seu pai seria paraninfo de uma turma de bacharéis formandos do curso de direito, porém, devido o falecimento precoce, não pode paraninfar.

Dentre as abordagens de seu discurso, destacou o fato de que aquela era a sua primeira turma, e agradeceu a escolha do jovem professor que rompia a tradição da Universidade dos professores paraninfos. No discurso proferido, Vieira Netto (1960) teceu críticas ao sistema dominante, à história contada e ensinada a partir da

classe dominante, aos filósofos que justificam, repetem e ensinam que a ordem dominante prevaleceu e prevalecerá. Aborda, também, as artimanhas utilizadas em torno do exercício do poder, para ludibriar o povo, dando-lhes a falsa sensação de poder, na intenção de manter o domínio e a dominação, com a contribuição da história que não foi contada, devido à perspectiva do vencedor ter prevalecido.

Para sua análise, Vieira Netto (1960) utilizou a metáfora do herói e do verme, afirmando que a vida não pode ser vista como se fossem os homens e a paisagem, mas que se deve vê-los como são no belo, no impuro, no grotesco, no sublime, pois o ser humano veio da mais baixa animalidade, para as alturas da inteligência e do amor.

Foi uma lenta modificação de vermes em heróis, com os necessários regressos e estagnações dos que não conseguiram progredir, dos que acompanham a atualidade dessa imperceptível transformação. Em verdade vos digo, que é incômodo e perigoso ser herói, - é estável e nutritiva a posição parasitária dos vermes. Vermes e heróis não se separam em compartimentos estanques, em escaninhos impermeáveis de uma impossível História Natural da Humanidade. O Bem e o mal não têm extremos; andam juntos e ora são, para deixar de ser. [...]. Uns poucos vermes terminam com a apoteose dos heróis. Muitos heróis tiveram o final melancólico de uma desintegração em vermes. É essa a humanidade. Um lento progredir, uma infinita aspiração, uma contínua luta para as formas mais altas da liberdade e do amor, da convivência e da segurança. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 224).

Essa abordagem realça elementos que envolvem as transformações sociais, as posições ocupadas por pessoas, num constante movimento de mudança, assim como apontam as contradições dessa mesma sociedade que se proclama una, indivisa, coesa e forte, porém, contraditoriamente, mutável e frágil.

O destaque de alguns pontos do discurso de Vieira Netto colabora para que possamos situar sua atuação como intelectual orgânico, organizador da cultura, a sua atuação dentro de um projeto formativo, a partir da visão societária do Partido Comunista, ao qual era signatário e militante. Outros elementos, envolvendo o discurso (como paraninfo da turma de Bacharéis, no ano de 1960), serão discutidos no capítulo 3 da tese, quando abordarmos a crítica social de Vieira Netto e a organização e a sistematização de um projeto societário e formativo a partir da práxis marxista, bem como o horizonte de expectativa e as proposições de Vieira Netto na perspectiva da transformação.

No contexto de análise proposta neste capítulo, em relação ao discurso de Vieira Netto na referida formatura, cabe ressaltar, no entanto, os apontamentos de

que em suas aulas, nunca fez cartaz de seus próprios ideais, tendo se limitado ao critério científico e às explicações de como era a estrutura e funcionamento do direito privado, que é fonte das injustiças sociais.

A ressalva de Vieira Netto em relação a não fazer praça de seus ideais torna plausível inferir que ele não fazia proselitismo político-partidário em suas aulas. No entanto, abordava o direito sob a ótica analítica do marxismo, na perspectiva acadêmica e do marxismo como teoria social. No entanto, a partir da repercussão de sua trajetória como professor na Faculdade de Direito, na perspectiva da práxis e da indissociabilidade da teoria e prática do materialismo histórico e dialético, é possível afirmar que seu embasamento teórico estava em conexão com sua prática, para além do proselitismo partidário, mas inserido na concretude da realidade.

Nesse mesmo sentido, como parte do discurso, afirma que: “Alguém, nesta hora, poderia acusar-me de corromper-vos e declarar que deveis, em nome da Cultura e da Ordem, continuar sendo o adubo colonial com que eternamente se alimentem as flores monopolistas de nossa tão adiantada Civilização”. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 227).

Partindo da análise do conteúdo do seu discurso, proferido em 1960, por ocasião da formatura a que foi paraninfo, fica evidente que Vieira Netto expõe claramente suas posições e visão de mundo, conseqüentemente, inserido num projeto societário e formativo de que fazia parte. Na difusão desse projeto societário, o apontamento das contradições e estruturas era uma necessidade e, por mais que mencionasse não fazer cartaz de seus ideais em sala, o faz, na formatura. A estratégia, no entanto, em afirmar a posição de não fazer cartaz de suas posições e de seus ideais, além das possibilidades já apresentadas, pode ainda estar relacionada à consciência do patrulhamento ideológico e político e constante vigilância, que lhe acompanharam ao longo de décadas de atuação profissional e militância política.

Outra linha de análise para a afirmação de Vieira Netto sobre como procedia em sala de aula, pode ser o acontecimento em si. Ele estava na solenidade que reunia a alta cúpula da Universidade Federal do Paraná, e perante o ambiente hostil aos comunistas, que ele conhecia efetivamente. Hostilidade que habitava o meio acadêmico desde décadas anteriores, e que, inclusive, havia dificultado sua entrada como professor na Universidade, devido ao anticomunismo, como já abordado. Como marxista convicto e militante assíduo, Vieira Netto não perdeu a oportunidade de

problematizar as contradições e de fazer suas críticas àqueles que exerciam o poder na perspectiva da classe dominante.

Essa situação pode ser observada, quando Vieira Netto faz a seguinte observação, citando o poema de Whitmann,

[...] estou só e faço os outros assim, porque as minhas palavras são armas cheias de perigo; porque desprezo o conformismo e a segurança, a tranquilidade e as leis aceitas, para repudiá-las. E sou mais resolutivo porque as denunciei e não temo as maiorias e o ridículo' e o inferno, para mim, só existiria, se estivesse dentro de minha consciência. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 227).

Dentre as críticas proferidas, evidencia-se que Vieira Netto estava consciente das sanções que poderia sofrer em pensar diferente daqueles que exerciam o poder na Universidade e na sociedade. Essa percepção aparece ao dizer que alguém poderia acusá-lo de corromper os jovens, mencionada anteriormente. A afirmação de Vieira Netto, mais uma vez, lança luz sobre sua atuação como intelectual na organização da cultura, inclusive, nesse trecho, indica que, uma condição para não ser acusado de corromper os jovens, estaria ligada à reprodução de uma cultura e ordem dominantes, no entanto, se assim o fizesse, estaria alimentando essa mesma classe dominante.

A esse respeito encontramos na Petição de *Habeas Corpus*, datada de fevereiro de 1966, enviado ao Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, impetrado preventivamente em favor de José Rodrigues Vieira Netto, por sofrer ameaça de coação ilegal oriunda do Tribunal Militar e do Juiz Auditor da 5ª Região militar, 5º Distrito Naval e 5ª Zona Aérea. Há menção dos advogados, Élio Narezi, René Dotti, Luiz Carlos Pujol e Carlos Robichez Penna, de que Vieira Netto seria punido por suas ideias, procurando-se marginalizar o homem que detém patrimônio moral e intelectual incontestado.

Nessa defesa, alegaram precedentes de que o Supremo Tribunal Federal havia concedido *Habeas Corpus* anterior em que a lei desconhece delitos de opinião e que ser comunista não constitui crime. Os advogados apontaram-no como amante da causa da verdade, como pesquisador e da causa da justiça, como advogado. “Restaura-se uma acusação com os expedientes de perjúrio, imitando em lances grosseiros a farsa que levou Sócrates a beber cicuta, para preservar princípios vetustos”. (HABEAS CORPUS, 1966, p.35)

No ano de 1964, Vieira Netto foi novamente escolhido como paraninfo da turma de formandos do referido ano. No entanto, diferente de 1960, não pôde proferir seu discurso na formatura, por estar afastado de suas funções na Universidade e sofrer um processo no Tribunal Militar. A proibição partiu do Reitor e do Conselho da Universidade.

A forma encontrada pela Universidade de não permitir que Vieira Netto proferisse seu discurso foi a proibição de que os professores e estudantes que tivessem processos administrativos ou processos militares, enquadrados nas prerrogativas do Ato Institucional nº 1, não fossem escolhidos como paraninfos ou oradores. A Comissão de Formatura impetrou recurso à proibição de Vieira Netto, porém, o parecer do Conselheiro Alceu Macedo da Comissão de Legislação e Recurso foi de que o “Conselho não tome conhecimento do recurso cabendo o exame da matéria à Congregação da Faculdade”. (UFPR, Ata do dia 06 de outubro de 1964). A votação do Conselho Universitário foi unânime em acordo com o parecer apresentado por Alceu Macedo, decidindo não reconhecer o recurso e que o mesmo, deveria ser examinado pela referida Congregação.

Na sequência da votação do Conselho sobre o parecer de Alceu Macedo, o Conselheiro Laertes Munhoz, foi além, e propôs a aprovação de uma Resolução Normativa, com o seguinte teor

Não podem ser de qualquer forma homenageados, nas próximas colações de grau da Universidade do Paraná, inclusive como paraninfos, as pessoas que sofreram qualquer penalidade decorrente do Ato Institucional. A proibição abrange por igual os alunos punidos administrativamente ou indiciados em inquéritos policiais militares e administrativos, também como oradores das turmas. (UFPR, Ata do dia 06 de outubro de 1964).

A resolução foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros. Nela é possível, mais uma vez, identificar a conexão dos Atos do Conselho Universitário com o Ato Institucional decretado pela Ditadura Militar. Vale destacar que, em relação ao Conselheiro Laertes Macedo Munhoz, que nessa reunião fez tal proposta, já era velho conhecido de Vieira Netto, desde os tempos de sua banca do concurso, em 1957. Ou ainda, como asseverado por Eduardo Rocha Virmond, na recusa de Laertes Munhoz em receber a defesa impetrada em favor de Vieira Netto na Universidade.

Nesse caso, ser conhecido não favoreceu a situação em que Vieira Netto se encontrava. Esse fato denota que as redes de relações sociais e políticas colocavam

ambos em posições opostas. Em vários momentos, porém, a partir do Golpe Militar, essas posições se acirraram ainda mais e demonstraram que as redes de relações, depois de rompidas, não são consideradas. Nesse aspecto, é importante recordar que o conselheiro Laertes Munhoz foi presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, no ano de 1935 e seu vice era o pai de Vieira Netto, Ulysses Falcão Vieira.

A decisão do Conselho Universitário, no dia 06 de outubro, é parte de discussões e encaminhamentos anteriores. É possível constatar, segundo Ata do Conselho Universitário do dia 31 de julho de 1964, após exposição minuciosa sobre a escolha de paraninfos e as solenidades de colação de grau na Universidade, feita pelo Reitor José Nicolau dos Santos, o mesmo pediu ao Conselho que se pronunciasse sobre a realização de uma solenidade única para toda a Universidade no dia dezanove de dezembro de cada ano.

Resolveu o Conselho, por unanimidade de votos, aprovar a realização de solenidade única de colação de grau e a instituição também de uma única aula inaugural na abertura dos cursos, ficando constituída Comissão Especial [...] para apresentarem projeto de regulamentação que dispunha sobre escolha de paraninfos, oradores e a realização de solenidade. (UFPR, ATA do dia 31 de julho de 1964).

Os estudantes, no entanto, reagiram à decisão do Conselho Universitário de realização da solenidade única de formatura. Houve protesto por parte dos formandos do curso de medicina, por meio de carta, conforme consta na Ata da reunião do Conselho Universitário, do dia 04 de agosto de 1964. “Do expediente: constou a leitura de carta da comissão de formatura da Faculdade de Medicina protestando contra a realização da solenidade única”. (UFPR, Ata do dia 04 de agosto de 1964). Nessa ocasião, o conselho não decidiu nada a respeito, constando em ata, apenas a menção à leitura da carta.

O parecer da Comissão sobre a solenidade única de formaturas foi apresentado ao Conselho Universitário, na reunião do dia 31 de agosto de 1964, ficando decidido que a colação de grau nesse formato ficaria para o ano seguinte (1965) e, em relação às formaturas do corrente ano, ficou deliberado que “[...] competirá aos senhores diretores solver da melhor forma possível as questões relacionadas com a colação de grau de maneira que seja mantido o bom nome da Universidade”. (UFPR, Ata do dia 31 de agosto de 1964)

A proibição do discurso de Vieira Netto e as mudanças na solenidade de formatura estão relacionadas ao golpe militar em 1964 e as consequências da

implementação da ditadura. Dentre outros fatores já elencados, essa afirmação reverbera a preocupação manifestada em relatório do Capitão Haroldo Souto Carvalho, encarregado do Inquérito Policial Militar que visava apurar atividades subversivas dos estudantes em Curitiba, datado de 13 de outubro de 1964, destacando que “também se nota com clareza uma tentativa de provocar grande agitação quando das festas de formatura no final do ano letivo”. (BNM Digital, 390-875).

Entretanto, a proibição de discursar na solenidade de formatura foi superada de maneira criativa e ousada. Vieira Netto redigiu e publicou o texto que foi distribuído aos formandos no baile de formatura. O título do texto é “Sobre as quatro liberdades”. Nessa obra, homenageia os formandos e tece críticas à decisão da cúpula da Universidade em aposentá-lo e, ainda, denuncia o clima de intolerância, de regime servil, de ignorância e de ódios pessoais que se instalou nas universidades brasileiras.

No referido texto *Sobre as quatro liberdades*, Vieira Netto (1964) destaca que os grandes crimes de sua vida eram o trabalho e o pensamento. Menciona o fato do Reitor da Universidade do Paraná e seu conselho terem desaprovado a escolha dos Paraninfos por parte dos bacharéis em Direito e em Medicina, enfatizando que, como os alunos não cederam, o Reitor eliminou da solenidade o discurso tradicional. Também faz referência ao processo que estava em curso no tribunal militar, sobre a perda dos seus direitos políticos por 10 anos, a sua aposentadoria compulsória, associada à proibição de proferir o discurso como paraninfo da turma de 1964 e, aponta que se tornara “[...] um professor sem discípulos, advogado perseguido, cidadão sem direitos” (DOPS-PR, PI 2194-440, p. 140).

Nessa obra, Vieira Netto ainda faz menção ao estudante que o delatou à DOPS-PR, como já demonstrado anteriormente. Diz ele:

Um inquérito universitário, através de catedráticos teleguiados, investigara minha biografia, com a desinteressada, patriótica ajuda de alguns alunos reprovados, de delatores que queriam ser políticos, de outros políticos que só poderiam ser delatores, - com tão esplêndido material humano, chegar-se à conclusão um tanto exagerada, de que eu era ‘um professor brilhante, querido dos alunos e que, assim, poderia ser nefasto à mocidade’. (DOPS-PR, PI 2194-400, p. 140).

Em relação ao seu processo junto ao tribunal militar e ao período em que esteve foragido, devido à ameaça de morte e à iminência da prisão, dias após a consumação do golpe militar, Vieira Netto cita que voltou “[...] para ser preso,

processado, interrogado, sobre os livros que havia lido, as opiniões que formara sobre a história política, a sociologia do meu país, sobre as ideias que pensava e o trabalho que fazia, o ensino que transmitia”. (DOPS-PR, PI 2194-440, p. 140). E, ironizando sua própria prisão, perseguição e a punição imposta, destaca que “[...] a Pátria estava salva, todos os seus imensos problemas resolvidos. Assim, estarei presente apenas na vossa recordação”. (DOPS-PR, PI 2194-440, p. 141).

A partir do cotejamento das fontes a que tivemos acesso, podemos inferir que Vieira Netto não abnegou de suas convicções e, mesmo no campo do direito, mantinha a perspectiva teórica marxista e a militância no Partido Comunista Brasileiro, que perpassaram sua vida.

O Conselho Universitário da Universidade do Paraná não reconheceu a competência do advogado e professor Vieira Netto, já elencados, ou melhor, contraditoriamente, utiliza-se da afirmação de que sua competência e capacidade ofereceriam risco aos jovens e, por isso, deveria ser retirado do espaço acadêmico da “universidade⁵³”. Importante notar que seu afastamento da Universidade do Paraná, ocorreu em dois momentos principais: o primeiro como necessidade, devido à fuga perante a ameaça de morte e de prisão após o Golpe Militar; o segundo, por ação ditatorial, tanto dos militares que tomaram o poder, como pela cúpula da Universidade do Paraná, subserviente aos ditames da ditadura, que referendou a decisão federal de aposentá-lo compulsoriamente.

A atitude do Conselho Universitário pode ser analisada no contexto do anticomunismo, como já analisado, assim como a partir do viés ideológico, da predominância do pensamento único e da ameaça que o pensamento divergente poderia representar. Os militares, que usaram da força para justificar o projeto de sociedade que se pretendia implementar, em que o comunismo, além de não fazer parte, fora decretado como passível de condenação, empreenderam esforços a fim de cumprirem a meta de extirpar da nação o perigo vermelho. Nesse ínterim, os comunistas já tinham a pena decretada, pelo fato de assim se declararem, como foi com Vieira Netto.

Outro fator que merece destaque e compõe o corpus dessa tese, se refere ao campo do Direito, área que Vieira Netto atuava. Suas análises sobre o Direito e sobre a justiça, presentes principalmente nos textos do discurso da aula inaugural no início

⁵³ As aspas, colocadas propositalmente, indicam a contradição a partir do significado da palavra.

do ano letivo de 1960, no discurso como paraninfo da turma de formandos de 1960, no discurso proibido em 1964 *Sobre as quatro liberdades*, denotam sua compreensão desses campos. Sua abordagem partia da ligação entre teoria e prática, entre a academia e a realidade concreta da sociedade, entre quem faz as leis, quem as executa e a atuação do advogado. Essa abordagem acontecia sem perder de vista a perspectiva marxista da práxis.

Como já apontado, na trajetória de Vieira Netto se constata a atuação como advogado e como professor, funções que desempenhou conjuntamente. A notoriedade como advogado foi reforçada pela atuação como professor, e vice-versa, enquanto a atuação como militante comunista perpassou ambas as funções desempenhadas. Manteve-se convicto de sua posição pelo marxismo e pelo comunismo, enquanto viveu.

José Rodrigues Vieira Netto faleceu no dia 05 de maio de 1973, após ser acometido por um tumor nos pulmões e ter sido submetido a tratamento no Hospital A. C. de Camargo, na cidade de São Paulo (HELM, 2012). Em seu testamento, datado de 20 de novembro de 1972, fez constar que no dia de seu falecimento lhe vestissem com as vestes Talares de professor, pois “[...] queria levá-las comigo pelo simples fato de que as honrei em vida”. Pediu ainda, que no dia de seu sepultamento: “[...] meu enterro deve ser feito em um caixão de indigente e peço aos amigos que dispense (ou dispensem?) as flores”. (VIEIRA NETTO, 1972)

Até aqui reconstituímos aspectos da formação e projeção profissional de Vieira Netto, suas heranças familiares, formação escolar, formação em ciências jurídicas e sua atuação como professor, promotor, advogado, presidente do IAP e da OAB-PR. O rompimento de Vieira Netto com a classe dominante fica evidente em sua atuação profissional e militância política. Há de se ressaltar que esse rompimento se dá de maneira contundente no campo político, partidário e ideológico, mantendo-se até a morte. Uma atitude deveras complexa, para quem, socialmente, descendeu da classe dominante. O rompimento se dá em vida e é reforçado, por ocasião do falecimento, conforme registrado em testamento e, mesmo que num ato simbólico, requer, para si, esse marco.

Ao juntar-se às fileiras do PCB, sendo até hoje o único deputado eleito pelo PCB no Paraná ao longo de sua história, Vieira Netto inscreveu seu nome dentre os fichados pela repressão, ainda no Governo de Getúlio Vargas. Obteve, como consequência, uma extensa lista de registros sobre seus atos, que lhe renderam uma

tentativa de prisão, mesmo após sua morte. Essa atitude inusitada da polícia revela o grau de periculosidade que Vieira Netto representava ao ideário militar e seu aparato repressivo. Não obstante, seguiu sua atuação nas instituições nas quais já estava anteriormente à sua adesão ao comunismo, como o IAP e a OAB-PR, permitindo, também, afirmar que a sua vinculação à classe permaneceu, porém agora, a perspectiva de classe está alterada para a classe dominada ou classe trabalhadora.

As reverberações da organicidade de sua atuação podem ser constatadas nas representações das entidades às quais ele esteve vinculado: IAP, OAB-PR, movimentos sociais e PCB. Observamos maior destaque no reconhecimento público a Vieira Netto por parte da OAB-PR, uma vez que nos registros encontrados, mesmo que timidamente, elevam o professor e advogado comunista que presidiu a entidade, ao posto de um dos maiores advogados e juristas paranaenses. Esse fato é passível de ser mencionado, pois a Ordem dos Advogados Brasil é eminentemente liberal, visto a relação com o campo do Direito que, na perspectiva marxista, é entendido como Direito burguês.

Não obstante, o referido destaque a Vieira Netto dado pela OAB-PR se concentra no que denominam defesa da democracia, das liberdades individuais e na defesa do advogado. Um misto de corporativismo classista e autoafirmação do Direito como monumento da sociedade liberal, muito próximo dos fundamentos defendidos pela Revolução Francesa e estruturados após o século XVIII e referendados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, feita pela Organização das Nações Unidas, em 1948.

Na sequência da construção desta tese, nos debruçamos sobre a militância de Vieira Netto, com o objetivo de aprofundar outros elementos, acontecimentos e ações que contribuam para explicar como ele atuou para sistematizar e mobilizar os grupos e defender o projeto societário e formativo comunista no Paraná. Desta feita, teremos mais elementos para sustentar a tese de que Vieira Netto atuou na construção do projeto societário comunista no Paraná, como intelectual orgânico e organizador da cultura, a partir de sua ligação com o campo da intelectualidade e a inserção na sociedade, no exercício da função de professor, de advogado, posteriormente, no PCB.

Nesse sentido, no próximo capítulo, nossa abordagem ater-se-á aos vínculos de Vieira Netto com a Aliança Liberal, a sua entrada no Partido Comunista Brasileiro e sua atuação parlamentar, a cassação e perseguição a que foi submetido ao longo

de sua militância no PCB, a presidência do PCB no Paraná e a relação com crimes que lhe foram imputados.

CAPÍTULO 2

VIEIRA NETTO: FILIAÇÃO E MILITÂNCIA NO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

A situação econômica de nossa terra é bastante grave porque, infelizmente, o Brasil ainda não se libertou de sua fase semi-colonial, do monopólio da terra que é a principal característica de sua economia, onde impera o latifúndio. De fato, não poucos brasileiros ainda não possuem a menor prosperidade. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 10).

A ligação de Vieira Netto ao campo da intelectualidade está relacionada com sua militância e a luta política, desde a juventude. Ao longo de sua trajetória, Vieira Netto inseriu-se, organicamente, nos meios em que atuou. Como intelectual, na perspectiva gramsciana, a organicidade de sua atuação se deu, inicialmente, junto à classe dominante, na década de 30, no contexto da herança familiar.

Na década de 40, no entanto, Vieira Netto rompeu com a classe dominante, ao menos no plano político-ideológico, iniciando sua militância no Partido Comunista Brasileiro, amparado, teoricamente, no marxismo como ele próprio destacou, em seu testamento, escrito um ano antes de seu falecimento. A militância de Vieira Netto, no entanto, conciliou a atuação profissional e a ação política, evidenciando o conceito de práxis, a partir da teoria marxista e, por conseguinte, gramsciana.

Profissionalmente, a carreira de advogado perpassou grande parte de sua trajetória. Nos primeiros anos de sua atuação profissional, abandona a carreira de Promotor Público e se dedica à advocacia, constituindo escritório próprio (VIEIRA NETTO, *apud* ANDRADA, 1974), onde advogou até os anos finais de sua vida. O fato envolvendo o escritório de advocacia José Rodrigues Vieira Netto, após o falecimento de Vieira Netto, é mencionado por Andréa Gabrielle de Ridder⁵⁴ (informação verbal),

Eu arregacei as mangas, fui tomar conta do escritório, fui trabalhar. Eu pensei, ou eu arregacei as mangas e vou trabalhar ou eu arrumo um cara para me ajudar a sustentar as crianças. Mas eu fui herdeira de um grande escritório de advocacia, e optei por trabalhar, e trabalhei, e venci.

⁵⁴ Entrevista concedida por Andréa Gabrielle de Ridder ao autor/entrevistador Regis Clemente da Costa, em 20 de maio de 2017.

No entanto, a atuação de Vieira Netto extrapola as questões meramente profissionais. Desde a juventude, é possível encontrar os registros de sua inserção nos diversos espaços relacionados às questões políticas (Aliança Liberal) ou correlacionados à atuação profissional em órgãos de classe, como o Instituto dos Advogados do Paraná e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Seccional Paraná. Em ambos, exerceu cargo de presidente, além de outras funções.

Sua ligação com a OAB se estendeu até os anos finais de sua vida. (HELM, 2012). Nessa entidade, tem sua trajetória reconhecida e foi homenageado em algumas ocasiões. Dentre as homenagens prestadas pela OAB-PR, existe a Medalha José Rodrigues Vieira Netto, a edição da obra memorialista e biográfica 'José Rodrigues Vieira Netto: vida e obra de um grande mestre', de Helm (2012), a obra 'O Advogado José Rodrigues Vieira Netto' (OAB, 1974). As homenagens constam, ainda, por meio de menções em jornais e obras memorialistas que contam a história da entidade, tais como A OAB aos 75 anos: 1932-2007 (ORDEM, 2007); 80 anos OAB: 1932-2012 (ORDEM, 2013); 85 anos OAB: 1932-2017 (ORDEM, 2017).

No bojo de sua atuação, é possível encontrar registros de Vieira Netto junto à Aliança Liberal, de vínculos com União Democrática Nacional (UDN) e de militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como forma de organizarmos a reconstituição dessa faceta de sua trajetória, a abordagem empreendida nesse capítulo dá enfoque às instituições às quais ele foi vinculado, ao passo que dentro dessas instituições, diversas ações foram realizadas.

As ações concretas de Vieira Netto junto ao PCB fortalecem a identidade de militante comunista, trazendo-lhe consequências como a cassação de mandato eletivo, cassação de direitos políticos, perseguição, tortura, prisão, ao ponto de ser incluído em vários processos, inclusive no Inquérito Policial Militar nº 709⁵⁵ ou IPM

⁵⁵ Segundo Czajka (2009), "O IPM 709, como também era conhecida a coleção, tratava-se de uma publicação organizada por militares vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), visava organizar e compilar as informações, as investigações e relatórios contidos no Inquérito Policial Militar nº 709, sob guarda do STM. Este IPM, assim como tantos outros, foram instaurados a partir de 1964 por tribunais militares para averiguar "ações subversivas" que infringiam a DSN e constituir provas a serem encaminhadas ao Ministério Público para que então fossem julgados os supostos réus. Os quatro volumes totalizando aproximadamente 1.200 páginas, eram na verdade um excerto daquilo que fora conhecido entre os indiciados pela comissão de inquérito militar como o IPM do Partido Comunista. Contendo 157 volumes, o IPM 709 foi originalmente instaurado em 21 de setembro de 1964, com base nas "cadernetas de Prestes" que foram apreendidas pelos militares e serviram de prova documental contra o próprio Luiz Carlos Prestes e outros membros do partido, citados nas referidas cadernetas. Nelas, constavam relatórios detalhados por Prestes sobre as atividades do PCB, sua contabilidade, contatos e informações que foram utilizadas para sustentar uma investigação sobre o Partido Comunista no Brasil. Essa documentação, que estava guardada na residência de Prestes, foi recolhida

do PCB, tido como o maior inquérito realizado pelos militares na Ditadura de 1964-1985.

Nesse capítulo, ao discutirmos a sua atuação na Aliança Liberal e sua entrada no PCB, como Deputado Estadual no Paraná e a perseguição, as cassações e prisões a que foi submetido, concomitantemente, abordamos sua participação nos vários movimentos sociais que se formaram em torno das causas às quais ele esteve engajado, esperando assim, demonstrar sua práxis, a partir da militância.

2.1 DA ALIANÇA LIBERAL À MILITÂNCIA NO PCB

A atuação política de Vieira Netto vai além do espaço profissional, como advogado. Para a discussão sobre sua militância no PCB, a qual dedicou em torno de 30 anos de sua vida, consideramos fundamental a abordagem, mesmo que de forma breve, da sua atuação política nas décadas de 1920 e 1930, para, posteriormente, discutir a sua entrada no PCB e sua militância nesse partido da década de 1940 até os anos finais de sua vida.

Nesse tópico, nosso enfoque se volta para as atividades de cunho político e militante de Vieira Netto, uma vez que sua atuação se deu de maneira significativa junto às entidades de classe como o Instituto dos Advogados do Paraná e a Ordem dos Advogados do Brasil, já abordados no capítulo anterior. Vale frisar, no entanto, que na perspectiva do embasamento teórico desta tese, não há a separação entre as instituições de atuação. Essa abordagem se dá dessa maneira apenas no sentido da organização da reconstituição da trajetória desse personagem.

No bojo da atuação, para além da advocacia, do ponto de vista profissional, é possível encontrar registros da militância de Vieira Netto junto à Aliança Liberal⁵⁶, no

pelos militares dias depois do golpe, pois na ocasião da sua fuga, Prestes não teve tempo de levar consigo a documentação, que foi apreendida pela comissão de investigação militar. O IPM nº 709 tinha como finalidade primordial apurar as atividades do PCB e, tendo como encarregado o próprio coronel Ferdinando de Carvalho, citou os nomes de 971 pessoas entre testemunhas, prontuário dos indiciados que, na edição publicada pela BibliEx, não foram tornados públicos.

⁵⁶ A Aliança Liberal foi uma Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929, por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente, à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930. Após sua derrota nas eleições, muitos de seus integrantes aderiram à tese da insurreição armada, vitoriosa afinal com a revolução de outubro de 1930. Essa coligação se deu, principalmente, pelo rompimento da “política do café com leite”, que consistia do revezamento entre São Paulo e Minas Gerais na presidência da República, pois a partir de 1928, com a aproximação das eleições presidenciais, o presidente da República Washington Luís, do Partido Republicano Paulista (PRP), começou a manifestar seu apoio à candidatura de Júlio Prestes. Diante

final da década de 20 e início da década de 30. Essa atuação corrobora na discussão da militância de Vieira Netto que, nesse contexto, se dava junto à classe dominante o que caracteriza um espaço orgânico de atuação, pelos objetivos políticos a que se propunha a Aliança, indicando, desde esse contexto, que ele aliava os conhecimentos acadêmicos e o exercício profissional com a inserção política. Não obstante, essa inserção, na perspectiva do intelectual orgânico em Gramsci, se dá como intelectual da classe dominante, classe à qual pertencia Vieira Netto.

Destarte, segundo Pacheco (1984), a Aliança Liberal representava os setores mais progressistas da sociedade, mesmo o PCB vendo-a como apenas uma cisão entre as oligarquias e entre os imperialismos inglês e americano. Portanto,

a revolução de 1930 embora expressasse também uma luta entre setores das classes dominantes, a Aliança Liberal, por representar os setores mais progressistas das mesmas, vai galvanizar as aspirações de transformações das camadas populares, cansadas do regime retrógrado imposto pelas oligarquias mais atrasadas e pelo imperialismo britânico. (PACHECO, 1984, p. 129)

Ainda, nesse contexto, Love (1975), destaca que Luiz Carlos Prestes encontrou-se com Vargas, secretamente, em 1929, para discutir planos para a revolta. Vale ressaltar que, nesse momento, Prestes ainda não figurava entre os militantes do PCB, mas já havia se destacado como herói à frente da Coluna Prestes. Aranha, do grupo ligado à Aliança Liberal, avaliava a revolução como a única maneira de conter

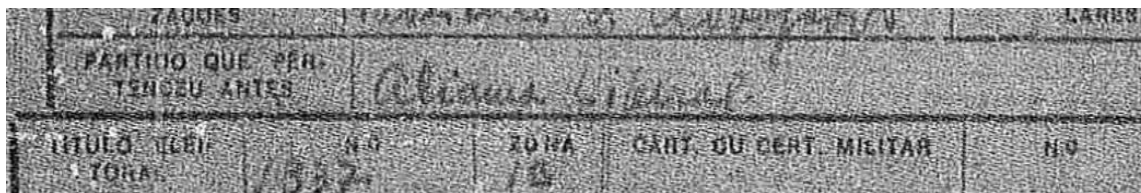
disso, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, buscou o apoio do Rio Grande do Sul para se opor aos planos de Washington Luís. Em 30 de julho de 1929, a comissão executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) lançou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente, à presidência e à vice-presidência da República. O programa da Aliança Liberal estabeleceu a reforma política do país como essencial, defendia a representação popular através do voto secreto, a justiça eleitoral, a independência do Judiciário, a reforma administrativa, a reforma do ensino, a liberdade de pensamento e de imprensa, a moralização do Poder Legislativo, a anistia para os revolucionários de 1922, 1924 e 1925-1927, e a adoção de medidas econômicas protecionistas para produtos de exportação, além do café. O programa apresentava de forma muito vaga a necessidade de industrialização, mantendo, porém, a distinção dominante na época, entre indústrias naturais e artificiais, estas últimas dependendo exclusivamente das medidas protecionistas do Estado. Preconizava, por fim, medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, a aplicação da Lei de Férias e a regulamentação do trabalho do menor e da mulher. Após a vitória de Júlio Prestes na eleição de março de 1930, Setores da Aliança Liberal buscaram aproximação com o movimento tenentista. Enquanto o Movimento Tenentista divergia sobre os rumos da revolução, a Aliança Liberal também estava reticente, até que o assassinato de João Pessoa deu força à conspiração revolucionária. As articulações dos oposicionistas prosseguiram, vindo a resultar, no mês de outubro, a deposição de Washington Luís e a constituição de uma junta provisória de Governo que, por pressão das forças revolucionárias vindas do Sul e de manifestações populares, não permaneceu no poder, sendo empossado Getúlio Vargas como presidente, em novembro de 1930. Chegando ao poder, Getúlio Vargas suspendeu a Constituição e nomeou interventores em todos os estados, com exceção de Minas Gerais, que era governado por seu aliado. Foi o fim da República Velha. (FERREIRA; PINTO, 2008); (PANDOLFI, 2003); (FAUSTO, 2004); (LOVE, 1975); (FGV, 2016).

o rolo compressor paulista e Vargas, posteriormente, fez dele o coordenador do plano revolucionário. Love (1975) afirma, também, que Aranha negociou a compra de armas com Prestes.

No contexto que antecedeu a Revolução de 1930, no entanto, Prestes lançou um manifesto que surpreendeu seus companheiros.

No fim de maio anunciou sua conversão ao marxismo revolucionário e repudiou a conspiração em germe contra Washington Luís por ser um plano para colocar uma nova elite no poder. O favorito das classes médias urbanas apresentava a seus admiradores uma alternativa rígida ao sistema político e social prevalecente. Embora repudiando a revolução burguesa que estava a caminho, Prestes negou-se a devolver o dinheiro que recebera de Aranha para a compra de armas⁵⁷.

Essa breve contextualização, contribui para a compreensão sobre os vínculos de Vieira Netto com a Aliança Liberal. Seus vínculos podem ser constatados em discurso proferido por ele próprio e destacado por Fernandino Caldeira de Andrada, em que afirma, que mesmo não sendo ainda eleitores, por terem menos de 21 anos de idade, já participavam dos acontecimentos do país, ressaltando a jornada da Aliança que, posteriormente, desencadearia a Revolução de 1930 e a revolta de 1932⁵⁸. (VIEIRA NETTO, *apud* ANDRADA, 1974, p. 39).



Fonte: DOPS-PR (PI 2194-400, p. 7).

Nos arquivos da DOPS 76 34/PR, também é possível encontrar registros da ligação de Vieira Netto com a Aliança Liberal.

⁵⁷ Love (1975) traz apenas essa menção relacionada a Prestes e à questão da compra de armas. Em outro trecho, Joseph L. Love afirma que Aranha encomendou armas da Tchecoslováquia, sem, no entanto, mencionar diretamente o nome de Prestes.

⁵⁸ Em 1932 eclodiu a revolução em São Paulo, pois o estado se sentia o grande perdedor da Revolução de 1930. Segundo Pandolfi (2003), essa foi a maior guerra civil do país. A Revolução de 1932 envolvia a insatisfação com a política centralizadora de Vargas e a lentidão em se restaurar o estado de direito, assim como exigiam o fim do regime ditatorial e maior autonomia para São Paulo. Milhares de pessoas se alistaram para lutar pelo estado, inclusive vindas de outras regiões, com destaque para Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A Revolução Constitucionalista, como ficou conhecida, teve o desfecho desfavorável aos paulistas, que se renderam em 03 de outubro de 1932, após três meses de resistência.

Nesse caso, mais especificamente, apresenta-se a Aliança Liberal como partido político a que Vieira Netto pertenceu, no entanto, destaca-se que a Aliança Liberal não se constituiu em partido político, mas coligação de diversos grupos oposicionistas em defesa de Getúlio Vargas à Presidência da República.

Ainda sobre as posições políticas defendidas pela Aliança Liberal, Pandolfi (2003, p. 3) observa que:

No ideário da Aliança Liberal estavam presentes temas relacionados com justiça social e liberdade política. Os aliancistas propunham reformas no sistema político, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Pregavam anistia para os perseguidos políticos e defendiam direitos sociais, como jornada de oito horas de trabalho, férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Propunham também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícolas além do café e diminuição das disparidades regionais.

Diante da ligação de Vieira Netto com a Aliança Liberal podemos inferir, novamente, sua ligação como intelectual orgânico à classe dominante. Esse contexto fica evidente quando, ao investigar a posição política do Partido Comunista Brasileiro, a qual Vieira Netto viria a se filiar na década de 40, constata-se a oposição comunista tanto à Aliança, quanto aos grupos paulistas que haviam quebrado os acordos da política do “café com leite”, contrariando interesses dos políticos mineiros que se juntaram aos políticos descontentes no Rio Grande do Sul e na Paraíba.

Há, no entanto, fator preponderante nesse contexto que é a figura de Luiz Carlos Prestes⁵⁹, principal expoente do tenentismo que, na década de 1920, liderou a

⁵⁹ Luiz Carlos Prestes nasceu em Porto Alegre, em 1898. Comandante de uma famosa marcha pelo Brasil, a Coluna Prestes, e líder do PCB por mais de 50 anos, foi uma das figuras da América Latina mais perseguidas do século XX. Coursou a Escola Militar do Rio de Janeiro e depois foi transferido para o Rio Grande do Sul, onde liderou uma revolta tenentista contra o governo de Arthur Bernardes em 1924, composta por jovens oficiais do Exército. Os integrantes da Coluna Prestes realizaram uma marcha pelo interior do país, percorrendo, a pé e a cavalo, cerca de 25 mil quilômetros. A marcha terminou em 1927, quando os revoltosos se exilaram na Bolívia. Lá, ele conheceu Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PCB. Convertido ao marxismo viajou para Moscou (ex-URSS) em 1931. Retornou clandestinamente ao Brasil em 1935, casado com a comunista judia alemã Olga Benário. Depois de comandar o fracassado golpe conhecido como Intentona Comunista, em 1935, com o intuito de derrubar o então presidente Getúlio Vargas e instalar um governo socialista, foi preso e sua mulher entregue grávida à Gestapo, polícia política nazista. Na Alemanha, ela morreu num campo de concentração, em 1942. A filha de ambos, Anita Leocádia Prestes, nascida na prisão na Alemanha, foi resgatada pela avó paterna. Após ser solto em decorrência do processo de redemocratização, em 1945, Prestes se elegeu senador pelo PCB, com mais de 160 mil votos. Com a cassação do registro do partido, em 1947, teve a prisão preventiva decretada e foi obrigado a retornar à clandestinidade. Sua prisão preventiva foi revogada em 1958, mas com o golpe militar de 1964, o líder comunista voltou a ser perseguido. Em 1971, exilou-se na URSS onde permaneceu até 1979, ano em que retornou ao Brasil após a anistia política. Em 1980 rompeu com o PCB através da sua “Carta aos Comunistas”. Dez anos depois, faleceu no Rio de Janeiro, aos 92 anos de idade. (MEMÓRIAS, 2017).

Coluna Prestes, percorrendo mais de 25 mil quilômetros, atravessando 14 estados brasileiros com o objetivo de derrotar o regime oligárquico no país. Nesse contexto, o PCB entendia o tenentismo como um movimento pequeno-burguês, no entanto, “devido a uma concepção etapista da transformação social que passou a prevalecer no partido depois do II Congresso, os comunistas buscaram uma aproximação com os “tenentes”. (PANDOLFI, 1995, p. 103).

Nesse sentido, o PCB contata Prestes, pois entendia que a revolução operário-camponesa se prenunciara no clima de agitação política da década de 20. “Para dirigir o processo revolucionário em curso, o partido precisava de um líder do porte de Luiz Carlos Prestes, já conhecido nacionalmente como o ‘cavaleiro da esperança’” (PANDOLFI, 1995, p. 103).

A Aliança Liberal tinha entre seus apoiadores um grupo de tenentes, aos quais Prestes estava vinculado e que compunham o movimento pró Vargas. Segundo Chilcote (1982, p. 71),

a ampla base de apoio da Aliança compreendia as oligarquias insatisfeitas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, assim como muitos tenentes das revoltas de 1922, 1924 e da Coluna Prestes, além de personalidades radicais da classe média, entre as quais Joaquim Pimenta e Maurício Lacerda. Essa coalisão apoiara a plataforma moderada esboçada pelo discurso de Getúlio Vargas, em 02 de janeiro de 1930 [...].

Antes das eleições de 1930, Prestes é contatado por Vargas, porém, não lhe dá apoio, afirmando que seu interesse era somente o processo revolucionário, como assevera Pandolfi (1995). Os comunistas, novamente, também procuram Luiz Carlos Prestes. Em contato feito em 1929, o PCB propunha lançá-lo à presidência da República. Para o PCB, os demais candidatos à presidência, Júlio Prestes e Getúlio Vargas, representavam os interesses do imperialismo inglês e do imperialismo americano, respectivamente. Prestes, no entanto, recusa a candidatura pelo PCB, alegando que o programa do partido era muito extremado (CHILCOTE, 1982).

No que diz respeito ao vínculo de Prestes com a Aliança Liberal, as críticas à Aliança e a radicalização feitas pelo Cavaleiro da Esperança por meio do Manifesto de Maio de 1930, assemelhava-se ao modelo soviético e provocou descontentamento nas lideranças aliancistas e rejeição a Prestes, principalmente entre os tenentes.

A história de Luiz Carlos Prestes é contada por sua filha Anita Leocádia Prestes (2006) de maneira mais detalhada no livro Luiz Carlos Prestes: Patriota, revolucionário, comunista.

Dentre as menções à Aliança Liberal no referido Manifesto, Prestes, no Jornal Diário da Noite, em 29 de maio de 1930, afirma que “não posso, no entanto, deixar de reconhecer entre os elementos da Aliança [sic] Liberal grande número de revolucionários sinceros, com os quais creio poder continuar a contar na luta franca e decidida que ora proponho a todos os opressores”. (O CAPITÃO, 1930, p. 1)

Reconhecendo sua participação e envolvimento com a Aliança, aponta também os equívocos.

É bem verdade que, em parte por omissão e em parte por indecisão, fomos também cúmplices da grande mistificação. Silenciamos, enquanto os liberais de todos os matizes e categorias, dos da primeira aos da última hora, abusaram sempre do nome da revolução e, particularmente, dos seus chefes. Houve quem afirmasse, de uma tribuna pública, apoiar politicamente os liberais por ordem de seus chefes revolucionários. [...] Apesar de toda essa demagogia revolucionária e de dizerem os liberais propugnarem pela revogação das últimas leis de opressão, não houve, dentro da Aliança Liberal, quem protestasse contra a brutal perseguição política de que foram vítimas as associações proletárias de todo o País, durante a última campanha eleitoral, e no próprio Rio Grande do Sul, em plena fase eleitoral, foi iniciada a mais violenta perseguição aos trabalhadores em luta por suas próprias reivindicações. São idênticos os propósitos reacionários das oligarquias em luta. (O CAPITÃO, 1930, p. 1)

E, referindo-se à revolução brasileira, destaca os limites da Aliança Liberal em concretizá-la.

A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panacéias, nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes. (O CAPITÃO, 1930, p. 8)

As críticas de Prestes contidas no Manifesto de Maio atingiram a Aliança Liberal e, ao mesmo tempo, o PCB, pois mesmo apontando questões pertinentes àquelas defendidas pelo partido, no que tange à luta dos operários, ao governo dos trabalhadores, a luta contra o imperialismo, dentre outros, não mencionava o PCB. Passados alguns anos, Luiz Carlos Prestes se filia ao PCB e segue longa trajetória nesse partido, sendo considerado como uma das suas principais lideranças. No que tange às atuações políticas de Vieira Netto, há também registros referentes à União

Democrática Nacional⁶⁰ (UDN). A menção a Vieira Netto é encontrada em pasta da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná DOPS-PR.

insincero e ambicioso. Logo que se organizaram as oposições neste Estado ingressou na U.D.N., compondo aí a corrente comunista. Defenida mais tarde a situação do comunismo em face da sucessão presidencial, e que era de apoio ao Presidente Vargas, o fichado foi alvo das críticas dos demais comunistas, tendo sido então obrigado a se afastar do grupo político que apoiava a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Tem ultimamente percorrido alguns municípios do Estado angariando donativos para o partido comunista, o que anteriormente também fez como propagandista da U.D.N. Em fins de

Fonte: DOPS (FI 45.994, p. 6).

Nesse registro, é possível notar a relação feita pelos agentes da DOPS-PR, de que a militância de Vieira Netto na UDN se dava a partir da corrente comunista. Em outro registro da DOPS-PR, encontramos a citação a Vieira Netto e seu vínculo com a UDN, que antecede a entrada no PCB, bem como sua atividade de mobilização de outros militantes, tanto para a UDN, como para o Partido Comunista.

manifestações realizadas nesta Capital contra o Governo. Cunhado também do bacharel Jorge Gomes Rosa, levou-o de início para a U.D.N. e, em seguida, para o partido comunista. Em carta dirigida a uma seu amigo a lida pela

Fonte: DOPS (FI 45.994, p. 5-6).

Há, ainda, o fato de que Vieira Netto foi obrigado a deixar o apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato pela UDN à presidência em

⁶⁰ Fundada em 07 de abril de 1945, como associação de partidos e correntes de opinião contra a ditadura Vargas. Embora tenha surgido como uma frente, a UDN organizou-se em partido político nacional, participando de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, até 1965. Seu principal adversário das urnas era o Partido Social Democrático (PSD), de representação majoritária no Congresso. Na Câmara dos Deputados a UDN manteve o segundo lugar até 1962, quando perdeu para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Elegeu governadores, especialmente no Nordeste, e integrou vários ministérios, inclusive no governo Vargas. Perdeu três eleições presidenciais consecutivas (1945, 1950 e 1955) e apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros, em 1960, e o movimento político-militar de 1964. Contradições e cisões acompanharam a trajetória udenista. Coexistiram na UDN teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras. O partido que vota a favor do monopólio estatal do petróleo (1953) e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (1947) é o mesmo que se opõe à intervenção do Estado na economia, denuncia a “infiltração comunista” na vida pública e contesta os resultados quando perde as eleições. O partido ficou marcado pela vinculação com os militares e as aspirações das camadas médias urbanas, identificando-se, também, extrapartidariamente, com o udenismo. Em termos de imagem pública, a UDN e o udenismo sempre provocaram polêmicas: o “partido dos cartolas” ou o “partido dos golpistas”, por um lado; o “partido dos lenços brancos” e o “partido da herança liberal”, por outro. (FGV, 2017). A UDN e o Udenismo são discutidos de maneira aprofundada por Benevides (1981) em *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*.

1945, pois os comunistas tendiam a buscar o apoio de Vargas ao candidato comunista Yedo Fiúza. Esse fato, mais uma vez, evidencia os vínculos de Vieira Netto com a UDN a partir dos grupos comunistas que compunham a referida Aliança. DOPS (FI 45.994)

A UDN, segundo Benevides (1981), era formada por várias correntes políticas, dentre elas a esquerda, numa ampla frente de oposição, como um movimento que agregava adesões incompreensíveis, com predominância do cálculo político sobre as razões do coração ou da memória política. Dentre as adesões, constavam adversários políticos, desde os tempos imperiais, inimigos, desafetos, com a única finalidade de derrubar Vargas e seu regime.

As posições e alianças na UDN podem ser situadas em cinco categorias que indicam a proximidade e suas origens, como assevera Benevides (1981, p. 14).

São elas,

a) As oligarquias destronadas com a Revolução de 30; b) Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37; c) Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; d) Os grupos liberais com uma forte identificação regional; e) As esquerdas.

Dentre essas correntes, na sua fundação estão presentes forças de esquerda que, segundo Benevides (1981, p. 15),

Compõem-se de três grupos: os políticos e intelectuais, de tendências socialistas, que formariam a Esquerda Democrática, surgida, publicamente, dois meses depois da fundação da UDN, com um manifesto de apoio ao Brigadeiro, com Hermes Lima e João Mangabeira, e o antigo militante da ANL, Domingos Velasco; os comunistas dissidentes da linha oficial do partido — representada pela CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória) que pregava uma aproximação com Getúlio — como Silo Meirelles, Astrogildo Pereira e o professor marxista anti-stalinista Leônidas Rezende; os estudantes ou recém-egressos do movimento estudantil, igualmente de tendências socialistas, cuja militância, desde 1942, era especialmente atuante na Faculdade de Direito de São Paulo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

A ligação dos comunistas com a UDN é apontada por Chilcote (1982, p. 93): “em março e abril de 1945, os intelectuais de esquerda de São Paulo, incluindo tanto comunistas como socialistas, organizaram a União Democrática Nacional (UDN), como partido político”.

No entanto, as adesões em torno à UDN não duram muito e já no segundo semestre de 1945 acontecem os primeiros desmembramentos em pequenos partidos

como (PL, PR, PSP), e abandonos individuais, tanto pela esquerda como pela direita (BENEVIDES, 1981). Em relação à saída dos comunistas da UDN, Chilcote (1982) destaca que se deu após a libertação de Prestes, em fins de maio ou princípio de junho.

O fato de enfatizarmos esse contexto deve-se, num primeiro momento, para elucidar a ligação de Vieira Netto com a Aliança Liberal, mencionada em livro memorialista da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, em homenagem póstuma, e que consta, também, nos documentos da DOPS-PR, por ocasião do fichamento de Vieira Netto nessa delegacia. Sobre seu vínculo com a UDN, no entanto, os registros se concentram na DOPS-PR e o contexto em que são mencionados se relaciona ao da criação da União Democrática Nacional, assim como ao contexto político em que os comunistas estavam inseridos no início da década de 1940.

Não obstante, essa abordagem visa também evidenciar alguns fatores essenciais para a compreensão do rompimento de Vieira Netto com o grupo Político e a classe social a que esteve vinculado. Esse movimento histórico se inter-relaciona às posições de Vieira Netto, inserido organicamente nas ações políticas de seu tempo.

Ainda no rol de suas atuações políticas, porém no contexto de rompimento com a classe social e política a qual esteve vinculado na década de 1940, Vieira Netto se filiou ao Partido Comunista Brasileiro, PCB⁶¹ (GONÇALVES, 2004). Em entrevista

⁶¹ O Partido Comunista Brasileiro, fundado em 25 de março de 1922, se constitui como consequência da formação do proletariado e do desenvolvimento de suas lutas no Brasil, que têm início na segunda metade do século XIX, e ocorre em função da implantação da indústria. Está inserido no contexto da repercussão da Revolução Russa. Nascia como um partido pequeno, vanguarda do proletariado de formação recente e como necessidade histórica. O surgimento do PCB significava para o proletariado brasileiro a abertura de perspectivas de superação do espontaneísmo, do economicismo, da dispersão, do doutrinário abstrato, no sentido da organização centralizada, com sua linha política definida e, cientificamente, fundamentada e com vistas à transformação revolucionária da sociedade (SEGATTO, 1981). Sobre o nascimento do PCB, Sodré (1980a, p. 80) destaca que o Partido “nasceu e cresceu como consequência necessária do processo de formação da classe operária brasileira e do desenvolvimento de suas lutas. Sua fundação respondeu a uma exigência do movimento operário, que já se mostrara, nas primeiras décadas do século XX, a carência do partido político operário revolucionário”. Em Sodré (1980a; 1980b), encontram-se outras discussões relevantes sobre o nascimento do PCB, organizadas em: Contribuição à História do PCB: antecedentes (1980a) e Contribuição à História do PCB (1980b). Nesse contexto do nascimento do PCB, Chilcote (1982) destaca que “as condições e aspirações que explicam como e porque surgiu o partido comunista no Brasil são, em grande parte, semelhantes às que prevaleceram em outros países nos períodos em que se formaram partidos comunistas: a incipiente industrialização, por exemplo”. Para o mesmo autor, o surgimento do PCB requer a contextualização dos movimentos de protesto no período de 1848 a 1917, bem como dos grupos militantes radicais, já que isso culminou no surgimento do Partido Comunista do Brasil, em 1922. O Partido Comunista Brasileiro, em sua fundação, tinha o nome de Partido Comunista do Brasil. Esse nome permaneceu até o início da década de 60, quando o V Congresso do PCB (realizado em 1960) estabelece a orientação para mudança do nome do partido para Partido Comunista

realizada com Andrée Gabrielle de Ridder, buscamos precisar o ano em que Vieira Netto iniciou sua militância no PCB, no entanto, a entrevistada confirma o vínculo partidário, mas não sabe informar em que ano exatamente se deu essa vinculação, “agora, o Vieira em que ano exatamente que ele entrou não posso te dizer, mas ele foi do Partido Comunista”. Oficialmente, o Partido Comunista Brasileiro⁶² só foi legalizado no Estado do Paraná no ano de 1945, conforme registro no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

No ano de 1964, por ocasião do depoimento de Vieira Netto quando esteve preso no mês de julho, em decorrência do Golpe Militar, foi interrogado pelos militares. Dentre as perguntas que lhe dirigiram, estão incluídos questionamentos sobre suas atitudes e ações tomadas a partir de suas ideias. A esse respeito, afirma que “depois de longo processo de elaboração cultural, tornou-se marxista, isto é, filia-se filosoficamente à síntese da dialética idealista de Hegel, ao materialismo de Feuerbach”. (BNM Digital 391-945)

Brasileiro, pois visava obter a legalidade eleitoral e convencer o Tribunal Eleitoral de que o Partido era nacionalista por natureza e não um instrumento da União Soviética. No mês de setembro de 1961, foi aprovada a mudança do nome na Conferência Nacional do Partido.

O contexto da mudança do nome do Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, também inclui uma série de divergências internas, principalmente em torno ao revisionismo, o que leva em 1961, à expulsão de um grupo de militantes que acusavam o partido de reformista, após agudizarem-se as divergências. Entre os que foram expulsos estavam João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, Lincoln Oeste, José Duarte, dentre outros. Esse grupo, em 1962, fundou o PC do B, numa conferência extraordinária do Partido Comunista do Brasil. (PACHECO, 1984). Esse contexto também é abordado por Segatto (1981), em Chilcote (1982) e Ridenti (2010).

⁶² O PCB no Paraná e temas correlacionados a sua existência na legalidade ou na ilegalidade, são discutidos nas teses de Nascimento (2014), Ipólito (2016) e Monteiro (2013) e nas dissertações de Silva (2014), Castanho (2006), Brito (2015), Souza (2008), Franchetti (2008), Brunelo (2006), Tolentino (2015), Ipólito (2009), Reggiani (2015), Alves (2012), Monteiro (2007), Gonçalves (2004), Gimenez (2003), Abreu (2015) e Matos (2014).

A concepção de ideologia que embasa os estudos dessa tese está fundamentada em Gramsci (1999). Gramsci traz em sua obra uma vasta discussão, contextualizando historicamente o surgimento do conceito e relacionando com a concepção de Marx a respeito da ideologia. Dentre seus apontamentos sobre o conceito de ideologia, podemos destacar, que “é necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc.” (GRAMSCI, 1999, p. 237). Gramsci afirma, ainda, “recordar a frequente afirmação de Marx sobre a “solidez das crenças populares” como elemento necessário de uma determinada situação. Ele diz mais ou menos isto: “quando esta maneira de conceber tiver a força das crenças populares” etc. Outra afirmação de Marx é a de que uma persuasão popular tem, com frequência, a mesma energia de uma força material, ou algo semelhante, e que é muito significativa. A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam, historicamente, concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais”. (GRAMSCI, 1999, p. 238).

Integrado à intelectualidade curitibana, Vieira Netto, ao se filiar ao PCB, incluiu-se entre os profissionais liberais que, a partir da década de 1930, passam a integrar o Partido, até então, sob a forte militância proletária. Chilcote (1982) assevera que, no Partido, a representação do intelectual é o ideólogo, pois ele revolta-se com o *status quo*, desejando transformações sociais, como porta-voz coerente da filosofia marxista-leninista.

Os intelectuais no PCB nem sempre tiveram papel de destaque, por mais que integrassem o Partido desde a fundação. Prestes, recém-convertido ao marxismo-leninismo, defendia que os trabalhadores eram dotados de um instinto revolucionário inato, que os tornava politicamente superiores aos intelectuais. Nesse sentido, inicialmente, tanto Prestes como o núcleo central do Partido acolheram os intelectuais com suspeita e desconfiança. (CHILCOTE, 1982). Ainda nesse contexto, segundo Chilcote (1982, p. 198)

Oswaldo Peralva escreve que o recrutamento dos trabalhadores industriais tinha prioridade sobre o de intelectuais e que destacados intelectuais comunistas eram usados para assinarem manifestos de protestos, mesmo que seu trabalho fosse encarado com desdém pelo partido.

Após o Estado Novo, no entanto, o número de intelectuais no Partido aumentou significativamente, passando inclusive os cargos de direção para quadros com formação em nível superior, enquanto as funções intermediárias eram exercidas por dirigentes com menor grau de instrução escolar, criando, segundo Codato e Kieler (2008, p. 43),

um contra-senso nas estruturas do “partido do proletariado”, porque entre os quadros dirigentes só ascendiam aqueles com maior grau de escolaridade formal, deixando que se cristalizasse no topo da direção do Partido uma elite política oriunda das classes “privilegiadas”.

Há de se ressaltar, no entanto, que dentro da concepção gramsciana, a dicotomia conceitual de que intelectual ligado à classe dominante não se sobrepõe ao intelectual oriundo da classe trabalhadora. Pelo contrário, como já abordado, o intelectual é aquele que está vinculado à sua classe, organicamente, atuando em prol dessa mesma classe.

Ao longo do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), incluindo o período ditatorial (1937-1945), o PCB intercalou períodos de vanguarda na luta dos

trabalhadores, tais como já havia ocorrido com o Bloco Operário e Camponês⁶³, em 1928. Como destaque, há a Aliança Nacional Libertadora⁶⁴, em 1935, com longos períodos na ilegalidade, juntamente com a forte repressão, perseguição, prisões e assassinatos de lideranças do partido.

Em relação à Aliança Nacional Libertadora, Monteiro (2013, p. 39) afirma que “no Paraná, a ANL inclusive havia conseguido que um de seus membros se elegeisse deputado federal em 1935, o médico e professor universitário da Faculdade de Medicina, Octávio da Silveira”. No entanto, em 1936, ele foi cassado e preso, acusado de ser articulador do movimento comunista, por ter se manifestado em favor da ANL e contra o governo Vargas. Octávio Silveira, em 1945, concorreu pelo PCB, aos cargos de Deputado Federal e Senador, o que era permitido na legislação eleitoral da época⁶⁵.

Em sua existência o PCB teve poucos momentos de legalidade e conviveu, em todo tempo, com a constante perseguição policial, ficando fora das formalidades partidárias e disputas eleitorais por meio da sigla própria. Ainda assim, o partido influenciou a história do país em dimensões maiores que seus resultados eleitorais. Sua integração no sistema político nacional alternou períodos de profundo isolamento com fases de grande abertura para a sociedade, como assevera Pandolfi (1995).

⁶³ Dentre as ações do PCB nas décadas de 1920 e 1930 do século XX, merece destaque a criação do BOC (Bloco Operário Camponês), criado inicialmente como Bloco Operário com objetivo de construir uma frente proletária para as eleições parlamentares de fevereiro de 1927, muda de nome em 1928 para Bloco Operário e Camponês que chegou a eleger parlamentares e lançar candidato à presidência da república. Depois de derrota nas eleições de 1930 o bloco foi dissolvido. O BOC foi também uma alternativa para os candidatos do PCB em tempos de ilegalidade do partido. (SODRÉ, 1980), (SEGATTO, 1981), (CHILCOTE, 1982). De Decca (1981) discute a atuação do BOC no contexto revolução de 1930, em que destaca o papel dos revolucionários, na perspectiva dos operários, em que o BOC se constituiu como partido dos trabalhadores.

⁶⁴ Ao longo da década de 1930, merece destaque a criação da Aliança Nacional Libertadora, no ano de 1935. Segundo Vianna (2003), falar da Aliança Nacional Libertadora (ANL), dos levantes de 1935 e do Partido Comunista do Brasil (PCB) é falar de um período importante de nossa história, período no qual os tenentes e o PCB tiveram ativa participação. As articulações em torno da criação da ANL surgiram ainda em 1934, no entanto, seu lançamento se deu em 30 de março de 1935, no Teatro João Caetano, em que Prestes foi aclamado seu presidente de honra. A ANL reuniu partidos políticos, sindicatos, organizações feministas, culturais, estudantis, profissionais liberais e militares a fim de defender a Liberdade e a Emancipação Nacional e Social do Brasil. A Aliança foi a maior organização de massas que o país já teve, o que fez com que Vargas, em 1935, aprovasse a Lei de Segurança Nacional, identificando a ANL com o PCB para isolá-la e combatê-la. A ANL, além de se opor a repressão da ditadura Vargas, também se opunha ao integralismo. (CHILCOTE, 1982).

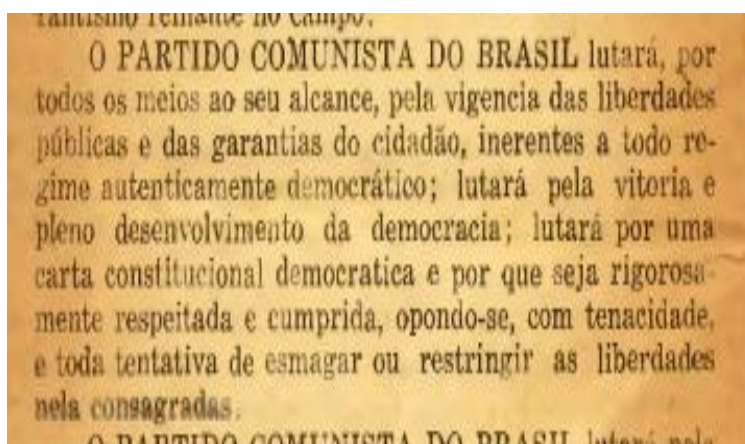
⁶⁵ Sobre as candidaturas para Deputado e Senador, concomitantemente, encontramos as publicações do Jornal Tribuna do Povo, edição de 14 de novembro de 1945. Além de Octávio da Silveira como candidato aos dois cargos somente no Paraná, na mesma eleição, há o caso de Luiz Carlos Prestes que se candidatou a Deputado Federal e Senador em vários estados. Os arquivos referentes ao Jornal Tribuna do Povo estão disponíveis na Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

Os períodos em que o PCB teve o direito à legalidade se deram esparsamente na década de 1920, década de 1940 e, depois de longo período na ilegalidade, obtém registro no contexto da redemocratização do país em 1985, com o fim da Ditadura Militar de 1964-1985.

Durante a década de 20, a sua vida legal ficou restrita a dois breves períodos: de março a julho de 1922 e de janeiro a agosto de 1927. Em março de 1945, em pleno processo de desarticulação da ditadura varguista, o PCB reconquistou a legalidade. Em maio de 1947, após uma longa batalha judicial, o seu registro foi cassado, em um novo reconhecimento legal só ocorreu em 1985, com o fim da ditadura militar. (PANDOLFI, 1995, p. 47).

Na ocasião de seu retorno à legalidade, foram feitas diversas exigências ao PCB, dentre elas, o alinhamento com os princípios democráticos e aos direitos fundamentais do homem. Segundo informações encontradas em documentos do TSE, o pedido de registro provisório de PCB foi feito por seu secretário geral no dia 03 de setembro de 1945. Em seguida, foram feitos diversos questionamentos ao programa do partido que os reformulou de maneira a atender às exigências do TSE.

Nesse ínterim, aconteceram protestos pedindo que o registro do PCB fosse barrado. Dentre eles, os que foram organizados pela União Social pelos Direitos do Homem e movimentos cristãos (BRASIL, 1947). Tendo se adequado às exigências e respondido aos questionamentos interpostos, mesmo diante dos protestos, o registro foi autorizado e, a partir de 10 de novembro de 1945, o PCB volta, oficialmente, à legalidade. As exigências do TSE podem ser constatadas no Estatuto do PCB de 1945, no que se refere à democracia e aos direitos do homem (do cidadão).



Fonte: ESTATUTOS do Partido Comunista do Brasil: Direito e deveres dos membros do partido. (1945, p. 2)⁶⁶.

⁶⁶ Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1945/11/estatuto-pcb.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

O retorno do PCB à legalidade gerou uma onda de novas filiações; passa a ser um partido de massas, com força política de grande expressão nacional, pois “de 100 militantes na ativa, em 1942, passa a quase três mil em 1942/43, indo para cinquenta mil em 1945, e quase 200.000 no ano seguinte”. (SEGATTO, 1981, p. 48)

Para Pandolfi (1995), a conquista da legalidade pelo PCB está circunscrita no contexto da luta antifascista, que tirou os comunistas do isolamento, tanto na Europa como na América Latina, aumentando, significativamente, seu contingente de votos. No Brasil, acrescenta-se, ainda, o fato do PCB ter defendido uma ampla aliança com todos os que se opunham ao nazi-fascismo, o que lhe rendeu a conquista da legalidade.

Na mesma linha, Konder (1980, p. 103) destaca que o período pós-guerra permitiu, “pela primeira vez à agremiação vir completamente à superfície, mostrar-se por inteiro aos olhos da opinião pública ao longo de dois anos; e isso, no único momento de sua história em que o PC foi, entre nós, um *partido de massas*”. Nesse contexto, para Konder (1980), o estudo e a compreensão da evolução do movimento comunista brasileiro passam pelo período em questão.

Esse movimento que desencadeia a legalidade do partido em 1945, no entanto, inicia-se a partir de 1942, depois de vários anos de ditadura e de repressão violenta contra o PCB e os operários, que, junto a outras forças políticas liberais e democráticas, começam a reaparecer no cenário político nacional. Segatto (1981, p. 45) afirma que “é nesse contexto, de luta pelas liberdades democráticas, que o PCB irá reorganizar e voltar a agir e influenciar na vida política brasileira”.

O impulso à organização do PCB se deu na Conferência da Mantiqueira⁶⁷, em 1943, que, de maneira clandestina, nomeou Prestes como secretário-geral do partido, mesmo estando preso, assim como nomeou uma direção nacional.

Para Segatto (2003, p. 220)

⁶⁷ A Conferência da Mantiqueira foi realizada entre 28 e 30 de agosto de 1943, no município fluminense de Engenheiro Passos. As principais resoluções da Conferência da Mantiqueira, além da adesão à linha política de união nacional em torno do governo, com apoio incondicional a Vargas, foram no sentido do fortalecimento ideológico, contra as tendências de liquidação do PCB, e da adoção de uma política de legalidade com a perspectiva de formação de um grande partido comunista ligado às massas. Decidiu-se concentrar esforços, principalmente, em favor da participação do Brasil na guerra contra a Alemanha. O documento apresentado pela CNOP dizia também que o governo Vargas não era de tipo fascista, existindo dentro dele reacionários, mas também elementos que lutavam pela democratização. As resoluções da conferência iriam servir de linha condutora das posições do PCB no período de 1945-1947. (FGV, 2018).

reconhecida e avalizada por Prestes, a Conferência da Mantiqueira, como ficou conhecido o encontro, impulsiona a reorganização do PCB – que, de fato, seria quase que “uma refundação do partido de 22” já que estabelecia uma solução de continuidade a partir da geração de quadros dirigentes anteriores.

As mudanças políticas em curso no governo Vargas também contribuíram para o fortalecimento do PCB. Em fevereiro de 1945, Vargas, por meio da Lei Constitucional nº 9, decreta, entre outras questões, eleições para presidente, governador de estado, para o Parlamento e para as Assembleias Legislativas. (BRASIL, 1945). Nesse contexto, outras medidas foram tomadas por Vargas, como a anistia que libertou os presos políticos e a volta dos que se encontravam no exílio, conquista da liberdade de organização partidária que incluía o PCB. (SEGATTO, 2003)

A conquista da legalidade deu grande impulso ao PCB, que

Emerge à luz do dia e se transforma num grande partido de massas. Passa a ter um percentual eleitoral significativo, cria uma imprensa com diversos jornais diários e revistas periódicas, funda editoras e se insere nas grandes empresas e no proletariado urbano, cria comitês de bairros e ganha proeminência no movimento sindical, conquista a simpatia de extensos setores das camadas médias e da intelectualidade – ou seja, adquire realmente o caráter de um amplo movimento transformador, que supera, em muito, a estrutura partidária orgânica. (SEGATTO, 2003, p. 221)

O vínculo de Vieira Netto com o PCB acontece no contexto da conquista da legalidade do Partido, da sua expansão e fortalecimento, que desencadeará, em 1945, na sua filiação perante o TRE. Legalmente, a filiação dos comunistas se deu após a autorização do registro partidário, no entanto, a militância de Vieira Netto no Partido já era seguida de perto pela Polícia Política, desde o ano 1944, como se pode notar nos registros feitos pelos Agentes da DOPS-PR, em 23 de agosto de 1944. (DOPS-PR, FI 45.992; PI 2194-400)

O registro de 1944 é reforçado em relatório feito no ano de 1964, após o Golpe Militar, em que a DOPS-PR salienta a atuação militante de Vieira Netto, como liderança comunista.

um dos líderes do Partido Comunista do Paraná.- Suas atividades comunistas datam do ano de 1944, ainda no regime estadonovista, por ocasião de um comício realizado em 22 de agosto, na Avenida João Pessoa, desta cidade.- Em seguida foi efetuada passeata, tendo a frente a figura do sr. Vieira Netto.- Daí em diante, pouco a pouco, foi subin

Fonte: DOPS-PR (PI 2194-400, p. 128).

Ambos os registros ressaltam a atividade comunista de Vieira Netto por ocasião de comício e passeata realizada no dia 22 de agosto de 1944, organizado pelos Colégios Liceu Rio Branco e Novo Ateneu. O discurso de Vieira Netto, segundo registro dos agentes da repressão do Estado Novo no Paraná, enfatiza o regime da Rússia, ou seja, o comunismo como o único regime de liberdade e, ainda, situações concretas da vida do povo, as diferenças entre as classes sociais, com restrições à alimentação dos pobres e as regalias dos ricos. Essa atividade de Vieira Netto, registrada pela polícia da DOPS-PR, é o primeiro registro oficial de suas atividades comunistas.

Tendo em vista que os Agentes da DOPS-PR desempenhavam o serviço de vigilância e controle ideológico, levados a cabo pela Ditadura do Estado Novo, pode-se inferir que Vieira Netto inicia sua aproximação antes de agosto de 1944. O Registro da DOPS-PR, portanto, é a apresentação pública de Vieira Netto à sociedade curitibana e paranaense como militante comunista, e um marco oficial de seu rompimento político com a classe dominante e o grupo ao qual esteve vinculado na década anterior.

Dentre as demais atividades comunistas registradas na DOPS-PR, antes da legalidade do PCB, em 10 de novembro de 1945, e que tiveram a participação de Vieira Netto, podemos citar:

- 07-07-1945 – Foi nomeado para uma comissão pelo Comitê Estadual do PCB, para dar maior divulgação do discurso de Luiz Carlos Prestes;

- 11-07-1945 – Seguiu de ônibus até São Paulo para participar do comício de Luiz Carlos Prestes em São Paulo, no estádio do Pacaembu;
 - 11-07-1945 - Publicou artigo na Gazeta do Povo enaltecendo Prestes e o comício do Pacaembu que taxa de um dia de glória;
 - 04-08-1945 – Seguiu para a cidade, designado a falar em um comício do PCB;
 - 19-09-1945 - Por ocasião da instalação do Comitê Estadual do PCB no Cine Vitória, foi um dos oradores;
 - 22-09-1945 – Falou duas vezes num comício relâmpago;
 - 26-09-1945 – Falou no comício promovido pelo PCB na Praça Ozório;
 - 15-10-1945 – Falou no comício promovido pelo PCB na Praça Ozório;
- Sem data – Consta seu nome em uma relação dos primeiros candidatos a Deputado Estadual, com a seguinte anotação: Advogado, membro de Conselho da Ordem dos Advogados, Secção do Paraná – Membro efetivo do C.M. de Curitiba do PCB;
- 31-10-1945 – Na seção de posse dos membros do Comitê Municipal de Curitiba do PCB, foi apresentado como candidato a Deputado Federal pelo Partido Comunista do Brasil, tendo em seguida feito uso da palavra. Fez parte da comissão central de instalação do PCB nas subcomissões, organização, divulgação e propaganda, recepção e hospedagem. Em telegrama assinado por Prestes, foi aprovado seu nome como candidato preferencial a Deputado Estadual. (DOPS-PR, FI 45.992, p. 2-4).

Além das atividades mencionadas que envolviam Vieira Netto e outros comunistas, antes da legalidade do Partido, destaca-se a organização das Células Comunistas e a criação dos Comitês Democráticos Populares⁶⁸, ambos, em número significativo e com rápida expansão pela cidade de Curitiba e pelo interior do estado. Em meio ao entusiasmo com o crescimento do Partido, as notícias sobre reuniões, comícios, debates, convocações e demais atividades eram publicadas nos jornais Gazeta do Povo, O Dia, Diário da Tarde (DOPS-PR - BR.PRAPPR.PB004.PT264.29), o que fomentava ainda mais a agitação popular em torno dos comunistas e do PCB. Tais atividades destacadas reforçam o prestígio popular de que gozava o PCB no pós-guerra, com os louros da luta antifascista e das alianças que fez em nível nacional.

Não obstante, esse crescimento vertiginoso do PCB era acompanhado de perto pelos agentes da polícia política da DOPS-PR. Além dos inúmeros e detalhados

⁶⁸ Os Comitês Democráticos foram órgãos criados pelos militantes do PCB em diversas cidades paranaenses, em meados de 1945, e faziam parte de uma estratégia nacional do partido, no intuito de ampliar e dinamizar suas bases e conquistar adeptos e eleitores entre moradores dos bairros, donas-de-casa, estudantes, profissionais liberais, trabalhadores rurais e urbanos. No Paraná, os Comitês permitiram o surgimento de um ambiente de debate em que seriam discutidos os anseios e as esperanças de indivíduos que ainda não conheciam, na prática, o que era a luta por direitos. Nesse espaço, além de serem levantadas as diversas reivindicações locais, relacionadas especificamente à “carestia de vida”, às condições do trabalho e à infraestrutura dos bairros, também eram discutidas questões mais vastas acerca da importância de se colocar publicamente, reivindicar direitos e escolher candidatos em eleições justas e honestas, tal como deveria ser em uma democracia. Na história republicana brasileira, esse é um momento raro e excepcional de intensidade de circulação das emoções políticas, pois após um longo período de opressão nos anos de Estado Novo, que fazia parte das experiências de muitos militantes, a recente anistia provocou uma explosão de alegria e entusiasmo. (MONTEIRO, 2013).

registros das atividades dos comunistas, encontrados nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social no Paraná, há também relatos em forma de análise, emitidos por meio de súmula semanal. Em uma dessas súmulas, datada de 14 de julho de 1945, o Delegado Auxiliar relata ao Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, a existência de três grupos de comunistas que estavam orientando os trabalhos de aliciamento e propaganda.

São eles:

Um ao redor do bacharel Dalio Sipin, cidadão esse que, dispondo de recursos financeiros, tem procurado proporcionar todas as facilidades à organização do Partido Comunista, nesta Capital, chegando a ceder acomodações de sua propriedade, sito à Rua Pedro Ivo, 353, em cujo andar térreo funciona os escritórios comerciais do referido bacharel, isto é, as “Organizações Zip”. (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 272).

O Segundo grupo estava ligado ao bacharel Vieira Netto e ao professor Aníbal Carneiro, Diretor do Liceu Rio Branco.

O outro grupo de comunistas vem sendo movimentado pelo bacharel Vieira Netto [sic] e pelo professor Aníbal Carneiro, Diretor do Liceu Rio Branco, no Seminário, sendo que nesse estabelecimento escolar é que se fazem as reuniões do Comitê Democrático do Batel, Seminário e Campina do Siqueira, com o comparecimento de antigos comunistas daquelas zonas. (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 272).

O terceiro grupo, segundo a súmula, era composto por oficiais reformados do Exército e as reuniões aconteciam na Escola Brasileira, na Praça da República. Faziam parte desse grupo “Amauryti Osório e Nunes Ferreira”. (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 273).

A súmula apontava, ainda, que quase todos os comunistas já fichados pela polícia, em 1935, estavam novamente em atividade. (BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174).

Os comunistas, nesse contexto, se apresentavam como democratas o que, na interpretação da referida súmula, era apenas uma estratégia para arregimentar pessoas desavisadas, a fim de obter compromisso moral e fomentar inclinações contrárias aos poderes constituídos.

As arregimentações, ditas apenas democráticas e não políticas, que esses comunistas vêm tentando nas várias zonas da cidade, têm, evidentemente, o objetivo de obter certo compromisso moral, de pessoas desavisadas, e, também, o intento de ir fomentando inclinações contrárias aos poderes constituídos, cujos atos seriam focalizados, sempre, de forma negativa, conforme é da técnica comunista.

(DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 274).

Em relação à fundação de Comitês Democráticos pelo PCB, destaca-se que Vieira Netto compunha a direção provisória do Comitê Democrático dos Advogados, juntamente com os advogados Moacir Arcoverde, Eurides Medeiros Coimbra, João de Barros Filho, desde a sua fundação.

O evento foi noticiado pelo Jornal Gazeta do Povo, no dia 21/06/1945, destacando

Reuniu-se ontem [20/06/1945], nesta capital, numerosos advogados que, finalmente, depois de longa discussão a respeito da crise política brasileira e de uma fórmula adequada capaz de levar o país a uma solução pacífica e unitária de seus problemas, resolveram adotar uma linha construtiva de luta pela Democracia, sem apelos para golpes salvadores de confucionistas e aproveitadores da situação, constituindo-se em Comitê Democrático dos Advogados do Paraná. (DOPS-PR, BR.PRAPPR.PB004.PT282.31, p. 8).

Na mesma matéria, afirma o Jornal, que o Comitê tinha como tarefa a efetivação da luta política em torno da campanha democrática, como “tarefas destinadas a efetivação da luta política, decide mais o Comitê, criar um Bureaux de estudos, Informações e Consultas do Novo Código Eleitoral, a fim de tomar parte ativa na campanha democrática.” (DOPS-PR, BR.PRAPPR.PB004.PT282.31, p. 8). Em pouco tempo, o Comitê teve a adesão de dezenas de Advogados, concentrados nas cidades de Curitiba e Londrina. (BR.PRAPPR.PB004.PT282.31).

Tomando por base os registros encontrados na DOPS-PR, é possível inferir que os comunistas e Vieira Netto estavam em plena atividade antes da legalidade do partido ser conferida pelo TSE, em 1945, em nível nacional e, conseqüentemente, sua legalização no Paraná, no mesmo ano. Seus militantes participavam ativamente da expansão, na composição como partido de massas⁶⁹. Os registros encontrados na DOPS-PR que precederam a legalidade do PCB em 1945, mencionados anteriormente, têm como objetivo demonstrar a ligação de Vieira Netto com as ações do partido, antes de ter o registro partidário autorizado.

A participação ativa de Vieira Netto no processo de fortalecimento e expansão do PCB no Paraná se evidencia nas ações já mencionadas, assim como nas que se

⁶⁹ Em 19 de setembro de 1945, dia da fundação oficial do PCB Paraná, estiveram presentes os representantes dos Comitês Municipais do PCB de Curitiba e das cidades do interior, como Caviúna, Ponta Grossa, Londrina, Imbituva, União da Vitória, Paranaguá, Rio Negro, Cornélio Procópio, Apucarana, Bandeirantes, Araçongas, Antonina, Piraquara, Ibiporã, Cambé, Santa Mariana, Morretes, Jardimópolis, Monte Alegre, Campo Largo. (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 281; 299).

referem, especificamente, à fundação do Partido no estado, em que ele foi um dos impulsionadores. Os registros de tais ações incluem, tanto a capital como cidades do interior, a exemplo de Ponta Grossa.

Conforme noticiado pelo Jornal Diário dos Campos, em 28 de junho de 1945, “Vieram lançar as raízes do Partido Comunista em Ponta Grossa” (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 283). A matéria do dia 28 de junho, foi publicada a pedido do Capitão Jaci Coelho da Silva que havia sido citado em matéria publicada em edição anterior, “a propósito de uma reportagem que subordinada ao título supra, publicamos em nossa última edição, pede-nos o Capitão Jaci Coelho da Silva a publicação de uma missiva sua, na qual formula contestações aos acervos que fizemos”.

(DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 283)

A carta do Capitão Jaci, publicada nessa ocasião, salientava que Vieira Netto e Walfrido Soares reuniram-se com lideranças da cidade, para a fundação dos Comitês Democráticos Progressistas. Em sua carta, o Capitão questiona o Jornal, afirmando que não tratou da fundação do Partido Comunista em Ponta Grossa, pois o mesmo sempre existiu na cidade. “Quanto à fundação do Partido Comunista, nada se falou a respeito, pois como disse acima, o objetivo da reunião era outro, e não fundar um partido”. (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 283)

O fato narrado pelo Capitão Jaci, por meio de publicação no Jornal Diário dos Campos, somado aos outros registros da DOPS-PR, sobre o envolvimento de Vieira Netto nas ações em torno do PCB em outras cidades do estado do Paraná reforçam o apontamento de sua participação nas ações de fundação e expansão do partido. Dentre essas ações, há o registro de um comício, ocorrido em 04 de agosto de 1945: “Seguiu à cidade de Ponta Grossa, designado para falar num comício do P.C.B. que ali devia realizar-se”. (DOPS-PR, PI 2194-400, p. 2).

O processo de fundação oficial do PCB no Paraná, para além das atividades que estavam em curso no contexto da clandestinidade e/ou ilegalidade, consta, inicialmente, de uma sede provisória, que fora instalada em Curitiba, tendo sido informada ao Major Fernando Flores, Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, no dia 21 de junho de 1945, pelo Secretário do Comitê Estadual Walfrido Oliveira.



Fonte: DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 285).

O fato de o Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública ser informado da instalação da sede provisória do PCB, assim como a resposta emitida pelo Major de apreço e consideração, também reforça esse contexto e denota o clima de abertura que já se tinha em relação aos comunistas.

Nesse mesmo sentido, no dia 01 de julho de 1945, o Jornal Gazeta do Povo publicou informações referentes às inscrições no PCB, indicando data, horário e endereço aos interessados em cerrar as fileiras comunistas. Destacava, ainda, um chamado aos antigos militantes da Aliança Nacional Libertadora e simpatizantes do PCB a procurarem a sede do Partido para a devida inscrição.

A fundação oficial – porém, ainda não legal – do PCB no Paraná ocorreu no dia 19 de setembro de 1945. Os preparativos para esse acontecimento incluíram comícios, propagandas por meio de cartazes, faixas, divulgação em rádios. Em quase todos os registros sobre os preparativos se verifica a atuação de Vieira Netto, principalmente como orador nos comícios preparatórios e no dia da fundação oficial, ocorrida no Cine Vitória, em Curitiba.

Em notícia publicada no Jornal Diário da Tarde de 14/09/1945, anuncia-se a “Instalação Oficial do Comitê Estadual do P.C.B.”, enfatizando o acontecimento como a festa do proletariado e do povo, demonstração da confiança das massas operárias no Partido Comunista do Brasil e em Luiz Carlos Prestes: “a festa de instalação oficial do Comitê Estadual do Paraná, marcada para 19 do corrente, às 20h30 horas no Cine

Vitória, irá marcar um passo decisivo na marcha pacífica do povo paranaense para a Democracia e o Progresso”. (BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 277).

Finalmente, no dia 19 de setembro de 1945, o PCB é fundado no Paraná. A solenidade contou com caravanas de várias regiões do estado e com a presença de integrantes do Comitê Nacional.

Representará o Comitê Nacional do P.C.B. na festa de hoje, o escritor e jornalista Dalcídio Jurandir que, hoje à tarde, chegará a esta capital. O Comitê Estadual ontem à tarde recebeu comunicação telegráfica de que Dalcídio Jurandir embarcará hoje, de manhã, em São Paulo, onde se encontra procedente do Rio de Janeiro. O Conhecido jornalista pertence à direção da “Tribuna Popular”.
(DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 281).

O evento, além da fundação do Partido no Paraná, deu posse aos membros do Comitê Estadual.

Serão empossados, em data de hoje, os membros do Comitê Estadual do Paraná, do Partido Comunista do Brasil e são eles: Walfrido Soares de Oliveira, Elias Neves de Miranda, Vilário Muller, Bernardo Burda Filho, Hortêmio Batista, Aureliano Mattos Moura, Flávio Ribeiro e Waldemar Reikdal. (BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 281).

O nome de Vieira Netto não figura entre os que foram nomeados à frente do Comitê Estadual do PCB, mesmo tendo participação ativa no processo que antecede o lançamento oficial do Partido no Estado, destacando-se na inserção em comícios, nas propagandas das ideias comunistas por meio da publicação de artigos em jornais, na criação de Comitês Democráticos e incumbido de tarefas que exigiam responsabilidade e confiança.

A inserção de Vieira Netto no período que antecede a legalização do PCB, como já demonstrado, reforça sua atuação direta junto ao partido. Esse fato pode ser constatado quando da solenidade de instalação do Comitê Estadual do Partido, no Cine Vitória, em Curitiba. Vieira Netto foi um dos comunistas que fez uso da palavra, conforme noticiado pelo Jornal Tribuna Popular⁷⁰, de 29 de setembro de 1945.

“o Dr. Vieira Netto [sic] agradeceu a presença do povo e atacou a rearticulação integralista que se opera contra a democracia e contra o povo. A seguir, toda a assistência, de pé, aplaudindo as últimas palavras do orador, clamou pela Constituinte. (A INSTALAÇÃO, 1945, p. 1)

⁷⁰ Jornal carioca, diário, criado em 22 de maio de 1945 e fechado em dezembro de 1947, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). (FGV, 2017).

Para Monteiro (2013), o fato de Vieira Netto não integrar o Comitê Estadual do PCB, mesmo exercendo inúmeras ações no Partido, trata-se de um preconceito por Vieira Netto não ter origens proletárias e por ser intelectual e burguês. Fato que se insere nos apontamentos feitos anteriormente, ao dialogar com Chilcote (1982) sobre a questão dos intelectuais dentro do PCB. Entretanto, há que se ressaltar que, na perspectiva de Gramsci, no que tange à concepção do intelectual orgânico, não há essa diferenciação em relação aos proletários e aos intelectuais, uma vez que Vieira Netto não era oriundo da classe trabalhadora, no entanto, a partir da década de 1940, suas ações inserem-se diretamente junto aos trabalhadores na perspectiva da transformação.

Dentre as várias ações que Vieira Netto esteve envolvido no período que antecede novembro de 1945, podemos destacar a Comissão Central Eleitoral do PCB, nas eleições de 1945. Nessa comissão, Vieira Netto assinou diversos requerimentos, informes, orientações, pedidos de informação. Alguns, inclusive, em papel timbrado de seu Escritório de Advocacia. (BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30). Outra frente de militância de Vieira Netto dentro do PCB, no período que antecede a oficialização do Partido, foi na Comissão para dar maior divulgação ao discurso de Luiz Carlos Prestes. “Foi nomeado para uma comissão pelo Comitê Estadual do P.C.B., para dar maior divulgação no discurso de LUIZ CARLOS PRESTES. [sic]”, conforme registrado pelos agentes da DOPS-PR, em 07 de julho, de 1945. (DOPS-PR, PI 2194-400).

Como integrante dessa Comissão, no dia 11 de julho, de 1945, Vieira Netto embarca rumo a São Paulo: “segui [sic] de Ônibus a São Paulo, a fim de assistir, no Pacaembu, o discurso de PRESTES. [sic]”. Lá, participou do Comício de Prestes no Estádio do Pacaembu. O Jornal Gazeta do Povo, no dia 12 de julho de 1945, noticiou esse acontecimento, assim como a organização para a retransmissão do comício pela Rádio P.R.B.-2 e por meio da instalação de alto-falantes na cidade.

A comissão entrou em entendimento com os dirigentes da P.R.B.-2, Rádio Clube Paranaense, os quais mostraram a melhor boa vontade em retransmitir o comício do Pacaembu, a realizar-se domingo próximo em S. Paulo. Serão instalados alto-falantes no centro da cidade, realizando-se, se o tempo permitir, comícios preparatórios em que falarão oradores do partido comunista e elementos progressistas. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 289).

Os destaques envolvendo o período que antecede a oficialização e a legalização do Partido se fazem necessários, pois o PCB inicia suas atividades no ano de 1945, no entanto, nos referidos arquivos pesquisados, as primeiras atividades comunistas no Paraná são datadas de 1934. Esses registros foram feitos pela DOPS-PR, no contexto do governo Vargas que, segundo Codato e Kieller (2008), iniciara a caça aos comunistas com o regime da Constituição de 1934. Dentre as pastas que mencionam tais atividades, constata-se o seguinte relato: “Pessoas que se envolveram em atividades comunistas – Relato 29-XI-35”. Essa pasta contém arquivos dos anos de 1934, 1935 e 1936. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT312.34, p. 5) e “Atividades comunistas (caso Adalberto Rodrigues Neto ou Altair (ilegível) Barreto. Autos de declarações, apreensões, buscas e testemunhas. Ano de 1937”. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT121.15, p. 1).

COPIA DE UMA CARTA ENVIADA POR "Zeinvil", DE CURITYBA,
COM DATA DE 8/6/1934, PARA FROIKE GOLDGAND.-

"Curityba, 8/6/1934.
Camarada Froike.

Dirijo-me a ti para que te informes em São Paulo sobre um camarada que está agora em Curityba.-O nome d'elle é "Moische Garber".-Elle foi deportado para "Porto Alegre" e dese ja collaborer aqui no partido.-Arranjamos para elle trabalho no Raphael Pazornik.-Trate de se informar a escreva logo. Pêssô

Fonte: DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT312.34, p. 16).

O registro acima, de 08 de junho de 1934, feito pela DOPS-PR, é um dos mais antigos que tivemos acesso na busca por informações sobre o início das atividades do PCB, no Paraná. Em relação às fichas dos militantes comunistas, os registros referentes à Walfrido Soares Oliveira, iniciados no ano de 1935, figuram entre os primeiros, conforme imagem seguinte.

DATA			FOLHA DE ANOTAÇÕES E ANTECEDENTES
DIAS	MÊS	ANO	
2	XI	1935	Foi identificado como Comunista Militante, preso em 20/12
4	IV	1936	Segui para o Rio de Janeiro a requisição do Ministerio da Guerra.
6	VII	1936	Deu entrada na Casa de Detenção, a disposição do Juiz Federal da Seção do Paraná, de volta do Rio de Janeiro.
	II	1936	Foi posto em liberdade, mediante alvará de soltura do Juizo Federal da Seção do Paraná.-
			HISTORICO:- Por declaração prestada por Arpad Prinz, Antenor Weigert e Fortunato Natal Junior- presos em flagrante, distribuindo boletins comunistas - defazer parte duma Celula comunista composta de cinco negros, sendo os tres declarantes e Leoncio Bulow. (Vide Rel. nº 4, fls 20)

Fonte: DOPS-PR (PI 3678.490, p. 3).

Em registro feito pela DOPS-PR, intitulado “Histórico”, possivelmente feito, anos depois do Golpe Militar de 1964, destaca-se que

No Estado do Paraná, o primeiro movimento de massa, provocado e orientado por elementos comunistas, pode ser considerado a greve dos ferroviários da então REDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA⁷¹, envolvendo nada menos, do que SETE MIL GREVISTAS⁷² no ano de 1935. (BR PRAPPR.PB004.PT1466d.173, p. 3).

Nesse mesmo registro, é mencionado que a partir dessa data até próximo do ano de 1945, não se percebeu a atuação dos militantes comunistas diretamente, “a

⁷¹ A dissertação de Monteiro (2007) discute a militância dos ferroviários comunistas na Rede de Viação Paraná Santa Catarina, apontando, dentre outras questões, que a categoria dos ferroviários no Brasil, foi uma das primeiras a se organizarem em grandes movimentos grevistas e, ainda, que essa categoria foi uma das primeiras a se constituir em grande núcleo de trabalhadores assalariados quando ainda persistia no Brasil a mão de obra escrava. Em relação à greve ocorrida em 1934 protagonizada pelos ferroviários no Paraná, afirma que ela materializou a classe ferroviária e que grandes greves não voltariam a acontecer nos anos seguintes. Mesmo diante de alguns percalços, a greve de 1934 terá importante papel na história, guiando os passos de outros militantes em ações futuras.

⁷² Altino Borba (1941) na obra ‘7000 ferroviários em greve’ descreve a atuação dos grevistas, no ano de 1934, em que justifica que seu livro não é uma apologia à greve e que, após o Estado Novo, ela estava proibida. No entanto, ele não menciona de maneira direta em seu livro nada sobre o comunismo. Há, porém, a menção de que os ferroviários jamais deixaram de combater os que tentaram introduzir em nossa terra o contrabando de ideologias, inadaptáveis à sua índole generosa e boa. Diz ainda, que “o operário destas bandas do sul, aliás, como todo o povo do Brasil, sempre foi e será avesso a regimes de força e violência, porque nunca foi, não quer ser e nem será um povo de escravos, de autômatos desbruidos ao sabor de manejos inconfessáveis”. (BORBA, 1941, p. 18).

não ser, como é costumeiro entre os comunistas, através de simpatizantes, inocentes úteis e criptos”. (BR PRAPPR.PB004.PT1466d.173, p. 3).

O fato de os comunistas no Paraná terem sido fichados somente de 1934 em diante, está associado à perseguição iniciada por Vargas, pois os referidos documentos não mencionam que o início da atividade se deu a partir de 1934, evidenciando que somente os registros das atividades se iniciam nesse período. Não se encontrou, no entanto, documento que indique, com mais precisão, o início das atividades comunistas no Paraná. Em Codato e Kieller (2008) se pode notar a mesma imprecisão, quando afirmam que há relatos que indicam a existência de atividades comunistas, desde os fins da década de 1920 ou início da década de 1930.

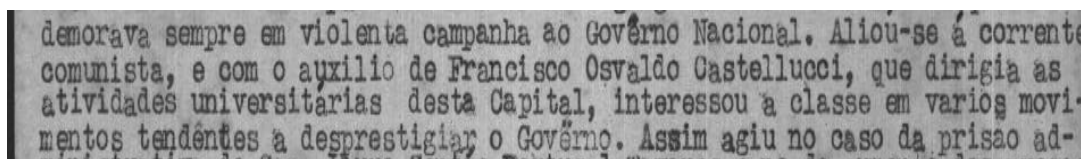
Segundo os militantes do PCB no Paraná, em entrevista publicada na obra de Codato e Kieller (2008), as atividades do partido no estado iniciaram na década de 1920. Wilson Previdi afirma que conviveu com os comunistas desde a juventude, pois seu pai já era membro do Partido Comunista no Paraná, em 1928. Para Milton Ivan Heller, apesar de não ter o registro de quando o partido foi fundado no estado, baseado na idade que tinha quando seu pai vivia foragido, sugere que o PCB tenha chegado ao Paraná entre 1922 e 1928.

Diante da ausência de documentação sobre a data/ano de filiação de Vieira Netto ao PCB, a partir da análise das pastas encontradas na Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná que mencionam as atividades dos comunistas nesse estado, datadas de 1934, podemos inferir que ele se vincula ao Partido, a partir de 1944. Foi nesse ano que os agentes da DOPS-PR o ficharam pela primeira vez.

Essa afirmação se torna possível quando na análise das pastas constata-se que as atividades dos comunistas foram vigiadas constantemente, inclusive, infiltrando agentes dentre os comunistas, que participavam ativamente de eventos, reuniões e, posteriormente, relatando minúcias das ações em pastas temáticas e individuais na DOPS-PR. Tais ações se inseriam nos objetivos da polícia política de punição, mas também de prevenção e investigação de oposições ao poder vigente. Na ditadura Vargas, a partir da Lei de Segurança Nacional, as ações da polícia política se intensificaram, principalmente, após a insurreição comunista⁷³, em 1935. (MONTEIRO; GANDRA, 2007).

⁷³ Esse acontecimento, segundo Chilcote (1982), está relacionado ao contexto do fechamento da Aliança Nacional Libertadora, ANL, por Vargas. Esse fato acelerou a implementação dos planos de rebelião que já estava sendo preparada pelo PCB e por companheiros de Prestes na Rússia. O início

As evidências da vinculação de Vieira ao PCB são encontradas, também, em registros da DOPS-PR, junto a outros comunistas, fichados naquele período. Na Ficha 45.994 (DOPS-PR), Vieira Netto é mencionado como tendo se aliado à corrente comunista com o auxílio de Francisco Osvaldo Castellucci, liderança do Movimento Estudantil, ligado à União Nacional dos Estudantes, Presidente da União Estadual dos Estudantes e representante do Centro Acadêmico Nilo Cairo, do Curso de medicina.



Fonte: DOPS (FI 45.994, p. 5).

Esse militante comunista, segundo DOPS-PR, liderou protestos estudantis contra o governo nos anos de 1945. O envolvimento deu-se quando se fundou o Partido Comunista no Paraná, bem como antes de sua fundação, à frente de associações acadêmicas. A proximidade de ambos é constatada também na Ficha Individual de Francisco Osvaldo Castellucci (DOPS-PR FI 08.228) e em pasta temática (DOPS-PR FI 08.228 e BR.PRAPPR.PB004.PT263.29) como integrante da célula, Leocádia Prestes do PCB em Curitiba, a mesma célula que Vieira Netto integrava (DOPS-PR - BR.PRAPPR.PB004.PT263.29). Essa relação evidencia-se, ainda, nas atividades e movimentos em que estiveram envolvidos, tais como: comícios, apoio à greve contra o aumento da passagem da Cia. de força e luz (Bondes), apoio ao regime da Rússia, em relação à prisão do Capitão Lauro Tavares. Ambos são destacados nos registros da DOPS-PR como bons oradores, com destaque para suas falas nos comícios que realizavam: Francisco Osvaldo Castellucci (DOPS-PR FI 08.228) e Vieira Netto (DOPS-PR FI 45.994).

do levante foi em Natal. No dia 27 de novembro a revolta fracassou. Além de Natal, os levantes aconteceram no Rio de Janeiro, Recife. Muitos foram presos, outros tantos foram mortos. Após as revoltas, Vargas tratou de esmagar toda a atividade comunista e de garantir a continuidade de seu próprio governo. A insurreição ou levante comunista também ficou conhecida como Intentona Comunista. Segundo Motta (2000), em primeiro lugar, é preciso observar que a adoção do termo "intentona" não se deu de imediato. Alguns políticos e jornalistas utilizaram a expressão nos dias seguintes à revolta, mas a generalização e a oficialização de "Intentona Comunista" para designar o levante de novembro de 1935, só se consolidou muitos anos depois. O nome Intentona Comunista também está relacionado ao contexto do anticomunismo, à estratégia da luta anticomunista e à desqualificação da tentativa revolucionária de 1935. Ainda, segundo Motta (2000), é inegável que a ação foi dirigida pelo PCB, o que implicaria, provavelmente, num governo hegemônico pelos comunistas no caso de vitória.

Sobre a compreensão da vinculação de Vieira Netto ao PCB, no Paraná, a entrevista de Isaurino Gomes Patriota, concedida a Codato e Kieller (2008), traz contribuição. Segundo Isaurino,

o Partido, clandestinamente, teve uma atividade exaustiva, com o auxílio – pouca gente sabe disso – da Maçonaria. Como na Independência do Brasil, a Maçonaria teve sua influência nessas manifestações, em 1942. Uniu-se ao Partido Comunista clandestino, movimentou o povo e colocou-o na rua. Isso pressionou o governo e o fez dar meia-volta, para se posicionar ao lado dos Aliados. (CODATO; KIELLER, 2008, p. 235).

A fala de Isaurino refere-se ao contexto da entrada do Brasil na II Guerra Mundial, ao mencionar os protestos contra o afundamento dos navios brasileiros pelos Alemães e a tendência de aliança de Vargas com eles, devido às suas simpatias. Corroborando com a afirmação de Isaurino sobre a relação da Maçonaria com o PCB, encontramos na DOPS-PR o registro de que Vieira Netto era Maçom, ligado à Loja Fraternidade Paranaense. “Na maçonaria desta Capital, chefiou também juntamente com outros, uma ala contrária ao Grande Oriente do Brasil, conseguindo, finalmente separar [sic] a Loja “Fraternidade Paranaense” daquele órgão central”. (DOPS FI 45.994, p. 6). Outro registro sobre a ligação de Vieira Netto com a maçonaria⁷⁴ é encontrado nos arquivos do Projeto ‘Brasil: Nunca Mais’, “pertence à Loja como Grão-Duque da Maçonaria Paranaense, talvez como aliciador do comunismo nesta Loja maçônica”. (BNM Digital, 391-2691

A trajetória militante de Vieira Netto no PCB, conforme registros encontrados em pastas nos arquivos da DOPS-PR e nos arquivos do Projeto ‘Brasil: Nunca Mais’, dá-se, ainda, em outras frentes, como nas articulações políticas junto às lideranças nacionais do PCB. Nas Pastas BNM Digital (279; 390; 391), é possível verificar nos depoimentos das testemunhas inquiridas nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), a recepção de Luiz Carlos Prestes por Vieira Netto. Em outro registro, que consta de relatório disponível em (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1466d.173, p. 4), com histórico do PCB no Paraná, menciona-se a ida de Prestes e Francisco Julião à Faculdade de Direito da Universidade do Paraná,

Em uma de nossas Faculdades, [sic] a Faculdade de Direito de Curitiba, tiveram acolhida LUIZ CARLOS PRESTES [sic] e FRANCISCO JULIÃO [sic].

⁷⁴ A partir do registro da ligação de Vieira Netto com a maçonaria, tentamos explorar essa relação fazendo contato com a Loja Maçônica Paranaense, porém, não localizamos informações. Outros estudos poderão explorar esse aspecto.

Naturalmente, nem seus diretores e muito menos seus proprietários deixam dúvidas quanto às suas convicções anticomunistas. Mas era o direito que deveria ser garantido. Usando [sic] dessa liberalidade da democracia, aqueles pregadores usaram a tribuna da citada Faculdade para espalhar o seu liberticídio, além de infiltrarem-se em sindicatos, agremiações, centros culturais, literários e outros órgãos próprios aos contaminadores.

Esse relatório, em si, não relaciona diretamente o nome de Vieira Netto à Prestes, no entanto, em outros documentos é possível notar a recepção de Prestes por Vieira Netto quando da estada do líder pecebista à Curitiba.

As relações de Vieira Netto com Prestes são citadas no relatório sobre Agliberto Vieira de Oliveira, no IPM 709, feito pelo Ministério da Guerra, I Exército, em que Vieira Netto, por meio de Agliberto, enviara carta⁷⁵ a Prestes.

A comprovação desse fato é a carta de José Rodrigues Vieira Netto, comunista do Paraná, a Luiz Carlos Prestes na qual o missivista cita Agliberto como portador de um cartão de felicitações que Prestes enviou a Vieira Netto, felicitando-o por uma vitória alcançada: “prezado amigo e camarada Prestes..... [sic] Recebi, por obséquio do Agliberto seu cartão de felicitações por nossa vitória de classe...”. [sic]. (BNM DIGITAL, 279-27140).

A ligação de Vieira Netto com as lideranças nacionais do PCB são reafirmadas na entrevista de André⁷⁶. Segundo ela, “teve reunião que ele discutia com o Luiz Carlos Prestes, claro que tinha reuniões, algumas vezes o Prestes foi pra minha casa”.

Por ocasião do depoimento de Vieira Netto ao Major Waldemar Oswald Bianco, as relações com lideranças políticas comunistas vieram à tona. Os inquiridores questionaram Vieira Netto e suas relações com as lideranças do PCB no Paraná e, também, com lideranças nacionais, como Luiz Carlos Prestes, do PCB e Darcy Ribeiro, que havia sido ministro do Governo João Goulart.

Sobre o Prestes, Vieira Netto afirmou que

Há cerca de três anos atrás, mais ou menos, o Sr. Luiz Carlos Prestes esteve em Curitiba, para fazer uma conferência em local público, sobre a situação política nacional. Na chegada de Luiz Carlos Prestes, que se deu pela manhã, o declarante esteve em sua companhia almoçando em uma churrascaria, na Rua Muricy, onde se reuniu informalmente, um grupo de amigos pessoais e de admiradores de Prestes que, no final deste almoço, o declarante disse algumas palavras, manifestando satisfação de revê-lo depois de muitos anos. (BNM DIGITAL, 391-952).

⁷⁵ A carta, segundo o relatório em questão, é datada de fevereiro de 1959. (BNM DIGITAL, 279-27140).

⁷⁶ Entrevista concedida ao autor em 20 de maio de 2017.

No mesmo depoimento, Vieira Netto é questionado sobre a sua participação em uma Conferência, na sede da Revista Novos Rumos, em Curitiba. Ele negou a participação na conferência e afirmou ter participado apenas do jantar com Prestes e outras lideranças políticas na residência de Nelson Torres Galvão. (BNM DIGITAL, 391-952)

Sobre a relação com Darcy Ribeiro, Vieira Netto

respondeu que o Sr. Darcy Ribeiro deu uma aula inaugural na Universidade do Paraná, a convite do magnífico Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, que o comparecimento dos professores é obrigatório e se faz debaixo de assinatura de ponto; que o declarante conhece mal e mal o Sr. Darci Ribeiro. (BNM DIGITAL, 391-954).

Dentre os vários questionamentos, inquires, ainda, a opinião de Vieira Netto⁷⁷ sobre as Reformas de Base, sob a orientação de João Goulart e Leonel Brizola e as defesas que fizera das mesmas, em evento no Teatro Guaíra, em junho de 1963. (BNM DIGITAL, 391-954).

As ligações de Vieira Netto com a vida universitária na Universidade do Paraná incluíam a docência na Faculdade de Direito e o apoio e a aproximação com os estudantes. Esse fato se observa em seu processo na Universidade do Paraná, onde consta que se tratava de um professor brilhante que representava perigo à mocidade. O PCB e Vieira Netto encamparam, em seus projetos, a defesa da democratização do ensino gratuito às massas, destacando a remuneração dos professores públicos e particulares, assim como a federalização da Universidade do Paraná. Esses temas eram alguns dos que constavam no Programa Mínimo do Comitê Estadual do Paraná do PCB, em novembro de 1946, referentes às eleições de janeiro de 1947, na qual Vieira Netto foi eleito deputado Estadual.

⁷⁷ O depoimento de Vieira Netto e o contexto da defesa das Reformas de Base defendidas por ele e que compõem seu processo junto à justiça militar, será discutido de maneira mais aprofundada no item 4.1, quando analisarmos a crítica social de Vieira Netto.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

1) Combate ao analfabetismo, com a democratização do ensino e sua simplificação de modo a garantir instrução primária, técnico-profissional e, na medida do possível, secundária e superior, gratuitas às mais amplas massas. Remuneração condigna ao professorado público e particular. Federalização da Universidade do Paraná.

Fonte: DOPS-PR (BR.PRAPPR.PB004.PT279.31, p. 41).

Ao longo da análise dos documentos sobre Vieira Netto, principalmente nos arquivos da DOPS-PR e da BNM Digital, é possível encontrar menções à sua atuação no meio educacional. Em documento da BNM Digital (279), referente ao IPM 709, produzido pelas forças militares sobre o PCB, além de seus integrantes e órgãos dirigentes, observa-se que Vieira Netto integrava o Setor Educacional do Partido.

<u>EDUCACIONAL</u>		
FRANCISCO GENARO CARDOSO		Bacharel
JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO.....		"
AMILCAR GIGANTE		Medico
MARIA LORENA DOS SANTOS		
MOACIR TEIXEIRA		

Fonte: BNM Digital (279-9684).

No depoimento prestado por Manoel Linhares de Lacerda (advogado curitibano, declaradamente anticomunista) ao Major Waldemar Osvaldo Bianco, é possível encontrar uma menção a Vieira Netto que diz muito sobre sua concepção de educação. Manoel Linhares afirma que, por ocasião da realização de um Congresso do Movimento Nacionalista, em Curitiba, no segundo semestre de 1960, teve a oportunidade de debater vários pontos das diretrizes de base da educação nacional e travou - o que ele denominou a primeira luta ideológica e doutrinária - com Vieira Netto. O contexto do embate se deu devido à relatoria de Vieira Netto "de uma tese afirmando a necessidade de proibir a subvenção às escolas particulares, por ele acusadas de confessionais, isto é, orientadas pelos Padres Católicos". (BNM DIGITAL, 391-987).

Conforme relatório do IPM, comandado pelo Capitão Haroldo Souto Carvalho, datado de 13 de outubro de 1964 (BNM DIGITAL, 390-889), Vieira Netto e Amílcar Gigante, são apontados como os únicos professores da Universidade Federal do Paraná a se posicionarem em defesa da participação dos estudantes nas instâncias decisórias da Universidade. Esse IPM tinha como finalidade apurar atividades subversivas dos estudantes em Curitiba e incluía a União da Juventude Comunista, o Centro Popular de Cultura, a Juventude Universitária Católica, a Aliança Operário-Camponesa Estudantil e o Instituto Cultural Brasil-Cuba.

Essa defesa ocorreu em Assembleia convocada pelo Reitor Flávio Suplicy, após participar, em Brasília, de um Fórum de Reitores, convocado pelo Ministro da Educação Roberto Lyra⁷⁸ para discutir a participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos diretivos das Universidades. No relatório, há o apontamento de que a Universidade do Paraná, por meio de seu ex-reitor Flávio Suplicy, liderou a reação das demais universidades brasileiras contra o que denominam no relatório de medida subversiva⁷⁹.

Ao retornar do Fórum dos Reitores, o Conselho Universitário “receptionou e aplaudiu, por unanimidade, a vitória brilhantemente conquistada pelo seu Reitor, no Fórum de Brasília”. (BNM DIGITAL, 390-874). No entanto, apenas o reconhecimento dessa vitória pelo Conselho Universitário não foi o bastante para o Reitor, que convocou uma Assembleia Universitária a fim de demonstrar a unicidade da Universidade do Paraná em torno da questão. O resultado não foi tão uníssono, como esperava Suplicy, pois Vieira Netto e Amílcar Gigante votaram contra a posição de

⁷⁸ Roberto Tavares de Lira ocupou o Ministério da Educação de 12/07/62 a 14/09/62. Nasceu em Recife, Pernambuco, no dia 19 de maio de 1902. Formado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. A partir de 1918, trabalhou como jornalista e professor. Foi diretor e fundador do Instituto de Criminologia da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Como professor, conquistou renome internacional, lecionando criminologia no curso de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (UEG) e na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (BRASIL, 2018).

⁷⁹ Ao referir-se à Autonomia Universitária, o relatório cita também que o Ministro da Educação Paulo de Tarso (Ministro da Educação de 18/06/63 a 21/10/63), assinou portarias ilegais e arbitrárias em sua gestão: “a primeira portaria, no início de sua gestão, alterou a composição do “Fórum de Reitores”, previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinando que esse fórum de reitores, fosse constituído, também, por 1/3 de estudantes”. (BNM DIGITAL, 390-874). O relatório destaca, ainda, que outra portaria do ministro “determinava que as Congregações das Faculdades e os Conselhos Universitários fossem completados com 1/3 de estudantes”. (BNM DIGITAL, 390-874). As ações relativas à autonomia universitária, com a inclusão de 1/3 dos estudantes nas Congregações e no Conselho, foram implementadas na Universidade de Brasília, na gestão de Darcy Ribeiro. A UNE, engajada nas reformas, espalhou cartazes pelo país, pleiteando o direito da representação estudantil de 1/3. Esses cartazes são descritos pelo referido relatório como “confeccionados no sentido de desmoralizar e ridicularizar as Universidades e os professores”. (BNM DIGITAL, 390-874).

Suplicy e dos demais presentes. Ambos ficaram a favor do direito dos estudantes terem 1/3 de representatividade nos órgãos diretivos da Universidade.

Reitor, no Fórum de Brasília. Entretanto, para não deixar a mínima dúvida de que toda a Universidade do Paraná pensava de modo unísono, o Reitor convocou a Assembléia Universitária, com a presença de 600 professores, expondo o ponto de vista defendido e a decisão conquistada. Nessa Assembléia, somente dois professores se manifestaram em contrário, defendendo o "direito" dos estudantes: JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETO e AMÍLCAR GIGANTE.

Fonte: (BNM DIGITAL 390-874).

A participação de Vieira Netto com os estudantes na greve de 1/3 é mencionada por Noel Sanwais, em depoimento, conforme registro da DOPS-PR (Fl. 45.992), discutidos no capítulo anterior.

No que se refere às relações de Vieira Netto com os estudantes, há registros que atestam uma boa relação. Dentre esses registros, há aqueles produzidos pelas autoridades policiais, por ocasião dos depoimentos de testemunhas, os conteúdos do processo que desencadeou sua aposentadoria compulsória da Universidade do Paraná, a homenagem prestada pela turma de formandos ao escolhê-lo como paraninfo em 1962 e 1964, as entrevistas realizadas com Andrée e Wilson Previdi e os registros em relação ao Centro Acadêmico Hugo Simas, CAHS.

A relação com o Centro Acadêmico é de relevante destaque, pois era atuante no campo das discussões do direito e da política. Como se pode notar em carta endereçada à Spencer Bittencourt, em 24 de abril de 1959, é feita a consulta sobre a participação de Luiz Carlos Prestes em conferência sobre assuntos políticos, a convite do Centro Acadêmico Hugo Simas

Tendo os dirigentes do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, manifestado o mais vivo desejo de convidar Luiz Carlos Prestes para realizar uma conferência sobre assuntos políticos, nesta capital, sob o patrocínio da referida entidade estudantil [...]. (BNM DIGITAL, 279-19193)

Há que se ressaltar, nesse contexto, que tais atividades eram permitidas. No entanto, a partir do Golpe Militar de 1964, elas passaram a ser consideradas subversivas e usadas nos IPMs para incriminar os envolvidos. As atividades do CAHS

e a vinda de Prestes na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, foram citadas contra Vieira Netto⁸⁰.

Vieira Netto participou de outras atividades realizadas pelo CAHS: o *Julgamento de Otelo*, já discutido na tese e, também, da conferência sobre marxismo que, posteriormente, foi publicada em forma de artigo, na Revista Themis⁸¹ do CAHS, apontado no Capítulo 1 e que será aprofundado no capítulo 4 quando discutirmos Vieira Netto e o projeto societário e formativo, a partir da práxis marxista.

Com o Golpe Militar em 1964 e a instauração da Ditadura Militar, a relação de Vieira Netto com o CAHS se mantém, assim como, o posicionamento político do CAHS e dos estudantes de Direito, como apontam diversos documentos registrados pelas DOPS-PR, dentre eles a Pasta nominada “D.C.E.-Federal” (BR PRAPPR.PB004.PT742.84), a Pasta “Manifestos Subversivos” (BR PRAPPR.PB004.PT1306.152) e pelo Projeto ‘Brasil: Nunca Mais’, com as pastas (BNM DIGITAL, 279) e (BNM DIGITAL, 512). A participação ativa do CAHS, posterior a 1964, está relacionada, principalmente, às questões relativas à defesa das liberdades, à defesa da participação estudantil nas decisões na Universidade Federal do Paraná, à luta contra a Ditadura Militar e contra a repressão, perseguição e prisão de estudantes e professores da Universidade Federal do Paraná e de outras localidades.

Nesse contexto, um fato chama a atenção e contribui para a compreensão das atividades do Centro Acadêmico Hugo Simas: o interrogatório de Vitório Sorotiuik por ocasião de seu depoimento prestado no dia 8 de outubro de 1967, no Quartel da 5ª Companhia Leve de Manutenção, em Curitiba, ao Coronel Ferdinando de Carvalho, encarregado do IPM, Processo 444, contra o PCB. Dentre as perguntas, os militares questionaram sobre uma faixa estendida na fachada de um prédio: “Perguntado o que representa uma matriz que lhe é mostrada onde se vê a fachada de um prédio com uma faixa, trazendo a inscrição: “PALÁCIO DA LIBERDADE”, respondeu que é a fachada do Centro Acadêmico Hugo Simas”. (BNM DIGITAL, 512-485).

⁸⁰ Como relatado na petição de Habeas Corpus em favor de Vieira Netto, em 1966, é possível notar que pesavam contra ele 12 acusações no IPM, dentre elas, ter saudado “o líder comunista Luiz Carlos Prestes, na penúltima visita ao Paraná. [...]” (1966, p. 23-26).

⁸¹ A conferência sobre marxismo e a publicação do artigo na Revista Themis também foram utilizados para incriminar Vieira Netto. Em relação ao evento *O Julgamento de Otelo*, organizado pelo CAHS, não foram encontrados registros nesse sentido.

Em manifesto de 29 de setembro de 1967, o CAHS, juntamente com nove Centros Acadêmicos da Universidade Federal do Paraná, o Diretório Central dos Estudantes e a União Paranaense dos Estudantes, se manifesta sobre as prisões de estudantes e intelectuais no Brasil, em especial, na cidade de Curitiba. No manifesto, apontam a incomunicabilidade a que os presos foram submetidos, sem direito à defesa. Dentre as críticas, ressaltam que “o pavor e o medo que os militares querem impor à população traduz claramente os seus ardilosos objetivos e seus envilecidos propósitos de manter a situação atual que interessa tão somente a grupos escusos e alheios ao povo brasileiro”. (BNM DIGITAL, 512-527). As prisões efetuadas pelos militares, no ano de 1967, incluíram vários militantes comunistas, no Paraná. Vieira Netto estava nesse grupo e ficou preso, incomunicável, por mais de 30 dias. (BNM DIGITAL, 512-3357)

Como parte de outros posicionamentos do CAHS, podemos citar a abertura de sindicância, feita pela polícia, para apurar a responsabilidade na distribuição de manifesto lançado por vários Diretórios Acadêmicos de Curitiba contra a prisão de militantes. Diante da sindicância, encaminhou-se Certidão de antecedentes de várias pessoas, dentre elas, Vieira Netto e Vitório Sorotiuk⁸², do CAHS. (BNM DIGITAL, 512 - 524).

Outro manifesto lançado pelo CAHS, datado de 31 de março de 1968, denunciava a Ditadura Militar instaurada a partir de 1964, chamando-a de “presente de grego” e questionando o caráter democrático defendido pelos militares, assim como a denúncia de “uma feroz campanha contra os estudantes brasileiros” e

⁸² Vitório Sorotiuk nasceu em 12 de abril de 1945, na cidade de Prudentópolis, PR. Foi estudante de Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, liderança do Movimento Estudantil, militante do PCB, integrante do MR8 e militante do PT, conforme registro feito pela DOPS-PR na Ficha Individual (FI 42.233). Dentre os registros contidos nas Fichas Individuais (FI 42.233; FI 42.334) é possível constatar intensa atividade política de Vitório Sorotiuk contra a Ditadura Militar no período de estudante e nos anos posteriores. Dentre outras atividades junto ao movimento estudantil e a luta contra a Ditadura, destacam-se: a participação no CAHS, no Diretório Central dos Estudantes, em que foi presidente, em plena vigência do AI5, a organização de atividades juntamente com os estudantes nos movimentos do ano de 1968, participação no XXX Congresso Nacional da UNE, na cidade de Ibiúna, em que foram presos dezenas de estudantes, participação e organização de atividades junto à União Paranaense dos Estudantes (UPE). Durante a Ditadura Militar, Vitório Sorotiuk também foi preso, processado. Nos arquivos que tivemos acesso, seu primeiro fichamento na DOPS-PR aconteceu no dia 22 de março de 1966 (FI 42.233) e o último, datado de 15 de fevereiro de 1984. (FI 12.234). A Pasta DOPS-PR (BR.PRAPPR.PB004.PT742.84), intitulada “DCE-Federal” contém, entre outros, diversos registros sobre a militância de Sorotiuk no movimento estudantil, assim como a Pasta DOPS-PR “Manifestos Subversivos” (BR PRAPPR.PB004.PT1306.152) e as pastas (BNM DIGITAL, 279) e (BNM DIGITAL, 512) do Projeto ‘Brasil: Nunca Mais’.

posicionando-se contra o assassinato do jovem Edson Luiz de Lima Souto, no Rio de Janeiro. (BR PRAPPR.PB004.PT1306.152, p 37).

Vieira Netto manteve um amplo leque de atuação, chegando a várias frentes de militância. Uma dessas frentes é o Instituto Cultural Brasil-Cuba, em que ele ocupou a função de Diretor Cultural. O Centro Cultural Brasil-Cuba reunia comunistas e simpatizantes, sendo que boa parte dos cargos do Instituto foi ocupada pelos militantes comunistas mais representativos. Dentre seus integrantes estavam membros do Centro Popular de Cultura e vários estudantes. O Instituto Cultural Brasil-Cuba teve sua primeira reunião de organização no dia 20 de fevereiro de 1962, em Curitiba. Nesta reunião, Leonel Brizola e Fidel Castro foram eleitos para Presidentes de Honra e, para a Diretoria Cultural elegeram-se Sebastião Vieira Lins, Vieira Netto, Agostinho Alves Pereira Filho, Otávio da Silveira, Amaury de Oliveira Silva, Newton Freire Maia, Riad Salamuni, Nilo Previdi, Thereza Impton, dentre outros. (BNM DIGITAL, 391-707).

Segundo o relatório da DOPS-PR sobre o Instituto Cultural Brasil-Cuba⁸³, datado de 30 de julho de 1964,

Verifica-se que os membros da diretoria são simpatizantes e elementos comunistas que atuam nesta Capital. O Presidente atual da Diretoria Provisória é o conhecido comunista Antonio Amaral Filho, tendo como secretária Nádia Kira Podleskins. Participam, também, desta Diretoria os seguintes Amazona Brasil, José Rodrigues Vieira Netto, Aristides Oliveira Vinholes, Jair Bismair, Orlando Mattos e outros. (BNM DIGITAL, 391-1008).

Como parte das atividades desenvolvidas pelo Instituto, tem-se o registro de exibição de filmes sobre a Revolução Cubana, eventos para angariar recursos financeiros para o Instituto, conferências, dentre outros. “No dia 26 de julho de 1962, às 20horas, realizou-se uma conferência na Câmara Municipal de Curitiba, comemorando a data magna da República Cubana, sendo conferencista o Professor Dr. José Rodrigues Vieira Netto”. (BNM DIGITAL, 391-708). Outra atividade realizada pelo Instituto foi a reunião dos organizadores do Encontro Estadual de Solidariedade a Cuba, ocorrido no mês de junho de 1963, na Câmara de Vereadores de Curitiba. Nesse encontro, que contou com a participação de 210 pessoas, Vieira Netto compôs a mesa e foi um dos oradores. (BNM DIGITAL, 391-1006)

⁸³ O Instituto Cultural Brasil-Cuba aparece também registrado nos mesmos documentos com o nome de Centro Cultural Brasil-Cuba.

As atividades realizadas não se restringiam aos debates, palestras, exibição de filmes, reuniões. Incluía, também, atividades esportivas, recreativas, sociais, culturais, como por exemplo, a que foi realizada no dia 20 de março de 1962,

promoveram uma churrascada no Bosque da Felicidade. "[...] além da churrascada, foram apresentadas outras atrações, tais como: shows artísticos, exibição de livros, revistas e fotografias e filmes (documentários sobre Cuba)". Esta churrascada teve por fim atrair os curiosos ao Centro Cultural Brasil-Cuba. (BNM DIGITAL, 391-1008).

Ainda, em relação à participação de Vieira Netto nas atividades do Instituto, de acordo com registro da DOPS-PR (FI, 45.992), de 18 de outubro de 1966, "o fichado ministrava uma aula semanal, às 10 h de [ilegível] no Instituto Cultural Brasil-Cuba, de doutrinação marxista". Essa atividade formativa é, também, mencionada nos registros da DOPS-PR encontrados em BNM Digital (391-1008), "Estão sendo ministradas duas aulas semanais, no 6º andar do Edifício Club Curitiba (sala 606). As aulas são ministradas aos domingos às 10 h pelo Professor José Rodrigues Vieira Netto, e às terças-feiras às 20 h pelo médico Jorge Karam".

Os registros encontrados sobre o Instituto Cultural Brasil-Cuba e o vínculo de Vieira Netto à entidade, são mencionados em seus processos como parte das acusações que pesaram sobre ele, e compõem o conteúdo das denúncias para confirmar sua identidade comunista, a partir da perseguição dos militares, considerada subversiva e criminosa por afrontar a Lei de Segurança Nacional.

A inserção de Vieira Netto nas causas sociais envolvia, também, sua militância em defesa do Petróleo, a qual o PCB esteve envolvido, desde a década de 1940. Em relatório feito pelo chefe do Serviço de Ordem Política e Social (SOPS), de 21 de setembro de 1948, afirma que Vieira Netto se reuniu, em seu escritório, com José Silveira Neto, Mauro Eduardo dos Santos, Ary Steckmann, Waldemar Daros e um desconhecido.

Vieira Netto, depois de fechar a porta do escritório falou sobre a campanha do petróleo, dizendo: "que a campanha do petróleo é uma campanha vencida entre as massas e que em Santos e São Paulo, diariamente, há comícios, são fixados cartazes e toda espécie de propaganda, porém, tudo isto nada adianta, pois aquela meia dúzia de magnatas entreguistas vão dar o jeito para que o petróleo seja entregue aos yankees. (BR PRAPPR.PB004.PT1497.180, p. 203).

Conforme relatório do IPM 709, datado de 21 de julho de 1965, em BNM Digital (279-24061), Vieira Netto participou de uma conferência sobre “A crise Brasileira e o problema do Petróleo”, proferida por Valério Regis Konder, em 05 de março de 1949.

A conferência, segundo o relatório, foi proferida “sob os auspícios da U.P.E.”.

Dentre outras questões, Valério Regis Konder,

Acusou o governo de querer vender o petróleo à Standart Oil; combateu fortemente a Cia. Força e Luz do Paraná, incitando quase que diretamente aos componentes da mesma e que tomassem atitude contra aquela. No recinto, estavam: Vieira Netto, ex-deputado comunista, Chagas Lima, vereador municipal da Capital e A. Carlos Raimundo. (BNM DIGITAL (279-24061).

Ainda no ano de 1949, em Carta do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro, no Paraná, intitulada “Os Imperialistas e seus lacaios brasileiros”, dentre outras questões, é criticado o entreguismo do Petróleo brasileiro aos estrangeiros “que todo o povo se organize nos seus bairros e lute por água, luz, transporte, calçamento, formando Comissões contra o estatuto entreguista do Petróleo e contra a “Lei de Segurança” e em defesa de Prestes e pela Paz”. (BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 276).

Nesse contexto, é possível observar, a menção a Vieira Netto, em abril de 1951, juntamente aos militantes do PCB que exerciam atividades como a Campanha Pró-Paz, proibição de armas atômicas e campanha do Petróleo. O documento, assinado pelo chefe da DOPS, lista os militantes, suas atividades profissionais e as cidades onde residem. Essa lista é descrita como “Relação dos elementos do extinto Partido Comunista do Brasil, que vem exercendo atividades através das Campanhas, do Petróleo, Pró-Paz e pela proibição da Arma Atômica (DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT1468e.175, p. 124). Importante ressaltar que o nome de Vieira Netto figura, junto a outros militantes comunistas com o seguinte destaque: “elementos suspeitos de exercerem atividades comunistas, por apoiarem presentemente as campanhas acima mencionadas”. (DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT1468e.175, p. 125).

Esse envolvimento de Vieira Netto aponta para a atuação de uma liderança com visão de defesa das riquezas nacionais, bem como contra os interesses de países estrangeiros na exploração dessas riquezas, revelando a militância de um brasileiro com a perspectiva nacionalista.

Outro destaque sobre sua militância nas causas nacionais e defesa patriótica foi seu envolvimento na Campanha Contra o Acordo Militar⁸⁴ do Brasil com os Estados Unidos. Em todo o país foram organizados movimentos contra o Acordo, considerado prejudicial ao país e uma afronta à soberania nacional. No Paraná, Vieira Netto integrou esses movimentos de maneira efetiva.

Em matéria intitulada *A campanha contra o “Acordo Militar precisa ser essencialmente prática”* (BR PRAPPR.PB004.PT163.19, p. 3). O Jornal Tribuna do Povo, de 22 de abril de 1953, noticia a Assembleia Popular em homenagem a Tiradentes e contra o Acordo Militar Brasil – Estados Unidos. Nessa Assembleia, Vieira Netto compôs a mesa, juntamente com outras lideranças políticas, lideranças populares e estudantes. A Assembleia, além da homenagem a Tiradentes, posicionou-se “contra o Acordo Militar; contra a carestia da vida; por melhores transportes urbanos; por melhores salários; contra o aumento de taxas da Força e Luz e por uma ampla e mais justa aplicação das leis trabalhistas”. (BR PRAPPR.PB004.PT163.19, p. 3).

Vieira Netto, além de compor a mesa, também discursou na Assembleia. Alguns trechos de seu discurso foram destaque no Jornal Tribuna do Povo, denominando-o de vibrante orador. Dentre as partes do discurso destacadas pelo Jornal, estão as seguintes: “Ninguém é dono do patriotismo do Brasil”; “É preciso que tenhamos duas coisas em mente: o espírito de Paz e o Espírito do patriotismo”. “A campanha contra o Acordo Militar precisa ser essencialmente prática”; e, por fim, “Em último caso o povo brasileiro rasgará na rua esse acordo de guerra”. (BR PRAPPR.PB004.PT163.19, p. 4).

Em 21 de janeiro de 1957, foi publicado no Jornal Tribuna do Povo, o *Manifesto dos Intelectuais Sobre a Concessão das Bases de Fernando de Noronha*, o qual era assinado por Vieira Netto e vários outros nomes.

Nesse sentido, conclamam os intelectuais abaixo firmados todo o povo paranaense a manifestar, igualmente, sua opinião através de todos os meios de expressão falada e escrita, para a formação de uma verdadeira opinião pública e para ajudar o Governo Nacional à justa solução do problema. (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1468b.174, p. 76).

⁸⁴ O Acordo Militar Brasil-Estados Unidos foi assinado em 15 de março de 1952 pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos, chefiados, respectivamente, por Getúlio Vargas e Harry Truman, com o objetivo de garantir a defesa do hemisfério ocidental. Com o título oficial de *Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América*, estabeleceu, basicamente, o fornecimento de material norte-americano para o Exército brasileiro em troca de minerais estratégicos. (FGV, 2015).

Segundo o manifesto, os que o assinavam, atuavam em diversos setores do estado do Paraná, de diversas tendências políticas e filosóficas, abordava a concessão de território brasileiro na Ilha de Noronha a “uma potência estrangeira” (sem nominar o país) para instalação de base de controle de foguetes teleguiados.

O manifesto em questão se soma aos demais relatos já apontados sobre Vieira Netto. Ambos se inserem na discussão do seu envolvimento na defesa de interesses que seguem no sentido da transformação social, da defesa da nação, da solidariedade aos povos que atuavam na mesma perspectiva, revelando o projeto a que se propunha o PCB, do ponto de vista ideológico.

Não obstante, esse projeto é também percebido pelos militares e apontado no contexto da inquirição de testemunhas como tentativa de mudança do regime.

O representante do M. P. Militar, infra-assinado, no uso de suas legaes [sic] atribuições e, com fundamento no I.P.M. incluso, do qual foi encarregado o Sr. Maj. Waldemar Oswaldo Bianco, sob nº 288, em 10 volumes, e no Art. 2º inciso III 40 e 41 da L.S.Nº, principalmente, cujo relatório fica fazendo parte integrante desta, vem denunciar, como denuncia, os seguintes indiciados, pela tentativa de mudança do regime para o comunismo, com o auxílio e subsídio de nações estrangeiras e da organização internacional do P.C. e P.C. do Brasil, a saber: [...] 2 - JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO. Profissão:- Advogado e Professor da Universidade do Paraná. (BNM DIGITAL, 391-46).

A entrada de Vieira Netto no PCB foi precedida de inúmeras turbulências e agitações políticas no país. Algumas dessas agitações foram organizadas e coordenadas por correntes de direita, pelas oligarquias, por militares. No entanto, boa parte ou foi organizada por militantes do PCB ou teve participação direta dos comunistas na organização. Outras, em número significativo, foram organizadas e coordenadas pelo Partido Comunista do Brasil com a participação efetiva de trabalhadores, intelectuais e militares ligados ao partido, o que gerou nesse tempo, a principal justificativa para o patrulhamento ideológico, a vigilância, perseguição e repressão aos militantes do PCB.

Num breve período de legalidade, o PCB cresceu vertiginosamente em todo o país, elegendo parlamentares em vários estados da nação. A legalidade é passageira e o Partido volta à ilegalidade. No entanto, mantém-se na ativa com a militância junto aos movimentos sociais, na organização da luta dos trabalhadores em

diferentes frentes de atuação. Nessas frentes, Vieira Netto se faz presente e atuante, como discutido nesse tópico.

No que se refere ao PCB e a Vieira Netto, foi também período de grande repressão e perseguição aos seus quadros, o que, no entanto, não inviabilizou sua sobrevivência e articulação, mesmo em tempos de clandestinidade. Destarte, a sobrevivência está associada às articulações políticas que se estabeleceram ao longo desse período e da concepção das ações políticas envolvendo a burguesia ou a pequena burguesia num projeto de desenvolvimento nacional e de revolução.

Em meio a sua trajetória, alguns acontecimentos são de grande projeção, como por exemplo, a candidatura a deputado federal já em 1945 e, no ano seguinte, escolhido para concorrer ao mandato de deputado estadual nas eleições realizadas em janeiro de 1947, a qual se elegeu e exerceu mandato no legislativo paranaense, integrando também o grupo de deputados constituintes. O mandato, no entanto, é interrompido com a sua cassação, em janeiro de 1948. Em termos da atuação política é escolhido como presidente do PCB, no estado do Paraná, em 1947, além da candidatura a deputado federal, em 1962, pela legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB), pois o PCB encontrava-se na ilegalidade.

A militância de Vieira Netto no PCB perpassa a década de 1940 até a década de 1970, quando faleceu (CODATO; KIELLER, 2008). A afirmação sobre o tempo de militância no PCB é também encontrada em Helm (2012, p. 81), enfatizando que “Vieira Netto tinha ambições políticas, se inscreveu no Partido Comunista do Brasil e permaneceu no PCB durante trinta anos”. Outra menção à sua militância no PCB é encontrada na entrevista de Izaurino Gomes Patriota, ao responder a questão relacionada à história do Partido no Paraná, define Vieira Netto como afirma, dentre outras questões “que trabalhava no escritório do [José Rodrigues] Vieira Netto. O Vieira Netto continuava no Partido, nunca saiu”. (CODATO; KIELLER, 2008, p. 237). A afirmação da ligação de Vieira Netto com o PCB é também encontrada em depoimento de sua filha Maria Lúcia Vieira (*apud* HELLER, 1988, p. 366), de que “ele permaneceu ligado ao PCB até o fim da vida”.

Nos arquivos da DOPS-PR é possível encontrar registro da atuação de Vieira Netto no PCB, no ano de 1966, exercendo o cargo de Secretário, juntamente com Jorge Karam, Berek Kriger e Nelson Torres Galvão. Na ocasião, o cargo de Secretário Político Estadual era exercido por Aristides de Oliveira Vinholes. No referido relatório da DOPS-PR, esses militantes do Comitê Estadual do PCB são denominados de

“cúpula dirigente do Partido Comunista no Paraná, em 1966.” (BR PRAPPR.PB004.PT1465.173, p. 70).

Em 1967, em relatório assinado pelo Coronel Ferdinando, encarregado do Inquérito Policial Militar, a organização do PCB no Paraná está associada a três grupos de militantes, segundo entendimento dos militares: o grupo tradicional, o grupo renovador e o grupo estudantil. Vieira Netto é citado como integrante do grupo tradicional que, segundo o relatório, é “constituído pelos membros mais antigos do Partido, elementos conservadores, de tendências pacifistas e oportunistas, pouco propensos a riscos e sacrifícios, apegados a interesses pessoais e colocados na comunidade em posições vantajosas”. (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1466a.173, p. 78-79).

Um dos últimos registros a que tivemos acesso no que se refere às posições teóricas e ideológicas de Vieira Netto, é o que consta em testamento deixado por ele, escrito de próprio punho, em 20 de novembro de 1972. Nesse documento, ele não menciona seu vínculo com o PCB, no entanto, afirma-se bom marxista, sem nunca haver renegado sua filosofia pessoal.

Na trajetória do PCB no Paraná, Vieira Netto foi o único deputado estadual eleito pela sigla no estado. Nesse sentido, o contexto envolvendo a eleição de Vieira Netto, em 1947, e sua atuação parlamentar será discutido a seguir. Nesse contexto, a discussão incluirá também as estratégias utilizadas pelos comunistas do PCB para manter suas candidaturas nas eleições que se seguiram, após o PCB ter o registro cassado, em 1947, uma vez que o Partido manteve a organicidade e militância em tempos de ilegalidade.

2.2 AS CANDIDATURAS EM TEMPO DE LEGALIDADE E A ELEIÇÃO A DEPUTADO PELO PCB

Ao entrar para o PCB, Vieira Netto teve rápida ascensão dentro do Partido. Em pouco tempo de militância, conquistou espaço significativo e, já no ano de 1945, Vieira Netto foi lançado como candidato a Deputado Federal. A eleição do ano de 1945 foi a primeira participação do PCB, desde a sua fundação, com candidatos lançados pela legenda que recém saía da ilegalidade, após quase duas décadas sem registro oficial.

As literaturas memorialistas ou pesquisas sobre o PCB no Brasil são unânimes em apresentar o período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, à

vitória da URSS sobre o nazi-fascismo, o enfraquecimento da Ditadura Vargas, no Brasil, como sendo o de maior expressão e inserção social, política e cultural do PCB desde sua fundação. Esses fatores culminaram na conquista da legalidade (1945-1947), e foi nesse período, que o PCB cresceu e se transformou na maior organização comunista da América Latina. Ao partido, no entanto, colocavam-se alguns desafios, dentre eles, consolidar e ampliar suas bases eleitorais, sem perder a identidade, conciliando a proposta original de ser o representante da classe operária, que tinha em vista a tomada do poder e a ideia do partido de massas, que ampliasse as bases com os ganhos eleitorais, enfatiza Pandolfi (1995).

Nesse cenário de crescente atuação do PCB, se dá a candidatura de Vieira Netto ao primeiro cargo no legislativo, concorrendo a deputado federal. O Secretário Geral do Comitê Estadual do PCB, no Paraná, em carta a Prestes, solicita que Vieira Netto seja o candidato, alegando ser a maior expressão eleitoral em Curitiba. Seu nome foi anunciado para tal, na seção de posse dos membros do Comitê Municipal do PCB em Curitiba⁸⁵, no dia 31 de outubro de 1945, já confiantes que seria concedido o registro do Partido junto ao TSE. (DOPS-PR FI 45.992).

Vieira Netto, que havia recém entrado no PCB, inicialmente encontrava resistência interna no Partido, devido às suas raízes familiares junto à classe dominante. Essa resistência, como já apontado, está no fato de que o PCB e sua principal liderança Luiz Carlos Prestes, defendiam que os trabalhadores eram politicamente superiores aos intelectuais, por serem dotados de instinto revolucionário inato.

O militante do PCB no Paraná, Expedito Oliveira da Rocha, em entrevista a Codato e Kieller (2008), afirma que o Partido no Paraná era pobre de quadros operários e que logo que ele iniciou sua militância, já foi eleito à direção. Rocha destaca também que os militantes Rogério e Marcílio Pereira Nascimento eram alguns dos poucos operários no PCB na capital paranaense. “Cinco ou seis trabalhadores integravam o Partido em Curitiba, o resto era intelectual”. (CODATO; KIELER, 2008, p. 114). Uma das cidades em que o Partido tinha grande número de militantes

⁸⁵ O Comitê Municipal do PCB em Curitiba foi eleito no dia 07 de julho de 1945. A Comissão Executiva era composta por Arpad Prinz (Secretário Político), Clodomiro Batista (Encarregado de Organização), João Solieri (Encarregado Sindical e de Massa), Antônio Scarpim Sobrinho (Encarregado de Finanças) e Moacir Arcoverde (Encarregado de Divulgação e Propaganda). A Eleição dos membros do Comitê Municipal de Curitiba foi noticiado no Jornal Gazeta do Povo em 12/07/1945, a partir de Ofício enviado pelo Secretário Político do Comitê Municipal, Arpad Prinz. (DOPS-PR - BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174).

operários era Paranaguá, devido à organização junto aos portuários. (DOPS-PR, BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30).

Destarte, essa resistência ao nome de Vieira Netto vai sendo quebrada, à medida que ele conquistava seu espaço por meio da efetiva militância e a partir de iniciativas do Partido em apresentá-lo como filho de família profundamente democrática, enaltecendo suas qualidades como advogado e lutador das causas sociais e democráticas, com prestígio popular, conquistado por meio de seus discursos em praça pública. Essa apresentação de Vieira Netto se refere ao contexto em que o PCB no Paraná apresentou seus candidatos a Deputado Federal, à Assembleia Nacional Constituinte, no ano de 1945.

DR. JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO: Filho de uma família profundamente democrática, Vieira Netto formou-se em Direito no ano de 1932 depois de um brilhante curso acadêmico, exercendo por algum tempo o cargo de Promotor Público.

Dedicou-se a Advogacia militante e o seu escritório sempre teve portas abertas para as causas justas em que sempre se empenhou com denodo, mantendo uma linha de honradez e de desprendimento.- Gançou prestígio dentro de sua classe profissional sendo eleito Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, onde desde logo procurou imprimir diretrizes seguras de lutas pela vitória na guerra que então se empenhavam contra o nazismo agressor.

Posteriormente foi eleito para o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná e reeleito pela quase unanimidade dos seus colegas, alcançando naquele órgão de classe a maior votação até hoje verificada.

Destacado lutador anti-fascista, participou ativamente das campanhas patrióticas de preparação do povo para a guerra, na exaltação da F.E.B. e em todos os movimentos de índole democrática, levados a efeito nesta Capital antes e depois da entrada do Brasil na guerra.

Ligou-se a elementos comunistas algum tempo antes da reestruturação do Partido Comunista do Brasil.

Vieira Netto goza de prestígio popular adquirida através ~~deles~~ dos seus discursos em praça pública.

Fonte: DOPS-PR (BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30, p. 237).

As eleições no ano de 1945 foram realizadas no dia 2 de dezembro e incluía a disputa pelos cargos de Presidente da República, Senador e Deputado Federal. O PCB havia conseguido seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral no mês de novembro e, portanto, lançou candidatos em vários estados brasileiros. No Paraná,

além de Vieira Netto, a chapa do PCB era composta por mais seis⁸⁶ candidatos a Deputado Federal, conforme registro encontrado em pasta Comitês Comunistas do PCB de Paranaguá da DOPS-PR.

CHAPA DOS CANDIDATOS
A DEPUTADOS FEDERAIS
PELO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ

CLAUDEMIRO BATISTA ferroviário	
FLAVIO RIBEIRO advog. e jornalista	V O T E M
NEWTON CAMARA medico (Londrina)	
FRANCISCO OSWALDO CASTELUCCI	no programa do
estudante	
JOSÉ BEZERRA DE VASCONCELOS	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
estivador (Paranaguá)	
JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO	Sede do COMITE ESTADUAL
advogado	
OTAVIO DA SILVEIRA medico	RUA PEDRO IVO 353 sobr. CURITIBA

Fonte: DOPS-PR. (BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30, p. 231).

Mesmo o PCB tendo recebido o registro junto ao TSE somente em novembro, dias antes da eleição, lançou seus candidatos e intensificou a campanha no estado. Em carta às vésperas da eleição de 02 de dezembro, escreve aos Paranaenses: “Em hipótese alguma, poderia ter o Paraná melhor representação [...] são trabalhadores e intelectuais que o Partido Comunista do Brasil, sob sua legenda, lança à preferência do eleitorado. Votar em seus nomes é cooperar para a grandeza do Paraná e do Brasil”. (DOPS-PR -BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30, p. 223).

O partido tinha em Vieira Netto uma das lideranças nos comícios e na articulação em torno à campanha, além de compor a Comissão Central Eleitoral, como já mencionado. Na cidade de Curitiba, são vários os registros encontrados nas pastas da DOPS-PR, relatando atividades de campanha com a atuação direta de Vieira Netto. Alguns desses registros apontam a realização de vários comícios no mês de novembro de 1945.

Falou em reunião do P.C.B., no dia 9-11-45. Em 18-11-45, usou da palavra em um comício realizado em “Torneira”, no bairro do Bigorriho, enaltecendo o programa comunista e atacando os integralistas. Falou em um comício na Praça Ozório em data de 19-11-45, atacando fortemente o P.R.P., enaltecendo os comunistas e lançando a candidatura de Yedo Fiúza a Presidência da República. Em 28-11-45. Falou no Comício do P.C.B. atacando os candidatos militares e o P.R.P. e enaltecendo o candidato Fiúza. DOPS (FI 45.994, p. 4).

⁸⁶ Na mesma Pasta, ora são citados sete candidatos, ora oito. O oitavo candidato é Walfrido Soares de Oliveira, nessa ocasião, Secretário Político do Partido no Estado.

Findadas as votações, os candidatos do PCB a Deputado Federal conseguiram (juntos) um total de 6.570 votos, para o partido nas eleições à Assembleia Constituinte Nacional, realizadas em 02 de dezembro de 1945, (BRASIL, 1973), porém, nenhum candidato comunista se elegeu nesse pleito. Dentre os candidatos do PCB, Vieira Netto foi o mais votado, obtendo 1.469 votos. (GONÇALVES, 2004).

No entanto, antes de ocorrer o pleito, é possível notar que o Partido lutava contra o curto período de tempo entre a sua legalização e o dia da eleição, além de questões como acusações feitas por detratores, adjetivando-os de anti-religiosos, anti-católicos, dentre outros. Em carta dirigida ao povo paranaense, destacam:

Mais de 48 horas e estará terminada a propaganda eleitoral para o pleito de 02 de dezembro. O Partido Comunista do Brasil, Organização do proletariado e do povo, sente-se orgulhoso do seu trabalho. Apesar de todas as provocações infames dos seus detratores, o Partido do povo, caldeado por 23 anos de lutas clandestinas, sempre em contacto [sic] com o povo, conseguiu em pouco tempo de vida legal, à luz do sol, criar [sic] uma mentalidade política nos trabalhadores e no povo. [...] Fomos maldosamente acusados de sermos anti-religiosos, ou melhor, anti-católicos. Se outros motivos não fossem suficientes, como desmentido formal a tão capciosa invencionice, o Partido Comunista do Brasil apoia o nome de um católico, Yedo Fiuza, para Presidente da República. [...] Procuram então criar [sic] um arremedo de luta religiosa no Brasil atirando os comunistas contra o sentimento religioso do nosso povo. (DOPS-PR - BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30, p. 219).

As acusações proferidas ao PCB e seus candidatos se inserem no bojo do anticomunismo, já discutido no capítulo anterior. Apenas reforçando o que afirmam Gimenez e Ribeiro (2014, p. 197), que

o catolicismo assumia um papel de destaque na sociedade curitibana, influenciando a prática social e as concepções de sociedade de grande parte da coletividade. Desta forma, o imaginário anticomunista católico colocou-se entre os principais mobilizadores do medo do comunismo entre as elites e as classes médias curitibanas, mobilizando as energias e orientando as práticas sociais em função do combate ao comunismo. Ao mobilizar o medo da desintegração dos padrões cristãos, uma das principais motivações anticomunistas na sociedade curitibana do período, o imaginário reforçava o consenso negativo sobre o comunismo, incentivando sua repulsa.

Ao demonstrar ter ciência desse contexto e dos possíveis prejuízos no processo eleitoral, os comunistas desmentem tais acusações, defendendo-se e justificando-se, por meio da referida carta (DOPS-PR - BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30, p. 219), afirmando que o PCB apoia o nome de um

católico, Yedo Fiúza, para presidente e que ele fora educado em colégio dirigido por religiosos católicos. Portanto, não podem os velhos reacionários da política brasileira compreender a força de um Partido tão jovem que leva centenas de milhares de pessoas às ruas e praças, a fim de ouvir as palavras de ordem dos dirigentes comunistas e segui-las por serem palavras esclarecidas.

Segundo expresso na carta, o PCB considerava que seus detratores eram os

remanescentes da quinta-coluna, integralistas hoje sem camisa, acoitados em várias aglomerações políticas, sem hombridade moral para aparecerem como de fato são, homens que ainda ontem se regozijavam com os torpedeamentos dos nossos navios, acobertando sua covardia, com telegramas de abjurações, são os criadores e divulgadores do inexistente clima de lutas religiosas. (DOPS-PR-BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30, p. 219).

A estratégia do PCB em lançar à presidência da República o candidato Yedo Fiúza se deve à tentativa de atrair para Fiúza os votos de Getúlio, uma vez que os dois mantinham ligações. O Partido tinha como objetivo buscar os votos dos getulistas e dos petebistas, como aponta Pandolfi (1995), o que não se concretizou, pois Vargas declarou voto no candidato do PSD, Eurico Gaspar Dutra, que tinha também o apoio do PTB. Mesmo sem o apoio de Getúlio e do PTB como pretendiam, o candidato do PCB atingiu a marca dos 10% de votos. No Paraná, Fiúza conseguiu 6.811 votos. Desse total, 3.372 foram votos obtidos na cidade de Curitiba. O resultado eleitoral do PCB significou a eleição de 14 deputados federais e um senador, Luiz Carlos Prestes, que havia se candidatado ao cargo de senador e deputado federal em vários estados. (CHILCOTE, 1982).

A candidatura dos comunistas, nas eleições de 1945, em vários estados da nação e a mais de um cargo na mesma eleição, pode ser observada em divulgação dos candidatos feitos pelo Jornal Tribuna Popular, Edição nº 149, de 14 de novembro de 1945. Nessa divulgação, dentre as várias candidaturas apresentadas, consta a de Prestes, a senador e a deputado federal, por 15 estados e pelo Distrito Federal, incluindo-se, entre os 15 estados, o Paraná.

PARANA

Senadores: Luiz Carlos Prestes, Otávio Silveira.

Deputados: Luiz Carlos Prestes, Claudemiro Batista, Flavio Ribeiro, Newton Camara, Francisco Oswaldo Castellucci, José Bezerra de Vasconcelos, José Rodrigues Vieira Neto, Otávio da Silveira, Walfrido Soares Oliveira.

Fonte: RELAÇÃO completa e definitiva dos candidatos a senadores e deputados pelo PCB (1945, p. 2).

A eleição realizada em dezembro de 1945 teve a participação direta do PCB elegendo vários parlamentares no país. A realização dessas eleições era pauta intransigente do PCB que encampou a luta em defesa de eleições livres e democráticas em todo o país, com vistas à Constituinte na busca de fortalecer a democracia, vilipendiada nos anos da Ditadura Vargas.

Ao mesmo tempo, ocorria a campanha Pró-Constituinte, os debates sobre os discursos de Prestes e a instalação do Comitê Estadual do PCB, no Paraná.

Estado do Paraná

Recorte do Jornal "O PARANÁ" 15/9/45



Campanha Pró - Constituinte

OS COMICIOS PREPARATORIOS DE HOJE — Debates sobre os discursos de Prestes — A festa de instalação do Comitê Estadual do Paraná, do Partido Comunista do Brasil

Fonte: DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 303).

Por meio de carta intitulada “Por Uma Assembléia Constituinte livremente eleita”, o PCB, em 21 de agosto de 1945, manifestava seu posicionamento, conclamando os diversos setores democráticos e progressistas à luta democrática, dentre outros pontos.

POR UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE LIVREMENTE ELEITA



BRASILEIROS!

TRABALHADORES!

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL dirige-se à classe operária, aos trabalhadores agrícolas, aos intelectuais, aos industriais, comerciantes e agricultores que amam o Brasil, à nossa mocidade combativa e entusiasta; às mulheres abnegadas de nossa terra, operárias e camponesas, a simples donas de casa; e, em geral, a todos os setores democráticos e progressistas da nação, e a todos convoca para a luta democrática, para a ação enérgica e decisiva em prol da democracia, da liquidação definitiva do fascismo e da 5.ª coluna em nossa terra.

Fonte: DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 294).

Nessa carta, o PCB enfatiza que o caminho para a democracia passa pelas eleições e que o povo organizado é a grande força das democracias, e encerra, com o seguinte convite:

os operários, os intelectuais anti-fascistas, os trabalhadores, homens e mulheres, jovens e velhos, a reforçar suas organizações e a lutar sem desfalecimento pela liquidação definitiva do fascismo, pela garantia, ampliação e consolidação da democracia, por uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE livremente eleita no menor prazo possível. Para a frente no caminho da democracia! Contra a Carta reacionária e para-fascista de 10 de novembro de 1937. Pela liquidação definitiva do fascismo no Brasil. Contra a reorganização integralista qualquer que seja o nome! Por uma Constituição Democrática e Progressista! Viva o Brasil unido e independente. (DOPS-PR - BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 294).

Ao passo em que convida o povo, mais diretamente os operários a lutarem pela democracia, associa essa luta ao combate ao fascismo⁸⁷, ao integralismo⁸⁸. Importante notar, que nessa carta, os intelectuais são entendidos como uma categoria específica no contexto da chamada Constituinte.

No Paraná, as ações em torno da defesa da eleição para a Assembleia Nacional Constituinte estão presentes. Na cidade de Curitiba, por exemplo, os comícios pró-constituinte estão registrados na DOPS-PR e o chamado feito pela PCB direciona-se ao “Proletariado de Curitiba”, por meio de panfleto. Nele, expõem-se as razões pelas quais o Partido defende a Assembleia Constituinte, enfatizando a defesa da democracia. “A convocação imediata de uma Assembléia Constituinte é a

⁸⁷O fascismo, segundo Silva e Silva (2009), “às vezes apresentado como nazi-fascismo, é objeto de estudo de historiadores, sociólogos, psicólogos e cientistas políticos, desde o momento mesmo em que os regimes nazi-fascistas começaram a ascender no mundo europeu. E, embora se possa distinguir o nazismo do fascismo, a rigor, para efeitos de análise, os dois regimes costumam ser pensados juntos como integrantes de um mesmo processo de crítica profunda ao liberalismo que havia, em todo o século XIX, regendo o mundo ocidental. Dá-se o nome de fascismo, ou nazi-fascismo, ao fenômeno histórico específico ocorrido no mundo europeu entre 1922 e 1945, o chamado período entre-guerras, caracterizado pela ascensão de regimes políticos totalitários que se opuseram, ao mesmo tempo, às democracias liberais e ao regime comunista soviético (também este de caráter totalitário) e cuja repercussão atingiu numerosas Nações que adotaram regimes semelhantes. Há certo consenso entre os pesquisadores de que este fenômeno tem muito a ver com a chamada sociedade de massas e de que ele deve ser situado espacialmente na Alemanha e na Itália”. Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) há uma multiplicidade de definições sobre o conceito que demonstra a complexidade do objeto estudado, como também, pela pluralidade de enfoques, cada um dos quais acentua, de preferência, um ou outro traço considerado particularmente significativo para a descrição ou explicação do fenômeno. Ele distingue “três usos ou significados principais do termo. O primeiro faz referência ao núcleo histórico original, constituído pelo Fascismo italiano em sua historicidade específica; o segundo está ligado à dimensão internacional que o Fascismo alcançou, quando o nacional-socialismo se consolidou na Alemanha com tais características ideológicas, tais critérios organizativos e finalidades políticas, que levou os contemporâneos a estabelecerem uma analogia essencial entre o Fascismo italiano e o que foi chamado de Fascismo alemão; o terceiro, enfim, estende o termo a todos os movimentos ou regimes que compartilham com aquele que foi definido como “Fascismo histórico”, de certo núcleo de características ideológicas e/ou critérios de organização e/ou finalidades políticas. Nesta última acepção, o termo Fascismo assumiu contornos tão indefinidos, que se tornou difícil sua utilização com propósitos científicos”. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 466)

⁸⁸ Segundo Bóris Fausto (1995, p. 353), “no Brasil, surgiram algumas pequenas organizações fascistas na década de 1920. Um movimento expressivo nasceu nos anos 30, quando em outubro de 1932, logo após a Revolução Constitucionalista, Plínio Salgado e outros intelectuais fundaram em São Paulo a Ação Integralista Brasileira (AIB). O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. Mas sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores: “Deus, Pátria e Família” era o lema do movimento. Do ponto de vista das relações entre a sociedade e o Estado, o integralismo negava a pluralidade dos partidos políticos e a representação individual dos cidadãos. O Estado integral seria constituído pelo chefe da nação, abrigando em seu interior órgãos representativos das profissões e entidades culturais. A AIB identificava como seus inimigos o liberalismo, o socialismo, o capitalismo financeiro internacional, em mãos dos judeus.” O Integralismo reuniu em torno de 100 mil a 200 mil pessoas em suas fileiras. Eles baseavam seu movimento em temas conservadores como a família, a tradição do país, a Igreja Católica.

reivindicação máxima do povo do Brasil, em sua marcha pacífica para a Democracia”. (BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 296).

No mesmo panfleto, o Partido faz um chamado para Comício que se realizaria na Praça Osório e enaltece a importância do comparecimento: “Comparece a esse comício e estarás dando apoio àqueles que desejam a consolidação do mais decisivo passo em nossa marcha pacífica para a Democracia e o Progresso”. (BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 296).

Nesse ínterim, já em 1946, o PCB, no Paraná, intensifica suas ações em torno da realização das eleições para a Assembleia Constituinte Estadual, que ocorreram no estado, no dia 19 de janeiro de 1947. O Partido, que se mantinha em movimento de ascensão no contexto da legalidade e ampliava seus quadros de militantes (1945-1947), lançou vários candidatos a Deputado Estadual. O nome de Vieira Netto ao sufrágio foi aprovado, em carta proveniente do Comitê Nacional do PCB, assinada por Luiz Carlos Prestes. (DOPS-PR FI 45.992; PI 2194-400). “Em carta nº 11309, procedente do Comitê Nacional do P.C.B., e assinada por LUIZ CARLOS PRESTES, aprova o nome do Fichado para a candidatura a Deputado Estadual [sic]. (doc. Nº 156 do C.M.)” (PI 2194-400, p. 106).

Os documentos internos do Partido reforçam a candidatura de Vieira Netto, conforme registro da DOPS-PR, em de 02 de janeiro de 1947, referente a ofício assinado por Prestes: “Em ofício sob nº 14714, rubricado por Luiz Carlos Prestes, o mesmo comunica ter sido escolhido o nome do Fichado para Candidato preferencial às eleições para Deputado Estadual”. (doc. Nº 38 do C. Estadual [sic]) (PI 2194-400, p. 4)

A campanha eleitoral do PCB para as eleições de janeiro de 1947 tinha como meta atingir 20.000 votos, com o objetivo de eleger quatro ou cinco deputados. Denominado “Plano de Emulação Estadual”, tinha organizado em várias cidades comissões eleitorais, a fim de trabalhar por metas locais. Essa organização se referia tanto ao número de votos a ser conquistado, como ao plano de finanças e ações da campanha, ao longo dos meses de dezembro e janeiro. (BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174).

O total de votos é destacado em frases como: “Tudo por 20.000”, “Nada menos que 20.000 votos”. As cidades que tinham as maiores metas a serem atingidas eram: Curitiba (7.000 votos), Londrina (2.000 votos) e, Paranaguá (2.000 votos), locais em que o Partido tinha sua base mais forte, naquele contexto.

As eleições de 19 de janeiro representam mais um passo no caminho de nosso povo para a Democracia e o Progresso. Será a grande possibilidade que se abre para o nosso povo para a definitiva liquidação dos restos do fascismo em nossa Pátria, para a sua libertação imperialista, para a solução unitária de exploração da terra e do trabalho e para a imediata [sic] solução da grave crise da hora presente. (BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 168).

Nesse pleito, foram eleitos 36 deputados constituintes no Paraná. No curso do avanço do PCB no estado, o Partido elegeu José Rodrigues Vieira Netto, seu primeiro deputado paranaense, que obteve 775 votos. Como suplentes, foram eleitos, Manuel L. da Costa Júnior (775 votos – empatado com Vieira Netto), Antônio Carlos Raimundo (454 votos), Nelson Torres Galvão (289 votos), Mozart de Oliveira Valin (286 votos) e Miguel Pan (283 votos). No total, o Partido recebeu 5.292 votos e, nas três cidades que tinham as maiores metas a serem atingidas, a votação foi de 2.174 (Curitiba), 319 (Londrina) e 656 (Paranaguá). (IPARDES, 1987).

O empate ocorrido entre Vieira Netto e Manuel L. da Costa Júnior, um estivador, merece destaque, pois revela o prestígio que Vieira Netto tinha dentro do Partido ao ser escolhido para assumir o cargo. “Foi discutido qual seria o Deputado a assumir a vaga na Assembléia Estadual [sic], discussão essa, tendo sido o Fichado escolhido para o lugar de Deputado Estadual [sic]. (doc .nº 202 do C.M.C.)”. (PI 2194-400, p. 6). Em relação à escolha de Vieira Netto para assumir a vaga de deputado estadual, Monteiro (2013, p. 110) afirma que ele “assumiu o cargo de deputado estadual, após decisão em reunião interna do partido acerca do empate nas urnas dos dois candidatos comunistas”.

Esse fato se relaciona, também, com o comportamento elitista paranaense em votar em candidatos oriundos da classe dominante, principalmente, ligados às profissões liberais como a medicina e a advocacia, sendo, a maioria, descendentes das elites políticas, com raízes na Primeira República e, até mesmo, no Império. Esses fatores, por sua vez, refletiram na votação recebida pelos candidatos do PCB, considerando-se a votação obtida nas eleições de 1945 e 1947 em que os mais votados foram os candidatos de classe média alta, possuidores de posses, prestígio social e intelectual. (MONTEIRO, 2013).

Ainda, segundo Monteiro, (2013, p. 109),

o fato de Vieira Netto, único candidato que conseguiu se eleger pela legenda do PCB, no Paraná, ter sido um advogado de renome e filho de

um ex-deputado, não deve ser negligenciado, pois revela o conservadorismo do comportamento eleitoral do paranaense.

As afirmações de Monteiro (2013), no entanto, no que se refere à eleição realizada no ano de 1947, pedem outras análises, pois Vieira Netto empatou em número de votos com Manuel L. da Costa Júnior. Nesse sentido, aponta a autora, que esse empate pode ser também analisado do ponto de vista das fissuras ou inconstâncias do eleitorado que foge à regra por colocar em questão a fidelidade dos indivíduos⁸⁹.

Há, no entanto, que se ponderar a afirmação de Monteiro (2013), uma vez que Vieira Netto não advinha da classe operária, porém, desde os registros de sua militância no PCB se constata sua atuação junto aos trabalhadores, a atuação em defesa do proletariado e a inserção no projeto comunista. Isso não tornava Vieira Netto proletário, porém, lhe conferia consciência de classe e ação no sentido de construção de um projeto de sociabilidade.

Outra questão em relação à escolha de Vieira Netto para assumir o cargo de Deputado Constituinte nos remete às afirmações de que os intelectuais eram preteridos em relação aos proletários. A partir desse acontecimento, podemos inferir que, em algum momento, isso realmente pode ter ocorrido, como relatam os autores já discutidos, no entanto, não foi o caso do Paraná, em que um intelectual, com raízes junto à classe dominante paranaense, profissional ligado às carreiras liberais, assumiu a vaga, mesmo tendo empatado no número de votos com o candidato Manuel L. da Costa Júnior.

A eleição de um deputado comunista no Paraná pela legenda do PCB em tempos de legalidade do Partido foi uma grande conquista para o partido e para os militantes que atuavam na construção de um projeto com bases comunistas em vista da transformação social. Essa eleição trouxe a perspectiva da atuação parlamentar e da possibilidade de pautar questões específicas da classe trabalhadora junto à Assembleia Legislativa. Nesse sentido, no item a seguir iremos discutir a atuação parlamentar de Vieira Netto, suas incursões no breve período de duração de seu mandato e as candidaturas dos comunistas após o PCB ser novamente declarado um Partido ilegal.

⁸⁹ O apontamento feito por Monteiro (2013), é referenciado nas discussões de René Rémond. RÉMOND, René. As eleições. In^o _____. (Org.). Por uma história política. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

2.3 ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE VIEIRA NETTO E OS COMUNISTAS CANDIDATOS NO PERÍODO DA ILEGALIDADE DO PCB

As ações de Vieira Netto em defesa do operariado e do projeto comunista podem ser constatadas quando analisamos a sua atuação parlamentar, a partir dos discursos proferidos em seções da Assembleia Legislativa do Paraná. Entretanto, faz-se necessário mencionar o fato de que não conseguimos acesso a todos os documentos oficiais que constassem discursos, discussões, proposições, intervenções e outros, envolvendo a atuação de Vieira Netto como parlamentar⁹⁰.

Os deputados eleitos em janeiro de 1947 tinham a incumbência de elaborar e aprovar a nova Constituição Estadual; por esse motivo, foram denominados Deputados Constituintes. A posse desses deputados ocorreu em 12 de março de 1947. Nesse mesmo dia foi realizada sessão preparatória da Assembleia Constituinte, a qual elegeu e empossou a mesa. Vieira Netto, nessa composição, integrou a Comissão Constitucional como Relator Parcial.

A primeira sessão da Assembleia Constituinte foi realizada em 13 de março de 1947. A Ata da Primeira Sessão relata, inicialmente, discussões burocráticas, incluindo a forma de eleição da Mesa Diretora. A discussão se pautou pelo debate em torno da proposição de Vieira Netto de uma emenda supressiva, de eleição por maioria simples em relação à emenda do Deputado Firman Netto, do PSD, sobre a eleição da mesa por maioria absoluta. O debate se alongou entre Vieira Netto, argumentando o caráter democrático da eleição por maioria simples e um grupo de deputados em torno à maioria absoluta. Declarando encerrada a sessão, o presidente da Assembleia, Deputado João Chede, anunciou a votação da proposição do Deputado Firman Netto, sem a emenda supressiva do deputado Vieira Netto, que protestou:

Pela ordem. Formulei uma emenda supressiva, e as emendas supressivas têm preferência na votação. Eu me apoio na tradição parlamentar e no

⁹⁰ Por meio da ALEP conseguimos acesso ao Volume 1 dos Anais da Assembleia Constituinte, organizado pela Redação dos Debates, em que constam Sessão Preparatória, Sessão Solene e posse do Governador, 18 sessões, compromisso regimental dos Deputados e Comissão Constitucional. A última sessão que consta nesse volume foi realizada no dia 18 de abril de 1947. As buscas pelos discursos referentes aos meses seguintes foram feitas junto à Assembleia Legislativa do Paraná, que, por meio do setor responsável, informou não possuir tais documentos devido a incêndio ocorrido no ano de 1994 em que se perderam grande parte da documentação em arquivo. Diante disso, buscamos também no Círculo de Estudos Bandeirante, em Curitiba, na Biblioteca Pública do Paraná, no Arquivo Público do Paraná, mas também não encontramos a documentação em questão.

Regimento Interno da Assembleia Constitucional anterior – toda emenda supressiva tinha preferência na votação. (VIEIRA NETTO⁹¹, 1949, p. 10).

Após reivindicar junto ao Presidente que sua proposição fosse colocada em votação, Vieira Netto foi atendido, porém, primeiramente se votou a proposição do Deputado Firman Neto e, quando já aprovada tal proposição, colocou a emenda supressiva de Vieira Netto em votação, que foi rejeitada.

Já na primeira sessão, Vieira Netto foi mais além. Encerrada a votação da forma de se proceder na eleição da mesa diretora, pediu novamente a palavra. Tendo sido concedida, Vieira Netto inicia seu longo discurso, o primeiro após sua posse como deputado, informando que pediu a palavra para definir a posição política do seu Partido, o Partido Comunista do Brasil. No uso da palavra abordou questões relativas à derrota do nazi-fascismo na Europa, às conquistas democráticas do povo em praça pública, à legalidade do PCB e afirmou ainda, que, nesse tempo, se mantiveram defensores da ordem e da tranquilidade, com justeza na linha política e nos próprios atos e luta pelos princípios democráticos. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 10)

No discurso de Vieira Netto é possível observar, ainda, conhecimento sobre as questões econômicas nacionais e, de maneira contundente, tece críticas ao latifúndio, à indústria nacional e aos Estados Unidos, destacando, ainda, as condições de desenvolvimento no pós-guerra.

Sr. Presidente, a situação econômica de nossa terra é bastante grave, porque infelizmente o Brasil não se libertou de sua fase semi-colonial⁹², do monopólio da terra que é a principal característica de sua economia, onde impera o latifúndio. De fato, não poucos brasileiros ainda não possuem a menor propriedade. A nossa situação é desesperada porque a indústria nacional não se desenvolve, por falta de mercado interno. Recebemos em troca de nossos produtos, principalmente dos EE.UU. da indústria ianque, bugigangas e produtos de 2ª necessidade que nos abarrotam o mercado. A América do Norte pretende transformar-nos em satélites de Wall Street e, nessas condições em que nosso país vive, é claro que temos de considerar as novas condições do mundo de após-guerra, onde os países democráticos cada dia mais se firmam na consolidação da paz, permitindo um período de desenvolvimento pacífico, de colaboração entre os povos, a libertação nacional, dos povos oprimidos com a formação de após-guerra entre classes que se caracterizam numa política de união nacional de todos os sinceros democratas com as possibilidades revolucionárias de atingirmos o poder pelo voto. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 10-11)

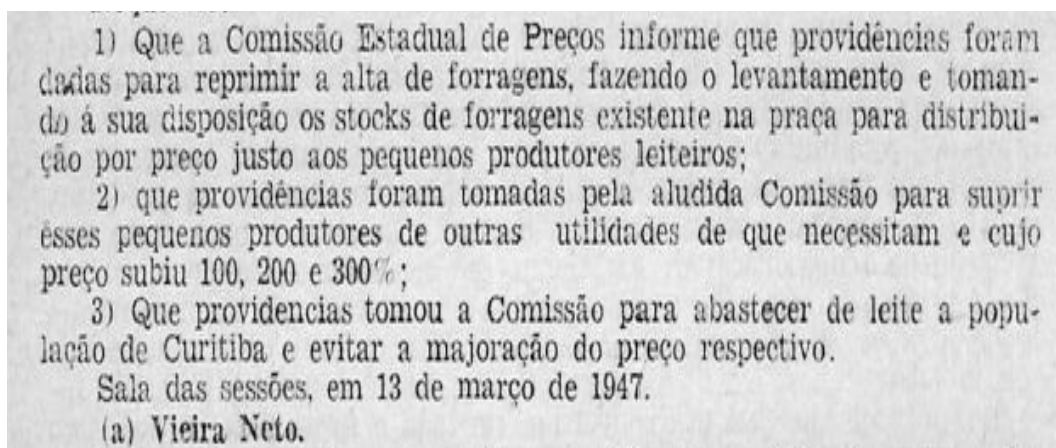
⁹¹ Discursos, pedidos de palavra e intervenções de Vieira Netto como Deputado Estadual encontrados nos Anais da Assembleia Constituinte de 1947, Volume I, publicado pela Imprensa Oficial do Estado em 1949. (VIEIRA NETTO, 1949).

⁹² As posições defendidas por Vieira Netto estão embasadas nas concepções defendidas pelo PCB, a partir da III Internacional, desde a década de 20. (PANDOLFI, 1995).

No mesmo discurso, afirma que haverá colaboração com todas as bancadas, acima de ideologia de partidos ou de crenças religiosas, seguindo o que já se praticava no Partido a algum tempo, de que são os melhores defensores da ordem e da tranquilidade, tendo atuado na defesa da constituinte de 1946 e por eleições livres, honestas e em datas marcadas.

Vieira Netto finaliza o discurso, abordando a greve dos leiteiros. Segundo divulgado na imprensa, teria origem comunista. No entanto, ele questiona que não se viu publicar nos jornais, por parte do Presidente da Comissão Estadual de Preços, nenhuma medida para solucionar a falta de leite, após os médicos terem alertado sobre a situação em que se encontram as crianças da cidade. Ele analisa os preços do litro de leite na cidade e, comparando com o preço do farelo, da cevada, indica em seus cálculos que o leiteiro não consegue pagar suas contas devido ao preço que vende o leite. Encerra seu discurso invocando medidas justas e honestas que protejam e deem assistência aos pequenos produtores, de maneira a não ficar nas mãos do Moinho Inglês, dos Matarazzo e de outros monopolizadores.

E requer:



Fonte: (VIEIRA NETTO, 1949, p. 10-11).

O requerimento de Vieira Netto gerou intenso debate. Dentre várias falas em torno à questão, tentou-se protelar a votação do requerimento, alegando que já se completara o horário de expediente; devia-se ater à elaboração do Regimento da Casa e a Constituição era mais importante. Dentre as falas, o deputado Aldo Silva ressaltou que a Casa – Assembleia Legislativa – deveria temer os princípios filosóficos do PCB, pois não são aqueles de união entre o trabalho e o capital. Ao contrário, esse

deputado sustentava que a união entre empregados e empregadores brasileiros consistia na grande agenda propugnada pelo PTB.

Ao se acirrar o debate, Vieira Netto foi incisivo em responder ao deputado Aldo Silva dizendo: “V. Excia, está em 37 ainda, e nós estamos em 47”. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 13). O Deputado Aldo Silva, por sua vez, afirmou novamente que o Partido Comunista do Brasil não possuía bases democráticas e que, de 1937 para 1947 mudou de roupa, mas continuava com o mesmo corpo, com seus chefes na Rússia Soviética. Vieira Netto responde a Aldo Silva mais uma vez, destacando que a discussão envolvia a questão do leite e não da União Soviética. Como consta na Ata, a fala de Vieira Netto foi seguida de aplausos das galerias. Após várias réplicas e trélicas, o requerimento de Vieira Netto foi aprovado. (VIEIRA NETTO, 1949)

A Ata da primeira sessão destaca outras intervenções de Vieira Netto quando o deputado petebista Júlio Xavier propôs aos poderes competentes a encampação dos serviços sob responsabilidade da Companhia de Força e Luz do Paraná, pela Prefeitura Municipal, devido a problemas no transporte coletivo em Curitiba que atingiam diretamente a população. Após a esplanção do deputado Júlio Xavier, Vieira Netto pediu a palavra e reforçou a necessidade de se resolver o problema referente à Companhia de Força e Luz, e que, quando o povo veio à praça pública reclamar seus direitos já apontavam essa situação como o maior entrave para o progresso da cidade de Curitiba. E foi além, ao apresentar as contradições da Cia. de Força e Luz que, desde 1926, não fez nenhum investimento para melhorar a energia elétrica e que, por isso, Curitiba era uma cidade sem indústrias.

Na sequência do uso da palavra, Vieira Netto afirmou que o problema do transporte em Curitiba era o monopólio e quem sofre as consequências é a população das zonas proletárias, por não se permitir que outras companhias mantenham ônibus. Em meio ao apontamento das contradições envolvendo a Cia. de Força e Luz e a questão do transporte coletivo, evidencia-se o caráter classista na abordagem e na posição política de Vieira Netto na defesa do proletariado e de seus direitos, inclusive, mencionando como eram os ônibus – ferros velhos –, o preço da passagem e a rotina dos trabalhadores usuários do sistema de transporte e como era a organização do que ele denomina zonas aristocráticas.

dobrado. Observe-se na zona proletária de Curitiba, á uma hora da tarde, a bicha que faz o coitado do pobre após um dia exaustivo de trabalho. E ainda por cima a passagem custa o dobro do que custava há anos atrás, vindo pendurado numa situação agônica dentro de verdadeiros ferros velhos, enquanto que nas zonas aristocráticas dão-se ao luxo de fixar o número de passageiros. Esta situação é intolerável. A modificação que eu desejava fazer é que sejam encampadas as instalações da Cia. Fôrça e Luz, mas que sejam encampadas, pelo custo histórico, da época em que foram instaladas. Não é possível que vamos pagar a estes snrs. um preço exorbitante. Devemos pagar na base da moéda em que foram feitas as instalações, por quasi nada. Adiantto esta proposta no sentido de que essa encampação fôsse feita pelo custo destas obras, tendo em vista que este capital já rendeu alguns milhares e não precisa ser pago duas vezes.

Fonte: Vieira Netto (1949, p. 17).

A proposição do deputado Júlio Xavier foi seguida de defesas a favor e argumentações que esse não era o objetivo central da Assembleia Constituinte, como já ocorrera em relação à proposição de Vieira Netto sobre os leiteiros. Nesse caso, a modificação proposta por Vieira Netto não ecoou nas falas que se seguiram. O foco da discussão foi somente em torno ao que propôs o deputado petebista e, após intervenções de alguns deputados, foi proposto o adiamento da discussão pelo deputado Firman Neto. O presidente da Assembleia colocou em votação e a discussão foi adiada. (VIEIRA NETTO, 1949)

As proposições e as posições políticas de Vieira Netto, já na primeira sessão da Assembleia Constituinte, denotam as ações no campo da defesa de um projeto em que o proletariado estivesse contemplado, tal qual o PCB se propunha em suas prerrogativas partidárias e de conquista de poder. É nesse contexto que, também, se reforça que Vieira Netto, mesmo tendo suas origens ligadas à classe dominante curitibana, estava inserido nas demandas da classe trabalhadora, manifestando visão ampla dos acontecimentos e das ações políticas, culturais, econômicas e sociais no contexto do exercício do seu mandato como deputado estadual.

A segunda Sessão da Assembleia Constituinte, realizada em 14 de março de 1947, foi uma Sessão Solene Extraordinária em comemoração ao Centenário de Castro Alves. Dentre os deputados que prestaram homenagens ao poeta, tem-se o registro do discurso de Vieira Netto.

Em sua fala, associa a figura de Castro Alves a de Tiradentes, enaltecendo suas qualidades como o maior poeta da América e que não se pode separar Tiradentes de Castro Alves porque ele foi precursor da liberdade na América. Enfoca,

ainda, de maneira contextualizada, a situação dos escravos no Brasil, mais especificamente na Bahia, terra natal de Castro Alves, ao referir-se à crueldade das senzalas, do pelourinho, do tráfico negreiro da África e a condenação da escravização do homem pelo homem. Seu enfoque, no entanto, não se resume às ações empreendidas pelos senhores de escravos, mas também à resistência perante a escravidão, por meio da luta no Quilombo de Palmares, liderada por Zumbi.

Anteriormente o grande herói Zumbi, renunciara êsses anseios, fazendo dos quilombos, em Palmares, o centro da luta contra a escravidão, para sucumbir no momento culminante da derrota. O sangue negro continuava a regar a terra brasileira, da Bahia a São Paulo — onde a riqueza também se baseava no braço do escravo, originando aqueles versos de um outro poeta brasileiro

Os frutos do café são globulos vermelhos
do sangue que correu do negro escravizado.

Fonte: (VIEIRA NETTO, 1949, p. 23).

Ao longo do discurso, menciona a opressão aos negros nos Estados Unidos e a importância de Castro Alves na fraternidade nacional, na defesa da liberdade contra a aristocracia feudal latifundiária, senhora de engenhos e escravos. Enaltece o poeta, como sendo um democrata, um amigo do progresso, inimigo da reação sob qualquer forma, cantor da fraternidade de negros e brancos, da igualdade de tratamento perante a lei – dos ricos e poderosos, dos pobres desamparados, o defensor da liberdade de todos os seres escravizados; dizia que ele foi na sua época o poeta mais popular, mais democrático do Brasil. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 25)

A representação que Vieira Netto faz de Castro Alves aproximam o poeta das convicções do próprio Vieira Netto que, ao enaltecer as qualidades do poeta, apresenta os princípios que ele procurava defender no parlamento paranaense, transformando um poeta do romantismo, ligado às concepções iluministas e liberais em um símbolo para os anos 1940. Não obstante, a abordagem de Vieira Netto tenta resgatar os valores defendidos outrora, do abolicionismo, da defesa das liberdades e do nacionalismo, típicos dos iluministas, liberais representados pelos poetas românticos. O esforço de Vieira Netto, no resgate do poeta por ele denominado de maior poeta da América, insere-se na intenção do deputado em reforçar o caráter unificador do PCB, em torno do movimento de união nacional em curso.

É preciso ligá-lo às conquistas democráticas do povo em praça pública desde 1945, à Constituição de 1946, que todos os democratas tem que firmemente defender contra a volta à ditadura. É preciso, senhores Deputados, ligá-lo às conquistas do povo em nossa terra, às conquistas do glorioso Exército Nacional nos campos da Europa, do exército que vestiu as glórias da FEB e que Truman pretendeu vestir com fardas Americanas.

É preciso ligá-lo à luta contra as polícias políticas, à alfabetização de milhares, às reivindicações do povo, à fome de milhões de sub-alimentados, à luta contra os monopólios. É preciso, fundamentalmente, ligá-lo à liberdade de palavra, de reunião, à liberdade e vida legal dos partidos políticos que os reacionários saudosista pretendem levar à ilegalidade.

É preciso, finalmente, que nós, os Representantes do Povo, sejamos os mais sinceros democratas e os elementos mais progressistas, — continuando a obra de libertação nacional, da qual Castro Alves foi o símbolo mais ardente, dessa libertação nacional que queremos para a nossa Pátria, contra os monopólios e os resíduos feudais, contra o imperialismo — pelo progresso, pela paz e pela democracia. (Palmas).

Fonte: Vieira Netto (1949, p. 25).

As menções dos comunistas ao centenário de Castro Alves estão presentes em veículos da imprensa nacional, sob a direção de militantes do PCB, como a revista *Literatura*⁹³, o que reafirma a importância dada ao escritor ao destacar seu patriotismo e democracia que emergiam de sua obra a serviço do povo. (KONDER, 1980). O Partido também homenageava Castro Alves com o nome de algumas de suas Células. Ambas as situações demonstram que, naquele contexto, Castro Alves, sua obra, seu pensamento e suas ações se aproximavam da forma de agir do PCB, principalmente, no que diz respeito à atuação dos intelectuais dentro do Partido.

As Sessões da Assembleia Constituinte tiveram participação ativa de Vieira Netto. Nesse sentido, como forma de encaminhar as análises das Atas das Sessões da Assembleia Constituinte, devido aos extensos discursos e inúmeras intervenções, proposições, requerimentos, pedidos de informação de Vieira Netto, optamos por elaborar um quadro do número de vezes em que Vieira Netto aparece nos referidos Anais. Dada a importância das inúmeras participações de Vieira Netto, não hesitaremos, quando for o caso, de referenciar os conteúdos que sejam considerados imprescindíveis de análise.

⁹³ Revista *Literatura*, segundo Rodrigues (2010), surgiu em setembro de 1946, coincidindo com a promulgação da nova Constituição, tendo o intuito de manter uma periodicidade mensal. A Revista teve como diretor Astrojildo Pereira, Jorge Medauar como secretário e um conselho de redação composto por Álvaro Moreira, Aníbal Machado, Arthur Ramos, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira e Orígenes Lessa. A Revista contou com dez números publicados, assinados por grande número de escritores. Para Palamartchuk (2003), a Revista, na edição dos dez números, incluiu temáticas e escritores que tratavam do lugar privilegiado por Astrojildo Pereira, e por aqueles que o acompanharam na empreitada de militância política, ou seja, o campo literário.

Quadro 2: Os deputados Constituintes do estado do Paraná e o número de discursos na Assembleia Constituinte, conforme Anais da Assembleia Constituinte, entre março e abril de 1947.

Nome do Deputado	Profissão	Partido	Número de discursos
Alcides Pereira Júnior	Advogado	PSD	3
Aldo Laval	Contador	PTB	7
Aldo Silva	Advogado	PTB	7
Alfredo Pinheiro Júnior	Advogado	PSD	0
Alvir Riesemberg	Médico	UDN	2
Anísio Luz	Advogado	PSD	2
Antônio Lustosa de Oliveira	Fazendeiro	PSD	1
Antônio dos Santos Filho	Químico	PTB	7
Atílio de Almeida Barbosa	Farmacêutico	PSP	2
Avelino Antônio Vieira	Contador	PSD	1
Benjamin de Andrade Mourão*	Engenheiro	PRP	-
Bronislau Ostoja Roguski	Advogado	UDN	1
Edgard Sponholz	Advogado	PSD	1
Ernani Benghi	Médico	PSD	0
Fredericindo Marés de Sousa	Advogado	PR	3
Felizardo Gomes da Costa	Engenheiro	PR	1
Francisco Accioly Rodrigues da Costa Filho	Advogado	PSD	2
Francisco Peixoto de Lacerda Wemeck	Engenheiro	PR	1
Guataçara Borba Carneiro	Fazendeiro	PSD	0
Hélio Setti	Advogado	PSD	1
João Chede	Industrial	PSD	1
João Batista Zagonel Passos	Advogado	PRP	3
José Alves Bacelar	Advogado	UDN	1
José Daru	Agrimensor	PTB	0
José Machuca	Advogado	PTB	0
José Manoel Ribeiro dos Santos	Médico	PSD	0
José Rodrigues Vieira Netto	Advogado	PCB	9
Júlio Buskei	Advogado	PRP	0
Júlio Rocha Xavier	Advogado	PTB	3
Justiniano Clímaco da Silva	Médico	PSD	1
Laertes de Macedo Munhoz	Advogado	UDN	3
Lineu Madureira Novaes	Médico	UDN	3
Lauro Gentio Portugal Tavares	Médico	PR	1
Oscar Lopes Munhoz	Advogado	PSD	5
Ovande Ferreira do Amaral e Silva	Médico	UDN	0
Pedro Firman Neto	Advogado	PSD	7
Rivadavia Barbosa Vargas	Industrial	UDN	3
Waldemiro Pedrosa	Médico	PSD	0

*Foi substituído pelo deputado João Batista Zagonel Passos, por ter solicitado licença, em virtude de assumir a Pasta da Viação e Obras Públicas.

Fonte: PARANÁ (1949). Anais da Assembleia Legislativa do Paraná, organizado pelo autor.

O número de discursos destacados no Quadro 2, seguiu a indicação que consta nos índices dos Anais. Segundo essa classificação, Vieira Netto, único parlamentar do PCB, totaliza nove discursos, o maior número dentre todos os parlamentares Constituintes nas Sessões analisadas.

Se somados os discursos por bancada, dentre os três com maior número de parlamentares eleitos, temos o PSD com 25 discursos, PTB com 24 discursos, UDN com 10 discursos de seus parlamentares. A partir da somatória dos discursos dos deputados desses partidos, podemos observar que na média, nenhum partido ultrapassa o PCB que só tinha um parlamentar. O PSD possuía 17 deputados e sua média de discursos por parlamentar é de 1,47; o PTB possuía 6 deputados e sua média fica em 4 discursos por parlamentar; a UDN, que possuía 7 deputados, fica com a média de 1,42 por parlamentar; ou seja, Vieira Netto, no período de 12 de março a 8 de abril, nas 18 sessões que se sucederam, foi o parlamentar com maior número de discursos proferidos na Assembleia Constituinte.

Quadro 3: Conteúdo dos discursos de Vieira Netto na Assembleia Constituinte, entre março e abril de 1947.

Sessão	Data	Conteúdo
1ª Sessão	13/03/1947	- Definindo [sic] a situação política do seu Partido perante a Assembleia
1ª Sessão	13/03/1947	- Sobre o caso do Contrato da Cia. Força e Luz
2ª Sessão	14/03/1947	- Sobre a proposta para que se comemore o Centenário de Castro Alves
5ª Sessão	18/03/1947	- A respeito do aumento de salário do pessoal da R. V. P. S. C.
7ª Sessão	20/03/1947	- A propósito das atribuições da Assembleia
11ª Sessão	26/03/1947	- Esclarecendo [sic] a posição política do seu Partido
14ª Sessão	31/03/1947	- Reiterando [sic] pedidos de informações à Comissão Estadual de Preços a respeito da farinha de trigo
14ª Sessão	31/03/1947	- Apoiando [sic] o requerimento do Sr. Santos Filho sobre homenagem a José da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco
17ª Sessão	07/04/1947	- A propósito do pedido de urgência formulado pelo Sr. Zagonel Passos para discussão e votação de seu requerimento referente à entronização da imagem de Cristo nesta Assembleia.

Fonte: PARANÁ (1949). Anais da Assembleia Legislativa do Paraná, organizado pelo autor.

Os discursos destacados no Quadro 3 são aqueles classificados pelos Anais da Assembleia, em que constam os discursos de todos os deputados nos meses de março e abril de 1947. No entanto, a partir de análise das Atas das 18 Sessões, consideramos importante destacar outras participações de Vieira Netto, tendo em vista a efetividade com que se deu sua atuação no período em questão, estando presente em todas as Sessões.

Quadro 4: Pedidos de palavra e intervenções de Vieira Netto nas sessões de março a abril de 1947

Número da Sessão	Data da Sessão	Pedido de Palavra	Intervenções
Sessão Preparatória ⁹⁴	12/03/1947	-	-
1ª Sessão	13/03/1947	3	6
2ª Sessão ⁹⁵	14/03/1947	1	0
3ª Sessão	14/03/1947	1	3
4ª Sessão	17/03/1947	1	9
5ª Sessão	17/03/1947	2	5
6ª Sessão	19/03/1947	1	3
7ª Sessão	20/03/1947	1	1
8ª Sessão	21/03/1947	0	4
9ª Sessão	24/03/1947	0	9
10ª Sessão	25/03/1947	1	4
11ª Sessão	26/03/1947	2	38
12ª Sessão	27/03/1947	0	0
13ª Sessão	28/03/1947	1	1
14ª Sessão	31/03/1947	2	0
15ª Sessão	01/04/1947	6	16
16ª Sessão	02/04/1947	1	0
17ª Sessão	07/04/1947	1	5
18ª Sessão	07/04/1947	2	6
TOTAL		26	110

Fonte: PARANÁ (1949). Anais da Assembleia Legislativa do Paraná, organizado pelo autor.

Ao longo das 18 Sessões, Vieira Netto só não fez uso da palavra e nem intervenções na Sessão de 27 de março de 1947. Em outras duas, não fez uso da palavra, mas fez intervenções; em outras três, não fez intervenções, mas fez uso da palavra. Em todas as demais intercalou uso da palavra com intervenções, além de requerimentos, pedidos de informação, proposições e emendas à Constituinte.

Quadro 5: Principais assuntos abordados por Vieira Netto no uso da palavra nas sessões entre março e abril de 1947.

Número da Sessão	Data	Temas/conteúdos abordados
1ª Sessão	13/03/1947	1º - Critério democrático da proporcionalidade na composição da mesa na Assembléia Constituinte. 2º - Posição política do Partido Comunista Brasileiro, defesa da greve dos leiteiros e requerimento de informações sobre a Comissão de Preços e sobre o abastecimento de leite à população. 3º - Pedido de urgência para votação de requerimento.
2ª Sessão	14/03/1947	- Comemoração do Centenário de Castro Alves
3ª Sessão	14/03/1947	- Sugestão de emenda para tornar a Assembléia mais democrática e soberana.

⁹⁴ A Sessão realizada no dia 12/03/1947 foi preparatória da Assembleia Constituinte, eleição e posse da mesa. Não constam discursos, uso da palavra ou intervenções dos deputados constituintes.

⁹⁵ Sessão Solene Extraordinária em Comemoração ao centenário de Castro Alves.

4ª Sessão	17/03/1947	- Apoio ao reinício dos trabalhos da Rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu. - Contra a remoção para o Estado de Alagoas de maquinário para montagem de usina de açúcar em Morretes. (Pedido de informação ao governo do Estado do Paraná).
5ª Sessão	17/03/1947	1º - Em defesa de melhores salários e melhores condições de trabalho para os Ferroviários e em defesa da Ferrovia Rede Viação Paraná Santa Catarina. 2º - Reforça a proposição em defesa dos Ferroviários. Pedido para votação de proposições em separado: 1 – Reivindicações dos Ferroviários; 2 – Nomeação de comissão para estudar as condições de vida do operariado em geral.
6ª Sessão	19/03/1947	- Protesto por ter sido chamado de anti-jurídico pelo Deputado Lopes Munhoz, por defender a criação de comissão para atuar em defesa dos Ferroviários, chamado por ele de tendência de restringir a soberania popular.
7ª Sessão	20/03/1947	- Questões referentes ao processo democrático na Constituição Federal de 1946 e a Constituição Estadual de 1947, destacando o poder soberano da Assembléia. Menciona também, a questão da mudança do horário de trabalho dos servidores públicos que acarretou no aumento de despesas com transporte e alimentação.
8ª Sessão	21/03/1947	- Não fez uso da palavra
9ª Sessão	24/03/1947	- Não fez uso da palavra
10ª Sessão	25/03/1947	- Proposta de emenda para o projeto de Regimento Interno.
11ª Sessão	26/03/1947	1º - Discordância com a legislação trabalhista feita de cima para baixo e com Institutos e Caixas que são obras de fachada que pouco ou quase nada fazem pelos seus beneficiários. 2º - Definição da posição política do Partido Comunista no Brasil no momento nacional.
12ª Sessão	27/03/1947	- Não fez uso da palavra
13ª Sessão	28/03/1947	- Requerimento de Certidão de Inteiro Teor ao Poder Público em relação ao contrato da Cia. Força e Luz do Paraná.
14ª Sessão	31/03/1947	1º - Pedido de informações a respeito da farinha de trigo à Comissão estadual de Preços, reiterando requerimento feito anteriormente. 2º - Apoio ao requerimento que homenageia José da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco).
15ª Sessão	01/04/1947	1º - Defesa da votação em conjunto das emendas que não têm destaque. 2º - Defesa do cumprimento do Regimento Interno da Casa. 3º - Defesa de questões relacionadas à Ordem do Dia na Assembléia. 4º - Defesa dos pequenos partidos dentro da Assembléia. 5º - Pedido de cancelamento do Artigo 47, segundo ele, aniquilador da soberania da Assembléia Constituinte. 6º - Defesa da soberania da Assembléia. O presidente não deve ser última instância, deve haver recursos para a Assembléia, de seus atos.
16ª Sessão	02/04/1947	- Proposições de emendas
17ª Sessão	07/04/1947	- Questionamento ao pedido de urgência feito pelo Deputado Zagonel Passos para entronização de um crucifixo na Assembléia.
18ª Sessão	07/04/1947	1º - Questões referentes à publicação de Leis e seu cumprimento. 2º - Questões referentes ao Regimento Interno da Assembléia Constituinte.

Fonte: PARANÁ (1949). Anais da Assembleia Legislativa do Paraná, organizado pelo autor.

O mandato de Vieira Netto foi exercido coletivamente a partir da organização de um corpo de assistentes para acompanhar os trabalhos da Assembleia Estadual. Essa informação, passada aos comunistas, por meio de circular está registrada na DOSP-PR, no dia 18/03/1947. (DOPS FI 45.992). Se considerarmos que a posse dos deputados ocorreu em 12 de março de 1947, pressupõe-se ter havido a prévia organização do Partido em torno do mandato de Vieira Netto.

Havia, também, entre os comunistas do Paraná, a ligação com o Comitê Central do Partido, a fim de informes sobre as ações desenvolvidas pelo mandato de Vieira Netto, bem como sobre questões relativas à Constituinte. Em carta endereçada a Luiz Carlos Prestes, em nome de Vieira Netto, ocupando a Secretaria Política do Partido no estado, pode-se observar esses relatos.

Curitiba, 12 do abril de 1.947.

Companheiro Luiz Carlos Prestes.

Estamos remetendo, inclusive, a documentação das atividades da fração parlamentar, desde o início das sessões ordinárias da Assembleia Legislativa Estadual, a partir de 12 de março último até o dia 2 de abril corrente. Esse trabalho foi organizado pela secretaria da fração, contendo um resumo diário das atividades da Assembleia, resumos desses que têm sido publicados no jornal "Diário da Tarde", cópias das proposições apresentadas pela fração, bem como emendas e resumos, dos principais discursos proferidos durante o período já mencionado. O Diário da Assembleia não está publicando ainda a matéria da Assembleia, pois vem anexo ao Diário Oficial e dentro de poucos dias passará a publicar a matéria atrasada e assim que o tivermos em mão, o enviaremos aos companheiros.

Fonte: DOPS-PR (PI 2194-400, p. 14).

A carta segue enfocando o planejamento dos próximos dias na Assembleia, destacando o trabalho de elaboração da parte do PCB no projeto constitucional referente a orçamento e Tribunal de Contas, sob a responsabilidade da fração⁹⁶, na

⁹⁶ Nomenclatura usada pelo PCB para articular a participação de militantes de diferentes células em eventos e movimentos. O camarada deslocado para atuar numa dada fração não se desliga da política geral do Partido, tampouco perde a perspectiva do movimento no seu conjunto. Portanto, não se desliga

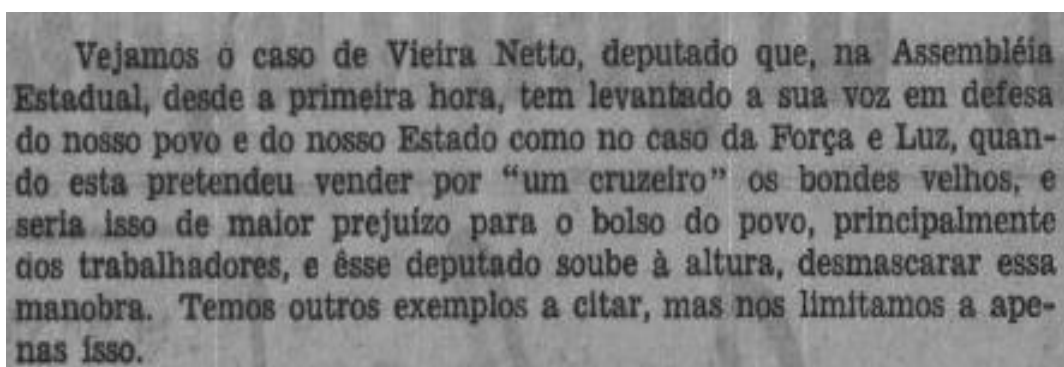
Comissão Constitucional. Menciona-se, ainda, colaboração oficiosa com os parlamentares do PSD na elaboração das Disposições Gerais. Caso haja tempo, informam a Prestes, que passarão a levantar em plenário as questões fundamentais que devem figurar no projeto, sendo a reforma agrária e o programa mínimo do PCB. (DOPS-PR, PI 2194-400, p. 14)

Ao encerrar a carta, informam os problemas que foram levantados pela fração, na Assembleia, tais como:

Ser anti-regimental a entronização da imagem de Cristo no recinto da Assembleia, proposta apresentada por um representante do Partido de Representação Popular e que foi rejeitada; Defesa da Constituição Federal contra a volta da Ditadura, ligando essa defesa à luta contra o imperialismo e pela defesa da legalidade do P.C.B.. [...] Estamos remetendo, também, copia do contrato da Cia. Força e Luz do Paraná. (DOPS-PR, PI 2194-400, p. 14).

Como estratégia de fortalecimento de suas ações junto ao povo, o PCB ocupou importante espaço nos meios de comunicação, com destaque para os jornais. Alguns, editados pelo próprio partido e outros jornais comerciais que repercutiam fatos envolvendo os comunistas. Com o mandato de Vieira Netto não foi diferente. É possível encontrar inúmeros registros jornalísticos, envolvendo a atuação parlamentar e outras ações protagonizadas por militantes do PCB.

Um dos jornais editados pelo Partido no Estado do Paraná foi o Jornal do Povo. Nesse jornal, no dia 12 de outubro de 1947, em artigo intitulado “A Você, trabalhador”, assinado com as iniciais F. A., chama-se a atenção dos trabalhadores para a Constituição Federal de 1946 e dos direitos que ela assegurava aos operários em seus artigos 157 a 159 e, na sequência, menciona-se a atuação de Vieira Netto como Deputado em defesa do povo.



Veamos o caso de Vieira Netto, deputado que, na Assembléia Estadual, desde a primeira hora, tem levantado a sua voz em defesa do nosso povo e do nosso Estado como no caso da Força e Luz, quando esta pretendeu vender por “um cruzeiro” os bondes velhos, e seria isso de maior prejuízo para o bolso do povo, principalmente dos trabalhadores, e esse deputado soube à altura, desmascarar essa manobra. Temos outros exemplos a citar, mas nos limitamos a apenas isso.

Fonte: DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 136)

da célula. É preciso atentar sempre para a regra geral de que fração não substitui célula. (MANUAL, 2018).

Na edição de 12 de outubro de 1947, há matérias publicadas no Jornal do Povo, relacionadas a próprio Vieira Netto. Uma delas, trata do empastelamento do jornal Tribuna Popular,

a propósito do empastelamento da “Tribuna Popular”, o deputado comunista Vieira Netto recebeu, de Alagoas, o telegrama que segue: “Assembléia Alagoas aprovou, unanimidade, moção veemente protesto contra empastelamento “Tribuna Popular”, reclamando enérgica punição responsáveis monstruoso atentado. (DOPS-PR - BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 136).

Em outra matéria, assinada por Vieira Netto, destaca-se o envio de Telegrama de Protesto dirigido à Assembleia de Alagoas e ao Jornal Tribuna Popular, devido a prisão de três deputados Estaduais de Alagoas, intitulada “Repetem-se os atentados à Constituição: telegramas de protesto dirigidos à Assembléia de Alagoas e à Tribuna Popular” (DOPS-PR - BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 136). O conteúdo da matéria é uma dura crítica ao governo de Alagoas e ao ataque desferido sobre a imunidade parlamentar e à liberdade de imprensa.

O telegrama enviado pelos comunistas à Tribuna Popular, conforme consta na mesma matéria, era assinado por Vieira Netto, Flávio Tibeiro, Izaurino Gomes Patriota, Antônio Carlos Raimundo. Ele foi direcionado ao Deputado Pedro Pomar, Diretor do Jornal Tribuna Popular, em solidariedade pelos ataques à liberdade de imprensa, conforme publicado no Jornal do Povo, do dia 12 de outubro de 1947.

Levamos bravos colegas “Tribuna Popular” nossa irrestrita solidariedade neste momento difícil, quando desesperado grupo fascista que cerca Governo Dutra tentou sufocar voz potente mais popular órgão imprensa brasileira, campeã na luta pela independência Pátria e defesa Democracia. Empastelamento covarde levado a efeito contra Tribuna serviu, mais uma vez, para demonstrar quanto ela é querida todo nosso povo e quão inúteis são os atentados contra ela desferidos. Nem suspensão, nem empastelamento, nem nada impedirá que Tribuna continue em seu posto de vanguarda na luta patriótica do nosso povo por sua emancipação e pela Democracia. Tudo pela reconstrução de Tribuna.⁹⁷ (DOPS-PR - BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 136).

Sobre o empastelamento do Jornal Tribuna Popular há manifestação da Assembleia de Alagoas, endereçada ao Deputado Vieira Netto, a qual “aprovou, por unanimidade, moção veemente protesto empastelamento “Tribuna Popular”,

⁹⁷ O Jornal Tribuna Popular publicou, na íntegra, o telegrama enviado no dia 03 de novembro de 1947, Edição nº 746.

reclamando enérgica punição responsáveis por monstruoso atentado”. (DOPS-PR - BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 136). Não há, no entanto, manifestação da parte da Assembleia, em relação à prisão dos deputados comunistas, também mencionados no protesto.

As menções ao mandato de Vieira Netto publicadas em jornais evidenciam a atuação do Deputado na Assembleia Constituinte e dão a dimensão da repercussão junto à sociedade. As pautas levantadas por ele nos discursos, no uso da palavra e/ou nas intervenções nas Sessões diziam respeito a questões concretas da vida do cidadão. Apesar de abordar questões referentes a todos os cidadãos, é possível notar que suas pautas principais foram aquelas voltadas às causas envolvendo os trabalhadores, a luta por direitos, numa perspectiva classista.

A repercussão do mandato e da práxis de Vieira Netto junto à sociedade paranaense e também fora dela⁹⁸, extrapola a sua atuação como intelectual regional, pois não se restringiu às pautas defendidas na Assembleia Constituinte. Seu prestígio pode ser notado quando, em maio de 1947, ele assume a Secretaria Política do PCB no Paraná, cargo que corresponde à presidência do Partido. Ao ficar fora do grupo que integrou a Comissão Estadual do PCB Paraná e do PCB Curitiba, no contexto de sua oficialização em 1945, chega à Secretaria Política do Comitê Estadual dois anos depois, conforme registrado nas Pastas (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174; BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30).

Outro fator que aponta o estrapolamento da atuação regional de Vieira Netto pode ser notado por ocasião de sua participação na instalação do pleno do PCB, no dia 22 de fevereiro de 1947. Como noticiado na Edição nº 532 do Jornal Tribuna do Povo, em 23 de fevereiro de 1947, a mesa foi composta, inicialmente, pelos dirigentes nacionais do Partido e, em seguida, após sugestão de Prestes, também compuseram a mesa os deputados pecebistas eleitos em 1947, dentre eles, Vieira Netto.

Ontem à noite, perante milhares de pessoas que superlotaram literalmente as dependências do auditório da ABI, efetuou-se a sessão de abertura do Pleno Ampliado do Comitê Nacional. [...] Estavam presentes e foram convidados a participar da Mesa os seguintes dirigentes comunistas: Luiz

⁹⁸ Em carta datada de 03 de maio de 1946, o Comitê Municipal de São Francisco do Sul convidou Vieira Netto para participar de um comício na cidade. Seu nome foi aprovado por unanimidade pelo Comitê, que justificou haver na cidade vários comunistas, mas que não se manifestavam por medo de represálias e que esse seria o primeiro comício de São Francisco do Sul. A carta refere-se a Vieira Netto como intelectual e que se esclarecesse as condições do Partido, pois na cidade pensam que o Partido era ilegal. (DOPS-PR - BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 255).

Carlos Prestes, Diógenes Arruda Câmara, Pedro Pomar, João Amazonas, Maurício Grabois, A...Dias de Oliveira, Francisco Gomes, Sérgio Holmes, Milton de Brito, David Capistrano, José Francisco e Carlos Marighella. Por sugestão de Prestes foram convidados também para a Mesa em homenagem ao eleitorado brasileiro, os deputados estaduais [...] José Rodrigues Vieira Netto. (INSTALADO, 1947, p. 1).

Ao longo da pesquisa, não foi possível localizar documento específico sobre a eleição de Vieira Netto ao cargo de Secretário Político do Comitê Estadual, no entanto, na pasta (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT274b.30), constam cartas assinadas por Vieira Netto como Secretário Político do Comitê Estadual, datadas de março de 1947. Ainda nesse contexto, o relato do Agente da DOPS-PR, em 17 de março de 1947, identificado como Agente X, infiltrado na Célula Olga Benário Prestes, aponta que, “Atualmente é secretário político do Comitê Estadual o José Rodrigues Vieira Netto, não sabendo ainda os outros membros”. (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 125). O agente da DOPS-PR, infiltrado, informa ainda, em seu relatório, que “de agora os comitês do Partido Comunista do Brasil neste Estado, passaram a ser dirigidos pelos intelectuais, deixando de lado os antigos dirigentes operários”.⁹⁹ (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 125).

A atuação dos militantes do PCB na esfera eleitoral em nível Federal, Estadual e Municipal foi intenso, após a conquista da legalidade, em 1945. Mesmo diante de adversidades como as disputas políticas típicas da atuação parlamentar ou do anticomunismo, o Partido ampliava sua inserção junto à sociedade. No entanto, o PCB, em pouco menos de dois anos após ter obtido a legalidade perante o TSE, teve novamente seu registro eleitoral cassado em 07 de maio de 1947.

As denúncias que fundamentaram o processo de cassação do PCB foram apresentadas em 23 de março de 1946 e julgadas em 07 de maio de 1947, dando origem à Resolução 1.841 (BRASIL, 1947). A primeira denúncia, composta de recortes de jornais, entrevistas e discursos, pretendia provar que o partido é uma organização internacional, orientada pelo comunismo marxista-leninista da União Soviética, que em caso de guerra com a Rússia, os comunistas ficariam contra o Brasil, pois o partido é estrangeiro e está a serviço da Rússia.

⁹⁹ Importante frisar que, mesmo havendo a distinção entre intelectuais e operários, conforme os registros da polícia, disponíveis nos arquivos DOPS-PR, para Gramsci, o intelectual não é, necessariamente, um acadêmico, mas todo aquele que exerce uma função de liderança na sociedade, a serviço do status quo ou a serviço da transformação.

A segunda, afirmava que logo que o PCB foi registrado, passou a insuflar a luta de classes, fomentando greves, criando ambiente de confusão e desordem e ainda, que nas eleições de 1945, devido aos resultados que obteve o partido provou não ser brasileiro, mas dependente do comunismo russo. Outro destaque da segunda denúncia, que também é mencionado na primeira, refere-se à afirmação de que em caso de guerra contra a URSS, o partido combateria o seu opositor, nas palavras de sua maior liderança naquela ocasião, Luiz Carlos Prestes e, portanto, demonstrava que o partido entrava em colisão com os princípios democráticos e os direitos fundamentais do homem. (BRASIL, 1947)

Ambas as denúncias julgadas e que desencadearam na cassação do PCB, em maio de 1947, baseiam-se em questões muito mais ligadas ao foro da disputa política e ideológica que propriamente criminal que justificasse a cassação do registro partidário. Tais denúncias se assemelham aos protestos anticomunistas por ocasião do julgamento que conferiu o registro ao PCB, em 1945. Esse momento da política nacional se insere no contexto da Guerra Fria, em que o Brasil, por meio do Presidente Eurico Gaspar Dutra, estreitou as alianças com os Estados Unidos e posicionou-se contra e rompeu relações com a URSS.

O Jornal Tribuna Popular, na Edição 626, de 17 de junho de 1947, publica matéria intitulada *Aplausos às palavras de Prestes*. A matéria é assinada por Vieira Netto, Flávio Ribeiro, Homero Cavalcanti Quadros, Isaurino Patriota, José Luiz e Osvaldo Faria. Os assinantes do texto manifestam apoio a Prestes por entrevista concedida ao Jornal Tribuna Popular

Curitiba – Os abaixo-assinados vêm manifestar ao querido povo brasileiro seu decidido apoio às vossas palavras, na memorável entrevista concedida à “Tribuna Popular”, que mostra o caminho justo a seguir por todos os verdadeiros patriotas, ou seja, lutar pela renúncia imediata de Dutra, a fim de livrar nossa pátria das garras do imperialismo yanque e proporcionar ao nosso povo condições para resolver a grave situação de miséria e fome em que se encontra. (APLAUSOS, 1947, p. 3).

Em março de 1947, os Estados Unidos proclamaram a doutrina Truman¹⁰⁰ e já no mês de maio, em países como França e Itália, sob pressão norte-americana, os

¹⁰⁰ “Nome pelo qual ficou conhecida a política externa adotada pelo Governo Truman em relação aos países do bloco capitalista. A adoção desta política visava conter a expansão do socialismo não pertencente à zona sob influência da União Soviética. Esta política teve o início formal quando em 12 de Março de 1947 o presidente norte-americano Truman pronunciou um discurso em que assumiu o compromisso de defender o mundo capitalista contra o comunismo. De imediato, foi proposta a concessão de créditos para a Grécia e a Turquia e a colaboração financeira dos Estados Unidos na

Ministros comunistas foram demitidos dos governos de coalizão que se haviam formado, após o final da guerra. Inicia-se, então, campanha anticomunista liderada pelo senador Joseph McCarthy¹⁰¹, nos Estados Unidos, que representou uma verdadeira caça às bruxas. (KONDER, 1980)

Segatto (1981) corrobora com essa discussão ao apontar que já em 1946, o governo Dutra e setores da classe dominante começam a fechar o cerco, com o objetivo de isolar o PCB e barrar seu crescimento. Isso justifica o fato da continuidade da vigilância da Polícia Política, mesmo em tempos de legalidade do Partido. A ação de Dutra tem como origem a embaixada dos Estados Unidos que, por meio de telegrama, comunica ter recolhido junto à polícia, informações de que um decreto havia sido preparado para tornar o PCB ilegal. “Documentos oficiais da época dão conta de que o ministério estava excitadíssimo para fechar o PCB, mas que o próprio ministro da guerra, general Góis Monteiro, achava o momento inoportuno”. (SEGATTO, 1981, p. 58)

O cenário, no entanto, modificava-se rapidamente e, em poucos meses, o embaixador norte-americano William D. Pawley e o general Alcino Souto, em conversa, se mostram exultantes, pois, segundo Segatto (1981), já haviam sido coletadas as provas para declarar o partido como ilegal e que, inclusive, a opinião pública já estava pronta para apoiar a decisão.

Esses elementos se somam contra a atuação do PCB no país e o julgamento da cassação do registro partidário é desfavorável ao Partido, resultando em três votos a favor e dois votos contrários à cassação.

Os votos vencedores concluíram pela procedência das acusações, com base na violação ao art. 141, § 13, da Constituição Federal de 1946, c.c. o art. 26, alíneas a e b, do Decreto-Lei nº 9.258/46. Esse dispositivo constitucional vedava à organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa ou ação contrariasse o regime democrático. O preceito estava baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. A tese vencida ressaltou a

recuperação da economia dos países europeus. A ajuda americana não se limitava ao campo econômico, mas estendia-se ao campo militar o que deu origem à Guerra Fria. No campo econômico, a Doutrina Truman foi responsável pelo chamado Plano Marshall”. (DICIONÁRIO, 2018).

¹⁰¹ “McCarthy, Joseph Raymond (1908-1957), Senador norte-americano do Partido Republicano no período 1947-1957. Ficou conhecido por sua participação, no período 1950-1956, nas investigações sobre atividades comunistas nas quais os acusados de comunistas ou de simpatizantes do comunismo eram investigados e acusados publicamente, mesmo sem provas suficientes. Este período de caça aos comunistas ficou conhecido como a “Era McCarthy” e o termo “maccartismo” passou a significar “a prática de divulgar acusações de deslealdade política ou de subversão sem provas evidentes” e “o uso de métodos de investigação ou de acusação desonestos, visando eliminar os adversários”. (DICIONÁRIO, 2018).

ausência de provas das alegações e defendeu a democracia calcada na pluralidade partidária, independentemente do caráter antidemocrático das agremiações, razão pela qual entendeu manter o registro do partido. (BRASIL, 2015)

Perante as restrições impostas ao PCB com a cassação do registro partidário, os pecebistas (militantes do PCB) lançaram candidatos por outras legendas. Em Curitiba, nas eleições para vereador, no ano de 1947, foram candidatos Maria Olímpia Carneiro (Professora Normalista) e Hedel Jorge Azar (Estudante). Ambos eram militantes comunistas e foram lançados pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST). (DOPS-PR FI 26.160; FI 02.855).

A estratégia do Partido em lançar candidatos por outras legendas foi precedida da tentativa de conseguir legalizar o Partido Popular Progressista (PPP). Para não perder o capital político acumulado em torno às suas ações e suas lideranças, o PCB passa a identificar seus candidatos às lideranças de maior visibilidade dentro do Partido. Com isso, ora se apresentavam como candidatos de Prestes, liderança nacional do PCB, ora como candidatos de Vieira Netto, liderança regional do Partido Comunista do Brasil, no Estado do Paraná.

Nas eleições para vereador em Curitiba¹⁰², os candidatos Maria Olímpia Carneiro e Hedel Jorge Azar, além da associação ao nome de Vieira Netto e de Prestes nas propagandas eleitorais, realizaram comícios e eventos esportivos ao longo da campanha. Essas ações visavam divulgar seus nomes, suas propostas e também fortalecer a vinculação às lideranças. Em festival realizado em 09 de novembro de 1947, anuncia-se a apresentação dos candidatos populares de Vieira Netto, com música, bebidas, comidas e torneio de futebol entre jogadores das fábricas, divididos em duas Taças: Taça Candidatos do Povo: Maria Olímpia Carneiro e Hedel Jorge Azar e Taça Vieira Netto. A ênfase aos candidatos de Vieira Netto aparecia em frases como, “Tudo pelos candidatos de Vieira Netto”. (DOPS-PR - PI 1481.356).

¹⁰² Em texto assinado por Vieira Netto e Antônio Carlos Raimundo, arquivados na DOPS-PR (PI 1481.356), afirmam que, devido a elementos reacionários dos partidos da classe dominante não foi permitida a eleição para Prefeito de Curitiba, nessa ocasião, mutilando a autonomia da Capital. Consideramos importante mencionar esse fato, com o objetivo de situar a referida eleição apenas para vereadores, mas também reforçar o papel do PCB politicamente, uma vez que o texto aponta para o fato de não terem ocorrido eleições para Prefeito de Curitiba devido aos integrantes de partidos da classe dominante não terem permitido, conforme relato.



Fonte: DOPS – PR (PI 1481.356, p. 1181).

A estratégia do Partido era aproximar-se efetivamente das bases e a realização desse festival aponta para isso, uma vez que, unem a propaganda política à diversão, ao lazer, ao esporte, à convivência e à reunião dos trabalhadores fora do espaço de trabalho.

O texto de apoio, de apresentação e de reforço das candidaturas comunistas intitulado, 'Ao povo e ao proletariado', assinado por Vieira Netto e Antônio Carlos Raimundo, ressalta a importância de se eleger candidatos democratas. Esse objetivo se relacionava à defesa das conquistas democráticas e, para isso, era fundamental a eleição de homens e mulheres que exercessem seus mandatos sem conchavos, sem interesses ocultos.

Vieira Netto e Antônio Carlos Raimundo destacam os candidatos como lutadores antifascistas, democratas, honestos e sinceros e que, na Câmara Municipal de Curitiba, continuariam a conduta que se tinha na Assembleia Constituinte Estadual.

Os deputados infra-assinados, sentem-se perfeitamente à vontade para indicar ao eleitorado do Município de Curitiba, como candidatos populares a Vereadores da Câmara Municipal, dos nomes dos lutadores anti-fascistas e democratas honestos e sinceros – Maria Olímpia Carneiro, professora normalista e estudante Hedel Jorge Azar, que na legenda do P.S.T. continuarão na Câmara de Curitiba a linha de conduta que temos mantido na Assembleia Constituinte e no Legislativo Estadual [sic]. TUDO PELA DEFESA DA DEMOCRACIA! PELA VITÓRIA DOS CANDIDATOS

POPULARES! (ASS.) VIEIRA NETTO; ANTONIO CARLOS RAIMUNDO. Deputados Estaduais. (DOPS-PR - PI 1481.356, p. 1145).

A estratégia de lançar candidatos por outras legendas e associá-los às lideranças do Partido se repetiu em outros municípios do Estado, como em Antonina com “Adão Toledo Aghar do Nascimento, inscrito sob a legenda da U.N.D. Em Antonina, é o querido e combativo líder popular, candidato de Prestes, recomendado pelo Deputado Vieira Netto e que irá defender o seguinte programa: [...]. (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 139).

Em Londrina, o candidato de Prestes, Manoel Jacinto Correia, foi lançado pelo PTB. Conforme noticiado pelo Jornal do Povo, em 12 de outubro de 1947, com a manchete “Vibra o povo de Londrina com a campanha eleitoral: cinco mil pessoas assistiram ao grande comício realizado no dia 11 do corrente” e destacava:

O povo de Londrina se prepara para as eleições municipais do próximo domingo com a melhor disposição para a vitória. [...] Abrindo o grande comício e sob aclamações da assistência, fez uso da palavra, o operário em construção civil, Manoel Jacinto Correia, inscrito sob a legenda do P.T.B.. [...] Vieira Netto, o querido deputado comunista, foi o orador seguinte e fez a assistência vibrar com a profunda análise que fez da situação nacional e da importância das eleições municipais. (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 139).

O destaque para a atuação de Vieira Netto em campanhas para o legislativo municipal reforça o caráter de sua liderança no estado, como se pode notar no que fora noticiado pelo Jornal do Povo, ao referir-se ao comício ocorrido na cidade de Londrina.

O registro do PCB tinha sido cassado, no entanto, os comunistas estavam em plena atividade e apostavam no trabalho feito na Assembleia Legislativa e Assembleia Constituinte, como forma de conquistar votos junto ao eleitorado curitibano. O fato de o texto reforçar a importância da eleição de democratas e frisar que os candidatos eram lutadores anti-fascistas, demonstra o ambiente político polarizado do pós-guerra.

A estratégia utilizada pelo Partido deu resultado. Na eleição de 1947, os comunistas conseguiram eleger vários vereadores no Paraná, dentre eles, a primeira mulher vereadora em Curitiba, Maria Olímpia Carneiro, eleita com 436 votos. A eleição de uma mulher era um feito raro para a época, pois a mulher tinha pouquíssimo espaço de participação na sociedade e quase nenhum espaço de inserção na política

(BRASIL, 2016). A candidatura de Maria Olímpia Carneiro¹⁰³ se insere no contexto da militância feminina dentro do PCB, inclusive dentre as lideranças partidárias diante da relevância do tema, devido à participação quase nula da mulher na política naquele contexto.

A discussão das candidaturas dos comunistas em outras legendas revela também a posição de destaque de Vieira Netto em relação à participação da mulher nas instâncias decisórias e legislativas que, como já dito, representam posição de protagonismo, por ser a política um espaço, ainda hoje, majoritariamente dominado por homens, com aumento significativo das mulheres, no entanto, aquém da sua proporcionalidade de gênero na sociedade.

A inserção de Vieira Netto nas questões referentes à mulher não se dava apenas em relação à participação política pela via eleitoral. Há registro do envolvimento de Vieira Netto na Conferência Estadual de Mulheres, realizada pela Federação de Mulheres do Paraná, entre os dias 14 e 16 de dezembro de 1951, em Curitiba, segundo documento da Chefatura de Polícia do Estado do Paraná, assinada pelo delegado de Ordem Política e Social, Fausto Thomaz. Nesta conferência, estavam presentes: o vice-governador do Estado e Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Júlio Rocha Xavier, Vieira Netto, Wallace Tadeu de Mello e Silva, dentre outros. (SIAAPM, 2018).

Dentre os documentos a que tivemos acesso sobre a inserção de Vieira Netto nas questões eleitorais, no início da década de 1950, no contexto da cassação do registro do PCB e, por consequência, a cassação de seu mandato, podemos observar que a candidatura dos comunistas em outras legendas passara a ter um empecilho. Segundo o artigo de Vieira Netto, publicado no Jornal Tribuna do Povo, no dia 5 de agosto de 1950, intitulado “Abjuração, Nunca!”, o Superior Tribunal Eleitoral, havia determinado a abjuração ideológica para os candidatos que tiveram seus mandatos cassados.

Em seu artigo, afirma que

A recente decisão do Superior Tribunal Eleitoral, determinando a exigência de abjuração ideológica para o registro dos candidatos cujos mandatos anteriores hajam sido cassados, — é mais uma violência inútil desse tribunal

¹⁰³ Fizemos busca nos sites Google Acadêmico, e SciELO sobre Maria Olímpia Carneiro, no entanto, não encontramos nenhuma produção acadêmica. Em busca no Google, é possível encontrar matérias jornalísticas e registros na Câmara de vereadores de Curitiba sobre a eleição de Maria Olímpia em 1947.

americano sabujo e repugnante, cuja única razão de existência e funcionamento — é de ser servil às ordens do Catete e da embaixada yankee. [sic]. Violência inútil porque sabem esses magistrados que desmoralizam a magistratura — que nenhum comunista jamais renunciaria aos seus princípios ideológicos filosóficos para obter um lugar [sic] num desses parlamentos de classe dominante, cujo triste papel tem se reduzido a servir à ditadura, cassar mandatos e apoiar o carro de guerra americano. Parlamentos que desde que se calou a voz dos deputados do proletariado, se transformaram em sepulcros vazios onde apenas se sente o mau cheiro das estéreis contradições de classe, abafando e narcotizando as poucas vozes honestas que ainda ali existem. Sabe a reação que os parlamentares cujos mandatos foram cassados, são os mais vigorosos e combativos representantes da classe operária, e o medo, o terror, o pânico de ouvir de novo a voz de Prestes, de Amazonas, Marighella, e tantos outros, ressoando livre para denunciar infâmias e indicar revolucionariamente o verdadeiro caminho, a saída justa para a libertação nacional, a luta anti-imperialista, o combate à reação despudorada e feudal — esse medo e esse terror é que dita na prática medidas tão abjetas como essa que equivale pura e simplesmente à cassação dos nossos direitos políticos.

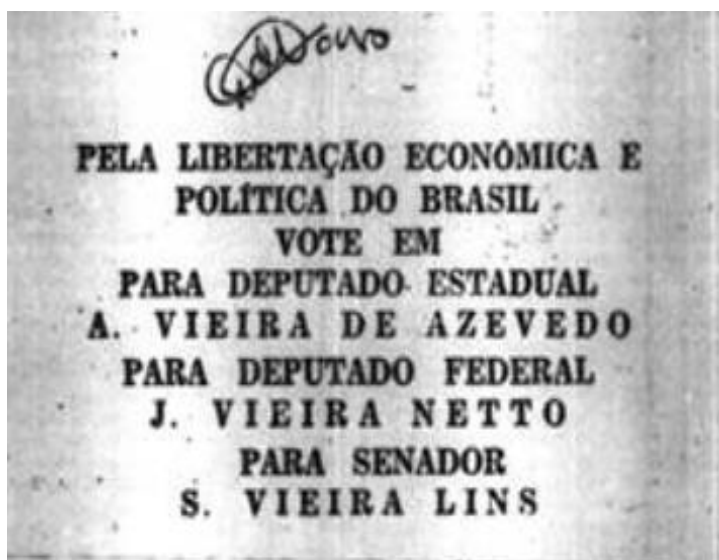
Ao mesmo tempo, a reação incentiva as candidaturas dos traidores, dos carreiristas de todos os tipos, permitindo que, das várias chapas de classe dominante, figurem oportunistas conhecidos e já há muito desmascarados, que se intitulam “comunistas”, ou “amigos dos comunistas” com os objetivos de cavar alguns votos que a sua incapacidade não conseguiria de outra forma. Não temos ilusões eleitorais. A saída para a crise brasileira não é a substituição de homens no Poder. — Mas incumbe ao Proletariado, nessas improváveis eleições de classe dominante, desmascarar os carreiristas, desprezar os traidores e forçar com amplos e organizados movimentos de massa em torno de suas reivindicações concretas — lutar pela inclusão e eleição de seus verdadeiros candidatos que não serão certamente os carreiristas e os traidores. Os verdadeiros candidatos do Povo — serão conhecidos lutadores capazes de assegurar contra a reação e o imperialismo, a continuidade da luta popular organizada — que hoje se concentra na derrubada de uma ditadura de classe dominante, na luta pela paz e contra a agressão imperialista já desencadeada, e pela libertação nacional de nossa pátria e a formação de um governo popular e democrático. (DOPS-PR, PI 2193-400, p. 309).

O artigo, considerando-se o conteúdo da manifestação de Vieira Netto em referência à cassação dos mandatos anteriores e à necessidade de abjuração ideológica, nos leva a inferir que existia, por parte dele, a intenção em candidatar-se. No entanto, nos documentos que tivemos acesso não foi possível a confirmação se houve candidatura de Vieira Netto, no início da década de 1950. Não obstante, seu artigo extrapola a crítica à imposição do Superior Tribunal Eleitoral, apresentando também a denúncia da subserviência aos ditames dos Estados Unidos, descritos por ele no texto com expressões como “carro de guerra americano” e servilismo à “embaixada yankee [sic]” ianque.

A abjuração ideológica citada por Vieira Netto como exigência aos candidatos, em 1950, não foi constatada em outras eleições em que os pecebistas lançaram candidatos por outras legendas, como ocorreu nas eleições, em 1962. Nesse ano,

Vieira Netto se candidatou pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB¹⁰⁴). Em depoimento, Jorge Karan afirma que Vieira Netto foi candidato a Deputado Federal, juntamente com Agliberto Vieira de Azevedo, candidato a Deputado Estadual, numa parceria do PCB com o PSB. (BNM DIGITAL 391-2676). Ridenti (2010) assevera que o PSB, no contexto anterior a 1964, figurava entre os partidos de esquerda, gozava da legalidade partidária e propunha o socialismo democrático.

Na BNM Digital (391-909), é possível constatar as candidaturas já citadas, em propaganda dos referidos candidatos, juntamente com Vieira Lins, candidato ao Senado da República.



Fonte: BNM Digital (391-909)

Ao se referir à candidatura de Vieira Netto na década de 1960, Andréa, em entrevista, afirma que ela aconteceu em 1962 pelo PSB. “Em 1962 ele foi candidato pelo PSB, Partido Socialista Brasileiro. Com certeza. Isso porque, nesse tem participação direta minha”.¹⁰⁵ (Informação verbal). Além de confirmar a candidatura,

¹⁰⁴ Com o fim do Estado Novo, um grupo de 63 pessoas funda, em 1945, a Esquerda Democrática, um movimento organizado em defesa das transformações sociais e das liberdades civil e política. Em 1946, é realizada a primeira convenção e aprovado o programa. A ED se diferenciava da UDN (União Democrática Nacional), que defendia o liberalismo econômico, e dos comunistas adeptos ao stalinismo. A Esquerda Democrática dá origem ao Partido Socialista Brasileiro, em 1947, que nasce sob o lema “Socialismo e Liberdade”. Em agosto, o primeiro congresso afirma a sua ideologia socialista, ao proclamar a função social da propriedade e o papel do Estado na economia, defender reformas estruturais, a nacionalização de áreas estratégicas, a ampliação dos direitos dos trabalhadores e a garantia da saúde e educação. João Mangabeira é escolhido presidente do PSB. Criada a Folha Socialista, veículo de informação e debate de ideias do partido. (NASCE, 2018)

¹⁰⁵ Entrevista concedida ao autor, em 20 de maio de 2017

Andrée destaca o trabalho de campanha eleitoral realizado juntamente com Vieira Netto e os demais candidatos do PSB.

Eu participava com ele em todos os momentos. Na política, eu participei quando ele era candidato a deputado em 1962, na campanha para ele ser candidato a deputado federal aqui pelo Paraná. Então, era Vieira Netto e Vieira Lins. Nós saíamos numa Kombi para fazer campanha. Foi uma campanha muito boa. [...] Ele foi o mais votado do Estado, mas a legenda não alcançou. Naquela época tinha a questão da legenda. Mas, isoladamente, ele foi o mais votado, mas ele tinha que carregar legenda, né? E o partido socialista, nessa época, não era fácil, né?¹⁰⁶ (Informação verbal).

Não restam dúvidas das candidaturas dos pecebistas por outras legendas no contexto da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro, como estratégia de participação na via eleitoral e de inserção nas instâncias decisórias da República. No que tange à Vieira Netto, em seu depoimento prestado em 24 de julho de 1964, quando questionado sobre sua participação na referida eleição de 1962, afirma ter sido candidato pelo PSB, juntamente com Agliberto Vieira, e que obteve, individualmente, entre 11.000 e 12.000 votos, fora os anulados, não se lembrando, exatamente, o número de votos obtidos¹⁰⁷.

respondeu que por ocasião das eleições para renovação do legislativo federal atual, o Partido Socialista Brasileiro pretendeu disputar uma senatória, tendo escolhido para isso um candidato de seus próprios quadros, que disputando uma eleição majoritária, a preocupação dos dirigentes do Partido Socialista, foi formar uma frente eleitoral mais do que os seus próprios quadros, dentro de um programa mínimo, elaborado pelo próprio partido Socialista e que fosse aceito por outros eventuais candidatos independentes, que o declarante como já disse, tinha há muito tempo entrado em recesso de atividades políticas partidárias, por falta de expressão legal, e com grande relutância acedeu, adigo, acedeu a um convite que lhe fez o partido Socialista, com grande antecedência, para discutir esse programa mínimo elaborado, por aquele

Fonte: BNM Digital (391-950)

¹⁰⁶ Entrevista concedida ao autor, em 20 de maio de 2017

¹⁰⁷ Em consulta aos Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais - Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963, v. 7, (BRASIL, 1973), não encontramos os nomes dos candidatos a Deputado Federal nas eleições de 1962 e sua respectiva votação. Nesse caso, em específico, há somente uma tabela com a votação dos partidos ou das coligações que apontam que o Partido Socialista Brasileiro obteve 9.962 votos.

Continua:

Continuação do Termo de Perguntas ao PROF JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO
 por aquele partido, e em consonância com os seus princípios ideológicos (dêle Partido Socialista); que tendo o declarante concordado em tese com essa declaração de princípios, no gozo de prerrogativas cidadãs, o declarante ingressou no Partido Socialista e foi indicado / candidato a deputado federal, em Convenção Estadual dêsse Partido Socialista; que realmente o Capitão AGLIBERTO VIEIRA DE AZEVEDO, foi / candidato a deputado estadual, na legenda do Partido Socialista juntamente com outros vários candidatos; que o declarante não tem uma /

Fonte: BNM Digital (391-951)

A cassação do registro do PCB desencadeou uma série de ações contra o Partido e seus militantes. A ilegalidade do PCB durou até a década de 1980, no contexto da redemocratização do país, após a ditadura militar 1964-1985. Nessas quase quatro décadas, a candidatura dos seus militantes se davam em outras legendas, porém, sem perder a identidade partidária, alicerçada no Partido. Nos primeiros meses, após a decretação da ilegalidade do PCB, a restrição esteve voltada somente ao lançamento de candidatos pela sigla, como já apontado, não prejudicando os mandatos dos pecebistas. No entanto, em janeiro de 1948, os parlamentares do PCB, em nível Federal e Estadual, foram cassados, dentre eles, Vieira Netto. O contexto, envolvendo a cassação do PCB e de Vieira Netto será discutido na sequência da tese.

CAPÍTULO 3

VIEIRA NETTO: MILITANTE PERSEGUIDO E PRESO

“Nada havia a temer dos meus feitos. Os meus pecados não contavam. Os grandes crimes de minha vida eram o Trabalho e o Pensamento. Assim voltei. Para ser preso, processado, interrogado sobre os Livros que havia lido, as Opiniões que formara sobre a História Política, a Sociologia do meu País, sobre as Idéias que pensava e o Trabalho que fazia, o Ensino que eu transmitia”. (DOPS-PR, PI 2194-400, p. 140)

A trajetória de Vieira Netto após seu ingresso no Partido Comunista Brasileiro foi marcada por constantes perseguições. Dentre as cassações, tem-se a dos seus direitos políticos, a cassação de sua cátedra como Professor de Direito Civil com a aposentadoria compulsória, ocorridos dias após a consumação do golpe militar de 1964 e a cassação de seu mandato parlamentar como Deputado Estadual pelo Paraná, ocorrido em janeiro de 1948 e a tentativa de cassação de seu direito de advogar.

Ambas as cassações se inserem no contexto da militância comunista de Vieira Netto no PCB. Era a forma encontrada por seus opositores políticos de interromperem suas ações e, conseqüentemente, abortarem a construção de um projeto societário amparado na ideologia difundida pelo Partido Comunista Brasileiro. Para isso, além das cassações, mantinham vigilância constante sobre Vieira Netto e os demais militantes do PCB, desencadeando perseguição, ameaças à integridade física, prisão, tortura e Inquéritos Policiais.

A primeira cassação a que Vieira Netto foi submetido tem relação com a cassação do registro partidário do PCB, que aconteceu poucos meses após sua posse como Deputado Estadual Constituinte no Paraná. Vieira Netto foi eleito em janeiro de 1947, tomou posse em março e o Partido foi cassado em maio do mesmo ano. Os pecebistas, em poucos momentos, foram autorizados legalmente a exercer a participação política pela via eleitoral, pois desde a fundação do Partido foram vigiados, perseguidos, processados, presos e alguns até mesmo assassinados. Destarte, isso não restringiu a participação pela via da política, como instrumento da democracia liberal, nem a difusão do projeto defendido pelo Partido, tão pouco restringiu as ações do Partido protagonizadas por seus militantes, principalmente, junto aos trabalhadores.

A análise dos registros da polícia política, arquivados pela DOPS-PR, que é nossa principal fonte de pesquisa documental, aponta que há sobre os militantes comunistas uma vigilância constante e uma estrutura de registros aperfeiçoada. Esses registros contêm minúcias das atividades desenvolvidas e das pessoas envolvidas nas respectivas atividades, mapeadas e devidamente registradas, com detalhamento sobre suas funções, grau de responsabilidade, atividade profissional, endereço e níveis de atuação na estrutura partidária.

Para conseguir tamanho controle, havia agentes da Polícia Política infiltrados nas Células do PCB, passando-se por militantes e frequentavam as reuniões, como o caso do relatório enviado ao Delegado de Ordem Política, em 08 de agosto de 1946, que informava sobre a reunião da Célula Marcílio Dias. O relatório não contém assinatura do agente da DOPS. Ao final do texto, consta apenas a descrição “(a) Keinert.” (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 184). Outro caso que envolve os infiltrados é o do Agente X, da Célula Olga Benário Prestes, em março de 1947. (DOPS-PR BR.PRAPPR.PB004.PT1468d.174, p. 125).

As células eram o cerne da estrutura organizativa do Partido. Infiltrado nas Células, os Agentes Secretos repassavam aos seus comandantes as informações atualizadas das ações e dos acontecimentos envolvendo o Partido. Diante de tamanha vigilância, o acesso às estratégias e táticas dos pecebistas chegava até a polícia e possibilitava o controle, a vigilância e repressão sobre os militantes.

Segundo os documentos da DOPS-PR, a atuação dos infiltrados se deu também no contexto da Ditadura Militar (1964-1985). Como se pode notar, no Informe 64-E2/65, secreto, do Ministério da Guerra, III Exército – 5ª RM 5ª DI, Quartel General – E2, assinado pelo Comandante da 5ª RM/DI, com data de 13 de abril de 1965, “Um agente, infiltrado no PC, informou o que se segue: [...]”. (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1465.173, p. 79).

Na mesma pasta, é possível notar que o PCB tinha conhecimento dos infiltrados em sua organização, conforme conteúdo do Partido, relatado no informe 117-E2/65, da 5ª RM/DI. Dentre outras questões, o Partido alerta os militantes a se atentarem para a organização, as normas de segurança, a preparação das reuniões, o segredo partidário, visto que atuavam na ilegalidade. No que se refere aos infiltrados, destaca que

nunca se ligar a nenhum grupo ou corrente ilegal, a não ser por decisão do seu organismo. Existem vários grupos “revolucionários” que estão infiltrados de policiais. Ter cuidado ao receber convites, ouvir primeiro a opinião se seu organismo e da direção partidária. Vários camaradas já foram presos por terem cometido este erro. (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1465.173, p. 86).

O mais notável é que essa estrutura de controle e vigilância que existia desde as primeiras décadas do século XX, não deixou de atuar, mesmo quando o PCB teve seu registro legalizado junto à Justiça Eleitoral no país, de 1945 a 1947. Os registros sobre Vieira Netto, no período da legalidade do PCB, atestam esse monitoramento e vigilância. Dentre os registros, estão incluídas atividades como comícios, textos em jornais, documentos do Partido, relatos de reuniões dos militantes produzidos pelos agentes infiltrados, registro da organização das ações, de reuniões no escritório de advocacia de Vieira Netto, dentre outros. Tudo isso em pastas individuais, fichas individuais e pastas temáticas.

As ações da DOPS-PR, em tempos de legalidade do Partido, evidenciam que o medo do comunismo, o anticomunismo, as disputas político-ideológicas não arrefeceram com o fim do Estado Novo, no contexto do pós-guerra, mas foi apenas uma pequena trégua, perante a força política que o PCB contava nesse contexto, seja em nível nacional, seja em nível estadual. Os dois anos da legalidade partidária (1945-1947) foi um espaço de tempo para que as forças políticas opositoras aos comunistas se rearticulassem para neutralizar o Partido na via da disputa eleitoral, o que permaneceu até a década de 1980, com o fim da Ditadura Militar (1964-1985) e a tentativa de conter a atuação dos comunistas em outros espaços da sociedade brasileira.

Neste capítulo, iremos discutir o que concerne à militância, perseguição e prisão de Vieira Netto. Trataremos, a seguir, de questões referentes à cassação do seu mandato parlamentar, os fatos envolvendo suas ações na organização e realização do Congresso Pró-Paz, as inserções em defesa dos militantes comunistas, em que, inclusive foi agredido por policiais. Por fim, o enfoque se volta aos acontecimentos posteriores ao Golpe Militar de 1964, que lhe impôs a necessidade da fuga, desencadeou sua prisão, Inquérito Policial Militar, cassação dos direitos políticos, aposentadoria compulsória, dentre outros.

3.1 CASSAÇÃO DO SEU MANDATO PARLAMENTAR

A cassação do mandato de Vieira Netto insere-se no bojo das consequências da cassação do registro do PCB. No entanto, a Resolução nº 1.841 (BRASIL, 1947) não mencionava as medidas que seriam tomadas em relação aos mandatos eletivos conquistados pelos parlamentares pecebistas. A legislação a respeito da perda de mandatos estava prevista somente na Constituição. Vale destacar que os motivos alegados para a perda de mandatos nos casos específicos impostos pelo TSE, não se enquadravam em nenhum daqueles previstos na Carta Magna de 1946.

Desta feita, no mês de outubro de 1947, o Senador Ivo D'Aquino (PSD de Santa Catarina), propôs o Projeto de Lei Suplementar nº 24/1947, transformado em Projeto de Lei nº 900/1947, a fim de regular os casos de extinção dos mandatos Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, eleitos ou não sob a legenda partidária. (BRASIL, 1947).

O PL nº 900/1947 foi transformado na Lei nº 211, sancionada no dia 07 de janeiro de 1948, determinando a perda dos mandatos. A referida Lei previa, ainda, que as “Mesas dos Corpos Legislativos, a que pertencerem os representantes, declararão extintos os mandatos”. (BRASIL, 1948). Em cumprimento à Lei nº 211/1948, a Assembleia Legislativa do Paraná, no dia 12 de janeiro de 1948, declarou extinto o mandato de José Rodrigues Vieira Netto e de seus suplentes.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Nº 6

R



A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,
 TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO ART. 2º DA LEI Nº 211 DE 7 DO CORREN
 TE MÊS E O TELEGRAMA DO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR
 ELEITORAL, DECLARA EXTINTO O MANDATO DE DEPUTADO DO SENHOR JOSÉ
 RODRIGUES VIEIRA NETTO E SEUS SUPLENTES, ELEITOS SOB A LEGENDA
 DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.

CURITIBA, 12 DE JANEIRO DE 1.948.-

J. Ch. Presidente
Waldemiro Tedesco 1º Secretário
José Antônio 2º Secretário

Fonte: PARANÁ (2016) Assembleia Legislativa do Paraná.¹⁰⁸

A extinção do mandato de Vieira Netto também foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, no dia 13 de janeiro de 1948.

¹⁰⁸ Documentos enviados a este pesquisador pela Diretoria Legislativa, Centro de Pesquisa e Documentação da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme protocolo número 5347/2016. PARANÁ (2016).

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO

N. 261 CURITIBA, 3.ª-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 1948

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista o disposto no Art. 2.º da Lei n. 211 de 7 do corrente mês e o telegrama do senhor Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, declara extinto o mandato de deputado do senhor José Rodrigues Vieira Netto e seus suplentes, eleitos sob a legenda do Partido Comunista do Brasil.

Curitiba, 12 de janeiro de 1948.

JOÃO CHEDE — Presidente
Waldemiro Pedrosa — 1.º Secretário
José Machado — 2.º Secretário.

creto-lei n. 12.115, de 28 de de 1941, pelo prazo de 30 (trinta) e para tratamento de sua função de Trabalhador, referenciada na Tabela Numérica de Extra-funcionários do Departamento de Educação Anual, desta Secretaria de 29 de dezembro do ano findo.

N. 17

Licenciando, ex-officio, de acordo disposto no art. 155.º, alínea 2.º do creto-lei n. 12.115, de 28 de outubro de 1941, pelo prazo de 20 (vinte) dias.

Fonte: PARANÁ (2016). Assembleia Legislativa do Paraná

Em entrevista realizada com Andréa Gabrielle de Ridder, perguntou-se se Vieira Netto falava do mandato de Deputado e da cassação que lhe impuseram, ela afirma que sim,

Ele sempre falava. Ele sofria muito de não ter sido entendido nos princípios dele. O Vieira nunca foi radical. O Vieira sempre achou que a vida tinha que ter um equilíbrio. Não pode ser radical ou extremamente de esquerda. Esquerda é um nome que você chama uma pessoa que está lutando por uma causa. Mas ele, como Deputado, adorava fazer as defesas, como Deputado ele fazia os projetos, ajudava as pessoas, as classes sociais, ele ajudava em tudo que podia fazer e de repente ele era cassado? Tinham tirado aquilo dele. É como tirar um doce de uma criança. Mas não que ele vivesse daquilo. Não que aquilo era a fonte de renda. Era a fonte dele poder ajudar e transmitir os conhecimentos dele para outros.

A menção de Andréa sobre a atuação de Vieira Netto como deputado é confirmada quando analisamos os Anais da Assembleia Constituinte a que tivemos acesso e, como já apontado, a atuação se destacava perante os demais deputados, seja nos discursos proferidos, seja no uso da palavra ou nas intervenções perante as discussões em pauta. O conteúdo das participações de Vieira Netto, bem como os projetos defendidos encontram ressonância nas palavras de Andréa, de que ele adorava fazer as defesas, ajudava as pessoas, as classes sociais, em tudo que podia fazer.

Destarte, a cassação de qualquer parlamentar repercutiria na sociedade. No entanto, o fato de envolver um parlamentar sem motivo justificável, de cunho criminal, desvio de conduta, corrupção ou qualquer outra razão do ponto de vista legal, na

democracia liberal, repercute ainda mais. Vieira Netto teve seu mandato extinto em consequência da cassação do registro do Partido. Ele gozava de prestígio junto à classe dos advogados, junto ao Partido Comunista, desempenhava o exercício do mandato com expressiva atuação¹⁰⁹ e pautava, na via parlamentar, as demandas prementes da sociedade em geral, como o caso da Cia. de Força e Luz e do Transporte Público, assim como pautas específicas da classe trabalhadora, como a greve por aumento de salário, a greve dos leiteiros, dentre outros.

Segundo Izaurino Gomes Patriota¹¹⁰, em entrevista concedida a Codato e Kieler (2008, p. 240),

Quando Vieira Netto foi cassado, nós acompanhamos um grupo de parlamentares a casa dele. Foi um momento traumatizante e de muito desgosto. Todos os partidos fizeram discursos homenageando-o e lamentando a saída dele da Assembleia, porque era um homem que estava dando grande contribuição, inclusive para a elaboração da Constituição Estadual.

A Sessão de 12 de janeiro de 1948, a qual foi decretada a cassação de Vieira Netto foi sucedida de discursos de deputados Constituintes que destacavam suas contribuições para a nova Constituição e para a sociedade paranaense, enaltecendo as qualidades do parlamentar. Na mesma sessão, havia também parlamentares favoráveis à cassação, o que demonstra que a decisão do TSE ecoava no interior do país, fazendo valer a imposição do tribunal, que encontrava guarida nas disputas políticas e posições ideológicas divergentes. Como forma de garantir que a imposição seria cumprida, a polícia foi posicionada dentro da Assembleia Legislativa, pronta a receber ordens para prender Vieira Netto.

Na iminência de uma prisão, foi encaminhada proposta para dar proteção a Vieira Netto e nomeada comissão para acompanhá-lo até a saída do plenário pelo deputado Júlio Xavier, Presidente da Assembleia. O deputado Atilio Barbosa, no intuito de oferecer proteção e solidariedade, requereu à mesa, a incumbência de acompanhar Vieira Netto até sua casa em caráter oficial. (HELM, 2012).

¹⁰⁹ Conforme os quadros 2, 3, 4 5.

¹¹⁰ Izaurino Gomes Patriota nasceu em 10 de dezembro de 1925, na cidade de Angelim, Pernambuco. Formado em Direito, militante do PCB nos anos 1945 a 1953. Foi fundador e diretor geral do Jornal Tribuna do Povo. Trabalhou como Secretário Parlamentar no mandato de Vieira Netto e depois no seu escritório de Advocacia. (CODATO; KIELER, 2008). Em Ficha Individual na DOPS-PR, disponível no Arquivo Público do Estado do Paraná, tem-se o registro de seu destaque no meio estudantil. (FI 30.748).

Antes da sessão de 12 de janeiro de 1948, que consumou a cassação de Vieira Netto, aconteceram manifestações de apoio e solidariedade por parte de deputados que discordavam da cassação. No Jornal 'Tribuna Popular', Edição nº 650, de 15 de julho de 1947, há manifestações de solidariedade a Vieira Netto e ao mandato dos deputados comunistas. Em matéria intitulada *Deputados Paranaenses contra a cassação dos mandatos*, relata-se as manifestações de deputados da Assembleia Legislativa do Paraná. (DEPUTADOS, 1947)

Na ocasião, vários deputados já haviam se posicionado contra a cassação e esperava-se que outros se pronunciassem, segundo a Tribuna Popular,

Na Assembléia [sic] Legislativa estadual continuam as manifestações contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Depois do discurso do deputado comunista Vieira Netto mostrando à casa os graves perigos para uma Democracia que representam as manobras contra representantes do povo legalmente eleitos, vários deputados de demais partidos políticos com assento nesta Assembléia [sic] têm levantado veementes protestos contra criminosos intentos da Ditadura Dutra, condenando as descaradas ameaças dos "cinco sábios" do P.S.D. transformados em instrumentos contra a Constituição e a soberania do Parlamento nacional. Os Deputados Rocha Xavier, Aldo Laval, Aldo Silva e Antônio dos Santos Filho, do P.T.B.: Atílio Barbosa, do P.S.P.: Firmam¹¹¹ [sic] Neto, do P.S.D. e Rui Cunha, da U.D.Nº já se manifestaram contra a cassação dos mandatos, esperando-se o pronunciamento de outros deputados. A população de Curitiba e o povo do Estado acreditam que a desmoralização do Parlamento e o crime contra a Constituição e a Democracia não encontrem apoio na voz dos deputados eleitos pelos votos dos paranaenses. (DEPUTADOS, 1947, p. 1).

É possível notar, também, que a perseguição e a cassação dos mandatos dos deputados comunistas em consequência da cassação do registro legal do PCB não era ato isolado. Soma-se a isso, a tentativa de cassação do funcionamento do Jornal 'Tribuna Popular', editado pelo Partido. Nesse sentido, Vieira Netto e outros militantes comunistas do Paraná, enviam nota de solidariedade ao Jornal, chamado por eles de 'a mais potente voz do mais popular órgão de imprensa brasileira, campeão da luta pela independência da pátria e defesa da democracia' - como já mencionado.

Em matéria do dia 23 de dezembro de 1947, Edição 787, intitulada '*O jornal mais lido do Brasil*', o mesmo jornal publica o telegrama enviado pelo Deputado Estadual Vieira Netto em congratulação dos democratas paranaenses à Tribuna Popular. O motivo do telegrama se relaciona à volta da circulação do Jornal após vitória judicial.

¹¹¹ Firmam Neto.

Saudamos, em nome dos companheiros do Paraná, o querido órgão da imprensa popular novamente em circulação através da vitória judiciária contra o grupo dos reacionários. Apesar de todas as tentativas do clerical-fascista Adroaldo Mesquita, a TRIBUNA POPULAR [sic] continuará sendo o jornal mais lido do Brasil, esclarecendo nosso povo contra os cassadores de mandatos, combatendo vigorosamente em defesa da Constituição e pela liberdade econômica de nossa Pátria. (O JORNAL, 1947, p. 1).

A cassação dos parlamentares do PCB, incluindo Vieira Netto, é mencionada por Marighella (1965), na obra *'Porque resisti à prisão'*. O autor, perseguido e assassinado pela Ditadura Militar (1964-1985), destaca que existiam muitos brasileiros punidos com a cassação, perseguidos no país ou no exílio, dentre eles, o ex-presidente da República, ex-ministros de Estado, governadores, prefeitos, deputados por serem líderes políticos de expressão ou, simplesmente, se oporem à ditadura.

Tais ações extrapolavam a disseminação das posturas anticomunistas e atingiam as posições antidemocráticas, uma vez que Vieira Netto e os demais parlamentares do PCB no país haviam sido eleitos por meio do voto popular, segundo as regras da democracia liberal vigente e tiveram os mandatos cassados por consequência do registro partidário e não de ações envolvendo os mandatos, propriamente ditos.

Vieira Netto, no entanto, tinha consciência das consequências de um mandato parlamentar comunista e entendimento sobre a questão democrática. Nesse contexto, afirma que “a democracia é o respeito aos ideais de seus semelhantes e não o tolhimento dos direitos fundamentais do homem e dos cidadãos, que a democracia é a igualdade de todos perante a lei, na afirmação de suas filosofias e crenças”. (HELM, 2012, p. 83). Essa fala de Vieira Netto ocorreu na sessão do dia 09 de janeiro de 1948, dia seguinte à aprovação da Lei de Cassação de Mandatos. Já na sessão que referendou a imposição do TSE da perda do mandato como deputado estadual, segundo Helm, (2012, p. 84) “Vieira Netto declarou que saía da Assembleia, para continuar na defesa dos interesses do povo”. Para ele, ser comunista era uma escolha de vida.

Consumada a cassação, o parlamentar entrou com Mandado de Segurança junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Numa extensa argumentação embasada em questões legais, que no entendimento do Advogado Carlos Filizola, expunha a liquidez e certeza de seu direito, a ilegalidade e abuso de poder. O

Mandado de Segurança, impetrado por Vieira Netto, buscava diferenciar a cassação do Partido do exercício do mandato eletivo de Vieira Netto. Para isso, afirmou que a Constituição Federal de 1946, determinou a natureza popular dos mandatos legislativos como representantes do povo e não representantes de Partidos. (FILIZOLA, 1948).

Em meio a um extenso compilado de Leis e pensamentos de juristas brasileiros como Rui Barbosa, e a citação das Constituições Francesa de 1891 e a dos Estados Unidos, enfatizam a ilegalidade e o abuso do poder na ação imposta sobre os parlamentares comunistas.

ABUSO DE PODER, - até a raiz é o projeto, são a lei, a sanção, o ato de cassação dos mandatos parlamentares dos comunistas, do impetrante comunista, em cheio atingidos por esse abuso, esse arremedo de legalidade, essa imposição de uma maioria acidental que julga sem poderes, acima dos poderes que a regem, rasgando a Constituição, sufocando a vida democrática do país, mal saído do Estado Novo e da guerra contra o fascismo.

Fonte: Filizola (1948, p. 13.).

E, ainda, em referência ao abuso de poder, prossegue a fundamentação sobre o ataque aos direitos constitucionais dos deputados comunistas que foram vilipendiados por aqueles que interpretaram a lei aos quais nominaram de “u’a [sic] maioria servil”.

Esse ABUSO DE PODER, essa contradição entre o texto da Constituição, os direitos certos e líquidos, atuais e vigentes dos deputados comunistas, contraditados, violados, miseravelmente burlados pela simples força de u’a maioria servil - estão bem evidentes no voto de PLINIO BARRETO, o insigne jurista, perante a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara:-

Fonte: Filizola (1948, p. 13).

O conteúdo do Mandado de Segurança é uma mescla de invocação ao cumprimento das Leis e as posições comunistas explicitadas em conceitos e enfrentamento à Justiça. Arroga para si o capital político da vitória sobre o nazifascismo, ressaltando o regime democrático que se instaurou no Brasil, após 1945 que, se livre, poderão barrar as velhas oligarquias, o atraso e a servidão apoiados na

servidão dos *trusts* e de grupos imperialistas que liquidam a indústria nacional, a sustentação conveniente das relações feudais que causam miséria, ignorância e o abandono de milhões de brasileiros.

Explicita, ainda, o caráter do poder popular e que o destino do regime esteja nas mãos do povo, na sua unidade, na sua organização, na sua resistência democrática para a defesa da Constituição. O conteúdo abordado que se refere às questões gerais mencionam conceitos de análise da teoria marxista, quando aponta que o PCB era o único partido que, lutando pela Constituição, lutava também pelas transformações das causas da miséria, da opressão e da dominação, ou seja, a Lei não era o fim em si mesma, mas apenas parte do processo de transformação social, político e econômico.

Não obstante, cientes de que o poder das decisões legais está nas mãos do poder judiciário, enfatizam as contradições da justiça e da política e confiam a decisão ao judiciário.

Democracia ou Ditadura

Está nas mãos dessa Côrte de Justiça o julgamento desta causa. E o que nela se julga?
 Simplesmente a posição do judiciário ante o dilema que formulámos na epígrafe.
 Ou o Tribunal garante a vigência e o cumprimento da Constituição, ou se aniquila, e segue a torrente, para as mil quedas do despenhadeiro em que se precipita de olhos fechados, na fatalidade do declive, o clan néo fascista, enquistado no Poder.

Fonte: Filizola (1948, p. 13).

E ainda,

“Perante ela, como árbitro suprêmo e guarda que deve ser fiel á Constituição,” deposita o impetrante o seu direito e sua defesa contra a violencia.
 Possa ele, como um Poder que emana do Povo, nada mais ver que o Povo e um seu representante que lhe requer.

Fonte: Filizola (1948, p. 13).

A obra de Helm (2012) registra que Vieira Netto sofreu um forte abalo ao ser obrigado a deixar a função de parlamentar eleito pelo povo do Paraná. Passadas algumas décadas do ocorrido, afirma ainda ter “guardada na memória a imagem de Vieira Netto, acompanhado de uma Comissão de deputados, chegando a nossa

residência, abatido e triste. [...] O Paraná perdeu um dos seus mais notáveis parlamentares”. (HELM, 2012, p. 85-86).

O Mandado de Segurança impetrado em favor do deputado Vieira Netto não foi acatado e ele continuou cassado. O impacto da perda forçada do mandato pesou sobre a vida de Vieira Netto, como se pode constatar nas entrevistas realizadas com Andréé¹¹² e de Izaurino¹¹³, discutidas nesse item.

A cassação de Vieira Netto, no entanto, não significou seu afastamento da militância política, assim como, não cessou a perseguição sobre suas ações e sobre os demais militantes comunistas como será discutido a seguir.

Antes, porém, de darmos sequência a essas questões, vale mencionar que o mandato de Vieira Netto foi restaurado simbolicamente pela ALEP, no dia 20 de agosto de 2013.

Comissão Executiva

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1562/2013

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas competências e atribuições previstas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Restaurar, simbolicamente, o mandato do Deputado Estadual Dr. José Rodrigues Vieira Netto.

Parágrafo único. O Deputado Dr. José Rodrigues Vieira Netto foi eleito em 19 de janeiro de 1947, tomou posse em 12 de março de 1947 e teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, cuja decisão foi cumprida pela Mesa da Assembleia em 13 de janeiro de 1948.

Palácio “XIX de Dezembro”, 20 de agosto de 2013.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ
1º Secretário

Deputado ADEMIR BIER
2º Secretário

Deputado TERCILIO TURINI

Fonte: PARANÁ (2016). Assembleia Legislativa do Paraná.

¹¹² Entrevista concedida ao autor em 20 de maio de 2017.

¹¹³ Entrevista concedida a Codato e Kieller (2008).

O pedido de restauração do mandato partiu da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, como noticiado pela entidade em 16 de agosto de 2013.

A Assembleia Legislativa do Paraná realiza nesta terça-feira (20), às 14h30, o ato solene de restauração simbólica do mandato de deputado estadual de José Rodrigues Vieira Netto (1912-1973), extinto em 13 de janeiro de 1948, em virtude da Lei Federal 211, que cassou o registro do Partido Comunista Brasileiro, ao qual era filiado. O pedido para a restauração simbólica do mandato de Vieira Netto foi feito pela OAB Paraná. O presidente da Seccional, Juliano Breda, entregou pessoalmente o pedido ao presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, lembrando que ato semelhante, no Senado Federal, restituiu, recentemente, o mandato de senador de Luiz Carlos Prestes. (ASSEMBLEIA, 2017).

Há, também, o registro de que o Deputado Tercílio Turini tenha feito o requerimento para tal restauração e homenagem à Vieira Netto. Segundo Tercílio Turini, “a iniciativa resgata a história e repara atos de exceção que resultaram em perseguições, prisões e retirada de mandatos e direitos políticos de inúmeros cidadãos brasileiros”. (ASSEMBLEIA, 2018).

O Presidente da OAB-PR, Juliano Breda, ao se referir a Vieira Netto destaca “sua postura intransigente em defesa dos direitos humanos e das liberdades públicas. O advogado, professor e ex-presidente da OAB Paraná, foi perseguido pela ditadura militar, sofreu violação da liberdade e incontáveis prejuízos morais e econômicos”. (ASSEMBLEIA, 2017). Nesse sentido, o ato de restauração do mandato de Vieira Netto é simbólico, pois também é o reconhecimento do seu legado.

3.2 PERSEGUIÇÃO E PRISÃO NO CASO CONGRESSO PRÓ-PAZ E AGRESSÃO POLICIAL NO CASO LAZIER

Como dito pelo próprio Vieira Netto na Sessão que lhe cassou o mandato, saía da Assembleia, mas continuaria na defesa dos interesses do povo. Isso se concretizou. A militância de Vieira Netto não foi afetada, mesmo afastado da atuação parlamentar e tendo ficado abalado pela perda do mandato que obviamente representava importante espaço de atuação legislativa, de possibilidade de defesa do povo e de prestígio junto à sociedade. Sua militância junto aos movimentos sociais, na defesa dos trabalhadores e causas de interesse geral ou classistas, será discutida em tópico específico na sequência da Tese.

Em todo o contexto envolvendo a atuação de Vieira Netto no Partido Comunista do Brasil, desde os primeiros registros feitos pela Polícia Política em 1944, tem-se um conjunto de elementos que possibilita inferir que o monitoramento, a vigilância e perseguição foram constantes. Em alguns momentos, essa perseguição fica mais evidente, culminando em inquéritos policiais e prisão. Há que se destacar, no entanto, que em todas as ocorrências de prisão, os motivos envolviam questões político-ideológicas, nenhuma delas, portanto, criminais. Contraditoriamente, a práxis de Vieira Netto configurava crime, pois partia do princípio do pensamento único. O pensamento permitido era apenas daqueles que exerciam o poder, a maioria das vezes, alinhados com o pensamento imperialista estadunidense, tão criticado por Vieira Netto e pelos demais comunistas do PCB.

Os fatos envolvendo a perseguição a Vieira Netto podem ser datados no período de 1944 até 1973, estendendo-se até o pós-morte, uma vez que depois de seu falecimento a polícia ainda fez busca em sua residência a fim de prendê-lo. Esse período corresponde a toda trajetória de militância de Vieira Netto no PCB, passando por suas candidaturas políticas, presidência do Partido, ilegalidade do PCB, Movimento dos Partidários da Paz, questão agrária no Norte do Estado (Porecatu), Presidência da OAB, aprovação em concurso para professor da Universidade do Paraná, perda do cargo de professor catedrático em consequência do Golpe Militar de 1964, proibição de seu discurso junto aos formandos em Direito de 1964, cassação dos direitos políticos, prisões (uma delas incomunicável), Inquérito Policial Militar, invasão de residência. Essa lista de ocorrências são as que tivemos acesso nos documentos encontrados e analisados e nas entrevistas realizadas.

A primeira prisão de Vieira Netto que se tem registro na DOPS-PR ocorreu quando da realização do Primeiro Congresso Pró-Paz e Cultura¹¹⁴, na cidade de

¹¹⁴ O Congresso Pró-Paz e Cultura é parte do Movimento Internacional dos Partidários da Paz, criado pelos comunistas após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, foi assumido pelo PCB e organizado em várias partes do país. “Lançado pelo Movimento Mundial pela Paz, em 18 de março de 1950, o “Apelo de Estocolmo”, contra a bomba atômica, recolheu cerca de 150 milhões de assinaturas só na Europa”. Encampado pelos comunistas de todo o mundo, no Brasil, ele foi intensamente divulgado pelo PCB. Isso porque após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Movimento Comunista Internacional resolveu convocar um congresso dos defensores da paz em Wroclaw, na Polônia. Em 1948, o congresso se realizou, resultando na criação do Comitê de Enlace, que manteve articulada a rede mundial de amigos da paz. Com o aprofundamento dos riscos à paz, foi convocado novo congresso, lançado conjuntamente pelo Comitê Internacional dos Intelectuais pela Paz e pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM). (O APELO, 2018).

No Paraná, Vieira Netto foi um dos militantes comunistas envolvidos na fundação do Movimento Paranaense dos Partidários da Paz, que contava inclusive com Estatuto próprio, publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 12/02/1953. (BR PRAPPR.PB004.PT1405.166). Foi também integrante do

Londrina-PR, no dia 07 de agosto de 1949. A prisão ocorreu, pois, o Congresso havia sido proibido pelas autoridades da República, sem especificar quais autoridades, conforme informação secreta, repassada ao governo do estado do Paraná pelo Ministério da Justiça.

Para os devidos fins, levo ao seu conhecimento que o Ministério da Justiça informou ao governo deste Estado, que as autoridades da República proibiram, no Distrito federal e nos Territórios, as atividades do Congresso Pró-Paz e Cultura porque constataram a origem comunista desse movimento. Deve, portanto, essa Delegacia tomar todas as medidas cabíveis para proibir semelhantes reuniões em todo o território deste Estado. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 266).

A informação foi repassada pelo Chefe de Polícia do Estado do Paraná, Coronel Pedro Scherer Sobrinho, no dia 22 de abril de 1949, ao Delegado de Ordem Política e Social, Levy Lima Lopes, de que a DOPS-PR deveria tomar todas as medidas para proibir as reuniões relacionadas ao Movimento Partidários da Paz no Estado. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38).

Diante da proibição da realização do Congresso por parte da Polícia Política, os organizadores buscaram junto ao Governador Interino Guataçara Carneiro e ao Chefe de Polícia reverter a medida, mas não obtiveram êxito e o I Congresso Pró-Paz permaneceu proibido.

Estando às vésperas do Congresso, procuraram os membros do Conselho Estadual avistar-se com o Sr. Guataçara para saber o motivo de tão ilegal proibição. O governador interino mandou avisar as partes que o assunto poderia ser resolvido com o próprio Chefe de Polícia. Procurado o Cel. Cherer ouviram deste a declaração que não sabia como [ilegível] essa proibição – se como circular secreta, telegrama, etc., mas que tendo recebido um telefonema de Palá[ilegível] resolvera proibir o Congresso por ser “ilícito”. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 12).

Mantida a proibição, os organizadores seguiram com a programação divulgando maciçamente na cidade e no estado, por meio de Jornais, como o Jornal Tribuna do Povo¹¹⁵, por meio de panfletos, faixas e editais de convocação, até as

Conselho quando de sua reestruturação, conforme registro na DOPS-PR em 27/11/1951. Esse documento destaca, ainda, a composição do Movimento com a presença de um Deputado Federal, dois Senadores, dentre outros. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT1468c.174).

¹¹⁵ Monteiro (2013) aponta a publicação pelo Comitê Estadual do PCB, em Curitiba do “Jornal do Povo” lançado em 1946 e o do Jornal “Tribuna do Povo”, em 1949, a partir da mudança de nome do Jornal do Povo. “Esse jornal foi publicado ininterruptamente até março de 1964, no entanto, apenas alguns poucos exemplares dispersos foram preservados no acervo DOPS e, infelizmente, nos demais arquivos

vésperas do evento, na expectativa de reunir grande público “milhares e milhares de cartazes e folhetos foram confeccionados pelo Conselho Estadual bem como convites, foram dirigidos ao povo e às autoridades [...]. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 12).



Fonte: DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 12).

A polícia, por sua vez, armou uma grande operação para reprimir os participantes do Congresso. Segundo registro da própria DOPS-PR, em relatório emitido ao Chefe de Polícia, datado de 20 de agosto de 1949, e assinado pelo Delegado adido Cândido Jorge Machado Lima e vistado pelo Delegado de Ordem Política e Social Levy Lima Lopes, no dia 04 de agosto, dirigiram-se a Londrina, a fim de não permitir a realização do que a polícia denominou de comício comunista sob a capa de Congresso Pró-Paz e Cultura.

consultados não conseguimos encontrar nenhuma coleção completa deste jornal”. (MONTEIRO, 2013, p. 36).

Em cumprimento às determinações de V. Excia, transportamo-nos em data de 4 [de agosto de 1949], à cidade de Londrina, a-fim-de [sic] não permitir a realização de comício comunista, que sob a capa de “CONGRESSO PRÓ-PAZ E CULTURA”, pretendiam efetivar em data de 7 do corrente, naquela cidade. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 178).

A operação policial foi organizada juntamente com a polícia local, chefiada pelo Delegado Regional Edmundo Mercer Júnior, com apoio do Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca Dr. Guilherme da Motta Correia. Ao Juiz, apresentaram a missão que lhes fora confiada para zelar pela ordem pública, salvaguardar o princípio da autoridade gravemente ameaçado pela intransigência dos responsáveis pelo comício, tratados como inimigos da estrutura político-social do Estado, o que configurava desacato, insubordinação às ordens das autoridades constituídas. O Juiz, segundo o relatório, disse que aplicaria a lei. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38).

A preparação da Operação contou, ainda, com a visita ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores, que foi intimado pelos responsáveis pela missão.

Dirigimo-nos, após, ao gabinete do Prefeito HUGO CABRAL, onde presente também se achava o Presidente da Câmara de Vereadores, Milton Ribeiro Menezes, os quais, segundo publicação divulgada na edição de 30 de julho último do jornal comunista “TRIBUNA DO POVO”, desta capital deveriam, respectivamente, abrir e presidir os trabalhos do “CONGRESSO”, divulgação essa refutada prontamente pelos mencionados senhores e por nossa [sic] sugestão desmentiram-na publicamente através da imprensa e do rádio locais, afixando comunicado assinado, no quadro de editais da Prefeitura. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 178-179).

Além das visitas ao Prefeito e ao Presidente da Câmara para tomada de satisfação em relação ao envolvimento de ambos com o Congresso, segundo o mesmo relatório, a polícia partiu para outra frente da operação que foi a intimação aos membros da Comissão Organizadora, reforçando que o comício estava proibido e que não aceitariam nenhuma manifestação. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38).

Porém, mesmo tendo feito todos os contatos e intimado as lideranças do Movimento, a polícia reuniu grande efetivo vindo de cidades vizinhas para realização de policiamento ostensivo, a fim de impedir distribuição de panfletos, colocação de faixas com slogan “Paz e Cultura”. “Passamos a realizar policiamento ostensivo da cidade, reunindo para esse fim, tropas das localidades vizinhas que se apresentaram

sob os comandos dos Ten. AUGUSTO GOMES e HAROLDO CORDEIRO e Asp. CAPELÃO". (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 179).

Nota-se, no relatório, que o uso desproporcional da força era forma de coagir os organizadores do evento, contudo, os mesmos não se abalaram com tamanho efetivo e deram seguimento aos trabalhos. E, segundo o que consta nos relatos, nada havia a temer, afinal, no entendimento das lideranças, a distribuição de panfletos, colocação de faixas e divulgação do Congresso era algo absolutamente legal, uma vez que haviam procurado as autoridades policiais para solicitar a autorização para realização das atividades programadas.

O Jornal Tribuna do Povo constrói a imagem que se contrapõe às ações da polícia, ao afirmar, na edição de 06 de agosto de 1949, que o povo de Londrina não permitiria a proibição do Congresso de Paz e tratou essa atitude da polícia como um crime, além de denunciar a proposta do Vereador Integralista¹¹⁶ contra a realização do Congresso.

O povo de Londrina não permitirá que seja proibido o seu Congresso de Paz

O Delegado Regional de Londrina, está tentando proibir o Congresso de Paz em Londrina. O povo londrinense, porém, não permitirá que esse crime seja cometido.

Contra essa arbitrariedade, o povo respondeu intensificando a propaganda do conclave e arrecadando em poucos dias mais de mil cruzeiros para as despesas da Campanha da Paz. Também na Câmara Municipal, quase por unanimidade, foi repelida uma traiçoeira proposta do vereador

integralista, contra o Congresso Estadual da Paz.

Igual ao Pelego de Paranaguá

Fonte: DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 138).

¹¹⁶ Szvarça e Cidade (1989) discutem as questões referentes ao integralismo no Paraná, mais especificamente, os resultados eleitorais no ano de 1955, em que Plínio Salgado foi o candidato à presidência mais votado na cidade de Curitiba. No artigo intitulado *1955: o voto "verde" em Curitiba* os autores buscam entender os elementos do discurso integralista do candidato Plínio Salgado e o caráter autoritário nesses discursos. O artigo analisa, ainda, a relação da formulação dos discursos da imprensa com o candidato. Szvarça e Cidade (1989) apontam, dentre outras questões, que Plínio Salgado articula em suas propostas elementos discursivos que mantém a essência autoritária do pensamento do chefe integralista de 1932. Nas eleições de 1958, Plínio Salgado foi um dos quatro deputados federais mais votados no Paraná. Esses fatores contribuem para a compreensão da perseguição aos comunistas e a oposição dos integralistas, como apontado nos acontecimentos em torno do Congresso Pró-Paz, em Londrina, e outros acontecimentos relacionados ao anticomunismo que pesaram contra os militantes do PCB, dentre eles, Vieira Netto.

A polícia, no entanto, tinha outro entendimento da questão e, desde a madrugada do dia 07 de agosto, já havia bloqueado a entrada do *Cine Avenida* onde seria realizado o Congresso e escalou agentes para vigiar os responsáveis pela organização.

Na manhã designada para a realização no Cine Avenida do “CONGRESSO PRÓ-PAZ E CULTURA”, desde a madrugada reunimo-nos na Delegacia Regional de Polícia e ordenamos policiamento na praça, onde se localiza o referido cinema, guarnecendo suas portas, enquanto os agentes de polícia passaram a vigiar os responsáveis pelo Congresso. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 179).

O cerco aos organizadores se fechava. Após a polícia ser informada por seus agentes, de que Vieira Netto e Jorge Karan estavam hospedados na residência de Newton Câmara - vereador em Londrina – e que muitas pessoas se aglomeravam por lá, a polícia dirigiu-se à residência e interditou a entrada. Em seguida, os agentes informaram os comandantes da operação sobre atividades que aconteciam dentro da residência “outro telefonema nos alertava que VIEIRA NETO principiara a falar do topo da escada de um terraço às pessoas [sic] espalhadas pelo jardim interno da aludida casa residencial”. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 180).

Nesse sentido, conforme o relatório policial, os responsáveis pela operação policial, juntamente com o Juiz Edmundo Mercer Júnior, o Tenente Augusto Gomes e Haroldo Cordeiro, dirigiram-se ao local

Imbuídos do firme propósito de dissolver esse simulacro de comício, o que não foi necessário, pois ao chegarmos, fomos recebidos pelo dono da casa, o qual nos solicitou a dispersão, em ordem, das pessoas presentes, que acedemos, determinando, porém, a prisão imediata dos responsáveis tão logo transpusessem o portão da rua - assim é que foram detidos e conduzidos presos para a Delegacia Regional de Polícia, os Drs. VIEIRA NETO, NEWTON CÂMARA e os Srs. MANOEL JACINTO, ADÃO NASCIMENTO, NELSON TORRES GALVÃO e SEBASTIÃO DE SÁ CAVALCANTI. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 180).

Em publicação no Jornal Tribuna do Povo, de 13 de agosto de 1949, é possível notar que o pedido de dispersão das pessoas foi feito por Vieira Netto, a fim de evitar o confronto com a polícia.

O Dr. Vieira Neto, pediu finalmente aos presentes que voltassem para suas casas, a fim de evitar provocações e violências da polícia. Porém, esta tinha recebido exatamente a incumbência de atemorizar a população de qualquer maneira. Assim, logo que começaram a sair, as pessoas presentes, inclusive o próprio Dr. Vieira Neto, foram presas pela polícia sem a menor alegação. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 13).

Após a prisão dos responsáveis, a Polícia colheu declarações na 13ª Delegacia Regional de Londrina de alguns dos organizadores. Os demais deram declaração diretamente na DOPS-PR, em Curitiba, entre eles Vieira Netto, Jorge Karan, que já eram de Curitiba e Nelson Torres Galvão e Sebastião de Sá Cavalcanti, de Londrina, mas que foram conduzidos à Delegacia da capital “regressamos a essa Capital, não antes, porém, de solicitarmos do Dr. Mercer, a remoção dos presos NELSON TORRES GALVÃO e SEBASTIÃO DE SÁ CAVALCANTI, por considerarmos os mais exaltados e perigosos”. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 180).

A liberação de Vieira Netto ocorreu ainda no dia 07 de agosto de 1949, no entanto, foi condicionada pelo Juiz de Direito da Comarca, à sua saída da cidade naquele mesmo dia, caso contrário, seria ordenada sua prisão novamente.

Na mesma data e a pedido do Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca, foi posto em liberdade. Tendo o Sr. Juiz, nessa ocasião, avisado ao Fichado, para que deixasse aquele Município no mesmo dia, sem o que ordenaria a sua prisão. Na mesma data, tomou o avião da Real/S.A. e regressou a Curitiba. (DOPS-PR, PI 2194-440, p. 4).

Na visão do Jornal Tribuna do Povo, que repercutiu os acontecimentos do Congresso em Londrina, a soltura de Vieira Netto e dos três vereadores presos, estava relacionada com a pressão popular, que envolveu comissões de senhoras, equipe de advogados, comissão de médicos e que, “as mulheres Londrinenses deram particular exemplo de coragem democrática gritando, na cara da polícia, e protestando contra as violências das prisões”. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 13). No mesmo sentido, destaca também, que “tamanho foi a indignação popular em Londrina que os provocadores agentes do governo foram obrigados a soltar, quase [sic] que imediatamente, o Dr. Vieira Netto e, mais tarde, os três vereadores”. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 13).

Já em Curitiba, Vieira Netto prestou depoimento ao Delegado Adido Dr. Cândido Jorge Machado Lima, da DOPS-PR, em 9 de agosto de 1949. Nas declarações prestadas, Vieira Netto confirmou à Polícia ser membro do Conselho Estadual do Movimento de Defesa da Paz e Cultura no Paraná; e, ao ser informado da proibição da realização do Congresso, procurou as autoridades, dentre elas, o Governador do Estado, o Chefe da Polícia que confirmaram a proibição devido o caráter subversivo do evento. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 90).

No dia 4 de agosto, Vieira Netto

procurou as autoridades estaduais, primeiramente o Senhor Governador do estado e após o Chefe de Polícia, inteirando-se por este, de que efetivamente se encontrava proibida toda e quaisquer manifestações em torno dos denominados “Congressos Pró-Paz e Cultura. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 90).

No depoimento, Vieira Netto destacou, ainda, ter informado o Coronel Chefe de Polícia que viajaria à Londrina para tomar as providências necessárias perante a proibição e explicar ao povo o motivo da não realização do Congresso. Frisou que, em seu julgamento, a atitude tomada pela Polícia feria o preceito constitucional. E assim o fez, na residência do Vereador Newton Câmara, ao falar de um terraço às pessoas que se aglomeraram em frente à casa para protestar contra o ato que proibiu a realização do Congresso. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38).

O Jornal Tribuna do Povo, de 13 de agosto de 1949, destacou o emprego da força policial, em manchetes como “Derrotadas em Londrina provocações guerreiras” (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 13), “Terror policial em Londrina” (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 13). Na primeira página, destacam a foto de Vieira Netto, com os dizeres “DR. VIEIRA NETTO: membro do Conselho da Ordem dos Advogados, preso ilegalmente em Londrina pelos esbirros do Cel. Scherer” (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 12).

Como destaque, apontam também que

mais de 200 soldados concentrados em pé de guerra. – Apesar disso, o povo aplaudiu os delegados da Paz – Violentamente presos os Drs. Vieira Netto, Newton Câmara, Vereadores Manoel Jacinto, Adão Nascimento e Srs. Sebastião Cavalcanti e Nelson Torres Galvão. – Responsáveis pelos acontecimentos os governos Federal e Estadual. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 12).

E Londrina, “foi tomada de assalto pelos tiras e soldados de Polícia que, de metralhadoras portáteis em punho, ameaçavam a população com correrias e outras demonstrações bélicas”, afirmou “Tribuna do Povo”. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 13).

Com o uso de frases de efeito como “Um governo que combate as reuniões de paz é porque quer guerra”, o mesmo jornal teceu duras críticas à repressão policial desferida sobre os organizadores do Congresso; fez crítica ao governo do Estado que, além de não autorizar o evento, criminalizou seus organizadores.

Foram realizados Congressos de Paz em Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e outros Estados. - No Paraná dos Lupion, Guataçara e Vaz, porém a palavra Paz é "subversiva"

Fonte: DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 16).

O Congresso previsto para ser realizado em Londrina, no mês de agosto, era a etapa estadual. Esse Congresso elegeria os delegados para participariam da Convenção Nacional e do Congresso Continental, no México.

Essas as finalidades justas e democráticas com que convocamos o Povo de nosso Estado para a realização do Congresso Pró-Paz em Londrina como preliminar da Convenção Nacional a 15 de agosto em Porto Alegre e do Congresso Continental da Paz a instalar-se no México, no dia 5 de Setembro deste ano. ((DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 281).

Os coordenadores do Movimento, no Paraná, enviariam representante do estado para o Congresso no México. No entanto, segundo documento secreto da Secção de Ordem Política e Social, de 25 de agosto de 1949, em mensagem enviada por serviço de rádio telegráfico, pelo Diretor da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e Fronteiras, não se deveria conceder Passaporte Nacional ou estrangeiro a quem fosse participar do Congresso.

Nº 504 – SECRETO URGENTE – Aditamento me radio nº 488 dezenove corrente ainda cumprimento determinação superior vg solicito suas obsequiosas providências sentido não serem concedidos ou visados Passaportes Nacionais ou Estrangeiros indivíduos se dirijam participar CONGRESSO PAZ MÉXICO vg devendo ser evitada igualmente saída para participar quaisquer congressos reuniões programados comunismo. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 268).

Esse acontecimento corrobora com o já exposto em relação à vigilância policial sobre os organizadores do Congresso em Londrina, duramente reprimidos pelas forças policiais.

A violência policial, empregada na repressão aos organizadores e participantes do Congresso, pode ser analisada do ponto de vista que as forças policiais tinham conhecimento de que o PCB participava ativamente do Movimento

dos Partidários da Paz. No entanto, outro fator contribuiu para esse desfecho repressivo da polícia, que é o fato de que a região Norte do Paraná já possuía antecedentes na atuação do PCB. Um dos casos de grande repercussão nessa região foi a organização da luta pela Terra,¹¹⁷ em Porecatu¹¹⁸, que teve a participação direta do Comitê Regional do Partido, em Londrina¹¹⁹, do Comitê Municipal de Jaguapitã, com apoio do Comitê Estadual.

O Jornal Tribuna do Povo, na edição de 13 de agosto de 1949, ao tratar da proibição da realização do Congresso Pró-Paz em Londrina e a repressão policial, destaca que

ordens foram transmitidas para que as tropas que agem em Jaguapitã e Porecatu, fossem concentradas em Londrina, ao mesmo tempo que levadas e tiras eram, urgentemente, transportadas para aquela cidade, tendo à frente o próprio delegado da Ordem Política e Social. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 13).

E ainda, “verificaram os camponeses, que as mesmas tropas destacadas para defender as propriedades dos grileiros e atravessadores monopolistas da terra em Jaguapitã, são usadas contra outra parcela do povo - aquelas que defendem a paz e a cultura”. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 13).

Havia, na região, o precedente da repressão aos comunistas e aos posseiros para conter tal movimento que se organizou pela via da luta armada nos anos de 1948 a 1951. Sobre a revolta de Porecatu, Priori (2011) afirma que foi um movimento de resistência, articulada por camponeses em defesa da posse da terra. Esse movimento tomou corpo e forma a partir da intervenção de militantes e dirigentes do Partido

¹¹⁷ Em relação à luta pela posse da terra na região de Porecatu, OIKAWA (2011) trata a organização e mobilização dos posseiros como uma guerrilha. Priori (2009; 2011) aborda esses acontecimentos em seus estudos como ‘levante dos posseiros ou revolta de Porecatu’.

¹¹⁸ A região denominada de “Porecatu” está encravada no extremo norte do Estado do Paraná, situada no vale do Rio Paranapanema. A colonização dessa região começou no final dos anos 30 e início dos anos 40, no contexto da nova política de terras implementada pelo Governo Vargas e conhecida como *Marcha para o Oeste*. É dentro deste contexto histórico que, posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos, vindos, sobretudo, do Estado de São Paulo, atraídos pela perspectiva de se conseguir melhores condições de trabalho e de vida e, principalmente, a posse de uma parcela de terra, vão se radicar naquele sertão quase que desconhecido do Norte do Paraná. (PRIORI, 2009, p. 2).

¹¹⁹ O Estado do Paraná, segundo Senso Demográfico do IBGE, tinha, no ano de 1940, 1.236.276 habitantes e, no ano de 1950, esse número passou para 2.115.547 habitantes. (BRASIL, 2018). Em relação à cidade de Londrina, no ano de 1940, possuía 75.296 habitantes e, em 1950, 71.412 habitantes devido ter passado por processo de desmembramento. Outras cidades como Porecatu e Jaguapitã, localizadas na região, no Censo de 1940 ainda não eram emancipadas. (BRASIL, 2018). Em 1950, possuíam 25.251 e 38.821 habitantes, respectivamente. (BRASIL, 2018).

Comunista Brasileiro que, juntamente com os camponeses, conseguiram organizar a luta armada na região por mais de dois anos.

Sobre a participação do PCB na luta dos camponeses pela terra, o panfleto “Os imperialistas e seus lacaios brasileiros”, em 1949, do Comitê Estadual do Paraná do Partido, destacava que “aprofunda-se cada vez mais a penetração imperialista e a exploração cada vez maior de nosso povo, devido à incapacidade e traição cínica do governo americano de Dutra e seus lacaios nos Estados, como o negociista Lupion”. (DOPS-PR. Pasta BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 275).

No que tange aos camponeses, o Panfleto enfatizava que

a situação da massa camponesa em nosso Estado, como em todo o Brasil, é cada vez mais miserável, sendo expulsos com suas famílias das terras que cultivaram, pela polícia assassina de Lupion, aliada aos fazendeiros dos partidos burgueses PSD, UDN, PR, PRP, PTB e etc. como é o caso dos camponeses expulsos das fazendas em Jaguapitã, Centenário, Porecatu, etc. (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT326.38, p. 13).

Como integrante do Comitê Estadual do PCB e militante ativo do Partido, Vieira Netto colaborou com a luta dos camponeses em Porecatu. Em Oikawa (2011), há menção a Vieira Netto como deputado estadual, denunciando na tribuna da Assembleia Legislativa¹²⁰ a violência com que os posseiros foram expulsos das terras.

Ainda sobre a ligação de Vieira Netto com a luta pela terra em Porecatu, encontramos nos arquivos da DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT599a.67) o depoimento de Herculano Alves de Barros como testemunha inquerida, em que descreve que, após algumas tentativas frustradas de solução do problema por meio de advogados de São Paulo, ele, juntamente com Hilário Gonçalves Padilha e José Bilar, resolveram apelar para as autoridades federais. Em viagem para São Paulo, foram convencidos por Antônio Gonçalves Padilha a irem ao Rio de Janeiro à procura do deputado Pedro Pomar.

Dentre outras providências, o referido deputado recomendou que procurassem um advogado comunista para defendê-los “porque só os comunistas lutavam pelos interesses dos trabalhadores, pois que os demais advogados deixavam se arrastar pelos interesses da classe dominante”. (DOPS-PR, BR

¹²⁰ Oikawa (2011) não traz a data em que tal discurso foi proferido na Assembleia Legislativa do Paraná. Os discursos do Deputado Vieira Netto, na ALEP, a que tivemos acesso, são referentes aos meses de março e abril de 1947, porém, ao analisar os arquivos desse período, não encontramos tal discurso.

PRAPPR.PB004.PT599a.67, p. 103). Numa segunda viagem ao Rio de Janeiro, Herculano, Hilário Padilha e José Bilar foram aconselhados pelo Advogado Dr. Rocha Faria, a entregarem um memorial no protocolo do Ministério da Agricultura e receberam uma carta para ser entregue a Vieira Netto.

Federal, publicado em Diário Oficial, tratando da questão. Munido da carta e de diversos numeros do Diário Oficial, voltaram os tres para Porecatú, aliás voltou o depoente para Porecatú, enquanto Hilario e Zé Bilar seguiram diretamente para Curitiba, para encontrar o dr.Vieira Netto. Depois do regresso de Hilario e

Fonte: DOPS-PR (BR PRAPPR.PB004.PT599a.67, p. 104)

Na sequência do depoimento, Herculano afirma que depois que Hilário e Bilar voltaram a Porecatu com a promessa de que o caso seria tratado por Vieira Netto, o município passou a ser frequentado regularmente por emissários do advogado Curitibano, geralmente aos sábados e domingos, ficando hospedados na casa de Hilário Gonçalves Padilha, onde eram organizadas as reuniões com os posseiros.

Essas reuniões se realizavam à noite, em casa de Hilário, e eram presididas pelo emissário de Curitiba. Aos poucos, esses emissários foram conduzindo a questão para o lado do comunismo, trazendo sempre jornais, boletins, pregando a necessidade dos posseantes a se unirem na defesa do solo, que pertencia a quem nele trabalhava, procurando sempre fazer uma campanha de indisposição dos trabalhadores com os fazendeiros, até que um deles propôs [sic.] que se unissem todos em bandos armados para tomarem conta do solo à força, resistindo até ao Governo, se possível fosse. (DOPS-PR - BR PRAPPR.PB004.PT599a.67, p. 104).

Priori (2011) corrobora com esse contexto, afirmando que vinham emissários de Curitiba para a região de Porecatu depois do encontro de Hilário Gonçalves Padilha e José Bilar com Vieira Netto. “Os “homens do partidão”, como depois vieram a ser rotulados, retornaram todos os finais de semana do mês de novembro daquele ano, até alcançar o objetivo maior: convencer os posseiros a recorrer às armas de forma organizada”. (PRIORI, 2011, p. 130-131).

A luta armada em Porecatu durou até o ano de 1951, quando foi desmobilizada pela polícia do Paraná e de São Paulo. Nesse sentido, na ocasião da realização do Congresso Pró-Paz e Cultura na cidade de Londrina, em agosto de

1949, a luta armada estava em curso e a presença da polícia na região já era constante, a fim de reprimir os posseiros. Não obstante, é possível afirmar que há relação direta entre a repressão ao Congresso Pró-Paz e Cultura e a repressão policial praticada contra os camponeses que lutavam pela posse da terra em Porecatu, pois Londrina, desde a década de 1940, foi muito vigiada pela DOPS-PR, principalmente, após a fundação do PCB na cidade. (PRIORI, 2011).

Os acontecimentos envolvendo a luta dos camponeses em Porecatu, juntamente com a realização do Congresso Pró-paz, evidenciam a efetiva participação de Vieira Netto junto aos movimentos sociais no Norte do Estado do Paraná, com significativa atuação política e militante, que lhe renderam a perseguição e prisão, sendo forçado a se retirar da cidade como condicionante à sua liberdade.

Vieira Netto voltaria a ser preso outras vezes, porém, já no contexto da Ditadura Militar (1964-1985). Essas prisões serão abordadas a seguir, no entanto, há um acontecimento que marcou a atuação profissional de Vieira Netto e repercutiu na sociedade paranaense e, nacionalmente, junto à Ordem dos Advogados do Brasil, por relacionar-se com o exercício da profissão de Advogado o que, por muito pouco, não lhe rendeu a prisão.

O caso envolvia a prisão de Hermógenes Lazier¹²¹ e Vieira Netto foi defendê-lo. Como narra o próprio Lazier, na obra de Codato e Kieller (2008, p. 158),

Em 24 de setembro de 1952, fui levado à força para a prisão em razão de um artigo no Jornal *Tribuna do Povo*, em que acusava arbitrariedades cometidas contra operários na empresa ervateira Leão Júnior. Eu nunca aceitei a prisão, me levavam à força. Dois tiras do [sic] DOPS me convidaram para falar com o Miguel Zacarias, mas eu sabia que era para me prender, então disse assim: - 'Só vou com meu advogado'. Viemos pela Rua XV de Novembro até a [Rua] Barão do Rio Branco, onde ficava o escritório do [José Rodrigues] Vieira Netto. Quando chegamos a essa esquina, próxima também da delegacia, agarraram-me e disseram: 'Agora você vai na marra!'. [...] Quando cheguei todo rasgado à delegacia, atrás de mim entraram o Vieira Netto e o Izaurino [Gomes Patriota], ambos advogados, que ouviram meus berros do sétimo andar. O Izaurino era pequenino. Pegaram ele e botaram no xadrez.

O caso Lazier é emblemático. Sobre o ocorrido com ele e os advogados Vieira Netto e Izaurino Gomes Patriota, o Jornal *A Tarde*, em 25 de novembro de 1952, destacou uma matéria com o título *Agressão a um Bacharel dentro da DOPS:*

¹²¹ Hermógenes Lazier nasceu em União da Vitória, em 19 de abril de 1931. Entrou para o Partido em 1950. Foi Secretário de Agitação e Propaganda, Secretário Político, Secretário Sindical, Secretário de Organização, Secretário de Finanças e diretor do Jornal *Tribuna do Povo*, pertencente ao PCB. Era jornalista e professor de história. (CODATO; KIELLER, 2008).

Advogado aqui é no pau. O Jornal narra o acontecimento com detalhes de como Vieira Netto havia sido agredido dentro da delegacia e que os fatos trazidos ao conhecimento do Jornal eram graves e deveriam merecer a atenção do Chefe de Polícia para abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidades e que a OAB se reuniria para estudar a questão e tomar providências.

A intervenção de Vieira Netto em defesa de Hermógenes Lazier, levado à força para a delegacia e agredido pelos policiais, não foi apenas no nível da prerrogativa da lei que a profissão de advogado lhe conferia. Chegando à delegacia Vieira Netto presenciou os policiais torcendo o braço de Lazier e questionou o policial que o agredia. Segundo o Jornal, isso foi suficiente para que Vieira passasse a ser desacatado e levado para uma sala com três agentes e dois guardas civis. Na sala, se espantou quando ouviu a resposta dos agentes

Advogado aqui é no pau. E a seguir, um agente segurava o Dr. Vieira Netto pelo braço e outro lhe dava uma pancada na cabeça com um cassetete quando então ele, dando um soco na boca do investigador, tomou-lhe a arma com que fora agredido, dizendo que se continuassem a tentativa de agressão que se veria na contingência de empregar a força para a sua defesa. (DOPS-PR, PI 2193-400, p. 310).

O Delegado Miguel Zacarias, na sequência, ordenou que recolhessem Vieira Netto em seu gabinete e, nesse momento, o agente da polícia que o agrediu, o ameaçou de morte na presença do Delegado da DOPS.

Na reportagem do Jornal A Tarde, há o destaque à ameaça de morte sofrida por Vieira Netto:

Neste momento, chega o Dr. Miguel Zacarias que tomou as providências exigidas recolhendo o Dr. Vieira Netto ao seu gabinete. A seguir, surge o agente de polícia que havia abordado o advogado, ameaçando-o de morte, na presença do Delegado do DOPS, quando aquela autoridade determinou energicamente que o seu auxiliar se retirasse. (DOPS-PR, PI 2193-400, p. 310)

Esses fatos foram relatados ao *Jornal A Tarde* por Vieira Netto e por Izaurino, que também foi agredido. Nessa ocasião, Izaurino ainda era estudante de Direito, mas já atuava no escritório de advocacia com Vieira Netto. Ao final da matéria, o Jornal enfatiza a gravidade dos fatos e defende que o chefe de Polícia deveria abrir inquérito administrativo para apurar as responsabilidades.



Fonte: DOPS-PR (PI 2193-400, p. 310)

O acontecimento repercutiu na sociedade paranaense. O Jornal *O Estado do Paraná*, de 26 de novembro de 1952, noticia o pedido de abertura de dois inquéritos para apurar o incidente na DOPS “O advogado Vieira Netto acusa agentes policiais de violências – Duas versões – A Ordem dos Advogados do Brasil, secção do Paraná, dirige-se ao chefe do Executivo estadual – Na Assembleia Legislativa – Dois Pedidos de inquérito”. (DOPS-PR, PI 2193-400, p. 311).

No Jornal *Gazeta do Povo*, do dia 27 de novembro de 1952, publicou-se um editorial em que destacava a agressão a Vieira Netto, como atentados aviltantes. Em sua abordagem, afirma

O Dr. Vieira Netto, conselheiro da Ordem dos Advogados e causídico cultural, com renome probo, no exercício de sua profissão é esbordado por beleguins, no interior de uma dependência da polícia que procura, agora, violentar a versão dos fatos, fazendo crer que o ilustre advogado convertido num capitão Marvel ou num Tarzan, e que foi a polícia agredir os seus agentes. O acontecimento fere a dignidade de classe dos advogados, enxovalha o governo e ultraja o Paraná. (DOPS-PR, PI 2193-400, p. 312).

O Editorial do Jornal *Gazeta do Povo* apresenta perplexidade perante a agressão ao Advogado Vieira Netto. Importante notar que o jornal não menciona a agressão a Izaurino e Lazier, nem mesmo são apresentadas as causas que desencadearam todo o acontecimento, que foi a prisão por questões político-ideológicas, resultante de um artigo publicado no jornal criticando a empresa Leão Júnior e pelo fato de ser militante comunista. Ou seja, a indignação do Jornal *Gazeta do Povo* está muito mais ligada ao ataque ao advogado – que é real e grave - do que às causas por ele defendidas, de onde se originou toda a situação.

Outras entidades também se posicionaram a esse respeito, como o Diretório Acadêmico Hugo Simas, do Curso de Direito da Universidade do Paraná. Por meio de nota, mencionam o protesto contra a agressão a Vieira Netto e Izaurino Patriota,

solicitando ao Chefe de Polícia e ao Governador do Estado, que instaure inquérito policial, a fim de esclarecer as causas do incidente. (DOPS-PR, PI 2193-400).

A Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná, além de emitir nota oficial protestando contra a ocorrência, decidiu em reunião extraordinária, telegrafar a diversas autoridades, dentre elas o Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça, Secretário do Interior e Justiça, Chefe de Polícia e Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (DOPS-PR, PI 2193-400).

Em relação à repercussão nacional do caso, o Conselho Federal da OAB se manifestou, conforme Ata da 683ª Sessão, da 22ª Reunião Ordinária, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada no dia 02 de dezembro de 1952, sob a presidência do Advogado Atilio Vivacqua. Como parte do expediente, foi lido o telegrama da Seção Paraná da OAB protestando contra a agressão sofrida por Vieira Netto e Izaurino Patriota. O Conselho deliberou telegrafar ao Governador do Estado solicitando que sejam tomadas providências contra o atentado ao livre exercício da advocacia. (CONSELHO, 1952, p. 1-2).

A narrativa de Lazier e os desdobramentos do ocorrido, corroboram para a compreensão da atuação de Vieira Netto na defesa dos militantes do Partido diante da criminalização das atividades comunistas, como no caso específico de Lazier, a publicação de artigo em Jornal. Na obra de Codato e Kieller (2008), Lazier descreve outras tantas ocasiões em que foi preso por estar distribuindo panfletos, recolhendo assinaturas e distribuindo jornal na porta de empresas.

A defesa de Lazier, feita por Vieira Netto, pode ser analisada sob o ponto de vista da defesa dos militantes comunistas na prerrogativa de Advogado. Esse não foi o único caso em que Vieira Netto defendeu militantes do PCB. Em entrevista, Wilson Previdi¹²² cita Vieira Netto, como seu defensor em algumas ocasiões. Afirma que, na

¹²² Entrevista concedida ao autor no dia 31 de agosto de 2017. Wilson Previdi é militante do Partido Comunista Brasileiro. Nasceu em 20 de dezembro de 1932, filho de Vergílio Previdi e de Lydia Previdi. Em registro feito pela DOPS-PR, em Ficha Individual (33.123), aponta sua militância no Partido Comunista Brasileiro em diversas ações, dentre elas, prisões por ter sido pego pichando muros em Curitiba com frase como: “Anistia Ampla e irrestrita”, “Queremos anistia aos presos políticos e legalização do Partido Comunista Brasileiro”. Os registros destacam, ainda, o vínculo de Wilson Previdi com o Sindicato dos Bancários, como dirigente sindical. Na ocasião da entrevista, encontrava-se com certa debilidade física e dificuldade de fala, devido a um AVC, porém, relatou inúmeras situações envolvendo sua militância no Partido Comunista, sua relação com Vieira Netto e dele com o PCB e, também, o envolvimento de outros integrantes de sua família nessa militância. No Arquivo Público do Paraná é possível localizar o registro de vários integrantes da família Previdi relacionada à militância no PCB do Paraná.

Campanha *O Petróleo é nosso*, ao fazer pichações nas ruas de Curitiba, foi preso e quem tomou as providências para libertá-lo, foi Vieira Netto.

Fui preso duas vezes e o Vieira Netto que... eu conseguia mandar recado, eu ficava preso ali na Rua Barão do Rio Branco, em frente o Hermes Macedo, tinha uma delegacia de polícia ali, na Barão do Rio Branco. Eu fui duas vezes preso. As duas vezes, eu mandei recado e ele foi me tirar e me tirou. Me libertou. Mas os problemas sempre ficam registrados. [...] E eu saía pichando os muros em Curitiba "O petróleo é nosso", com esse lápis que eu falei. E a polícia vinha atrás. Não queria que pichasse "o petróleo é nosso". E pichava e fui preso duas vezes e o Vieira Netto foi lá e me libertou, tomou as providências jurídicas que precisava tomar. Eu fiquei preso dois ou três dias, no máximo. Eu frequentava o escritório dele. Era gurizote, era estudante também. Sempre que podia ir lá, no escritório dele, eu ia, como gratidão por ter me libertado duas vezes. E frequentava, sempre, tinha lá uns probleminhas, ele nos orientava. (INFORMAÇÃO VERBAL).

Como advogado e membro do PCB, a atuação de Vieira Netto em casos como esses, reforça sua inserção na militância política. Os registros encontrados na DOPS-PR apontam que não houve interrupção na militância de Vieira Netto em relação às causas sociais ou políticas. Não obstante, de 1952 até 1964 não se tem registro de prisão ou alguma repressão mais dura como as já relatadas. Na década de 1950, Vieira Netto foi aprovado como professor Docente Livre e, posteriormente, como professor Catedrático de Direito Civil na Universidade do Paraná. Nesses anos, também se lançou candidato em outras ocasiões, não sendo eleito.

No entanto, com o Golpe Militar, no ano de 1964, as ações repressivas, a perseguição, a prisão, as investigações, os processos passam a ser uma constante na trajetória de Vieira Netto. Em todo o período de militância política de Vieira Netto, o período posterior a 1964 foram os mais duros e repercutiram, até mesmo, após seu falecimento, em 1973. Esses e outros acontecimentos envolvendo a militância de Vieira Netto na Ditadura Militar (1964-1985) serão aprofundados a seguir.

3.3 APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, PERSEGUIÇÃO E PRISÃO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Em 1964, após o Golpe Militar deflagrado na madrugada de 31 de março para 1º de abril, Vieira Netto foi preso novamente. Antes, porém, da prisão, por necessidade de proteção perante ameaças à sua integridade física, teve que fugir. As razões que levaram à sua prisão estão diretamente relacionadas ao Golpe Militar de 1964. Esse

Golpe e a instauração da Ditadura Militar, no Brasil, além da prisão no ano de 1964, desencadearam outras prisões contra Vieira Netto, além de perseguição, processos, vigilância e Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

Consumado o Golpe, no Paraná, imediatamente iniciaram-se as perseguições e prisões, como afirma Aristides de Oliveira Vinholes¹²³, em Heller (1988, p. 185), “na tarde do dia 31, eu fui preso na minha livraria e conduzido ao presídio do Ahu. Fui fichado e jogado na solitária, dormindo no chão, com uma péssima alimentação e uma carceragem muito rigorosa”. Nesse contexto, Heller (1988) aponta que, em pouco tempo, o presídio ficou lotado. As condições materiais a que os presos foram submetidos eram terríveis, o que levou Vinholes a reivindicar respeito à condição de preso político. “Eu disse ao diretor, Nilo Prince Paraná, que nós não aceitávamos mais aquilo e tínhamos que ser tratados como presos políticos. Que mesmo que fôssemos presos comuns tínhamos que ser tratados com mais respeito”. (HELLER, 1988, p. 186).

Como se pode notar, os opositores políticos, dentre eles os comunistas, foram perseguidos de imediato. Com Vieira Netto não foi diferente. Ele foi um dos militantes perseguidos no Paraná e no Brasil, já nos primeiros dias de abril de 1964. Porém, inicialmente, não foi preso porque conseguiu fugir.

Andrée, em entrevista, afirma que

Após a revolução, ele já teve que fugir porque queriam prendê-lo. Nós conseguimos esconder ele um tempo em Curitiba e o local, ficava perto do quartel e os militares nunca desconfiaram. Depois, nós levamos ele para São Paulo, depois Caraguatatuba. Em Caraguatatuba, disseram que o exército estava descendo para lá e que nós tínhamos que sair. Dali, nós seguimos para São Paulo novamente. Foi aí, que ele estava programando para ir para o asilo político no Chile e junto com outros políticos que a gente já conhece, todos os que foram para o Chile. O Darcy Ribeiro, o Serra, o Fernando Henrique, todos esses. E eu, sou a causadora dele ter se entregue. Eu que pedi para ele se entregar. Eu pedi para ele não ir para o asilo político. Falei para ele que não tinha cometido nenhum crime, que ele ficasse e se entregasse. E eu também pensava que se ele fosse pra lá eu poderia nunca mais encontrar com ele. E ele decidiu se entregar. Depois que ele decidiu se entregar, eu fui falar com o general. E eu acompanhei ele em todos esses momentos. São momentos marcantes da minha vida, ter que enfrentar isso sozinha. Eu tinha 23 anos. Eu estava levando junto comigo um homem muito importante para o país. E ele se entregou, ficou preso, mas foi solto 15 ou 20 dias depois e ficou respondendo o IPM [Inquérito Policial Militar] em liberdade.¹²⁴ (INFORMAÇÃO VERBAL).

¹²³ Militante do Partido Comunista Brasileiro, livreiro. É citado em vários registros sobre militantes comunistas feitos pela DOPS-PR. As citações referentes à Vinholes constam em depoimentos na obra de Heller (1988).

¹²⁴ Entrevista concedida ao autor, em 20 de maio de 2017.

Em pesquisa que realizamos no mestrado (COSTA, 2014), com base na obra de Ridenti (2010), discutimos o contexto do Golpe Militar, apontando que no início da década de 1960, os movimentos e partidos de esquerda mantinham uma atuação expressiva no Brasil. Entre os partidos políticos, destacava-se o Partido Comunista Brasileiro que viveu seu apogeu nesse período, mesmo sendo considerado ilegal. O PCB influenciou a luta política e sindical e, até mesmo, as diretrizes do governo federal, tendo muitas adesões em suas fileiras. Após a posse de João Goulart, os comunistas e os populistas de esquerda pareciam ter encontrado sustentação política para a efetivação da libertação nacional, com muitos pontos de contato, reivindicando a libertação do povo para a construção de uma nação brasileira, independente do imperialismo e livre do atraso feudal¹²⁵ remanescente no campo¹²⁶.

João Goulart havia assumido o cargo após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, eleito democraticamente, mas que não suportou as pressões que recaíam sobre seu governo. O mandato de Jango, porém, foi curto, sendo forçado a deixar o

¹²⁵ Essa concepção do PCB é parte das Resoluções do V Congresso do Partido, realizado no ano de 1960. Dentre outras questões, definia que “sua atual etapa, a revolução brasileira é anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática”. Essa concepção já havia sido apresentada na “Declaração Sobre a Política do PCB”, em março de 1958, pelo Comitê Central do Partido. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2018. Segundo Pandolfi (1995), essa concepção, herdada da III Internacional, na década de 1920, acreditava-se que, devido ao atraso do Brasil, o socialismo só seria implantado no país após a tomada do poder pela burguesia, por tratar-se de um país de passado feudal. O proletariado, nesse sentido, deveria aliar-se à parcela da burguesia que desejava romper com o imperialismo e os resquícios feudais, para desenvolver o mercado interno. Consolidado o capitalismo, teria início a próxima etapa do processo revolucionário em que a burguesia se tornaria inimiga do proletariado e, sob a direção do Partido Comunista, os proletários tomariam o poder e implantariam o regime socialista. Em 1958, o PCB reconhecia que o capitalismo já estava em curso no Brasil. Nesse sentido, por meio da aliança com a burguesia se buscava a aproximação cada vez maior com a revolução anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática. O estágio que o país atravessava favorecia o fortalecimento das tendências nacionalistas e democráticas, apostava-se nas eleições como instrumento de intervenção política, para conquistar o governo e implementar reformas estruturais na sociedade. Em 1966, no pós Golpe Militar, Caio Prado Júnior, membro do PCB, critica as teses do Partido no livro *A Revolução Brasileira*. Ele não concordava com a existência de um passado feudal no Brasil, assim como não concordava com a existência de uma burguesia nacional anti-imperialista e de se fazer reforma agrária de orientação camponesa. Defendia que a revolução brasileira deveria ser realizada na perspectiva socialista, sem fazer alusão à luta armada. Mesmo a partir das críticas levantadas por Caio Prado Júnior, o PCB, em 1967, reafirmou suas teses de que, para se atingir o socialismo, primeiro se deveria realizar a revolução nacional e democrática, pois os maiores inimigos da sociedade brasileira permaneciam sendo o latifúndio e o imperialismo. (PANDOLFI, 1995). Os documentos do PCB referente a essas discussões podem ser encontrados em *PCB: vinte anos de política, 1958-1979: documentos*. São Paulo: Lech, 1980.

¹²⁶ Vieira Netto, em discurso na ALEP por ocasião da homenagem a Castro Alves, em 14/03/1947, já abordava as questões relacionadas à libertação do povo, à construção na nação brasileira, à liberdade perante o imperialismo e à superação do atraso feudal. Esse tema foi abordado por Vieira Netto em seu depoimento aos militares, após ser preso, em junho de 1964 e será discutido na sequência da tese.

cargo após o golpe militar que teve motivações políticas e ideológicas, mas também, motivações econômicas, devido ao momento que o país atravessava. Desde então, instaura-se no país a Ditadura Militar¹²⁷ que teve a duração de 21 anos e marcou, significativamente, a história do Brasil.

Sobre esse período, Fico (2004) aponta que a principal recomendação da doutrina da segurança nacional era o combate interno ao comunismo. Para isso, disseminaram a ideia da utopia autoritária, no entanto, a antiga tradição brasileira de pensamento autoritário precede em muito a ditadura militar. Ainda, segundo Fico (2004), essa utopia assentava-se na crença de que os militares eram superiores aos civis, pois esses eram despreparados, manipuláveis, impatrióticos e, principalmente, políticos civis, venais. E isso levava essa utopia autoritária a se realizar em duas dimensões: uma teria o viés saneador, curando o organismo social e extirpando fisicamente o câncer do comunismo, eliminando os comunistas, denominados de subversivos e taxados de corruptos com as ações da polícia política, com a espionagem, a censura da imprensa e julgamentos sumários; e a outra, de caráter pedagógico, suprimiria as supostas deficiências da sociedade brasileira, educando e defendendo o povo dos ataques à moral e aos bons costumes.

A perseguição aos comunistas imediatamente após o Golpe Militar, em 1964, é abordada por Carone (1982) afirmando que, com a vitória dos golpistas, o PCB foi duramente atingido, juntamente com o movimento operário, o movimento nacionalista e democrático, impondo-se o recuo para evitar o massacre da classe operária e a liquidação física de sua vanguarda. O golpe fora dirigido fundamentalmente contra os operários, no entanto, as organizações democráticas, como as associações camponesas e entidades estudantis e personalidades políticas e intelectuais de destaque na luta patriótica também foram alvo de suas ações.

Pouco mais de um mês após o Golpe Militar, sob o argumento do recebimento de constantes denúncias de subversão, o General Dario Coelho, Comandante da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão de Infantaria em Curitiba, PR, determinou, no dia 04 de maio de 1964, a abertura de Inquérito Policial Militar Secreto, ocasião em que foi nomeado como responsável o Major Waldemar Oswaldo Bianco.

¹²⁷ Nesta tese, seguimos a abordagem sobre o pós-Golpe Militar de 1964 como Ditadura Militar, que durou de 1964 a 1985, conforme as abordagens de Fico (2004). Há, no entanto, corrente de análise desse mesmo período com a conceituação de Ditadura-Civil Militar.

Imediatamente, o Major Waldemar deu início à inquirição de testemunhas para prestarem depoimentos e, logo em seguida, já determinou a prisão de vários militantes comunistas enquadrados como subversivos por atuarem contra a ditadura instaurada e, ainda, por tentativa de mudança de regime para o comunismo. Vale destacar que nesses depoimentos é uma constante a pergunta sobre Vieira Netto às várias testemunhas inquiridas. (BNM DIGITAL – 391)

A citação do nome de Vieira Netto pelas testemunhas inquiridas somados à sua conhecida militância no Partido Comunista Brasileiro e sua posição contrária ao Golpe Militar, foram preponderantes para incluí-lo no pedido de prisão dirigido aos militantes comunistas no Paraná. Foragido, pesava contra Vieira Netto um pedido de prisão datado de 07 de maio de 1964, feito pelo Major Waldemar, em Ofício nº 13, ao General Comandante da 5ª RM e 5ª DI. Nesse ofício, constam o nome de 13 militantes comunistas. Para justificar o pedido de prisão, o Major Waldemar afirma que ela se faz necessária para esclarecimentos das investigações policiais. (BNM DIGITAL, 391-111)

Em relação à perseguição à Vieira Netto e o contexto da ditadura militar, o Professor René Ariel Dotti¹²⁸, destaca que

Depois de 64, o governo militar instaurou diversos inquéritos policiais militares contra pessoas que o governo considerava subversivos. Na verdade, o Professor Vieira Netto era um homem de respeito à lei e de respeito à constituição. Tinha, evidentemente, estudo sobre socialismo, mas não era nenhum militante armado e não exercia esse pensamento através da violência. Ele tinha pensamentos ligados aos princípios comunistas. Ele era comunista do ponto de vista ideológico e, por isso, perdeu também o mandato de deputado estadual. (INFORMAÇÃO VERBAL).

Os apontamentos do professor René Dotti sobre as posições políticas e ideológicas de Vieira Netto, ressaltam o caráter persectório dos militares no exercício do poder contra, principalmente os militantes comunistas.

No caso de Vieira Netto, a perseguição já iniciou nos primeiros dias de abril, após o golpe militar. Ao ser perguntado as razões dessa perseguição ter ocorrido de maneira tão rápida, o professor René Dotti, afirma que Vieira Netto

¹²⁸ Entrevista concedida ao autor pelo Professor e Advogado René Ariel Dotti, no dia 13 de novembro de 2018, no escritório do Prof. Dr. René Ariel Dotti, em seu escritório, situado à Rua Marechal Deodoro, 497 - Curitiba, PR. O professor René Dotti foi um dos advogados de defesa de Vieira Netto no período da ditadura militar.

tinha sido, primeiramente, deputado estadual pelo Partido Comunista; depois, em 1962, ele foi candidato por um partido de esquerda, não foi eleito, mas foi candidato por que era notoriamente conhecido como uma pessoa que teve ideias socialistas. Então, essa foi a razão pela qual, ele foi perseguido por pessoas que tinham intolerância ideológica. A cassação veio logo também. Ele obteve um mandado de segurança para suspender sua cassação até que fosse preenchida a vaga da cadeira, mas essa decisão liminar do supremo logo foi corrigida porque aí entrou em ação o poder militar que coagiu o Supremo Tribunal. Foi cassada essa decisão liminar, apesar do cargo dele ficar vago durante muitos anos. Eu não sei quem assumiu depois o cargo dele de professor titular de Direito Civil. (INFORMAÇÃO VERBAL).

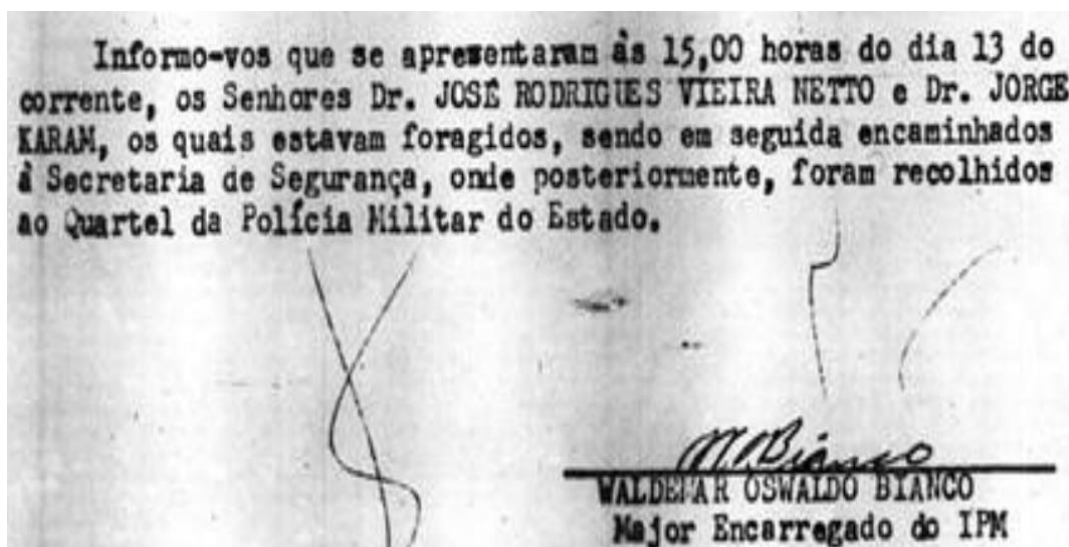
As ações que visavam prender Vieira Netto podem ser notadas nos documentos policiais. No dia 27 de maio de 1964, o Major Waldemar Oswaldo Bianco, por meio de Edital, que seria publicado nos principais jornais da cidade de Curitiba, intima os foragidos para se defender, no prazo de 48 horas, sob pena de serem processadas à revelia. (BNM DIGITAL, 391, 386).



Fonte: BNM Digital (391, 386).

Vieira Netto, no entanto, não compareceu no prazo determinado pelo Major. Passados mais de 30 dias do pedido de prisão feito pelo Major responsável pelo IPM,

Vieira Netto se apresentou à polícia no dia 13 de julho de 1964, sendo preso nesse mesmo dia. (BNM DIGITAL, 391-886). Segundo Andréé, ele “foi um dos 10 primeiros no país a ser perseguido, né, então tinha que estar preso”. Era a segunda prisão de Vieira Netto, dessa vez, mais longa e em contexto de regime de exceção, diferente do ocorrido em Londrina, em que foi preso e solto no mesmo dia, tendo sua soltura condicionada à saída imediata da cidade.



Fonte: BNM Digital, 391-00886

A prisão, em julho de 1964, inserida no contexto da perseguição a que Vieira Netto foi submetido em sua trajetória, envolve questões mais complexas como a clandestinidade, ficar foragido, e ter que se deslocar às escondidas para não ser descoberto, visto os riscos que corria de ser preso e, até mesmo, assassinado. A esse respeito, no discurso de formatura dos bacharéis da Faculdade de Direito, em dezembro de 1964, o qual a reitoria da Universidade Federal do Paraná proibiu que fosse lido, mas que foi impresso e distribuído aos formandos, Vieira Netto afirma

tive que conhecer a angústia de ficar sozinho, o amargurado favor dos quartos de empréstimo, a procura de um vilarejo onde vegetasse anônimo, a traição, a covardia de alguns próximos, a maravilha de algumas dedicações, e a ausência de notícias – e as alarmantes notícias que faziam da prisão, do castigo, da tortura dos intelectuais e operários, estudantes, soldados, professores, gente humilde, uma caçada medieval às feiticeiras. (DOPS-PR, PI 2194-400, p. 140).

O relato de Vieira Netto, para além de expressar as situações a que fora submetido, assim como os riscos iminentes à sua integridade física e os sentimentos

oriundos desse fato, apresenta, desde os meses iniciais da Ditadura Militar, os métodos utilizados contra aqueles considerados inimigos do regime. Ao relatar situações como os castigos, a tortura, a caçada, apresenta elementos concretos sobre o modus operandi que perpassou a Ditadura (1964-1985), que teve períodos de maior intensidade e de repressão, após o Ato Institucional nº 5, o AI5, mas já adotava alguns desses métodos, desde o AI1.

Em Ofício enviado no dia 13/07/1964, pelo Major Waldemar ao Secretário de Segurança Pública do Paraná, solicita que Vieira Netto e Jorge Karam sejam mantidos na condição de presos políticos e incomunicáveis, com exceção de visitas somente das esposas, filhas e genros.

1. - De ordem do Exmo Sr Gen Cmt da 5a RM e 5a DI, solicito a V Excia, providências necessárias para manter na condição de prêsos político, os Dr JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO e Dr JORGE KARAM, que se achavam foragidos e que se apresentaram voluntariamente;

2. - Outrossim, para bom andamento do IPM, de que estou Encarregado, os referidos cidadãos deverão ser mantidos prêsos incomunicáveis, com exceção somente quanto às visitas de suas esposas, filhas e /// genros.

3. - Aproveite a oportunidade para reiterar meus protestos de alta estima e distinta consideração.-

Fonte: BNM Digital (391-868).

A situação de Vieira Netto era delicada, pois ele esteve entre os 10 primeiros perseguidos da ditadura, segundo André. Entendemos ser difícil de aferir a quantificação dos primeiros perseguidos políticos com precisão, no entanto, o que se pode comprovar é que desde o início do Golpe Militar que derrubou o presidente João Goulart e instaurou a Ditadura Militar no Brasil, em 31 de março de 1964, Vieira Netto teve que fugir ante as ameaças que estava sofrendo o que se concretizou por ocasião de sua rendição no mês de julho.

Em seu depoimento à polícia, no dia 23 de julho de 1964, Vieira Netto menciona as questões relativas às ameaças sofridas por ele, a maioria por telefone, o que o levou a fugir, ainda nos primeiros dias de abril.

É natural que o declarante sem ter medo físico procurasse nos primeiros momentos do movimento revolucionário, de características indefinidas, e de extensão ainda desconhecida, proteger a sua vida e a sua incolumidade física

contra eventuais violências, de inimigos pessoais que, oportunisticamente, quisessem aproveitar a situação para tirar desforra, que normalmente não teriam coragem de fazer; que não foram poucos os telefonemas e a guerra de nervos, por meio de ameaças que foram [sic] feitas à família do declarante, durante os primeiros dias da revolução, colocando seus familiares em pânico e fazendo com que estes achassem que o declarante devia se proteger, até que as coisas se definissem. [...] tendo mesmo recebido convites de Universidade estrangeira para lecionar sua disciplina; que o declarante, passado o primeiro impacto refletiu que o seu lugar é dentro de sua própria pátria, tanto mais que tem consciência de não ter praticado qualquer ato de subversão ou atividade clandestina e, assim, regressou a esta cidade onde ficou cerca de um mês, aguardando uma oportunidade para se apresentar. [...]. (BNM DIGITAL, 391-950).

A menção ao risco de violação da integridade física de Vieira Netto é destacada por seus Advogados de defesa Élio Narezi e René Dotti, em solicitação feita ao Presidente do Inquérito Policial Militar, Major Waldemar Bianco, por ocasião da apresentação à polícia, após período em que ficou foragido. Nesse documento, os advogados apontam que as provocações e ameaças sofridas por Vieira Netto foram feitas por setores da Polícia Civil em represália à sua atuação, como Advogado, e de sua reação contra a prepotência de alguns policiais.

O caso Lazier é grave, no que se refere às ocorrências entre Vieira Netto e a polícia, pois envolveu inclusive agressão física e legítima defesa, como noticiado em Jornal da época, e apontado por ele próprio em seu depoimento à polícia, em julho de 1964, que após ser agredido, enquanto defendia Hermógenes Lazier, desferiu um soco no queixo de um agente da polícia. (BNM DIGITAL, 391 – 949; 950). Porém, esse não foi o único caso em que aconteceram incidentes entre Vieira Netto e agentes policiais.

No mesmo depoimento em 1964, Vieira Netto mencionou que por ter sido presidente, vice-presidente e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, sessão Paraná, teve que entrar em conflito com autoridades policiais, em virtude de violências contra o exercício profissional, ou mesmo contra pessoa física de clientes seus, jamais permitindo qualquer ofensa a prerrogativas de seus colegas, interferindo de maneira enérgica todas as vezes que isso lhe pareceu necessário. Em virtude dessa atuação profissional, criou inimizades com quadros da polícia, o que considerava “cavacos do ofício”. (BNM DIGITAL, 391 – 949).

Dentre os casos em que criou animosidade com as forças policiais, Vieira Netto destacou a defesa de Oficiais do Exército Nacional, encarregado pelo Deputado

Rubens Requião. Os Oficiais eram acusados do assassinato do policial Nei Azevedo, o que lhe custou uma luta insana contra a polícia que atribuía o crime a esses oficiais. O processo terminou com a absolvição dos acusados. Noutra caso, fez a defesa de jovens da cidade de Ponta Grossa, acusados de furto de automóveis.

Ainda há pouco tempo, a polícia prendeu, espancou, torturou, rapazes inocentes e pertencentes às melhores famílias de Ponta Grossa, atribuindo-lhes crimes continuados de furtos de automóveis na cidade de Ponta Grossa, e o depoente como advogado da família desses jovens, conseguiu com auxílio de investigações locais, demonstrar que esses crimes tinham sido praticados por ladrões profissionais, em consequência do que requereu, naquela cidade, que fossem processados criminalmente as autoridades policiais responsáveis por aquelas violências. (BNM DIGITAL, 391 – 950)

A justificativa apresentada por Vieira Netto para ter ficado foragido a partir do início de abril de 1964, estão embasadas nessas ameaças. Enquanto esteve foragido, seus advogados, mediante procuração o representaram, negociando sua apresentação perante a polícia, no entanto, tendo como condição a garantia de segurança à sua pessoa. Essas solicitações foram encaminhadas ao Major Waldemar Bianco, presidente do Inquérito Policial Militar, em documento datado de 13 de julho de 1964.

Os Bacharéis Élio Narezi e René Dotti, brasileiros, solteiros, advogados, com escritório nesta cidade de Curitiba, tendo sido distinguidos com o convite formulado pelo Professor Dr. JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO, para acompanhá-lo até Vossa Excelência, a fim de prestar eventuais declarações em Inquérito Policial Militar, vêm, respeitosamente, expor e solicitar o seguinte: [...]. (DOPS-PR, PI 2194-400, p. 133).

Os incidentes entre Vieira Netto e a polícia, conforme narrado, contribuíram para que tais ameaças à sua integridade física acontecessem no pós-Golpe Militar de 1964, mesmo tendo se passado mais de uma década em relação aos casos envolvendo os atritos entre Vieira Netto e a polícia. Isso pode ser observado no ofício assinado pelo Tenente Coronel Ítalo Conti, encaminhado ao encarregado do Inquérito Policial Militar, Major Waldemar Oswaldo Bianco, em que a polícia se justifica e ataca Vieira Netto. Nesse ofício, afirma que as insinuações de Vieira Netto em seu depoimento, de que tenha sofrido violência policial se trata de hábito de comunistas e ladrões para difamar a polícia e criar clima de desconfiança nos julgadores para fugir da justiça.

Ilmo. Sr. Major WALDEMAR OSWALDO BIANCO
 DD. Encarregado do IPM.-

Remeto a documentação anexada ao ofício nº 183/
 IPM, de 14 de julho de 1964, de V.Sa.

Cumpre-me esclarecer que as insinuações de JOSÉ
 RODRIGUES VIEIRA NETTO, a respeito de possíveis violências
 da Polícia Civil, espelham um hábito tradicional usado
 principalmente por comunistas e ladrões que, levantando sus
 peitas sobre o procedimento da polícia, procuram criar um
 clima de desconfiança nos julgadores e assim atendem aos
 objetivos procurados - fugir a ação da Justiça.

Na oportunidade, renovo a V.Sa. meus protestos de
 alta estima e distinto apreço.

Tex. Cel. IFAATO CONTI
 Secretário

Fonte: BNM Digital (391-893)

Num cenário tão conturbado como o pós-Golpe Militar, Vieira Netto se afastou do convívio social, obrigando-se a ficar foragido por mais de três meses. Para garantir a segurança de não ser descoberto, não permanecia muito tempo no mesmo lugar. Sobre o período em que ficou foragido, há narrativas que convergem e se diferem. Sobre os locais em que Vieira Netto ficou escondido há convergência entre os citados por Andrée, em entrevista, e em livro, de Helm. Primeiramente, ele se escondeu em Curitiba, em seguida, em São Paulo e, depois, em Caraguatatuba e, novamente, São Paulo. Após a estada em São Paulo pela segunda vez, regressou à Curitiba, quando se entregou à Polícia, após negociação de sua rendição.

Em relação às pessoas envolvidas na fuga e à rendição, há diferentes narrativas. Andrée, na entrevista, não menciona o nome das pessoas envolvidas na fuga. Já na rendição de Vieira Netto, afirma que foi negociar pessoalmente com o general, depois que ele decidiu se entregar ao ser convencido de que não era criminoso. No que tange às iniciativas em torno ao período em que esteve foragido,

há registros de outras pessoas que também interviram em favor de Vieira Netto. Dentre eles, seu genro Édison que foi várias vezes falar com o Major Waldomiro Bianco sobre a intenção de “Vieira Netto se apresentar para prestar depoimento, desde que não corresse o risco de ser transferido para o Forte de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, ou para a Ilha de Fernando de Noronha”. (HELM, 2012, p. 125).

Vieira Netto ficou foragido da polícia de abril a julho de 1964. Nesse contexto, ocorreu o seu afastamento da Cátedra de Direito Civil na Universidade Federal do Paraná. Em relação ao processo de rendição, os Advogados Élio Narezi e René Dotti formularam solicitação visando garantir sua proteção. Nessa solicitação, destacam o fato de que ele estava se apresentando voluntariamente devido ao chamamento da Comissão de Inquérito Policial Militar, a fim de esclarecer detalhes sobre seu comportamento social. Na solicitação, afirmam, ainda, que Vieira Netto cumpria a intimação para depor perante a história.

Os advogados mencionaram a reputação conquistada por Vieira Netto e dos espaços de atuação que já havia ocupado em sua trajetória profissional e política. Na ocasião, solicitaram proteção policial, enfatizando sua condição de Professor Catedrático da UFPR, Vice-Presidente da OAB Paraná, membro do Instituto dos Advogados do Paraná, membro da comissão de redação da Constituição Estadual, advogado de destaque no Estado, defensor das liberdades e da ordem democrática. Essa prisão de Vieira Netto durou até o dia 24 de julho de 1964, quando foi posto em liberdade. (BNM DIGITAL, 391-964).

Outro fato que marca a trajetória de Vieira Netto e a perseguição que lhe foi imposta está relacionado às consequências da prisão em 1964 e da aposentadoria compulsória, após investigação sumária da Universidade Federal do Paraná e do Ministério da Educação, e assinada pelo Marechal Castello Branco e por Flávio Suplicy de Lacerda (Ministro da Educação), quando Vieira Netto foi proibido de discursar na formatura da Turma de Bacharéis do Curso de Direito da UFPR, evento abordado no primeiro capítulo da tese.

A perseguição a Vieira Netto, no entanto, não cessa e teve como ápice as ocasiões de invasão de sua residência, as novas prisões, e Inquérito Policial Militar. O mais intrigante, no entanto, foram os casos em que a Polícia fez buscas na residência de Vieira Netto, a fim de prendê-lo, quando este já havia falecido. Algumas

dessas prisões estão relacionadas ao aumento da repressão imposta pelos militares, após 1964, e as operações desferidas contra os militantes do PCB.

Nos anos que seguiram em que o país esteve sob a Ditadura Militar, os registros da DOPS-PR sobre Vieira Netto apontam a continuidade do monitoramento de suas ações e das providências tomadas pelos militares em relação à sua pessoa, como a denúncia oferecida em 05 de outubro de 1965, pelo Promotor de Justiça da 5ª Região Militar, com incurso da Lei de Segurança Nacional, acusado de atividade subversiva. Essa denúncia foi recebida pelo Conselho Permanente da Auditoria da 5ª R.M., em 04 de novembro de 1965. Em 1966, foi denunciado no IPM dos Bancários, conforme noticiou o Jornal Tribuna do Paraná.

Em 1967, a prisão de Vieira Netto foi a mais pesada que se tem registro. Ele foi abordado e preso em frente a sua residência e conduzido à Delegacia sendo-lhe imposta a incomunicabilidade por mais de 30 dias.

Em 30 Nov 67-0 fichado foi prêso para averiguações e está indiciado no - IPM que apurou as atividades do PCB no Paraná, sendo o elemento que alugou uma chácara nas imediações de Curitiba, para que ali se realizassem as reuniões do PC, é membro do Comitê Estadual. (V. pasta PCB-Organização no Paraná)

Fonte: DOPS-PR (FI 45.992)¹²⁹

O embasamento legal para a prisão de Vieira Netto e de outros militantes comunistas, feito pelo Coronel Ferdinando de Carvalho, responsável pelo IPM, apontava que tal pedido se apoiava no Art. 54 do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Esse decreto definia os crimes contra a Segurança Nacional, a ordem política e social e previa a decretação de prisão preventiva dos indiciados, mesmo em fase da apuração policial.

A prisão ocorreu no dia 16 de setembro de 1967, segundo registro feito em BNM Digital (512, 207). Nesse documento, intitulado “Nota de Culpa”, o Coronel Ferdinando de Carvalho, responsável pelo IPM, faz saber que Vieira Netto estava preso e apresenta a acusação, conforme registro abaixo.

¹²⁹ O Registro na DOPS aconteceu em 30/11/1967, no entanto, a prisão aconteceu dias antes, pois a OAB Nacional se reuniu no dia 18/10/1967 para tratar da prisão, comunicada a essa instância pela OAB Seccional Paraná.

NOTA DE CULPA

FERDINANDO DE CARVALHO, Coronel Encarregado do IPM, faz saber a JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETO, que o mesmo se acha prêso, à disposição da Justiça Militar, pelo fato de estar acusado como executante de atividades comunistas, integradas na estrutura / do Partido Comunista Brasileiro, no Estado do Paraná, as quais vêm sendo apuradas rigorosamente no referido I P M, mediante / delegação para tal fim pelo Exmo Senhor General CLOVIS BANDEIRA BRASIL, Comandante da 5a RM e 5a DI. E, para sua ciência, / mandou passar a presente, que vai por êle assinada. Eu, JOÃO NOLASCO DE CARVALHO, servindo de escrivão, a escrevi.

Curitiba, PR, 16 de setembro de 1967.

Ferdinando de Carvalho
FERDINANDO DE CARVALHO - Cel
Encarregado do I P M Cel

Fonte: BNM Digital (512, 207).

A análise dos documentos que tivemos acesso na BNM Digital (512), apontam para a prisão de Vieira Netto, em 1967, sem o devido mandado judicial. Como se pode notar em (BNM DIGITAL, 512-207), a possível data da prisão de Vieira Netto e de outros militantes comunistas ocorreu no dia 16 de setembro de 1967, a mando do Coronel Ferdinando. No entanto, em ofício secreto datado de 18 de setembro de 1967 (BNM DIGITAL, 512, 3314) menciona-se que

Em complemento ao Of S/Nº Secreto, de 14 de set 67, informo a V. Excia que se encontram presos incomunicáveis, à disposição deste encarregado de IPM, de acordo com o Art 156 do CJM, as seguintes pessoas: Romain Roland Pires Leal; Jorge Karan; Berek Krieger; Otto Bracarese; José Rodrigues Vieira Netto; Aristides Oliveira Vinholes e Aparecido Moralejo.

Nesse mesmo ofício, disponível em (BNM DIGITAL, 512, 3314), o Coronel presta informação ao Juiz Auditor de 5ª RM, de que Vieira Netto e outros comunistas encontravam-se presos e incomunicáveis. Como motivo para a prisão, relata que “pesa contra essas pessoas a seguinte acusação: comunistas, pertencem ao Comitê Estadual do PCB e realizam reuniões e outras atividades de funcionamento do PCB”. (BNM DIGITAL, 512-3314). Até então, não se tinha ordem judicial para essas prisões.

A solicitação de decretação da prisão preventiva dos indiciados foi enviada pelo Coronel Ferdinando ao Juiz Auditor da 5ª RM no dia 24 de setembro de 1967 (BNM DIGITAL, 512-3357) e, no dia 27 de setembro, o Juiz concedeu a prisão, após decisão do Conselho Permanente de Justiça do Exército, realizada no dia 26 de setembro (BNM DIGITAL, 512-3365). No mandado de prisão (BNM DIGITAL, 512-3366), expedido em 27 de setembro, pelo Juiz Auditor Célio de Jesus Lobão Ferreira, é possível notar, textualmente, que o juiz “manda que seja recolhido preso, à disposição desse juízo” mencionando-se a lista dos comunistas, dentre eles, Vieira Netto. O fato, porém, é que eles já estavam presos, desde o dia 16 de setembro.

MANDADO DE PRISÃO

Sr. Tenente Coronel FERDINANDO DE CARVALHO, Encarregado de IPM

CELIO DE JESUS LOBÃO FERREIRA, Juiz Auditor da
5ª. Região Militar, usando da atribuição que a lei lhe confere, manda que seja
recolhido preso, à disposição deste Juízo, JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETO, ABIS-
TIDES DE OLIVEIRA VINHOLAS, JOSE KARAN, BILK JERICER, OTTO MACA
BENSE e HIRAN RAMOS OLIVEIRA, face haver o Conselho Permanente de
Justiça do Exército desta Auditoria, em sessão antes realizada, ha-
ver decretado a prisão preventiva dos mesmos, conforme se vê dos
esclarecimentos contidos no ofício nº 1240, de hoje datado, o qual
acompanha o presente

.....

O que se cumpra, na conformidade da Lei. 6a,

Escrivão, ^{Walter H. Quintana}
O subscritei.

Garuiba, 27^{de} setembro de 19 67

Promotor
XXXXX
CELIO DE JESUS LOBÃO FERREIRA
Juiz Auditor.-

Fonte: BNM Digital (512-3366).

Sobre essas questões, em depoimento prestado em 30 de abril de 1968 BNM Digital (512-2532), Vieira Netto refere-se ao contexto da prisão de 1967, tanto ao fato de ter sido preso sem ordem judicial, como às condições em que ficou preso e à

maneira pela qual foi interrogado. A afirmação de Vieira Netto sobre sua prisão sem ordem judicial é evidenciada pelos registros descritos acima, que apontam que tal ordem foi expedida, passados mais de dez dias após a prisão.

Na solicitação de prisão, datada de 24 de setembro de 1967, vale destacar, o apontamento feito pelo Coronel Ferdinando de que tal pedido se justifica, a partir da descoberta acidental de material impresso subversivo, o funcionamento de rede subversiva resultante de rearticulação do PCB de elementos da chamada linha pacífica e de radicais de ações violentas. Afirma, ainda, que a apuração só foi possível devido à detenção dos principais responsáveis e da colocação dessas pessoas em situação que não permitisse invalidar ou prejudicar os esforços do encarregado do IPM. Como parte do embasamento para o pedido de prisão preventiva, alega, inclusive, que o grau de culpabilidade dos indiciados ainda está sendo apurado, mas que possuem indícios de culpabilidade.

4. Por essa razão e tendo em vista assegurar os elementos indispensáveis para a rigorosa elucidação dos fatos que deram motivo ao presente I P M e que foram comunicados à V Excia, através do Of S/Nº - Secreto, de 14 Set 67, deste Engarregado, venho pelo presente, solicitar a decretação da prisão preventiva dos indiciados abaixo, cujo grau de culpabilidade está / sendo apurado, mas que possuem contra sua pessoa veementes in dícios de culpabilidade:

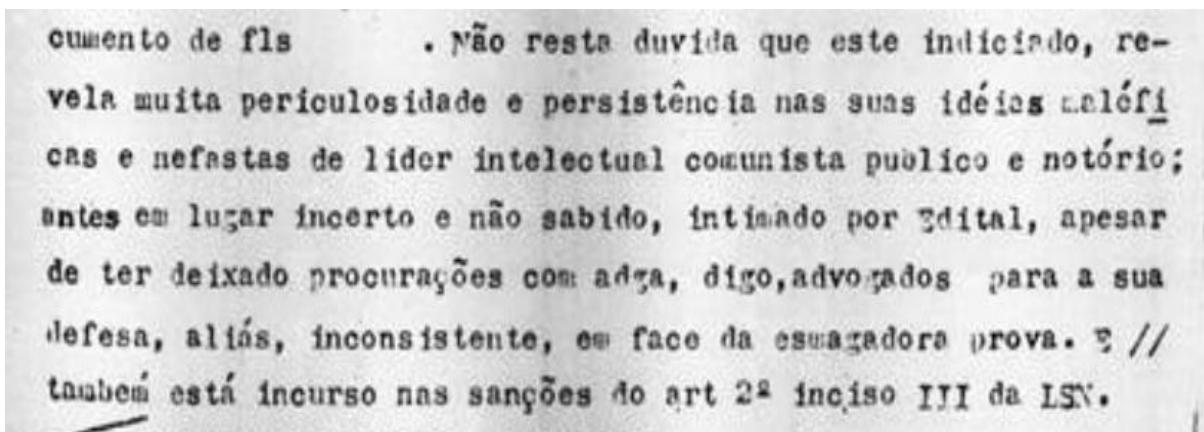
- JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETO,
- ARISTIDES OLIVEIRA VINHOLES,
- JORGE KARAN,
- BEREK KRIEGER,
- OTTO BRACARENSE COSTA,
- JOÃO CASILLO e
- HIRAN RAMOS DE OLIVEIRA

Fonte: BNM Digital (512-3357).

Como é possível observar, a solicitação fundamenta-se nas questões políticas e ideológicas, como já havia ocorrido na prisão em 1964. O próprio Coronel responsável pelo IPM justifica que o grau de culpabilidade ainda está em fase de apuração ao passo que se contradiz, afirmando que possuem indícios de culpabilidade.

As justificativas para a prisão em 1967 se relacionam à apreensão de materiais considerados subversivos e às atividades que os militantes do PCB continuavam desenvolvendo e, também, aos registros e denúncias de 1964, conforme

BNM DIGITAL (391-17), em que Vieira Netto foi denunciado junto a outros militantes comunistas, por tentativa de mudança do Regime para o comunismo.



documento de fls . Não resta duvida que este indiciado, revela muita periculosidade e persistência nas suas idéias malófi cas e nefastas de líder intelectual comunista publico e notório; antes em lugar incerto e não sabido, intimado por Edital, apesar de ter deixado procurações com adga, digo, advogados para a sua defesa, aliás, inconsistente, em face da esmagadora prova. E // também está incurso nas sanções do art 2º inciso III da LSN.

Fonte: (BNM DIGITAL, 391-17).

Os registros encontrados em BNM Digital (512) e BNM Digital (391) apontam para a vigilância constante sobre Vieira Netto e sobre outros militantes do Partido Comunista Brasileiro. Como parte dessa vigilância, a polícia política utilizava-se de vários recursos para a produção de provas. A invasão de residência e do escritório de Vieira Netto e a apreensão de materiais eram parte desse processo, além da inquirição de pessoas investigadas nesses mesmos processos.

Dentre os documentos encontrados, é possível notar que Vieira Netto se encontrava no movimento político de militância durante a Ditadura Militar com vasta documentação envolvendo seu nome em IPMs, fichamentos, depoimentos de outros militantes do PCB. Segundo relatório que apura atividades do PCB, no Paraná, Vieira Netto utilizava o pseudônimo Macedo. Essas informações foram repassadas, em depoimento, por Aparecido Moralejo e Edgard Schatzmann, que “denunciaram vários desses pseudônimos, o que permitiu identificar as pessoas mencionadas em vários documentos, [...]” (BNM DIGITAL, 512-653).

Sobre o uso dos pseudônimos, o mesmo relatório menciona trecho do depoimento de Aparecido Moralejo:

“PERGUNTADO se nas reuniões do PCB os participantes eram reconhecidos por seus nomes próprios ou por pseudônimos, respondeu que usavam pseudônimos como norma da clandestinidade e que eram os seguintes os pseudônimos utilizados: VIEIRA NETTO (MACEDO), [...]”. (BNM DIGITAL, 512-165).

O uso de pseudônimo, no entanto, foi negado por Vieira Netto, na ocasião que prestou depoimento, no dia 21 de setembro de 1967. “PERGUNTADO se costuma usar pseudônimo de MACEDO para atividades, respondeu que não”. (BNM DIGITAL, 512-165).

No primeiro capítulo da tese, discorreremos sobre o que caracteriza o intelectual e o significado do conceito, que passa de adjetivo para substantivo no contexto do caso Dreyfus. Discutimos, também, a concepção de intelectual orgânico em Gramsci, práxis, dentre outros temas. Nesse sentido, dentre os elementos que caracterizam o intelectual, o engajamento nas causas sociais é um dos principais. Essa retomada sobre a definição do conceito de intelectual contribui para a compreensão do conteúdo da descrição na denúncia contra Vieira Netto, sendo reconhecido pelos militares em sua intelectualidade.

Em relação à prisão em 1967, Andrée afirma que, nessa ocasião,

ele foi preso saindo da minha casa, indo buscar leite para minha filha. Eles pegaram ele na porta da minha casa. Dessa vez, ele ficou incomunicável por 30 dias. Ninguém sabia onde ele estava. Lá no quartel, eles diziam que ele estava não sei onde, tudo isso¹³⁰. (Informação verbal).

Em Helm (2012), é possível observar que alguns detalhes sobre a prisão de Vieira Netto, em 1967, foram obtidos a partir de contato com pessoas vinculadas à sua família que, naquela ocasião, desempenhavam funções na área judicial. Entre esses contatos, havia o desembargador Paulo Roberto Hapner, que narrou seu contato com Vieira Netto quando esteve preso no quartel.

O Professor Vieira Netto permaneceu preso incomunicável nas dependências do 5º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado recolhido em um quarto na parte superior do prédio. Nenhum oficial, sargento ou praça tinha acesso ao Professor. Mantive apenas três rápidos contatos com ele, porque a ordem era de incomunicabilidade. Na primeira noite que estive com o Professor perguntei sobre suas necessidades. Disse que estava bem. Os presos políticos eram de exclusiva responsabilidade dos oficiais. Não saiam dos aposentos para tomar sol. O Professor Vieira Netto não saiu do quarto e recebeu alimentação igual a dos oficiais. Não havia toalha e sabonete nas dependências onde ficou detido. Consegui levar uma toalha para ele e um sabonete. O Dr. Vieira Netto estava sereno, não deixava transparecer alguma irritação diante do desconforto que lhe foi imposto. (HELM, 2012, p. 138-139)

¹³⁰ Entrevista concedida ao autor, em 20 de maio de 2017.

A incomunicabilidade, mesmo que esporadicamente quebrada devido às relações de amizade de Vieira Netto – o pai do desembargador citado por Helm (2012), era alfaiate de Vieira Netto – demonstram indícios de tortura. Ele foi proibido de tomar sol, ficando preso dentro de um quarto, sem direito ao menos a uma toalha ou sabonete. O desembargador narra os procedimentos impostos à Vieira Netto como desconforto, no entanto, as práticas estão muito mais para tortura.

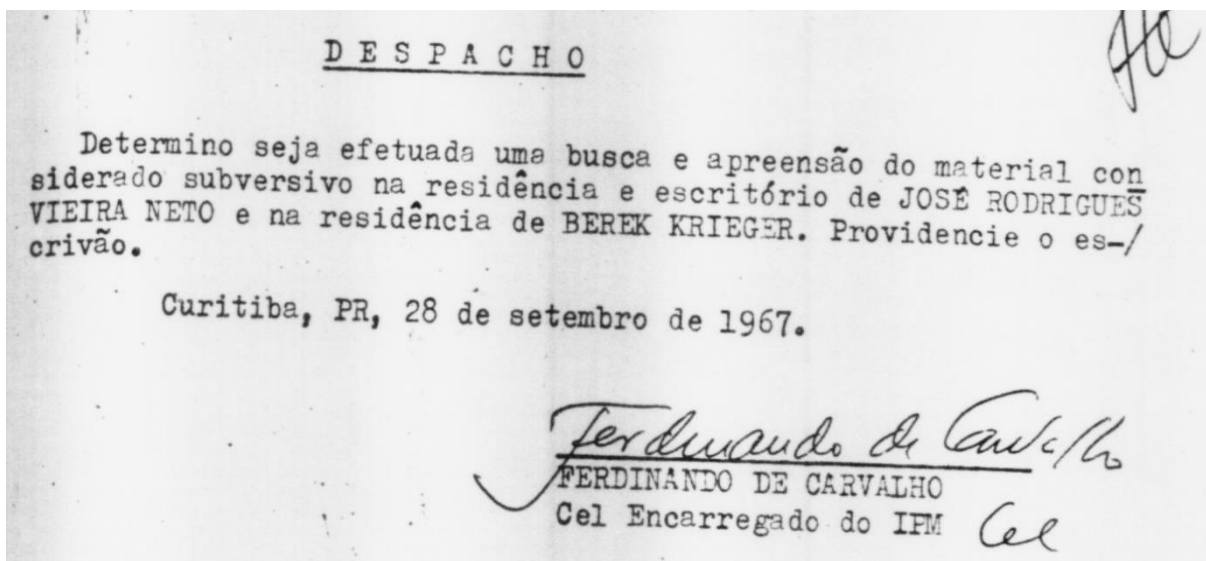
Em depoimento prestado em 30 de abril de 1968, na Auditoria da 5ª Região Militar, reunido o Conselho Permanente, Vieira Netto descreveu as condições a que foi submetido quando esteve preso e a forma com que se deu o interrogatório com metralhadora à vista e sob ameaça.

Direito e desde 16 anos trabalha na sua profissão; que é Marxista | filosoficamente e de posição humanista; que foi prêso nas piores || condições possíveis, após um acidente em um dos joelhos, sem ordem | judicial e sem respeito as prerrogativas de advogado e professor U- niversitário; que o interrogando ficou em um cubilo infecto, digo, | cubículo infecto, sendo-lhe lhe dada comida da pior qualidade e in- comunicavel; que foi interrogado com metralhadores a vista e ameaça | do por um Oficial; que lhe foi perguntado quantos carros possuía ||

Fonte: BNM Digital (512-2532).

No depoimento, Vieira Netto ainda manifesta que não lhe foi comunicada a acusação, como é de direito. Segundo ele, “o interrogatório em que não se comunica ao acusado aquilo do qual é acusado, transforma-se em uma pescaria em busca de fatos”. (BNM DIGITAL, 512-2532). Nesse ínterim, cita a invasão de sua residência e de seu escritório, sem ordem judicial, destacando a inviolabilidade do seu escritório como uma prerrogativa legal do advogado. (BNM DIGITAL, 512-2532)

A menção feita por Vieira Netto à invasão de sua residência e de seu escritório está relacionada à busca e apreensão realizada pela polícia, no dia 29 de setembro de 1967, no contexto de sua prisão, em cumprimento à determinação do Cel. Ferdinando de Carvalho, do dia 28 de setembro de 1967.



Fonte: BNM Digital (512-305).

A ação da polícia na casa e no escritório de Vieira Netto resultou na apreensão de diversos livros, revistas, conforme consta em BNM Digital (512). Em sua residência foram apreendidos: Conceituação do Marxismo (Vieira Netto); A Revolução e o IPM da Caixa Econômica (A. Lustosa de Oliveira); A Grande Conspiração – A Guerra Secreta contra a Rússia Soviética (Michael Sayers e Albert E. Kahn); Ásia Maior – O Planeta China (Maria Martins); Cadernos do Povo Brasileiro Número 6 – Quais são os inimigos do povo (Theotônio Júnior); No limiar da Paz (Dário Velozo [sic]); Les Communistes (Aragon); A verdadeira Questão Social (Augusto Cesar); As Guerras Camponesas na Alemanha (F. Engels); V. Lenin – Obras Escolhidas; Filosofia Del Hombre Marx o Sartre? (Adam Schaff); La Grand Guerra Pátria de La Unión Soviética (J. Stalin); Marxismo Existencialismo Personalismo (Jean Lacroix); Concepção Dialética da História (Antônio Gramsci); O Capital (Karl Marx); Depois de Kruschev (Giuseppe Boffa); Ensaio sobre Literatura (Georg Lukács); Luiz Feuerbach e o fim da filosofia clássica Alemã (F. Engels); Trechos escolhidos de Marx, Engels, Lenin e Stalin (Gean Freville); Salário, Preços e Lucros (Karl Marx); O Cristianismo Primitivo (F. Engels); O Nazismo Sem Máscara (J. Bauer Reis). (BNM DIGITAL, 512-332;333). (ANEXO A¹³¹).

A busca em seu escritório resultou na apreensão de cartas, anotações e alguns livros. Dentre eles: Sobre as Quatro Liberdades (Vieira Netto – Discurso de

¹³¹ Referente aos registros encontrados em BNM Digital (512-3.446). Esse registro traz a execução do mandado de busca e apreensão com data de 29 de setembro de 1967, enquanto (BNM DIGITAL, 512-332; 333) traz a data da execução em 28 de setembro de 1967.

Paraninfo da formatura de 1964); Crimes de Guerra no Vietnã (Bertrand Russel); Problemas do Socialismo Internacional (Lélio Basso, Vittorio Poa, André Haurieu, Fierre Maville, Laurent Schwartz e Jean Langevin). (BNM DIGITAL, 512-334). (ANEXO B).

A respeito da invasão da residência de Vieira Netto, sua filha Maria Lúcia Vieira destaca que

a nossa casa foi invadida, apreenderam livros e documentos, e o clima era realmente assustador. Levaram algumas armas que meu pai usava nas competições de tiro, mas nós escondemos muita coisa e a Cecília engoliu um distintivo do PCB que o meu pai guardava em uma caixa, junto com apetrechos de pescaria. (MARIA LÚCIA VIEIRA, *apud* HELLER, 1988, p. 366).

Em relação aos livros de Vieira Netto, Carlos Eduardo Manfredini Hapner¹³² (In: HELM, 2012, p. 191) afirma que escondeu livros de Vieira Netto no telhado do sobrado da casa onde morava “Após devidamente acomodada e protegida do pó e da umidade, parte dos livros que integrava a biblioteca do Dr. Vieira foi se instalar entre o forro do telhado de nossa casa, no Juvevê. Fui calma e pacientemente instruído: tratava-se de um segredo”.

Somado a esses fatores envolvendo o contexto da prisão de Vieira Netto em 1967, Helm (2012) destaca, ainda, que ele tinha saúde debilitada, sofrendo de deficiência circulatória. Na prisão, até o envio de remédio foi dificultado, e, novamente, os vínculos de amizade amenizaram as consequências da prisão e da incomunicabilidade, pois Paulo Hapner aceitou levar os medicamentos de que Vieira Netto necessitava.

Ao analisar a prisão de Vieira Netto em 1967, questões concernentes à tortura ficam evidentes. Como se pode observar, os arquivos do Projeto Brasil: Nunca Mais, no Tomo V, Volume I, apresenta a fundamentação teórica sobre a tortura, os tipos de tortura, dentre outros. O Tomo V, Volume II, apresenta as torturas e as pessoas que foram torturadas no período da Ditadura Militar. Em ambos os volumes do Tomo V, Vieira Netto é incluído entre os torturados, a partir dos critérios utilizados no referido documento, tendo em vista as condições em que foi preso.

¹³² Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná (2011-2012) em depoimento sobre Vieira Netto, na obra de Helm (2012).

1025	José Rodrigues Vieira Netto		
PROF.	advogado	IDADE	55
LOCAL	PR	ANO	1967
APELAÇÃO	37.002	VOL. 12º	PÁG. 2344v
			DXII
PARTE	auto de interrogatório - Auditoria		

(...)que foi preso nas piores condições possíveis, após um acidente em um dos joelhos, sem ordem judicial e sem respeito as prerrogativas de advogado e professor universitário; que o, interrogando ficou em um cubículo infecto, sendo lhe dado comida da pior qualidade e incomunicável; que foi interrogado com metralhadoras a vista e ameaçado por um Oficial; (...)

Fonte: BNM Digital (TOMO V, Vol. 2, As torturas, p. 652).

A prisão em que Vieira Netto fora submetido em 1967, a terceira prisão em sua trajetória, e tendo em vista sua posição social como Ex-Presidente da Ordem dos Advogados no Brasil, seccional Paraná, repercutiu junto à OAB Nacional. Desta feita, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que tinha como Presidente o Dr. Samuel Duarte, reuniu-se extraordinariamente em Conselho Pleno, no dia 18 de outubro de 1967. Além dos conselheiros representantes de Seção, da OAB Nacional, estiveram presentes ex-Presidentes da entidade e o Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, José Ribeiro de Castro Filho, (Ata da 1.199ª sessão extraordinária da 37ª Reunião Ordinária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil). (CONSELHO, 1967).

Na abertura da Sessão, o Presidente deu ciência de que a convocação da reunião extraordinária foi devido ao ocorrido com Vieira Netto no Paraná, destacando que ele havia sido vítima de violência e arbitrariedades cometidas pela autoridade militar do Paraná. A representação da OAB-PR sobre a prisão e violência contra Vieira Netto foi julgada no Conselho Pleno sob Processo C. 1.138/67. O Relator do Processo foi o Conselheiro Paulo Barreto de Araújo que teve seu voto aprovado por unanimidade dos Conselheiros, com aditivos do Conselheiro Heráclito da Fontoura Sobral Pinto e o ex-Presidente Carlos Povina Cavalcanti. (CONSELHO, 1967).

O voto do relator incluía uma séria de ações a serem empreendidas em favor de Vieira Netto e da classe dos Advogados como solidarizar-se com a Seção Paraná ante representação dirigida ao Ministro do Exército; ratificar e prestigiar a ação do Presidente Samuel Duarte de postular a aplicação da Lei em defesa da classe dos advogados; dirigir-se ao Ministro do Exército para transmitir-lhe a decisão do Conselho da necessidade de cessar imediatamente as violências cometidas contra advogados paranaenses, com as devidas apurações de responsabilidade; oficiar o Ministro da Justiça, como responsável pela manutenção da ordem jurídica e, por fim, oficiar o Procurador Geral da Justiça Militar, solicitando-lhe o exame da matéria através do Poder Judiciário, da decisão do Conselho, ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal Militar, o Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. (CONSELHO, 1967).

Em parte da fundamentação do voto, podemos observar a descrição sobre a forma de ação empregada pelos militares, quando da prisão de Vieira Netto.

Pela narrativa não desmentida, antes documentalmente confirmada pelos personagens envolvidos nos fatos, autoridades militares na área da V Região Militar, sem mandado judicial, penetraram no domicílio e no escritório de advocacia do Dr. José Rodrigues Vieira Netto - enquanto êste preso e incomunicável -, vasculharam-lhe os arquivos, apreenderam livros e documentos e impediram que o seu patrono com êle se comunicasse. Outros colegas, de

Fonte: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, 1967.

A convocação da Reunião Extraordinária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, com a presença de ex-Presidentes e do Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros denota grande relevância dada pela OAB Nacional à repressão a que foi vítima Vieira Netto. O que havia de maior representatividade no meio advocatício brasileiro, esteve reunido discutindo quais medidas tomar diante dos fatos. Essa posição da OAB Nacional revela, ao menos, dois fatores importantes: o primeiro, que as agressões e prisão de Vieira Netto constituíram uma flagrante violação da liberdade ao exercício da profissão de advogado e, segundo, que Vieira Netto detinha expressão nacional ao ponto que o acontecimento mobilizou os Conselheiros da OAB Nacional, ex-Presidentes e o Instituto dos Advogados

Brasileiros e decidiu notificar as mais altas autoridades da nação, incluindo o Presidente da República.

Antes da prisão em 1967, os Advogados de defesa de Vieira Netto haviam impetrado Habeas Corpus preventivo, em fevereiro de 1966, pois ele sofria ameaça de coação ilegal de atos do Supremo Tribunal Militar e do Juiz Auditor da 5ª Região Militar, 5º Distrito Naval e 5ª Zona Aérea. Ao longo do texto contido no Habeas Corpus, defendem a tese de que Vieira Netto era advogado militante no Paraná, Professor Catedrático da Universidade do Paraná, prestígio no Paraná e também fora dele, antigo membro do Ministério Público, presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, Presidente da OAB Paraná, ganhador da Medalha Clovis Bevilacqua, dentre outros.

O Habeas Corpus em questão estava relacionado às consequências de sua fuga e prisão em 1964. Doravante, tinha também uma audiência de qualificação marcada para o dia 08 de março de 1966 sobre o IPM que havia se convertido em ação penal. Dentre as várias argumentações e fundamentações legais, os advogados manifestam críticas ao juízo pela ausência de provas e pelos motivos alegados para fundamentar o processo.

É surpreendente que um Juiz de Direito, embora convencido da inexistência de crime em tese, receba uma denúncia com o ridículo pretexto de que no curso da instrução, seria provável o aparecimento de elementos de fato (reconhecida-mente ausentes) como se o processo criminal se equiparasse a um IPM.

Fonte: HABEAS CORPUS em favor de José Rodrigues Vieira Netto (1966, p. 14)

Como relatado no Habeas Corpus em questão, não constava nada de criminoso relacionado a Vieira Netto no IPM, no entanto, havia 12 acusações que pesavam contra ele:

1. *Antigo* e declarado militante do P.C., do qual foi secretário geral e pelo qual foi efeito deputado, tendo cassado o seu mandato, “quando o PC foi “colocado na ilegalidade”. [...].
2. “Faz profissão pública das suas idéias socialistas, “sendo notoriamente comunista. [...].
3. Ter sido candidato dos comunistas à deputação federal.
4. Ser secretário geral do “Movimento de Apoio à Resolução Cubana”, órgão nitidamente comunista. [...].

5. Fazer propaganda comunista e menosprezar qualquer sentimento religioso, durante suas aulas de Direito Civil. [...].
 6. Ter em casa “uma coleção de armas de diversos tipos”. [...].
 7. Defender o materialismo, combater a religião católica e o clero.
 8. Prevaler-se da Cátedra, doutrinar alunos, atraí-los ao seu escritório e reuni-los nas dependências da Faculdade de Direito. [...].
 9. Ter saudado “o líder comunista Luiz Carlos Prestes, “na penúltima visita ao Paraná [...].
 10. Em “inúmeros debates e programas de televisão” ter sempre defendido as idéias da linha comunista. [...].
 11. Ter, juntamente com o Sr. Vieira Lins, que não foi denunciado, promovido agitações de tóda a ordem no meio sindical de Paranaguá, durante a sua campanha eleitoral, persistindo “nas suas idéias *maléficas* e nefastas de líder intelectual comunista público e notório”. [...].
 12. Ter deixado de atender ao chamamento feito por editais e ter constituído advogados para a sua defesa inconsistente. [...].
- (HABEAS CORPUS, 1966, p. 23-26)

Mantendo a tese da defesa de que Vieira Netto não incorreu em crime, os advogados reforçam que se pretendia punir Vieira Netto por suas ideias, marginalizando o homem que detém patrimônio moral e intelectual incontestado. E, numa analogia ao processo que levou Sócrates à morte, invocam o Artigo 8º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de que “todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei”. (HABEAS CORPUS, 1966, p. 35).

O Habeas Corpus, impetrado no Supremo Tribunal Federal (STF), pelos Advogados Élio Narézi, René Dotti, Luiz Carlos Pujol, Carlos Robichez Penna em fevereiro de 1966, no STF, recebeu o nº 43.091. Ele foi julgado no dia 10 de maio de 1966, pela Segunda Turma, tendo sido negado contra o voto do relator que concedia a ordem por falta de justa causa para a ação penal. (STF, Segunda Turma, Petição de Habeas Corpus, nº 43.091).

A partir da análise da defesa de Vieira Netto e do conteúdo do IPM no que tange à sua acusação, mais uma vez se constata que os crimes imputados contra ele foram de cunho político e ideológico, por manter posição teórica marxista e militância comunista. Não obstante, como argumentado pelos advogados, não eram consideradas atividades criminosas, por mais que fossem vigiadas. Porém, com o Golpe Militar de 1964, tornaram-nas crime, como outrora o fizeram outros governantes por divergências de cunho estritamente ideológico.

No Processo nº 288 a que Vieira Netto foi submetido, em 1964, foram incluídas 25 pessoas sob a acusação de tentativa de mudança do regime para o comunismo, após as investigações conduzidas pelo Major Waldemar Oswaldo Bianco.

EX'CO. SR. DR. AUDITOR DA 5a. REGIÃO MILITAR

f. Netto
h 24.12.64
[Assinatura]

O representante do M. P. Militar, infra-assinado, no uso de suas legaes atribuições e, com fundamento no I.P.M. incluído, do qual foi Encarregado o Sr. Maj. Waldemar Oswaldo Bianco, sob nº 288-, em 10 volumes, e no Art. 2º inciso III 40 e 41 d. L.S.N.; principalmente, cujo relatório fica fazendo parte integrante desta, vem denunciar, como denuncia, os seguintes indiciados, pela tentativa de mudança do regime para o comunismo, com auxílio e subsídio de nações estrangeiras e da organização internacional do P.C. e P.C. do Brasil, a saber:

Fonte: BNM Digital (391-46).

As ocorrências expostas que envolvem a perseguição a Vieira Netto, por ser militante do Partido Comunista e adepto da teoria marxista, atestam o caráter ideológico da Ditadura Militar que não tolerava o pensamento divergente, além dos fatores políticos inerentes a tais disputas ideológicas como: o alinhamento dos militares Brasileiros com a política imperialista dos Estados Unidos e o alinhamento dos comunistas à União Soviética.

O caráter ditatorial e repressor da Ditadura Militar ficam explícitos na quantidade de processos e Inquéritos Policiais Militares (IPMs) envolvendo Vieira Netto que, conseqüentemente, geraram inúmeros Habeas Corpus. Esses Habeas Corpus eram, por vezes, impetrados preventivamente e, por vezes, com a finalidade de soltura. Havia, inclusive, pedido de prisão contra Vieira Netto, quando ele já estava preso, como ocorrido na prisão incomunicável, em 1967.

Os IPMs contra Vieira Netto constam do banco de dados do Projeto 'Brasil Nunca Mais' (BNM DIGITAL)¹³³. Cada processo soma milhares de páginas, pois são processos envolvendo várias pessoas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro. Em alguns casos, essas pessoas eram citadas em outros inquéritos o que dificulta o detalhamento da quantidade de depoimentos, intimações, pedidos de prisão e revogação de prisão, Habeas Corpus, dentre outros.

Nesse sentido, após pesquisa no banco de dados do Projeto 'Brasil: Nunca Mais', consideramos importante organizar uma tabela com dados referentes às pastas que contêm citações sobre Vieira Netto como forma de apresentação da vasta documentação existente sobre o contexto da Ditadura Militar, no Brasil.

Quadro 6: Pastas dos arquivos do Projeto 'Brasil: Nunca Mais' (BNM DIGITAL) que contêm arquivos referentes a Vieira Netto no contexto da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

Nº da Pasta	Ano	Auditoria Nº do Processo	STM ¹³⁴ (Apelação)	STF ¹³⁵ (Recurso)	Organização	Número de Páginas	Local
315	1964	5ª RM ¹³⁶ 385/66	37,299	1.093	Ligas Camponesas	522	Paraná
390	1964	5ª RM 274	37.842	-	Movimento Estudantil CPC ¹³⁷	2.944	Paraná
391	1964	5ª RM 288	37.724	1.257	PCB	4.910	Paraná
397	1965	5ª RM 369/66	38.922	1.153	CPC	913	Paraná
512	1967	5ª RM 444	37.002	-	PCB	3.756	Paraná
255	1964	2ª AUD. 2ª CJM 271/66	36.204	-	PCB	9.884	São Paulo
279	1972	2ª AUD. 1ª RM 7735 IPM 709	39.236	-	PCB Nacional	29.530	Rio de Janeiro

Fonte: BNM Digital. Organizado pelo autor.

Não obstante, a análise que ora nos interessa, é a respeito das questões envolvendo tais Inquéritos e Processos, como por exemplo, a constatação de que

¹³³ O Projeto 'Brasil: Nunca Mais' – BNM Digital foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. A iniciativa teve três principais objetivos: evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, tal como ocorreu ao final do Estado Novo e obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política e que sua divulgação cumprisse um papel educativo junto à sociedade brasileira.

¹³⁴ Superior Tribunal Militar

¹³⁵ Superior Tribunal Federal

¹³⁶ Região Militar

¹³⁷ Centro Popular de Cultura

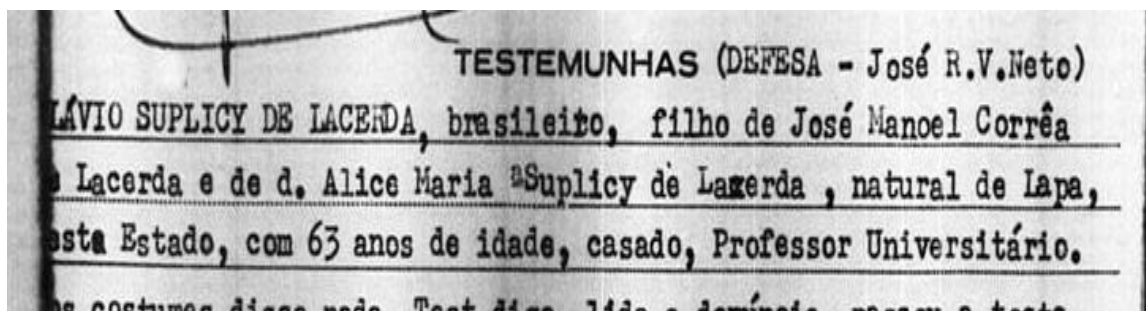
Vieira Netto é citado em vários depoimentos de acusados, o que, mais uma vez, o coloca dentre as principais lideranças do PCB e revela, também, uma das figuras mais perseguidas pela Ditadura Militar, no Paraná, devido à sua militância.

Essa afirmação encontra guarida quando analisamos os conteúdos dos depoimentos dos demais integrantes do PCB que foram indiciados, presos, processados pelos militares, no Paraná, acusados de subversão e de tentativa de derrubada da Ordem Social Vigente, ou seja, de não aceitar a Ditadura Militar por estar imbuído da luta democrática. Há que se ressaltar, que dentre as acusações contra Vieira Netto não consta, como já dito, nenhum crime, além do que tange às questões políticas, ideológicas de cunho marxista-leninista, expressas na práxis comunista. (BNM DIGITAL, 512)

Para a defesa de Vieira Netto na ação penal que estava em curso, algumas testemunhas listadas pelo Advogado Élio Narezi, em 16 de agosto de 1966, (BNM DIGITAL, 391 - 3258) merecem ser mencionadas. Dentre elas, figuravam advogados, promotores públicos, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral Jairo Campos (que teve a audiência realizada em seu próprio gabinete) (BNM DIGITAL, 391-3755) e Flávio Suplicy Lacerda, ex-reitor da Universidade do Paraná e ex- Ministro da Educação do governo Militar.

O caso mais emblemático a ser enfatizado é Flávio Suplicy Lacerda, pois o mesmo ocupava o Ministério da Educação e mantinha vínculos com a reitoria da UFPR¹³⁸ quando Vieira Netto foi aposentado compulsoriamente. Não obstante, foi um grande perseguidor dos militantes comunistas, editou leis contrárias aos movimentos contestatórios da Ditadura Militar, como o caso da Lei Suplicy nº 4.464, que extinguiu a UNE, enfim, um declarado anticomunista e de acentuado alinhamento com os militares. Entretanto, em seu depoimento ocorrido no dia 30 de março de 1967, quando ocupava a função no Conselho da Universidade Federal do Paraná, após se desligar do Ministério da Educação, Suplicy negou todas as acusações que pesavam contra Vieira Netto. (BNM DIGITAL, 391- 3719; 3720). (ANEXO C)

¹³⁸ Os vínculos de Suplicy de Lacerda com a UFPR, quando ocupava o cargo de Ministro da Educação, dentre outras questões, foi discutido na tese Eliezer Felix de Souza (2016).



Fonte: BNM Digital (391, 3719).

O fato envolvendo as testemunhas de defesa de Vieira Netto, mais especificamente Flávio Suplicy Lacerda, mais uma vez reforçam as relações sociais de Vieira Netto, que teve nomes de relevância social dentre os seus defensores nos tribunais militares. Entretanto, vale notar que mesmo com tais testemunhas, Vieira Netto foi preso no mês de setembro de 1967, permanecendo incomunicável por aproximadamente 30 dias.

Os advogados de defesa de Vieira Netto, ao longo dos anos posteriores ao Golpe Militar, impetraram vários Habeas Corpus em seu favor. Para a análise desses Habeas Corpus e dos seus respectivos conteúdos, sugere-se estudo posterior, visto a quantidade e a frequência com que se fizeram necessários perante os ataques que sofrera, após 1964. Destarte, organizamos um quadro expositivo incluindo o Habeas Corpus, a data de impetração e a ocorrência que desencadeou a sua necessidade.

Quadro 7: Habeas Corpus¹³⁹ impetrados em favor de José Rodrigues Vieira Netto

Habeas Coprpus	Data de Impetração	Motivo
43.091	28/02/1966	Contra a decisão do Superior Tribunal Militar que permitiu oferecimento de nova denúncia. O Habeas Corpus preventivo queria impedir a prisão preventiva, pois os advogados tinham medo que ela fosse decretada na audiência de qualificação.
44.293	29/06/1967	Contra a ordem negada do Habeas Corpus 43.091
44.724	21/09/1967	Contra a prisão em 16/09/1967, com o objetivo de cessar a incomunicabilidade
45.232	26/09/1967	Petição inicial STF – Em 20/03/1967 – examinar toda a questão para que seja anulado todo o processo.
29.077	12/10/1967	Contra a prisão preventiva de 21/09

¹³⁹ Os Habeas Corpus a que tivemos acesso estão disponíveis na BNM Digital, juntamente a outros documentos envolvendo Vieira Netto no que diz respeito aos processos e demais situações envolvendo a Justiça Militar. Os números dos Habeas Corpus também compõem um relatório com informações importantes, organizado pelo escritório de Advocacia Katzwinkel e Advogados Associados [s.d.], com sede em Curitiba. Edgard Katzwinkel que dá nome ao escritório trabalhava com Vieira Netto e, após seu falecimento em 1973, deu sequência aos trabalhos do escritório. O relatório foi organizado com justificativas para o pedido de anistia. (KATZWINKEL). Alguns desses documentos foi possível conseguir na íntegra, outros, no entanto, conseguimos acesso apenas ao número e a descrição dos motivos de sua impetração.

29.076	30/10/1967 ¹⁴⁰	Foi concedido para colocar em liberdade os pacientes. Foi impetrado por Berek Kriger, mas com pedido para beneficiar todos os demais presos.
--------	---------------------------	--

Fonte: OAB Nacional; DOPS-PR; Katzwinkel & Advogados Associados; BNM Digital. Organizado pelo autor.

Chama a atenção a quantidade de Habeas Corpus impetrados pelos Advogados de Vieira Netto, visto a perseguição e criminalização que pesaram sobre ele. Não obstante, alguns fatores se sobressaem e atestam os atos cometidos pelos militares, como o caso em que, mesmo preso, decretaram-lhe nova prisão. Esse fato ocorreu em 1967 e, segundo o conteúdo expresso pela defesa de Vieira Netto, a prisão, no mês de setembro de 1967, foi realizada para averiguação dos fatos pela autoridade militar, porém, sem autorização judicial. Sua prisão preventiva só foi requerida nos dias 22 e 24 de setembro de 1967 pelo Coronel Ferdinando e decretada em 26 de setembro do mesmo ano. Vale ressaltar que nessa prisão, Vieira Netto foi submetido à incomunicabilidade. (BNM DIGITAL, 512-3314)

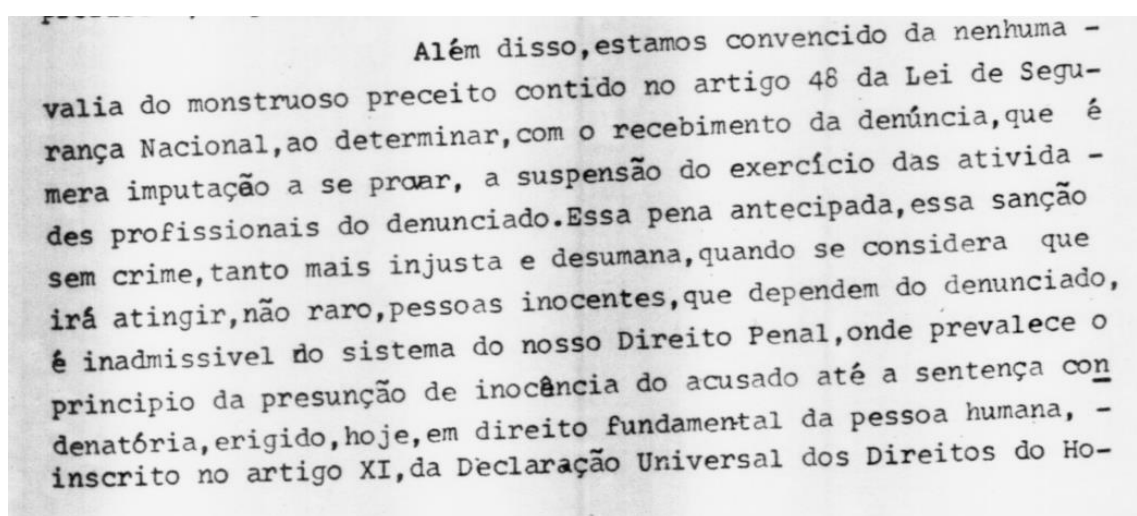
Outro fator que merece destaque no rol das ações contra Vieira Netto é quando em 21 de outubro de 1967, foi-lhe concedido o Habeas Corpus que o colocaria em liberdade (BNM DIGITAL, 391- 4159), porém, antes de ser solto, foi requerida nova prisão preventiva sob alegação de que o prazo de 30 dias havia se esgotado. A defesa chamou a atitude de coação ilegal e requereu novo alvará de soltura. Nessa circunstância, a soltura de Vieira Netto só ocorreu no dia 06 de novembro de 1967, por meio do Habeas Corpus 29.077, impetrado junto ao Superior Tribunal Militar. No entanto, dias após ser libertado, pediram novamente sua prisão preventiva em 11 de dezembro de 1967. A partir dos documentos encontrados e das entrevistas, em 1967, Vieira Netto foi preso apenas uma vez, o que nos leva a inferir que o pedido de prisão preventiva de 11 de dezembro não se concretizou.

Ainda no contexto dos acontecimentos envolvendo Vieira Netto, no ano de 1967, houve a tentativa da cassação de seu registro junto à OAB-PR. Em comunicado, datado de 12 de fevereiro de 1968, enviado pelo Presidente da OAB-PR Rui Ferraz de Carvalho ao Juiz Auditor Substituto na 5ª Região Militar, em Curitiba, Darcy Ricetti, é informado que o Conselho da seccional Paraná, não cumprirá a solitação de suspensão das atividades profissionais de Vieira Netto (BNM DIGITAL, 512-1780;1781). (ANEXO D).

¹⁴⁰ Data em que foi concedido. Não encontramos a data em que esse HC foi impetrado.

No comunicado da OAB-PR, menciona-se a solicitação para a suspensão que lhes foi enviada por meio do ofício nº 1.744, de 22 de dezembro de 1967. O ofício, informava, ainda, que Vieira Netto estava suspenso das suas atividades profissionais de acordo com o artigo 48, do Decreto-Lei nº 314/67¹⁴¹, e solicitava as devidas providências da OAB-PR para o cumprimento da medida. (BNM DIGITAL, 512, 1780).

Dentre outros embasamentos para a negativa do Conselho da OAB-PR em cumprir a suspensão das atividades profissionais de Vieira Netto, consta a afirmação do convencimento “da nenhuma valia do monstruoso preceito” do referido artigo 48 da Lei de Segurança Nacional.



Além disso, estamos convencido da nenhuma -
valia do monstruoso preceito contido no artigo 48 da Lei de Segu-
rança Nacional, ao determinar, com o recebimento da denúncia, que é
mera imputação a se provar, a suspensão do exercício das ativida -
des profissionais do denunciado. Essa pena antecipada, essa sanção
sem crime, tanto mais injusta e desumana, quando se considera que
irá atingir, não raro, pessoas inocentes, que dependem do denunciado,
é inadmissível do sistema do nosso Direito Penal, onde prevalece o
princípio da presunção de inocência do acusado até a sentença con-
denatória, erigido, hoje, em direito fundamental da pessoa humana, -
inscrito no artigo XI, da Declaração Universal dos Direitos do Ho-

Fonte: BNM DIGITAL (512, 1780).

Finalizando o comunicado, destaca-se que

Ante essas razões de natureza jurídica, que acabam de ser sucintamente expostas, e, considerando, ainda, que a disposição do artigo 48 da Lei de Segurança Nacional constitui uma afronta aos sentimentos cristãos e democráticos da nossa gente, o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, participa a Vossa Excelência que não tem condições para tomar as providências solicitadas no ofício acima referido. (BNM DIGITAL, 512- 1780).

Com a ampliação do combate aos opositores da Ditadura Militar, no dia 13 de dezembro de 1968, foi editado o Ato Institucional nº 5, o AI5. (BRASIL, 1968). Desde o Golpe Militar em 1964, os militares editaram Atos Institucionais. Em todos eles, o

¹⁴¹ Decreto-Lei Nº 314, de 13 de Março de 1967, define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. No dia 23 de fevereiro de 1967, o Superior Tribunal Militar declarou o Art. 48 inconstitucional, no que se refere às profissões liberais e empregos em redes privadas. A inconstitucionalidade foi julgada no contexto do julgamento do Habeas Corpus nº 45.232, em favor de Vieira Netto e outros. (BNM DIGITAL, 512-1784).

elemento repressivo esteve presente e o PCB sofrera as consequências da fascistização cada vez maior da Ditadura, que se acentuou com a imposição do AI5, desencadeando violentíssima repressão sobre os seus opositores. (SEGATTO, 1981). Em Resolução de março de 1970, o PCB destaca o processo de fascistização, dentre outros fatores, afirmando que passados dois anos da promulgação do AI5, e tendo em vista levar adiante seu programa antinacional, antidemocrático e antipopular, desde o Ato Institucional nº 1, as ações dos militares mudaram a forma estatal de dominação de classe em que a democracia burguesa foi substituída pelo regime fascista, com peculiaridades de um tipo brasileiro de fascismo¹⁴².

No contexto do aprofundamento da repressão e da violência contra os opositores, o AI5, dentre outras prerrogativas, previa que deveriam ser combatidos os “atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais”; suspensão da “garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular”; e, dava amplos poderes aos militares que exerciam o comando do país, na figura do Presidente da República que “poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas d e e do § 2º do art. 152, da Constituição”. (BRASIL, 1968). A esse respeito, Ridenti (2010, p. 72) assevera que “qualquer crítica ao regime era tomada, após 1968, como subversiva e comunista, logo, passível de punição”.

O impacto do AI5 sobre os comunistas foi duro, mesmo o Partido tendo seguido a via democrática na busca da formação de uma frente ampla que unisse todos os setores de oposição. Colocando em prática as Resoluções do VI Congresso, realizado em 1967, e reafirmada em 1973, segundo Segatto (1981), o PCB aprofundava sua compreensão da evolução de uma ditadura militar reacionária para uma ditadura militar fascista. Esses fatores levaram o PCB a concluir que seria ainda mais necessária a unidade de todas as oposições numa frente democrática e patriótica.

As posições do PCB, durante a Ditadura Militar, foi na defesa da via democrática e da atuação nas instâncias de poder, no entanto, essas posições contrastavam com outras forças de esquerda e geravam divergências, rompimentos e saída de militantes do Partido que fundavam outros grupos de militância. Segundo

¹⁴² Resolução Polícia do CE da Guanabara do PCB, março de 1971. Temas, nº 10, páginas 71-91.

Pandolfi (1995), essa postura foi adotada pelo PCB durante toda o período da Ditadura Militar: “Se no pré-64 ‘ser comunista’ era lutar pelas reformas e ou pela revolução na lei ou na marra, no pós-64 ‘ser comunista’ era lutar pelas reformas e pela revolução apenas na lei”. (PANDOLFI, 1995, p. 207).

O fato de decidir seguir o caminho da via democrática, no entanto, não livrou o PCB e seus militantes de sofrerem as consequências da repressão dos militares. Segatto (1981) assevera que, de 1974 a 1976, o Partido sofreu violentos golpes por parte dos órgãos de repressão. Muitos dos seus militantes foram presos, torturados e assassinados, incluindo vários membros do comitê central. Outros integrantes da direção que não foram mortos, obrigaram-se a ir para o exílio.

O AI5 está inserido numa sequência de atos repressivos que se estendeu desde 1964, com o AI1. Desde então, muitos militantes comunistas foram vítimas dos Atos Intitucionais, como o caso de Vieira Netto, que volta a ser preso em 1970. Dessa vez, após a polícia invadir sua residência e agir com violência contra ele, contra sua esposa e sua filha de apenas 6 meses de idade, levaram-no preso. Estavam à procura do Capitão Carlos Lamarca¹⁴³ e associavam que estivesse escondido na casa de Vieira Netto. A invasão da residência e a prisão aconteceram ainda na madrugada, como afirma Andréé,

eram 5h da manhã, o Vieira acordou e me disse: levanta que não é boa coisa. Estava cheio de militares, camburão. Daí entrou todo mundo lá em casa. Eu tinha uma filha com seis meses, a minha mais velha estava na casa da minha mãe, naquela noite. Eles entraram no quarto, rolaram a minha filha de 6 meses na cama, com cabo da metralhadora e eu atrás deles dizendo que aqui não tem nenhum Capitão Lamarca, vocês sabem disso e não adiantou nada, eles rolaram a minha filha pra procurar o Capitão Lamarca, dentro da minha casa e prenderam o Vieira na minha frente. Depois, viram que não tinha ninguém e que eles entraram numa furada e aí o General teve que pedir desculpa, mas tiveram que ouvir, porque o Vieira falou tudo o que tinha pra dizer. (INFORMAÇÃO VERBAL).

¹⁴³ Carlos Lamarca nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1937. Filho de uma dona de casa e de um sapateiro. Ingressou no Colégio Militar de Porto Alegre-RS, no curso preparatório de Cadetes do Exército. Em 1958, Carlos Lamarca ingressa na Academia Militar das Agulhas Negras. Formou-se Aspirante Oficial, em 1960. Em 1962, foi designado para uma Missão de Paz das Nações Unidas, na Faixa de Gaza, entre o Egito e Israel. Teve contato com a literatura de esquerda ainda dentro da Academia Militar, onde tinha acesso ao jornal *Voz Operária* distribuído escondido dentro da Academia Militar. Sua atuação política tem início no Batalhão de Polícia do Exército em Porto Alegre-RS. Manteve contatos com Carlos Marighella e a Aliança Nacional Libertadora em 1968, vindo a se integrar à Vanguarda Popular Revolucionária, em 1969. Desertou de um Quartel em São Paulo levando consigo dezenas de Fuzis e Metralhadoras, lançando-se na clandestinidade, na organização da guerrilha no Vale do Ribeira e na luta armada. Foi assassinado em 21 de agosto de 1971. (NOGUEIRA, 2009). Dentre as obras sobre Carlos Lamarca, uma das principais é a biografia *Lamarca, O Capitão da Guerrilha* escrita por Emiliano José e Oldack Miranda. (1980)

Segundo André, os militares associaram que o Capitão Carlos Lamarca estivesse escondido em sua residência, porque Vieira Netto tinha ligações profissionais com a empresa mineradora Plumbum e Lamarca havia sido preso numa cidade do estado da Bahia em que a referida empresa mantinha uma filial. Portanto, ligaram as coisas e chegaram a essa conclusão “sempre que tinha alguma coisa o Vieira era prato cheio, era ele e mais uns quatro lá no Paraná, tinham que estar presos”. (INFORMAÇÃO VERBAL).

O apontamento de André sobre a busca dos militares por Carlos Lamarca na casa de Vieira Netto pode estar ligado também ao fato de que, no ano de 1970, Lamarca comandou o movimento de resistência armada na Região do Vale do Ribeira, em São Paulo, na divisa com o estado do Paraná. Nessa região, a empresa Plumbum tinha uma unidade em funcionamento. Em pesquisa a algumas obras sobre a vida e a luta política do Capitão Carlos Lamarca, não há menção à empresa Plumbum ou a vínculos entre Vieira Netto e Lamarca. Portanto, a prisão de Vieira Netto a partir dessa alegação, não passa de mais uma demonstração de força repressora dos militares e da presença do fantasma comunista que povoava boa parte da linha de controle e investigação empreendida na Ditadura Militar.

Sobre a prisão de Vieira Netto em 1970, em registro feito pela DOPS-PR, consta como teria ocorrido no dia 07 de novembro. A prisão, segundo a ficha individual de Vieira Netto (FI 45.992), aconteceu devido à denúncia anônima feita à DOPS que o incluía dentre um grupo que pretendia sequestrar um Consul, fazer pichações e distribuir panfletos subversivos. Essa ação visava à libertação de presos e mensagens em protesto contra as eleições.

Dr. RAUEN).
 Em 12-11-70- O fichado foi denunciado por Informações Anônimas dirigida a esta DOPS, dizendo o seguinte: O fichado e outros pretendiam SEQUESTRAR um Consul (talvez do Alto da Glória) nesta Capital, bem como, o grupo faria pichamentos, distribuições de panfletos subversivos, etc, visando libertação de presos e mensagem contra a próxima eleição. Em 7-11-70 o fichado foi preso em face da referida Informação e, encaminhado ao Exército para as providências necessárias. VEJA DOCUMENTO = PASTA INFORMANTES.-

Fonte: DOPS-PR (FI 45.992)

Segundo a descrição de André, apesar da abordagem violenta a Vieira Netto e sua família, nessa ocasião, ele esclareceu os fatos e foi liberado, sendo conduzido de volta até sua residência no carro do General, como assevera André “ele foi preso

no camburão e voltou no carro do general, com o motorista do general”.¹⁴⁴ (Informação verbal)

Vieira Netto faleceu em 1973 e, ainda assim, os mandados de prisão continuaram, o que demonstra ao menos três possibilidades: a primeira que a DOPS e os agentes responsáveis pelo monitoramento, patrulhamento e repressão não atualizavam seus dados; a segunda, que, devido ao estado de Saúde de Vieira Netto, esteve afastado diretamente da militância política nos anos que antecederam seu falecimento e, conseqüentemente, escapado do radar dos agentes da Ditadura; e a terceira que, devido ser uma das principais lideranças do PCB, no Paraná, tendo se mantido na ativa, mesmo após o Golpe de 1964, e a constante desconfiança que os militares alimentavam, beirando a criação de fantasmas em relação às ações dos comunistas, num contexto de fascistização da Ditadura, precisavam comprovar que Vieira Netto não representava perigo. Obviamente, que a terceira possibilidade só se justifica na relação com a primeira, pois o falecimento de Vieira Netto foi noticiado na imprensa paranaense e, por se tratar de figura conhecida na cidade de Curitiba, sua morte não passaria despercebida da polícia.

A tentativa de prisão de Vieira Netto, em 1973, teve o desfecho em um cemitério, como aponta Andréé.

Em 1973, foram na minha casa para prender o Vieira. Nessa ocasião, eu disse que eu ia levá-los para eles encontrarem o Vieira. Aí, eu morava perto do cemitério. Eu chamei eles para irem comigo. O policial que foi comigo se chamava Mister X. Eu perguntei o nome dele e ele dizia, pode me chamar de Mister X. Aí, cheguei lá no cemitério e mostrei pra ele o túmulo onde o Vieira estava enterrado. E aí, o Mister X pegou uma prancheta com uma ficha, e quando eles viram que o Vieira tinha falecido, o Mister X pegou aquela prancheta e fez uma cruz bem grande em cima da foto do Vieira Neto na minha frente.¹⁴⁵ (Informação verbal).

O relato desse acontecimento foi registrado pela Revista Veja, na edição 515, de 19 de julho de 1978. Na matéria “Especial”, que abordava a Lei de Segurança Nacional, aponta que a abordagem à residência de Vieira Netto ocorreu no ano de 1976, quando os órgãos de segurança realizavam uma operação nos estados do Paraná e Santa Catarina, prendendo centenas de pessoas suspeitas de subversão. (ESPECIAL, 1978)

¹⁴⁴ Entrevista concedida ao autor, em 20 de maio de 2017.

¹⁴⁵ Entrevista concedida por ao autor, em 20 de maio de 2017.

Vieira Netto foi absolvido em todos os processos que lhe foram imputados, apesar da perseguição ter perdurado até após a sua morte. Mesmo havendo divergência entre o ano de sua última tentativa de prisão, o fato é que ela ocorreu e demonstra que ser comunista, na Ditadura Militar, custava caro ao militante, à sua história, à sua liberdade, à sua honra e à sua família. Como se pode observar em Helm (2012), havia a apreensão da família em torno do conteúdo dos registros feitos pela DOPS-PR em relação às ações políticas de Vieira Netto. Apreensão que só foi amenizada com a abertura dos arquivos da DOPS-PR, na década de 1990, que se confirmou o que Vieira Netto não escondia de ninguém: o fato de ser um pensador marxista e militante do PCB. “O fato de pensar de maneira diferenciada e de lutar para que as desigualdades sociais fossem combatidas, constituíam o material que os militares haviam reunido contra Vieira Netto”, assevera Helm (2012, p. 157).

Além da defesa da trajetória de Vieira Netto sem o envolvimento em atos criminosos, como explicitado por Helm (2012), a mesma posição se evidencia nas entrevistas de Andrée e de Iracema. Ambas ressaltam sua militância no Partido Comunista, no entanto, frisam que ele era um democrata¹⁴⁶ e não teve envolvimento com atividades clandestinas, nem em períodos anteriores a 1964, aos quais Vieira Netto teve intensa militância.

As posições em defesa de Vieira Netto se confirmam nas análises realizadas nos diversos documentos pesquisados nos arquivos da DOPS-PR, como já apontados. Os vários registros encontrados, seja nas pastas específicas sobre Vieira Netto, ou em pastas de outros militantes comunistas do PCB, no Paraná, que o mencionam, o que há são as inúmeras atividades políticas, sociais e profissionais de Vieira Netto que, num regime de exceção, tornam as ações e o militante criminosos e, quando exercidas em continuidade e coragem de mudança de tal regime, transformam o sujeito militante em criminoso de alta periculosidade.

¹⁴⁶ A afirmação de Andrée e Iracema sobre Vieira Netto ser um democrata, assim como a não caracterização de sua militância junto aos grupos que atuaram na resistência à Ditadura (1964-1985) pela via da luta armada, estão relacionadas ao contexto da posição adotada pelo PCB pela resistência pacífica, como aponta Ridenti (2010, p. 46) “O PCB continuaria mantendo, depois de 1964, a proposição da via pacífica para o socialismo.” Em Pandolfi (1995) também se destaca a posição do PCB pela via democrática durante a Ditadura Militar. Outra referência para o posicionamento de Vieira Netto na via democrática relaciona-se à Declaração Política de março de 1958. Nessa declaração política, o Comitê Central do PCB “salientava que o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no país favorecia a luta pela democracia.” (SEGATTO, 1981, p. 78).

Em sua trajetória, Vieira Netto primou pela luta democrática¹⁴⁷, como forma de resistência e tática política para levar adiante o projeto político e formativo do PCB no Paraná, inserido no contexto do PCB Nacional. Mesmo tendo sofrido as consequências da violência do aparato repressivo que se abateu sobre o PCB e seus militantes, desde a cassação do registro do Partido, em 1947, e da intensificação da repressão na Ditadura Militar (1964-1985), manteve a ação na via democrática.

Por ocasião de seu depoimento em 1964, ao ser questionado se teria fatos a alegar ou provas que justificassem sua inocência, respondeu que

Apesar de estar sendo interrogado há cerca de quarenta e oito horas, o declarante ainda ignora objetivamente qual a acusação que lhe é imputada [sic]; o declarante viu apenas uma Portaria em que se fala na participação de Atos contrários à Segurança Nacional com implicação em crime Militar o que lhe parece, dada a sua condição de civil, uma aberração jurídica; que com a devida vênia o declarante quer dizer a esta Comissão de Inquérito que é um princípio universal de Direito que tem até implicações no chamado direito natural tão ascendentemente [sic] defendido pelo tomismo que ao acusado é obrigatória a apresentação dos fatos concretos da acusação e das provas contra ele existentes que esta regra foi observada até pelos tribunais [sic], digo, tribunais de exceção do 3º Reich. [...] lamenta, profliga a realização de um Inquérito em que a acusação é secreta e as provas invisíveis, de modo que a sua consciência de Jurista, de Advogado e de cidadão só tem a lamentar que se lhe pergunta [sic] os fatos que tem a alegar em sua defesa, quando não conhece os fatos de que é acusado todavia o declarante não por si, mas pela imensa quantidade de inocentes daltados (sic) ou acusados, nutre a esperança de que passados os naturais exageros e exacerbações desta devassa sem finalidades específicas, pelo menos no caso do depoente, o espírito jurídico, o respeito ao princípio contraditório de informação da Justiça voltem a imperar notadamente o respeito a personalidade e a convicção subjetiva, pois o declarante não pode conceber como se pergunta a um cientista quais os livros que ele lê; o que se deveria perquirir é porque ainda existe no Brasil uma literatura nociva de propaganda de guerra e de meios violentos que envenena a juventude como gíbi, X nove e outras asneiras iguais; o depoente espera, finalmente, que a consciência e as tradições democráticas no Exército Brasileiro voltem a imperar impondo o respeito às convicções individuais de cada um, num país que não se pode dar ao luxo de expulsar ou perseguir os intelectuais, antes precisa de todos eles para a formação de denominadores comuns que resolvam os grandes e sérios problemas que a nação tem pela frente. (BNM DIGITAL, 391-957).

A respeito do depoimento de Vieira Netto à polícia, em entrevista com Iracema Elis de Faria¹⁴⁸, perguntou-se sobre as possíveis razões para Vieira Netto ser

¹⁴⁷ Essa afirmação está embasada nas posições políticas de Vieira Netto ao longo de sua trajetória, que, por sua vez, estão fundamentadas nas posições do PCB.

¹⁴⁸ Entrevista concedida ao autor, em 31 de maio de 2017. Iracema Elis de Faria é advogada, amiga de Vieira Netto e de Andréa Gabrielle de Ridder.

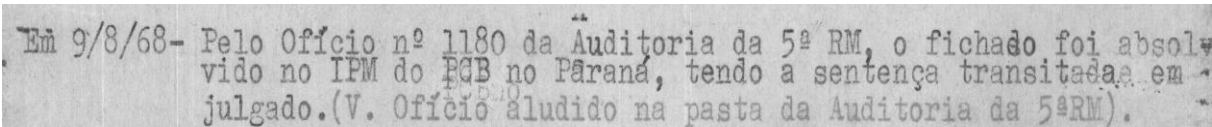
perseguido, já que não havia cometido crime. Ela ressalta que o pessoal tinha medo dele e relata uma história que, segundo ela, Vieira Netto lhe contara.

Quando ele ia depor, o pessoal tinha medo dele. Tem uma história que ele me contou de quando ele foi depor e perguntaram para ele quantos livros ele já tinha lido. Aí, ele falava os nomes dos livros que ele lia e o autor dos mesmos e o escrivão ia datilografar e errava o nome. Ele lia e falava olha não é assim que escreve, mas ele não dizia como que era o correto. Ele falava só o nome e aí eles se irritavam porque não sabiam escrever o nome dos autores dos livros que ele lia. Até que, de tanto escrever e reescrever o papel furava e tinham que trocar a folha. O comportamento dele era assim. (INFORMAÇÃO VERBAL).

Vieira Netto, em meio a todo o contexto envolvendo sua perseguição, prisões, IPMs, processos, habeas corpus, sempre se manteve convicto de que não cometera crime algum. E que, portanto, só estava sendo processado por ter posição política e ideológica definidamente comunista e contrária às posições daqueles que ocupavam o poder, pós 1964, mas que, desde o início do século XX, perseguia os militantes do PCB e, desde 1944, passaram a persegui-lo.

No dia 27 de junho de 1968, foi declarada a absolvição de Vieira Netto, juntamente a outros comunistas paranaenses, na sessão nº 54, do Conselho Permanente de Justiça do Exército, na cidade de Curitiba, iniciada no dia 25 e finalizada no dia 27 de junho de 1968. Ao todo, nessa sessão foram julgados 27 comunistas, sendo que 16 foram absolvidos e 11 condenados. (BNM DIGITAL, 512 – 2893 à 2908). (BNM DIGITAL, 512-2911; 2912¹⁴⁹). (ANEXO E).

A partir de registro da DOPS-PR, na Ficha Individual de Vieira Netto, há menção à sua absolvição, conforme oficiado pela Auditoria da 5ª Região Militar.



Em 9/8/68 - Pelo Ofício nº 1180 da Auditoria da 5ª RM, o fichado foi absolvido no IPM do PCB no Paraná, tendo a sentença transitada e em julgado. (V. Ofício aludido na pasta da Auditoria da 5ª RM).

Fonte: (DOPS-PR, FI 45.992).

A militância de Vieira Netto foi de grande relevância no cenário político paranaense, com significativo destaque para o período posterior à sua entrada no PCB, até meados da década de 1960, com diminuição nos anos que antecederam

¹⁴⁹ Comunicado da absolvição de Vieira Netto, datado de 27 de junho de 1968, feito pelo Juiz Célio de Jesus Lobão Ferreira, Juiz Auditor, direcionado ao General Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria. (ANEXO E).

seu falecimento. O arrefecimento de sua militância de maneira direta junto ao partido comunista e aos movimentos sociais, nos anos finais da década de 1960 e início da década de 1970, no entanto, não o livraram da perseguição e da prisão.

Esse contexto pode ser entendido no rol das questões particulares, como sua condição de saúde, conforme relata em seu testamento, assim como devido à intensificação da repressão militar, após o AI5, que exigiu novas estratégias de atuação daqueles que agiam na oposição à Ditadura Militar e no reestabelecimento da democracia no país.

As consequências da repressão e das ações da Ditadura não recaíram somente sobre Vieira Netto, como se pode notar em depoimento de Lígia Vieira César (*apud* HELLER, 1988, p. 367)

foi um período muito difícil para nós, filhas adolescentes. Eu não podia dizer ao meu namorado onde meu pai estava e no colégio as freiras eram sádicas. Um dia não me deixaram falar como oradora da turma, porque eu era filha de comunista, um anticristo. Os amigos se afastaram, com medo de se comprometer, e apenas uns poucos permaneceram solidários. Na faculdade tinha gente do SNI infiltrada entre os alunos, a nossa casa era vigiada dia e noite e o telefone permaneceu muito tempo grampeado.

O depoimento de Lígia corrobora com as discussões, ao longo desse tópico, onde se constata o clima de terror criado pelos militares de maneira a perseguir seus opositores, mesmo quando já se havia passado pelo crivo da justiça militar em seus extensos processos. A absolvição de Vieira Netto e a prisão posterior a essa data e a tentativa de prisão após seu falecimento, são fatores que dão a dimensão de como esses acontecimentos reverberavam para o perseguido e para aqueles ligados ao grupo de convivência.

Discutir a militância de Vieira Netto nos remete, novamente, à Gramsci (1999; 2001), em particular à afirmação de que a atividade humana está vinculada à intervenção intelectual, de maneira que não se separa o *homo faber* do *homo sapiens*. Nesse sentido, Gramsci relaciona a atuação do intelectual orgânico à filosofia da práxis, bem como a ação empreendida por esse intelectual com vistas à transformação social.

A trajetória de Vieira Netto como militante do Partido Comunista Brasileiro se deu de maneira ativa junto aos movimentos sociais, numa ligação direta entre teoria e prática, pilares da teoria marxista da qual fora estudioso e adepto. Quando se fala

no alinhamento entre teoria e prática, a teoria marxista adota o conceito de práxis, como já abordado nesta tese.

No entanto, ao nos remetermos à discussão sobre a militância de Vieira Netto retomamos algumas referências à práxis que consideramos fundamentais para a compreensão das suas ações, principalmente, no que diz respeito ao intelectual orgânico, sua ligação a uma classe social e a tentativa de construção de outro modelo de sociedade e a atuação efetiva num projeto transformador. Como já apontado, a partir de Gramsci, a práxis também se relaciona à apropriação, por parte das classes subalternas, de uma visão de mundo e da concepção filosófica classista ligada à transformação da realidade.

No contexto da práxis se insere a atuação do intelectual orgânico e organizador da cultura, de maneira a discutirmos a trajetória dessa personagem na construção do projeto societário comunista, no Paraná. Não obstante, a atuação nesse projeto requereu de Vieira Netto ir além do exercício da advocacia, para modificar concepções de mundo e suscitar novas maneiras de pensar e agir, a partir de seu vínculo com o PCB, num processo de organicidade entre a ação do partido e a ação de Vieira Netto - aqui entendido como intelectual - no partido e na sociedade, visando o progresso intelectual das massas. (GRAMSCI, 1999)

O engajamento de Vieira Netto nas causas sociais corresponde à ligação efetiva com a classe proletária. E, mesmo não sendo oriundo dela, como já discutido, elabora, organiza e coordena ações junto a essa classe social, visando a sua transformação. Engaja-se em causas como a luta pela terra, a defesa dos trabalhadores em transporte coletivo, dos produtores e comerciantes de leite, defesa das empresas públicas de energia elétrica, defesa dos direitos do cidadão, defesa dos trabalhadores das ferrovias e dos trabalhadores em geral, defesa dos integrantes do Partido, defesa da paz, da integração de países latino-americanos, defesa da participação da mulher na política. Engaja-se, ou nesse caso, não foge ao enfrentamento à ditadura, na árdua e necessária defesa dos princípios democráticos, na defesa de um projeto de nação e na defesa das liberdades, como direito universal inalienável. (VIEIRA NETTO, 1949; BNM DIGITAL, 391; DOPS-PR)

Esses são alguns exemplos da atuação de Vieira Netto, para além do exercício profissional da advocacia. Nesse tópico, priorizamos a abordagem da sua inserção nesses espaços, considerando que alguns deles já foram citados em discussões no primeiro e segundo capítulos da tese. O fato é que a inserção de Vieira

Netto nas causas sociais perpassa toda a sua trajetória como militante político no Partido Comunista Brasileiro, no curto período de legalidade do Partido, mas, principalmente, no longo período da ilegalidade partidária e da repressão política e ideológica àqueles que ousavam pensar e agir em torno de projeto transformador para a sociedade.

Além da militância efetiva de Vieira Netto, cabe salientar que, ao longo de sua trajetória, também deixou contribuições teóricas por meio da produção de diversas obras. Entre os temas abordados por ele, podemos citar as produções relacionadas ao campo do Direito, às questões sociais, políticas, econômicas, culturais e ideológicas, na perspectiva do marxismo/comunismo, que se inserem, diretamente, na práxis, uma vez que teoria e prática, no marxismo, não se separam, ou melhor, não existe a prática sem teoria e vice versa.

Nesse sentido, como sequência dessa tese, iremos discutir as obras de Vieira Netto a que tivemos acesso e que tenham relação com a militância e com o projeto comunista ao qual esteve envolvido durante sua vida. O estudo e a discussão de tais obras contribuem para a compreensão da militância do intelectual orgânico e organizador da cultura que permeiam toda a sua atuação na sociedade paranaense.

CAPÍTULO 4

VIEIRA NETTO: PROJETO SOCIETÁRIO E FORMATIVO A PARTIR DA PRÁXIS MARXISTA

“Peço a Pablo Neruda — um silêncio cheio de vulcões para acusar os que estrangularam a esperança e colocar o seu nome na cova das desonras”.¹⁵⁰ (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 227).

A abordagem sobre a práxis de Vieira Netto nos capítulos anteriores nos dá a dimensão de sua atuação junto à sociedade paranaense e o contexto histórico em que tal práxis foi empreendida. A partir dos apontamentos realizados, com base nos documentos encontrados, podemos afirmar que desde sua entrada no PCB, no início da década de 1940, até o seu falecimento em 1973, as condições para a militância dos comunistas foram adversas, devido às posições políticas e ideológicas daqueles que ocupavam o poder e se opunham ao projeto comunista, defendido e difundido por esse Partido.

As condições adversas em que os militantes do PCB atuavam, incluem o fato de o Partido ter convivido em sua história com longos anos na ilegalidade, com a perseguição a seus quadros, prisões, cassações, tortura, assassinatos. No contexto da trajetória de Vieira Netto no PCB, a sua legalidade foi apenas na década de 1940, num breve período (1945-1947). Posteriormente a 1947, o Partido só voltaria à legalidade em 1985, com o fim da Ditadura Militar (1964-1985).

Nesse sentido, no desenvolvimento da tese, especialmente no segundo e terceiro capítulos, buscamos evidenciar a militância de Vieira Netto e a sua práxis junto aos movimentos sociais, no Partido, na atuação parlamentar e como professor de Direito Civil na Universidade Federal do Paraná, sendo possível inferir que sua militância foi efetiva e de destaque como uma das principais lideranças do PCB em nível estadual, desde sua fundação, seja nos anos da legalidade ou na ilegalidade.

Dessa feita, neste capítulo, continuamos a discutir a relação da práxis de Vieira Netto, no entanto, abordando o aspecto voltado à sua produção teórica, partindo do princípio que, para o marxismo, há uma relação direta entre teoria e prática, que

¹⁵⁰ Citação de Vieira Netto por ocasião de seu discurso como paraninfo dos formandos da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, no ano de 1960, inspirado no poema declamado por Pablo Neruda por ocasião do Comício realizado pelo PCB no Estádio do Pacaembu, na cidade de São Paulo, em 1945. Vieira Netto esteve nesse comício como representante do PCB Paraná.

se efetiva por meio da práxis. O estudo da produção teórica de Vieira Netto encontra guarida na afirmação de Marx e Engels (2001, p. 100), de que “é na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica”. Em se tratando da conceituação de práxis, salientamos, também, as discussões conceituais, apresentadas nos capítulos anteriores, fundamentadas em Gramsci.

Os estudos, discussões e análises desse capítulo nos permitem evidenciar a organização e a sistematização de um projeto societário e formativo por Vieira Netto, a partir da práxis marxista. Para tornar possível essa tarefa, utilizamos algumas das produções de Vieira Netto, dentre elas, os registros feitos pela DOPS-PR; os discursos como deputado Estadual na Assembleia Legislativa e Assembleia Constituinte do Paraná; sua tese defendida no concurso para professor catedrático de Direito Civil na Faculdade de Direito da UFPR; o texto Posse e Domínio da Herança; o discurso na aula inaugural e o discurso como paraninfo na formatura da Faculdade de Direito, ambos em 1960; o depoimento à justiça militar em julho 1964; o discurso como paraninfo dos formandos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1964, que foi proibido pela reitoria; a conferência proferida na Faculdade Direito da UFPR, no ano de 1972; trechos de seu testamento, datado de 20 de novembro de 1972, escrito de próprio punho; e, a entrevista com Andréa, realizada em 20 de maio de 2017.

As obras a serem analisadas incluem também artigos escritos por Vieira Netto ou pelo coletivo de militantes do PCB, em que consta sua autoria e foram publicados em jornais ou panfletos do Partido, encontrados nos arquivos da DOPS-PR. A discussão se dá no conjunto de algumas de suas obras produzidas no período da legalidade do Partido ou na ilegalidade, passando pelos períodos mais tensos da repressão política e ideológica da Ditadura Militar. (1964-1985)

Vieira Netto foi um marxista convicto a tal ponto de fazer constar em seu testamento sua posição teórico-prática. Essa posição se evidencia em vários de seus escritos. Como forma de reforçar tal posicionamento, podemos citar a menção feita por amigos, ex-alunos, colegas de faculdade, advogados e militantes do PCB que conheceram e conviveram com ele¹⁵¹. No que tange ao estudo de Vieira Netto das

¹⁵¹ Esses depoimentos podem ser conferidos em Helm (2012).

obras de Marx, podemos citar o depoimento de sua filha Cecília, na obra de Heller (1988), que destaca “Ele sempre foi um idealista do socialismo, um leitor habitual de Marx, Lenin, Trotski, e nós, fomos criadas neste ambiente, que era mais cultural e literário que político”.

A relação com o marxismo, além dos destaques já feitos, se evidencia também em seu artigo intitulado “O Marxismo”, publicado na Revista Themis. (VIEIRA NETTO, 1958). Nessa obra, é possível observar sua interlocução com o marxismo, onde discute seus fundamentos históricos e descreve de maneira detalhada aspectos do pensamento de Marx e Engels, assim como de outros pensadores como os filósofos Antigos e, ainda, a pensadores aos quais o marxismo se contrapõe, como Adam Smith, bem como, a Hegel e Feuerbach. Nesse artigo, apresenta sua crítica social e sua perspectiva de horizonte de revolução, no contexto da teoria marxista.

Dentre os autores e obras citados por Vieira Netto, nas referências bibliográficas de seu artigo, estão: Karl Marx: O capital e o Manifesto Comunista; Engles: Origem da família, da sociedade e do Estado; H. Levfebre – O Marxismo; Paul Sweezy – Teoria do desenvolvimento capitalista; Lenine: Imperialismo, fase superior do capitalismo; Hegel: Filosofia da natureza; Konstantinov: o materialismo histórico; Harari: Segal – Talheimer: Introdução ao estudo do marxismo; R. Garaudy: Le comunisme et la morale; Augusto Cornu: K. Marx et la pensée moderne – Essai critique marxiste; Sherkov: Trat. Sist. De Filosofia; Werner: History os Philosophy; Franez Mehring: K. Marx – Fundador do socialismo científico. (VIEIRA NETTO, 1958)

O destaque às obras a que Vieira Netto teve acesso para fins de leitura, estudo e produção teórica contribuem para que possamos empreender a análise de suas produções a que tivemos acesso e ainda evidenciar sua crítica social embasada no marxismo, assim como o projeto societário e formativo, a partir da práxis marxista, de crítica ao sistema capitalista e como horizonte de transformação.

4.1 A CRÍTICA SOCIAL DE VIEIRA NETTO ÀS CONTRADIÇÕES NA POLÍTICA E AO SISTEMA CAPITALISTA

A formação familiar, escolar, acadêmica e cultural de Vieira Netto, sua atuação profissional e a sua inserção na militância no PCB, proporcionou-lhe as condições para a leitura do mundo e da complexidade das relações políticas, econômicas, sociais e culturais. Esses fatores também possibilitaram a compreensão

dos limites para se concretizar o projeto formativo e transformador ao qual ele estava inserido. Dessas relações e da sua visão de mundo, efetivou-se a atuação num projeto societário de perspectiva transformadora que exigia o conhecimento das condições objetivas e subjetivas para tal.

Como intelectual imbuído de tal compreensão e ação e, ciente de seu papel perante o processo, da sua contribuição, também, na produção teórica que, iluminada pela práxis, desdobra-se num movimento teórico-prático. O desenvolvimento desta tese possibilita essa inferência diante dos inúmeros acontecimentos envolvendo a trajetória de Vieira Netto, discutidas nos capítulos anteriores.

Nesse contexto, Vieira Netto expressa sua crítica social, desde os primeiros relatos sobre o início de sua militância no PCB, em meados da década de 1940. O primeiro registro dessa crítica, no entanto, não se dá por ele mesmo, mas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, em ficha aberta no ano de 1944, como apontado no primeiro capítulo desta tese. Segundo a DOPS-PR, por ocasião de um comício no dia 22 de agosto de 1944, na Avenida João Pessoa, Vieira Netto discursou criticando duramente integrantes do governo brasileiro, o tabelamento e o racionamento, a falta de liberdade a que o povo brasileiro estava sujeito, as restrições absurdas e na fila do açúcar, onde só se veem pobres, porque os abastados têm tudo o que precisam, sem incômodo. (PI 2194-400, p. 2).

Por vezes, é possível notar que a crítica de Vieira Netto está centrada nas questões econômicas, na defesa dos direitos, mas também, na condução política do processo, de maneira a apresentar as contradições que permeavam os governos e suas ações. Ao mesmo tempo em que denuncia tais contradições, apontava os responsáveis pela condução das decisões políticas que não apresentavam soluções concretas para problemas graves da população.

Os posicionamentos sobre como se encontrava o Brasil em termos econômicos e a defesa dos trabalhadores, como registrado pela DOPS-PR em 1944, retorna aos discursos de Vieira Netto em várias ocasiões em que fez uso da palavra em comícios, discursos na ALEP, assim como nos seus escritos em panfletos do Partido ou em textos publicados nos jornais. Referindo-se à desigualdade social no Brasil, Vieira Netto expõe as contradições do sistema econômico e da política que privilegia a burguesia e sacrifica os trabalhadores.

Nesse sentido, as análises das condições de vida do povo vinham alinhadas com o apontamento das promessas vazias e demagógicas, não cumpridas pelos

políticos da classe dominante, assim como com as proposições do projeto do PCB de enfrentamento concreto das desigualdades sociais, com vistas à sua transformação, que passava pelo envolvimento dos trabalhadores nas causas que lhes diziam respeito.

Concitemos aos democratas consequentes a encarar a importância fundamental que o pleito encerra para a consolidação da democracia em nossa Pátria e em nosso Estado, por isso que, trata-se de substituir as administrações ainda semi-arbitrárias e arbitrárias de nossos Municípios por um regime jurídico-constitucional na existência de Câmaras Municipais com funções deliberativas. (DOPS-PR, PI 1481.356, 1145).

A atuação de Vieira Netto se dá no contexto da campanha eleitoral para vereador na cidade de Curitiba, em 1947, quando se encontrava afastado do cargo de Deputado Estadual. Juntamente com seu suplente, Antônio Carlos Raimundo, empenhou-se na eleição dos vereadores comunistas. Ambos, por meio de um panfleto, fazem um chamado à defesa da democracia, haja vista que meses atrás se havia caçado o registro do PCB, o que fez com que os candidatos comunistas em Curitiba e, em outras localidades, fossem lançados por outras legendas partidárias. Como parte da defesa da democracia, denunciam a mutilação da autonomia da Capital, pois segundo eles, os elementos mais reacionários dos partidos da classe dominante, não permitiram a eleição do Prefeito de Curitiba. (DOPS-PR, PI 1481.356).

Parte do conteúdo expresso no panfleto se refere diretamente às condições de vida dos trabalhadores. Num texto que se assemelha ao primeiro registro feito pela DOPS-PR, em 1944, em que Vieira Netto critica as condições econômicas do país, destacam que “continua com salários de fome e de miséria, tolhido do seu direito de organização e livre associação; a cidade continua cercada de latifúndios improdutivos, a sentir a falta premente dos gêneros de primeira necessidade”. (DOPS-PR, PI 1481.356, 1145).

O texto em evidência, expressa uma análise da conjuntura política e econômica que inclui ainda temas como transporte, habitação, indústria, comércio, a concorrência dos produtos nacionais com os produtos estrangeiros, a política financeira do governo, a situação da classe média que, perdendo poder de compra e com o aumento do custo de vida estava se proletarizando. Tratam do cerceamento das liberdades públicas, do empastelamento de jornais, fechamento de partidos políticos e organizações sindicais, leis de cassação de mandatos parlamentares,

política externa submetida aos interesses imperialistas que assaltam e se apossam das riquezas do petróleo e riquezas fundamentais. (DOPS-PR, PI 1481.356)

Os temas envolvendo a ocasião da Campanha Eleitoral de 1947 se relacionam aos que foram pautados por Vieira Netto no exercício do mandato como Deputado Estadual. Esse destaque é feito no próprio panfleto, em que, juntamente com os fatores elencados acima, são apresentados os candidatos comunistas Hedel Jorge Azar e Maria Olímpia Carneiro, pela legenda do PST, frisando que esses candidatos seriam continuadores da linha de conduta que se tem mantido na Assembleia Constituinte e no Legislativo Estadual.

A menção às pautas defendidas por Vieira Netto relacionadas à crítica social, são de grande relevância. A partir das discussões nos capítulos anteriores, podemos inferir que Vieira Netto foi um dos deputados mais atuantes na Assembleia Legislativa do Paraná no ano de 1947, no período de março a abril. Essa afirmação se sustenta na análise das atas das sessões desse período, em que ele fez uso da palavra e intervenções em quase todas as sessões.

Como deputado estadual, já na primeira sessão, em 13 de março de 1947, Vieira Netto apresenta a posição política do Partido Comunista do Brasil. Nessa sessão, pautou, desde a primeira hora, a situação econômica no Brasil, definida por ele como bastante grave, pois o Brasil não tinha se libertado de sua fase semicolonial, do monopólio da terra que era a principal característica da economia nacional, onde imperava o latifúndio, fazendo com que a indústria nacional não se desenvolvesse, por falta de mercado interno. A crítica de Vieira Netto é dirigida também às relações comerciais internacionais, realçando que o Brasil recebe em troca de seus produtos “principalmente dos EE.UU, da indústria yanque, bugigangas e produtos de 2ª necessidade que nos abarrotam o mercado. A América do Norte pretende transformar-nos em satélites de Wall Street”. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 10).

Ainda na primeira sessão, ao pedir a palavra, novamente Vieira Netto discorre sobre a precariedade das instalações da Cia. De Força e Luz, como sendo um problema que afetava diretamente a população curitibana e um dos maiores entraves para o progresso, pois a cidade não tinha indústrias devido a essa precariedade e ao fato da Companhia não ter providenciado novas instalações que fossem apropriadas à vida da cidade.

Estávamos apontando a Cia. de Força e Luz como o maior entrave ao progresso de nossa cidade, sendo que as instalações que a Cia. Força e Luz mantém em Castelhanos são as mesmas ainda desde 1926. [...] E Curitiba é uma cidade sem indústrias hoje graças a Cia. Força e Luz que não providenciou novas instalações apropriadas à vida da cidade. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 16).

Esse fato é relacionado por Vieira Netto aos problemas envolvendo o transporte público em Curitiba, agravados pelo monopólio.

A população sofre as consequências do monopólio, porque o problema de transportes em Curitiba está no monopólio de transporte e não se permite que outras companhias mantenham ônibus; ônibus que são cacos velhos e que, há vinte anos, existiam em número dobrado. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 17).

No mesmo discurso, aponta a superlotação a que os trabalhadores são submetidos dentro dos ônibus que circulam nos bairros onde residem, assim como o alto preço da passagem. Vieira Netto enfatiza a contradição na forma de atendimento ao transporte em Curitiba, em que a empresa responsável mantém padrões diferenciados de atendimento aos moradores das regiões, chamadas por ele, de zonas aristocráticas em que “dão-se ao luxo de fixar o número de passageiros” (VIEIRA NETTO, 1949, p. 17) e nas zonas proletárias, “observe-se [...] a uma hora da tarde a ‘bicha’ que faz o coitado do pobre, após exaustivo dia de trabalho. E, ainda por cima, a passagem custa o dobro do que custava há anos atrás, vindo pendurado numa situação agônica dentro de verdadeiros ferros velhos”. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 17)

A situação é qualificada como intolerável por Vieira Netto, que propõe a encampação da Cia. de Força e Luz como forma de solucionar tais problemas.

A modificação que eu desejava fazer é que sejam encampadas as instalações da Cia. Força e Luz, mas que sejam encampadas pelo custo histórico da época em que foram instaladas. Não é possível que vamos pagar a estes srs. [sic] um preço exorbitante. Devemos pagar na base da moeda em que foram feitas as instalações, por quase nada. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 17).

A questão da Cia. de Força e Luz é também abordada em panfleto alusivo ao dia 1º de maio, dia do trabalhador. Intitulado “Por um primeiro de Maio, por aumento de salários, Paz e Liberdade”, o panfleto é assinado por Vieira Netto, Maria Olímpia Carneiro Mochel, Manoel Jacinto Correia, Newton Câmara, João Batista Teixeira, Adão Nascimento e Mário Urias de Melo.

Nele, destacam que

Na Cia. Força e Luz, imperialista e colonizadora, mais de 120 operários antigos foram despedidos por motivos fúteis, enquanto a Cia. retém criminosamente dois meses [sic] de salários relativos ao dissídio coletivo. Os pelegos ministerialistas e policiais, continuam subsidiados pelos cofres da Cia. a iludir a boa fé do operariado da carris. (BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 73).

Na Assembleia Legislativa, ao apresentar a posição do PCB, Vieira Netto trouxe para seus discursos, na primeira sessão da casa legislativa, situações concretas envolvendo os trabalhadores, principalmente, os da capital do Paraná. Ao passo que se posiciona juntamente com a linha política do PCB, Vieira Netto traz à discussão as incoerências e contradições nos discursos de lideranças políticas do Estado, como no caso das críticas que foram direcionadas pelo presidente da Comissão Estadual de Preços, José Bento Marques, à greve dos leiteiros em Curitiba, dizendo que ela teria origem comunista.

No entanto, segundo ele, criticava-se, mas nada se fazia para resolver o problema do desabastecimento de leite na cidade, mesmo após os alertas de médicos.

Não vemos na carta que S. Excia. fez publicar nos jornais, nenhuma medida que solucione a falta de leite, apesar de vários médicos já terem enviado apelos aos jornais em face da situação premente e angustiante em que se acham as crianças da cidade. Nenhuma medida foi dada para que a população seja suprida de leite. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 5).

Utilizando-se de cálculos dos preços dos insumos adquiridos pelos leiteiros e o preço pelo qual era vendido o leite, Vieira Netto expôs as razões que levaram os leiteiros à greve, criticando novamente o monopólio, dessa vez, no mercado agropecuário. (VIEIRA NETTO, 1949)

A greve dos leiteiros e os preços do trigo e outros insumos pagos pelos produtores voltaram à discussão na sessão de 31 de março de 1947, pois passados quase 20 dias, a Comissão Estadual de Preços não tinha respondido ao requerimento impetrado por Vieira Netto. Em seu discurso, fez menção ao que fora proposto nos primeiros dias de trabalho da Assembleia Legislativa, com referência ao preço do leite e o fornecimento à população curitibana. Nesta ocasião, destacou que o pedido feito à Comissão Estadual de Preços, a respeito do monopólio do farelo na cidade, não foi respondido, tendo se passado mais de 20 dias.

Nesse sentido, reafirma seu pedido:

Eu peço que V. Excia reitere este pedido de informação para afirmar a soberania e autoridade desta Assembleia, e para que esses senhores saibam que esta Assembleia está se batendo pelos problemas do povo, e que ela não renuncia a esse direito. Não é possível que os requerimentos que enviamos fiquem dormindo nas gavetas da Comissão Estadual de Preços, notadamente quando esta faz demagogia a respeito de partidos políticos, em entrevistas e declarações à imprensa, esquecendo-se dos tubarões, do monopólio e do câmbio-negro. Reitero meu pedido de informações. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 136).

As causas dos trabalhadores são novamente pautadas por Vieira Netto na 5ª sessão da Assembleia Legislativa, realizada no dia 18 de março de 1947. Nessa ocasião, volta a abordar a questão dos transportes, porém, dessa vez, diz respeito à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Em meio à análise sobre as condições precárias de funcionamento da Rede, ele chama a atenção para as condições de trabalho e os salários dos trabalhadores que viviam em condições degradantes.

Não é possível que a Rêde [sic], atenda aos seus serviços quando seu proletariado está insatisfeito; si a Rêde [sic] apenas se resume em fazer bangalôs bonitos para pôr lá dentro operários que estão morrendo de fome, obras de fachadas típicas do Estado Novo. É neste sentido, sr. Presidente, e nobres deputados, que eu quero, atendendo à situação aflitiva e angustiosa dos empregados da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina, pois há, sr. Presidente, na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, funcionários, guarda-freios que ganham apenas Cr\$ 450,00 por mês, pouco mais que uma empregada doméstica que tem casa, comida e roupa lavada, chamar para eles a atenção desta egrégia Casa. Trabalham nas mais duras condições, tendo que viver em situação deplorável por falta de gêneros alimentícios, pois muitas vezes, moram em lugares sem recursos, dependendo da remessa de gêneros que não raro não se faz, ganhando salários de fome e com os eternos descontos. Ao que parece é preciso fazer-se chegar ao conhecimento da Rêde Viação Paraná-Santa Catarina, o sã princípio que consiste no aumento de produtividade à base de aumento de salário. É preciso que o aumento da produtividade seja feito, pois a Rêde Viação-Paraná-Santa Catarina, é o escoadouro de todos os produtos do Paraná; mas é preciso que os ferroviários sejam considerados como criaturas [sic] humanas, não como verdadeiros bestas-féras sem poder pretender o justo pão de cada dia. Já não digo a manteiga, que eles não podem comprar com Cr\$ 450.00, de salário mensal. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 54).

A crítica contundente de Vieira Netto às condições dos trabalhadores, dentro da Assembleia Legislativa, ressalta sua visão de mundo que passa pela defesa do proletariado. Ao denunciar as degradantes condições de trabalho e de vida é incisivo em pressionar as autoridades políticas na busca de uma solução. Nesse mesmo contexto, ele faz proposições aos responsáveis. A crítica tecida por Vieira Netto gerou polêmica dentre os demais deputados, vindo a ser acusado de intrometer-se nas questões que não são da alçada dos deputados e de fazer proposições antijurídicas.

Nesse contexto, Vieira Netto rebate tais acusações; assume que por vezes é antijurídico e contextualiza sua posição, destacando que há uma tendência em se restringir a soberania popular. No discurso, enfoca a lei voltada à participação popular num processo de expansão e defesa da democracia pós-nazismo e fascismo, de poderes que não sejam exclusivistas.

É que a Constituição de 1946 é um espírito completamente novo, é a volta à democracia em todo o mundo, é o fim da tendência exclusivista que reúne nas mãos de um paranóico todos os poderes do Estado, que reúne todos os poderes constitucionais, a vontade da nação, nas mãos de um só homem. É a ditadura nazista, a ditadura fascista, que pretende inibir o exercício dos poderes do povo. Quando interpretamos a Constituição de 1946, não o fazemos com a ideia dos 15 anos de regime dentro do espírito da Carta de 1937, porque é um espírito perigoso. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 66).

A polêmica entre Vieira Netto e os deputados se deu após a defesa dos trabalhadores da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e a denúncia sobre suas condições de trabalho e pela proposição de Vieira Netto que se nomeasse uma comissão de parlamentares para entrar em entendimento com o poder público e a Rede de Viação. A proposição feita por ele visava às reivindicações dos ferroviários.

Para tratar da necessidade de participação popular, Vieira Netto evoca o passado recente em que o nazismo e o fascismo concentravam poderes. Não obstante, podemos observar que a defesa da democracia perante os avanços do nazismo e do fascismo estão presentes em outros discursos e produções de Vieira Netto. Em Conferência realizada na Ordem dos Advogados do Paraná, em agosto de 1972, ao discorrer sobre as origens, estrutura e o funcionamento da Ordem dos Advogados do Brasil, aponta para o contexto dos anos 1930-1945, como tendo sido o período em que

o mundo inteiro lutava contra o fascismo e o nazismo: compreendia-se que somente uma ordem democrática, que contivesse ao lado das garantias e liberdades fundamentais, um intervencionismo público nas relações privadas e um ordenamento jurídico que assegurasse ao trabalho, o prêmio da capacidade e a permissão de oportunidade para todos, poderia salvar o mundo da catástrofe iminente. (VIEIRA NETTO, 1972, p. 12)

A menção de Vieira Netto, ao período de destaque das lutas em prol das conquistas democráticas, remonta também às suas intervenções no processo que se desenrolava na Assembleia Legislativa. No exercício de seu mandato, conquistado

por vias democráticas, após o fim da ditadura Vargas, esse tema esteve presente em vários de seus discursos, embates e debates nos anos de 1947/1948.

No que tange às intervenções e discursos de Vieira Netto, ao longo das sessões na Assembleia Legislativa, a defesa dos trabalhadores é uma das pautas de destaque. O que se observa é que, ao longo das sessões, ele buscava relacionar os assuntos em debate com as causas concretas dos trabalhadores, quando não era ele próprio quem pautava tais temas.

Por ocasião da sessão da Assembleia realizada no dia 26 de março de 1947, quando o Deputado Aldo Laval se referiu ao Instituto de Aposentadoria e Pensões de Transportes e Cargas, Vieira Netto, em uma intervenção, apontou que o referido Instituto tem se ocupado em construir palácios no Rio de Janeiro, então capital da República. Segundo ele, a suntuosidade desses edifícios poderia ser comparada à burocracia e as irrisórias pensões e aposentadorias concedidas, de forma tardia aos contribuintes com seus salários de fome.

Tais edifícios assevera Vieira Netto, foram financiados pelos Institutos e, posteriormente, oferecidos à grã-finagem capitalista, à custa de descontos mensais no salário dos trabalhadores. Tudo isso, como obra de Getúlio Vargas no Estado Novo, que também impediu os trabalhadores de se reunirem e lutarem por seus direitos, transformou os sindicatos em sub-agências policiais, fez compressão sobre os organismos associativos. (VIEIRA NETTO, 1949)

A discussão novamente se desenrolou em torno à questão e Vieira Netto seguiu discorrendo sobre as contradições envolvendo o Instituto, os trabalhadores e suas aposentadorias, pontuando, inclusive que a legislação trabalhista não poderia ser conceituada de tal forma, pois trata-se de uma legislação feita de cima para baixo.

Nesse sentido, assevera que

Não somos contrários aos Institutos, mas desejamos que eles realizem sua função de assistência para a qual foram creados, [sic] que sejam dirigidos por homens que conheçam os problemas dos beneficiários, pois dentre estes [sic] é que logicamente, deviam sair os seus dirigentes. Não desejamos que se sustentem instalações demagógicas criadas pelo governo do sr. Getúlio Vargas, para pretexto de discursos e relatórios com que se iludia a massa trabalhadora. É preciso que os Institutos, de fato, atendam às necessidades dos beneficiários em tempo próprio e suficientemente. Nada de obras de fachada, de suntuosidade, de fancaria. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 113-114).

No prolongamento das discussões sobre os Institutos, o Deputado Santos Filho questiona Vieira Netto de que não deveria gritar contra a finalidade com que eles

foram criados. O deputado Santos Filho teve como resposta de Vieira Netto, a indicação das contradições na gestão do referido órgão público, afirmando não estar atacando a finalidade dos Institutos, mas contra a situação de miséria em que se encontravam os seus beneficiários, “contra os empréstimos a magnatas, contra a construção de arranha-céus, portanto, contra o desvio dessas finalidades, enquanto o povo que desconta percentagens nos salários de fome, de fato, está morrendo de fome”. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 121).

O arcabouço de análise e abordagens pautadas por Vieira Netto ou de suas intervenções pautadas por outros parlamentares na Assembleia Legislativa, é ampla. Ele não se furta em marcar posição diante dos temas variados que são trazidos ao plenário da casa. Em várias sessões é possível notar, por vezes, a polarização das discussões, debates e embates entre Vieira Netto e outros deputados, o que justifica ele ter sido o deputado mais participativo do ponto de vista dos discursos, das intervenções e pedidos de palavra.

Ao longo das sessões em que se debatia e elaborava a Constituição do Estado do Paraná, Vieira Netto foi um defensor intransigente do processo democrático e da participação do povo nesse processo. Dentre as suas ações, nesse contexto, podemos citar o ocorrido na 15ª sessão, no dia 31 de março de 1947. Nessa sessão, analisou a proposta contida no Artigo 47, que visava impedir a indicação de qualquer assunto estranho aos trabalhos constitucionais. Esse artigo aniquilava a soberania da Assembleia Constituinte.

Segundo Vieira Netto,

[...] visa impedir que se faça indicação sobre [sic] qualquer assunto estranho aos trabalhos constitucionais. Não se quer que a Constituinte trate das reivindicações do povo, dos problemas que estão em toda a parte, aí fora nas ruas. Só se permite uma só função à Constituinte: dar ao povo do Paraná uma Carta Magna. Mas não é só esta a sua função, não devemos desprezar os problemas urgentes do povo. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 161-162).

Posterior à fala de Vieira Netto, o deputado Firman Neto entrevistou, dizendo que o povo precisava de uma Constituição. Vieira Netto, porém, usa novamente a palavra e reitera que o povo precisa é de pão. E continua seu discurso na defesa de que a Assembleia prossiga os trabalhos da Constituinte, sem deixar, no entanto, de tratar dos problemas que interessam ao povo, para que de fato, a Assembleia cumpra a missão para o bem do povo do Paraná. (VIEIRA NETTO, 1949)

O tema da democracia voltou à discussão, na sessão do dia 15 de abril de 1947 e Vieira Netto reafirma o caráter democrático da Assembleia, como lugar da soberania do povo. Em resposta ao questionamento do Deputado Justiniano Clímaco, assevera: “Disse que luto por uma verdadeira democracia, e a verdadeira democracia é progresso, é irmos ao encontro da vontade do povo, lutarmos pela vontade soberana do povo dentro desta Assembléia”. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 202).

As análises das atas das sessões da ALEP, nos meses de março e abril, além do destaque à participação efetiva de Vieira Netto, atestam também, sua constante defesa das causas sociais, dos direitos dos trabalhadores, da defesa da democracia, das posições políticas de seu partido. As atas posteriores ao mês de abril de 1947 até a cassação do seu mandato em 1948 não foram localizadas. No entanto, a partir de Helm (2012) como discutido, Vieira Netto sustenta que sairia da Assembleia após ser cassado, mas continuaria atuando na defesa dos interesses do povo. A análise da trajetória de Vieira Netto aponta para a sua permanência na militância em defesa dos trabalhadores e outras pautas, o que confirma a coerência com a frase dita no contexto da cassação do mandato parlamentar em 1948, de que permaneceria na militância, mesmo sem o mandato eletivo.

A continuidade da militância de Vieira Netto, além de acontecimentos e fatos já analisados, fica evidente no panfleto sobre as comemorações do dia do trabalhador, intitulado *Por um primeiro de maio, por aumento de salários, paz e liberdade* assinado por Vieira Netto e outros militantes. O panfleto é uma sequência de crítica social às relações de trabalho, das condições de vida do trabalhador. De início, já demarca a posição sobre a data a ser comemorada, “aproxima-se a data de 1º de maio, universalmente consagrada à luta revolucionária do proletariado mundial”. (BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 73). Ele enfoca a práxis, problematiza situações como as vividas pelos estivadores de Paranaguá sem o direito ao descanso semanal, pelo desemprego que atingia os operários do setor madeireiro, as péssimas condições de vida dos ferroviários. Tudo isso, ameaçando o proletariado, juntamente com a ameaça da bomba atômica e a iminência da guerra. (BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174).

O entendimento em torno à realidade dos trabalhadores envolve, inclusive, a discussão da conjuntura internacional com referência ao imperialismo e à classe dominante. Segundo o panfleto que contém a assinatura de Vieira Netto,

a dependência cada vez maior do nosso país [sic] à colonização imperialista dos fabricantes de guerras e a incapacidade demonstrada pelas classes dominantes, cada vez mais comprovam a impossibilidade de soluções eleitorais demagógicas para os problemas nacionais que não podem resolver bem pela continuação dos atuais políticos nem pela simples mudança de homens no poder. Nosso país sofre fundamentalmente pelo atraso de sua estrutura, pelo monopólio da terra e pelas relações feudais de produção, - pela crescente dependência e subordinação aos trustes e monopólios estrangeiros, pela subserviência dos governantes ao carro de Truman e de Wall Street. (BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 73).

A crítica destacada, no referido material, apresenta a leitura de mundo e a abertura da comunicação com os trabalhadores em sua realidade concreta. O material pode ser analisado do ponto de vista da formação direcionada ao proletariado, estrategicamente pensada para o contexto das comemorações. A perspectiva formativa do material contempla ainda as relações políticas, econômicas e sociais, as contradições que permeiam essas relações e recaem sob os trabalhadores em forma de retirada dos seus direitos, baixos salários e condições de trabalho precárias.

O panfleto e as análises e problematizações nele contidas, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalhador, trazem elementos da concepção da teoria marxista, como explicitado em Marx (2011). Dentre as concepções se encontra a discussão sobre o método da economia política, e de que forma se daria a compreensão das relações econômicas em um determinado país. Segundo a teoria marxista, ela não passa inicialmente pela compreensão da população e depois de suas relações econômicas e políticas, das classes sociais, mas sim pela compreensão de que o concreto é concreto, na perspectiva marxiana, porque é síntese de múltiplas determinações, de unidade na diversidade.

Outra produção de Vieira Netto, objeto desse capítulo é seu depoimento prestado à justiça militar, em 1964. Após o Golpe Militar de 1964, a Ditadura Militar instaurada no Brasil empreendeu a perseguição, o patrulhamento ideológico, a censura, a prisão, chegando, até mesmo, a assassinar aqueles que foram identificados como opositores. Nos capítulos anteriores abordamos a trajetória de Vieira Netto e as consequências de sua posição política, após a conversão ao comunismo. Ao se entregar e ser preso em julho de 1964, Vieira Netto foi interrogado no inquérito policial aberto contra ele.

Nos dias 23 e 24 de julho de 1964, ele prestou depoimento no Quartel do Centro de Preparação de Oficiais de Curitiba, perante o encarregado do inquérito, Capitão Waldemar Oswaldo Bianco. Perante a autoridade policial, foi inquirido sobre os livros que leu, os lugares que frequentou, as amizades que tinha, sobre sua posição

política, ideológica, sobre suas ideias, sobre economia, sobre questões sociais do Brasil, sobre a constituição, sobre os militares no governo, sobre seus vínculos partidários e com lideranças políticas nacionais, sobre a revolução brasileira, dentre outros. O depoimento de Vieira Netto mais se assemelha a uma aula, dada às características das perguntas que lhe foram feitas, à forma e aos conteúdos abordados em suas respostas.

No conteúdo do depoimento de Vieira Netto, encontrado nos arquivos do Projeto 'Brasil: Nunca Mais', nota-se que ele manteve a coerência perante aquilo que acreditava e difundia, seja em termos da concepção teórica marxista, na posição política e na sua práxis em defesa das diversas causas sociais em que esteve inserido, desde a década de 1940, quando do início de sua trajetória militante no PCB. O fato de ser inquirido, no contexto de sua prisão e das ameaças que sofrera desde os primeiros dias pós Golpe, não o intimidou ou fez com que negasse suas posições e seus ideais perante os militares inquiridores.

Esse fato pode ser constatado já no início do depoimento, quando foram dirigidas perguntas sobre sua opinião em relação à ordem econômica, política e social, sobre a Constituição e o Governo vigente. Ele não hesitou em responder, que seu depoimento deve ser tomado sobre fatos e não sobre opinião, pois as opiniões são subjetivas e de foro de consciência. Porém, mesmo assim, não se eximiria, em sua opinião, "quando não seja para fixar, desde logo, o caráter nitidamente público de sua atuação política, uma vez que o declarante jamais em sua vida teve qualquer atividade ilegal ou clandestina". (BNM DIGITAL, 391-944).

Nesse sentido, dentre os conteúdos presentes no depoimento de Vieira Netto, registrado pela polícia política da Ditadura Militar, encontramos novamente sua posição sobre os trabalhadores. Ao ser perguntado se a solução econômica, política e social deveria passar por agitações, greves, lutas de classes, descoralização [sic] das Forças Armadas como vinha acontecendo, ou poderia ser conseguida por meios pacíficos e democráticos apontou que

a pergunta de certa forma está prejudicada, pelas respostas anteriormente dadas, em que o depoente afirma o caráter pacífico e legal da revolução brasileira, porém, o depoente se julga no dever de fazer certas considerações, por exemplo, no entender do declarante, a greve é um direito legítimo assegurado pela constituição, e uma conquista democrática do proletariado e das classes trabalhadoras. [sic] que, quanto à luta de classes, o declarante acha, que é uma decorrência da existência de classes, porém, no processo brasileiro, essas lutas de classes que é inegável, deve só exercitar através das vias legais, isto é, a atuação funcional dos sindicatos,

os dissídios coletivos de trabalho, a discussão paritária das reivindicações econômicas, e o próprio recurso à greve, nos termos e limites que a lei disciplinar. (BNM DIGITAL, 391-949).

A posição de Vieira Netto sobre a revolução brasileira traria aos trabalhadores as transformações necessárias diante da luta de classes, romperia com as estruturas do subdesenvolvimento do país, no entanto, dentro das vias legais.

como simples e humilde estudioso das questões brasileiras sempre foi de opinião, que reafirma neste momento, de que a revolução brasileira, tomada esta palavra num sentido científico e não no sentido vulgar de subversão há de se realizar, de acordo com as tradições, a história, a formação étnica e a cultura peculiar do povo brasileiro de maneira pacífica, mediante reformas legislativas e conquistas populares obtidas pelos meios legais. (BNM DIGITAL, 391; 944-945).

Não obstante, ele atribui como exemplo da revolução pacífica, as reformas iniciadas por João Goulart, sendo a melhor demonstração do sentido pacífico da revolução brasileira; mesmo tendo ficado restrita aos discursos e sem medidas concretas, foram consideradas altamente significativas. A revolução, segundo ele, deveria ser embasada em caráter científico, devendo “ser estudada e formulada por técnicos altamente categorizados que procurem soluções nitidamente nacionais, sem cópias servis nem influência de modelos estrangeiros, uma vez que as instituições não se transplantam”. (BNM DIGITAL, 391; 944-945).

Cabe sublinhar, no entanto, o entendimento sobre a Lei, a qual Vieira Netto embasa seu pensamento quando menciona que a revolução brasileira precisa estar amparada pelos meios legais. Para ele,

a lei é produto da necessidade, e da consciência coletiva, só a lei sentida vige, porque a imposta vem a cair ou cai em desuso, assim o depoente não acredita em reformas violentas no processo brasileiro, mesmo porque, digo, ‘mesmo porque é possível fazer tudo com baioneta menos sentar em cima’¹⁵². (BNM DIGITAL, 391; 944-945).

O tema da revolução brasileira é retomado no depoimento, quando Vieira Netto é inquirido outras vezes sobre assuntos que se inter-relacionam a essa temática. Isso ocorreu ao ser perguntado sobre sua opinião em relação à legalização do Partido Comunista. Utilizando-se de uma análise mais ampla, Vieira Netto expõe as relações semifeudais existentes no país. Na análise dos comunistas, os objetivos imediatos relacionavam-se à necessidade da reforma agrária, de modo a se estabelecer

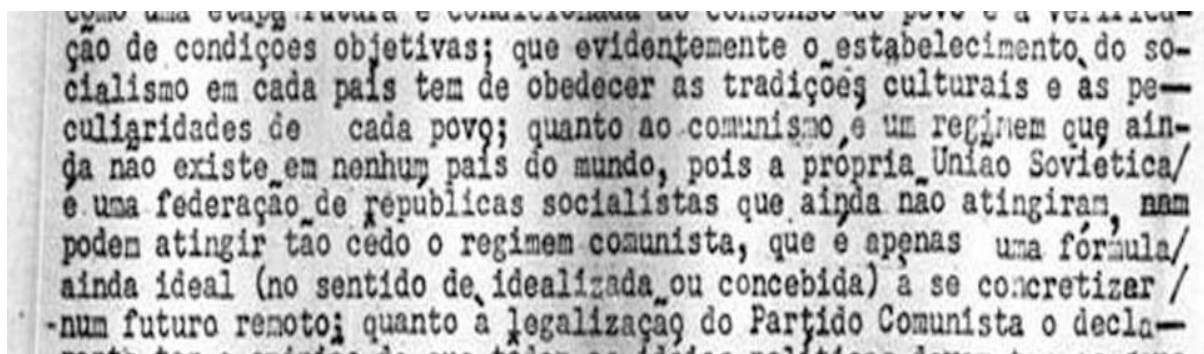
¹⁵² O pensamento referente à baioneta é de um político contemporâneo a Napoleão, segundo Vieira Netto.

relações capitalistas no campo da propriedade individual ou das propriedades cooperativas, fortalecendo o capitalismo nacional ou de capitais radicados. No mesmo contexto, condena os capitais parasitários e a política dos trustes de modo a conseguir uma economia que envolvesse o comércio com todos os países do mundo.

Nesse sentido, Vieira Netto assevera,

que transposta essa etapa de uma revolução (em sentido científico) pacífica e de caráter burguês e nacionalista é que num plano temporal mais longínquo poder-se-á falar em socialismo como uma etapa futura e condicionada ao consenso do povo e à verificação de condições objetivas. (BNM DIGITAL, 391 - 947).

A crítica de Vieira Netto às condições econômicas, sociais e culturais do Brasil, bem como sua concepção etapista da revolução brasileira são frutos das análises feitas pelo PCB, como destacado por ele. Destarte, sua afirmação desse processo com bases científicas fundamentadas em Marx, realça a necessidade das condições objetivas para se efetivar a revolução. Portanto, segundo Vieira Netto, passaria do modelo feudal para o capitalista burguês, para, em seguida, oferecer condições de se chegar ao socialismo e, numa etapa posterior e ainda não ocorrida em nenhum país do mundo, transpor ao comunismo.



Fonte: BNM Digital (391 - 947).

Ao acentuar que a revolução brasileira passava pela reforma agrária com a finalidade de se superar o feudalismo agrário, Vieira Netto aprofunda a discussão e reforça essa necessidade de que se faça tal reforma, enfatizando que não há falta de terras, mas má distribuição das terras públicas. Em outros pontos, ao longo do depoimento, em que discorreu sobre a realidade brasileira, abordou assuntos relativos à economia, geografia, sociologia, geopolítica nacional e internacional, relações de trabalho, meio ambiente, preservação e reflorestamento.

Ao discorrer sobre o questionamento feito pelos inquiridores a respeito do Comício da Central do Brasil, realizado no dia 13 de março, em que o Presidente João Goulart anunciou uma série de reformas, dentre elas, a reforma agrária, Vieira Netto respondeu que não participou do referido comício e que teve acesso ao conteúdo por meio do rádio. Destacou, também, que o Presidente da República apenas iria enviar mensagens ao Congresso Nacional sobre a reforma agrária e afirmou que

tem-se falado muito em reforma agrária no Brasil, mas pouca gente entende realmente do assunto, e os trabalhos até agora realizados, mesmo doutrinariamente ou sob a forma de projetos, não tratam devidamente do assunto; primeiro, porque há uma preocupação errada de estudar modelos estrangeiros e as soluções correspondentes, por exemplo, a reforma agrária no Japão, ou as reformas agrárias Cubana ou a Soviética, que constituem formas corretas ou não, para a solução de problemáticas peculiares a cada um desses países; segundo, o Brasil é um país de extensão territorial imensa, com uma tipicidade complexa de relações de produções no campo: registro de meio colonato, empreitada, sub-empreitada, parceria e até o regime salarial. As terras brasileiras são de variável composição e adequadas a tipos diferentes de cultura, a densidade geográfica varia de norte para o sul. No Brasil, portanto, não se pode fazer um carimbo para a reforma agrária, é preciso definir em termos constitucionais e legislativos até onde as forças políticas e econômicas aceitam esta reforma, e uma vez estabelecida uma equação legal do conteúdo da reforma agrária, a sua planificação na prática, mediante estudos locais das necessidades e das condições objetivas. Reforma agrária, por outro lado, não significa somente a posse do instrumento de produção, ou seja, a terra, mas a funcionalização dessa posse em função de um planejamento de recuperação do homem e sua integração na produção nacional que exigem: crédito, e seguros agrários, cooperativas de produção e distribuição, transportes organizados, silos e depósitos, armazéns, criação de condições sanitárias, escolas, médicos, postos de agronomia, de veterinária, assistência, sementes, máquinas, organização da produção no campo, garantia de preços mínimos e colocação da produção no mercado, supressão da agiotagem dos intermediários, e no plano meramente geográfico, um estabelecimento de prioridade. Isto, porque no Brasil não há falta de terras, o que há é má distribuição de terras públicas, encompridando ainda mais o custo da operação de transporte entre produtor e consumidor, de modo que a reforma agrária deve-se fazer, prioritariamente, junto aos centros de consumo ou ao longo das vias de comunicação; que além do mais um país miseravelmente devastado pelo primarismo da cultura da roça e pela exaustão de florestas, o declarante pensa que seria necessário, antes de qualquer coisa, pensar-se na preservação do solo e na correção dos climas, mediante o estabelecimento de parques nacionais de reflorestamento ou no caso do nordeste, fazerem-se açudes para irrigação e não para o gozo privado de políticos fazendeiros. (BNM DIGITAL, 391 946-947).

Há de se ressaltar que a crítica de Vieira Netto às discussões, em torno da reforma agrária, foi feita por ocasião de seu depoimento perante as autoridades policiais, numa ditadura, da qual ele conhecia as ações e métodos e, inclusive, já havia ficado foragido justamente por estar consciente dos riscos à sua pessoa. Nesse sentido, alguns pontos merecem atenção e destaque, dentre

eles, que Vieira Netto, mais uma vez, demonstra um conhecimento aprofundado e detalhado sobre as temáticas que aborda e seus conhecimentos se inter-relacionam numa conjuntura mais complexa desses temas, uma vez que olha para a questão local, mas tem uma compreensão da questão em nível internacional. Essa forma de análise e de crítica expõe as contradições e apresenta os limites e as possibilidades de se efetivar a reforma agrária no Brasil.

Outro ponto que merece destaque é o conjunto de elementos incluídos na perspectiva de Vieira Netto sobre a reforma agrária. A preocupação era que ela não se resumisse apenas à simples distribuição ou posse de terras, chamado por ele de instrumento de produção, mas contemplasse as condições materiais. Essa forma de compreensão é o que faria com que a Reforma Agrária, de fato, se concretizasse, o que Vieira Netto chama de funcionalização da posse, tendo em vista o planejamento de recuperação do homem e da sua integração na produção nacional.

A visão ampliada sobre a reforma agrária justifica a defesa de Vieira Netto e de seu partido, em relação ao processo de superação do feudalismo agrário, no Brasil. Esses fatores eram tidos como entrave para a revolução brasileira, como forma de estabelecimento do desenvolvimento das relações capitalistas na perspectiva burguesa para, posteriormente, se construir as bases para o socialismo, como parte dessa revolução e sua concepção etapista. Essa visão, no entanto, extrapola a concepção da reforma agrária restrita à distribuição de terras, como já apontado e vai ao encontro da construção de um projeto de desenvolvimento onde se cumpriria a etapa de superação do subdesenvolvimento.

A defesa da reforma agrária feita por Vieira Netto foi incluída como conteúdo de delação em seu inquérito. O funcionário do Banco do Brasil, chamado Mauro Fausto Gil, afirmou em delação, que Vieira Netto atacou o direito de propriedade em uma conferência realizada na Faculdade de Direito de Ponta Grossa, PR. Ao ser inquirido sobre essa declaração, afirmou

ta Grossa, que esse cidadão deve ser analfabeto, porque o que realmente o declarante fez a convite da Faculdade de Direito de Ponta Grossa foi uma conferência sobre a funcionalização da posse, em face da projetada reforma agrária, isto é, as perspectivas doutrinárias e de interesse fefenda, sobre as modificações no código Civil, que o Instituto da Posse deve sofrer nos termos, quando, e como e dentro do conteúdo legislativo de uma projetada reforma agrária; que evidentemente este assunto não é para ser entendido por delatores e ignorantes, mas por estudiosos e pessoas de bem; que o sr ENERNESTO, digo, ERNESTO MORO REDES

Fonte: BNM Digital (391 - 953).

O questionamento sobre a conferência realizada em Ponta Grossa em que Vieira Netto discutiu a reforma agrária expõe o quão delicado era o tema e como alguns setores recebiam e lidavam com a possibilidade de que ela prosperasse. Nota-se que Vieira Netto respondeu com veemência, registrando que quem não fosse estudioso do tema não poderia entendê-lo. Porém, tendo em vista o modelo de reforma agrária e a sua amplitude, expostas pelo próprio Vieira Netto em seu depoimento, as reações em questão não se restringem a quem não tinha estudos sobre a temática, mas também àqueles que, por motivações políticas e/ou ideológicas, se opunham à reforma. Isso, possivelmente justifique o fato de que uma conferência se tornasse motivo de denúncia e inquirição.

No rol dos questionamentos sobre a defesa da reforma agrária por Vieira Netto, no mesmo depoimento, os inquiridores fazem menção à sua participação em evento realizado no Teatro Guaíra, em Curitiba, no dia 12 de junho de 1963. Neste evento, sobre as reformas de base, sob a orientação de João Goulart e Leonel Brizola, afirmou ter participado e abordado em sua fala, o tema da reforma agrária. Mais uma vez, evidencia-se a dedicação de Vieira Netto ao tema e a preocupação da polícia política em investigar seu envolvimento com as reformas de base, no contexto do Governo de João Goulart.

A fundamentação da crítica de Vieira Netto às condições feudais no meio agrário brasileiro se estende desde sua atuação como deputado estadual nos anos de 1947 e 1948. Como já discutido, em seu discurso na primeira sessão da ALEP, em 13 de março de 1947, Vieira pautou a questão do monopólio da terra como sendo a principal característica da economia nacional, onde imperava o latifúndio, que fazia com que a indústria nacional não se desenvolvesse. Essa mesma problematização é novamente pautada no panfleto por ocasião das comemorações do dia 1º de maio.

Esse panfleto, sem data, irrompe o contexto em que Truman era presidente dos Estados Unidos, no entanto, devido aos conteúdos e fatos apresentados, possivelmente foi organizado por volta do início da década de 1950.

Esse destaque de ordem cronológica se faz necessário, pois possibilita a compreensão de que a reforma agrária era uma das principais bandeiras dos comunistas no Brasil e perpassava a atuação do PCB. Nesse sentido, após mais de uma década, no contexto do depoimento de Vieira Netto, em 1964, a crítica se mantinha pertinente ao que se desenrolava desde o final da década de 1947.

Os fatores que contribuem para manter o Brasil subdesenvolvido e no modelo feudal de desenvolvimento agrário, segundo Vieira Netto, estão ligados aos interesses dos grandes proprietários de terra. Terras essas, incultiváveis ou inapropriadas, à monocultura e à exportação de matéria-prima. Esses fatores se somam aos capitais parasitários estrangeiros, principalmente norte-americanos, que sugam o melhor das divisas nacionais. Nesse sentido, as contradições se tornam inevitáveis, como destaca Vieira Netto, de que “o Brasil é, infelizmente, um país subdesenvolvido de fraca densidade demográfica, com mais da metade da sua população entregue à miséria, ao analfabetismo e carente dos meios próprios de produção”. (BNM DIGITAL, 391-944).

Em se tratando da realidade política, econômica, social e aos rumos a serem dados ao país, Vieira Netto cita o envolvimento dos governos e suas posições, em favor ou contra os interesses das grandes corporações, assim como, as consequências dessas posições. Segundo ele, os governos alinhados à classe dominante, às estruturas que mantêm as condições feudais e aos capitais parasitários estrangeiros capitaneados, principalmente, pelos Estados Unidos, não resolverão os problemas fundamentais da nação: “os governos ligados a esses interesses de classe ou de composição complexa refletindo a contradição entre estes interesses, fatalmente não poderá resolver os problemas fundamentais da nação”. (BNM DIGITAL, 391-944). E, portanto, aqueles governos que se opuserem a esse contexto, tentando a solução para essa realidade, “terá[ão] de enfrentar um impacto dos interesses contrariados de trustes e de monopólio da terra”. (BNM DIGITAL, 391-944).

O depoimento de Vieira Netto assemelha-se a uma aula em que se abordam diversos temas, pois não se furta em tratar de maneira contextualizada a realidade nacional e internacional, a necessidade de transformação dessa realidade. Em meio

a cada pergunta que lhe é dirigida, ele contextualiza suas respostas, pois o conteúdo dos questionamentos está relacionado à sua atuação como professor, como advogado, como militante no PCB e nos movimentos sociais. Nesse sentido, as perguntas se relacionam ao plano das ideias e das ações, sem nenhum crime, propriamente dito, a não ser os que, no pós-Golpe, passaram a se caracterizar como crime, na perspectiva ideológica e política da Ditadura Militar e do regime de exceção.

Dentre as contextualizações nas inquirições está a sua relação com as reformas do presidente João Goulart (1961-1964), conforme encontrado em BNM Digital (391). Além das várias menções em seu depoimento sobre a reforma agrária, há também, repetidas vezes, o questionamento sobre a reforma universitária e com pessoas nela envolvidas. Dessa feita, questionam-lhe sobre Darcy Ribeiro, então ministro do Governo de João Goulart e sua participação numa conferência realizada na Universidade do Paraná. Vieira Netto salienta que conheceu Darcy Ribeiro por ocasião de um breve encontro na cidade de Brasília, quando esteve a serviço no Supremo Tribunal. Na referida conferência, em Curitiba, declara que participou, pois era uma aula inaugural, para a qual Darcy Ribeiro fora convidado pela reitoria da Universidade, e a participação dos professores era obrigatória.

Nesse ínterim, faz suas considerações a Darcy Ribeiro a respeito da reforma universitária, dizendo que, por fazer a exposição sobre o quadro geral das reformas, sobrou-lhe pouco tempo para uma exposição sistemática sobre a reforma universitária e tece sua análise sobre a questão, dizendo que ele se fixou em dois problemas “o da vitaliciedade de cátedra e o da estruturação departamental das universidades”. (BNM DIGITAL, 391-955).

Ao analisar as abordagens de Vieira Netto sobre a reforma universitária é possível observar que ele elaborou ou adotou um modelo de reforma, e a defendia, o que lhe possibilitou criticar a proposta de Darcy Ribeiro, na Universidade do Paraná. Como registrado em seu depoimento (BNM DIGITAL, 391), Vieira Netto dedicou-se ao estudo da reforma universitária em bases concretas e dentro da realidade brasileira, o que muito lhe interessava como professor.

No depoimento prestado em 23 de julho de 1964, foi perguntado sobre seu discurso no Teatro Guaíra, ocorrido em 12 de junho de 1963, em relação às reformas de João Goulart. No que se refere à reforma universitária, consta que “tocou na reforma universitária, isto é, na necessidade de atualização pedagógica e didática nas

Universidades Brasileiras, assunto que pertence a sua especialidade”. (BNM DIGITAL, 391-954).

Em se tratando da universidade brasileira, além de criticá-la, Vieira Netto defende que ela seja reformada,

uma vez que no Brasil, seguindo uma tradição que vem de D. João VI, sempre se desprezou o caráter universalista das Universidades, para fazer delas um conjunto heterogêneo de escolas; [...] qualquer Universidade Brasileira, trabalha em regime individualista, sem equipes, sem pesquisas sistemáticas, deixando a ciência fora das Universidades, e sem os meios de realização de progresso científico. (BNM DIGITAL, 391- 949).

A inquirição de Vieira Netto sobre a reforma universitária se insere nos questionamentos sobre as reformas de base do governo João Goulart (1961-1964), pois tal defesa era definida pelos militares como subversiva. Porém, no seu entendimento expresso aos militares no depoimento, discorda da acusação que a defesa da reforma seja de caráter subversivo e aponta outras contribuições e finalidades dessa ação, que vão ao encontro do desenvolvimento da cultura brasileira, pois “acredita que o estudo dessa reforma, não é atividade subversiva, mas contribuição pessoal, gratuita e voluntária ao desenvolvimento da cultura brasileira”. (BNM DIGITAL, 391-949).

Ao final das perguntas direcionadas a Vieira Netto, por ocasião do depoimento realizado nos dias 23 e 24 de julho de 1964, os inquiridores lhe perguntam se tem fatos a alegar ou provas que justifiquem sua inocência, documentos ou objetos para entregar para compor os autos. Nesse momento, as críticas de Vieira Netto se voltam à justiça e ao processo em si, movido contra ele

apesar de estar sendo interrogado há cerca de quarenta e oito horas, o declarante ainda ignora objetivamente qual a acusação que lhe é imputada; o declarante viu apenas uma Portaria em que se fala na participação de Atos contrários à Segurança nacional com implicação em crime militar o que lhe parece dada a sua condição de civil uma aberração jurídica. (BNM DIGITAL, 391- 957)

E prossegue, dizendo à Comissão de Inquérito que é obrigatório se apresentar ao acusado os fatos concretos da acusação e das provas, como um princípio universal de Direito que tem até implicações no chamado direito natural, defendido pelo tomismo. De forma mais contundente, nesse mesmo contexto, Vieira Netto assevera que esta regra foi observada, até mesmo, pelos tribunais de exceção do 3º Reich. Ao fazer alusão ao regime nazista, lamenta a realização de um inquérito com acusação

secreta e provas invisíveis. A crítica de Vieira Netto à justiça e ao processo que lhe foi imputado se pauta no fato de terem lhe perguntado sobre fatos que desconhecia, assim como estavam fazendo com muitas outras pessoas que passavam por situação semelhante, como inocentes delatados ou acusados. (BNM DIGITAL, 391-957).

Em suas palavras finais no depoimento, em momento em que lhe foi franqueada a palavra pelos inquiridores, Vieira Netto expõe o contexto que diz respeito à coletividade, pois o que estava sendo feito com ele se repetia com outras pessoas.

Ao longo do desenvolvimento desta tese é possível notar que Vieira Netto, em diversas ocasiões em que teve espaço para discursar em atividades públicas ou eventos, abordou temáticas relevantes às questões sociais, políticas, econômicas e culturais. A discussão dessas temáticas está presente em suas produções teóricas, algumas delas envolvendo o campo do Direito. Uma das produções de Vieira Netto em que integrou o campo técnico à sua concepção de sociedade foi ao trazer à discussão elementos da realidade e suas contradições. Este fato deu-se na ocasião em que proferiu a aula inaugural na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, no ano de 1960. Nessa aula, discorreu sobre “*O Direito civil e a organização social*”. Alguns pontos abordados por Vieira Netto na aula inaugural foram discutidos no primeiro capítulo da tese. No entanto, a discussão apresentada, agora, é pertinente à sua crítica social de maneira mais específica.

Em sua fala, fez uma retomada à contextualização histórica no campo do direito, iniciando por destacar o curto período de tempo em que o país saíra da Ditadura Vargas. Segundo Vieira Netto, se divulgava e oferecia ao povo o fetichismo da lei, imposta de cima e aplicada “com os argumentos insuperáveis da borracha, do espancamento e da tortura”. (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 190).

Ao enaltecer a recuperação democrática nesse tempo – meados da década de 40 ao início da década de 60 –, ressalva que ela é lenta e progressiva. Nesse espaço de tempo, Vieira Netto acentua a formação de uma geração que enche de orgulho, pois é consciente de sua liberdade que não foi abalada pela propaganda que lhe proibia o pensamento e é uma “geração de alto senso crítico que atinge e derriba as peanhas mal seguras – bonzos, tabus, ídolos de pés de barro, mocidade ao menos consciente e, por isso, melhor”. (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 190). Assevera, também, que vê nos jovens dessa geração o ceticismo e a descrença ante o fracasso das instituições, no entanto, é possível modificá-las, reformá-las, atualizá-las e cabe aos jovens essa tarefa. (VIEIRA NETTO, 1960a)

Referindo-se ao direito, no advento do liberalismo e do sistema capitalista, reitera que toda esta estrutura repousa na liberdade civil e na desigualdade social, uma vez que o

ilimitado subjetivismo da livre iniciativa gera o poder econômico dos trustes, a exportação de capitais, como as formas econômicas do capitalismo haviam criado um novo regime de produção pela venda da força do trabalho e a consequente retenção da plus valia em mãos dos compradores do trabalho. A reação das classes exploradas eclode nos movimentos reivindicatórios, como entre povos, reagem pela sua libertação os mal desenvolvidos, contra a intromissão dos fortes nas diretrizes de sua política - e a impiedosa exploração de suas riquezas naturais. (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 195).

Faz-se necessário observar que, no contexto da exposição, há uma mescla de abordagem da questão histórica e da crítica social a partir da perspectiva teórica de Vieira Netto. Isso pode ser notado quando o professor mostra as contradições envolvendo o Direito, ao longo da história, com o contexto e a realidade de cada período. Não obstante, no bojo dessas discussões, Vieira Netto apresenta as contradições da revolução econômica do século XX e o entrelaçamento dos imperialismos antagônicos que irão produzir modificações significativas, dentre elas que

o socialismo inaugura as suas vias de realização. O princípio da igualdade política, preponderante no Estado Liberal, é acrescido da igual oportunidade econômica, para todos. Há um mínimo ditado pela necessidade, um máximo conseguido pela capacidade. (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 195).

A abordagem de Vieira Netto em relação ao socialismo se dá de maneira otimista, de forma a fazer a defesa de que a esse novo modelo de organização em vias de manter a igualdade política do Estado Liberal, acrescentaria o dado da oportunidade econômica. Não obstante, como ele mesmo aduziu em seu discurso, o poder econômico dos trustes, a venda da força de trabalho e a retenção da mais valia gerou o acúmulo graças ao subjetivismo da livre iniciativa, de forma que aos explorados restasse a organização dos movimentos reivindicatórios. E complementa, dizendo que “é claro que a realização desses propósitos implica em eliminar progressivamente as causas de contraste. Segue-se a expropriação da propriedade dos meios de produção”. (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 195).

Vieira Netto segue demonstrando as contradições inerentes ao sistema capitalista pelo princípio da competição, superadas pelo socialismo, pela cooperação.

Segundo ele, isso fez com que o capitalismo revisse suas teorias liberais. Ele atribui a existência do contrato como forma encontrada pelo capitalismo para rever suas teorias. No bojo das contradições que são inerentes ao capitalismo, sustenta que a “concorrência desleal, o desperdício, a ausência de planificação, a nocividade de certos empreendimentos, o caráter supletivo da lei sempre ausente da realidade social, sugeriram a eclosão da teoria do abuso do direito”. (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 196). Nesse contexto, assevera que tal foi a expressão legal do intervencionismo de Estado que passa a se intrometer nas relações privadas, que reconhece um conteúdo de classe e, por conseguinte, a desigualdade econômica entre as partes contratantes. (VIEIRA NETTO, 1960a)

A partir dessa aproximação, assegura que passa a existir o direito do trabalho, com a finalidade de estabelecer as garantias ao trabalhador, uma vez entendido como a parte economicamente mais fraca, fazendo com que se superasse a prática repressiva de se chamar a polícia para pôr o operário na rua, que antes vigorava.

No entanto, segundo ele,

o caráter paternalista do Estado que substitui a regra supletiva pela lei normativa, que restringe a liberdade de contratar, em benefício da parte economicamente mais débil como medida de apaziguamento e de retardamento nas contradições de classe”. (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 196).

No contexto da crítica social, Vieira Netto, por ocasião da aula inaugural na Faculdade de Direito, em 1960, assevera que não se deve buscar a constatação das coisas como são, mas, sim como devem ser.

Estudantes e mestres em convívio universitário, fundamentalmente não 'podemos subestimar a função científica que é primordial em uma Universidade: o exame do fato social em termos [sic] de ciência não pressupõe apenas a constatação formal das coisas como são, senão como devem ser. (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 198).

Essa afirmação encontra guarida em discussões anteriores que apontam a relação entre teoria e prática, presentes na obra e nas ações de Vieira Netto. Há, também, a relação dessa concepção com alguns dos pensadores aos quais ele se embasa teoricamente, no que tange à sua visão de mundo, sua militância política e, por vezes, o embasamento de suas produções teóricas no campo do Direito. A posição teórica de Vieira Netto, acima referenciada, reforça uma das teses sobre

Feuerbach de Marx e Engels (2001), de que os filósofos haviam interpretado o mundo de diversas maneiras, no entanto, o que importa, de fato, é a sua transformação.

A crítica social de Vieira Netto se volta para o próprio exercício da profissão do advogado, em se inserindo nos variados contextos históricos e em diferentes formas de exercício de poder. Nesse sentido, na Conferência realizada em 1972, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, aborda as origens, estrutura e funcionamento da Ordem dos Advogados do Brasil. Na ocasião, discutiu assuntos que envolvem a atuação do advogado inserido na concretude de seu tempo, de forma que, segundo ele, o advogado, em tempos normais em que floresce a democracia, suas ações caminham para a construção progressista de novas leis. No entanto, quando a história regride para as formas duras de poder, dificultam as tarefas do advogado pelas premissas não formuladas no processo de julgamento.

A impregnação do Juiz por aquela filosofia de classe e a simples incidência das regras opressoras substitui a humanização do direito pela facilitação de uma economia de forma piramidal, em que são predominantes o interesse da grande empresa, a violência da expropriação fiscal e a tipificação dos contratos à recuperação capitalista das sobras salariais. O advogado pouco tem a fazer de útil, em benefício do cliente na desigualdade das condições da justiça, posta em mora de aplicar esse tipo de leis. (VIEIRA NETTO, 1972, p. 15).

Na sequência de suas inferências, faz uma retomada histórica sobre as diferentes épocas e algumas lutas empreendidas em cada uma delas. Seu destaque passa pela luta em torno da recuperação democrática de 1930 a 1945 até o contexto atual em que vigorava a Ditadura Militar (1964-1985). Apesar de não explicitar o termo Ditadura Militar em sua fala, é possível notar que o faz quando descreve esse período como “os idos de março de 1964; finalmente, a melancolia dos dias que correm”. (VIEIRA NETTO, 1972, p. 16).

A abordagem do contexto ditatorial (1964-1985) é novamente destacada por Vieira Netto ao se referir ao contexto político por que passava o país, onde o advogado é, antes de tudo, um humanista, na interpretação do momento histórico em que vive: “não pode sequer conceber que a ciência, os instrumentos materiais do progresso e as fórmulas de conhecimento possam se transformar em tecnocracia, com esmagamento de criaturas, para a realização de finalidades formuladas por uma filosofia de poder”. (VIEIRA NETTO, 1972, p. 16).

As produções teóricas de Vieira Netto às quais conseguimos acesso, denotam a constante relação teórico/prática e a presença da crítica social. Dentre essas produções, o discurso de paraninfo, proferido por ocasião da formatura dos Bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná em 1960, é de relevante destaque. Nesse contexto da tese, damos continuidade à análise do conteúdo do discurso de paraninfo de 1960 e a relação com as questões que envolvem a organização e a sistematização de um projeto societário e formativo, a partir da práxis marxista com ênfase em sua crítica social.

Na formatura dos bacharéis em Direito, no ano de 1960, Vieira Netto, ao dirigir-se aos formandos, explicita sua crítica social voltando-se para a crítica sobre a história, como ela era ensinada e como se dava o seu processo de escrita. Para ele, a história que foi ensinada nos colégios, assim como sua escrita e seu ensinamento davam ênfase aos vencedores. “Essa história, por seus escribas e fariseus, sempre pôs em relevo a versão dos vencedores e, à força de repetição e de romance, transforma-se em contos de fadas, com que se alucinam as imaginações juvenis” (VIEIRA NETTO, 1960b, 225). Na mesma linha, referencia-se em parte do texto bíblico, sobre os humildes que serão bem-aventurados, o que, segundo ele, é justa essa formulação de que os humildes são os verdadeiros bem-aventurados, mas não se deve deixar que essa lição fosse desvirtuada a ponto de se traduzir numa moral de escravos. (VIEIRA NETTO, 1960b).

Ao mencionar novamente a história e os registros históricos, remonta à época de imperadores e como se dava a relação entre eles e a plebe, “que não tinha nada, senão a honra de aclamá-los de longe, para que o seu cheiro não ofendesse as narinas dos Heróis”. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 226). E estes, por sua vez, difundiam junto à plebe, quando as coisas ficavam ruins, que o voto era a fonte de poder, o que a deixava orgulhosa por tais atributos e “continuava coçando a sua sarna, nas arquibancadas das arenas’, resmungando em vários tons por mais pão ou mais circo”. (VIEIRA NETTO, 1960, p. 9). No entanto, segundo ele, “a História não fala de Spartacus e de uma revolução de Escravos, — de sua agonia e da infâmia de uma cruz romana, porque pleiteara e combatera para que o Homem e a Mulher fossem igualizados a outros homens e mulheres”. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 226).

Em outra referência à história e às contradições por ela abafadas ou silenciadas, afirma que ela não registra as guerras camponesas, as revoluções dos humildes que não negavam pagar seus dízimos,

porém, haviam ponderado a sua condição de homens livres, protestavam contra o esbulho das terras e da herança, suplicavam um pouco de lenha, o direito de caça, a diminuição dos impostos escorchantes. A mesma História eternizou heróis de capa e espada, rendas d'Alençon, sangue e veludo, plumas ao vento e botas à espanhola; as baionetas de Frederico, a Velha Guarda do Imperador. Ninguém jamais guardou o nome da mulher que atirou a primeira pedra à Bastilha; olvidou-se, no tumulto da Revolução, a Conspiração dos Iguais, a apóstrofe de Babeuf ao Tribunal: "Eu, que sou mais livre que todos os homens, porque estou carregado de grilhões"! (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 226-227).

Suas inferências aos campos do conhecimento e a crítica à forma como estão estabelecidos, inclui os filósofos e a difusão das ideias da classe dominante, onde assevera que "[...] a estreita e imediata visão dos crápulas eterniza a sua vitória transeunte. Não faltam filósofos e moralistas que justifiquem os processos e repitam e ensinem que a Ordem Dominante sempre foi e será" (VIEIRA NETTO, 1960b, 226). Esse pensamento, novamente, remete às Teses sobre Feuerbach (MARX; ENGELS, 2001), citadas anteriormente.

É possível notar que, dentro de uma compreensão mais ampla, seu discurso inclui abordagens de temas gerais e específicos, ou seja, as questões universais e singulares, numa constante relação entre ambas. Essa constatação faz jus ao método de análise embasado no materialismo histórico e dialético, ou método de Marx. Esse dado pode ser verificado, quando observamos suas críticas ao sistema capitalista, aos meios de comunicação, à alienação difundida pelo rádio, pelo cinema, pela televisão e pelos livros e as finalidades a que se destinam, onde

[...] ajudam a uma falsa visão panorâmica, a uma inversão de conceitos que resistem à vossa crítica instintiva e influem nos juízos de valor: a exaltação do gângster, a inesgotável fertilidade do revólver do mocinho, a irredutível superioridade do homem que sabe fazer dinheiro. (VIEIRA NETTO, 1960b, 225).

E, ainda,

[...] porque essa imprensa, o rádio, o cinema, o jornal, a televisão não inspiram no heroísmo da mocidade das escolas; no engraxate que aprendeu a ler num curso noturno; na anônima rotina do operário; na investigação em laboratórios, na dedicação do mestre-escola, na vida do homem comum – e na enxada do campônio, e na pena dos poetas, na criação do artista e do gênio da ciência? (VIEIRA NETTO, 1960b, 227).

Ao longo do discurso enfatiza uma sociedade em processo de mudança, que passa por transformações, sob o domínio de vencedores, mas sem tirar as

perspectivas de que os vencidos poderão triunfar, “[...] o vencedor de mil batalhas é o vencido do dia seguinte” (VIEIRA, 1960b, 226) e “A maravilha do Universo é a sua constante transformação” (VIEIRA, 1960b, 226).

Nessa mesma linha, inclui a crítica às contradições no campo do direito e da justiça. Reportando-se à moral de classe que pretende eternidade, cita Ulpiano, diferenciando-se dele, que proclamava a justiça como a arte de dar, a cada um, o que é seu, hoje, “[...] o que importa em negá-la ao maior número, pois quem nada tem, não há o que pedir, - direito ou coisa alguma se permite que reclame. Isso já foi, não é mais e, no entanto, se repete”. (VIEIRA NETTO, 1960b, 226)

O apontamento de Vieira Netto sobre as contradições na sociedade, no campo do direito, da história, da filosofia, evidencia, dentre outros pontos, as contradições no que tange à civilização industrial e à mecanização do herói, afirmando que ele é o play-boy das curras e do rock, os milionários desocupados, a juventude nazista, é o piloto atômico de Hiroshima e Nagasaki; Mister América, o Capitão Marvel, a imprensa milionária que corrompe os costumes e ensina a violência e seu jogo de manipulação, que pratica a censura e arranja mandados de segurança em nome da liberdade de imprensa (VIEIRA NETTO, 1960). Assevera, além disso, que as questões relacionadas à guerra e à exploração, de maneira que uma mantém a outra, sendo que, em sua visão, o reconhecimento da igualdade é condição para gerar a fraternidade de todos.

Uma nova Humanidade descobriu os seus flagelos: A Exploração e a Guerra. Esta é o processo de manter aquela. Ei-la que sabe — a Paz é a prosperidade de muitos; o reconhecimento da Igualdade — gera a fraternidade de todos. A Violência é o clima das Orquídeas que reclamam um adubo de sangue. É o ataque dos Vermes à saúde dos Heróis. (VIEIRA NETTO, 1960b, 228)

A Guerra e a Paz, mencionadas por Vieira Netto, podem ser inseridas no contexto da Guerra Fria e da Campanha pela Paz a que esteve ligado, como militante pelo Partido Comunista nas décadas de 1940 e 1950. Nesse movimento, criaram-se comitês em todo o Estado, desencadeando, em agosto de 1949, a sua prisão em Londrina, num dos eventos do movimento.

Ao discutirmos nesse item a crítica social de Vieira Netto às contradições na política e no sistema capitalista, podemos observar que ela abrange diversas ações e discursos de Vieira Netto e atesta uma visão aprofundada das temáticas. Desta feita,

suas posições são reafirmadas, inclusive, perante a polícia política em seu interrogatório quando de sua prisão, em 1964.

As análises empreendidas indicam a atuação do intelectual orgânico e organizador da cultura, na perspectiva gramsciana. Destarte, essa atuação era combatida sob a insígnia do pensamento único que ficou mais evidente após 1964 com a Ditadura Militar, mas que já era praticado, desde outrora, contra o PCB e seus militantes. No item a seguir, daremos enfoque ao que se refere à crítica social, à censura e à criminalização do pensamento que recaiu sobre Vieira Netto.

4.2 A CRÍTICA SOCIAL NO CONTEXTO DA CENSURA E DA CRIMINALIZAÇÃO DO PENSAMENTO

A crítica social está presente em várias obras de Vieira Netto. Uma das mais contundentes se refere ao contexto pós Golpe Militar de 1964, em que sofreu um grande revés em sua trajetória como professor, tendo sido ameaçado de morte, obrigando-se a ficar foragido, investigado e processado sumariamente na Universidade e aposentado, compulsoriamente. Tudo isso num intervalo de poucos meses. No entanto, as perseguições à sua pessoa e o silenciamento do seu pensamento perduraram.

É nessa conjuntura que se dá a produção da obra de Vieira Netto com a finalidade de discursar, como paraninfo, na formatura dos Bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, no ano de 1964. Intitulada *Sobre as Quatro Liberdades: Discurso que não foi lido em solenidade de colação de grau dos Bacharéis de 1964, por deliberação do M. reitor e do conselho universitário*. Nessa ocasião, como já discutido no primeiro capítulo, ao não ser permitido pela Reitoria, juntamente com o Conselho Universitário que discursasse, Vieira Netto imprime e distribui o texto com o discurso aos formandos. A proibição se insere no contexto pós-Golpe Militar de 1964 e a tomada de poder pelos militares.

Ele foi escolhido para ser paraninfo da turma de formandos do curso de direito, mas não pode ler o discurso porque a revolução não permitiu. Não podia. Então, nós imprimimos o discurso e na hora do paraninfo falar nós distribuimos para toda a plateia. Foi no teatro Guaíra. Nós distribuimos para todo mundo o discurso. (ANDRÉE¹⁵³, 2017).

¹⁵³ Entrevista concedida ao autor, em 20 de maio de 2017.

Esse texto é, em síntese, uma crítica social em sua completude, uma vez que Vieira Netto está diante da proibição de discursar aos formandos que foram seus alunos durante a graduação na Faculdade de Direito. Tal proibição se insere num contexto mais amplo em que se perseguiram os opositores da Ditadura e aqueles que ousavam pensar diferente do pensamento único, ideologicamente definido pelos militares que usurparam o poder e faziam do cerceamento da liberdade, do controle e silenciamento do pensamento, as ferramentas de manutenção de poder.

O texto *Sobre as quatro liberdades* trata-se de uma crítica social produzida em período de Estado de exceção, que expõe, não somente a visão de Vieira Netto sobre o processo ditatorial e ao tolhimento das liberdades, mas também, uma mensagem explícita aos formandos da importância e da necessidade da defesa das liberdades. O texto se constitui em denúncia das estruturas que davam guarida às ações do governo militar. Como se pode observar, segundo Vieira Netto (1964 apud HELM, 2012, p. 304): “O reitor, e seu conselho, da Universidade do Paraná, desaprovaram os bacharéis e médicos de 1964, na escolha dos respectivos Parainfos. Como os alunos não cedessem, o reitor eliminou da solenidade o discurso tradicional”.

A menção de Vieira Netto à estratégia utilizada pela reitoria para manter a proibição do seu discurso, traz um elemento importante nesse contexto que é a resistência dos estudantes em acatar a imposição da reitoria e do conselho universitário. Por um lado, a resistência estudantil obrigou a reitoria a eliminar do protocolo da solenidade o discurso do paraninfo. Por outro lado, indica a resistência a tal imposição de maneira que, estrategicamente, Vieira Netto fez com que seu discurso chegasse aos formandos, distribuindo o texto impresso durante a solenidade.

Como destacado por Vieira Netto (1964 apud Helm, 2012, p. 304) o texto visava “denunciar à Nação, o clima de intolerância, de servilismo, ignorância e ódios pessoais que, a pretexto de uma revolução, se instalou em algumas universidades brasileiras”. É nesse sentido que fundamenta seu discurso apresentando as quatro liberdades: *A liberdade de Dizer; A liberdade de não temer; A liberdade de crer; A liberdade de ter Segurança.*

A alusão de Vieira Netto a essas liberdades se relaciona à defesa das liberdades proclamadas por Roosevelt¹⁵⁴, no contexto da Segunda Guerra Mundial e,

¹⁵⁴ Conforme observado no texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, pela recém-criada Organização das Nações Unidas, se constata o tema da liberdade como aquele que perpassa

posteriormente, integrada à Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. As quatro liberdades defendidas por Vieira Netto, além da relação com as liberdades em Roosevelt, têm a ver, também com a liberdade em Lenin¹⁵⁵ (1986), como valor universal.

A esse respeito, Comparato (2008) assevera que “no segundo dos *considerando* do preâmbulo, a Declaração menciona, explicitamente, as “quatro liberdades” proclamadas pelo discurso do Presidente Franklin Roosevelt, em 06 de janeiro de 1941”.

A partir de notícia publicada no Jornal Tribuna Popular, Edição 293, em 07 de maio de 1946, pode-se observar que Roosevelt foi homenageado em um comício promovido pelo PCB, em Curitiba, por ocasião do aniversário de seu falecimento. A notícia destaca a ampla divulgação e a presença de “grande massa proletária” e a presença de militantes pecebistas como oradores.

Conforme vinha sendo amplamente noticiado, realizou-se o grande comício de homenagem a Roosevelt, promovido pelo Comitê Metropolitano de Curitiba do P.C.B. na passagem do aniversário do seu falecimento. Grande massa proletária assistiu à significativa homenagem, em que falaram Joaquim Mochel, secretário político do Comitê Metropolitano; o ferroviário Januário Miranda, Francisco Castelucci e Vieira Netto. (HOMENAGEM, 1946, p. 4).

Importante destacar, também, que Roosevelt foi nome de célula do Partido Comunista Brasileiro na cidade de Curitiba, conforme registro na pasta DOPS – PR (BR PRAPPR.PB004.PT1468c.174), o que, de certa maneira revela afeição de lideranças comunistas pelo presidente estadunidense.

As quatro liberdades proclamadas por Roosevelt e as quatro liberdades abordadas por Vieira Netto no discurso de formatura se coadunam num contexto em que se defendiam os princípios básicos ao ser humano. Roosevelt discute as quatro liberdades, preocupado com os rumos da guerra e da barbárie em curso na década

todo o conteúdo da referida declaração. “Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade, foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum”. (DECLARAÇÃO, 1948).

¹⁵⁵ Em *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*, Lenin (1978) aborda as questões referentes à social democracia, à liberdade de crítica, espontaneidade das massas, à consciência revolucionária para a criação do partido dos operários, dentre outras questões. Nessa obra, Lenin faz menção à Marx e reforça a importância da teoria para o processo revolucionário “Sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário”. (LENIN, 1978)

de 1940, principalmente ao que tange às forças nazistas. Vieira Netto, em outra época, discorre sobre elas, inseridas num contexto de perda das liberdades devido ao Golpe Militar de 1964. Conseqüentemente, a Ditadura Militar instaurada, já deixava sua marca no tolhimento às liberdades fundamentais que o próprio Vieira Netto foi vítima, desde os primeiros dias de abril de 1964.

Ao desenvolver sua crítica social, perpassada pela denúncia à nação das ações da ditadura e pela mensagem aos formandos, Vieira Netto relata que o privaram de ensinar os filhos alheios, de transmitir-lhes como o direito deveria ser, como ele não é e as suas deformações. Dentre as privações que lhe foram impostas, inclui a de corrigir o idealismo ingênuo, de preparar seus alunos para enfrentar os fatos, as alternativas da carreira, como “ou alienar-se nas causas que dão lucro, ou alistar-se nessa imensa Legião do maior número – que só a essa se pode chamar de Humanidade”. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 139).

Em seu discurso proibido, utiliza-se de textos bíblicos, principalmente relacionados aos evangelhos, intercalando-os com trechos de poemas de Pablo Neruda. Na relação entre esses textos, discorre sobre as situações vividas por ele. Em alguns momentos, a análise toma um tom filosófico e, em outras, um tom metafórico por meio de analogias dos personagens bíblicos, das histórias retratadas por esses textos e o tom poético de Neruda com mensagens explícitas de resistência e de vitória, diante das perseguições e das tentativas de censura e silenciamento. Essa reflexão é proposta, principalmente, quando ele trata da liberdade de dizer, pois “decidiram que estou proibido de falar-vos. Assim, não estarei presente a essa festa de vossa formatura”. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 139).

Ao se referir à liberdade de dizer, remete-se a Neruda e ao evangelista João, dizendo que não se calou a voz de João e permaneceram ardendo os versos de Neruda. Pontua que o poeta chileno fora “desterrado pelo crime de seus versos, conheceu a tragédia do homem que pensa – ele mesmo, um Castro Alves andino [...]”. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 141). E, ainda, sobre Neruda e João, destaca que

a voz clamante no deserto também foi a do poeta, a do fogo, a da chuva, dos homens todos, porque muitos foram os que ouviram e tiveram olhos abertos e outros, ainda cegos que lhe perguntavam ansiosos: “Que foi que ele fez? Como foi que ele abriu os teus olhos”? (VIEIRA NETTO, 1964, p. 141).

Em outro apontamento sobre a liberdade de dizer, enfatiza a questão da paz, afirmando que

Não. Que não queriam Paz. Que fariam da Paz os salteadores do pão alheio, e os que fabricam as espadas e aqueles que ensinam o seu manejo? Esses querem um Reino. O da violência sobre os submissos — donde desterrem, aprisionem, torturem, silenciem os Profetas, os Visionários, os Mestres. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 143).

Na sequência de sua abordagem fala a respeito da liberdade de não ter medo, textualmente, segue a estrutura já apresentada. Enfatiza, no entanto, de maneira crítica, que o conhecimento, a liberdade e a consciência são instrumentos perigosos nas mãos do povo, porque são armas contra o medo. Nesse processo, segundo ele, de um lado estão os desconhecidos, os construtores do progresso, anônimos pesquisadores da ciência, mártires da liberdade e da consciência e, do outro, os que monopolizam o medo, a fome, os que mantêm a ordem, alimentam os Deuses, defendem a moral válida para os outros. (VIEIRA NETTO, 1964).

Em referência ao processo que, arbitrariamente, lhe afastou da universidade e lhe proibiu de participar da cerimônia dos formandos de 1964, foca as relações dentro das Universidades. Segundo ele, a Universidade continua a afirmar que o mundo está parado, apesar dele continuar se movendo e que as classes ascendem, no progresso social e penetram seus muros proibidos. “Não importa que, de quando em quando, mestres e sábios sejam expulsos, as ideias encarceradas, paralisadas as pesquisas, proibido o diálogo, condição mínima do progresso científico”. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 147).

Nesse sentido, Vieira Netto assevera que não importa que o professor seja expulso da escola, pois a democratização do conhecimento e a proliferação da consciência social realizam-se apesar e contra a Universidade. No bojo dessas relações, cita que, como antíteses, afirmarão a nova Universidade, aberta às ideias, à diversidade de pensamentos e ao progresso humano. “Não importa que reitores e conselhos universitários, comissões de inquéritos, queiram sepultar o pensamento, dirigir as consciências, amoldar a juventude aos modelos pré-fabricados pelos usuários de um copyright da verdade”. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 147).

Igualmente, sobre a liberdade de não ter medo, segue suas analogias, reiterando que “quando se troca a honra, a independência, a dignidade de um capêlo branco pelo velo do carneiro, é claro que também se aceita a passividade horizontal

das vivandeiras”. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 148). E, quando se interroga as ideias, censura à ciência, impede o livre pensar, renega a cultura é porque o medo se transferiu dos oprimidos para os opressores. E ainda, que, quando de maneira indevida e exagerada se fazem novos Sócrates de professores modestos, porém conscientes, como justificativa de um novo reino de terror, é bom que se saiba, “quem são realmente os subversivos, que submetem a Alma Mater que os fez e criou à Rebelião da Ignorância; corruptos os que negociam a sobrevivência e o “prestígio” transitório pelos trinta dinheiros com que enforcam a própria consciência”. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 148).

A terceira Liberdade a que Vieira Netto se refere, em seu discurso proibido, diz respeito à liberdade de crer. Inicia mencionando que o pensamento venceu o medo, pois o homem viu que o medo era produto de seu próprio pensamento: “A liberdade de não ter medo significa a escolha das próprias vias de pensamento [...] Crer ou não crer são aspectos de u’a [sic] mesma liberdade: um e outro são soluções contra o medo”. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 151).

Nos apontamentos sobre essa liberdade, assinala as crenças de cada pessoa que são incorporadas à sua personalidade que a leva a aceitar ou negar conceitos como família, relações de trabalho, formas de governo, líderes, cultura, deuses, valores morais. No entanto, para tomar posição perante os fatos no meio social, exige a superação do medo e o exercício da liberdade de não temer e a afirmação da liberdade de dizer. Para ele, a coragem de manifestar as próprias convicções não é fácil de atingir, pois é qualidade das lideranças que se elevam ao involuntário da glória, ao indesejado do martírio.

Portanto, segundo Vieira Netto (1964), o homem quando se afirma líder verdadeiro não está atrás do poder ou do domínio. Nesse sentido, os reis, conquistadores, capitães, fuhrers não se afirmam, pois exigem passividade, hierarquia e obediência aos seus projetos de conquistas e porque trazem o propósito ingênuo de tomar e guardar.

Não obstante,

Essa é a razão do grande equívoco de todos os ditadores. Porque a liberdade de crença e convicções afirma-se no geral subjetivamente, - supõem concordância onde houvera indiferenças e irá existir resistência passiva. Na embriaguez da vitória transeunte, erigem Normas, Princípios, Verdades absolutas. Pensam pelos outros. Exageram até o sadismo a necessidade e as decorrências da Hierarquia, da Disciplina e da Fidelidade. Exulta porque

as massas desfilam diante deles. Não foi por acaso que se inventou o passo de ganso. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 152).

A liberdade de crer, na perspectiva de Vieira Netto, extrapola o sentido meramente religioso da crença. Está relacionada a acreditar nas possibilidades de transformação das relações políticas, das situações de barbárie, das guerras, por mais que, por algum tempo, essas forças opressoras e destruidoras pareçam maiores do que são ou se imponham na tentativa de sufocar tais possibilidades. Crer, para Vieira Netto, relaciona-se à resistência dos povos, da consciência civil daqueles que pensavam em torno da liberdade e da tolerância, daqueles que não suportavam a ideia de se tornarem escravos de uma raça supostamente superior. (VIEIRA NETTO, 1964).

Por fim, Vieira Netto enfoca a liberdade de ter segurança, completando seu discurso de formatura. Sobre esse tema, frisa que o Direito sempre foi um instrumento de estratificação da ordem pretendida e as normas de conduta tiveram e têm um caráter de intimidação e de manutenção do status. Nesse sentido, quando se entendia que as regras se originavam da revelação, restringiam-se às reivindicações e eram crucificados aqueles que ousassem perguntar por que a sociedade se dividia entre escravos e homens livres. Porém, para ele, ao se descobrir que o Direito tinha origens humanas e que as regras emanavam dos interesses de uma classe, era justo se buscar a sua modificação, alegando que “a história é a luta renovada dos homens por sua libertação”. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 155)

Ao discorrer sobre essa liberdade, designa elementos da conjuntura econômica, da dominação a que estão submetidos os povos subdesenvolvidos no que ele denomina dirigismo político, levados a cabo pelas exigências monopolistas do imperialismo. Não obstante, refere-se aos desníveis entre essas economias e a luta pela emancipação dos povos, seus esforços para transformar as formas arcaicas de produção que mantêm a miséria, a ignorância, a doença e a pobreza. (VIEIRA NETTO, 1964)

Para manter a dominação, no entanto, Vieira Netto sustenta que os imperialistas e tiranos fazem uso da violência e, perante a descoberta da consciência universal de que a defesa da paz é a melhor forma de falir os fabricantes de canhões, se inventaram novas formas de violência, pois não há imperialismo sem canhões. Essas novas formas de violência

consistem na intervenção mais ou menos descarada, mais ou menos encoberta, para influir, retardar, embaraçar a autonomia política das nações, a libertação das forças do atraso e exploração que entravam o progresso, a emancipação econômica dos povos. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 157)

Ao longo da análise das obras de Vieira Netto, podemos constatar sua crítica social e inferir que elas são parte de um conjunto mais amplo da visão de mundo que ele defendia e vai ao encontro das contradições políticas, econômicas, sociais, culturais e, inclusive no campo do direito, entendido e afirmado por ele como campo das produções humanas em que as regras emanavam dos interesses de classe e, portanto, era justo buscar sua modificação.

O fato de ressaltar as contradições e fundamentar sua crítica social, no entanto, não encerrava sua abordagem nas respectivas obras. É possível notar que Vieira Netto vai além: traz as proposições acerca do projeto de sociedade que atuava, seja na sua concepção e na sua execução como parte da organização e da sistematização do projeto societário e formativo, a partir da práxis marxista.

Nesse sentido, no item a seguir, discutimos o horizonte de expectativas de Vieira Netto, buscando analisar suas proposições na perspectiva da transformação da realidade. Cabe destacar, no entanto, que tanto a crítica como as proposições são parte integrante do contexto envolvendo o projeto comunista em questão, pois as ações transformadoras dependem da análise das situações concretas da sociedade.

4.3 HORIZONTE DE EXPECTATIVAS: AS PROPOSIÇÕES DE VIEIRA NETTO NA PERSPECTIVA TRANSFORMADORA

O intelectual orgânico e organizador da cultura, na perspectiva gramsciana, refere-se ao intelectual que está inserido na concepção de um projeto de sociedade e na sua execução. O contexto da atuação orgânica do intelectual é perpassado pela práxis em vista da transformação e sua atuação se dá num horizonte de expectativas e constante atuação.

Nesse sentido, analisamos as proposições de Vieira Netto em suas obras, buscando analisar como se deu esse horizonte de expectativas em suas obras e os apontamentos feitos por ele como militante do PCB e pensador do projeto formativo e transformador. O enfoque dessa abordagem será voltado, tanto para a elaboração

desse projeto, como para a execução nos vários campos de atuação de Vieira Netto, ao longo das décadas de 1940 até 1970.

A militância de Vieira Netto no PCB perpassa três décadas de sua vida, com maior número de registros concentrados nos anos finais da década de 1940, década de 1950 e década de 1960. Nos anos iniciais da década de 1970, têm-se poucos registros na DOPS-PR. Em 'Brasil: Nunca Mais', não encontramos registros referentes a esses anos. As fontes indicadas contêm grande acervo e fontes documentais feitos pela polícia nesse período. Outros registros foram obtidos por meio de entrevistas e fontes memorialistas e escritos pessoais que retratam essa atuação.

Um registro importante da década de 1970 está presente em testamento escrito de próprio punho por Vieira Netto, em 1972, quando ratifica sua posição marxista. (VIEIRA NETTO, 1972). Apesar de não mencionar o PCB ou o comunismo, no testamento registra a teoria que fundamentou sua práxis no tempo de militância a partir da década de 1940, quando se tem os primeiros registros sobre o tema. Vale ressaltar que o marxismo não separa teoria e prática, pois ambas se relacionam e inter-relacionam e, Vieira Netto, como bom conhecedor do marxismo, tinha esse conhecimento e prática social.

Outro ponto de destaque nessa menção é o fato de que Vieira Netto estava ciente de sua condição de saúde. Esse fato é relatado por ele no testamento, temendo que um mal súbito lhe tirasse a vida. Nessa perspectiva, é possível notar a ênfase dada por ele em relação ao caráter de suas posições teóricas e ideológicas num documento de foro familiar e material.

A trajetória de Vieira Netto e sua inserção no projeto que tinha como horizonte a transformação da sociedade ficam evidentes quando, passados mais de 20 anos de seu ingresso no PCB, a justiça militar o inquiriu justamente sobre elementos desse projeto. Contraditoriamente, o projeto de Vieira Netto, nesse contexto, era reconhecido e temido, fato que originou seu fichamento na polícia, sua cassação, sua perseguição, prisão, aposentadoria compulsória, processos, inquérito policial, dentre outros. Ao se vincular ao projeto societário do PCB que estava em curso e se inserir em sua execução, passa a ser monitorado com vigilância e patrulhamento constantes.

A discussão a respeito do horizonte de expectativas e das perspectivas transformadoras de Vieira Netto precisa ser analisada do ponto de vista de um intelectual que se pautava pelo marxismo, já que assim se deu sua trajetória após os anos 40. Essa sustentação se baseia no fato de que, para a concepção teórica

marxista, a crítica não é desvinculada do projeto societário transformador. Quando Vieira Netto elabora sua crítica social é sinal que ele tem consciência do projeto e consciência da perspectiva transformadora a que tal projeto se propõe e as ações necessárias a serem empreendidas, a fim de que seja devidamente efetivado. Essa ação nada mais é que a efetivação do que prevê o método materialista, histórico e dialético ou método de Marx, como já discutido na tese.

Essa relação pode ser constatada na análise das obras e do conteúdo de sua crítica social. Desde o primeiro registro na DOPS-PR, indicado no início desse capítulo, quando participou de um comício juntamente com estudantes, se observa essa crítica. Nessa ocasião, atacou o governo de Getúlio Vargas, que mantinha o país sob uma ditadura, falou contra o tabelamento e racionamento, a restrição ao acesso aos alimentos, evidenciando as contradições, pois os ricos tinham tudo o que precisavam, sem incômodo. O discurso de Vieira Netto se dirigiu também contra a falta de liberdade, numa alusão direta ao contexto político da Ditadura do Estado Novo.

É nesse sentido que afirmamos a inter-relação entre a crítica e o projeto societário, pois a crítica não acontece de maneira desconexa do que se pretende construir. Pelo contrário, ela embasa e explicita a existência de um projeto que segue em outra linha. Nesse caso, em específico, Vieira Netto defende que o único regime de liberdade é o regime da Rússia, numa alusão ao socialismo existente na União Soviética.

Algumas produções de Vieira Netto explicitam de maneira mais ampla as proposições em relação às perspectivas transformadoras. Podemos citar, dentre elas, os discursos na Assembleia Legislativa, proferidos nos meses de março e abril. Esses discursos revelam a efetividade do parlamentar Vieira Netto no que diz respeito às prerrogativas específicas da elaboração da nova Constituição do Estado do Paraná. Outrossim, a sua atuação como deputado defendia que o legislativo fosse de fato a casa do povo, assim como o representasse para além das exigências burocráticas das leis ou regimentos. Destarte, suas posições nesse contexto o diferenciam entre os demais deputados, pois mesmo na elaboração da Constituição, ele buscou priorizar suas posições políticas e de seu partido na formulação das leis e nas discussões de pautas que diziam respeito à vida concreta do povo.

Ao tratar das posições partidárias e pessoais, já no primeiro discurso na Assembleia, - Vieira Netto foi o único que expôs tais posições – destaca que o PCB

defende os princípios democráticos e a importância de valorizá-los ante o recém-derrotado nazismo. Nesse conjunto de análises, discute a economia do Brasil e expõe as debilidades do país que mantinha práticas semicoloniais e que, por isso, muitos brasileiros não possuíam a menor prosperidade. (VIEIRA NETTO, 1949).

A declaração da posição política do PCB feita por Vieira Netto, nessa linha de análise, provocou os opositores ao projeto defendido por Vieira Netto e pelo PCB. Um exemplo dessa oposição se dá no momento em que Vieira Netto encerrou seu discurso na primeira seção, após assumir o mandato. De imediato, foi confrontado pelo deputado Aldo Silva questionando que o PCB, diferente do PTB – partido de Aldo Silva – incentivava a luta de classe, enquanto o PTB pregava a união entre capital e trabalho. (VIEIRA NETTO, 1949)

Diante dessa constatação e no sentido de reafirmá-la, podemos assinalar as discussões já realizadas que se referem à defesa de Vieira Netto da greve dos leiteiros e a pressão para que o problema fosse solucionado. O desabastecimento de leite afetava diretamente a população e os produtores não tinham condições de trabalhar, diante dos preços dos insumos para alimentação e nutrição dos animais. Sua abordagem sobre esse tema o leva a discutir inclusive o problema do monopólio do farelo e do milho por empresas como a dos Matarazzo e o Moinho Inglês. (VIEIRA NETTO, 1949)

Ainda no contexto da primeira seção da Assembleia Legislativa, Vieira Netto traz à tona o problema relacionado à Cia. de Força e Luz. A crítica de Vieira Netto a essa empresa já foi apresentada. No entanto, tal crítica corrobora concretamente para o projeto societário transformador, uma vez que, ao constatar que a energia elétrica era entrave para o desenvolvimento do Estado do Paraná, Vieira Netto propõe que ela fosse encampada, ou seja, assumida pelo governo do Estado.

Há, na maioria dos discursos proferidos por Vieira Netto nas seções da Assembleia, o enfoque às proposições em vista da transformação. Como discutido sobre a crítica social de Vieira Netto, fizemos o destaque sobre a forma como ele tece tais críticas, de maneira a analisá-las no conjunto do seu pensamento e do projeto ao qual estava inserido. Portanto, ao mencionarmos o conteúdo dos discursos das 18 sessões nos meses de março e abril, reforçaremos que sua atuação parlamentar foi espaço de difusão e tentativa de fortalecimento do projeto comunista.

O conteúdo dos discursos na Assembleia Legislativa foi discutido no primeiro e segundo capítulos da tese. Como destaque, podemos citar os posicionamentos

políticos de seu partido, a busca de soluções para a questão salarial dos trabalhadores da Rede de Viação Paraná Santa Catarina, as atribuições da Assembleia Legislativa no contexto da Assembleia Constituinte, cobranças ao poder executivo sobre os produtores de leite e à comissão de preços sobre a farinha de trigo, discussão sobre a entronização do crucifixo, no espaço da Assembleia.

Ao reiteramos a posição diferenciada de Vieira Netto perante os demais deputados, nos embasamos em elementos expressos no seu discurso, como ocorrido na seção do dia 20 de março, de 1947. Nesta sessão, discorreu sobre as atribuições da Assembleia, com ênfase em seu caráter democrático e na necessidade de se restaurar a soberania do poder legislativo.

Segundo ele,

É preciso dar-lhe novamente a majestade [sic] de que gozou durante a 1ª República, a de 1934 a 1937, pois não devemos esquecer que foi, principalmente, ao Congresso Nacional, em 1937, que se fizeram ouvir as poucas vozes de protesto contra a transformação do Brasil de uma democracia, em país de regime para fascista. É preciso restaurar a soberania do Legislativo, por que é ele o poder diretamente exercido pelo povo, através da elaboração das leis, da feitura das resoluções, da consubstanciação em normas jurídicas das necessidades que o povo sente, as suas necessidades mais sentidas, as suas mais nítidas tendências. (VIEIRA NETTO, 1949, p. 71).

Sobre as atribuições da Assembleia, assevera que ela, respeitando a Constituição de 1946, deveria fortalecer sua soberania criando mecanismos para ratificar as nomeações mais importantes para os cargos do governo. Nesse sentido, afirma que a ela não deveria se atribuir a simples elaboração regimental e a redação e aprovação da nova Constituição, sendo essa sua função primeira, porém, não se poderiam esquecer os assuntos de interesse público, dos problemas do povo e das soluções para suas reivindicações. (VIEIRA NETTO, 1949)

O projeto explicitado na Assembleia Legislativa, por Vieira Netto, evidencia um posicionamento no sentido da ampliação da participação popular e da efetiva representatividade do poder legislativo como instância que cumprisse funções para além da mera elaboração de normas, regimentos e elaboração da constituição. A posição de Vieira Netto nos remete às abordagens do início do capítulo referentes à sua posição sobre a tendência da Assembleia em sufocar a soberania e a participação popular. Nesse momento, se reconhece antijurídico, com a devida contextualização de sua posição, como já apontado.

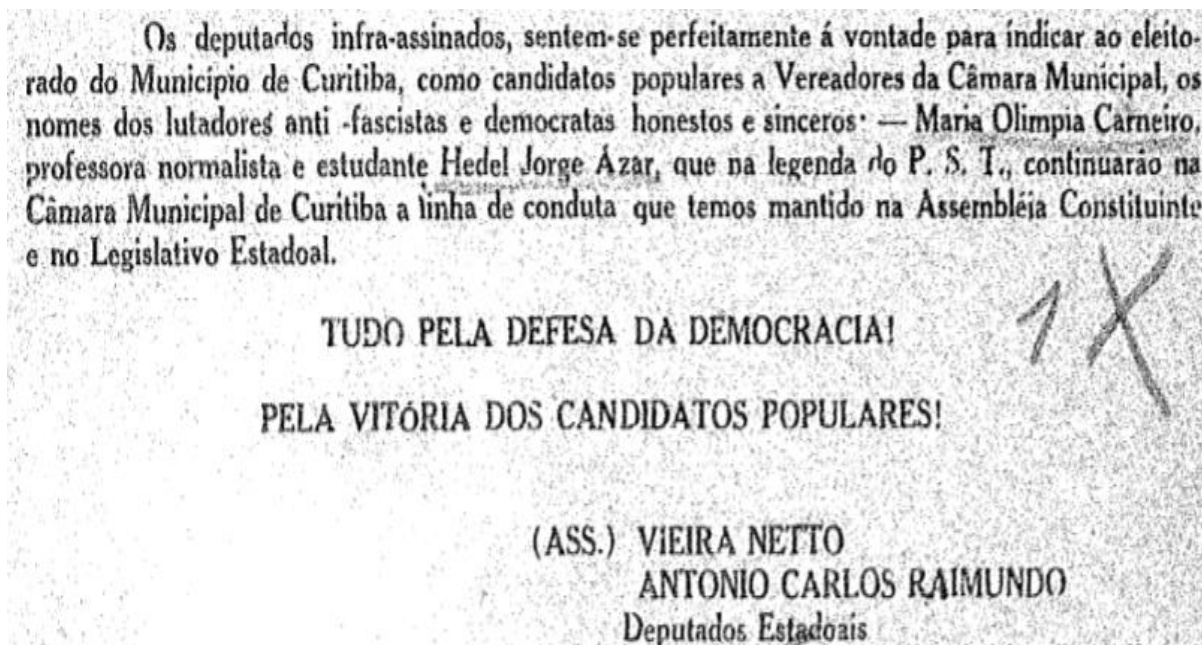
As proposições de Vieira Netto juntamente ao PCB se estendem a outras instâncias de atuação. Tais proposições estão presentes em panfleto distribuído por ocasião da realização de campanha eleitoral, no início da década de 1950, período dos governos Vargas e Bento Munhoz da Rocha (Bento foi governador do Paraná entre os anos de 1951 e 1955). Nesse panfleto, convocando o povo para um comício de lançamento dos “*candidatos populares*” – uma alusão aos candidatos comunistas – há o destaque para as pessoas que fariam uso da palavra, dentre elas, Vieira Netto. O panfleto apresenta também o programa desses candidatos,

contra a carestia – pelo congelamento dos preços; por aumento de salários; pelo desenvolvimento industrial; contra os governos de Vargas e Bento; contra o imperialismo americano; pela paz e a emancipação nacional; por relações econômicas e culturais com todos os países; particularmente, com a União Soviética e a China Popular; pela derrota dos reacionários e entreguistas. (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT163.19, p. 2).

Mesmo em se tratando de um panfleto num contexto de propaganda eleitoral, tendo em vista as demais ações do PCB e de seus militantes, é possível inferir que tais proposições não se resumiam apenas a momento eleitoral. Elas refletiam a concepção de um projeto de sociedade que se expressava publicamente nesse contexto, porém, pensado e praticado para além das eleições.

Sobre as exposições públicas do projeto societário do PCB encampado por Vieira Netto e outros militantes comunistas, no contexto das eleições, pode-se destacar a campanha para vereador no ano de 1947. Por meio do conteúdo divulgado no panfleto são apresentadas as candidaturas de Hedel Jorge Azar e Maria Olímpia Carneiro. No referido panfleto, se pode notar, além da defesa dos trabalhadores, a crítica sobre as ações governamentais, sobre economia, sobre as condições de vida. Há, também, o destaque para o projeto ao qual estavam inseridos e participando da execução. Esse projeto contemplava a inserção de parlamentares com compromisso com a defesa das conquistas democráticas, sem conchavos e sem interesses ocultos.

Como parte da propaganda, em prol dos candidatos a vereador na cidade de Curitiba, utilizam como referência, o mandato em exercício na Assembleia Legislativa do Paraná, tendo como objetivo a continuidade dessa linha de trabalho.



Fonte: DOPS-PR (PI 1481.356, 1145)

A posição de Vieira Netto juntamente ao Partido, no sentido da busca de fortalecimento dos mandatos legislativos, entendidos como parte de outras ações que não se restringem a essa instância de poder, remete à militância dos comunistas em outras frentes de atuação.

Dentre essas frentes de atuação, podemos destacar a divulgação de panfletos alusivos ao dia 1º de maio, como em (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 73¹⁵⁶) e em (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1468b.174, p. 50¹⁵⁷). Em ambas as pastas, tais ações são constatadas e, após ressaltar situações que atingiam diretamente os trabalhadores, como a precarização das relações de trabalho, a intensificação da exploração, as ameaças imperialistas por parte dos Estados Unidos, dentre outros, justificam a necessidade da organização dos trabalhadores para enfrentar essa realidade.

¹⁵⁶ O panfleto está assinado por Vieira Netto e outros militantes comunistas, porém, não é possível identificar o ano.

¹⁵⁷ O panfleto referente às comemorações do dia 1º de maio de 1957 é assinado pelo Comitê Regional do PCB, no Paraná.

Essas perspectivas demonstram ao operariado a necessidade de sua organização em Comissões Sindicais nas empresas e Uniões sindicais por setores de produção, ligadas a uma união do Estado e à C. T. B. para, à base de sua anuidade, lutar pela retomada de seus sindicatos fechados ou ocupados por traidores da classe, utilizando essas comissões na luta imediata por aumento de salários e por suas reivindicações mais sentidas, pelas suas liberdades específicas, inclusive o direito de greve consagrado pela constituição. (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 73).

O conteúdo propositivo do panfleto frisa a necessidade da organização dos trabalhadores, para fazer frente às situações envolvendo as ações já mencionadas que submetiam os trabalhadores às condições degradantes de exploração, ao passo que os espaços onde essa organização deveria ocorrer concretamente, seriam desde os locais de trabalho até nas instâncias mais amplas como as centrais sindicais. Nesse contexto, é possível observar as disputas existentes no meio sindical, quando se admite que também se deveria lutar pela retomada de sindicatos que haviam sido ocupados por traidores da classe.

Ao considerar o conteúdo expresso no panfleto, podemos observar as afirmações relativas às proposições com vistas à transformação da sociedade. Nessa perspectiva,

a emancipação econômica e política de nosso povo só se poderá obter com esforço e com sacrifício, reconhecendo-se que cabe ao proletariado a direção das massas oprimidas – sobretudo camponesas – e sob sua hegemonia é que se poderá atingir um governo popular, progressista e libertador. (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 73).

No sentido das proposições, o mesmo panfleto ressalta os horizontes daquilo que se buscava efetivar por meio do projeto societário defendido e em vias de execução

Saudamos o proletariado paranaense pela passagem do 1º de maio, concitando-o a prosseguir nas suas lutas reivindicatórias, por aumento de salários e melhores condições de vida, pela tranquilidade de seus lares, contra as leis de segurança e de opressão, pelas liberdades sindicais, e na luta pela paz e pelo entendimento harmônico dos povos, pela formação de uma grande frente popular libertadora, anti-imperialista, por paz, pão, distribuição da terra e as liberdades democráticas. (DOPS-PR BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174, p. 73).

Ao vislumbrar a sociedade na perspectiva de futuro, os comunistas anunciam as características daquilo que compunha o entendimento de como seria essa sociedade, assim como assinalam no panfleto as ações que deveriam ser

empreendidas para que ela se efetivasse. Essa forma propositiva é o que irá distinguir um projeto do ponto de vista idealista daquele efetivamente possível, que envolve a compreensão dos limites e possibilidades inerentes ao processo transformador.

A partir das obras analisadas e discutidas nesse capítulo e os seus respectivos conteúdos, evidencia-se o horizonte de expectativas, das proposições de Vieira Netto. Essa perspectiva transformadora demonstra que o projeto explicitado rumava para a construção do rompimento com as teorias, as ações e as práticas do sistema capitalista, em vista da construção do projeto societário na perspectiva comunista. Por vezes, essas obras identificavam a autoria individual ou coletiva dos militantes comunistas, e não identificavam o PCB, pois o Partido se encontrava na ilegalidade. Portanto, as análises realizadas se deram apenas nas obras encontradas e que constam o nome de Vieira Netto, pois nosso interesse é discutir o seu pensamento. Nesse sentido, o recorte se dá, especificamente, às suas obras, tendo em vista da reconstituição do seu pensamento e de seu projeto vinculado ao pensamento do PCB.

Em se tratando das produções de Vieira Netto, no seu contexto de atuação dentro da UFPR, como professor catedrático de Direito Civil, é possível encontrar asserções em relação à concepção e defesa do projeto societário em ao menos três ocasiões. Em ambos os casos, os registros se referem a discursos, sendo um na aula inaugural proferida na Universidade do Paraná, em 1960, outro na formatura em 1960, como paraninfo e, o outro, em 1964, quando foi paraninfo da turma de formados desse ano, porém, impedido de discursar.

No discurso da aula inaugural, em 1960, já analisado sob o aspecto da crítica social de Vieira Netto, nos trechos que apontam o sentido do projeto societário abordado por ele, podemos notar a ênfase dada à vida social, relacionada ao tema de sua fala sobre o Direito civil e a organização social. Destarte, assevera que ela entrelaça “o indivíduo em grupos e círculos onde se desenvolve a sua atividade. Simultaneamente, pertencemos à família, ao sindicato, ao clube, à sociedade comercial. São várias e complexas essas relações que se tornam políticas frente ao organismo maior que é o Estado”. (VIEIRA NETTO, 1960a, 197). E prossegue, pontuando duas atitudes diante desse fenômeno social, que são a explicativa e a valorativa, definidas por ele como a que possibilita o entendimento das coisas como são e, a outra, como as coisas deviam ser. (VIEIRA NETTO, 1960a).

Esse destaque de Vieira Netto se relaciona a sua assertiva sobre as concepções filosóficas e de poder no campo do jogo de forças das classes as quais estão vinculadas: “cada filosofia pretende que seja duradouro – eterno - o seu ideal de convivência, como conveniência dos interesses de classe que, politicamente, representa e em cuja economia assenta as suas bases e até a subsistência material de seus filósofos” (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 197). Sobre as questões filosóficas indica que os detentores do poder cultivam e difundem as ideias do *status quo* que lhes convêm, com a finalidade de exercitarem a censura mental direta ou indireta contra os “carneiros pretos que se afastam da passividade do rebanho”. (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 197).

É possível notar que na aula inaugural Vieira Netto se manifesta sobre o pensamento divergente e a forma de controle que governos tinham sobre tais pensamentos. Não obstante, esse controle se dá sobre as ações empreendidas no sentido de censurar aqueles que destoavam em meio à passividade do rebanho, ou seja, os não alienados às ideias da classe dominante.

As afirmações de Vieira Netto se inserem num contexto mais amplo das discussões sobre o direito civil e a organização social e no uso da lei e como ela foi utilizada para justificar os mandos daqueles que exerciam o poder. Nesse sentido do exercício do poder e das concepções filosóficas e políticas na sociedade, refere-se ao jurista romano Ulpiano. Alega que ele era injusto, entorpecia a plebe romana por meio da falsificação da verdade e, para isso, se utilizava do pensamento aristotélico como sendo a justiça, a vontade constante e perpétua de dar a cada um, o que é seu.

É nessa fundamentação que ele vai discorrer sobre a justiça e a lei, numa perspectiva de destinação social, tendo presente a compreensão de que, inclusive, há a necessidade da mudança das leis para que se efetive a verdadeira justiça. Segundo Vieira Netto, ela seria inatingível em suas vias reais de aplicação, salvo, se, primeiro se transformar as condições sociais que determinam a razão política da lei.

Si [sic] a Justiça ainda vem de cima, como aplicação funcional da lei, é justo que registremos o esforço [sic] dos bons Juízes que, a cada passo, na consciência de um justo menos formal e mais efetivo, forcem a aplicação dinâmica da lei em termos de hermenêutica revolucionária para que se cumpra a sua destinação social. Mas, a verdadeira Justiça é a luta pelas suas vias reais de aplicação, inatingível senão quando se muda por outra a lei superada, e essa superação há de se fazer, primeiro, na transformação das condições sociais que ditam e comandam a razão política da lei. (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 198).

Ao se encaminhar para o encerramento, manifesta os limites de uma aula, pois não pode fornecer mais detalhes aos estudantes, além do que ele denominou de *apanhado panorâmico*. Não obstante, reforça, dentre outros fatores já discorridos, a questão do trabalho, na perspectiva de uma das premissas da concepção marxista. Tais afirmativas são sustentadas por Vieira Netto como parte de um processo duradouro, que passa pelo esclarecimento, porém desencadeia a consciência da necessidade da organização social e aperfeiçoamento das relações humanas, para que o homem e a sociedade sejam “melhores e felizes”.

para libertar o homem não basta que se varram do seu espírito as trevas seculares da opressão e da ignorância. Mas, a conquista desse [sic] esclarecimento de espírito em muito contribui para que também se varram as causas da opressão e do obscurantismo. O homem que se libertou da condição animal pelo trabalho, pode e deve trabalhar pela melhoria progressiva de sua organização social, pelo aperfeiçoamento de suas relações humanas. A ciência política não pode ser dogmática, muito menos emocional... Ninguém pretende o milagre das superações instantâneas, nem o gesto heróico do esforço de um minuto. Mas, a continuidade de um trabalho paciente e duradouro para que o homem e a sociedade dos homens sejam melhores e felizes. (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 198).

A perspectiva de Vieira Netto, em relação ao processo como algo duradouro, para além das soluções milagrosas, tendo em vista a sociedade com homens melhores e felizes traz à tona outro conceito da teoria marxista, ligado à emancipação humana¹⁵⁸, que está no horizonte da teoria marxista e se efetiva por meio da práxis e da transformação social.

No bojo das discussões de encerramento de sua aula, podemos observar a visão que Vieira Netto tinha da história. Esse tema já foi discutido ao longo da tese, no entanto, a sua perspectiva contribui para reforçar não somente os pontos específicos sobre a escrita e a abordagem da história, como também, para evidenciar que tal perspectiva se insere em um projeto societário, além de expressar uma visão de mundo. Isso pode ser notado quando ele declara que “um grande professor da Universidade de Roma disse, certa feita, que a história que se devia escrever não é dos homens representativos de uma época, mas das verdadeiras razões efetivas e

¹⁵⁸ A emancipação humana é discutida por Marx em algumas de suas obras, dentre elas: MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a; MARX, K. **Glosas críticas**: marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um Prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010b; KARL, M. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010c; MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política - Livro 1. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

dos interesses realmente predominantes que ditaram o seu teor”. (VIEIRA NETTO, 1960a, p. 198).

Em relação à outra produção de Vieira Netto, do ano de 1960, produzida por ocasião do convite de paraninfo dos formandos da Faculdade de Direito daquele ano, podemos observar, considerando-se o momento e as finalidades da cerimônia em questão, que Vieira Netto incentiva os formandos, o que ele chamou de “a oportunidade desta última lição”. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 224).

Vive o Homem uma vez, uma só Vida - embora o seu egoísmo ponha esperança em sobrevivências imateriais. Sem embargo de suas crenças particulares, deve vivê-la aqui, nas contradições do meio físico e do meio social. A Vida não pode ser idealizada, concebida, imaginada, "como se fosse" os Homens e a paisagem. Deve-se vê-los como são, exatamente no belo e no impuro, no grotesco e no sublime. Viemos da mais baixa animalidade, para as alturas da Inteligência e do Amor.

No discurso, utilizou a metáfora da modificação e do progresso entre os vermes e heróis, já discutida no primeiro capítulo da tese. Não obstante, nosso foco, como já ressaltado, se volta para a forma como aparecem as ações pertinentes ao projeto societário, a visão de mundo, na perspectiva de futuro e de transformação. Podemos perceber que Vieira Netto tinha consciência de tal projeto e processo, no bojo da compreensão da existência de perspectivas filosóficas e ideológicas diferentes, ao realçar que em suas aulas não propagava seus próprios ideias, mas sim que se limitou “com humilde critério científico a explicar-vos como eram as estruturas e o funcionamento desse direito privado – que é fonte das injustiças sociais”. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 227).

Nesse contexto, Vieira Netto diz estar só, como citado no primeiro capítulo e justifica a partir do poema de Whitmann, que o inferno para ele só existiria se estivesse dentro de sua consciência. Essa afirmação se relaciona, também, com sua precaução diante de possíveis acusações de que ele quisesse corromper os estudantes devido à forma com que desenvolvia seu trabalho como professor.

Sua atitude perante as possibilidades por ele aventadas de ser acusado de corromper os jovens corrobora para a compreensão de sua prática rumo à formação pautada pelo desvelamento das contradições que, no discurso, são expressos e evidenciados de maneira contundente, como por exemplo, ao dizer: “Peço a Neruda – um silêncio cheio de vulcões para acusar os que estrangularam a esperança e colocar o seu nome na cova das desonras”. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 227)

Nesse mesmo contexto, Vieira Netto destaca que o homem vive uma só vida, assim como a humanidade é uma só. Embora, segundo Vieira Netto, secularmente o tenham convencido de que a vida tinha sete círculos de aprofundado sofrimento e que os mortais deviam penar, de que só os eleitos predestinados e povos são preservados desse sofrimento “a profunda desigualdade dos homens separa-os em Escolhidos para os prazeres superiores e o quase pó dos Inferiores, fadados a irremediável desespero”. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 228).

O enfoque à unicidade da humanidade pode ser notado em outros trechos de seu discurso, ao enfatizar os processos de mudança que nela ocorrem, de maneira a surgir uma nova humanidade a cada geração. Num processo de mudança e de surgimento de uma nova humanidade, “cada vez mais se apercebe e conhece que o poderio dos Tiranos, a predominância dos Grupos, a escravidão dos Povos, repousam sobre tão frágeis construções que também se esboroam e desfazem a um sopro mais violento de um vendaval de Liberdade”! (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 228).

Suas menções às causas da humanidade prosseguem, e ele chama a atenção dos formandos, de maneira que, após a análise, encaminha para uma síntese onde sublinha que “há nos anelos da humanidade, nas esperanças da juventude, um ideal de justiça. A esse ideal consagrastes vossas Vidas”. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 229). Nesse mesmo sentido, reforça que há técnica para se pedir justiça, de maneira que ela “deve ser, quanto possível, a mais direta; a regra de Direito a mais clara e atual, - baseada na realidade vivente – e a fórmula de pedir a sua aplicação acessível e rápida”. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 230).

Além das perspectivas de Vieira Netto sobre a sociedade, visão de mundo, projeto societário, é importante frisar que ele, no discurso endereçado aos formandos de 1960, trata de temas específicos ao campo do direito. Não obstante, esse era o espaço em evidência, ou seja, a partir do campo do direito e da justiça é possível notar o projeto de sociedade defendido e difundido por Vieira Netto e como essa concepção se evidenciava nas suas abordagens nesse campo específico. Para tratar daquilo que era específico do direito, fundamenta e contextualiza as relações entre o direito e a sociedade em processo de mudança. Desta forma, assevera Vieira Netto, a justiça deverá acompanhar tais mudanças e segui-la

sob pena de ficarem, como ficarão os juízes e os Juristas, retardados ou maliciosos, no pó da estrada, porque a Humanidade continua nas suas vias de progresso, na transformação de suas relações de convivência, para um

alto destino de Fraternidade e de Igualdade, de Amor e de Paz. (VIEIRA NETTO, 160b, p. 230).

As relações feitas por Vieira Netto nos dois discursos de 1960 na Faculdade de Direito, coadunam elementos pertinentes ao contexto social e como o Direito e a justiça estão imbricados em tal realidade em processo de mudança. Em ambos os discursos, se pode notar a ênfase dada por Vieira Netto à lei, seu processo de formulação e mudança inserida nas condições sociais que determinam a razão política dessas leis.

Diferente do tratamento sobre temas gerais da sociedade e do direito, Vieira Netto se volta, em específico, para os bacharéis. Dirige-lhes a palavra em tom de aconselhamento e alerta, o que, em nossa análise, pode ser entendido como parte do que ele defendia como projeto societário e formativo em vias da transformação, uma vez que explicita sua visão sobre a postura desejável, a ação e a posição dos bacharéis no exercício profissional.

Acostumai-vos [sic] a pensar em termos de maior número. Há, sempre, um lance à vista para a consciência do Advogado, do representante da Lei, ou do Juiz. Não deixeis que vos ponham em leilão, seja qual fôr [sic] o lance. Desconfiai da amizade dos poderosos, vencei a natural desconfiança dos humildes. A pressão é inimiga do vosso trabalho. Não há vergonha em confessar a nossa ignorância e responder amanhã, o que hoje não sabemos. Primeiro, estudareis o caso e aprendereis com o cliente todos os detalhes de sua pretensão ou de sua defesa. Depois, ireis pensar na conta de honorários. Sêde [sic] francos com o Juiz, leais para o Colega, destemerosos e altivos com a Autoridade, tolerantes e pacientes com os homens. Mas não deixeis que a vossa paciência elimine a vossa coragem. Tirai das derrotas uma experiência, mas não guardeis rancor. Analisai as vossas vitórias com a crítica de uma necessária modéstia. Não vos deixeis cair em tentação. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 230).

Outro fator que evidencia a visão de mundo de Vieira Netto é expresso por ele, no contexto do encerramento do discurso, ao citar um poema de Pablo Neruda. Importante lembrar que em vários de seus textos ele faz referência a Pablo Neruda, não somente pela questão poética do autor, todavia, pela posição política e ideológica do referido poeta.

Darei a fraternidade àquele que ¹⁵⁹ninguém conhece. Juntando a força de todos os que vivem. Para que a Pátria seja como um nascimento. Alcançai a liberdade que não possui o solitário. Ensinando a acender a bondade como um fogo. Na retidão que necessita a árvore, aprendendo a unidade e a diferença entre os homens. A dor de alguém se desfaz na vitória de todos, Mas é preciso dormir em camas duras e construir a realidade como se fôsse

¹⁵⁹ Conforme texto original.

uma rocha. Ser inimigo do Mau e o muro do frenético. Para ver a claridade no mundo e a possibilidade de alegria. Tornar-se indestrutível na certeza. de que não terminamos em nós. (VIEIRA NETTO, 1960b, p. 231).

O poema citado por Vieira Netto, nessa ocasião, acentua tais posições tanto do poeta como do paraninfo. O poema em questão, intitulado *Ao meu Partido*¹⁶⁰, é uma declaração de amor de Neruda ao Partido Comunista Chileno (PCC) do qual foi militante, senador e membro do Comitê Central do Partido no Chile.

Como parte das produções de Vieira Netto no que tange às explicitações sobre o objeto de estudo desse tópico, temos o discurso *Sobre as quatro liberdades*, datado de dezembro de 1964, ao qual já foi objeto de análises anteriores sob o olhar da crítica social. Para discussão em torno a esse texto, há que se fazer menção ao contexto político pós-Golpe Militar, em 1964. Nesse tempo, a perda das liberdades políticas e as perseguições se acentuaram. Não obstante, elas não deixaram de ser praticadas ao longo da trajetória de Vieira Netto, assim como na trajetória do PCB e de seus militantes nas décadas anteriores, desde a decretação da ilegalidade do Partido, em 1947.

Os fatos concernentes a Vieira Netto nos anos que antecederam o Golpe podem ser verificados nos fichamentos realizados contra ele e nas suas próprias manifestações. Dentre os relatos feitos por ele sobre esse contexto, é possível destacar os discursos de 1960: na aula Inaugural e na formatura dos bacharéis. No que se refere aos fichamentos, estão os arquivos disponíveis na DOPS-PR, arquivos do Projeto 'Brasil: Nunca Mais' e as entrevistas realizadas pelo autor.

O título do discurso não lido de Vieira Netto é uma indicação ao projeto societário, que, naquele contexto, se tornava necessário ser compreendido e defendido. Ao citar *Da liberdade de dizer, Da liberdade de não temer, Da liberdade de crer e Da liberdade de ter segurança*, ele não só denuncia as arbitrariedades cometidas contra sua pessoa, pelo tolhimento de suas ideias, pela perseguição aos seus ideais, mas também, as ações repressivas, punitivas e unilaterais cometidas contra o exercício de sua profissão.

Portanto, o que estava em curso, não era apenas a censura ao pensamento daquele que fora considerado um professor perigoso à mocidade, mas a garantia de que os estudantes não teriam mais acesso a esse pensamento. Essa medida

¹⁶⁰ NERUDA, Pablo. Canto Geral. 6ª ed. Trad. Paulo Mendes Campos. São Paulo: Difel, 1984.

repressiva visava o seu afastamento definitivo do meio universitário. Em curto prazo, proibiram seu discurso de formatura e, em longo prazo, por meio de perseguição, inquéritos e prisão consumaram sua aposentadoria compulsória, a cassação dos seus direitos políticos e a tentativa de controle de seu pensamento e de suas ações. Esse contexto de análise nos remete às afirmações do próprio Vieira Netto, ao se referir aos objetivos daqueles que o perseguiram e processaram, quando ironizou, conforme apontado no primeiro capítulo, que a pátria estava salva e todos os seus problemas resolvidos. (VIEIRA NETTO, 1964)

Na abordagem *Sobre as quatro liberdades* há, em vários trechos do discurso, perspectivas de futuro, com a ênfase dada à conquista ou à volta de tais liberdades. Alguns destaques de Vieira Netto no discurso se referem às conquistas do povo que derrotou o exercício da violência, reforçando o direito de pensar e o direito de dizer como um patrimônio jurídico da humanidade.

Que há um direito de não *ter medo*, conhecimento exato da inutilidade da *violência*. Há um direito de *crer*, de possuir *convicções*, de discordar das fórmulas milagreiras, de lutar pelas suas ideias, dentro da tolerância e do respeito pelas opiniões alheias e isso não pode ser proibido, classificado como crime, sancionado por tribunais de exceção, do mais primário subjetivismo: o julgamento pela premissa não formulada que é a “filosofia” pessoal do suposto Juiz. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 158).

Na mesma linha, assevera Vieira Netto, é necessário que se garantam esses direitos, porque somente por meio dessas liberdades “o Povo pode retomar a sua luta pela emancipação econômica, pela autodeterminação política da Nação” (VIEIRA NETTO, 1964, p. 158). Nesse sentido, poderá efetivar reformas nas estruturas que resistem ao progresso, à ciência, no entanto, considerando-se o processo histórico nacional e as demais particularidades como os costumes, as tradições próprias. (VIEIRA NETTO, 1964).

O direito à segurança é, na visão de Vieira Netto, um direito de todos e esse direito, segundo ele é composto de todos os outros, da soma das liberdades públicas e das conquistas jurídicas do dia de amanhã. Ele fundamenta esses direitos relacionando-os ao direito universal à paz, ao diálogo entre os povos para a segurança coletiva e ao direito de, internamente, resolver seus próprios assuntos, que implicam, na escolha da forma de governo, assim como das liberdades públicas e dos direitos civis. Não obstante, reitera que a defesa e a consciência dos direitos e das liberdades

pertencem a todos os cidadãos, mas são os advogados, os juízes, os representantes da justiça que, no exercício dos seus trabalhos, devem ser sinal e guia dos cidadãos.

Vossa especialização e conhecimento, o aprendizado que fizestes, a cultura armazenada de nada valerá, si não tiverdes em cada minuto de tão ingrata, mas gloriosa profissão – essa coragem de pensar e de dizer, - o destemor ante a ameaça e a violência, a consciência de vossas crenças e convicções, para a defesa de um mínimo de segurança política, de vivência social, a recuperação das garantias de vida pública -, sem as quais as nações se transformam em satrápias e os povos escravos conduzidos. (VIEIRA NETTO, 1964, p. 159).

Ao direcionar sua fala aos Bacharéis em Direito, Vieira Netto demonstra sua preocupação com a forma de atuação desses profissionais perante suas responsabilidades na sociedade, da mesma maneira que com as leis e sua forma de interpretação no conjunto do jogo de forças e de interesses. Essa tarefa cabe a todo cidadão, como enfatizado por ele, no entanto, no que tange às prerrogativas da lei, cabe às profissões específicas no campo do Direito a sua defesa, julgamento e veredito.

A finalização do discurso de formatura inclui mensagem direta ao contexto em que a nação está envolvida na perda das liberdades. Vieira Netto invoca a necessidade do destemor perante as ameaças, a violência para a defesa da segurança política, da vivência social e da recuperação das garantias de vida pública. Para tal, reafirma a função social do conhecimento, do aprendizado, da cultura sob o risco de que não tenha valor, se esses profissionais não tiverem a coragem de dizer e de pensar.

As liberdades defendidas por Vieira Netto, inseridas no contexto do projeto societário em análise são citadas por Andrée, quando perguntada sobre qual projeto de sociedade Vieira Netto defendia, acreditava, construía.

Segundo ela, era

Uma sociedade com todas as garantias novamente. Como eu estou falando. A volta do Estado democrático que é o que todo mundo fala hoje, né? Estado democrático, naquela época era muito importante. Mas hoje é uma coisa que na boca dos políticos está normal, né? Naquela época, era muito importante você lutar por uma volta à sociedade com liberdade, com as garantias constitucionais, a liberdade de ir e vir, a liberdade de expressão.¹⁶¹ (Informação verbal).

¹⁶¹ Entrevista concedida ao autor, em 20 de maio de 2017.

Ainda no contexto do projeto formativo de Vieira Netto para a sociedade, Andrée, na mesma entrevista, acentua que ele lutava por igualdade de oportunidades entre as pessoas. Vieira Netto, segundo Andrée, não era ambicioso, não queria milhões. Ele tinha sua vida financeira resolvida, gostava de bons ternos, do seu barco de pesca, fumava cigarros bons, tomava whisky, e

No inverno, ele fazia um ritual com conhaque. Ficava duas horas rodando àquele Conhaque no foguinho, e fumava cachimbo, na beira da lareira. Enquanto isso ele escrevia. Era a inspiração dele era esse ritual. Ele jogava xadrez também. Todos os dias eu jogava com ele. Ele dizia para mim: Andrée, o xadrez vai ser uma lição de vida para você, porque no xadrez, você pode perder uma batalha, mas você não pode perder a guerra. Porque você perde isso aqui, ali, mas você não perde a guerra. Então, em resumo, era um homem resolvido que achava que tinha que transmitir e que lutar para que todo mundo tivesse a mesma coisa que ele, e isso foram várias vezes. Também não era o homem que tinha que dar, dar, dar... Para ele, tinha que dar ensinando. Tinha que dar educando. Fazer o bem. Mas tinha que ter um retorno. A pessoa tinha que fazer a parte dela. Quando ele morreu, as pessoas vinham perto do caixão dele dizer, Vieira, muito obrigado. Muitos, eu nem sabia por quê. Os que eu sabia, eu continuei fazendo, ajudando a estudar, ajudando a formar. Os que não ficaram sabendo, copiei o exemplo e continuo ajudando até hoje. Ajudar a formar, ajudar a estudar, até hoje eu faço.¹⁶² (INFORMAÇÃO VERBAL).

Sobre o projeto societário e formativo que ele difundia, foi perguntado a Andrée se Vieira Netto evidenciava esse projeto para a sociedade. Segundo ela,

em toda a vida dele, o que ele queria era o seguinte: era uma igualdade de oportunidade para todos, que todo mundo tinha que ter uma igualdade de oportunidades, ser alguém na vida. Ele não precisava, ele estava realizado. Mas ele tinha que lutar para que todo mundo tivesse essa chance, essa oportunidade.¹⁶³ (INFORMAÇÃO VERBAL).

A entrevista com Andrée corrobora as constatações, a partir das análises das produções de Vieira Netto elencadas nesse capítulo. Essas produções se inserem na perspectiva do projeto societário e formativo defendido por Vieira Netto e colocado em prática em sua atuação e militância política.

Em outro trecho, a mesma entrevista, reforça a perspectiva do projeto ao qual Vieira Netto estava envolvido. Segundo Andrée, por ocasião de uma comemoração com os seus colegas de turma da Faculdade de Direito, em sua residência, ele foi questionado sobre suas posições políticas e ideológicas

Eles diziam assim: Vieira, eu não posso admitir. Você tem uma mulher, moça inteligente, formada, uma companheira assim de 24 horas, você só tem

¹⁶² Entrevista concedida ao autor, em 20 de maio de 2017.

¹⁶³ Entrevista concedida ao autor, em 20 de maio de 2017.

ternos Ingleses, você só toma whisky Escocês, você tem barco, você tem um escritório de advocacia, mas como que você é comunista, socialista, como que é isso, não consigo entender isso!? Eu nunca vou esquecer, a resposta do Vieira. Ele disse: Olha! Você tem que entender uma coisa, ter barco, ter isso, ter aquilo, eu nunca roubei de ninguém eu não sou um problema social para ninguém. Eu não sou um problema que vai onerar o estado e a nação, nem nada. Eu sou um problema resolvido. O que eu tenho que fazer é lutar desesperadamente, para que todo mundo tenha uma igualdade de oportunidade, para chegar onde eu estou. Eu não quero, eu não acho que eu devo dividir o que é meu com ninguém, mas eu devo lutar para que ele tenha a mesma oportunidade que eu. Isso para mim é a verdadeira lição que eu tive nessa época do que é o verdadeiro socialismo. [...] Por Isso que ele sempre foi cassado. É porque ele abria a boca para falar essas coisas, todo mundo falava: olha o comunista aí. E já queriam prendê-lo.¹⁶⁴ (INFORMAÇÃO VERBAL).

A narrativa de Andréa relaciona-se aos discursos de Vieira Netto na aula inaugural em 1960 e nas formaturas de 1960 e 1964, assim como no depoimento à polícia, em 1964, e nos vários registros encontrados nos arquivos da DOPS-PR e no Projeto BNM Digital. E ainda, explicita o fato de que Vieira Netto não escondia suas convicções, mantinha seu compromisso com as causas que acreditava e defendia e, ao mesmo tempo, desenvolvia seu trabalho profissional e frequentava os espaços sociais junto ao grupo social a que pertencia. O acontecimento, relatado por Andréa, contribui ao que já inferimos, de que o rompimento de Vieira Netto com a classe dominante se deu no plano político e ideológico. No que diz respeito à classe social, manteve suas relações, por mais que, ao longo de sua trajetória, esteve inserido concretamente nas lutas e reivindicações oriundas da classe trabalhadora e ainda, que suas inserções como intelectual orgânico se deram juntamente a essa classe.

Meses antes do seu falecimento, Vieira Netto reafirma suas convicções, posicionando-se sobre questões políticas, como destacado por Andréa, ao comentar sobre os discursos que Vieira Netto fazia no período da Ditadura Militar

Como te falei, tinha vez que ele ia fazer o discurso da aula inaugural em Curitiba e ele escrevia o discurso e eu dizia: tudo bem, está muito bom, mas você vai preso. Então, ele refazia o discurso, e me dava para ler, e eu dizia de novo, olha, está maravilhoso, mas você continua preso. Aí, ele fez o discurso e não foi preso. Acho que chegou num denominador comum e não foi preso. [...] Foi bem pouco tempo antes de ele morrer.¹⁶⁵ (INFORMAÇÃO VERBAL).

¹⁶⁴ Entrevista concedida ao autor, em 20 de maio de 2017.

¹⁶⁵ Entrevista concedida ao autor, em 20 de maio de 2017.

Ainda sobre seus posicionamentos, no dia 20 de novembro de 1972, Vieira Netto registrou em seu testamento uma referência à Ditadura Militar e o desejo de que o país se livrasse desse regime. Esse fato nos remete à discussão sobre as liberdades defendidas por ele no ano de 1964, e ao contexto político em curso, pois o país permanecia sob o controle dos militares.

O registro em seu testamento evidencia a defesa do projeto societário ao qual esteve inserido e atuante em sua efetivação.

Assim escreve,

deposito, como última esperança, que minha Pátria um dia possa livrar-se desse bando de fascistas e abutres que hoje saqueiam a sua liberdade e a sua economia. Quanto ao mal que me fizeram ou quiseram fazer, não me importa: Não me deram amargura e sim esperança. (VIEIRA NETTO, 1972).

A constatação dessa afirmação de Vieira Netto ao regime ditatorial em vigor, evidencia sua militância como defensor das liberdades democráticas, que retaliava os direitos individuais e políticos e afetava a economia. Há, entretanto, em sua percepção da realidade, a conexão a um projeto mais amplo, de maneira que, mesmo ele tendo sido vítima de perseguições, prisões, cassações e processos na justiça militar, mantinha a esperança, sem deixar de expor os males causados à sua pessoa. Nesse registro, não manifestava amargura, o que revela sua capacidade de entendimento de que lutava pelas grandes causas da humanidade e não por projetos pessoais.

Os estudos, discussões e análises empreendidas nesse capítulo, nos permitiram evidenciar a organização e a sistematização de um projeto societário e formativo por Vieira Netto, a partir da práxis marxista. Para tornar possível essa tarefa, utilizamos algumas das produções, dentre elas, os registros feitos pela DOPS-PR; os discursos como deputado Estadual na Assembleia Legislativa e Assembleia Constituinte do Paraná; o discurso na aula inaugural e o discurso como paraninfo na formatura da Faculdade de Direito, ambos em 1960; o depoimento à justiça militar em julho 1964; o discurso como paraninfo dos formandos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1964, que foi proibido pela reitoria; a conferência proferida na Faculdade Direito da UFPR, no ano de 1972; trechos de seu testamento, datado de 20 de novembro de 1972, escrito de próprio punho; e, a entrevista com Andréa, realizada em 20 de maio de 2017.

As obras analisadas incluem também artigos escritos por Vieira Netto ou pelo coletivo de militantes do PCB, que continham seu nome e foram publicados em jornais e panfletos do Partido. Esse material foi encontrado nos arquivos da DOPS-PR, disponíveis no Departamento de Arquivo Público do Estado do Paraná e nos arquivos disponíveis Projeto 'Brasil: Nunca Mais', BNM Digital. A discussão realizada se deu no conjunto de algumas de suas obras produzidas no curto período da legalidade do Partido no Brasil (1945-1947) e aquelas produzidas no longo período de ilegalidade, a partir de 1947, até a redemocratização na década de 80. Suas produções deram-se, inclusive, nos períodos mais tensos da repressão política e ideológica da Ditadura Militar. Mesmo num contexto adverso, Vieira Netto não nega a teoria marxista, mas reafirma o espaço da militância e da formulação do projeto societário e formativo, entendido, que a prática social é uma forma de ensinar.

Destarte, isso nos permite inferir que, ao longo de sua trajetória, Vieira Netto aliou teoria e prática, constituindo a práxis, no entanto, foi além de meramente compreender a teoria marxista e praticá-la: ele produziu teoria. A produção teórica de Vieira Netto confirma sua linha de pensamento e ação, e se alinha à declaração feita por ele próprio em seu testamento de que fora marxista. Nesse sentido, buscamos evidenciar nesse capítulo, em que medida se deu a crítica social de Vieira Netto às contradições na política e no sistema capitalista, e suas relações com a realidade brasileira e internacional, a crítica social no contexto da censura e da criminalização do pensamento, bem como o horizonte de expectativas e as suas proposições na perspectiva transformadora.

Essa constatação nos remete ao método materialista histórico e dialético formulado por Marx que, para se efetivar, requer sujeitos concretos em sua ação, ou seja, de práxis. A ausência da práxis, no entanto, foi motivo de críticas de Marx aos pensadores de sua época que se definiam materialistas, porém, dizia Marx, um materialismo apenas no plano teórico, desvinculado da prática, como Feuerbach, por exemplo. (MARX; ENGELS, 2001). As referências sobre a práxis e sua relação com o método de Marx se fazem necessárias para contextualizarmos a produção teórica de Vieira Netto. Suas produções teóricas incluem obras de cunho técnico, na área do Direito, obras no campo da militância política envolvendo temas sociais, políticos, econômicos e culturais relacionadas à realidade brasileira e internacional. Em outras obras de Vieira Netto, ao discorrer sobre o campo de Direito, relaciona-o com

conceitos do marxismo, posicionando-se nesse campo sobre as questões políticas, econômicas, sociais e culturais.

Ao longo do desenvolvimento desta tese localizamos os nomes das obras de Vieira Netto no campo do Direito (VIEIRA NETTO, 1957)¹⁶⁶. Entretanto, conseguimos acesso a poucas dessas obras, mesmo após pesquisa na Biblioteca da Faculdade de Direito, Biblioteca Pública do Paraná, Arquivo Público, Círculo de Estudos Bandeirantes, Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e Biblioteca da UEPG. Algumas obras do campo técnico do Direito que conseguimos localizar foram objeto de estudo na tese.

Em se tratando da práxis e o enfoque direcionado à teoria, no contexto de análise já explicitado sobre as obras de Vieira Netto, nos remetemos a Vázquez (2011, p. 237) que assevera

A filosofia marxista, sendo necessariamente uma interpretação científica do mundo, corresponde às necessidades práticas humanas; expressa, por sua vez, uma prática existente e, por outro lado, aspira conscientemente a ser guia de uma práxis revolucionária. [...] o fato de conceber-se a si mesma em função da práxis, isto é, integrando assim a práxis revolucionária como fim da teoria. A teoria em si – nesse, como em qualquer outro caso – não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso, tem de sair de si mesma [...].

Ao retomar a fundamentação sobre a práxis, consideramos que é por meio dela que a transformação se efetivará, pois há a inter-relação entre teoria e prática, realidade e pensamento, objetivo e subjetivo, concreto e abstrato. Entre os pensadores marxistas há o entendimento da correlação entre teoria e prática e que ambas desencadeiam a transformação, quando efetivadas em práxis. Lenin, um dos grandes pensadores marxistas e uma das principais lideranças da Revolução Russa, em 1917, contribui nessa fundamentação de base marxista, ratificando que “sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário”. (LENIN, 1978)

Ainda sobre a teoria como componente da correlação com a prática e, por conseguinte, a práxis, Costa (2014) salienta que

É evidente que, para Marx, a teoria é parte de um processo mais amplo de atuação que não se finda em si mesma, mas está embebida de uma prática (práxis) e, mesmo assim, faz o caminho de volta à teoria, não como fechamento de um ciclo ou de um círculo, mas num processo similar a uma espiral, em que se vai e vem, se aproxima, reaproxima, se age e se revê a ação.

¹⁶⁶ O quadro com as obras de Vieira Netto encontradas em Vieira Netto (1957) está referenciado no primeiro capítulo da tese.

Pode-se observar, no entanto, que os dilemas e contradições também são parte da relação entre teoria, prática e práxis. Por vezes, se desenvolve uma teoria forte no seio do marxismo, com estudos e produções teóricas de excelência, rigorosa, técnica e cientificamente elaboradas, rigidamente avaliadas, burocraticamente aprovadas, porém, não se constata ação concreta, inserção política, intervenção na realidade de tais grupos. Assim como se observa dentre os movimentos sociais, formados por grupos que se denominam marxistas, socialistas ou mesmo comunistas, por vezes, ações espontaneístas, praticistas, reservando pouco ou quase nada do tempo desprendido à ação, ao estudo teórico. Tais ações configuram o desvirtuamento do que Marx definia como práxis e que foi reafirmado pelos pensadores que lhe sucederam, como Gramsci e outros.

É nesse contexto que asseveramos a posição de Vieira Netto, imbuído da teoria marxista, que soube aliar teoria e prática, com vistas à transformação da realidade, nos tempos em que se tinha liberdade para fazê-lo e, em tempos em que se pagava com a própria liberdade, ou mesmo, com a vida, simplesmente por defendê-la. Em outras palavras, Vieira Netto não se absteve, não renegou seu projeto diante das condições adversas que se impuseram desde 1947, com a ilegalidade do seu partido político.

Essa posição se manteve, mesmo quando os comunistas foram caçados, cassados, perseguidos, presos e, até mesmo, assassinados, como ocorreu no período posterior a 1964, com o Golpe Militar. Vieira Netto, porém, não negou a teoria marxista em tempos adversos, mas delimitou o espaço da militância e da formulação do projeto societário e formativo, entendendo que a prática social também é uma forma de ensinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vieira Netto faleceu em 05 de maio de 1973. Antes disso, em 20 de novembro de 1972 registrou seu testamento. Nesse documento, além de outros aspectos da vida familiar, ele sublinhou que tinha “como última esperança que minha Pátria, um dia, possa livrar-se desse bando de fascistas e abutres que hoje saqueiam a sua liberdade e a sua economia”. (VIEIRA NETTO, 1972). Esse registro é uma das muitas evidências de que Vieira Netto não abandonou suas convicções que o moveram a exercer a condição de intelectual orgânico. Ali, além de expressar sua posição político-ideológica pela via marxista, manifestou-se de maneira incisiva sobre a conjuntura política e econômica em que o Brasil estava envolvido. Além daquela sentença indicada acima, ele destacou suas lutas e as consequências sofridas por suas posições políticas, ao registrar em testamento que: “[...] quanto ao mal que me fizeram ou quiseram fazer, não me importa: Não me deram amargura e sim, esperança”. (VIEIRA NETTO, 1972)

O desejo de registrar sua posição político-ideológica em seu testamento demarca, simbolicamente, sua trajetória, pois em grande parte de sua vida participou ativamente de lutas que buscavam promover um projeto societário e formativo atrelado à cosmovisão marxista. Assim sendo, esta pesquisa que ora finalizamos teve como objeto a vida do advogado, professor, militante comunista e deputado pelo PCB, José Rodrigues Vieira Netto. Ao longo dos quatro capítulos que sustentaram esta tese, analisamos a trajetória de Vieira Netto, privilegiando a compreensão de sua atuação na organização do projeto societário e educativo comunista e as ações empreendidas para mobilizar a classe trabalhadora a lutar em defesa desta proposta ético-política.

O percurso de análise tratou das relações familiares de Vieira Netto, permitindo evidenciar seu vínculo com a classe dominante paranaense. Ele era filho de Ulysses Falcão, advogado de renome que acumulou o cargo de deputado estadual e da geração do grupo fundador da Universidade de Paraná no início do século XX. Vieira Netto, inicialmente, seguiu os passos do pai em termos profissionais e políticos. Nesse sentido, ele também exerceu sua função de intelectual orgânico junto à classe dominante nas décadas de 1920 e 1930. Os vínculos de Vieira Netto com a classe dominante estão expressos, também, no seu casamento com Irmina Miró Guimarães, descendente de família de ervateiros e grandes proprietários de terras do Paraná, destacando-se Manuel Antônio Guimarães (Barão e Visconde de Nacar) que era seu

bisavô. Houve, no entanto, na década de 1940, o rompimento de Vieira Netto com a classe dominante, pois passou a militar no campo ideológico e político oposto aos interesses dos grandes proprietários e capitalistas. Esse rompimento é explicitado nas ações de Vieira Netto junto à classe trabalhadora, em diversas ocasiões, ao longo de sua trajetória entre 1945 e 1973.

A sua guinada ideológica e as lutas sociais e políticas caracterizaram a centralidade desta tese, pois sustentamos que Vieira Netto atuou como intelectual orgânico na construção do projeto societário e formativo comunista no Paraná, a partir de sua intervenção política em diferentes frentes, particularmente ao exercer suas atividades de professor, de advogado, integrante e militante no PCB e nos movimentos sociais. Desse modo, embora a reconstituição de sua trajetória tenha regressado aos momentos de suas origens familiares e à sua formação acadêmica, o recorte analítico privilegiou os anos entre 1945 a 1973, pois eles caracterizam sua filiação ao PCB (1945) e as lutas em defesa de sua proposta societária e formativa, encerrada apenas em 1973, com o seu falecimento, após ser acometido por um câncer.

A trajetória de Vieira Netto foi investigada a partir do conceito de intelectual orgânico - organizador da cultura -, conforme definição de Antônio Gramsci. A partir da teoria gramsciana e dos estudos realizados ao longo desta pesquisa, podemos afirmar que Vieira Netto exerceu a função de intelectual, pois manteve uma atuação para além do seu trabalho e que não se esgotou na produção do conhecimento teórico no campo do Direito. Ele foi um intelectual marcado pela práxis. Desta feita, tais ações encontram guarida nos processos de organização e de direção das instituições e dos movimentos sociais, no contexto da organização da cultura, como sustenta Gramsci (GRAMSCI, 2001).

A atuação de Vieira Netto foi compreendida a partir da crítica social e da nova proposição ético-política, cujo movimento perpassa pelos processos de formação humana que acontecem em diferentes espaços sociais, a saber: na imprensa, no partido, na tribuna parlamentar, na atividade docente, no exercício das atividades jurídicas, nos movimentos sociais, na aula inaugural, nos discursos de paraninfo, nos textos escritos. Em todos esses espaços da vida e de luta cultural, sob a mediação dos intelectuais, estão em curso projetos formativos. Assim sendo, nas ações dessa personagem estava contida a ideia de formação humana, pois ele agiu concretamente

na elaboração e execução de tal projeto, caracterizando a própria ideia de intelectual orgânico.

As ações de Vieira Netto estavam perpassadas pelas grandes causas que demarcaram as pautas dos intelectuais, desde o famoso caso Dreyfus, como a defesa dos valores universais, da justiça e da verdade, pois recorrentemente, ao exercer as tarefas estritas de advogado e professor, não deixou de associá-las às funções organizativas do intelectual orgânico, pois não dissociou atividade profissional da atuação ético-política, caracterizando-se pela militância comunista, a defesa da justiça social e das liberdades democráticas. Essa ação deu-se no contexto de perseguição política, cujas consequências podem ser vistas pela cassação do mandato de deputado estadual (1948), da função de professor da UFPR (1964), perseguição e prisão políticas na década de 1950, a cassação dos seus direitos políticos em 1964 e a tentativa de cassação do seu registro de advogado junto à OAB-PR, não sacralizada porque esta entidade de classe recusou-se a cumprir a suspensão das atividades profissionais de Vieira Netto. Entretanto, ele não deixou de reiterar suas convicções ideológicas marxistas e seguir nas lutas para organizar e mobilizar a classe trabalhadora.

O seu ingresso ao PCB e sua militância ganhou tratamento meticuloso das forças policiais. Vieira Netto foi fichado pela DOPS-PR desde sua filiação ao PCB e teve sua vida monitorada. Ele foi perseguido, preso, processado, tendo, inclusive, mandado de prisão após sua morte, o que indica o peso da perseguição política e a obsessão pelo controle sobre os opositores da ditadura. A perseguição, as punições, as prisões e os processos contra ele se acentuaram no período posterior ao golpe militar de 1964, no entanto, desde a década de 1940 ele conviveu com essa realidade com a entrada para o PCB. Nessa questão, alguns períodos se destacam, como a legalização do PCB em 1945 e dois anos depois, a cassação do registro do Partido, colocando-o novamente na ilegalidade. Nesse ínterim, Vieira Netto foi candidato em 1945, sem obter êxito nas urnas. Em 1946, candidatou-se novamente e, dessa vez foi eleito deputado estadual em janeiro de 1947, assumindo o mandato em março de 1947. No entanto, no ano seguinte, foi cassado. Somam-se a esse contexto, as Campanhas Pró-Paz e Cultura que contou com a militância do PCB em diversas ações integradas em nível estadual, nacional e internacional, resultando, em 1949, na repressão e prisões de vários comunistas no Paraná, dentre eles, Vieira Netto.

Outro acontecimento de grande repercussão nos anos iniciais da década de 1950, foi a luta pela terra na região de Porecatu, no norte do Paraná, que teve no PCB o seu grande pilar, com o envolvimento do Comitê Estadual, do Comitê Regional de Londrina e Comitê Municipal de Jaguapitã. Vieira Netto integrava o grupo dos pecebistas que colaboraram com a luta dos trabalhadores rurais e posseiros da região. Esse fato ajuda na compreensão de que o PCB estava inserido na realidade social concreta dos trabalhadores em suas demandas mais prementes e que havia, inclusive, uma articulação nacional em torno a Porecatu. Essa articulação se evidencia nas relações entre as lideranças dos posseiros e as lideranças nacionais do PCB, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Ainda, no início dos anos 1950, Vieira Netto se envolveu num caso de grande repercussão estadual e nacional. Ele defendeu Hermógenes Lazier, integrante do PCB que havia sido conduzido à prisão devido à publicação de artigo no jornal criticando uma empresa ervateira. Ao ver que Lazier estava sendo agredido, Vieira Netto interveio e também foi agredido. Ele não foi preso, no entanto, foi ameaçado de morte por policiais. Esse fato repercutiu nos Jornais do Estado do Paraná e levou a OAB Regional e Nacional a se posicionarem contra a agressão a Vieira Netto.

Há, na trajetória de Vieira Netto, entre a metade da década de 1950 e os anos finais da mesma década, poucos registros na DOPS-PR. Em 1957, ele foi aprovado no Concurso para professor Catedrático na UFPR. Sobre esses anos, há poucas menções à sua militância, e poucos registros na DOPS-PR. No entanto, com a ditadura militar de 1964-1985, nos processos que recaíram sobre Vieira Netto, a partir de 1964, são incluídas denúncias de alunos de que Vieira Netto utilizava-se da sua condição de professor para fins de doutrinação político-ideológica, cuja acusação foi reiteradamente negada por ele em seus depoimentos.

O fato de haver poucos registros sobre os anos finais da década de 1950 e, posteriormente, na ditadura, a existência de denúncias referentes a esse período, possibilita a análise de que o que estava em questão não era o exercício da docência por Vieira Netto, mas o cerceamento das liberdades, pois caso suas aulas configurassem efetivamente doutrinação político-ideológica, as denúncias teriam ocorrido nos anos anteriores a 1964, o que não se constata. Há, também, outra inferência para que tais denúncias só ocorressem após o golpe militar, pois se disseminou dentro da UFPR, a perseguição aos comunistas e muito daquilo que no regime democrático era entendido como a diversidade de pensamento, a pluralidade

de ideias e de ideologias, o respeito às liberdades de pensamento, com a ditadura perdeu-se e passou a ser considerado crime, com base na Lei de Segurança Nacional.

Em 1960, Vieira Netto foi convidado para proferir a aula inaugural da Faculdade de Direito e, ao final do ano, foi paraninfo da turma de formandos. Nessas duas intervenções que não sofreram proibições, foi possível constatar que ele, por vezes, era incisivo na discussão das questões sociais, políticas e econômicas, na denúncia das injustiças, das desigualdades e nas reflexões de como superá-las. Esses discursos contribuem para a afirmação de que havia, em tempos democráticos, as liberdades, a diversidade de pensamento e respeito às ideologias, no espaço universitário. De outro lado, em 1964, os formandos na Faculdade de Direito da UFPR o convidaram para ser paraninfo da turma. No entanto, ele foi proibido de ser homenageado, pois o Conselho Universitário extinguiu os paraninfos da solenidade. Ainda assim, ele redigiu o discurso de formatura e distribuiu aos formandos, no qual ele apontava que não temia seus feitos, e que os grandes crimes de sua vida eram o trabalho e o pensamento, sendo processado pelos livros que leu, pelas opiniões que formulou sobre a história política, a sociologia do país, sobre as ideias que professava, e o ensino que transmitia.

Esse acontecimento foi o ápice da perseguição ao livre pensar desse intelectual, em plena ditadura. Nesse texto, ele abordava, de maneira contundente, as perdas das liberdades em decorrência das ações dos militares à frente do governo brasileiro, assim como das decisões internas da UFPR que cercearam sua liberdade e consumaram seu silenciamento por meio da aposentadoria compulsória. A reitoria da UFPR funcionava como antessala do alto comando da nação. Soma-se a isso, o fato de que o Reitor Flávio Suplicy tinha sido nomeado Ministro da Educação, nos primeiros dias do pós-golpe. Esse período coincide com o que Vieira Netto ficou foragido (abril a julho de 1964), assim como a sua prisão em julho de 1964 e a aposentadoria, já em mês de setembro do mesmo ano.

A escrita e divulgação do texto de 1964 foram um dos atos de resistência e denúncia perante as injustiças cometidas contra Vieira Netto, uma vez que recaía sobre ele somente os crimes relacionados ao seu pensamento, sua ideologia, seus posicionamentos políticos, sua visão de mundo, suas ações, relacionados ao Ato Institucional nº 1 e à Lei de Segurança Nacional. No entanto, no dia 27 de junho de 1968, Vieira Netto foi absolvido de todas as acusações que lhe foram imputadas. Ele foi absolvido antes do AI5. Não houve novos processos contra ele. Porém, o fato de

não haver processo contra Vieira Netto oriundo do AI5, não quer dizer que ele estava livre da vigilância e da perseguição, pois em 1970 teve sua residência invadida pelos militares que o levaram preso, mas, logo em seguida, o libertaram. Em 1973, a polícia novamente foi à residência de Vieira Netto na tentativa de prendê-lo, no entanto, dessa vez não conseguiram, pois ele já havia falecido meses antes.

Nesse contexto, há que se ponderar o que alguns autores, abordados nesta tese, apontam sobre o endurecimento das ações da ditadura militar somente após o AI5. De fato, após esse Ato, as perseguições, as punições, as torturas, os assassinatos e os desaparecimentos aumentaram significativamente. No entanto, a partir do estudo sobre a trajetória de Vieira Netto e as ações que pesaram sobre ele, desde os primeiros dias de abril de 1964, é possível afirmar que, para algumas lideranças oposicionistas pós 1964, a dureza das ações esteve presente desde o dia 1º de abril.

É nessa conjuntura política que se dá também a análise das ações de Vieira Netto. Mesmo em contexto tão adverso, ele se manteve na militância, defendendo seus pensamentos e o projeto societário e formativo comunista. Os acontecimentos mais emblemáticos são os depoimentos que Vieira Netto prestou à polícia nos IPMs que sofreu. Neles, ele abordava as temáticas sociais e políticas com convicção, sem negá-las, apontando em suas respostas o que acreditava e defendia como projeto político, econômico, cultural e educacional para o Brasil. As posições sustentadas por ele, em seus interrogatórios na ditadura militar, reforçam seus posicionamentos quando iniciou sua militância no PCB, desde a década de 1940. Nesse período, a efervescência do fim da Segunda Guerra Mundial, aliada à vitória do comunismo sobre o nazifascismo, dava aos comunistas a credencial para ampliar suas bases na luta por transformações, pautadas na via eleitoral e democrática.

Essa relação é que vai coroar a militância do PCB, no Paraná, com a eleição de Vieira Netto em 1947. Há, em sua trajetória de militância, uma coerência discursiva em relação às pautas defendidas, tais como a defesa da superação do subdesenvolvimento, do modelo feudal em vista do desenvolvimento capitalista, para uma posterior transição ao socialismo, a defesa do patrimônio nacional, com constantes críticas ao imperialismo estadunidense, a conquista do poder pela via democrática. No aspecto da via democrática há que se mencionar as consequências para o PCB, culminando na cisão interna, dando origem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no ano de 1962. Após 1964, o PCB também manteve a defesa pela

via democrática como forma de derrotar a ditadura e Vieira Netto, mais uma vez, figurava nesse grupo.

A resistência democrática como posição do PCB, pós 1964, seguiu as posições tomadas anteriormente pelo partido que, desde a legalização em 1945, seguiu a via da disputa eleitoral, lançando candidatos aos pleitos municipais, estaduais e federais, no executivo e no legislativo. No entanto, as ações não estavam adstritas às disputas eleitorais, como é o caso de Porecatu que expressou as lutas em outras frentes. As candidaturas mantiveram-se nos anos de ilegalidade em que o partido lançava seus militantes para disputar por outras legendas, como foi com Maria Olímpia Carneiro e Hedel Jorge Azar, em 1947, pela legenda do Partido Social Trabalhista e Vieira Netto e Agliberto Vieira, em 1962, pelo PSB. Essa estratégia de ação deu ao PCB as condições de, mesmo na ilegalidade, manter seu projeto de disputa político-eleitoral.

A realização desta tese permitiu observar a pouca visibilidade de Vieira Netto na memória brasileira e paranaense. As fontes utilizadas dão condições para sustentar que Vieira Netto foi submetido ao silenciamento já em vida, devido às constantes perseguições, em consequência de suas posições políticas e militância partidária. Posteriormente à morte, permaneceu num relativo esquecimento, mesmo tendo dado contribuições significativas para a construção de um projeto de transformação do país, seja na perspectiva do projeto educativo e formativo comunista a que ele esteve vinculado e foi figura de destaque, entre 1945 e 1973, seja por sua atuação profissional como advogado e professor, seja na contribuição ao projeto formativo na perspectiva transformadora.

É importante dizer que o esquecimento de Vieira Netto foi parcial, pois foi possível perceber nas iniciativas da OAB-PR que ele foi lembrado e reconhecido como advogado brilhante, militante das causas democráticas, sendo homenageado em algumas ocasiões pela entidade, como a Medalha José Rodrigues Vieira Netto, criada pela entidade no ano 2000, no apoio à edição do livro de Helm (2012) e no pedido de restauração de seu mandato como deputado estadual, cassado em 1948. A memória desse personagem do Direito está associada à sua atuação como presidente da Ordem e como conselheiro por vários anos, assim como a oposição à Ditadura Militar e a luta pela redemocratização do país. Nesse movimento, inscreve-se a ação que restituiu o seu mandato de deputado estadual cassado em 1948, pois foi lhe restaurado 65 anos depois, simbolicamente, no dia 20 de agosto de 2013, pela

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a pedido da OAB-PR e do deputado estadual Tercílio Turini.

Esse apagamento parcial da faceta de Vieira Netto militante e comunista ganha contornos mais complexos, dada à dificuldade de localizar informações nos arquivos do PCB, anteriores a 1985. Ao fazer busca à Sede Estadual do PCB, encontramos pouquíssimo material sobre Vieira Netto ou sobre o período da Ditadura Militar, no Paraná, no que tange também ao partido. A relação de escassez de materiais se deve à forma encontrada pelos comunistas para conseguirem se proteger, tendo em vista as constantes incursões feitas sobre o partido, a fim de averiguar suas ações e identificar seus militantes, para, posteriormente, tomarem as providências que era de praxe na ditadura: perseguição, prisão, tortura e, até mesmo, o assassinato de militantes. No Paraná, por mais que o partido fosse signatário da corrente que defendia a luta democrática como forma de oposição e de superação da ditadura, a posição do PCB em nível Nacional, a perseguição, os mandados de busca e apreensão em residências, escritórios, as prisões e os processos foram uma constante.

No âmbito da UFPR, nos anos finais da ditadura militar, observa-se a colocação de uma placa, em 14 de dezembro de 1984, por iniciativa dos seus ex-alunos, formandos de 1964. Esta placa encontra-se na entrada do prédio da Faculdade de Direito. Além disso, a Faculdade de Direito da UFPR denominou o Escritório Modelo com o nome de José Rodrigues Vieira Netto, inaugurado no ano de 1995, mas que hoje, denomina-se Núcleo de Práticas Jurídicas, sem menção a Vieira Netto. Recentemente, o Conselho Universitário da UFPR aprovou a criação do Museu do Percurso, no qual Vieira Netto figura entre os homenageados, conforme Ata da Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, realizada em 25 de maio de 2017. Importante dizer que a decisão do Conselho Universitário decorreu do Processo nº 108901/2015-65, oriundo da Reitoria, que discutia a reinstalação do busto do ex-Reitor Flávio Suplicy de Lacerda derrubado pelos estudantes, no ano de 2014.

Conforme ata da reunião do Conselho Universitário, “a conselheira Vera Karam Chueiri solicitou vistas ao processo”.¹⁶⁷ (UFPR, Ata do dia 25 de maio de 2017).

¹⁶⁷ Na reunião do dia 25 de maio de 2017, o relator Tibiriçá Krüger Moreira leu seu parecer. Logo após, a conselheira Vera Karam Chueiri solicitou vistas ao processo. A seguir, a conselheira Carolina Langnor e Souza Lisboa leu o parecer da então conselheira Maria Victória Ribeiro Ruy. O relato original não foi

Nessa reunião do Conselho Universitário a presidência concedeu voz a Daniel Godoy, membro da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná.¹⁶⁸ Na sequência, esta Conselheira leu seu relato de vista e propôs a criação de um museu do percurso, com quatro marcos:

1) marco na sede José Munhoz de Mello; 2) recolocação do busto do Professor Flávio Suplicy de Lacerda; 3) marco nas proximidades do Ed. D. Pedro II, referente à resistência estudantil em maio de 1968 e 4) colocação do busto do Professor José Rodrigues Vieira Netto. (UFPR, Ata do dia 25 de maio de 2017).

Após a leitura do parecer e a proposição da criação do museu, o Conselheiro Tibiriçá Krüger Moreira retirou seu parecer convergindo com o parecer de Vera Karam de Chueiri. A mesma atitude foi seguida pelo Conselheiro Nivaldo Eduardo Rizzi, após consultar o Conselheiro Amadeu Bona Filho. Colocado em discussão, o parecer da conselheira Vera Karam foi elogiado, destacando que debates como esses deveriam ocorrer na UFPR, tendo em vista a importância para toda a Universidade e para a sociedade paranaense. Ao ser posto em votação, o parecer de vista da Conselheira Vera Karam de Chueiri foi aprovado por unanimidade. (UFPR, Ata do dia 25 de maio de 2017)

Esses lugares de memória são importantes, pois ao longo da realização desta tese realizamos busca por materiais, informações, documentos junto à Faculdade de Direito e encontramos pouca coisa referente a Vieira Netto. Há, na Biblioteca da Faculdade, alguns exemplares de livros publicados por ele e artigo de Revista do Centro Acadêmico Hugo Simas. Nesse sentido, constatamos que as homenagens, a preservação da memória em relação à trajetória de Vieira Netto estão associadas às entidades de classe, em particular à OAB-PR e IAP, às quais ele fez parte como advogado. Em seguida, a UFPR com algumas ações, com destaque para o Museu do Percurso, aprovado em 2017, mas ainda não inaugurado.

lido, pois já tinha sido abordado em sessões anteriores. O Conselheiro Nivaldo Eduardo Rizzi, suplente de Amadeu Bona Filho, ausente por motivo de saúde, apresentou uma síntese do relato original. Depois disso, a presidência concedeu voz ao Senhor Daniel Godoy, membro da Comissão da Verdade do Estado do Paraná. (UFPR, Ata do dia 25 de maio de 2017).

¹⁶⁸ Em relação aos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade no Paraná é possível conferir o relatório publicado no ano de 2014, intitulado: Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR - Tereza Urban. PARANÁ. Comissão Estadual da Verdade Tereza Urban. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Tereza Urban.** 2014. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.pr.gov.br/arquivos/File/relatorios/relatorio_CEV_PR.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

A criação desse museu abrirá novos campos de estudos, afinal recoloca-se o busto de Flávio Suplicy de Lacerda, ex-Reitor e Ex-Ministro da Educação na ditadura militar, derrubado pelos estudantes em 1968 e em 2014. De outro lado, como tentativa de solução do impasse, o Conselho Universitário incluiu na proposta o busto de Vieira Netto, além dos outros espaços já mencionados. Os estudos futuros poderão apontar até que ponto Vieira Netto foi incluído na memória da UFPR como resultado de preocupações com a diversidade das memórias ou se ele foi incluído como medida compensatória para que Flávio Suplicy tenha, finalmente, seu busto mantido, sem riscos de ir ao chão mais uma vez, pois vale lembrar, conforme a Ata do Conselho Universitário, que o projeto, inicialmente, tratava da recolocação do busto de Suplicy.

Tais estudos poderão contribuir para a compreensão das relações internas da UFPR que teve de um lado Vieira Netto perseguido, preso, aposentado compulsoriamente, imediatamente após o golpe militar, sob a alegação de tratar-se de um professor brilhante, com muito prestígio entre os estudantes e, por isso, capaz de tornar-se nocivo à mocidade universitária; e, de outro, Flávio Suplicy, nomeado por Castello Branco, Ministro da Educação em 15 de abril de 1964. Essas relações são emblemáticas, pois Suplicy e Castello Branco assinaram o documento da aposentadoria compulsória de Vieira Netto, no dia 21 de setembro de 1964, após investigação sumária. Passados três anos, Suplicy foi testemunha de defesa de Vieira Netto, conforme depoimento prestado à Auditoria da 5ª Região Militar, em 30 de março de 1967.

A criação do Museu do Percurso que incluiu Vieira Netto dentre os homenageados, trata-se de uma das maiores ações no sentido da preservação da memória, mesmo que, anteriormente, tenham sido poucas ações nesse sentido. O Museu do Percurso é uma forma de reconhecimento de suas lutas e de reparo das perseguições políticas que resultaram em sua aposentadoria compulsória, na proibição de participar da cerimônia de formatura, em 1964. Nesse sentido, registramos outras observações, a saber: Vieira Netto era um militante do Partido Comunista e marxista convicto, entretanto, devido às restrições impostas pelos militares no que tange aos Atos Institucionais e à Lei de Segurança Nacional, ao anticomunismo presente na sociedade curitibana, a Universidade, timidamente, realçou a trajetória de Vieira Netto, restringindo a uma placa de iniciativa dos estudantes.

Em matéria publicada pela UFPR, por ocasião da aprovação do Museu do Percurso, o Reitor afirmou que :

Foi uma construção da Reitoria, junto com vários atores, de uma solução de consenso que resultou de muito diálogo. A partir desta articulação e desta construção de consenso, aprovou-se que a memória do professor Flávio Suplicy de Lacerda não virasse uma disputa entre polos extremados, mas fosse colocada em uma moldura mais ampla, que diz respeito ao compromisso da UFPR com o resgate do seu passado e com sua memória, na sua integralidade. (COUN aprova, 2017).

Há que se aguardar a inauguração do Museu do Percurso para compreender a ênfase que será dada à trajetória de Vieira Netto. Mantendo-se o objetivo proposto na aprovação da criação do museu, espera-se que ele seja apresentado como professor e advogado, mas também como militante comunista, como perseguido pela ditadura militar, como preso, como defensor das liberdades democráticas, enfim, de maneira a apresentar sua trajetória sem negar a sua militância política e suas posições teóricas marxistas, pois o que lhe acarretou todos os processos, as perseguições, as prisões, a aposentadoria compulsória foram suas posições político-ideológicas.

Quis o destino que Vieira Netto não vivesse para ver sua pátria conquistar as liberdades que ele tanto defendeu. No ano de 1985, teve fim a ditadura militar no Brasil. Em 1988, o país conquistou sua nova Constituição Federal. Em 1989, aconteceu a primeira eleição presidencial com o voto de todos os cidadãos brasileiros. Nessa Constituição, também chamada de Constituição Cidadã, encontram-se garantidos inúmeros direitos sociais, direitos políticos, respeito às ideologias e à diversidade de pensamento. Há diversas menções à importância da democracia e da educação, também como direitos. Não foi pretensão fazer uma relação entre o que defendia Vieira Netto e o que se estabeleceu na Constituição Federal de 1988, no entanto, graças à luta de pessoas como ele, que pagaram um alto preço por defender a democracia, que a nossa geração vive sob o regime democrático e a afirmação de inúmeros direitos formalizados na Carta Magna. É nesse sentido, mais uma vez, que esta tese reforça o sentido conferido aos intelectuais como categorias sociais que se inserem em sua realidade concreta na defesa dos valores universais, das grandes causas da sociedade, como a justiça, a verdade, as liberdades e a democracia.

Parte das lutas defendidas por Vieira Netto está na Constituição de 1988. Porém, as revisões finais desta tese ocorrem no momento das eleições do ano 2018, no Brasil. Trata-se de um período notadamente marcado pelo avanço de forças

simpáticas à militarização da sociedade, com riscos às liberdades democráticas e às conquistas do período pós-ditadura, expressos na Constituição Federal de 1988. O que virá, dependerá de como tais forças políticas irão se posicionar e de como tais liberdades serão ou não respeitadas. Assim, em memória daqueles que defenderam os princípios democráticos, a liberdade política e de pensamento, acreditamos que esta tese possa trazer, também, contribuições para aprendermos com nosso passado recente. Espera-se que Vieira Netto não seja silenciado uma vez mais, que seus posicionamentos como defensor dos valores universais possam inseri-lo no rol dos intelectuais brasileiros comprometidos com as causas da humanidade e daqueles que colocaram seus conhecimentos, suas ações e sua vida a serviço dos valores universais.

FONTES E ARQUIVOS PESQUISADOS

1 - RELAÇÃO DAS PASTAS TEMÁTICAS PESQUISADAS NO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS-PR

CÓDIGO DA PASTA

BR PRAPPR.PB004.PT313.35
 BR PRAPPR.PB004.PT163.19

 BR PRAPPR.PB004.PT326.38
 BR PRAPPR.PB004.PT336.39
 BR PRAPPR.PB004.PT780a.89
 BR PRAPPR.PB004.PT1147.137
 BR PRAPPR.PB004.PT1405.166

 BR PRAPPR.PB004.PT1465.173
 BR PRAPPR.PB004.PT1466a.173
 BR PRAPPR.PB004.PT1466d.173
 BR PRAPPR.PB004.PT1468a.174
 BR PRAPPR.PB004.PT1468b.174
 BR PRAPPR.PB004.PT1468c.174
 BR PRAPPR.PB004.PT1468d.174
 BR PRAPPR.PB004.PT1468e.175
 BR PRAPPR.PB004.PT1489.178
 BR PRAPPR.PB004.PT1497.180
 BR PRAPPR.PB004.PT1722.206
 BR.PRAPPR.PB004.PT279.31
 BR.PRAPPR.PB004.PT263.29
 BR.PRAPPR.PB004.PT282.31
 BR PRAPPR.PB004.PT121.15
 BR PRAPPR.PB004.PT312.34
 BR PRAPPR.PB004.PT274b.30

 BR PRAPPR.PB004.PT599a.67

TÍTULO DA PASTA

Os comunistas fichados de 1955
 Campanha contra o acordo Brasil - Estados Unidos
 Congresso Estadual Pró-Paz
 Congresso Pró-Paz e Cultura
 Documentos da DOPS Antigos Pasta 1
 Instituto dos Advogados do Paraná
 Movimento Paranaense dos Partidários Paranaenses da Paz
 Partido Comunista
 Pasta PCB
 Não nominada
 PCB P1 – Documentos diversos
 PCB P2 – Documentos diversos
 PCB P3 – Documentos diversos
 PCB P4 – Documentos diversos
 Não nominada
 PCB Geral do Paraná
 PCB Ponta Grossa
 Revolução – Mar – 64
 Comitê Comunista Vila Pinto – PCB
 Comitê Comunista Cajuru – PCB
 Comitê Democrático dos Advogados
 Atividades Comunistas
 Não nominada
 Comitê Comunista do PCB de Paranaguá – Pasta 2
 A luta dos camponeses em Porecatu

2 - RELAÇÃO DAS PASTAS INDIVIDUAIS (PI) PESQUISADAS NO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS-PR

NÚMERO DA PASTA

PI 1481.356

 PI 2194.400
 PI 2193.400

NOME DA PASTA

Maria Olímpia Carneiro Mochel
 Hedel Jorge Azar
 José Rodrigues Vieira Netto
 José Rodrigues Vieira Netto

3 - RELAÇÃO DAS FICHAS INDIVIDUAIS PESQUISADAS NO ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ – FUNDO DOPS-PR

NÚMERO DA FICHA	NOME DA FICHA
02.855	Hedel Jorge Azar
26.160	Maria Olímpia Carneiro Mochel
30.748	Izaurino Gomes Patriota
45.992	José Rodrigues Vieira Netto
45.994	José Rodrigues Vieira Netto
08.228	Francisco Osvaldo Castellucci

A INSTALAÇÃO do Comitê Estadual do PCB no Paraná. **Jornal Tribuna Popular**. Rio de Janeiro, 29 de setembro 1945. Nº 113. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&PagFis=970&Pesq=vieira%20neto>> Acesso em: 18 mar. 2017

ANDRADA, F. C. Discursos. Discurso pronunciado na seção solene in memoriam do Prof. Vieira Netto, promovida pela OAB-PR no dia 29 de maio de 1973. In: Ordem dos Advogados do Brasil seção Paraná. **O Advogado José Rodrigues Vieira Netto**. [s.l.: s.nº], 1974.

APLAUSOS às palavras de Prestes. **Jornal Tribuna Popular**. Rio de Janeiro, 17 de junho 1947. nº 626. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&PagFis=4262&Pesq=vieira%20neto>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

APUFPR: 50 anos de história. **Fascículo I, década de 1960**. Abril de 2010.

ASSEMBLEIA realiza ato de restauração simbólica do mandato de Vieira Netto. **Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná**. Disponível em: <<https://www.oabpr.org.br/assembleia-realiza-ato-de-restauracao-simbolica-do-mandato-de-vieira-netto/>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

ASSEMBLEIA devolve simbolicamente mandato do deputado Vieira Netto. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/divulgacao/noticias/assembleia-devolve-simbolicamente-mandato-do-deputado-vieira-netto-1>>. Acesso em: 8 dez. 2018.

Biblioteca Central da UFPR – Atas do Conselho Universitário

BNM Digital. **Projeto Brasil: Nunca Mais**. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. PASTAS PESQUISADAS: BNM Digital, 255; BNM Digital, 279; BNM Digital, 315; BNM Digital, 390; BNM Digital, 391; BNM Digital, 397; BNM Digital, 512; TOMO V, Vol. 1; TOMO V, Vol. 2.

BORBA, A. **7000 ferroviários em greve**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

BRASIL. Casa Civil. **Sobre Clóvis Beviláqua, ao inaugurar o Congresso Nacional de Direito, em 04 de outubro de 1959.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1959/49.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Aeronáutica. **Atos da Revolução de 1964.** Volume I: de 09 de abril de 1964 a 15 de março de 1967. Coletânea preparada pelo Ministério da Aeronáutica. [1967].

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral. **Resultados.** Disponível em: <<https://apps.tre-pr.jus.br/files/resultados/19471116A75353.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Cancelamento de registro do Partido Comunista Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/cancelamento-de-registro-do-partido-comunista-brasileiro>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 1841, sessão de 07 de maio de 1947.** Processo nº 411/412: Cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963.** v. 7., 1973. Disponível em: <[file:///C:/Users/Dell/Downloads/dados_estatisticos_vol7%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/dados_estatisticos_vol7%20(1).pdf)>. Acesso em: 13 maio de 2016.

BRASIL. Casa Civil. **Lei de 11 de agosto de 1827.** Crêa dous Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-11-08-1827.htm> Acesso em: 12 mar. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 900/1947.** Situação: Transformado na Lei Ordinária 211/1948. Origem: PLS 24/1947. Regula os casos de extinção dos mandatos legislativos da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios, eleitos ou não sob legenda partidária. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=485550>>. Acesso: 13 dez. 2017.

BRASIL. Casa Civil. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.** Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte, originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm>. Acesso em: 10 dez. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964**. Lei Suplicy de Lacerda. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-norma-pl.html>>. Acesso em: 15 nov. 2016

BRASIL. Casa Civil. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Senso Demográfico 2010 – Brasil**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **VI Recenseamento Geral do Brasil**. Censo Demográfico (1º de julho de 1950). Estado do Paraná – Seleção dos Principais dados. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_pr.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940)**. Série Regional – Parte XVII – Paraná – Censo Demográfico: População e habitação. Censos Econômicos: Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p18_pr.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Galeria de Ministros – Ministro Roberto Tavares de Lira**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/13499-galeria-de-ministros-ministro-roberto-tavares-de-lira>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CONSELHO Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. **Ata...** da 1.199ª sessão extraordinária da 37ª Reunião Ordinária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (Conselho Pleno), realizada aos dezoito de outubro do mil novecentos e sessenta e sete, em sua sede, a Avenida Marechal Câmara, duzentos e dez, sexto andar - Casa do Advogado - Estado da Guanabara. 1967.

CONSELHO Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. **Ata...** da 683ª sessão da 22ª Reunião Ordinária do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil realizada aos dois de Dezembro de mil novecentos e cinquenta e dois, na sede da Secção do Distrito Federal. 1952.

CONSELHO Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. **Processo nº C-1.138/67**. Assunto: Representação da Seção do Estado do Paraná sobre violências de autoridade militar contra advogados no exercício da profissão. 1967.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

DEPUTADOS paranaenses contra a cassação dos mandatos. **Jornal Tribuna Popular**. Rio de Janeiro, 15 de julho 1947. nº 650. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&PagFis=4262&Pesq=vieira%20neto>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

DOTTI, R. A. **Aviventando os rumos da saude**. Discurso proferido em 19 de outubro de 2006, em agradecimento à homenagem recebida da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná. Disponível em: <<http://www.professordotti.com.br/reneDotti/doc/discursooab.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

EDITORIAL. **Jornal da Ordem**, Curitiba, nº 168, janº/fev. 2013. Notícia. p. 5. Disponível em: <<http://admin.oabpr.org.br/imagens/jornal/artigos/130.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

EDUARDO Virmond recebeu da OAB a medalha Vieira Neto. Redação. **Tribuna**, Curitiba, 18 janº 2010. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/eduardo-virmond-recebeu-da-oab-a-medalha-vieira-neto/>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

ESPECIAL. **Revista Veja**, São Paulo, 19 de jul. 1978. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/index.html#/edition/515?page=50§ion=1&word=515>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

ESTATUTOS do Partido Comunista do Brasil. **Direitos e deveres dos membros do Partido**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1945/11/estatuto-pcb.pdf>>. Acesso em 2 jul. 2016.

FACULDADE de Direito. Universidade de São Paulo. **Centro Acadêmico XI de Agosto**. Disponível em: <http://www.direito.usp.br/faculdade/caxi08_01.php>. Acesso em: 19 fev. 2017.

FERREIRA, M. M.; PINTO, S. C. S. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J; DELGADO, L. de A. Nº (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FGV (Fundação Getúlio Vargas); CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). **Acordo Militar Brasil-EUA (1952)**: verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/acordo-militar-brasil-estados-unidos-1952>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

FGV (Fundação Getúlio Vargas); CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). **Aliança liberal**: verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-liberal>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

FGV (Fundação Getúlio Vargas); CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). **Clóvis Salgado**: verbete. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Clovis_Salgado>. Acesso em: 18 janº 2017.

FGV (Fundação Getúlio Vargas); CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). **Partido Comunista do Brasil (PCB)**: verbete. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf)>. Acesso em: 28 janº 2018.

FGV (Fundação Getúlio Vargas); CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). **União Democrática Nacional (UDN)**: verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

FGV (Fundação Getúlio Vargas); CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). **Liga Eleitoral Católica (LEC)**: verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-eleitoral-catolica-lec>>. Acesso em 2 mar. 2017.

FGV (Fundação Getúlio Vargas); CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). **Jornal Tribuna Popular**: verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-popular>>. Acesso em: 15 maio 2017.

FILIZOLA, C. **Mandado de segurança**: em defesa do mandato do Deputado Vieira Netto. [s.l.]: [s.n], 1948.

HABEAS CORPUS em favor do Prof. José Rodrigues Vieira Netto contra coação emanada do Superior Tribunal Militar e da Auditoria da 5ª R.M. Impetrantes: Prof. René Dotti, Dr. Élio Narézi, Dr. Luiz Carlos Pujol e Dr. Carlos Robichez Penna. [s.l.]: [s.n], 1966.

HELM, C. M. V. **José Rodrigues Vieira Netto**: a vida e o trabalho de um grande mestre. Curitiba: OAB, 2012.

HOMENAGEM a Roosevelt. **Jornal Tribuna Popular**. Rio de Janeiro, 07 de maio 1945. nº 293. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&PagFis=4262&Pesq=vieira%20neto>>. Acesso em: 21 janº 2017.

INSTALAÇÃO da Comissão Examinadora do Concurso para professor Catedrático de Direito Civil, em 22 de outubro de 1957. **Ata...** Disponível em:

<<https://direitocivil100anosufpr.wordpress.com/documentos>>. Acesso em: 26 janº 2016.

INSTALADO solenemente o pleno do PCB. **Jornal Tribuna Popular**. Edição nº 532, de 23 de fevereiro de 1947. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&PagFis=4262&Pesq=vieira%20neto>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

IPARDES. **O Paraná reinventado**: políticas e governo. Curitiba: IPARDES, 1987.

JULGAMENTO final do concurso para Docente Livre, na cadeira de Direito Civil, da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 12 de junho de 1957. **Ata...** Disponível em: <<https://direitocivil100anosufpr.wordpress.com/documentos>>. Acesso em: 26 janº 2016.

KARAN, M. À margem do julgamento de Otelo. In: NETO, V.; LIMA, A. **O julgamento de Otelo**. Curitiba, Imprensa da Universidade do Paraná, 1962.

KATZWINKEL & Advogados Associados. Justificativas para pedido de Anistia. Curitiba: [s.nº], [s.d.].

LACERDA, Flávio Suplicy. Discurso. In: Anuário da Universidade do Paraná. Curitiba, 1967.

MANUAL de Organização Partidária. **Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro**. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/manual.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MARIGHELLA, C. **Por que resisti a prisão**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MEMÓRIA: Cem anos de Direito Civil na Universidade Federal do Paraná. **José Rodrigues Vieira Netto**. Disponível em: <<https://direitocivil100anosufpr.files.wordpress.com/2012/05/josc3a9-rodrigues-vieira-netto.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

MEMÓRIAS da ditadura. **Luiz Carlos Prestes**. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/luis-carlos-prestes/index.html>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

NASCE a esquerda democrática. Disponível em: <<http://www.psb40.org.br/quem-somos/nossa-historia-2>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1946.

NERUDA, P. **Canto Geral**. 6. ed. São Paulo: Difel, 1984.

NICOLAS, M. Paraná: Assembléia Legislativa. **130 anos de vida parlamentar paranaense, 1854-1984**. Curitiba: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, [1984?].

O APELO de Estocolmo. Disponível em: <<https://fdinarc.org.br/fdr/2012/06/22/o-apelo-de-estocolmo>> Acesso em: 20 fev. 2018.

O CAPITÃO Luiz Carlos Prestes define sua attitude actual. **Jornal Diário da Noite**. Rio de Janeiro, 29 de maio 1930. V. 2, nº 199. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=221961_01&PagFis=252&Pesq=liberal>. Acesso em: 23 fev. 2018.

O JORNAL mais lido do Brasil. **Jornal Tribuna Popular**. Rio de Janeiro, 23 de dezembro 1947. nº 787. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&PagFis=4262&Pesq=vieira%20neto>>. Acesso em: 23 maio. 2017.

ORDEM dos Advogados do Brasil - Seção Paraná. **O advogado José Rodrigues Vieira Netto**. [s.l.]: [s.n.], 1974.

ORDEM dos Advogados do Brasil - Seção Paraná. **OAB Paraná 1932-2007: a OAB Paraná aos 75 anos**. Curitiba: Serzgraf, 2007.

ORDEM dos Advogados do Brasil - Seção Paraná. **80 anos OAB: 1932-2012**. Curitiba: Midiograf, 2012.

ORDEM dos Advogados do Brasil - Seção Paraná. **85 anos OAB: 1932-2017**. Curitiba: Hellograf Artes Gráficas, 2017.

OS RUMOS da OAB Paraná nos próximos três anos. Notícia. **Jornal da Ordem**, Curitiba, nº 168, p. 20, janº/fev. 2013. Disponível em: <<http://adminoabpr.org.br/imagens/jornal/artigos/130.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

PARANÁ (Estado). Assembleia Constituinte, 1947, **Anais...** [Curitiba]: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1949.

PARANÁ. Comissão Estadual da Verdade Tereza Urban. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade – PR Tereza Urban**. 2014. Disponível em: <http://www.comissaodaverdade.pr.gov.br/arquivos/File/relatorios/relatorio_CEV_PR.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

PCB: vinte anos de política, 1958-1979: documentos. São Paulo: Lech, 1980.

PILOTTO, O. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. [Curitiba]: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

RELAÇÃO completa e definitiva dos candidatos e senadores e deputados pelo PCB. **Jornal Tribuna Popular**. Rio de Janeiro, 14 de novembro 1947. nº 149. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&PagFis=4262&Pesq=vieira%20neto>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

RESOLUÇÃO Política do C.E. da Guanabara do PCB. **Temas**, nº 10, p. 71-91, mar. 1970.

SIAAPM (Sistema Integrado de Acervo do Arquivo Público Mineiro). **Arquivos da Polícia Política**: acervo do período de 1927 a 1982. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=3833&imagem=1431>. Acesso em 26 fev. 2018.

UFPR (Universidade Federal do Paraná). **Anuário: 1963-1964**. [Curitiba]: [UFPR], [s.d]. [Anuário da universidade].

UFPR (Universidade Federal do Paraná). **Atas do Conselho Universitário**. Ata da reunião realizada no dia 31 de julho de 1964. [Curitiba]: [UFPR].

UFPR (Universidade Federal do Paraná). **Atas do Conselho Universitário**. Ata da reunião realizada no dia 04 de agosto de 1964. [Curitiba]: [UFPR].

UFPR (Universidade Federal do Paraná). **Atas do Conselho Universitário**. Ata da reunião realizada no dia 31 de agosto de 1964. [Curitiba]: [UFPR].

UFPR (Universidade Federal do Paraná). **Atas do Conselho Universitário**. Ata da reunião realizada no dia 06 de outubro de 1964. [Curitiba]: [UFPR].

UFPR (Universidade Federal do Paraná). **Atas do Conselho Universitário**. Ata da reunião realizada no dia 25 de maio de 2017. [Curitiba]: [UFPR].

VARGAS, T.; HOERNER JR. V.; BÓIA, W. **Academia Paranaense de Letras**. Curitiba: CR&C/Verbo, 1995.

VIEIRA NETTO, J. R. In: **Anais da Assembleia Constituinte**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1949.

VIEIRA NETTO, J. R. **Posse e domínio da herança**. Curitiba: Litero Técnica, 1957.

VIEIRA NETTO, J. R. **O Marxismo**. Revista Themis. Curitiba: nº 7, p. 35-50, maio, 1958.

VIEIRA NETTO, J. R. **O Risco e a imprevisão**. Curitiba: Juruá, 1989.

VIEIRA NETTO, J. R. Crônica universitária: direito e organização social. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**. 1960a, v. 8, nº 0. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/6655/4763>>. Acesso em: 10 junº 2016.

VIEIRA NETTO, J. R. Discurso de paraninfo. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**. 1960b, v. 8, nº 0. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/6652/4760>>. Acesso em: 12 junº 2016.

VIEIRA NETTO, J. R. **Escrito de testamento que faz José Rodrigues Vieira Netto**. Curitiba, 1972.

VIEIRA NETTO, J. R. Ordem dos Advogados do Brasil: suas origens, estrutura e funcionamento. In: ORDEM dos Advogados do Brasil - Seção Paraná. **O advogado José Rodrigues Vieira Netto**. [s.l.]: [s.nº], 1972.

VIEIRA NETTO, J. R. **Sobre as quatro liberdades**. Discurso do paraninfo que não foi lido em solenidade de colação de grau dos Bacharéis de 1964, por deliberação do M. Reitor e do Conselho Universitário. [Pasta da DOPS PR 2194-400 - Pasta individual: José Rodrigues Vieira Netto).

VIEIRA NETTO, o defensor das liberdades. Notícia. **Jornal da Ordem**, [Curitiba], nº 168, p. 20, janº/fev. 2013. Disponível em:
<<http://adminºoabpr.org.br/imagens/jornal/artigos/130.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

WENDELL Willkie: American politicianº **Encyclopaedia Britannica**. Disponível em:
<<https://global.britannica.com/biography/Wendell-Willkie>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. C. de; BITTENCOURT, M. D. C; COSTA, R. L. da. **Memórias do Instituto dos Advogados do Paraná: 90 anos**. Curitiba: Champagnat, 2009.

ASSOAD. **Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://assoad.org.br/historia.html>> Acesso em: 10 mar. 2017

BARANOW, U. G.; SIQUEIRA, M. D. (Org.). **Universidade do Paraná: história e estórias – 1912 a 2007**. Curitiba: UFPR, 2007.

BARROS, J. D. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BASTOS, E. R.; RÊGO, W. D. L. **Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olhos d'Água, 1999.

BOBBIO, N^o 1954. Intelectuais e vida política na Itália. In: BASTOS, E. R.; RÊGO, W. D. L. **Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olhos d'Água, 1999.

BOBBIO, N^o, MATTEUCCI, N^o, PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora UNB, 1998.

BOURDIEU, P. 1998a. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A. & CATANI, A. (Org.). **Escritos da educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, P. 1998b. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A. & CATANI, A. (Org.). **Escritos da educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, P. 2004. Campo intelectual: um mundo à parte. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papirus. 2008.

BRAGGIO, A. K.; FIUZA, A. F. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. **Tempo & Argumento**, v. 5, n^o 10, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013430/2879>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CAMPOS, N. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1950**. 2006, 247 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CAMPOS, N. História Intelectual e História Cultural: um recorte e Roger Chartier. **Revista Eletrônica Documento Monumento**. 2015. v. 16, n^o 1. Disponível em: <<http://200.129.241.80/ndihr/revista/revistas-antiores/revista-dm-16.pdf>>. Acesso em: 05 mar 2016.

CARONE, E. **O PCB: 1964 a 1982**. vol. 3. São Paulo: Difel, 1982.

CARR, E. H. **Que é história?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHILCOTE, R. H. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CODATO, A. KIELLER, M. **Velhos Vermelhos**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

CODATO, A.; SANTOS, F. J. dos (Org.). 2006. **Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

COELHO, E. C. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COMPARATO, F. K. **A Afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

COSTA, R. C. da. **O ensino de filosofia no estado do Paraná: dilemas e contradições entre ensinar filosofia e ensinar a filosofar na perspectiva da emancipação humana**. 2014, 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2014.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CZAJKA, R. **Praticando delitos, formando opinião: intelectuais, comunismo e repressão no Brasil (1958-1968)**. 2009. 388 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CZAJKA, R. A revista *Civilização Brasileira*: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). **Revista Sociologia e Política**. Nº 35, p. 95-117, fev. 2010.

DE DECCA. E. S. **1930 O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DEBRAY, R. **O escriba: gênese do político**. Rio de Janeiro: Retour, 1983.

DICIONÁRIO Político. **Doutrina Truman**^o Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/d/doutrina_truman^ohtm>. Acesso em 25 jun^o 2018.

DICIONÁRIO Político. **McCarthy, Joseph Raymond**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/mc_carthy.htm>. Acesso em: 25 jun^o 2018.

DRUMOND, P. H. D.; CROCETTI, P. S. **O ensino jurídico na Curitiba da primeira metade do século XX: Filosofia do Direito, Direito Civil e Direito Penal nos albos da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná**. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/setor-2/historia/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

DUTRA, J. C. A Revolução de 1964 e o Movimento Militar no Paraná: a visão da caserna. **Revista de Sociologia e Política**. Nº 22, p. 195-208, jun. 2004.

ENCÍCLICA quanta cura **del sommo pontefice Pio IX**. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/pius-ix/it/documents/encyclica-quanta-cura-8-decembri-1864.html>> Acesso em: 10 jun. 2018

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

FAUSTO, B. (Org.). **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**. Tomo 3, vol.2. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004. (Col. História da Civilização Brasileira).

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

GASPARI, E. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIMENEZ, A. B. W. **O medo da revolução na “terra dos pinheiros”**: o imaginário anticomunista na sociedade curitibana (1947-1964). 2003, 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2003.

GIMENEZ, A. B. W.; RIBEIRO, L. C.. A Luta entre catolicismo e comunismo nas páginas das revistas curitibanas, 1945-1964. **Religare**. 2014. v.11, nº 2. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/22263/12356>>. Acesso em: 17 maio 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1. 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2. 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3. 2007.

GRESPLAN, J. Considerações sobre o método. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 291-300.

HELLER, M. I. **Resistência democrática**: a repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IPÓLITO, V. K. Discursos de intolerância e retratos da perversão: a construção do mito político da conspiração comunista pela DOPS no Paraná (1945-1953). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14., 2014. Campo Mourão. **Anais eletrônicos...** Campo Mourão: ANPUH, 2014. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/68.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2016.

IPÓLITO, V. K. DOPS, PCB e o mito da conspiração comunista no Paraná (1945-1953). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 15., 2016. Curitiba. **Anais**

eletrônicos... Curitiba: ANPUH, 2016. Disponível em:
<http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1467250015_ARQUIVO_Texto_ANPUHCURITIBA2016_Veronica.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

IPÓLITO, V. K. O “perigo vermelho”: a conformação do mito da conspiração comunista pela DOPS no Paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em:
<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428457518_ARQUIVO_TextoAnpuh2015.pdf>. Acesso em 15 set. 2016.

JOSÉ, E.; MIRANDA, O. **Lamarca, o capitão da guerrilha**. São Paulo: Global, 1980.

KONDER, L. O PCB no imediato pós-guerra (1945-46). **Revista Temas de Ciências Humanas**. São Paulo, v. 8, [s.nº] p. 79-102. 1980.

LIGUORI, G.; VOZA, P. (Org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LACERDA, S.; KIRSCHNER, T. C. Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos. LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 25-39.

LENIN, V. I. **Que Fazer?** São Paulo: Hucitec, 1978.

LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

LOPES, M. A. **Para ler os Clássicos do pensamento político: um guia historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LOVE, J. L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACHADO, V. F. “**Diatribes viperinas e digressões quixotescas**”: debates intelectuais e projetos educacionais na década de 1950. 2009, 221 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, K. **Glosas críticas: marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”**. De um Prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

KARL, M. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política** - Livro 1. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1.

MICELI, S. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MOTA, C. G. **Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974**. São Paulo: Ática, 1998.

NASCIMENTO, G. R. do. Um arquipélago teleguiado: Fernando de Noronha na relação do Brasil com os Estados Unidos. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Fortaleza, 2009. **Anais Eletrônicos**. Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0260.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

NOGUEIRA, J. G. **Carlos Lamarca: o militar guerrilheiro (1969-1971)**. 2009, 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2009.

NETO, V.; LIMA, A. **O Julgamento de Otelo**. Curitiba, Imprensa da Universidade do Paraná, 1962.

OIKAWA, M. E. **Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, J. S.; TOFFOLI, V. O ensino jurídico em nosso país no período imperial e no primeiro momento republicano, sua evolução histórico-metodológica e suas consequências na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 1., 2012, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Fundação Bouitex, 2012. p. 8648-8675. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6c14da109e294d1e>>. Acesso em: 11 junº 2017.

OLIVEIRA, R. C. de. **O silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, R. C. de; LEITE, R. L. (Org.). **Reflexões UFPR 100 ANOS (1912-2012)**. Curitiba: Editora da UFPR, 2012.

OLIVEIRA, R. C. de. A Universidade que a genealogia paranaense criou em 1912. In: OLIVEIRA, R. C. de e LEITE, R. L. (Org.). **Reflexões UFPR 100 ANOS (1912-2012)**. Curitiba: Editora da UFPR, 2012, p. 47-70.

ORTIZ, R. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PACHECO, E. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PALAMARTCHUK, A. P. **Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)**. 2003. 367 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PANDOLFI, D. **Camaradas e Companheiros: História e memória do PCB.** Rio de Janeiro: Relume Dumurá, 1995.

PANDOLFI, D. C. Os anos 30: as incertezas do regime. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais Eletrônicos...** João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.182.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.

PRIORI, Â. **O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964.** Maringá: Eduem, 1996.

PRIORI, A. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca de seus temas. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOÁ, Maria Izabel (Org.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX.** São Paulo: Cortez, 2003.

PRIORI, Â. A revolta camponesa de Porecatu. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza. ANPUH, 2009. Disponível em: <<https://anais.anpuh.org/?p=16454>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

PRIORI, Â. **O levante dos posseiros: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo.** Maringá: Eduem, 2011.

RÉMOND, R. As eleições. In: _____. (Org.). **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira.** 2. ed. São Paulo: Ed.UNESP, 2010.

RODRIGUES, H. O intelectual no “campo” cultural francês: do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. Belo Horizonte. **Revista Varia História.** v. 21, nº 34, p. 395-413, jul. 2005.

RODRIGUES, A. M. E. **Astrojildo Pereira: itinerário de um intelectual engajado.** 2010. 244 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SANFELICE, J. L. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. **Revista Simbio-Logias**, v. 8, nº 11, dez./2015. Disponível em: <<http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Educacao/Simbio-Logias/a-une-na-resistencia-ao-golpe-de-1964-e-a-ditadura-civil.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

SARTRE, J. P. **Os tempos Modernos: Apresentação.** 1945. In: BASTOS, E. R.; RÊGO, W. D. L. **Intelectuais e Política: a moralidade do compromisso.** São Paulo: Olhos d'Água, 1999.

SEGATTO, J. A. **Breve História do PCB**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 1992.

SILVA, O. H. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi, 1996.

SILVA, H. R. A História Intelectual em questão. In: LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-25.

SILVA, H. R. da. **Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papyrus, 2002.

SODRÉ, N. W. Contribuição à história do PCB 1. Antecedentes. **Revista Temas de Ciências Humanas**. São Paulo, v. 8, [s.nº] p. 79-102. 1980a.

SODRÉ, N. W. Contribuição à história do PCB 2. Infância. **Revista Temas de Ciências Humanas**. São Paulo, v. 9, [s.nº] p. 181-217. 1980b.

SOUZA, E. F. de. **“Flávio Suplicy Lacerda: relações de poder no campo acadêmico-político paranaense e o processo de federalização e modernização da Universidade do Paraná (1930-1971)**. 2016, 294 f. (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

SZWAKO, J. E. L. **Da faculdade à academia: Mecanismos de reprodução e estruturação burocrática o Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR (1974-1986)**. 2005, 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. São Paulo, 2011.

VIANNA, M. A. ANL (Aliança Nacional Libertadora). In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Org.). **Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no Século XX**. São Paulo: Cortez, 2003. p.31-60.

VIEIRA, C. E. **Historicismo, cultura e formação humana no pensamento de Antônio Gramsci**. 1999, 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

VIEIRA, C. E. Intelectualidade e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 8, nº 1, 2008. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/109/120>>. Acesso em: 16 set. 2016.

WACHOWICZ, R. C. **Universidade do Mate: história da UFPR**. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

WOITOWICZ, KJ. **Imagem contestada**: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

ZUIN, J. C. S. **Sobre o neologismo do intelectual**. Araraquara. Revista Estudos de Sociologia. v. 8, nº 15, 2003. Disponível em:
<<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/160/158>>. Acesso em: 13 set. 2016.

TESES E DISSERTAÇÕES

ABREU, J. S. **Operação pequeno príncipe** – A ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas oficina e oca (Curitiba, 1978). 2015, 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2015.

AGUENA, M. S. **O PCB e o movimento nacionalista e democrático (novos rumos 1959-1961)**. 2004. 223 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de São Carlos, São Carlos, 2004.

ALVES, F. A. **Fotojornalismo e regime militar**: a cobertura fotojornalística de temas polêmicos em dois jornais do Paraná (1968). 2012 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina (PR), 2015.

ALVES, T. J. J. **A pátria socialista**: a URSS sob o imaginário do PCB (1946-1953). 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2011.

AMARAL, R. M. **Uma memória silenciada**: ideias, lutas e decepções na vida do revolucionário Octávio Brandão: (1917-1980). 2003. 351 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2003.

AQUINO, C. B. **A educação em Jaboatão nas mãos de um comunista (1947-1951)**. 2008. 82 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

ARBEX, L. B. M. **Intelectualidade brasileira em tempos de Guerra Fria**: agenda cultural, revistas e engajamento comunista. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BENEVIDES, M. V. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro 1945-1965. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

BETT, I. **A (re)invenção do comunismo**: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. 2010. 262 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BRITO, A. de. **“A cruz vencerá o comunismo”**: o discurso anticomunista do Jornal Folha do Norte do Paraná (1962-1965). 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2015.

BRUNELO, L. **Repressão política na terra das araucárias**: a operação Marumbi em 1975, no Paraná. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2006.

CABRERA, J. R. **O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo: rupturas e continuísmos.** 2008. 302 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CAMPOS, N. **Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1950.** 2006. 247 f. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CASTANHO, S. M. **Política e lutas sociais no campo: organização dos trabalhadores rurais, legislação trabalhista e reforma agrária (anos 1950 e 1960).** 2006. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2006.

CAVALCANTE NETO, F. T. **“A ameaça vermelha”:** o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937). 2013. 303 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

CONCEIÇÃO, G. H. da. **Partidos políticos e educação:** a extrema esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo. 1999. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CONTE, D. **Nelson Werneck Sodré e as interpretações do Brasil moderno (1958-1964):** análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

DIAS, R. **A esquerda brasileira no contexto do fim da guerra fria.** 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

DRUMOND, P. H. D. **Ciência e ensino na cultura jurídica paranaense: direito penal e filosofia do direito no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Paraná (1913-1953).** 2011. 286 f. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

FALCÓN, G. **Um caminho brasileiro para o socialismo:** a trajetória política de Mário Alves (1923-1970). 2007. 223 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

FERNANDES, R. J. **Revolução e democracia:** vivências e representações (1960-1980). 2012. 268 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERREIRA, A. L. **A extrema esquerda cubana e a Revolução Cubana (1959-1974).** 2004. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis (SP), 2004.

FRANCHETTI, C. J. **Páginas de intolerância política:** a guerra psicológica contra o monstro vermelho na revista Lei e Política (1948-1950). 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2008.

GOMES, A. R. **Revolução e utopia: embates de um professor comunista em Aquidauana durante a ditadura militar (1964-1985)**. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GONÇALVES, M. M. K. **Elite vermelha: um perfil socioeconômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná – 1945-1964**. 2004, 184 f. Dissertação (Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, 2004.

GOULART, L. de S. **Astrojildo Pereira e a formação do Partido Comunista Brasileiro**. 2013. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis (SP), 2013.

IPÓLITO, V. K. **O vermelho que violenta a ordem: os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná**. 2016, 253 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

LEÃO, I. Z. C. C. **A matriz teórica de Caio Prado Júnior: a nação inconclusa**. 1994. 126 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

LENA JÚNIOR, H. de. **Astrojildo Pereira: um intransigente libertário (1917-1922)**. 1999. 168 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Severino Sombra, Vassouras (RJ), 1999.

LIMA NETO, I. R. **Escrita subversiva: o democrata, 1946-1947**. 2006. 283 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

LIMA, H. G. de. **O caso do comunismo democrático: o PCB na última ilegalidade (1964-1984)**. 1995. 499 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

MARIANI, B. S. C. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. 1996. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MARQUES, R. P. de P. **Repressão política e usos da constituição no governo Vargas (1935-1937): a segurança nacional e o combate ao comunismo**. 2011. 219 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARTINS, M. T. A. **À esquerda de seu tempo: escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre - 1927-1957)**. 2012. 340 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MATOS, R. L. O. de. **Políticas da educação do campo e movimentos sociais: apresentações e discussões sobre a experiência do estado do Paraná**. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2014.

- MATTOS, M. **As transformações do PCB e a democracia brasileira**. 2010. 209 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- MONTEIRO, C. **Política entre razão e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)**. 2013, 207 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- MONTEIRO, C. **Fora dos trilhos: As experiências da militância comunista na rede de viação Paraná-Santa Catarina (1934-1945)**. 2007, 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- NASCIMENTO, L. P. S. do. **A imprensa paranaense e a ditadura militar: 1964-1974**. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- NEVES, O. P. **Revista Civilização Brasileira (1965-1968): uma cultura de esquerda no cenário político ditatorial**. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- OLIVEIRA, D. K. L. de. **Gramsci e os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora: contribuição à educação na perspectiva da emancipação humana**. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- OLIVEIRA, I. M. de. **A literatura na revolução: contribuições literárias de Astrojildo Pereira e Alina Paim para uma política cultural do PCB nos anos 50**. 1998. 168 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.
- PALAMARTCHUK, A. P. **Ser intelectual comunista... escritores brasileiros e o comunismo (1920-1945)**. 1997. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- PEIXOTO, A. D. **Da organização à frente única: a repercussão da ação política do partido comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927-1930)**. 2006. 259 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- PEIXOTO, M. **O quarto poder vermelho: embates teóricos e político-ideológicos entre os anarquistas e comunistas no contexto da formação dos partidos comunistas do Brasil**. 2010. 326 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- REGGIANI, J. P. de M. **Repressão aos “grupos de onze”, na região norte do estado do Paraná (1963-1964)**. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2015.

REIS, C. M. **Construção do pensamento autoritário anticomunista no exército brasileiro nas páginas da revista Nação Armada (1939-1947)**. 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RODRIGUES, J. V. **A práxis educativa entre direção e base no partido revolucionário: uma análise a partir de Gramsci**. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

RÜCKERT, S. J. **Persuasão e ordem: a escola de quadros do Partido Comunista do Brasil na década de 50**. 1987. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

SALES, J. R. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. 2005. 251 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SAMWAYS, D. T. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**. 2014. 253 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SCHLESENER, A. H. **A recepção de Gramsci no Brasil: a interpretação no contexto do PCB nos anos 60**. 2001. 357 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

SILVA, C. C. **Embate entre camaradas: reconfigurações do imaginário comunista pelas páginas do jornal Imprensa Popular (1956-1958)**. 2014. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana (MG), 2014.

SILVA, E. C. da. **Zé Ninguém: trajetória de um comunista no interior de São Paulo**. 2015. 237 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2015.

SILVA, I. R. **“Flores do mal” na Cidade Jardim: comunismo e anticomunismo em Uberlândia (1945-1954)**. 2000. 444 f. (Dissertação Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2000.

SILVA, T. E. P. da. **Entre sapatos & livros: a trajetória de um sapateiro na militância comunista em Paranaguá/PR - 1935 a 1964**. 2014. 299 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, V. G. da. **A aliança para o progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)**. 2008. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, É. da S. **Além da traição: Manoel Jover Teles e o comunismo no Brasil no século XX**. 2013. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

SILVEIRA, M. P. de L. **Intelectuais e a questão da democracia no Brasil: um estudo a partir da revista Presença**. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOARES, W. dos S. **De inimigo público a herói nacional: representações da morte de Carlos Marighella**. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2012.

SOUZA, É. C. de. **Os excluídos do café: as classes populares e as transformações no espaço urbano de Londrina (1944-1969)**. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2008.

SOUZA, V. N^o de. **O partido comunista (1922-1962): lugar de memória, espaço de disputa**. 2008. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

TAFFARELLO, P. M. **A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “socialismo real”**. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Marília (SP), 2009.

TOLENTINO, T. A. D. **A dialética em ação no teatro do Centro Popular de Cultura - CPC: mediações entre arte e sociedade (1961-1964)**. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2015.

ANEXO A – Lista de livros apreendidos na residência de José Rodrigues Vieira Netto, executado em 28 de setembro de 1967. (BNM DIGITAL, 512-332;333)

TÉRMO DE BUSCA E APREENSÃO

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Curitiba, em cumprimento ao mandado retro, nos dirigimos a rua Brigadeiro Franco, digo Brigadeiro Franco, nº 1475, nesta cidade, residência de JOSÉ RODRIGUES VIGIAR NETO, segundo fomos informados, e aí, intimamos a um dos seus familiares (genro) que se achava presente, para que freqüentasse a entrada na dita residência, a fim de procedermos a diligência; ao que, obedecendo; o convidamos para assistir a busca desde o início, bem com a testemunha Capitão ZUIDERZEE NASCIMENTO LINS, abaixo assinada; e entrando na residência acima declarada procedemos a mais minuciosas buscas, examinando todas as salas, fazendo abrir as portas, gavetas, escrivaninhas, encontrando o material abaixo discriminado, que apreendemos e ficam em juízo: "CONSTITUIÇÃO DO MARXISMO", conferência proferida pelo Professor JOSÉ RODRIGUES VIGIAR NETO no Centro Acadêmico Hugo Simas, contendo 19 (dezenove) folhas datilografadas. "CLAMOR/EN REBELDIA", de Agustín Guerra, Edição do Centro de Arte Mexicano Contemporâneo, 1958, México. - "A REVOLUÇÃO E O IPM DA CILHA ECONOMICA", de A. LUSTOSA DE OLIVEIRA, 1965 Editora Litero-Técnica, Curitiba. "A GRANDE CONSPIRAÇÃO" - A Guerra Secreta Contra a Rússia Soviética, por Michael Sayers e Albert E. Kahn, Tradução de Carlos Ortíz, Editora Brasiliense, 1947, São Paulo. - "ASIA MAIOR - O PLANETA CHINA", de Maria Martins, Editora Civilização, exemplar 03236, Rio de Janeiro, 1958. - "CADERNOS DO POVO BRASILEIRO" nº 6 - "QUEIS SÃO OS INIMIGOS DO POVO", de Theotônio Júnior, exemplar nº 04554, Editora Civilização/Brasileira, 1962, Rio. - "NO LÍTIAR DA RAÇA", de Dario Veloso, 2ª edição, Biblioteca Nép-Pitágorica, 1939, São Paulo. - "UM HOMEM DE VERDADE", de Boris Polevoi, tradução de Hair Batista, Editorial Vitória, 1953, Rio. - "LES COMMUNISTES", de Aragon, (setembro-novembro 1939); (novembro 1939 - Março 1940); e (maio-junho 1940), todos em francês; La bibliothèque Française, Paris. - "A OPÇÃO BRASILEIRA", de Mário Fe-drosa, exemplar nº 3761, Editora Civilização, 1966, Rio. - "A VERDADEIRA QUESTÃO SOCIAL", de Augusto Cesar, A. Coelho Editor, 1931, Rio. - "AS GUERRAS CAMPONEZAS NA ALEMANHA", de P. Engels, tradução de B.A. X Montenegro, Editorial Vitória, 1946, Rio. - "V. LENIN - OBRAS ESCOLHIDAS", Tomo 2, Editorial Problemas - Buenos Aires. - "FILOSOFIA DEL HOMBRE - MARX O SARTRE?", de Adam Schaff, Editorial Grijalbo, 1965, México. "LA GRAND GUERRA PÁTRIA DE LA UNION SOVIETICA" de J. Stalin, Ediciones En Lengua Extranjeras, 1943, Moscou. - "EL MISMO A LA LIBERTAD", de Erich Fromm, Editorial Paidós, Buenos Aires. "LA PEAU", de Curzio Malaparte, França. - "APONTAMENTOS PARA UMA REFORMA AGRÁRIA", de Curzio Malaparte, França. - , digo, de Arigaldo Costa, Editora Brasiliense Limitada, 1945, São Paulo. - "LES MEMOIRAS DE HITLER ET LE PROGRAMME NATIONAL SOCIALISTE", de O. Scheid, Librairie Académique Perrin, 1933, Paris. - "METAFILOSOFIA", de Henri Lefebvre, Editora Civilização Brasileira, 1967, Rio. - "O GOLPE COMEÇO EM WASHINGTON", de Einar Morel, Editora Civilização Brasileira, 1965, Rio. "FAMULA / DEL TIBURON Y LAS SARDINAS", de Juan José Aravalo, 6ª edição, Editorial Palestra, 1961, Buenos Aires/Montevidéu. - "O ESTADO SEM ANISTIA O QUE HA POR TRÁS DA MORTE DE KENNEDY?", de Fred J. Cook, Editora Civilização Brasileira, 1964, Rio. - "NEW CHINA'S ECONOMIC", 1949-1952, publicado pela Foreign Languages Press, - Peking, 1952; "RUSSIA e ESTADOS UNIDOS", de Pitirim A. Sorokin, Editora Universitária, São Paulo; "MARXISMO EXISTENCIALISMO PERSONALISMO", de Jean Lacroix, Editora Paz e Terra, 1967, Rio. - "A ITALIA NO MUNDO", de Anton Bischoff, Edição da Livraria do Globo, 1938, Porto Alegre. - "CONCEITO DE HISTÓRIA DA HISTÓRIA", de Antonio Gramsci, Editora Civilização Brasileira S.A., 1966, Rio. - "A ALEMANHA CALUMNIADA" de Mário Pinto Serva,

ANEXO B – Lista de livros apreendidos no escritório de advocacia de José Rodrigues Vieira Netto. (BNM DIGITAL, 512-334).

H. n.º 314
Alap

TÉRMO DE BUSCA E APREENSÃO

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e sete, nesta cidade de Curitiba, em cumprimento ao dado retro, nos dirigimos ao edifício Maringá, nº 146, 116 a 118, da Rua Cândido Lopes, nesta cidade, escritório de JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETO, segundo fomos informados, e aí, intimamos a um dos auxiliares que se achava presente, para que franqueasse a entrada do dito escritório, a fim de procedermos a diligência; ao que obedecendo, o convidamos para assistir à busca desde o início, bem como a testemunha Capitão ZUIDERLEE NASCIMENTO LINS, abaixo assinado; e entrando no escritório acima declarado, procedemos a mais minuciosa busca, examinando todas as salas, fazendo abrir as portas, gavetas, escrivaninhas, encontrando o material abaixo discriminado, que apreendemos e ficam em juízo: Carta datada Rio de Janeiro, 25 de março de 1966, de JOSÉ RODRIGUES, JOSÉ QUARTO DE OLIVEIRA BROGES para VIEIRA NETO. Carta de Londrina, 3 de abril de 1967, de ALCIDES CAMPANELLI para VIEIRA NETO. Carta de Curitiba, 23 de dezembro de 1965, destinada a ALBERTO OLIVEIRA VINHOLES, da LIVROBRAS, LTDA, com assinatura não identificada. Carta de Curitiba, 16 de dezembro de 1965, destinada a ALBERTO OLIVEIRA VINHOLES, da LIVROBRAS, LTDA, com assinatura não identificada. Carta de Curitiba, 17 de dezembro de 1965, para o Professor Dr. CYRON CUNHA, sem assinatura. REVISTA CIVILIZADO BRASIL, nº 13, de maio de 1967. "SOBRE OS QUATRO LIBERALISMOS", de J.R. VIEIRA NETO, 1964, Editora Liter-Técnica, Curitiba. "CRIMES DE GUERRA NO VIETNAM", de Bertrand Russel, tradução de Maria Helena Kuhner, Editora Civilização, 1967, Rio de Janeiro. "U.R.S.S. & U.S.A." de Olympio Guilherme, 3ª edição, Livraria Prado Ltda, 1955, Rio de Janeiro. "RIBERA CLARA", de Vera Panova, Edições Lautaro-Buenos Aires - 1952. "PROBLEMAS DO SOCIALISMO INTERNACIONAL", de Lelio Basso, Vittorio Foa, André Hauriou, Pierre Naville, Laurent Schwartz e Jean Langevin, Editora Felman-Rago, São Paulo. Rascunho, em uma folha, de uma carta que se inicia com a frase: "Al Señor Agustini Guerra, cuidado del gobierno de Cuba" e termina com a frase "De su amigo brasileiro"; escritos em sete folhas, em papel timbrado com o nome e endereço do escritório de JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETO, sobre assuntos filosóficos marxistas-leninistas, iniciando com a palavra "É difícil" e terminando com as palavras "um filósofo militante". Do que, para constar lavrou-se o presente auto, o qual vai assinado por mim, Capitão LACRY DE ASSIS PINTO ABRACA, Encarregado da Diligência, que o escrevi, e pela testemunha declarada.////

Lacry de Assis Pinto ABRACA
LACRY DE ASSIS PINTO ABRACA
Capitão Encarregado da Diligência

Zuideree Nascimento Lins
ZUIDERLEE NASCIMENTO LINS
Capitão Testemunha

ANEXO C – Depoimento de Flávio Suplicy de Lacerda como testemunha de defesa de José Rodrigues Vieira Netto. (BNM DIGITAL, 391- 3719; 3720).

2837

AUDITORIA DA 5.^a REGIÃO MILITAR

INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS

ASSENTADA

Aos 30 (trinta) dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), nesta cidade de Curitiba, sede da Auditoria da 5.^a Região Militar, 5.^o Distrito Naval e 5.^a Zona Aérea, reunido o conselho Permanente de Justiça do Exército, presente a de seus membros, o(s) réu(s)

; seu(s) advogado(s) Dr.(s) _____; o representante o Ministério Público, Dr. Alceu Alves dos Santos, 2.^o Subst.^o em exercício, pelo Dr. Auditor Célio de Jesus Lobão Ferreira, passaram as testemunhas abaixo nomeada(s) a ser(em) inquirida(s) na forma que se segue; do que, para constar fiz este termo. Eu Wilde H. Quintana, Escrevente Juramentado e datilografei. _____, Escrivão, subscrevo.

= João de Castro =

TESTEMUNHAS (DEFESA - José R.V. Neto)
 LAVIO SUPLICY DE LACERDA, brasileiro, filho de José Manoel Corrêa Lacerda e de d. Alice Maria Suplicy de Lacerda, natural de Iapa, este Estado, com 63 anos de idade, casado, Professor Universitário. Nos costumes disse nada. Testifico, lida a denúncia, passou a testemunha a responder aos quesitos formulados pela Defesa. Ao 1.^o Quesito durante o tempo em que o depoente era Reitor da Universidade Federal do Paraná o acusado era Professor da Faculdade de Direito desta Universidade. Ao 2.^o Quesito: que ao prestar concurso para a cadeira de Direito Civil o acusado concorreu juntamente com outros candidatos, tendo somente o Prof. Vieira Neto obtido a classificação. Ao 3.^o Quesito: que nunca chegou ao conhecimento do depoente qualquer atividade exercida pelo acusado no sentido de procurar mudar a ordem político-social do país. Ao 4.^o Quesito: que nunca houve, em Assembléia Universitária manifestação do Prof. Vieira Neto procurando doutrinar em quer que seja, mesmo porque as Assembléias Universitárias tinham as finalidades comemorativas da fundação da Universidade. Ao 5.^o Quesito: que o depoente tem conhecimento de que o Prof. Vieira Neto foi professor de várias turmas, na Faculdade de Direito e o depoente assistiu às solenidades de colação de grau durante o tempo em que era

L. H.

2839

Reitor. Ao 6º Quesito: que dado o tempo decorrido o depoente não se recorda da orientação dada aos discursos, pelo Prof. Vieira Neto ; que, entretanto, se houvesse pronunciamento escandaloso favorável a ideologias contrárias ao regime, o depoente se recordaria dêsse pronunciamento e teria chamado a atenção do orador; que por essa razão não deve ter ocorrido nenhum pronunciamento nêsse sentido. Ao 7º Quesito: que o depoente jamais recebeu qualquer comunicação à respeito de desvio na conduta funcional do Prof. Vieira Neto; que se êsse desvio tivesse ocorrido os dois Professores que ocuparam a Diretoria da Faculdade de Direito nêsse período, teriam comunicado ao depoente e o depoente teria tomado providencias acauteladoras. Ao 8º Quesito: que o depoente pode a; digo, informar que o acusado era, em geral, estimado pelos alunos e conhecida a sua assiduidade às aulas; Ao 9º Quesito: que a respeito do acusado o depoente tem conhecimento de que o mesmo possuía ou ainda possui um escritório de advocacia nos mais movimentados da cidade. Pelo Conselho e pelo Dr. Promotor, nada foi perguntado. E, como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu-se por findo o presente depoimento que, depois de lido e achado conforme, vai assinado na forma da lei. Eu, [assinatura], Escrevente Juramentado que datilografei. Eu, [assinatura], Escrivão, subscrevo.-

[Handwritten signatures and notes]
 O Sr. [illegible] para [illegible]
 Cid. J. G. [illegible]
 Cau. [illegible] de [illegible]
 [illegible] [illegible]
 [illegible] [illegible]
 O Sr. O Sr. de Santos
 [illegible]

ANEXO D – Comunicado do Presidente da OAB-PR Rui Ferraz de Carvalho ao Juiz Auditor Substituto na 5ª Região Militar, em Curitiba, Darcy Ricetti, informado que o Conselho da seccional Paraná, não cumprirá a solitação de suspensão das atividades profissionais de Vieira Netto. (BNM DIGITAL, 512-1780;1781).

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SEÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ
RUA CÂNDIDO LOPES, 145 - EDIFÍCIO MARINGÁ 10º ANDAR
CURITIBA - PARANÁ

Curitiba, 12 de fevereiro de 1968

NR305/AN/68

*P. Ao Sr. Procurador para
dizer. Em 11/2/68
Cili. Lel. Terry.*

SENHOR JUIZ AUDITOR:

Comunicamos a Vossa Excelência que levamos ao conhecimento do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, os termos do ofício nº 1.744, de 22 de dezembro passado, em que nos informa ter sido recebida a denúncia oferecida contra o advogado, professor de Direito e conselheiro desta seção da Ordem dos Advogados do Brasil, dr. José Rodrigues Vieira Neto, e, ainda, que o mesmo está suspenso da sua atividade profissional, de acordo com o artigo 48, do Decreto-lei nº 314/67, adicitando, finalmente, as nossas "devidas providências para o cumprimento da medida."

Entretanto a pretensão dessa Auditoria escapa à competência da Ordem dos Advogados do Brasil, que tem atribuições claramente definidas no seu estatuto, entre as quais não se inclui a de efetivar a suspensão do exercício profissional de advogado, decretada por autoridade estranha à corporação. A pena de suspensão, que lhe cumpre aplicar aos advogados, de acordo com o estatuto, é a resultante da inobservância dos seus deveres para com a Ordem, ou a de corrente de infração disciplinar no exercício da profissão, sempre por decisão do seu órgão deliberativo no Estado.

Além disso, estamos convencido da nenhuma valia do monstruoso preceito contido no artigo 48 da Lei de Segurança Nacional, ao determinar, com o recebimento da denúncia, que é mera imputação a se proar, a suspensão do exercício das atividades profissionais do denunciado. Essa pena antecipada, essa sanção sem crime, tanto mais injusta e desumana, quando se considera que irá atingir, não raro, pessoas inocentes, que dependem do denunciado, é inadmissível do sistema do nosso Direito Penal, onde prevalece o princípio da presunção de inocência do acusado até a sentença condenatória, erigido, hoje, em direito fundamental da pessoa humana, inscrito no artigo XI, da Declaração Universal dos Direitos do Ho-

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SEÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ
RUA CÂNDIDO LOPES, 146 - EDIFÍCIO MARINGÁ - 10ª ANDAR
CURITIBA - PARANÁ

Fls. II

Homem, de que o Brasil é sinatário.

Mas não é só o dispositivo em apreço é, também, incompatível com os artigos 150, § 23 e 151, da Constituição Federal. Com o primeiro, porque pretende suprimir, embora temporariamente, o direito de trabalhar, que aquele assegura aos brasileiros e estrangeiros aqui residentes, direito também fundamental do ser humano, que constitui o artigo XXIII, da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Com o segundo, porque estabelece penalidade diversa da estabelecida no dispositivo constitucional para os mesmos crimes.

Ante essas razões de natureza jurídica, que acabam de ser sucintamente expostas, e considerando, ainda, que a disposição do artigo 48 da Lei de Segurança Nacional constitui uma afronta aos sentimentos cristãos e democráticos da nossa gente, o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, participa a Vossa Excelência que não tem condições para tomar as providências solicitadas no ofício acima referido.

Valemo-nos desta oportunidade, para apresentar a Vossa Excelência as expressões do nosso elevado apreço.

Rui F. de Carvalho
RUI FERREZ DE CARVALHO
PRESIDENTE

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DOUTOR DARCY RICETTI
DD. JUIZ AUDITOR SUBSTITUTO NA 5ª REGIÃO MILITAR.
CAPITAL



ANEXO E – Comunicado da absolvição de Vieira Netto, datado de 27 de junho de 1968. (BNM DIGITAL, 512-2911; 2912).

COPIA

27/2

1046

CONTINUAÇÃO

Em 27-6-68.-
Em 27-6-68.-

EDMº SR GENERAL COMANDANTE DA 5ª REGIÃO MILITAR E 5ª DIVISÃO DE INFANTARIA.- detença, como incurso no art 36 c/c e inciso II de art 38; EXPEDITO DE OLIVEIRA ROCHA, à pena de 1 ano de detença, como incurso no art 36; MALAQUIAS TRIXEIRA DA COSTA, à pena de 1 ano de detença, como incurso no art 36; e, PEDRO FRANCISCO DE LIMA, à pena de 1 ano de detença, como incurso no art 36, todos de Decreto Lei nº 2467.-

I - Comunico a V. Exa., para os devidos fins, que o Conselho Permanente de Justiça do Exército desta Auditoria resolveu, por unanimidade de votos, absolver os acusados ARISTIDES DE OLIVEIRA | VINHOLES, BEREK KRIEGER, CARLOS ADMUTO VIEIRA, JORGE KARAN, LAÉLIO ANDRADE, OTTO BRACARENSE COSTA, JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS, MANOEL JACINTO CORREIA, MARILDA KOBACHUK e JOSÉ RODRIGUES VIEIRA NETTO; por maioria de votos (4X1), absolver os acusados ANTONIO ALBINO RAMOS | DE OLIVEIRA, ANTONIO MENDONÇA CONDE, DILMA MARIA PEREIRA LARA e | JOÃO BATISTA TEZZA FILHO; por maioria de votos (3X2), absolver os acusados LEONIL LARA e VITORIO SOBOTIUK; e, por unanimidade de votos, condenar os acusados APARECIDO MORALESJO, à pena de 4 anos de detença, como incurso no art 36 c/c os arts 23 e inciso II de art 38; EDGAR SCHATZMANN, à pena de 2 anos de detença, como incurso no art 36, c/c e art 23 e inciso II de art 38; HIRAN RAMOS DE OLIVEIRA, à pena de 2 anos de detença, como incurso no art 36 c/c e inciso II de art 38; PAULO DE AS DE OLIVEIRA, à pena de 1 ano e 6 meses de detença, como incurso no art 36; ELSON COSTA, à pena de 1 ano e 6 meses de detença, como incurso no art 36; PAULINO VIEIRA, à pena de 1 ano e 6 meses de detença, como incurso no artigo 36; por maioria de votos (4X1), condenar o acusado RAMIRO LUCHESI, à pena de 1 ano de detença, como incurso no art 36; por maioria |

1046
1047Em 27-6-68.-
Em 27-6-68.-CONTINUAÇÃO

per maioria de votos (3X2), condenar CLAUDINO JOSÉ DA SILVA, à pena de 1 ano de detenção, como incurso no art 36 c/c e inciso II de art 38; EXPEDITO DE OLIVEIRA ROCHA, à pena de 1 ano de detenção, como incurso no art 36; MALAQUIAS TEIXEIRA DA COSTA, à pena de 1 ano de detenção, como incurso no art 36; e, PEDRO FRANCISCO DE LIMA, à pena de 1 ano de detenção, como incurso no art 36, tudo do Decreto Lei nº 314/67.-

II - Informe, outrossim, a V.Exa. que o Conselho Permanente de Justiça do Exército desta Auditoria, por unanimidade de votos, decidiu, ainda, sejam indicadas peças pelo Dr Procurador Militar junto a este Juiz, no sentido de que seja apurada a responsabilidade Penal pela remessa e impressão do material constante dos caixetes |
Permanente de Justiça do Exército desta Auditoria resolveu, por unanimidade de votos, serem as peças acima mencionadas encaminhadas para o Juiz que foram apreendidos.-

III - Esclareça a V.Exa. que o IPM que deu origem ao respectivo processo, foi instaurado por determinação desse Comando, do qual foi encarregado o Cél Ferdinando de Carvalho.-

IV - Reitere a V.Exa. os meus protestos de estima e consideração.-
Carvalho.-

CELIO DE JESUS LOBÃO FERREIRA
Juiz Auditor.-

CONFERE COM O ORIGINAL

IM.-
IN.-

ANEXO F: José Rodrigues Vieira Netto (1912-1973)

